ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE CONTRATAÇÃO SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS E GESTÃO DE ATIVOS – SENAD MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA.

Processo nº 08129.004351/2024-31 - Edital de Credenciamento nº 01/2026 – Leiloeiros Oficiais

Assunto: Recurso administrativo contra a habilitação de leiloeiros para atuação no Estado do Rio Grande do Norte

FILIPE PEDRO DE ARAÚJO, brasileiro, Leiloeiro Público Oficial, matriculado na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte – JUCERN sob o nº 029/11, estabelecido na Rua Jaguarari, nº 2281, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59.054-500, por seus próprios direitos, vem, com fundamento no art. 5º e art. 165, da Lei nº 14.133/2021, art. 17 do Decreto nº 11.878/2024 e capítulo 5 do Edital nº 1/2026, interpor o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO** em face da decisão que incluiu no Rol de Habilitados, para o Estado do Rio Grande do Norte, os leiloeiros abaixo indicados, pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos.

I – DOS LEILOEIROS CUJA HABILITAÇÃO SE IMPUGNA (APENAS QUANTO AO ESTADO DO RN)

O presente recurso volta-se exclusivamente contra a habilitação, para atuação no Estado do Rio Grande do Norte, dos seguintes leiloeiros:

- AURIANNYE MARQUES – CPF 036.921.699-73
- SAULO JÚLIO RIBEIRO – CPF 035.754.346-70
- ALEXSANDER PRETTI DOMINGOS – CPF 046.019.497-69
- JONAS GABRIEL ANTUNES MOREIRA – CPF 065.132.226-05
- CELSO ALVES CUNHA – CPF 476.348.474-53
- CAROLINE DE SOUSA RIBAS – CPF 224.335.748-89
- ROGÉRIO LOPES FERREIRA – CPF 203.162.246-34
- IZABELLA MELO FERREIRA PRAES – CPF 100.937.226-21
- HELIANA MARIA OLIVEIRA MELO FERREIRA – CPF 408.724.916-68
- RAFAELA MELO FERREIRA MARZANO – CPF 115.688.646-55
- ADELANE PEDROZO FERREIRA – CPF 815.119.065-53
- FERNANDO CAETANO MOREIRA FILHO – CPF 039.167.186-30
- LUCAS RAFAEL ANTUNES MOREIRA – CPF 014.721.886-16

- TATIANA PAULA ZANI DE SOUSA – CPF 262.678.818-06

O recurso não se dirige contra os demais leiloeiros habilitados, nem contra eventual habilitação dos recorridos em outros Estados onde possuam matrícula regular em Junta Comercial distinta, mas tão somente contra sua habilitação/credenciamento para o Estado do Rio Grande do Norte.

II – DA TEMPESTIVIDADE

Nos termos do item 5.2 do Edital de Credenciamento nº 1/2026, o prazo para interposição de recurso é de 3 (três) dias úteis, contados da publicação da decisão sobre a habilitação.

A decisão que divulgou o Rol de Habilitados foi publicada no site do SENAD em 26/05/2026, de modo que o presente recurso é interposto dentro do prazo legal, sendo, portanto, tempestivo.

III – DOS FATOS

O Edital de Credenciamento nº 1/2026, processado sob o nº 08129.004351/2024-31, tem por objeto o credenciamento de leiloeiros oficiais, na qualidade de pessoa física, para eventual contratação, visando à alienação de ativos oriundos de crimes, em todos os Estados da Federação, por meio de leilão ou venda direta.

Em sessão realizada, a Comissão de Credenciamento publicou a relação de leiloeiros habilitados, constando, entre eles, os 14 (quatorze) profissionais acima nominados como aptos a atuar no Estado do Rio Grande do Norte.

Conforme será demonstrado, os recorridos acima identificados não possuem matrícula ativa na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte (JUCERN), condição indispensável para o exercício da profissão de leiloeiro nesta unidade federativa e, consequentemente, para a sua contratação, no âmbito do credenciamento em questão, especificamente para atuação no Estado do Rio Grande do Norte.

Por essa razão, requer-se sua inabilitação/descredenciamento apenas quanto ao Estado do Rio Grande do Norte, sem qualquer questionamento quanto:

- à situação dos demais leiloeiros habilitados no certame; e
- à atuação dos próprios recorridos em outros Estados da Federação em que, porventura, sejam regularmente matriculados nas respectivas Juntas Comerciais.

A ausência de matrícula na JUCERN é facilmente constatável mediante consulta à relação oficial de leiloeiros públicos daquela Junta Comercial, disponível em seu sítio eletrônico (https://www.jucern.rn.gov.br/postagem/leiloeiros/), na qual não consta o nome de nenhum dos 14 profissionais ora impugnados.

IV – DO DIREITO

IV.1 – Do regime jurídico da profissão de leiloeiro: necessidade de matrícula na Junta Comercial do respectivo Estado

A profissão de leiloeiro é regulada pelo Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932.

O leiloeiro é a pessoa física, matriculada na Junta Comercial do respectivo Estado, que exerce a profissão de leiloeiro.

Esse entendimento é reforçado pela atual Instrução Normativa DREI nº 52, de 29 de julho de 2022, que:

- condiciona o exercício da atividade de leiloeiro à matrícula perante a Junta Comercial da unidade federativa onde o profissional pretende atuar.

Portanto:

- leiloeiro matriculado na Junta Comercial de São Paulo é leiloeiro do Estado de São Paulo;
- leiloeiro matriculado na Junta Comercial de Minas Gerais é leiloeiro de Minas Gerais;
- e assim sucessivamente, não havendo fundamento jurídico para que a matrícula em um Estado produza efeitos automáticos em outro.

Consequentemente, a ausência de matrícula na JUCERN impede o exercício da profissão de leiloeiro no território do Rio Grande do Norte, o que, por si só, torna inviável a contratação dos recorridos para atuarem em leilões daquela unidade federativa no âmbito do Edital nº 1/2026.

IV.2 – Da vinculação ao instrumento convocatório (Lei nº 14.133/2021)

O art. 5º da Lei nº 14.133/2021 estabelece, entre os princípios que regem as contratações públicas, o da vinculação ao instrumento convocatório:

> "Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro)."

O edital é a "lei interna" do certame. Nem a Administração nem os licitantes podem afastar, ignorar ou flexibilizar as cláusulas editalícias sob pena de nulidade dos atos praticados.

No caso concreto, o próprio Estudo Técnico Preliminar (Anexo II do edital) – peça integrante e vinculante do procedimento – trouxe regra específica sobre a contratação por Estado da Federação, com fundamento direto na "necessidade normativa" de matrícula na Junta Comercial do respectivo Estado.

IV.3 – Do item 10.5 do Estudo Técnico Preliminar nº 38/2024: contratação por Estado e exigência de matrícula na Junta Comercial local

O Estudo Técnico Preliminar nº 38/2024, anexo ao edital (Anexo II), dispõe no item 10.5:

> "10.5. Considerando a abrangência territorial dos Estados, o quantitativo estimado de bens em cada um deles e ainda a **necessidade normativa de que os leiloeiros sejam matriculados nas respectivas juntas comerciais estaduais**, nos termos do art. 1º do regulamento do Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932, **torna-se imprescindível que a contratação de leiloeiros ocorra por estado da federação**." (grifos nossos)

Do trecho acima se extraem, de forma inequívoca, três premissas:

1. Há uma necessidade normativa – decorrente do art. 1º do Decreto nº 21.981/1932 – de que os leiloeiros sejam matriculados na Junta Comercial do Estado onde exercerão a atividade;
2. Em razão dessa necessidade, a contratação deve ocorrer "por Estado da federação";
3. Logo, para ser contratado para determinado Estado, o leiloeiro precisa estar matriculado na Junta Comercial desse Estado.

Esse dispositivo não é mera "justificativa interna", mas integra o bloco de legalidade do edital:

- é documento formal, aprovado pela autoridade competente;
- fundamenta a modelagem da contratação;
- e foi expressamente indicado como Anexo II do Edital (cláusula 13.5.2 do instrumento convocatório).

Assim, o próprio planejamento da contratação vinculou a Administração à observância da necessidade de matrícula na Junta Comercial do Estado em que o leiloeiro atuará, precisamente em consonância com o art. 1º do Decreto nº 21.981/1932.

IV.4 – Da interpretação sistemática dos itens 4.3 do Estudo Técnico e 6.1.1(b) do Termo de Referência: distinção entre "ser leiloeiro oficial" e "poder atuar em determinado Estado"

É verdade que:

- o item 4.3 do Estudo Técnico Preliminar (Anexo II) menciona que "o leiloeiro deverá possuir registro ou inscrição na Junta Comercial de qualquer Estado"; e
- o item 6.1.1(b) do Termo de Referência (Anexo I) exige "certidão de matrícula ou declaração emitida pela Junta Comercial de qualquer Estado da Federação".

Esses dispositivos, porém, tratam tão somente da comprovação de que o interessado é, de fato, leiloeiro oficial regularmente constituído em alguma Junta Comercial, ou seja, da qualificação profissional em sentido genérico, não da delimitação territorial do exercício da atividade.

A exigência de matrícula "em qualquer Estado" é requisito mínimo para que o cidadão seja considerado leiloeiro oficial habilitado (do ponto de vista da profissão).

Já a exigência de matrícula na Junta Comercial do respectivo Estado (item 10.5 do ETP, combinado com o art. 1º do Decreto nº 21.981/1932), por sua vez, é requisito adicional e específico, atinente à área territorial de atuação para a qual se pretende contratá-lo.

Interpretar os itens 4.3 e 6.1.1(b) como suficientes para autorizar a atuação indiscriminada em qualquer Estado, independentemente da Junta Comercial em que o profissional esteja matriculado, acarretaria:

- esvaziamento total do conteúdo normativo do item 10.5 do Estudo Técnico;
- afronta ao art. 1º do Decreto nº 21.981/1932;
- e desconsideração da própria lógica da profissão de leiloeiro, organizada historicamente por unidades da federação.

Na hermenêutica jurídica, é vedada a interpretação que torne letra morta uma disposição expressa do edital, especialmente quando ela busca justamente adequar a contratação ao regime jurídico especial da profissão.

Sendo assim, a leitura sistemática do edital e de seus anexos leva às seguintes conclusões:

1. Para ser habilitado como leiloeiro (em geral), basta comprovar matrícula em qualquer Junta Comercial (itens 4.3 e 6.1.1(b));
2. Para ser contratado/credenciado para um Estado específico, deve comprovar matrícula na Junta Comercial daquele Estado, em respeito ao art. 1º do Decreto nº 21.981/1932 e ao item 10.5 do Estudo Técnico;
3. A habilitação para atuar no Rio Grande do Norte, sem matrícula na JUCERN, viola a legislação de regência e o próprio edital.

IV.5 – Do princípio da isonomia, da competitividade e da proteção da confiança dos licitantes locais

A manutenção da habilitação de leiloeiros sem matrícula na JUCERN, para atuação no Estado do Rio Grande do Norte, causa relevante quebra de isonomia entre os participantes.

Os leiloeiros regularmente matriculados na JUCERN:

- submeteram-se a todas as exigências legais e regulamentares para obter e manter a matrícula;
- atendem às condições de idoneidade e residência fixadas pela Junta Comercial estadual;
- estruturaram suas atividades para atender às demandas do Estado do RN.

Permitir que profissionais sem matrícula na JUCERN sejam habilitados para atuar no RN, nas mesmas condições daqueles que cumpriram todas as exigências locais, implica:

- conferir vantagem competitiva indevida a quem não suportou os ônus da matrícula local;
- desestimular o cumprimento do regime profissional de leiloeiro nas Juntas Comerciais estaduais;
- e distorcer o próprio modelo de "contratação por Estado", concebido no Estudo Técnico como medida de eficiência, especialização e capilaridade territorial.

Além disso, o edital expressamente mencionou a necessidade normativa de matrícula nas "respectivas Juntas Comerciais estaduais", alimentando a legítima confiança dos leiloeiros que atuam e investem no Estado do RN de que essa exigência seria rigorosamente observada para a habilitação de candidatos à atuação naquela unidade federativa.

IV.6 – Da prova da ausência de matrícula na JUCERN

O item 4.7 do Edital nº 1/2026 prevê que:

> "4.7. A verificação pela comissão de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação."

A JUCERN mantém, em seu sítio oficial, a relação atualizada de leiloeiros públicos com matrícula ativa no Estado do Rio Grande do Norte.

Consulta a essa lista demonstra que:

- o nome do recorrente, FILIPE PEDRO DE ARAÚJO, consta como leiloeiro regularmente matriculado (matrícula nº 029/11); e
- nenhum dos 14 profissionais impugnados aparece como leiloeiro matriculado na JUCERN.

Tal constatação é suficiente para evidenciar que:

- os recorridos não preenchem a condição básica para o exercício da profissão de leiloeiro no território do RN; e
- sua habilitação/credenciamento para atuar no Estado do Rio Grande do Norte viola a legislação de regência e o edital.

V – DA NECESSIDADE DE REVISÃO DO ROL DE HABILITADOS PARA O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Diante do exposto, mostra-se juridicamente insustentável a manutenção da habilitação, para o Estado do Rio Grande do Norte, de leiloeiros que:

- não possuem matrícula na Junta Comercial do RN;
- não podem, portanto, exercer a profissão de leiloeiro no território potiguar;
- e, por consequência, não podem ser validamente contratados pela SENAD para executar leilões no âmbito daquele Estado.

A correção dessa irregularidade é medida que se impõe:

- em respeito ao princípio da legalidade;
- em observância à vinculação ao edital (especialmente ao item 10.5 do Estudo Técnico);
- e em proteção à isonomia entre os licitantes e à segurança jurídica do procedimento.

A eventual manutenção da habilitação dos recorridos, para o RN, sujeita o credenciamento a questionamentos administrativos e judiciais, com risco de nulidade de designações de leiloeiro e, em última análise, de vulneração da eficácia dos leilões realizados.

VI – DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, requer:

1. **O conhecimento do presente recurso administrativo**, por ser próprio e tempestivo.

2. **No mérito, o seu provimento**, para que seja revista a decisão que incluiu, no Rol de Habilitados para o Estado do Rio Grande do Norte, os seguintes leiloeiros:

- AURIANNYE MARQUES – CPF 036.921.699-73
- SAULO JÚLIO RIBEIRO – CPF 035.754.346-70
- ALEXSANDER PRETTI DOMINGOS – CPF 046.019.497-69
- JONAS GABRIEL ANTUNES MOREIRA – CPF 065.132.226-05
- CELSO ALVES CUNHA – CPF 476.348.474-53
- CAROLINE DE SOUSA RIBAS – CPF 224.335.748-89
- ROGÉRIO LOPES FERREIRA – CPF 203.162.246-34
- IZABELLA MELO FERREIRA PRAES – CPF 100.937.226-21
- HELIANA MARIA OLIVEIRA MELO FERREIRA – CPF 408.724.916-68
- RAFAELA MELO FERREIRA MARZANO – CPF 115.688.646-55
- ADELANE PEDROZO FERREIRA – CPF 815.119.065-53
- FERNANDO CAETANO MOREIRA FILHO – CPF 039.167.186-30
- LUCAS RAFAEL ANTUNES MOREIRA – CPF 014.721.886-16
- TATIANA PAULA ZANI DE SOUSA – CPF 262.678.818-06

1. **A consequente inabilitação e/ou descredenciamento desses 14 leiloeiros especificamente quanto ao Estado do Rio Grande do Norte**, vedando-se sua designação para leilões e serviços de alienação de bens localizados nesta unidade federativa, enquanto não comprovarem matrícula ativa na JUCERN, sem prejuízo de sua habilitação/credenciamento para outros Estados em que sejam regularmente matriculados.
2. **A manutenção integral da habilitação dos demais leiloeiros aptos à atuação no Rio Grande do Norte**, que atendem às exigências legais e editalícias, em especial à matrícula junto à Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte.
3. A remessa do presente recurso à autoridade superior, na forma do item 5.5 do edital, caso a Comissão Especial de Contratação entenda por não reconsiderar a decisão recorrida.

Termos em que,

pede deferimento.

Natal/RN, 26/05/2026.

FILIPE PEDRO DE ARAUJO:05985737470

Assinado de forma digital por FILIPE PEDRO DE ARAUJO:05985737470
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=47024150000122, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=(EM BRANCO), ou=videoconferencia, cn=FILIPE PEDRO DE ARAUJO:05985737470
Dados: 2026.05.26 19:48:44 -03'00'

FILIPE PEDRO DE ARAÚJO

Leiloeiro Público Oficial – JUCERN nº 029/11

À

Comissão de Contratação

Divisão de Licitação e Contratação Direta

Ministério da Justiça e Segurança Pública

Brasília/DF

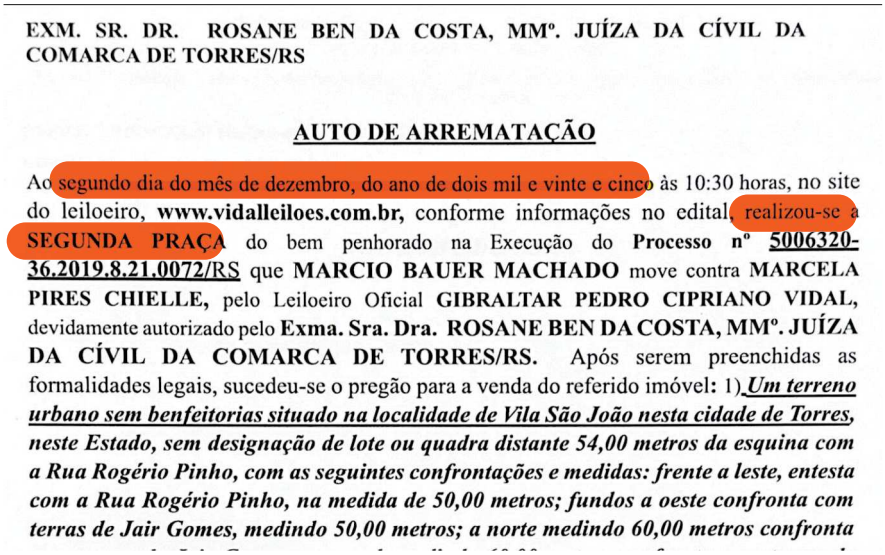
Assunto: Inabilitação do Leiloeiro (Credenciamento 01/2026 – 08129.004351/2024-31)

GIBRALTAR PEDRO CIPRIANO VIDAL, leiloeiro oficial, já qualificado no Processo de Credenciamento 01/2026, vem respeitosamente à presença de Vossas Senhorias, inconformado com sua habilitação, no prazo legal, oferecer RECURSO, o que faz pelas seguintes razões.

1. Segundo a Comissão Especial de Contratação, o requerente foi inabilitado do Credenciamento 01/2026 – 08129.004351/2024-31, por falta de comprovação do item "c.2)", qual seja, *Atestado(s) de Capacidade Técnica emitido(s) em nome do Leiloeiro, por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a realização exitosa de, no mínimo, 03 (três) leilões no período máximo de 12 meses (não sendo exigida a realização nos doze meses imediatamente anteriores); ou seja, deve ter conduzido com êxito pelo menos 03 (três) leilões ao longo de um ano (obs.: os atestados de capacidade técnica deverão indicar expressamente as datas de realização dos leilões),* especificamente pelo fato **dos atestados de capacidade técnica não apresentarem as datas dos leilões.**

2. Acontece, contudo, data máxima vênia, que o requerente **logrou demonstrar a data em que os três (03) leilões resultaram exitosos (todos em segunda praça) e no espaço de tempo de doze (12) meses (ano de 2025)**. Vejamos.

Auto de Arrematação anexado na fl. 02 do documento 35599923 da pesquisa processual:

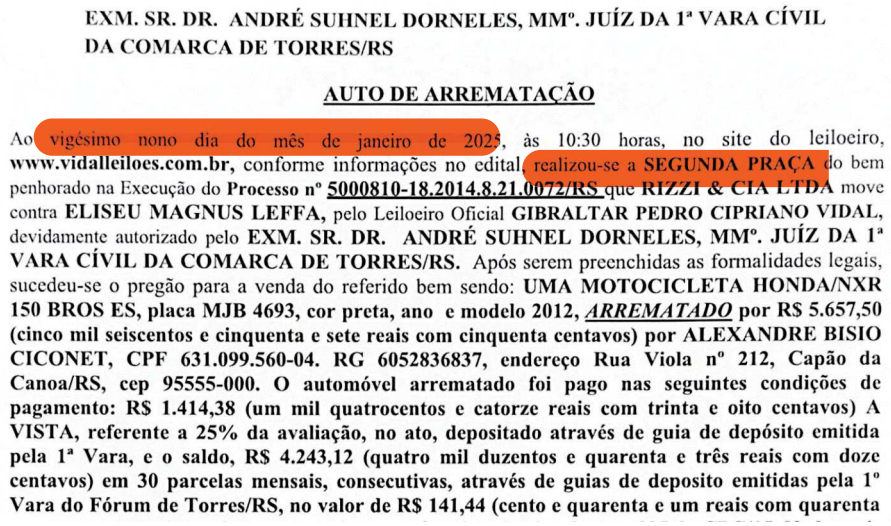


EXM. SR. DR. ROSANE BEN DA COSTA, MMº. JUÍZA DA CÍVIL DA COMARCA DE TORRES/RS

AUTO DE ARREMATAÇÃO

Ao segundo dia do mês de dezembro, do ano de dois mil e vinte e cinco às 10:30 horas, no site do leiloeiro, **www.vidalleiloes.com.br,** conforme informações no edital, realizou-se a **SEGUNDA PRAÇA** do bem penhorado na Execução do **Processo nº 5006320-36.2019.8.21.0072/RS** que **MARCIO BAUER MACHADO** move contra **MARCELA PIRES CHIELLE,** pelo Leiloeiro Oficial **GIBRALTAR PEDRO CIPRIANO VIDAL,** devidamente autorizado pelo **Exma. Sra. Dra. ROSANE BEN DA COSTA, MMº. JUÍZA DA CÍVIL DA COMARCA DE TORRES/RS.** Após serem preenchidas as formalidades legais, sucedeu-se o pregão para a venda do referido imóvel: 1) ***Um terreno urbano sem benfeitorias situado na localidade de Vila São João nesta cidade de Torres, neste Estado, sem designação de lote ou quadra distante 54,00 metros da esquina com a Rua Rogério Pinho, com as seguintes confrontações e medidas: frente a leste, entesta com a Rua Rogério Pinho, na medida de 50,00 metros; fundos a oeste confronta com terras de Jair Gomes, medindo 50,00 metros; a norte medindo 60,00 metros confronta***

Auto de Arrematação anexado na fl. 06 do documento 35599923 da pesquisa processual:

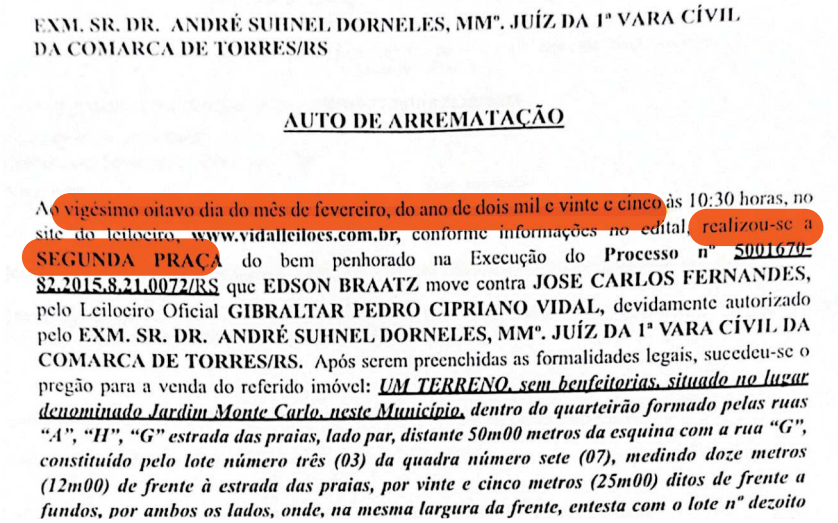


EXM. SR. DR. ANDRÉ SUHNEL DORNELES, MMº. JUÍZ DA 1ª VARA CÍVIL DA COMARCA DE TORRES/RS

AUTO DE ARREMATAÇÃO

Ao vigésimo nono dia do mês de janeiro de 2025, às 10:30 horas, no site do leiloeiro, **www.vidalleiloes.com.br,** conforme informações no edital, realizou-se a **SEGUNDA PRAÇA** do bem penhorado na Execução do **Processo nº 5000810-18.2014.8.21.0072/RS** que **RIZZI & CIA LTDA** move contra **ELISEU MAGNUS LEFFA,** pelo Leiloeiro Oficial **GIBRALTAR PEDRO CIPRIANO VIDAL,** devidamente autorizado pelo **EXM. SR. DR. ANDRÉ SUHNEL DORNELES, MMº. JUÍZ DA 1ª VARA CÍVIL DA COMARCA DE TORRES/RS.** Após serem preenchidas as formalidades legais, sucedeu-se o pregão para a venda do referido bem sendo: **UMA MOTOCICLETA HONDA/NXR 150 BROS ES, placa MJB 4693, cor preta, ano e modelo 2012, *ARREMATADO* por R$ 5.657,50 (cinco mil seiscentos e cinquenta e sete reais com cinquenta centavos) por ALEXANDRE BISIO CICONET, CPF 631.099.560-04. RG 6052836837, endereço Rua Viola nº 212, Capão da Canoa/RS, cep 95555-000. O automóvel arrematado foi pago nas seguintes condições de pagamento: R$ 1.414,38 (um mil quatrocentos e catorze reais com trinta e oito centavos) A VISTA, referente a 25% da avaliação, no ato, depositado através de guia de depósito emitida pela 1ª Vara, e o saldo, R$ 4.243,12 (quatro mil duzentos e quarenta e três reais com doze centavos) em 30 parcelas mensais, consecutivas, através de guias de deposito emitidas pela 1º Vara do Fórum de Torres/RS, no valor de R$ 141,44 (cento e quarenta e um reais com quarenta**

Auto de Arrematação anexado na fl. 08 do documento 35599923 da pesquisa processual:



EXM. SR. DR. ANDRÉ SUHNEL DORNELES, MMº. JUÍZ DA 1ª VARA CÍVIL DA COMARCA DE TORRES/RS

AUTO DE ARREMATAÇÃO

Ao vigésimo oitavo dia do mês de fevereiro, do ano de dois mil e vinte e cinco às 10:30 horas, no site do leiloeiro, www.vidalleiloes.com.br, conforme informações no edital, realizou-se a SEGUNDA PRAÇA do bem penhorado na Execução do Processo nº 5001670-82.2015.8.21.0072/RS que EDSON BRAATZ move contra JOSE CARLOS FERNANDES, pelo Leiloeiro Oficial GIBRALTAR PEDRO CIPRIANO VIDAL, devidamente autorizado pelo EXM. SR. DR. ANDRÉ SUHNEL DORNELES, MMº. JUÍZ DA 1ª VARA CÍVIL DA COMARCA DE TORRES/RS. Após serem preenchidas as formalidades legais, sucedeu-se o pregão para a venda do referido imóvel: *UM TERRENO, sem benfeitorias, situado no lugar denominado Jardim Monte Carlo, neste Município, dentro do quarteirão formado pelas ruas "A", "H", "G" estrada das praias, lado par, distante 50m00 metros da esquina com a rua "G", constituído pelo lote número três (03) da quadra número sete (07), medindo doze metros (12m00) de frente à estrada das praias, por vinte e cinco metros (25m00) ditos de frente a fundos, por ambos os lados, onde, na mesma largura da frente, entesta com o lote nº dezoito*

3. Portanto, pelo que se extrai dos documentos comprobatórios do efetivo exercício da atividade de Leiloeiro Oficial, encontram-se juntados os três (03) autos de arrematação, relativos ao mesmo ano (2025), onde, diversamente do que entendeu a ilustre Comissão, **consta expressamente os dias em que se realizaram as segundas praças exitosas, ou seja: 02/12/2025, 29/01/2025 e 28/02/2025, respectivamente.**

Em frente do exposto, REQUER **a reforma da decisão que julgou o requerente inabilitado** haja vista o preenchimento dos requisitos necessários para tal mister.

Pede deferimento.

gov.br Documento assinado digitalmente
GIBRALTAR PEDRO CIPRIANO VIDAL
Data: 27/05/2026 17:33:13-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

26.

Gibraltar Pedro Cipriano Vidal

À
COMISSÃO ESPECIAL DE CREDENCIAMENTO
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA – MJSP
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS E GESTÃO DE ATIVOS – SENAD

Ref.: Credenciamento nº 01/2026 – Recurso Administrativo contra Inabilitação

RECORRENTE: FELIPE NUNES GOMES TEIXEIRA BIGNARDI
CPF: 288.188.338-98
Matrícula JUCESP: 950
Processo SEI nº: 08129.004128/2026-55

DOS FATOS

O Recorrente participou do Credenciamento nº 01/2026, promovido pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos – SENAD/MJSP, cujo objeto consiste no credenciamento de Leiloeiros Públicos Oficiais para eventual contratação visando à alienação de ativos oriundos da prática de crimes.

Cumpre ressaltar que o leiloeiro Felipe Nunes Gomes Teixeira Bignardi manteve vigente o Contrato nº 37/2023, no período compreendido entre 31/12/2023 e 31/12/2025, mediante o qual prestou serviços de leilões à SENAD.

Contudo, conforme relação de inabilitados divulgada pela Comissão Especial de Credenciamento, o Recorrente foi considerado inabilitado sob o fundamento de suposto não atendimento aos requisitos previstos nos itens c.1 e c.2 do edital.

Entretanto, a decisão merece revisão, uma vez que a documentação apresentada comprova plenamente o atendimento das exigências editalícias.

DO ATENDIMENTO AO ITEM c.1 DO EDITAL

O item c.1 exige:

“Documento comprobatório do efetivo exercício da atividade de Leiloeiro Oficial por, no mínimo, 3 (três) anos, em períodos contínuos ou alternados, tais como: demonstrativos de publicidade de leilões realizados, declarações emitidas por pessoas jurídicas contratantes, entre outros meios idôneos de comprovação.”

Este documento foi assinado digitalmente por Felipe Nunes Gomes Teixeira Bignardi.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://oab.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 97CF-1010-4DEC-8236.

Este documento foi assinado digitalmente por Felipe Nunes Gomes Teixeira Bignardi.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://oab.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 97CF-1010-4DEC-8236.

Para atendimento da exigência, o Recorrente apresentou os seguintes documentos:

- **Documento ID 35153631**

  Fls.1/3



Este documento foi assinado digitalmente por Felipe Nunes Gomes Teixeira Bignardi.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://oab.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 97CF-1010-4DEC-8236.

Este documento foi assinado digitalmente por Felipe Nunes Gomes Teixeira Bignardi.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://oab.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 97CF-1010-4DEC-8236.



Este documento foi assinado digitalmente por Felipe Nunes Gomes Teixeira Bignardi.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://oab.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 97CF-1010-4DEC-8236.

Este documento foi assinado digitalmente por Felipe Nunes Gomes Teixeira Bignardi.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://oab.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 97CF-1010-4DEC-8236.



Este documento foi assinado digitalmente por Felipe Nunes Gomes Teixeira Bignardi.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://oab.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 97CF-1010-4DEC-8236.

Este documento foi assinado digitalmente por Felipe Nunes Gomes Teixeira Bignardi.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://oab.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 97CF-1010-4DEC-8236.

- **Documento ID 35153634**

  Fls.1/3



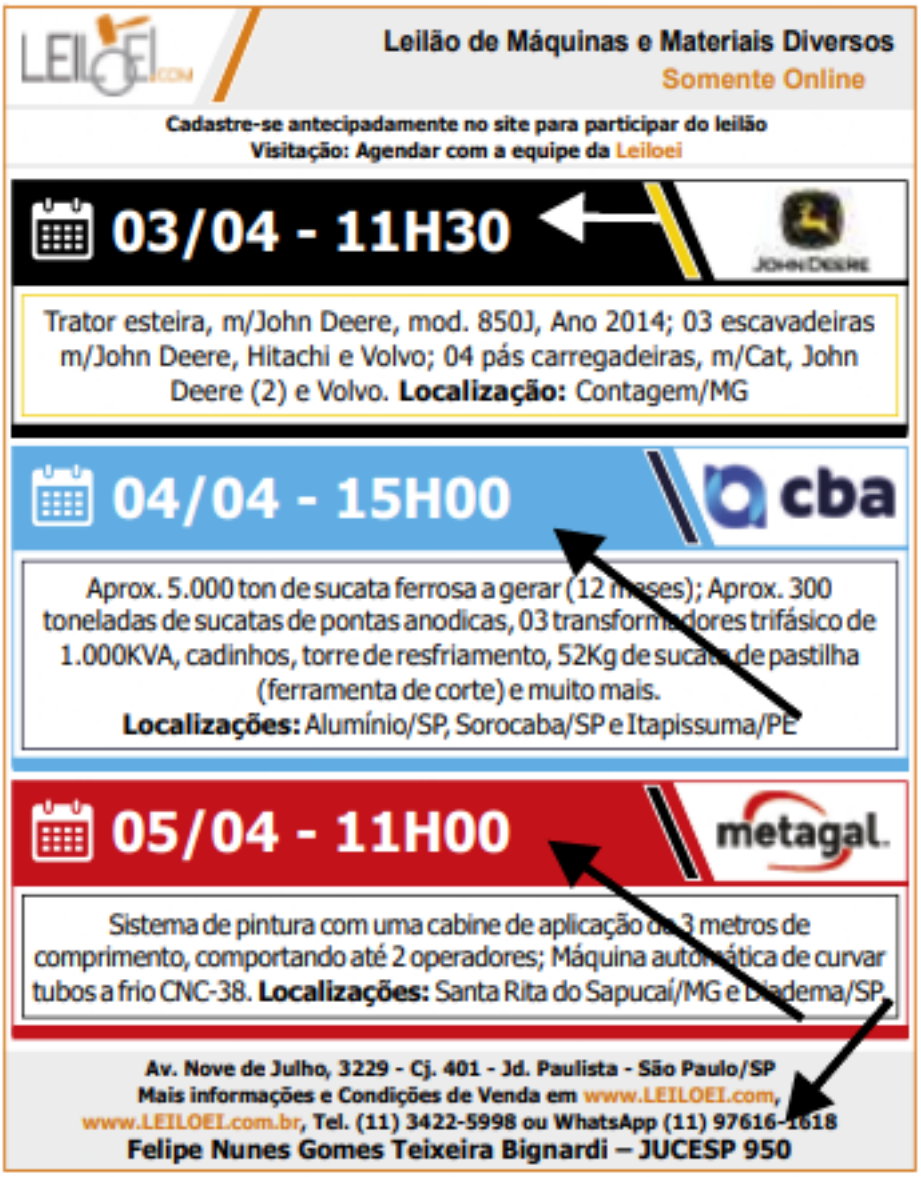
Este documento foi assinado digitalmente por Felipe Nunes Gomes Teixeira Bignardi.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://oab.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 97CF-1010-4DEC-8236.

Este documento foi assinado digitalmente por Felipe Nunes Gomes Teixeira Bignardi.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://oab.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 97CF-1010-4DEC-8236.



Este documento foi assinado digitalmente por Felipe Nunes Gomes Teixeira Bignardi.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://oab.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 97CF-1010-4DEC-8236.

Este documento foi assinado digitalmente por Felipe Nunes Gomes Teixeira Bignardi.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://oab.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 97CF-1010-4DEC-8236.

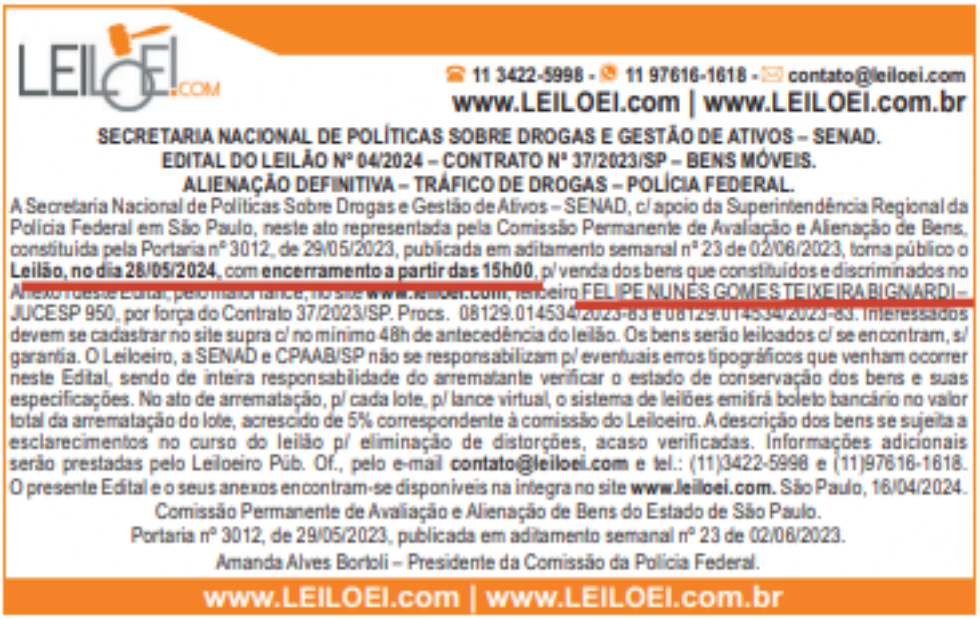


Este documento foi assinado digitalmente por Felipe Nunes Gomes Teixeira Bignardi.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://oab.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 97CF-1010-4DEC-8236.

Este documento foi assinado digitalmente por Felipe Nunes Gomes Teixeira Bignardi.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://oab.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 97CF-1010-4DEC-8236.

- **Documento ID 35153638**

Fls.2/4



LEILOEI.COM

☎ 11 3422-5998 - 11 97616-1618 - contato@leiloei.com
www.LEILOEI.com | www.LEILOEI.com.br

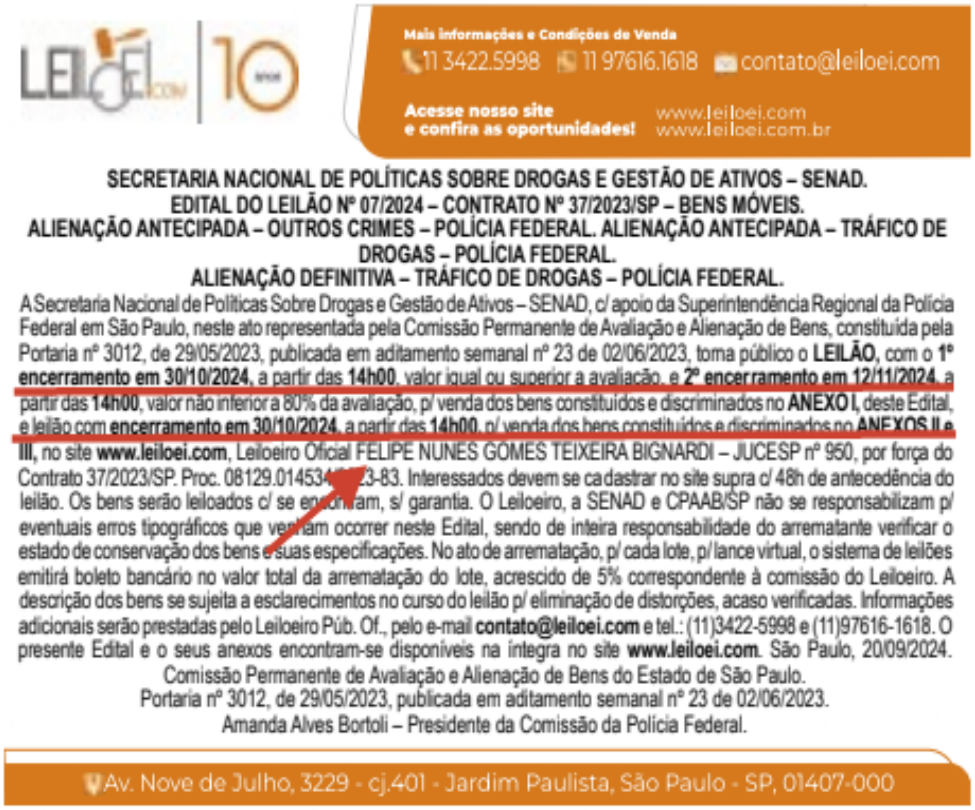
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS E GESTÃO DE ATIVOS – SENAD.
EDITAL DO LEILÃO Nº 04/2024 – CONTRATO Nº 37/2023/SP – BENS MÓVEIS.
ALIENAÇÃO DEFINITIVA – TRÁFICO DE DROGAS – POLÍCIA FEDERAL.

A Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas e Gestão de Ativos – SENAD, c/ apoio da Superintendência Regional da Polícia Federal em São Paulo, neste ato representada pela Comissão Permanente de Avaliação e Alienação de Bens, constituída pela Portaria nº 3012, de 29/05/2023, publicada em aditamento semanal nº 23 de 02/06/2023, torna público o **Leilão, no dia 28/05/2024**, com **encerramento a partir das 15h00**, p/ venda dos bens que constituídos e discriminados no Anexo I deste Edital, pelo maior lance, no site **www.leiloei.com**, leiloeiro FELIPE NUNES GOMES TEIXEIRA BIGNARDI – JUCESP 950, por força do Contrato 37/2023/SP. Procs. 08129.014534/2023-83 e 08129.014534/2023-83. Interessados devem se cadastrar no site supra c/ no mínimo 48h de antecedência do leilão. Os bens serão leiloados c/ se encontram, s/ garantia. O Leiloeiro, a SENAD e CPAAB/SP não se responsabilizam p/ eventuais erros tipográficos que venham ocorrer neste Edital, sendo de inteira responsabilidade do arrematante verificar o estado de conservação dos bens e suas especificações. No ato de arrematação, p/ cada lote, p/ lance virtual, o sistema de leilões emitirá boleto bancário no valor total da arrematação do lote, acrescido de 5% correspondente à comissão do Leiloeiro. A descrição dos bens se sujeita a esclarecimentos no curso do leilão p/ eliminação de distorções, acaso verificadas. Informações adicionais serão prestadas pelo Leiloeiro Púb. Of., pelo e-mail **contato@leiloei.com** e tel.: (11)3422-5998 e (11)97616-1618. O presente Edital e o seus anexos encontram-se disponíveis na íntegra no site **www.leiloei.com**. São Paulo, 16/04/2024.

Comissão Permanente de Avaliação e Alienação de Bens do Estado de São Paulo.
Portaria nº 3012, de 29/05/2023, publicada em aditamento semanal nº 23 de 02/06/2023.
Amanda Alves Bortoli – Presidente da Comissão da Polícia Federal.

www.LEILOEI.com | www.LEILOEI.com.br

Fls.3/4



LEILOEI.COM | 10 anos

Mais informações e Condições de Venda
11 3422.5998 | 11 97616.1618 | contato@leiloei.com
Acesse nosso site e confira as oportunidades! www.leiloei.com www.leiloei.com.br

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS E GESTÃO DE ATIVOS – SENAD.
EDITAL DO LEILÃO Nº 07/2024 – CONTRATO Nº 37/2023/SP – BENS MÓVEIS.
ALIENAÇÃO ANTECIPADA – OUTROS CRIMES – POLÍCIA FEDERAL. ALIENAÇÃO ANTECIPADA – TRÁFICO DE DROGAS – POLÍCIA FEDERAL.
ALIENAÇÃO DEFINITIVA – TRÁFICO DE DROGAS – POLÍCIA FEDERAL.

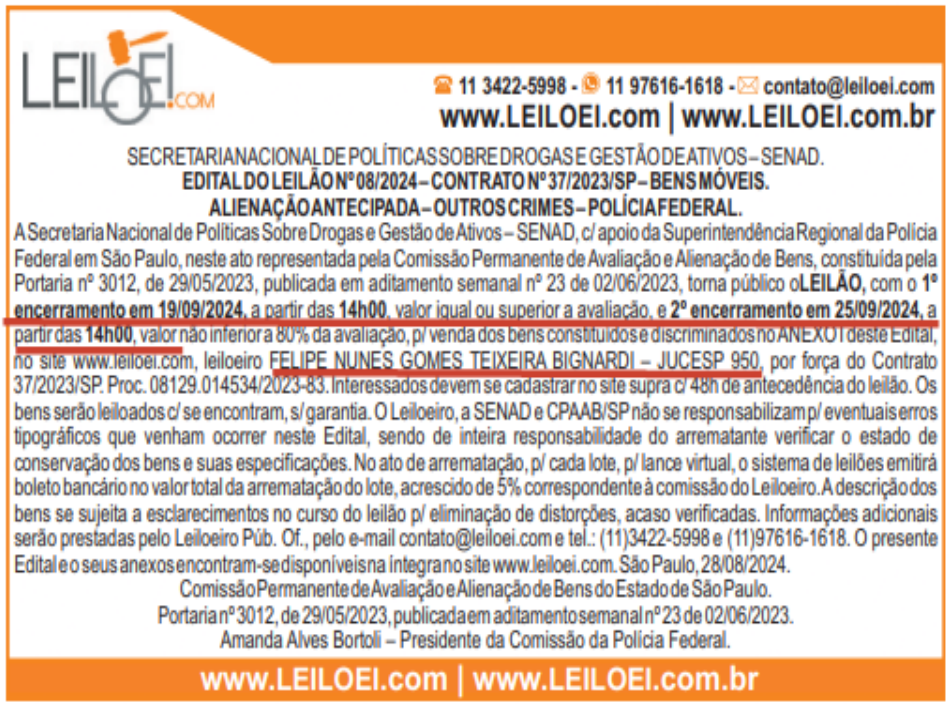
A Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas e Gestão de Ativos – SENAD, c/ apoio da Superintendência Regional da Polícia Federal em São Paulo, neste ato representada pela Comissão Permanente de Avaliação e Alienação de Bens, constituída pela Portaria nº 3012, de 29/05/2023, publicada em aditamento semanal nº 23 de 02/06/2023, torna público o **LEILÃO**, com o **1º encerramento em 30/10/2024**, a partir das **14h00**, valor igual ou superior a avaliação, e **2º encerramento em 12/11/2024**, a partir das **14h00**, valor não inferior a 80% da avaliação, p/ venda dos bens constituídos e discriminados no **ANEXO I**, deste Edital, e leilão com **encerramento em 30/10/2024**, a partir das **14h00**, p/ venda dos bens constituídos e discriminados no **ANEXOS II e III**, no site **www.leiloei.com**, Leiloeiro Oficial FELIPE NUNES GOMES TEIXEIRA BIGNARDI – JUCESP nº 950, por força do Contrato 37/2023/SP. Proc. 08129.014534/2023-83. Interessados devem se cadastrar no site supra c/ 48h de antecedência do leilão. Os bens serão leiloados c/ se encontram, s/ garantia. O Leiloeiro, a SENAD e CPAAB/SP não se responsabilizam p/ eventuais erros tipográficos que venham ocorrer neste Edital, sendo de inteira responsabilidade do arrematante verificar o estado de conservação dos bens e suas especificações. No ato de arrematação, p/ cada lote, p/ lance virtual, o sistema de leilões emitirá boleto bancário no valor total da arrematação do lote, acrescido de 5% correspondente à comissão do Leiloeiro. A descrição dos bens se sujeita a esclarecimentos no curso do leilão p/ eliminação de distorções, acaso verificadas. Informações adicionais serão prestadas pelo Leiloeiro Púb. Of., pelo e-mail **contato@leiloei.com** e tel.: (11)3422-5998 e (11)97616-1618. O presente Edital e o seus anexos encontram-se disponíveis na íntegra no site **www.leiloei.com**. São Paulo, 20/09/2024.

Comissão Permanente de Avaliação e Alienação de Bens do Estado de São Paulo.
Portaria nº 3012, de 29/05/2023, publicada em aditamento semanal nº 23 de 02/06/2023.
Amanda Alves Bortoli – Presidente da Comissão da Polícia Federal.

Av. Nove de Julho, 3229 - cj.401 - Jardim Paulista, São Paulo - SP, 01407-000

Este documento foi assinado digitalmente por Felipe Nunes Gomes Teixeira Bignardi.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://oab.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 97CF-1010-4DEC-8236.

Este documento foi assinado digitalmente por Felipe Nunes Gomes Teixeira Bignardi.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://oab.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 97CF-1010-4DEC-8236.



LEILOEI.COM

☎ 11 3422-5998 - 11 97616-1618 - contato@leiloei.com
www.LEILOEI.com | www.LEILOEI.com.br

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS E GESTÃO DE ATIVOS – SENAD.
EDITAL DO LEILÃO Nº 08/2024 – CONTRATO Nº 37/2023/SP – BENS MÓVEIS.
ALIENAÇÃO ANTECIPADA – OUTROS CRIMES – POLÍCIA FEDERAL.

A Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas e Gestão de Ativos – SENAD, c/ apoio da Superintendência Regional da Polícia Federal em São Paulo, neste ato representada pela Comissão Permanente de Avaliação e Alienação de Bens, constituída pela Portaria nº 3012, de 29/05/2023, publicada em aditamento semanal nº 23 de 02/06/2023, torna público o **LEILÃO**, com o **1º encerramento em 19/09/2024**, a partir das **14h00**, valor igual ou superior a avaliação, e **2º encerramento em 25/09/2024**, a partir das **14h00**, valor não inferior a 80% da avaliação, p/ venda dos bens constituídos e discriminados no ANEXO I deste Edital, no site www.leiloei.com, leiloeiro FELIPE NUNES GOMES TEIXEIRA BIGNARDI – JUCESP 950, por força do Contrato 37/2023/SP. Proc. 08129.014534/2023-83. Interessados devem se cadastrar no site supra c/ 48h de antecedência do leilão. Os bens serão leiloados c/ se encontram, s/ garantia. O Leiloeiro, a SENAD e CPAAB/SP não se responsabilizam p/ eventuais erros tipográficos que venham ocorrer neste Edital, sendo de inteira responsabilidade do arrematante verificar o estado de conservação dos bens e suas especificações. No ato de arrematação, p/ cada lote, p/ lance virtual, o sistema de leilões emitirá boleto bancário no valor total da arrematação do lote, acrescido de 5% correspondente à comissão do Leiloeiro. A descrição dos bens se sujeita a esclarecimentos no curso do leilão p/ eliminação de distorções, acaso verificadas. Informações adicionais serão prestadas pelo Leiloeiro Púb. Of., pelo e-mail contato@leiloei.com e tel.: (11)3422-5998 e (11)97616-1618. O presente Edital e o seus anexos encontram-se disponíveis na íntegra no site www.leiloei.com. São Paulo, 28/08/2024.

Comissão Permanente de Avaliação e Alienação de Bens do Estado de São Paulo.
Portaria nº 3012, de 29/05/2023, publicada em aditamento semanal nº 23 de 02/06/2023.
Amanda Alves Bortoli – Presidente da Comissão da Polícia Federal.

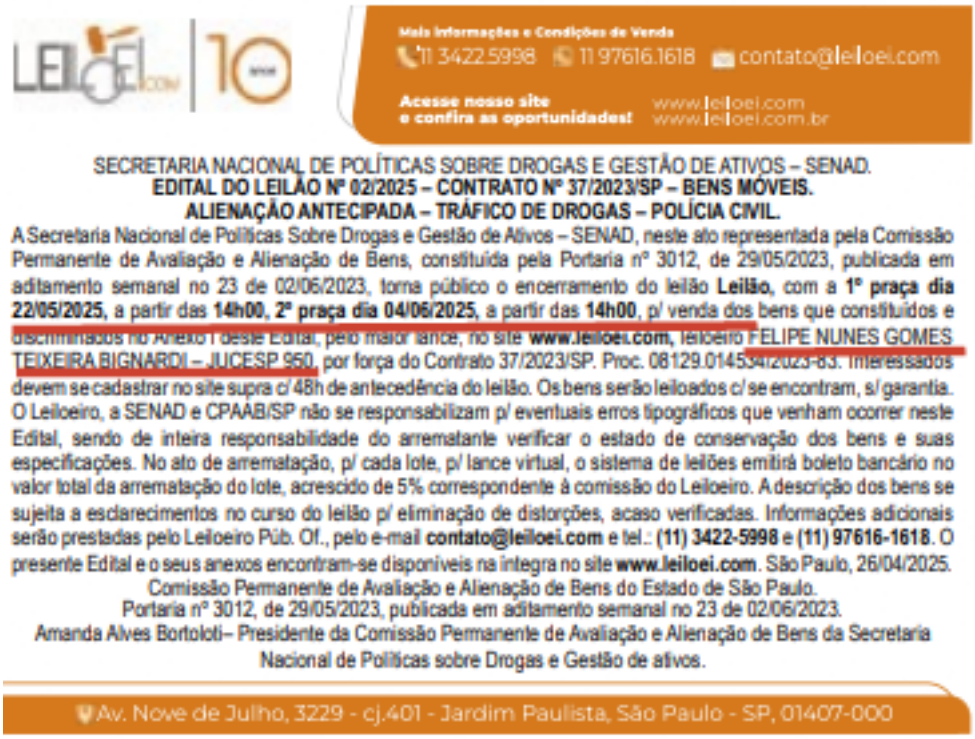
www.LEILOEI.com | www.LEILOEI.com.br

Este documento foi assinado digitalmente por Felipe Nunes Gomes Teixeira Bignardi.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://oab.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 97CF-1010-4DEC-8236.

Este documento foi assinado digitalmente por Felipe Nunes Gomes Teixeira Bignardi.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://oab.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 97CF-1010-4DEC-8236.

- **Documento ID 35153640**

Fls.1/3



Mais informações e Condições de Venda
11 3422.5998 11 97616.1618 contato@leiloei.com
Acesse nosso site e confira as oportunidades! www.leiloei.com www.leiloei.com.br

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS E GESTÃO DE ATIVOS – SENAD.
EDITAL DO LEILÃO Nº 02/2025 – CONTRATO Nº 37/2023/SP – BENS MÓVEIS.
ALIENAÇÃO ANTECIPADA – TRÁFICO DE DROGAS – POLÍCIA CIVIL.

A Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas e Gestão de Ativos – SENAD, neste ato representada pela Comissão Permanente de Avaliação e Alienação de Bens, constituída pela Portaria nº 3012, de 29/05/2023, publicada em aditamento semanal no 23 de 02/06/2023, torna público o encerramento do leilão **Leilão**, com a **1ª praça dia 22/05/2025**, a partir das **14h00, 2ª praça dia 04/06/2025**, a partir das **14h00**, p/ venda dos bens que constituídos e discriminados no Anexo I deste Edital, pelo maior lance, no site **www.leiloei.com**, leiloeiro FELIPE NUNES GOMES TEIXEIRA BIGNARDI – JUCESP 950, por força do Contrato 37/2023/SP. Proc. 08129.014534/2023-83. Interessados devem se cadastrar no site supra c/ 48h de antecedência do leilão. Os bens serão leiloados c/ se encontram, s/ garantia. O Leiloeiro, a SENAD e CPAAB/SP não se responsabilizam p/ eventuais erros tipográficos que venham ocorrer neste Edital, sendo de inteira responsabilidade do arrematante verificar o estado de conservação dos bens e suas especificações. No ato de arrematação, p/ cada lote, p/ lance virtual, o sistema de leilões emitirá boleto bancário no valor total da arrematação do lote, acrescido de 5% correspondente à comissão do Leiloeiro. A descrição dos bens se sujeita a esclarecimentos no curso do leilão p/ eliminação de distorções, acaso verificadas. Informações adicionais serão prestadas pelo Leiloeiro Púb. Of., pelo e-mail **contato@leiloei.com** e tel.: **(11) 3422-5998** e **(11) 97616-1618**. O presente Edital e o seus anexos encontram-se disponíveis na íntegra no site **www.leiloei.com**. São Paulo, 26/04/2025.

Comissão Permanente de Avaliação e Alienação de Bens do Estado de São Paulo.
Portaria nº 3012, de 29/05/2023, publicada em aditamento semanal no 23 de 02/06/2023.
Amanda Alves Bortoloti – Presidente da Comissão Permanente de Avaliação e Alienação de Bens da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de ativos.

Av. Nove de Julho, 3229 - cj.401 - Jardim Paulista, São Paulo - SP, 01407-000

Fls.2/3



Mais informações e Condições de Venda
11 3422.5998 11 97616.1618 contato@leiloei.com
Acesse nosso site e confira as oportunidades! www.leiloei.com www.leiloei.com.br

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS E GESTÃO DE ATIVOS – SENAD.
EDITAL DO LEILÃO Nº 07/2025 – CONTRATO Nº 37/2023/SP – BENS MÓVEIS.
ALIENAÇÃO DEFINITIVA – LAVAGEM DE DINHEIRO – POLÍCIA CIVIL.

A Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas e Gestão de Ativos – SENAD, neste ato representada pela Comissão Permanente de Avaliação e Alienação de Bens, constituída pela Portaria nº 07, de 28 de janeiro de 2025, que altera a Portaria nº 02, de 12 de março de 2024, criada pela Resolução nº 66/2023/SSP, torna público o **Leilão**, com o encerramento dia **12 de agosto de 2025**, a partir das **14h30**, p/ venda dos bens que constituídos e discriminados no Anexo I deste Edital, pelo maior lance, no site **www.leiloei.com**, leiloeiro FELIPE NUNES GOMES TEIXEIRA BIGNARDI – JUCESP 950, por força do Contrato 37/2023/SP. Proc. 08129.014534/2023-83. Interessados devem se cadastrar no site supra c/ 48h de antecedência do leilão. Os bens serão leiloados c/ se encontram, s/ garantia. O Leiloeiro, a SENAD e CPAAB/SP não se responsabilizam p/ eventuais erros tipográficos que venham ocorrer neste Edital, sendo de inteira responsabilidade do arrematante verificar o estado de conservação dos bens e suas especificações. No ato de arrematação, p/ cada lote, p/ lance virtual, o sistema de leilões emitirá boleto bancário no valor total da arrematação do lote, acrescido de 5% correspondente à comissão do Leiloeiro. A descrição dos bens se sujeita a esclarecimentos no curso do leilão p/ eliminação de distorções, acaso verificadas. Informações adicionais serão prestadas pelo Leiloeiro Púb. Of., pelo e-mail **contato@leiloei.com** e tel.: (11) 3422-5998 e (11) 97616-1618. O presente Edital e o seus anexos encontram-se disponíveis na íntegra no site **www.leiloei.com**. São Paulo, 21/07/2025.

Comissão Permanente de Avaliação e Alienação de Bens do Estado de São Paulo.
Portaria nº 07, de 28 de janeiro de 2025, que altera a Portaria nº 02, de 12 de março de 2024, criada pela Resolução nº 66/2023/SSP.
Marcos Luchesi Farias – Presidente da Comissão Permanente de Avaliação e Alienação de Bens da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos.

Av. Nove de Julho, 3229 - cj.401 - Jardim Paulista, São Paulo - SP, 01407-000

Este documento foi assinado digitalmente por Felipe Nunes Gomes Teixeira Bignardi.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://oab.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 97CF-1010-4DEC-8236.

Este documento foi assinado digitalmente por Felipe Nunes Gomes Teixeira Bignardi.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://oab.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 97CF-1010-4DEC-8236.



LEILOEI.COM | 10 anos

Mais informações e Condições de Venda
11 3422 5998 | 11 97616.1618 | contato@leiloei.com
Acesse nosso site e confira as oportunidades! www.leiloei.com www.leiloei.com.br

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS E GESTÃO DE ATIVOS – SENAD.
EDITAL DO LEILÃO Nº 11/2025 – CONTRATO Nº 37/2023/SP – BENS MÓVEIS.
ALIENAÇÃO DEFINITIVA – TRÁFICO DE DROGAS – POLÍCIA FEDERAL.

A Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas e Gestão de Ativos – SENAD, com apoio da Estrutura Organizacional do Estado de São Paulo, neste ato representada pela Comissão Permanente de Avaliação e Alienação de Bens, pela Portaria nº 3012, de 29/05/2023, publicada em aditamento semanal nº 23 de 02/06/2023, torna público o **Leilão**, com o encerramento dia **18 de dezembro de 2025**, a partir das **14h00**, p/ venda dos bens que constituídos e discriminados no Anexo I deste Edital, pelo maior lance, no site www.leiloei.com, leiloeiro FELIPE NUNES GOMES TEIXEIRA BIGNARDI – JUCESP 960, por força do Contrato 37/2023/SP. Proc. 08129.014534/2023-83. Interessados devem se cadastrar no site supra c/ 48h de antecedência do leilão. Os bens serão leiloados c/ se encontram, s/ garantia. O Leiloeiro, a SENAD e CPAAB/SP não se responsabilizam p/ eventuais erros tipográficos que venham ocorrer neste Edital, sendo de inteira responsabilidade do arrematante verificar o estado de conservação dos bens e suas especificações. No ato de arrematação, p/ cada lote, p/ lance virtual, o sistema de leilões emitirá boleto bancário no valor total da arrematação do lote, acrescido de 5% correspondente à comissão do Leiloeiro. A descrição dos bens se sujeita a esclarecimentos no curso do leilão p/ eliminação de distorções, acaso verificadas. Informações adicionais serão prestadas pelo Leiloeiro Púb. Of., pelo e-mail contato@leiloei.com e tel.: (11) 3422-5998 e (11) 97616-1618. O presente Edital e o seus anexos encontram-se disponíveis na íntegra no site www.leiloei.com. São Paulo, 26/11/2025.
Comissão Permanente de Avaliação e Alienação de Bens do Estado de São Paulo.
Portaria nº 3012, de 29/05/2023, publicada em aditamento semanal nº 23 de 02/06/2023.
AMANDA ALVES BORTOLOTI – Presidente da Comissão Permanente de Avaliação e Alienação de Bens da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos

Av. Nove de Julho, 3229 - cj.401 - Jardim Paulista, São Paulo - SP, 01407-000

Os documentos acima demonstram de forma inequívoca o efetivo exercício da atividade de Leiloeiro Oficial pelo período mínimo exigido no edital, contendo elementos aptos à comprovação da atuação profissional, inclusive com indicação das datas de realização dos leilões.

Importante destacar que o edital admite “outros meios idôneos de comprovação”, não restringindo a comprovação a um único formato documental. Dessa forma, requer-se a reconsideração da decisão de inabilitação quanto ao item c.1.

DO ATENDIMENTO AO ITEM c.2 DO EDITAL

O item c.2 estabelece a necessidade de apresentação de:

“Atestado(s) de Capacidade Técnica emitido(s) em nome do Leiloeiro, por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a realização exitosa de, no mínimo, 03 (três) leilões no período máximo de 12 meses.”

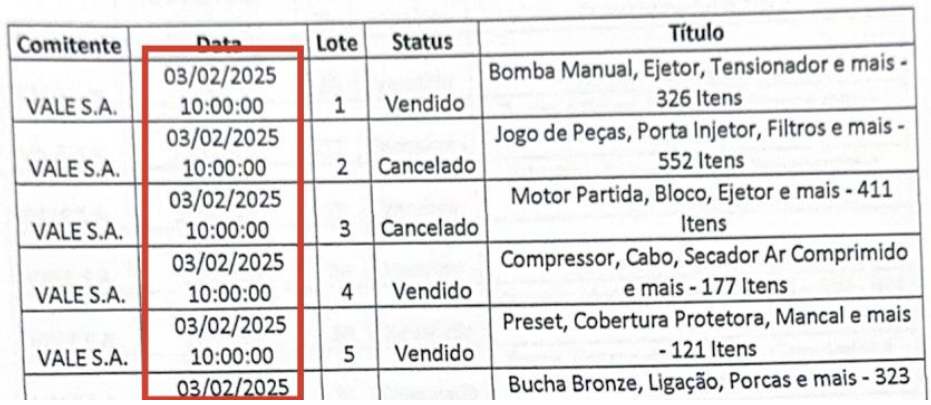
Para cumprimento da exigência, foram apresentados os seguintes documentos:

Este documento foi assinado digitalmente por Felipe Nunes Gomes Teixeira Bignardi.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://oab.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 97CF-1010-4DEC-8236.

Este documento foi assinado digitalmente por Felipe Nunes Gomes Teixeira Bignardi.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://oab.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 97CF-1010-4DEC-8236.

- **Documento ID 35153641**

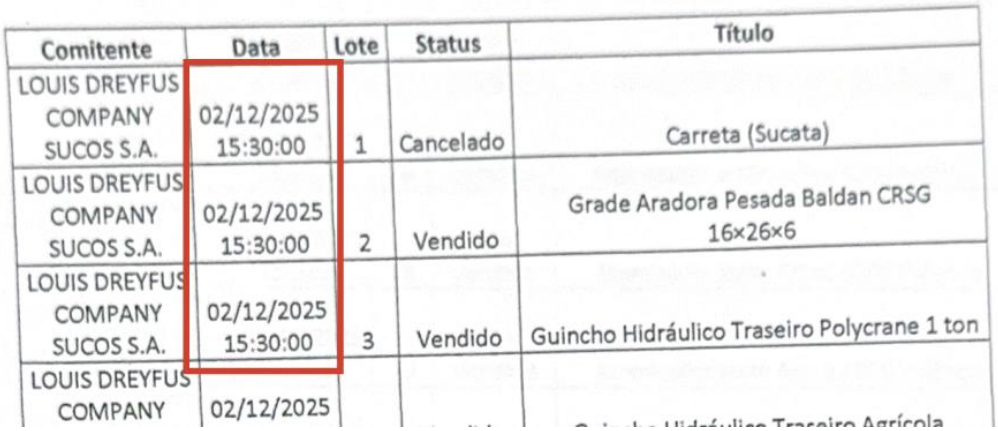
  Fls.2/7



Comitente	Data	Lote	Status	Título
VALE S.A.	03/02/2025 10:00:00	1	Vendido	Bomba Manual, Ejetor, Tensionador e mais - 326 Itens
VALE S.A.	03/02/2025 10:00:00	2	Cancelado	Jogo de Peças, Porta Injetor, Filtros e mais - 552 Itens
VALE S.A.	03/02/2025 10:00:00	3	Cancelado	Motor Partida, Bloco, Ejetor e mais - 411 Itens
VALE S.A.	03/02/2025 10:00:00	4	Vendido	Compressor, Cabo, Secador Ar Comprimido e mais - 177 Itens
VALE S.A.	03/02/2025 10:00:00	5	Vendido	Preset, Cobertura Protetora, Mancal e mais - 121 Itens
	03/02/2025			Bucha Bronze, Ligação, Porcas e mais - 323

- **Documento ID 35153643**

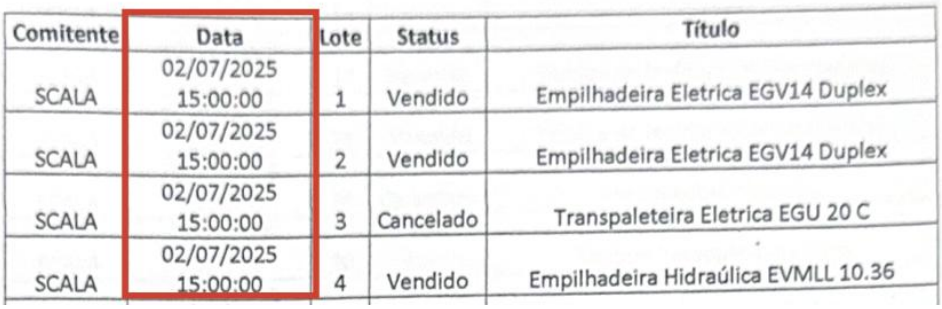
  Fls.2/5



Comitente	Data	Lote	Status	Título
LOUIS DREYFUS COMPANY SUCOS S.A.	02/12/2025 15:30:00	1	Cancelado	Carreta (Sucata)
LOUIS DREYFUS COMPANY SUCOS S.A.	02/12/2025 15:30:00	2	Vendido	Grade Aradora Pesada Baldan CRSG 16×26×6
LOUIS DREYFUS COMPANY SUCOS S.A.	02/12/2025 15:30:00	3	Vendido	Guincho Hidráulico Traseiro Polycrane 1 ton
LOUIS DREYFUS COMPANY	02/12/2025			

- **Documento ID 35153644**

  Fls.2/4



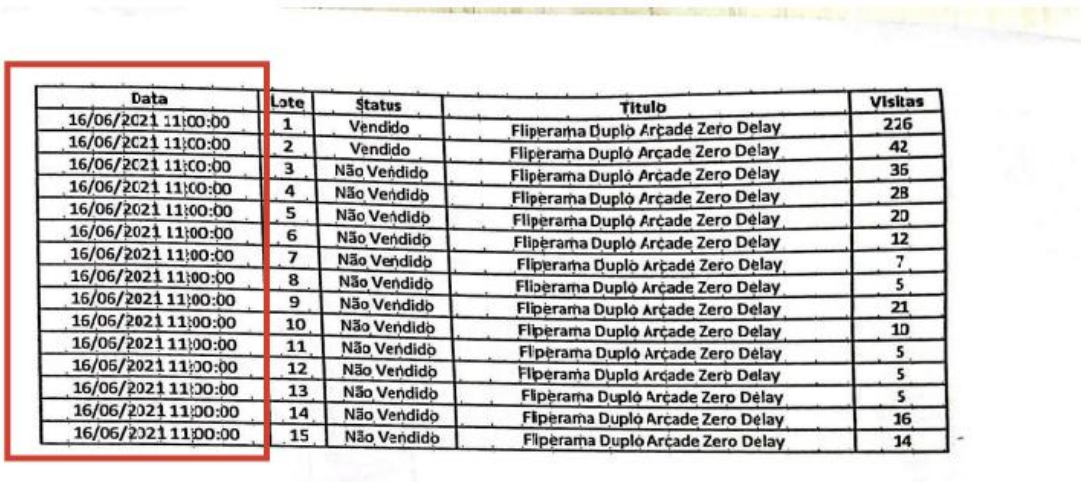
Comitente	Data	Lote	Status	Título
SCALA	02/07/2025 15:00:00	1	Vendido	Empilhadeira Eletrica EGV14 Duplex
SCALA	02/07/2025 15:00:00	2	Vendido	Empilhadeira Eletrica EGV14 Duplex
SCALA	02/07/2025 15:00:00	3	Cancelado	Transpaleteira Eletrica EGU 20 C
SCALA	02/07/2025 15:00:00	4	Vendido	Empilhadeira Hidraúlica EVMLL 10.36

Este documento foi assinado digitalmente por Felipe Nunes Gomes Teixeira Bignardi.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://oab.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 97CF-1010-4DEC-8236.

Este documento foi assinado digitalmente por Felipe Nunes Gomes Teixeira Bignardi.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://oab.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 97CF-1010-4DEC-8236.

- **Documento ID 35153645**

  Fls.2/15



Data	Lote	Status	Título	Visitas
16/06/2021 11:00:00	1	Vendido	Fliperama Duplo Arcade Zero Delay	226
16/06/2021 11:00:00	2	Vendido	Fliperama Duplo Arcade Zero Delay	42
16/06/2021 11:00:00	3	Não Vendido	Fliperama Duplo Arcade Zero Delay	36
16/06/2021 11:00:00	4	Não Vendido	Fliperama Duplo Arcade Zero Delay	28
16/06/2021 11:00:00	5	Não Vendido	Fliperama Duplo Arcade Zero Delay	20
16/06/2021 11:00:00	6	Não Vendido	Fliperama Duplo Arcade Zero Delay	12
16/06/2021 11:00:00	7	Não Vendido	Fliperama Duplo Arcade Zero Delay	7
16/06/2021 11:00:00	8	Não Vendido	Fliperama Duplo Arcade Zero Delay	5
16/06/2021 11:00:00	9	Não Vendido	Fliperama Duplo Arcade Zero Delay	21
16/06/2021 11:00:00	10	Não Vendido	Fliperama Duplo Arcade Zero Delay	10
16/06/2021 11:00:00	11	Não Vendido	Fliperama Duplo Arcade Zero Delay	5
16/06/2021 11:00:00	12	Não Vendido	Fliperama Duplo Arcade Zero Delay	5
16/06/2021 11:00:00	13	Não Vendido	Fliperama Duplo Arcade Zero Delay	5
16/06/2021 11:00:00	14	Não Vendido	Fliperama Duplo Arcade Zero Delay	16
16/06/2021 11:00:00	15	Não Vendido	Fliperama Duplo Arcade Zero Delay	14

Os atestados apresentados comprovam a realização de leilões conduzidos pelo Recorrente, contendo informações suficientes para demonstrar a capacidade técnica exigida no edital, inclusive com referência às respectivas datas de realização.

Ademais, eventual interpretação restritiva ou dúvida formal acerca da documentação deveria ensejar diligência complementar, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021, privilegiando-se a ampliação da competitividade e a busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

A jurisprudência dos Tribunais de Contas e o entendimento consolidado na Administração Pública orientam que falhas meramente formais, sanáveis ou que não comprometam a comprovação material da qualificação técnica, não devem resultar em inabilitação automática do licitante/credenciado.

DOS PRINCÍPIOS APLICÁVEIS

A manutenção da inabilitação, apesar da existência de documentação apta à comprovação dos requisitos, afronta os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, competitividade e formalismo moderado, todos aplicáveis aos procedimentos regidos pela Lei nº 14.133/2021.

O procedimento de credenciamento possui natureza ampliativa de participação, devendo a Administração privilegiar a habilitação dos interessados sempre que comprovada materialmente a capacidade técnica exigida.

Este documento foi assinado digitalmente por Felipe Nunes Gomes Teixeira Bignardi.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://oab.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 97CF-1010-4DEC-8236.

Este documento foi assinado digitalmente por Felipe Nunes Gomes Teixeira Bignardi.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://oab.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 97CF-1010-4DEC-8236.

DO PEDIDO

Diante do exposto, requer:

1. O recebimento e conhecimento do presente recurso administrativo, por ser tempestivo;

2. A reconsideração da decisão que declarou a inabilitação do Recorrente nos itens c.1 e c.2 do edital;

3. O reconhecimento de que os documentos apresentados atendem às exigências editalícias relativas, à comprovação do efetivo exercício da atividade de Leiloeiro Oficial por período mínimo de 3 anos; e à comprovação da capacidade técnica mediante realização exitosa de leilões;

4. Subsidiariamente, caso entendam necessário, seja promovida diligência para complementação/esclarecimento documental, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Nestes termos, pede deferimento.

São Paulo/SP, 28 de maio de 2026.

FELIPE NUNES GOMES TEIXEIRA BIGNARDI
Leiloeiro Oficial – JUCESP nº 950

Este documento foi assinado digitalmente por Felipe Nunes Gomes Teixeira Bignardi.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://oab.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 97CF-1010-4DEC-8236.

Este documento foi assinado digitalmente por Felipe Nunes Gomes Teixeira Bignardi.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://oab.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código 97CF-1010-4DEC-8236.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal OAB. Para verificar as assinaturas clique no link: http://oab.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/97CF-1010-4DEC-8236 ou vá até o site http://oab.portaldeassinaturas.com.br e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 97CF-1010-4DEC-8236

Hash do Documento

6DD4A690A9409025619397F4EE9DD2A2CCAAF40FEA2CEF267A9C31C68F524E2C

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/05/2026 é(são) :

☑ **Nome no certificado:** Felipe Nunes Gomes Teixeira Bignardi em 28/05/2026 16:44 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital

Evidências

Geolocation: Latitude: -23.568563946797514 Longitude: -46.65927613541087 Accuracy: 78
IP: 172.16.4.20
AC: AC OAB G3

À
Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos – SENAD

Ref.: Pedido de Revisão de Documentação – Credenciamento de Leiloeiro Oficial

Ilustríssimos Senhores,

O Leiloeiro Oficial Luís Otavio Marcolino Shinkawa, devidamente matriculado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o n° 1201, inscrito sob CPF n° 074.534.886-64, vem, respeitosamente, perante esta Secretaria, apresentar o presente

RECURSO ADMINISTRATIVO
PEDIDO DE REVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO – CREDENCIAMENTO DE LEILOEIRO

pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

1) DA TEMPESTIDADE DO RECURSO

O presente recurso é tempestivo, nos termos do item 5.2 e item 5.4.do Capítulo 5 do Edital de Credenciamento de Leiloeiros da SENAD, **sendo apresentado dentro do prazo de 3 dias a partir da publicação do resultado do credenciamento**.

Uma vez que a publicação ocorreu na data de 26 de maio de 2026, este recurso está apto a ser apreciado para revisão e reapreciação das decisões administrativas relacionadas ao procedimento de credenciamento.

Além disso, destaca-se que o recorrente atuou em estrita boa-fé administrativa, apresentando os documentos solicitados tão logo obteve ciência da necessidade de complementação documental, inexistindo qualquer intenção de descumprimento das exigências editalícias.

Assim, requer seja reconhecida a tempestividade do presente recurso administrativo, com seu regular processamento.

2) DA RESPOSTA AO E-MAIL

O recorrente recebeu comunicação eletrônica, encaminhada por esta Secretaria, na data de 27 de abril de 2026, na qual houve solicitação relacionada ao procedimento de credenciamento.

O e-mail foi respondido pelo leiloeiro, apresentando a documentação, sendo esta a apresentação de Documento comprobatório do exercício da atividade de Leiloeiro Oficial por 03 anos, e Atestado de Capacidade Técnica emitido em nome do Leiloeiro por pessoa de direito público, comprovando a realização de 03 leilões no período indicado.

Todavia, cumpre destacar que o referido e-mail original não estabeleceu prazo específico para apresentação da documentação complementar, constando apenas a solicitação para que o interessado acusasse o recebimento da comunicação no prazo de 03 (três) dias, ocasião que foi feito.

Dessa forma, não houve informação clara e objetiva quanto à existência de prazo fatal para juntada dos documentos solicitados, razão pela qual o recorrente agiu em estrita boa-fé, providenciando e apresentando a documentação necessária tão logo obteve sua regularização.

Assim, não se pode imputar ao Leiloeiro qualquer descumprimento de prazo ou desídia administrativa, sobretudo diante da ausência de previsão expressa no comunicado encaminhado pela SENAD.

3) DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO

Conforme comprovantes anexos, o recorrente apresentou a documentação exigida em 05/05/2026, atendendo à solicitação encaminhada por esta Administração.

Ainda assim, visando afastar qualquer eventual dúvida e reafirmando seu total interesse no credenciamento perante a SENAD, o Leiloeiro reapresenta os documentos abaixo relacionados:

a) Documento comprobatório do efetivo exercício da atividade de Leiloeiro Oficial por, no mínimo, 03 (três) anos, em períodos contínuos ou alternados, por meio de Editais publicados;

b) Atestado de Capacidade Técnica emitido em nome do Leiloeiro, por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a realização exitosa de, no mínimo, 03 (três) leilões no período.

Importante ressaltar que toda a documentação apresentada atende às exigências constantes do procedimento administrativo, demonstrando plenamente a capacidade técnica e a experiência profissional do recorrente.

4) DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer o recorrente:

a) O recebimento e processamento do presente Recurso Administrativo;

b) A revisão da análise anteriormente realizada no procedimento de credenciamento;

c) O recebimento e consideração integral da documentação apresentada em 05/05/2026, bem como daquela ora reapresentada;

d) O deferimento do pedido de credenciamento do Leiloeiro Oficial perante a SENAD, com o regular prosseguimento do procedimento administrativo.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Alfenas/MG, 29 de maio de 2026.

LUIS OTAVIO MARCOLINO SHINKAWA
Matrícula JUCEMG n° 1201

Aline Garca Francisco Dumenis
OAB/SP n° 492.144

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO



POLEGAR DIREITO



ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL

REGISTRO GERAL MG-14.635.935

DATA DE EXPEDIÇÃO 24/11/2011

NOME

LUIS OTAVIO MARCOLINO SHINKAWA

FILIAÇÃO

KENJIRO SHINKAWA

ANA MARIA MARCOLINO

NATURALIDADE

ELOI MENDES-MG

DATA DE NASCIMENTO

19/2/1987

DOC. ORIGEM NASC. LV-43 FL-169

ELOI MENDES-MG

CPF 074534886-64

LETÍCIA ALESSI MACHADO ROGÊDO

ASSINATURA DO DIRETOR

PII-2159

3. VIA

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

VALID

NOMEAÇÃO DE PROFISSIONAL
AUXILIARES DA JUSTIÇA
JUÍZO COMUM

Nomeação n.: **20240200002397**

Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais: **Desembargador José Arthur Filho**

Juiz requisitante: **ESPAGNER WALLYSEN VAZ LEITE**
E-mail juiz requisitante: **brunarios8@gmail.com**
Unidade: **CNL - 1ª V.Cv - Conselheiro Lafaiete - 1ª Vara Cível**
Endereço: **R Melvin Jones**

Data da nomeação: **12/01/2024**

DADOS PROCESSUAIS:

N. do processo: **01558794020168130183**
Tipo de Processo Judicial: **CUSTEADO PELAS PARTES**
Assunto: **IPTU/ IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO**
Classe: **EXECUÇÃO FISCAL**
Tipo de Natureza: **CIVEL**
Réu: **LIDIA OLIVEIRA DA SILVA NEVES**
Autor: **MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE**

DADOS DO PROFISSIONAL:

Nome: **LUIS OTAVIO MARCOLINO SHINKAWA**
N. CPF: **074.534.886-64**
Email: **luisotavioshinkawa@hotmail.com**

Nesta data, o profissional aqui identificado foi nomeado a prestar serviço no sistema Auxiliares da Justiça do TJMG nesta Vara da Justiça.
</br>
</br>MENSAGEM AUTOMÁTICA.: 12/01/2024

17/11/2025

Número: **0171921-70.2014.8.13.0625**

Classe: **[CÍVEL] EXECUÇÃO FISCAL**
Órgão julgador: **2ª Vara Cível da Comarca de São João del-Rei**
Última distribuição : **06/10/2020**
Valor da causa: **R$ 3.982,03**
Processo referência: **0171921-70.2014.8.13.0625**
Assuntos: **Municipais**
Segredo de justiça? **NÃO**
Justiça gratuita? **NÃO**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Advogados
DEPARTAMENTO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTOS (EXEQUENTE)	
EDSON ROBERTO BERGO (EXECUTADO(A))	

Outros participantes	
LUIS OTAVIO MARCOLINO SHINKAWA (LEILOEIRO(A))	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
10577892878	10/11/2025 22:00	EDITAL - SJDR 2025 101125	Edital

EDITAL DE 1 ° E 2º LEILÃO E INTIMAÇÃO DE ALIENAÇÃO JUDICIAL (LEI N.º 13.105/2015). PROCESSO: 0171921-70.2014.8.13.0625- 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO JOÃO DEL REI/MG. Exequente: DEPARTAMENTO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTOS Executado: EDSON ROBERTO BERGO

LUIS OTÁVIO MARCOLINO SHINKAWA, JUCEMG 1201, Leiloeiro Público Oficial, nomeado pelo MM Juiz desta Comarca, faz ciência aos interessados, exequente(s), executados/devedores, que no processo indicado leiloará os bens discriminados, pelo maior lance, em LEILÃO PÚBLICO a ser realizado por meio eletrônico.

1. DATA E HORÁRIO DA REALIZAÇÃO DO LEILÃO:

1.1. Data/Horário: 1º leilão 23/02/2026 às 13:00, 2º leilão 23/02/2026 às 13:15**,** com encerramento sequencialmente e os bens que não receberem ofertas ficarão disponíveis para repasse e recebimento de lances, através da plataforma **www.luisleiloeiro.com.br**.

1.2. No primeiro leilão os bens não poderão ser vendidos por valor inferior ao da avaliação. Caso o bem não seja arrematado em 1º leilão por valor igual ou superior ao valor da avaliação, será realizado 2º leilão, nas datas indicadas no item 1.1, com desconto nos valores descritos no item 2, tudo conforme art. 891, parágrafo único, da Lei 13.105/2015.

1.3. Caso não haja expediente forense nas datas indicadas no item 1.1 o leilão será realizado no primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local.

1.4. Se por ventura o bem não for arrematado na data indicada no item 1.1, ficam designados novos leilões para os dias: 1º leilão 30/03/2026 às 13:00, 2º leilão 30/03/2026 às 13:15, 1º leilão 27/04/2026 às 13:00, 2º leilão 27/04/2026 às 13:15, 1º leilão 25/05/2026 às 13:00, 2º leilão 25/05/2026 às 13:15, 1º leilão 29/06/2026 às 13:00, 2º leilão 29/06/2026 às 13:15, 1º leilão 27/07/2026 às 13:00, 2º leilão 27/07/2026 às 13:15, 1º leilão 24/08/2026 às 13:00, 2º leilão 24/08/2026 às 13:15, 1º leilão 28/09/2026 às 13:00, 2º leilão 28/09/2026 às 13:15, 1º leilão 26/10/2026 às 13:00, 2º leilão 26/10/2026 às 13:15, 1º leilão 30/11/2026 às 13:00, 2º leilão 30/11/2026 às 13:15, 1º leilão 14/12/2026 às 13:00, 2º leilão 14/12/2026 às 13:15, 1º leilão 25/01/2027 às 13:00, 2º leilão 25/01/2027 às 13:15, 1º leilão 22/02/2027 às 13:00, 2º leilão 22/02/2027 às 13:15.

2. DESCRIÇÃO E VALORES DO BEM:

2.1. **DESCRIÇÃO:** Um veículo Fiat Uno, placa GWC6554/MG, ano/modelo: 1985/1985, avaliado às fls. 54 no valor de R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), conforme mandando de ID nº 5256178031, página 03.

Número do documento: 25111022003322700010574054097
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=25111022003322700010574054097
Assinado eletronicamente por: LUIS OTAVIO MARCOLINO SHINKAWA - 10/11/2025 22:00:33

2.2. **LANCE MÍNIMO EM PRIMEIRO LEILÃO ATUALIZADO:** R$ R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais). **Lance mínimo em segundo leilão 50% da avaliação atualizada:** R$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais).

3. ÔNUS:

3.1. Eventuais débitos de IPVA poderão ser sub-rogados no preço da arrematação conforme Art. 130 do CTN – Lei 5172/66.

4. VISITAÇÃO DO BEM:

4.1. A visitação do bem deverá ocorrer previamente ao leilão, mediante agendamento com o leiloeiro. Eventuais fotos divulgadas no site são ilustrativas, toda e qualquer decisão de compra NÃO deve se basear nas fotos divulgadas, mas sim, na realização de visita presencial automóvel.

5. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO/ PARCELAMENTO:

5.1. Será considerado vencedor o maior lance ofertado, observado o lance mínimo.
5.2. **LANCE À VISTA:** a arrematação a vista deverá ser paga por meio de guia judicial, no prazo de 24 horas, contado da data do leilão. Alternativamente será considerado lance a vista, o pagamento por meio de depósito judicial de 25% do valor da arrematação em 24horas e os 75% restante no prazo de 15 dias.
5.3. O arrematante deverá em até 24 horas enviar os comprovantes para o leiloeiro, pelo e- mail luisotavioshinkawa@hotmail.com ou WhatsApp (35) 9 9710-0861, para serem juntadas ao processo.

6. INADIMPLÊNCIA:

6.1. O arrematante deverá cumprir os prazos e condições do item 5. Caso o arrematante não honre com o valor do lance no prazo e condições previstas, o lance será considerado inválido, ficando o arrematante sujeito às penalidades previstas em lei e edital.
6.2. No caso de inadimplência serão chamados sucessivamente os demais ofertantes, em ordem decrescente de lances.
6.3. Em caso de inadimplência ou desistência do lance ofertado, caberá ao arrematante multade 20% (vinte por cento) sobre o lance ofertado, em favor da execução e 5% (cinco por cento) sobre o lance ofertado a título de comissão do leiloeiro.

7. LANCES PELA INTERNET:

7.1. O usuário do site deverá efetuar cadastro prévio ao leilão e se habilitar para participaçãoconforme as diretrizes solicitadas pelo site.
7.2. Deverão ser observadas e cumpridas todas as diretrizes do site, não podendo

Número do documento: 25111022003322700010574054097
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=25111022003322700010574054097
Assinado eletronicamente por: LUIS OTAVIO MARCOLINO SHINKAWA - 10/11/2025 22:00:33

posteriormente alegar desconhecimento.

7.3. A assinatura do leiloeiro na certidão positiva suprirá a assinatura do arrematante prevista no auto de arrematação.

7.4. Os dados fornecidos no ato do cadastro são protegidos conforme Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e criptografados.

7.5. Não é permitido que usuário do site compartilhe dados de Login e Senha com terceiros e será de total responsabilidade do usuário quaisquer lances ofertados utilizando seus dados.

7.6. O leiloeiro não se responsabilizará por quaisquer ocorrências e falhas em equipamentos, tais como, quedas ou falhas no sistema de conexão de internet, energia, linha telefônica ou quaisquer outras ocorrências. O usuário assume os riscos oriundos de falhas ou impossibilidades técnicas, não sendo cabível qualquer reclamação a esse respeito.

7.7. Em caso de impossibilidade de participação online por quaisquer motivos, o interessado deverá entra em contato com o leiloeiro pelo e- mail luisotavioshinkawa@hotmail.com, ou pelo telefone e WhatsApp (35) 9 9710-0861.

7.8. Após registrado o lance, em nenhuma hipótese será permitida a exclusão.

8. **TAXA DE LEILÃO**: Em caso de arrematação, 5% sobre o valor da arrematação, a serem pagas pelo arrematante. Em caso de adjudicação, 2% sobre o valor atualizado da avaliação, a ser paga pelo adjudicante. Em caso de remição ou acordo, 2% sobre o valor atualizado da avaliação, a ser pago pelo executado. Na hipótese do bem ser arrematado, pelo exequente, será devida a comissão no percentual de 5% sobre o valor da arrematação. A comissão deverá ser integralmente paga no ato da arrematação, adjudicação, remição ou acordo, mediante depósito em conta do leiloeiro, pix ou boleto bancário.

9. **INFORMAÇÕES:** através da plataforma eletrônica www.luisleiloeiro.com.br, pelo e- mail luisotavioshinkawa@hotmail.com, ou pelo telefone e WhatsApp (35) 9 9710-0861.

CONDIÇÕES GERAIS: Aperfeiçoada a arrematação será expedida a carta de arrematação e, conforme o caso, a ordem de entrega ou mandado de imissão na posse.
O despacho de homologação poderá ter força de mandado de entrega ou imissão na posse.
Os bens serão entregues nas condições em que se encontram, inexistindo qualquer espécie degarantia.
Caberá ao arrematante tomar as providências quanto a expedição da carta de arrematação bem como arcar com as providências de registro e imissão na posse.
O arrematante fica ciente que deverá arcar com os custos de anotação, registro, hipoteca, eventual regularização bem como eventuais custos para os procedimentos citados, se houver.

Ficam, desde já, intimadas as partes, os coproprietários, os interessados e, principalmente, osexecutados, eventuais credores, bem como os respectivos cônjuges,se casados forem.

Caso o exequente e/ou executada não sejam notificados, cientificados e/ou intimados, por qualquer razão, da data do leilão e, das datas pré-marcadas em que poderão ser realizados novos leilões, caso não haja licitantes, valerá o presente como edital de intimação de leilão conforme art.

Número do documento: 25111022003322700010574054097
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=25111022003322700010574054097
Assinado eletronicamente por: LUIS OTAVIO MARCOLINO SHINKAWA - 10/11/2025 22:00:33

889 § único CPC. O Leiloeiro Público Oficial não se enquadra na condição de fornecedor, intermediário, ou comerciante, sendo mero mandatário, ficando assim eximido de eventuais responsabilidades por vícios/defeitos ocultos ou não, no bem alienado, como também por reembolsos, indenizações, trocas, consertos e compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro.

Este edital está conforme a resolução n.º 236 de 13/07/2016 do CNJ.

10 de novembro de 2025

LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAVÂNIA/MG

AVISO DE LICITAÇÃO - PL Nº 042/2023 – PP Nº 010/2023. OBJETO: Registro de preços para prestação de serviços de manutenção em consultório odontológico e periférico, bem como fornecimento de peças e materiais. Abertura: Dia 30/08/2023 – 08h00min. Inf.: Email: licitacao@miravania.mg.gov.br ou na sede do Município, situado Avenida Tancredo Neves, nº 300, Centro – MIRAVÂNIA/MG, no horário das 07h00min às 17h00min. Miravânia/MG, 16 de agosto de 2023. Moisés Torres Dourado – Pregoeiro.

Companhia de Locação das Américas
Companhia Aberta
CNPJ: 10.215.988/0001-60 - NIRE: 31.300.136.973

Aviso aos Titulares da 1ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais da Companhia de Locação das Américas

A **Companhia de Locação das Américas** ("Companhia"), comunica aos titulares das notas comerciais escriturais, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, da 1ª (primeira) emissão da Companhia, nos termos do *"Termo da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Companhia de Locação das Américas"* celebrado em 28 de fevereiro de 2022 entre a Companhia, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e a Locamérica Rent a Car S.A., conforme aditado em 03 de março de 2022 ("Termo de Emissão"), que foram substituídos os Índices Financeiros (conforme definidos no Termo de Emissão) pelos Novos Índices Financeiros (conforme definidos no Termo de Emissão), bem como foi alterado o conceito de Dívida Bruta (conforme definido no Termo de Emissão) aplicável. As modificações descritas acima decorrem do **(i)** resgate antecipado facultativo das debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia flutuante, da 16ª (décima sexta) emissão da Companhia e **(ii)** resgate antecipado facultativo das debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, da 17ª (décima sétima) emissão da Companhia, conforme deliberado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia ocorrida em 11 de julho de 2023, bem como nos termos do aviso aos debenturistas, divulgado pela Companhia em 12 de julho de 2023.

Belo Horizonte/MG, 17 de agosto de 2023
Rodrigo Tavares Gonçalves de Sousa
Diretor de Relação com Investidores

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSOS/MG – EXTRATO DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023

- A Prefeitura Municipal de Passos - MG torna público que estarão abertas a inscrições para o Concurso Público de Provas e Provas e Títulos para provimento de vagas no quadro de servidores públicos municipais, conforme o Art. 37, Inciso II, da Constituição Federal de 1988 e Lei Orgânica do Município, tal como as seguintes leis: Lei Municipal n° 2.535/2006, Lei Municipal n° 3.963/2023, Lei Complementar Municipal nº 061/2020, Lei Complementar Municipal 084/2023, Lei Complementar Municipal nº 078/2022 e Lei Complementar Municipal nº 062/2020; e em conformidade com a normas e condições estabelecidas no edital e seus anexos. INSCRIÇÕES: As inscrições deverão ser realizadas exclusivamente via internet, através do link www.access.org.br/passos-mg, a partir das 14h do dia 20 de outubro até às 23h59min do dia 20 de novembro de 2023, conforme horário oficial de Brasília. As inscrições serão efetivadas através da confirmação de pagamento do boleto conforme valor descrito para o cargo. PROVAS OBJETIVAS E DE TÍTULOS: Serão aplicadas provas objetivas, de caráter eliminatório e classificatório, a todos os candidatos regularmente inscritos neste concurso público, no dia 17 de dezembro de 2023 (domingo), na cidade de Passos/MG. A realização da prova terá prazo máximo de 4h e será realizada em dois turnos, a saber: Manhã - 08h; e tarde - 14h. As avaliações de título e prazos se encontram no edital. VAGAS: Os cargos e seus requisitos mínimos são: Auxiliar para Cuidados Específicos (Formação em nível médio), Auxiliar de Secretaria (Formação em nível médio), Oficial Administrativo (Formação em nível médio), Professor de Primeira Infância (Formação em nível médio técnico, modalidade normal magistério ou graduação em Pedagogia), Assistente Social Educacional (Graduação em curso superior de Serviço Social e registro no respectivo Conselho), Nutricionista (Curso Superior de Nutrição e registro no respectivo Conselho), Pedagogo (Curso superior em Pedagogia), Professor de Educação Básica (Curso superior em Pedagogia ou licenciatura em área específica), Professor de Apoio para Crianças com Necessidades Educacionais Específicas (Licenciatura plena em Educação Especial ou Pedagogia com pós-graduação em Educação Especial/Inclusiva ou Normal de Nível Superior com pós-graduação em Educação Especial/Inclusiva), Professor Tradutor/Intérprete de Libras (Licenciatura plena em LIBRAS ou Licenciatura em Pedagogia com pós graduação em LIBRAS ou Licenciatura em Normal de Nível Superior com pós graduação em LIBRAS), Psicólogo Educacional (Graduação em Psicologia e registro no respectivo Conselho), e Psicopedagogo (Curso superior em Pedagogia ou licenciatura em área específica, acrescida de pós-graduação lato sensu em Psicopedagogia). Do cargo de Professor da Educação Básica, constam no edital as especificações para cada área de atuação. O edital completo encontra-se publicado no site da Prefeitura Municipal de Passos www.passos.mg.gov.br, no site do Instituto Access www.access.org.br/passos-mg , no mural de avisos da Prefeitura Municipal de Passos e no mural de avisos da Câmara Municipal de Passos. Passos, Minas Gerais, 15 de agosto de 2023.

Prefeitura Municipal Guapé/MG

Edital de Leilão 03/2023- Processo 157/2023-**Leiloeiro Fernando Caetano Moreira Filho**, JUCEMG 445, torna público leilão online através do site www.fernandoleiloeiro.com.br em 04/09/2023, a partir das 10 horas, seus bens inservíveis: veículos e imóveis. Local de Visitação: Pátio da Prefeitura de Guapé. Dias de visitação: 28/08/2023 a 01/09/2023, no horário de 08:00 ás 10:30 e de 13:00 ás 16:00 horas. Caso não haja licitantes fica designadas as datas de 19/09/2023, 03/10/2023 e 19/10/2023, ás 10: 00 horas. Informações, fotos e edital no site: www.fernandoleiloeiro.com.br ou pelo fone: 37-3242-2218.

HOJE EM DIA
ANUNCIE AQUI
(31) 3253-2205

PREFEITURA DE SANTA BÁRBARA/MG

LEILÃO PÚBLICO ONLINE Nº 001/2023 - Objeto: Alienação de bens móveis inservíveis, pertencentes à Prefeitura Municipal de Santa Barbara/MG, relacionados no Anexo I avaliados pela Comissão de Leilão definida pela portaria n. 10/2023 e o Leiloeiro Oficial designados para este fim. Data de início dos lances online: 16/08/2023. Abertura da sessão: 18/09/2023, às 10:00 horas, no portal www.agostinholeiloes.com.br. Edital à disposição no site www.santabarbara.mg.gov.br e na Prefeitura. Santa Bárbara, 15/08/2023 - Simone do Rosário Germano - Secretária Municipal de Administração Pública.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSOS/MG

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 076/2023 - PROC. ADM. Nº 226/2023 - O Município de Passos, torna público que será realizada licitação para Aquisição de Cestas Básicas para dar continuidade a concessão de Benefícios Eventuais no âmbito da Política Municipal de Assistência Social, garantidos na lei municipal n° 3.119, de 2 de Dezembro de 2014, com a distribuição gratuita realizada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda, na modalidade Pregão Eletrônico por Sistema de Registro de Preço do tipo Menor Preço por Item. O Edital está à disposição nos sites: http://passosportaltransparencia.portalfacil.com.br/licitacoes, www.licitardigital.com.br. Abertura da Sessão dia 01/09/2023 às 08h30min. Local: www.licitardigital.com.br. Passos, 16 de agosto de 2023. Rosely de Melo Grillo – Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI - MG

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA 01/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2023. OBJETO: DELEGAÇÃO ONEROSA DE 04 (QUATRO) PERMISSÕES DO SERVIÇO DE TÁXI DO MUNICÍPIO DE ITACARAMBI/MG. Adjudico e Homologo 01 (uma) Permissão do Serviço de Táxi à vencedora: **LEILA RODRIGUES DA MOTA**, no valor global de **R$ 5.000,00 (Cinco mil reais)**. Itacarambi-MG, 14 de agosto de 2023. Carlos Venicio Dourado, Secretário Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos.

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Sebastião de Barros Quintão, Oficial Efetivo do Cartório do 5º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Belo Horizonte, em cumprimento as atribuições legais ao seu cargo, com fundamento no artigo 26 da lei 9514 de 20 de novembro de 1997, faz saber a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, conforme requerido pelo Banco Bradesco S/A, CNPJ-60.746.948/0001-12, credora do contrato de financiamento imobiliário n° 9004826, garantido por Alienação Fiduciária, firmado em 11/03/2019 registrado sob o nº. 11 da matricula 119444 do Cartório do 5º Ofício, referente ao imóvel objeto da mesma, com saldo de responsabilidade de **CAIO CESAR REIS DELGADO CPF 128.594.556-55, IZABELLA RODRIGUES DIAS REIS CPF 126.699.946-95,** venho intimar a V. Sa., para fins de cumprimento das obrigações contratuais relativas ao saldo devedor do contrato em conformidade com a cláusula contratual que prevê as hipóteses de vencimento antecipado da dívida. Informo ainda que o valor da dívida sofrerá as atualizações contratualmente avençadas até a data do efetivo pagamento.

O pagamento deverá ser junto a credora pelo pelo Banco Bradesco S/A, onde deverá efetuar a purga do débito no prazo improrrogável de **15 dias**, contados a partir desta data.

Na oportunidade fica V.S.a cientificado (a) que o não cumprimento da referida obrigação no prazo ora estipulado, garante o direito de consolidação da propriedade dos imóveis em favor da credora fiduciária Banco Bradesco S/A, nos termos do artigo 26 §7º da lei 9514 de 20/11/1997.

Belo Horizonte, 03 de agosto de 2023.

EDITAL DE LEILÃO (PORMENORIZADO)

O leiloeiro oficial **LUIS OTAVIO MARCOLINO SHINKAWA -** JUCEMG nº **1.021,** torna público, realizará um leilão no dia 05/09/2023 ás 10 horas, autorizado pelo **COMITENTE PREITURA MUNICIPAL DE CAMPOS GERAIS (CNPJ 18.245.175/0001-24),** através do site www.luisleiloeiro.com.br e presencialmente na Rua São Paulo, s/n°, bairro Baixão, Campos Gerais/MG CEP 37160-000 **DOS BENS ABAIXO INFORMADOS:** VW/GOL CL, COR BRANCA, ALCOOL, CHASSI 9BWZZZ30ZJT121421, PLACA GMF2561, ANO/MODELO 1989, M BENZ ATEGO 14/18, COR BRANCO, DIESEL, CHASSI 9BM9580346B47515, PLACA HMG7181, ANO/MODELO 2006, VOLKS/COMIL SVELTO U, COR PRATA, DIESEL, CHASSI 9BWR882W29R944011,PLACA EJV4204, ANO/MODELO 2009, VOLKS/COMIL SVELTO U, COR PRATA, DIESEL, CHASSI 9BWR882W59R943676,PLACA EJV4208, ANO/MODELO 2009, IVECO CITYCLASS 70C17, COR AMARELA, DIESEL, CHASSI 93ZL68C01F8464693, PLACA PWI3517, ANO/MODELO 2015, VOLKS/COMIL SVELTO U, COR PRATA, DIESEL, CHASSI 9BWR882W49R944169, PLACA EJV4211, ANO/MODELO 2009, M BENZ ATEGO 14/18, COR BRANCO, DIESEL, CHASSI 9BM9580346B476256, PLACA HMG7182, ANO/MODELO 2006, FORD F 600, COR AZUL, DIESEL, CHASSI LA7CPY28902///,PLACA GMM1275,ANO/MODELO 1974, VOLKS/COMIL SVELTO U, COR PRATA, DIESEL, CHASSI 9BWR882W499943944,PLACA EJV4206, ANO/MODELO 2009, M BENZ BUSSCAR URBANUSS U,COR BRANCA,DIESEL, CHASSI 9BM84073XB210720,PLACA GSW9527, ANO/MODELO 1999, FORD CARGO 1719,COR PRATA, DIESEL, CHASSI 9BFYEAGB3DBS28821, PLACA OPE7809, ANO/MODELO 2013, CHEVROLET MONTANA LS,COR BRANCA, FLEX, CHASSI 9BGCA80X0DB247585, PLACA OPK5222, ANO/MODELO 2013, FORD CARGO 1719, COR PRATA, DIESEL, CHASSI 9BFYEAGB9DBS28824, PLACA OPE7803,ANO/MODELO 2013, CHEVROLET MONTANA LS, COR BRANCA, FLEX, CHASSI 9BGCA80X0DB253870, PLACA OPK5213, ANO/MODELO 2013, M BENZ BUSSCAR URBANUSS U, COR BRANCA, DIESEL, CHASSI 9BM384073XB210562, PLACA GSW9530, ANO/MODELO 1999, FIAT DOBLO ATTRAC 1.4, COR BRANCA, FLEX, CHASSI 9BD119707E1119271, PLACA PUH5689, ANO MODELO 2014, IVECO CITYCLASS 70C17,COR AMARELA, DIESEL, CHASSI 93ZL68C01F8463946,PLACA PWI3530, ANO/MODELO 2015, CHERRY/CELER 1.5 FL, COR BRANCA, FLEX, CHASSI 98RDA11B3HA000319, PLACA PZA8184, ANO/MODELO 2017, FORD CARGO 1719, COR BRANCA, DIESEL, CHASSI 9BFYEAGB7DBS15165, PLACA OPC8H82, ANO/MODELO 2013, FORD CARGO 1719, COR BRANCA, DIESEL, CHASSI 9BFYEAGB1DBS14934, PLACA OPC9F89, ANO/MODELO 2013, VW/INDUSCAR APACHE U, COR PRATA, DIESEL, CHASSI 9BWRL82W27R728025, PLACA DAO09053, ANO/MODELO 2007, VW/KOMBI LOTACAO, COR BRANCA, FLEX, CHASSI 9BWMF07X59P008057, PLACA HMN8954, ANO MODELO 2009, RENAULT/SANDERO AUT1016V,COR BRANCA, FLEX,CHASSI 93YBSR6RHEJ775113, PLACA OQM8607 ANO/MODELO 2014, FIAT/PALIO FIRE, COR BRANCA, FLEX, CHASSI 9BD17122LF5966764, PLACA PUL7F53, ANO/MODELO 2015, M BENZ/MPOLO SENIOR GVO,COR BRANCA, DIESEL, CHASSI 9BM6882762B03748, PLACA DAJ1783, ANO/MODELO 2002, FIAT/UNO WAY 1.0, COR BRANCA, FLEX, CHASSI 9BD95162E0586030, PLACA PUH5701, ANO/MODELO 2014, FIAT DOBLO ATTRAC 1.4, COR BRANCA,FLEX,CHASSI 9BD11970UF1127577, PLACA PWE6579, ANO MODELO 2015, CHERRY/CELER 1.5 FL, COR BRANCA, FLEX, CHASSI 98RDA11B3HA000319, PLACA PZA8184, ANO/MODELO 2017, IVECO CITYCLASS 70C17, COR AMARELA, DIESEL, CHASSI 93ZL68C01F8463946, PLACA PWI3530, ANO/MODELO 2015, FIAT DOBLO ATTRAC 1.4,COR BRANCA, FLEX, CHASSI 9BD119707E1119271, PLACA PUH5689, ANO MODELO 2014, RETROESCAVADEIRA HOLLANDB110B 4X4, NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRA, SUCATAS DIVERSAS, BALANÇAS HOSPITALARES, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, TANQUES DE COMBUSTÍVEL, EQUIPAMENTOS DE SOM E TV, COMPACTADORES DE LIXO, **os bens serão vendidos no estado em que se encontram, demais condições do edital e datas de visitação, poderão ser acessadas através do site:** www.luisleiloeiro.com.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PARDO DE MINAS/MG

Aviso de Licitação
Processo nº 139/2023 - Pregão nº 061/2023

Objeto: **Contratação de empresa com profissional médico especializado na área de cardiologia, para realização de consultas em unidade de saúde deste município e realização de procedimentos em consultório clínico da contratada**, com entrega dos envelopes até as 08:00:00 horas do dia 29/08/2023. Maiores informações pelo telefone (038) 3824-1356 - ou através do e-mail licitação@riopardo.mg.gov.br ou ainda na sede da Prefeitura Municipal de Rio Pardo de Minas - 15/08/2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITIBÁ/MG

Aviso de Licitação - Pregão Eletrônico nº 027/2023 - O município de Jequitibá/MG torna público aos interessados que no dia 29/08/2023 (terça-feira) as 09h00min, acontecerá sessão pública de licitação do processo licitatório nº 096/2023 - Pregão Eletrônico nº 027/2023, para "Registro de preços para eventual e futura aquisição de Material de Expediente". A íntegra do edital, com todas as exigências, condições e especificações estabelecidas para o processo licitatório, está à disposição dos interessados no setor de licitações da Prefeitura Municipal de jequitibá/MG, situada na Avenida Raimundo Ribeiro da Silva, nº 145 – Centro –Jequitibá/MG, ou no site oficial do município: www.jequitiba.mg.gov.br ou ainda no site de licitações Licitar Digital: www.licitardigital.com.br. Lei Federal 14.133/21. Mais informações poderão ser obtidas através do telefone (31) 3717-6222. Jequitibá, MG, 16 de Agosto de 2023. Wiliam W. Lopes de Almeida e Douglas Soares Rodrigues – Agentes de Contratação Oficial – Pregoeiro.

PECINI LEILÕES

EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS ONLINE

DATA: 1º Público Leilão – 24/08/2023 às 14h00 | 2º Público Leilão – 24/08/2023 às 15h00

Angela Pecini Silveira, Mat. Jucesp 715, autorizada por **ASACORP EMPREEND. E PARTICIP. LTDA.** - CNPJ: 09.163.921/0001-40, venderá 1º ou 2º Leilão, art. 63, §1º/ 5ª Lei 4.591/64, c/c VI e VII art. 1º Lei 4.864/65, os direitos sobre a unidade: **APARTAMENTO Nº 801 – BLOCO Nº 02 – CONDOMÍNIO VILLE PAMPULHA**, à Rua Flor de Júpiter, nº 40, Belo Horizonte/MG. Áreas: Real Total de 97,22m²; Real Privativa Coberta de 56,80m²; Real Privativa Descoberta de 3,34m²; Real Estacionamento de 10,35m²; Real Uso Comum de 26,73m²; Equivalente e Total de 77,35m²; Equivalente e Privativa de 59,31m²; Equivalente Estacionamento de 5,18m²; Equivalente Uso Comum de 12,86m². FIT: 0,01684463. 01 vaga nº 48. Mat. 102.218 – 5º CRI de Belo Horizonte/MG. **1º LEILÃO: R$ 1.250.940,28 . 2º LEILÃO: R$ 1.237.954,49**. Encargos do arrematante: pagamento à vista da arrematação e 5% leiloeira; quitação dos débitos condomínio/IPTU; despesas a partir das datas dos leilões; custas cartoriais, impostos transmissão, emissão de matrícula, certidões (inclusive da comitente) para lavratura e registro da escritura. Venda *"ad corpus"*. **IMÓVEL OCUPADO**. Desocupação pelo arrematante. A comitente terá preferência na forma da lei. **Os interessados deverão obrigatoriamente, tomar conhecimento do Edital completo disponível no portal da Pecini Leilões. www.pecinileiloes.com.br. Informações: contato@pecinileiloes.com.br, Whatsapp: (11) 97577-0485. Fone: (19) 3295-9777. Av. Rotary nº 187, Jd. das Paineiras, Campinas/SP.**

HOJE EM DIA

EDITORA-EXECUTIVA
Ana Paula Lima

COMERCIAL - SP/RJ/DF/MG
Rodrigo Cheiricatti
(31) 3253-2205 - (31) 98884-6999
rodrigo.carvalho@hojeemdia.com.br

GERAL: (31) 3253-2205

RODRIGO CHEIRICATTI
DIRETOR-EXECUTIVO
rodrigo.carvalho@hojeemdia.com.br

PUBLICIDADE LEGAL
EDITAIS E BALANÇOS
Simone Amorim - (31) 99642-9883
samorim@hojeemdia.com.br
fonados@hojeemdia.com.br

MERCADO LEITOR
circulacao@hojeemdia.com.br

RELACIONAMENTO COM O CLIENTE
(31) 3253-2205
atendimento@hojeemdia.com.br

IRACEMA BARRETO
Editora Chefe

REDAÇÃO
(31) 98466-5170
Rua dos Pampas, 484, Prado
CEP: 30.411-030 - Belo Horizonte-MG

EDIMINAS S/A
Editora Gráfica Industrial de MG

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS www.anj.org.br

previsul "LEILÃO ON-LINE"

EDITAL DE LEILÃO

MILAN LEILÕES LEILOEIROS OFICIAIS

1°LEILÃO: 05/09/2023 Às 16h. - 2°LEILÃO: 11/09/2023 Às 16h.

Ronaldo Milan, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP nº 266, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo intermédio de Companhia de Seguros Previdência do Sul (PREVISUL), inscrita no CNPJ sob o nº 92.751.213/0001-73, representando neste ato a CNP Consórcios S/A - Administradora de Consórcios, inscrita no CNPJ sob o nº 05.349.595/0001-09, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. Local da realização dos leilões presencias e on-line: Escritório do Leiloeiro, situado na Rua Quatá nº 733 - Vl. Olímpia em São Paulo/SP. Localização dos imóveis: **CAETANÓPOLIS - MG. BAIRRO GARDEN VILLE**. Av. Europa, s/n, (Lt 02 da Qd 02). Terreno. Áreas Totais. Terr. 700,00m². Matr. 17.587 do RI de Paraopeba-MG. Obs.: Ocupado. Desocupação por conta do comprador. (AF). 1º Leilão: 05/09/2023, às 16h. **Lance mínimo: R$ 182.000,00** e 2º Leilão: 11/09/2023, às 16h. **Lance mínimo: R$ 156.482,86**. **CAETANÓPOLIS - MG. BAIRRO GARDEN VILLE**. Av. Europa, s/n, (Lt 04 da Qd 02). Terreno. Áreas Totais. Terr. 700,00m². Matr. 17.589 do RI de Paraopeba-MG Obs.: Ocupado. Desocupação por conta do comprador. (AF). 1º Leilão: 05/09/2023, às 16h. **Lance mínimo: R$ 182.000,00** e 2º Leilão: 11/09/2023, às 16h. **Lance mínimo: R$ 148.988,77. CAETANÓPOLIS - MG. BAIRRO GARDEN VILLE**. Rua França, s/n, (Lt 09 da Qd 02). Terreno. Áreas Totais. Terr. 666,40m². Matr. 17.594 do RI de Paraopeba-MG. Obs.: Ocupado. Desocupação por conta do comprador. (AF). 1º Leilão: 05/09/2023, às 16h. **Lance mínimo: R$ 177.670,00** e 2º Leilão: 11/09/2023, às 16h. **Lance mínimo: R$ 173.915,54. CAETANÓPOLIS - MG. BAIRRO GARDEN VILLE.** Av. Europa, s/n, (Lt 03 da Qd 03). Terreno. Áreas Totais. Terr. 700,00m². Matr. 17.598 do RI de Paraopeba - MG. Obs.: Ocupado. Desocupação por conta do comprador. (AF). 1º Leilão: 05/09/2023, às 16h. **Lance mínimo: R$ 182.000,00** e 2º Leilão: 11/09/2023, às 16h. **Lance mínimo: R$ 135.370,91** Caso não seja arrematado no 1º leilão) Condição de pagamento: à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis no site www.milanleiloes.com.br.

Inf.: Tel: (11) 3845-5599 - Ronaldo Milan - Leiloeiro Oficial Jucesp 266 - www.milanleiloes.com.br

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código 3A28-E20D-332D-3010.

MUNICÍPIO DE MACHADO
EXTRATO DO CONTRATO 098/2023
Partes: Município de Machado/TZN SOLUTION CONSULTORIA E PLANEJAMENTO LTDA. **Processo licitatório 134/2023 - Dispensa Eletrônica 037/2023. Objeto:** contratação de empresa para prestação de serviço de assessoria administrativa habitacional, na execução de programas, projetos e ações relacionados ao setor habitacional com vistas na inclusão do Programa Minha Casa Minha Vida, atendendo as necessidades da Prefeitura Municipal de Machado/MG. **VALOR:** R$54.000,00 (CINQUENTA E QUATRO MIL REAIS) - **VIGÊNCIA:** 10/02/2024.

MUNICÍPIO DE MACHADO
EXTRATO DE RESCISÃO DA ATA RP 001/2023
Partes: Município de Machado/ Costa Mineração LTDA - **Processo Licitatório 005/2023 - Pregão 002/2023. Objeto:** Rescisão amigável, nos termos do artigo 79, II da Lei 8666/93, do Contrato 116/2022. **Vigência:** 03/08/2023.

MACAÚBAS MEIO AMBIENTE S/A
CNPJ nº 03.299.837/0001-71 - NIRE 3130002770-8
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

1) LOCAL, DIA E HORA: Sede da Macaúbas Meio Ambiente S.A. ("Companhia"), na Rodovia MG 05, s/n, Km 8,1, Parte, Nações Unidas, Sabará/MG, CEP: 34.590-390, no dia 04 de julho de 2023, às 11:00 horas. **2) CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação, na forma do §4º, do artigo 124, da Lei nº 6.404/1976, tendo em vista a presença da acionista única, devidamente representada. **3) MESA:** Presidente: Antonio Carlos Ferrari Salmeron e Secretário: Ricardo Mota de Farias. **4) ORDEM DO DIA:** a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras e deliberar sobre o resultado obtido no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **5) PUBLICAÇÕES DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RELATÓRIO DA AUDITORIA:** Jornal "Hoje em Dia", às fls. 7 e 8, datado de 12 de maio de 2023, nos termos do artigo 289, I, da Lei das S.A. **6) DELIBERAÇÕES:** À unanimidade, foram tomadas as seguintes deliberações: a) Nos termos do §4º, do artigo 133, da Lei das S.A., considerar sanada a inobservância das exigências constantes das alíneas I, II e III do mesmo artigo, visto que foi dada a devida publicidade dos documentos à acionista única da Companhia antes da realização desta assembleia, e que a mesma está presente nesta ocasião; b) Sem restrições ou ressalvas, aprovar o relatório de administração, o balanço patrimonial e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo na data de 31 de dezembro de 2022, com o respectivo parecer dos auditores independentes; c) Considerando o resultado positivo da Companhia, tendo havido lucro no exercício findo em 2022, no valor de R$7.208.858,12 (sete milhões, duzentos e oito mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e doze centavos), a acionista resolve: i) Aprovar a destinação do valor de R$360.442,91 (trezentos e sessenta mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e noventa e um centavos) à reserva legal; ii) Ratificar os dividendos pagos antecipadamente à acionista referente ao exercício de 2022, no valor de R$1.106.206,54 (um milhão, cento e seis mil, duzentos e seis reais e cinquenta e quatro centavos); iii) Aprovar a distribuição de dividendos no valor de R$5.742.208,67 (cinco milhões, setecentos e quarenta e dois mil, duzentos e oito reais e sessenta e sete centavos), cujo pagamento ocorrerá até 31 de dezembro de 2023; e d) Por fim, fica aprovada a lavratura sumariada desta ata, que será arquivada na Companhia, junto com os documentos pertinentes a esta assembleia, rubricados pela Mesa. **7) ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lida e aprovada pelos presentes, sem quaisquer ressalvas. **8) ASSINATURAS:** Mesa: Presidente: Antonio Carlos Ferrari Salmeron; Secretário: Ricardo Mota de Farias. Acionista única: Vital Engenharia Ambiental S.A., representada por seus Diretores Antônio Carlos Ferrari Salmeron e Ricardo Mota de Farias. *"Confere com o original lavrado no livro próprio."* **Ricardo Mota de Farias -** Secretário da Mesa. **Certidão - JUCEMG -** Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - Certifico o registro sob o nº 10648550 em 14/07/2023. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Companhia de Locação das Américas
Companhia Aberta
CNPJ: 10.215.988/0001-60 - NIRE: 31.300.136.973
Aviso aos Debenturistas da 18ª, 19ª, 20ª, 21ª, 22ª, 23ª, 24ª, 25ª e 26ª Emissões de Debêntures da Companhia de Locação das Américas

A **Companhia de Locação das Américas** ("Companhia"), comunica aos titulares de **(i)** debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária com garantia fidejussória adicional, da 18ª (décima oitava) emissão da Companhia, nos termos da "*Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória Adicional, da Décima Oitava Emissão da Companhia de Locação das Américas*", celebrada em 13 de setembro de 2019 entre a Companhia, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e a Locamérica Rent a Car S.A. ("Escritura da 18ª Emissão"); **(ii)** debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária com garantia fidejussória adicional, da 19ª (décima nona) emissão da Companhia, nos termos da "*Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória Adicional, da Décima Nona Emissão da Companhia de Locação das Américas*", celebrada em 4 de dezembro de 2020 entre a Companhia, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e a Locamérica Rent a Car S.A. ("Escritura da 19ª Emissão"); **(iii)** debêntures simples, não conversíveis em ações, em até duas séries, da espécie quirografária com garantia fidejussória adicional, da 20ª (vigésima) emissão da Companhia, nos termos da "*Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até Duas Séries, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória Adicional, da Vigésima Emissão da Companhia de Locação das Américas*", celebrada em 30 de abril 2021 entre a Companhia, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e a Locamérica Rent a Car S.A., conforme aditada em 1 de junho de 2021 ("Escritura da 20ª Emissão"); **(iv)** debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária com garantia fidejussória adicional, da 21ª (vigésima primeira) emissão da Companhia, nos termos da "*Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória Adicional, da Vigésima Primeira Emissão da Companhia de Locação das Américas*", celebrada em 6 de agosto de 2021 entre a Companhia, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e a Locamérica Rent a Car S.A., conforme aditada em 14 de setembro de 2021 ("Escritura da 21ª Emissão"); **(v)** debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária com garantia fidejussória adicional, da 22ª (vigésima segunda) emissão da Companhia, nos termos da "*Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória Adicional, da Vigésima Segunda Emissão da Companhia de Locação das Américas*" celebrada em 29 de outubro de 2021 entre a Companhia, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e a Locamérica Rent a Car S.A. ("Escritura da 22ª Emissão"); **(vi)** debêntures simples, não conversíveis em ações, em até duas séries, da espécie quirografária com garantia fidejussória adicional, da 23ª (vigésima terceira) emissão da Companhia, nos termos da "*Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Até Duas Séries, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória Adicional, da Vigésima Terceira Emissão da Companhia de Locação das Américas*" celebrada em 28 de março de 2022 entre a Companhia, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e a Locamérica Rent a Car S.A., conforme aditada em 22 de abril de 2022 ("Escritura da 23ª Emissão"); **(vii)** debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, da 24ª (vigésima quarta) emissão da Companhia, nos termos da "*Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, da Vigésima Quarta Emissão da Companhia de Locação das Américas*" celebrada em 6 de maio de 2022 entre a Companhia, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e a Locamérica Rent a Car S.A., conforme aditada em 17 de maio de 2022 ("Escritura da 24ª Emissão"); **(viii)** debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária com garantia fidejussória adicional, da vigésima quinta emissão da Companhia, nos termos da "*Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória Adicional, da Vigésima Quinta Emissão (em virtude da assunção de dívida da Unidas S.A. por Companhia de Locação das Américas) da Companhia de Locação das Américas*" celebrada em 24 de junho de 2022 entre a Companhia, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e a Locamérica Rent a Car S.A. ("Escritura da 25ª Emissão"); **(ix)** debêntures simples, não conversíveis em ações, sem série única, da espécie quirografária com garantia fidejussória adicional, da vigésima sexta emissão da Companhia, nos termos da "*Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória Adicional, da Vigésima Sexta Emissão (em virtude da assunção de dívida da Unidas S.A. por Companhia de Locação das Américas) da Companhia de Locação das Américas*" celebrada em 21 de julho de 2022 entre a Companhia, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e a Locamérica Rent a Car S.A. ("Escritura da 26ª Emissão" e, conjunto com a Escritura da 18ª Emissão, a Escritura da 19ª Emissão, a Escritura da 20ª Emissão, a Escritura da 21ª Emissão, a Escritura da 22ª Emissão, a Escritura da 23ª Emissão, a Escritura da 24ª Emissão, a Escritura da 25ª da Emissão e a Escritura da 26ª Emissão "Documentos das Emissões"), que foram substituídos os Índices Financeiros (conforme definidos nos respectivos Documentos das Emissões) pelos Novos Índices Financeiros (conforme definidos nos respectivos Documentos das Emissões), bem como foi alterado o conceito de Dívida Bruta (conforme definidos nos respectivos Documentos das Emissões) aplicável. As modificações descritas acima decorrem do **(i)** resgate antecipado facultativo das debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia flutuante, da 16ª (décima sexta) emissão da Companhia e **(ii)** resgate antecipado facultativo das debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, da 17ª (décima sétima) emissão da Companhia, conforme deliberado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia ocorrida em 11 de julho de 2023, bem como nos termos do aviso aos debenturistas, divulgado pela Companhia em 12 de julho de 2023.

Belo Horizonte/MG, 17 de agosto de 2023
Rodrigo Tavares Gonçalves de Sousa
Diretor de Relação com Investidores

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSENÓPOLIS/MG
O Município de Josenópolis, torna público, **Proc. Licitatório N° 049/2023, Pregão Presencial Nº 025/2023** - Objeto - Aquisição de combustíveis para abastecimento dos veículos pertencentes à frota municipal, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas do Município de Josenópolis, MG, conforme Edital e do Termo de Referência. Credenciamento dia **30/08/2023, 14:00 Horas** - Pregoeira: Jessica Francyelle Pires Vieira, pelo e-mail: licita.josenopolis@gmail.com ou https://portal.josenopolis.mg.gov.br/licitacoes/

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSENÓPOLIS/MG
O Município de Josenópolis, torna público, **Proc. Licitatório N° 045/2023, Pregão Presencial Nº 023/2023 - REGISTRO DE PREÇO 016/2023** - Objeto - Futura e eventual contratação de empresa para a fornecimento de veículos tipo pick-up zero quilômetro, primeiro emplacamento para Prefeitura Municipal de Josenópolis, MG, conforme Edital e do Termo de Referência. **Credenciamento dia 30/08/2023, 08:00 Horas** - Pregoeira: Jessica Francyelle Pires Vieira, pelo e-mail: licita.josenopolis@gmail.com ou https://portal.josenopolis.mg.gov.br/licitacoes/

MUNICÍPIO DE MACHADO
EXTRATO DO V TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 147/2022 - PRC 327/22
Partes: Município de Machado / Marlon Brando Martins EIRELI - **Objeto:** Prorrogação Contratual - **Vigência:** 08/09/2023 - **Assinatura:** 10/08/2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSENÓPOLIS/MG
O Município de Josenópolis, torna público, **Proc. Licitatório N° 048/2023, Pregão Presencial Nº 024/2023** - Objeto - Contratação de empresa especializada aquisição de retroescavadeira nova (zero hora) de acordo convênio 1231000090/2023/ SEAPA, para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura do Município de Josenópolis, MG. conforme Edital e do Termo de Referência. **Credenciamento dia 31/08/2023, 08:00 Horas** - Pregoeira: Jessica Francyelle Pires Vieira, pelo e-mail: licita.josenopolis@gmail.com ou https://portal.josenopolis.mg.gov.br/licitacoes/

EDITAL DE DEFERIMENTO DO PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE ROMÁRCIO DE BASTOS BARBOSA - ME VARA ÚNICA DA COMARCA DE CANDEIAS - MINAS GERAIS, PROC. Nº 5000694-69.2023.8.13.0120. (PJE). RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE ROMÁRCIO DE BASTOS BARBOSA - ME. O Dr. Leonardo Fonseca Rocha, Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Candeias/MG, em exercício de seu cargo, na forma da lei, etc., faz saber aos interessados que a Recuperação Judicial em epígrafe teve seu processamento deferido no dia 27/07/2023, conforme decisão de ID 98755884981, do seguinte teor: "Trata-se de recuperação judicial que move Romárcio de Bastos Barbosa – ME, representada por seu sócio administrador, Romárcio de Bastos Barbosa, devidamente qualificados nos autos. Pleiteia a autora o deferimento do processamento da recuperação judicial, com consectários legais, e, liminarmente, a declaração da essencialidade dos bens que alega serem necessários ao desempenho da atividade empresarial, indicados no anexo I da peça de ingresso. Determinada a constatação prévia, sobreveio aos autos laudo pericial elaborado pelo experto nomeado (ID 9866893405). Instado a se manifestar quanto ao pedido de declaração de essencialidade de bens, exarou parecer parcialmente favorável ao pedido, consoante manifestação de ID 9871423688. Vieram-me os autos conclusos. É, em síntese, o relatório. Decido. 1. Do processamento da recuperação judicial: O instituto da recuperação judicial destina-se, como cediço, a viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica, como prevê o artigo 47, da Lei 11.101/2005. Contudo, para o deferimento da recuperação, imprescindível que a empresa devedora demonstre, já inicialmente, a capacidade técnica e econômica de se reorganizar, com vistas ao efetivo cumprimento da faculdade que lhe é legalmente outorgada, o que, no caso dos autos, verifica-se pelo imediato atendimento dos requisitos previstos pelos artigos 48 e 51 da legislação supramencionada. In casu, consta-se que a autora comprovou o preenchimento dos requisitos para o deferimento do processamento da recuperação judicial, conforme demonstra o minucioso laudo de constatação prévia elaborado pelos peritos nomeados por este juízo, com base nos critérios estabelecidos pelo d. magistrado Daniel Canio Costa, em sua obra "Constatação Prévia em Processos de Recuperação Judicial de Empresas", obtendo a recuperanda média de pontos superior em todas as matrizes – índice de suficiência recuperacional, índice de adequação documental essencial e índice de adequação documental útil –. À vista disso, depreende-se dos documentos trazidos pela autora, que o deferimento do processamento da recuperação é medida que atende tanto os interesses dos credores quanto os da empresa devedora, assim como de terceiros que se beneficiam da atividade empresarial desenvolvida pela pretensa recuperanda.1.1. Dispositivo: Ante o exposto, defiro o processamento recuperação da empresa Romárcio de Bastos Barbosa – ME, registrada sob o CNPJ n. 03.083.158/0001-60, com sede nesta cidade de Candeias-MG, tudo conforme contrato social juntado aos ID 9817136253. À vista do deferimento do processamento da recuperação judicial, delibero: i) nomeio como administrador judicial o escritório especializado Paoli Balbino & Barros Administração Judicial LTDA, CNPJ 31.841.449/0001-06, representado pelo Dr. Otávio de Paoli Balbino, OAB/MG, 123.643, com endereço na Av. Brasil 1.666, 13º andar, bairro Funcionário, Belo Horizonte - MG, que deverá ser intimada para firmar termo de compromisso no prazo de 48 horas, caso aceite o múnus, com imediata assunção de suas funções e deveres, observando-se as disposições previstas no artigo 22, incs. I e II, da Lei 11.101/05. Na ocasião da intimação para aceitar o encargo, deverá o administrador judicial apresentar a proposta de honorários, observado as disposições do art. 24, da Lei 11.101/05. Apresentada a proposta, dê-se prévia vista à recuperanda e ao Ministério Público, no prazo sucessivo de 5 dias. ii) dispenso a empresa devedora da apresentação de certidões negativas para o exercício de suas atividades, exceto para contratação com o Poder Público e para o recebimento de benefícios e incentivos fiscais e creditícios. iii) ressalvadas as ações previstas no art. 6º, §§ 1º, 2º, 7º-A e 7º-B e no art. 49, §§ 3º e 4º, ambos da Lei 11.101/05, determino a suspensão, pelo prazo de 150 dias, contados da publicação do presente decisum, de todas as ações e execuções contra a empresa devedora, nos termos § 3º do art. 20-B da Lei 11.101/05, cabendo à devedora comunicá-la aos juízos competentes. Frisa-se, neste ponto, que, para a fixação do prazo de suspensão das ações, foi detraído aquele fixado na decisão de ID 9814141219, conforme fundamentado por ocasião da prolação do decisum. iv) determino à devedora a apresentação de contas demonstrativas mensais, enquanto perdurar a recuperação judicial, sob pena de destituição de seus administradores e também a apresentação do plano de recuperação, observando-se o disposto no art. 71 da Lei 11.101/05, no prazo improrrogável de 60 dias, contados da publicação da presente decisão, sob pena de convolação em falência, na forma dos arts. 53, 71 e 73, inc. II, da Lei 11.101/05. v) intimem-se da presente decisão o Ministério Público e as a Fazendas Pública Federal, Estadual e Municipal, nos termos da Lei 11.101/05. vi) expeça-se edital com os requisitos do art. 52, §1º, da Lei 11.101/05. vii) oficie-se ao Registro Público de Empresas (JUCEMG) informando-lhe do teor da presente decisão. viii) determino, por ora, a proibição da retirada dos estabelecimentos da sociedade autora de todos os bens necessários para o desenvolvimento de suas atividades. ix) os credores da Recuperanda têm o prazo de 15 dias para apresentar ao administrador judicial suas habilitações ou divergências quanto aos créditos relacionados (§ 1º art. 7º da Lei 11.101/05). Frisa-se que somente após a publicação do edital a que se refere o art. 2º da Lei nº 11.101/2005 (relação de credores apresentada pelo administrador judicial), é que eventuais impugnações/habilitações de crédito deverão ser protocoladas em autos apartados, como incidente processual, observando-se a forma estabelecida no art. 9º da mencionada legislação. 2. Do pedido de retirada de apontamentos em nome da Recuperanda: Pugna a Recuperanda, neste ponto, "que seja ordenado aos Cartórios de Protesto, ao SERASA, SPC, SCPC e CCF (Cadastro de Cheques sem Fundos mantidos pelas instituições financeiras) que retirem todos os apontamentos existentes em nome das devedoras e dos sócios da empresa requerente de seus cadastros, ordenando, ainda, que deixem de incluir novos apontamentos". Contudo, referido pedido não deve ser deferido. É que, muito embora o deferimento da recuperação implique a suspensão das ações e execução promovidas em desfavor da empresa Recuperanda, não tem a sentença que admite o processamento do pedido, efeito de suspender os apontamentos em nome da empresa nos cadastros de proteção ao crédito, eis que se trata de direito material dos credores, que não pode ser mitigado, neste momento processual, por deliberação do juízo universal. Esse, a propósito, é o entendimento jurisprudencial do e. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, consoante exemplificam os acórdãos abaixo transcritos: EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - PROTESTO DE TÍTULOS DE EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL - POSSIBILIDADE - INSCRIÇÃO DA DEVEDORA NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - CABIMENTO. O deferimento do processamento da recuperação judicial não tem o condão de impedir ou sustar a inscrição do nome da Recuperanda nos órgãos de proteção ao crédito e os efeitos dos protestos dos créditos submetidos à recuperação.1 DIREITO FALIMENTAR - DIREITO PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - RECUPERAÇÃO JUDICIAL - DECISÃO DEFERINDO O PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO - PEDIDO DE EXCLUSÃO DO NOME DO CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - NÃO CABIMENTO - RECURSO DESPROVIDO. - Em se tratando de pedido de recuperação judicial, o deferimento do processamento não é suficiente para embasar a pretensão do devedor de exclusão de seu nome dos órgãos de proteção ao crédito, primeiro, porque tal medida não está prevista, na lei 11.101/05, entre as consequências do processamento, e segundo, porque o mero processamento não atinge o direito material dos credores.2 No mesmo sentido, dispõe o Enunciado n. 54 da Jornada de Direito Comercial I do CFJ/STJ, que assim dispõe: "O deferimento do processamento da recuperação judicial não enseja o cancelamento da negativação do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito e nos tabelionatos de protestos." Diante disso, inviável o deferimento do pedido formulado pela Recuperanda, razão pela qual o indefiro. 3. Do pedido de declaração de essencialidade de bens: Inicialmente, cumpre-nos ressaltar que, a despeito de eventuais ações visando a satisfação dos créditos ou apreensão dos veículos tramitarem em comarca diversa, compete a este juízo universal – instituído em virtude do deferimento do processamento da recuperação judicial – a apreciação do pedido de declaração de essencialidade dos bens da empresa em recuperação, consoante entendimento sedimentado do col. Superior Tribunal de Justiça, nestes termos: PROCESSUAL CIVIL E COMERCIAL. AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO DA RECUPERAÇÃO. CRÉDITOS GARANTIDOS FIDUCIARIAMENTE. EXCLUSÃO DO PROCEDIMENTO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO. PETIÇÕES SUCESSIVAS DE AGRAVO CONTRA A MESMA DECISÃO. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. DECISÃO MANTIDA. 1. Ao juízo universal compete a análise do caráter extraconcursal das dívidas da empresa em recuperação, alegadamente garantidas por alienação fiduciária, bem como o exame da essencialidade, para as atividades da sociedade Recuperanda, dos bens pretendidos pelo credor. 2. Cabe ao STJ, no presente incidente, apenas decidir qual dos juízos em conflito é competente para deliberar acerca dos referidos temas. A Segunda Seção entendeu nesse sentido, por maioria, ao apreciar o CC n. 153.473/PR, em sessão realizada no dia 9/5/2018. 3. Apresentadas duas petições sucessivas de agravo contra a mesma decisão, a segunda fica prejudicada, não podendo sequer ser conhecida, por força da preclusão consumativa. 4. Agravo interno a que se nega provimento.3 Referido entendimento, a propósito, restou positivado com o advento da Lei 14.112/20, conforme disposto no art. 7-A, ao prever que "o disposto nos incisos I, II e III do caput deste artigo não se aplica aos créditos referidos nos §§ 3º e 4º do art. 49 desta Lei, admitida, todavia, a competência do juízo da recuperação judicial para determinar a suspensão dos atos de constrição que recaiam sobre bens de capital essenciais à manutenção da atividade empresarial durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º deste artigo". À vista do exposto, compete a este juízo universal a declaração de essencialidade dos bens da Recuperanda, ainda que objeto de execução em comarca diversa. Desta feita, analisando detidamente os autos, verifico que o pedido formulado merece parcial acolhimento. Com efeito, rege-se a recuperação judicial pelo princípio da preservação da empresa, insculpido no art. 47, da Lei 11.101/05, por meio do qual visa não só preservar a empresa, como também a sua função social e o estímulo à atividade empresarial, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores. Sobre o tema, oportuna as lições doutrinárias de Gladston Mamede, in verbis: "A recuperação da empresa tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica (art. 47 da Lei 11.101/05). Essa definição legal positiva os princípios da função social da empresa e da preservação da empresa: a recuperação visa promover (1) a preservação da empresa, (2) sua função social e (3) o estímulo à atividade econômica (atendendo ao cânone constitucional inscrito no art. 3º, II e III, que definem como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil garantir o desenvolvimento nacional e erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais)."4 A fim de dar efetividade ao princípio sobredito, estipulou-se no art. 49, §3º, da sobredita legislação a possibilidade de ser declarada a essencialidade dos bens de credores utilizados para fomento da atividade empresarial da Recuperanda, nestes termos: Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos. § 3º Tratando-se de credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretratabilidade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio, seu crédito não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial e prevalecerão os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais, observada a legislação respectiva, não se permitindo, contudo, durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º do art. 6º desta Lei, a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial. No caso dos autos, visa a empresa em recuperação judicial a declaração da essencialidade dos bens listados no anexo I da exordial (ID 9845061316), sob o fundamento de que se tratam de bens indispensáveis ao desenvolvimento da atividade empresarial, o que verifico assistir-lhe parcial razão. É que, vê-se pelos documentos colacionados aos autos, sobretudo pelo laudo de constatação prévia elaborado pelo perito nomeado, ora administrador judicial, baseado nos Conhecimentos de Transportes Eletrônicos – CT-e, que os bens, à exceção daqueles alienados, são utilizados para o fomento da atividade empresarial desenvolvida pela Recuperanda, voltada para o transporte rodoviário de cargas em geral. Assim, cuidando-se a atividade empresarial desenvolvida de transporte rodoviário, de rigor a manutenção dos bens listados no anexo I da petição inicial, porquanto imprescindíveis para possibilitar o soerguimento da empresa e a quitação dos débitos, objetivos precípuos da presente demanda. A corroborar o entendimento deste magistrado, urge trazer à colação o judicioso entendimento do e. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, que, em julgamento de caso análogo, considerou essenciais os veículos e seus componentes para a recuperação judicial de empresa que exerce atividade empresarial de transporte rodoviário de cargas, in verbis: EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CREDOR TITULAR DA POSIÇÃO DE PROPRIETÁRIO FIDUCIÁRIO. VENDA OU RETIRADA DE BENS ESSENCIAIS AO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL. ESSENCIALIDADE VERIFICADA. VIGÊNCIA DO STAY PERIOD. RECURSO DESPROVIDO. -Por expressa previsão legal, o artigo 49, § 3º da Lei 11.101/05, confirmada pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o credor titular da posição de proprietário fiduciário não se submete aos efeitos da Recuperação Judicial, devendo ser abster, todavia, de promover a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial, enquanto perdurar a suspensão a que se refere o § 4o do art. 6o da Lei nº 11.101/2005 - No caso em questão, não se está a discutir sobre possibilidade ou não de prorrogação do período de suspensão a que alude o § 4º do artigo 6º da Lei 11.101/2005, com a redação que lhe foi dada pela Lei 14.112/2020. Trata-se, apenas, de efetivo reconhecimento da essencialidade dos bens, a justificar a incidência da parte final do 3º do artigo 49 da Lei de Recuperação de empresas e falência, que impede a venda ou retirada dos bens de capital considerados essenciais ao desenvolvimento da atividade empresarial do devedor - Comprovada a essencialidade dos bens em questão, notadamente considerando o fato de que a atividade da Recuperanda é o transporte rodoviário de carga, prudente a manutenção da decisão que considerou que os caminhões a serem apreendidos são essenciais para sua atividade econômica.5 (grifo nosso). Ratifica a necessidade de declaração de essencialidade de bens, a existência de ações de busca e apreensão que movem os credores em desfavor da Recuperanda (5000792-54.2023.8.13.0120, 5000784-77-2023.8.13.0120, 5000761-34.2023.8.13.0120, 5000676-48.2023.8.13.0120), visando a consolidação da propriedade dos bens móveis alienados fiduciariamente, consoante noticiado pela empresa e confirmado por este juízo em pesquisa realizada no PJe na presente data. Referida essencialidade, contudo, não se estende ao bem móvel registrado sob as placas QXN0640, QXU6F28 e QXU6G32, eis que demonstrado, inclusive por documentação encaminhada pela empresa ao administrador judicial, a alienação dos aludidos veículos. Diante desse quadro, mediante tais considerações e consoante elementos de convicção reunidos no feito à luz das normas que regem a matéria em debate, tenho que a pretensão da Recuperanda merece ser parcialmente acolhida. 3.1. Dispositivo: Ante o exposto, defiro parcialmente o pedido formulado pela empresa Romárcio de Bastos Barbosa – ME, ora Recuperanda, para declarar a essencialidade dos seguintes bens: i) CAMINHÃO TRUCADO - PLACA RNO7A70; ii) CAMINHÃO TRUCADO - PLACA RTW7A52; iii) CAMINHÃO TRUCADO - PLACA RUT5E00; iv) CAMINHÃO TRUCADO - PLACA RNX4E93; v) CAMINHÃO TRUCADO - PLACA RTV9H93; vi) CARRETA BASCULANTE – PLACA RNY0H10; vii) CAMINHÃO BASCULANTE - PLACA RNY0H05; viii) CAMINHÃO BASCULANTE - PLACA RNY0G98 ix) CAMINHÃO BASCULANTE - PLACA RNQ5B30; x) CAMINHÃO BASCULANTE - PLACA RNQ5B27; xi) CARRETA DOLLY - PLACA RNQ5B32; xii) CARRETA BASCULANTE - PLACA RTW5E40; xiii) CARRETA BASCULANTE - PLACA RTW5E41; xiv) CARRETA DOLLY - PLACA RTW5E42; xv) CARRETA BASCULANTE - PLACA RUV4B96; xvi) CARRETA DOLLY - PLACA RUV4B98; xvii) CARRETA BASCULANTE - PLACA RUV4B94. Intime-se a Recuperanda, o administrador judicial e o Ministério Público para tomarem conhecimento do teor desta decisão. Junte-se aos autos distribuídos sob os n.5000792-54.2023.8.13.0120, 5000784-77-2023.8.13.0120, 5000761-34.2023.8.13.0120, 5000676-48.2023.8.13.0120 cópia do presente decisum, com consequente intimação do autor e réu para manifestarem-se, no prazo de 15 dias, sobre a ausência de interesse de agir. 4. Demais deliberações: No ensejo, intime-se a Recuperanda para manifestar-se quanto aos honorários do perito, ora nomeado como administrador judicial, apresentados ao ID 9866893405, no prazo de 15 dias. Em seguida, dê-se vista ao Ministério Público. Após, venham-me os autos conclusos. Por fim, determino que, de todos os requerimentos formulados pela Recuperanda ou terceiros, seja colhida a prévia manifestação do administrador judicial e, em seguida, do Ministério Público, no prazo sucessivo de 15 dias. RELAÇÃO DE CREDORES APRESENTADA POR ROMARCIO DE BASTOS BARBOSA - ME: CLASSE I – TRABALHISTA: CLAUDIOMAR SILVA – R$ 9.326,48, JENNIFER SALATIEL DE BASTOS – R$ 5.539,01, MARCELO HENRIQUE DOS SANTOS SOARES – R$ 9.518,20, WAGNER FABIANO DE SOUZA – R$ 10.889,56, ADAILTON LOPES DE ALMEIDA – R$ 7.569,76. CLASSE II – GARANTIA REAL: BANCO DO BRASIL - R$ 29.148,01, BANCO DO BRASIL – R$ 23.942,28, BANCO DO BRASIL – R$ 17.137,67, BANCO DO BRASIL – R$ 23.162,20, BANCO DO BRASIL – R$ 27.765,98, BANCO SICOOB – R$ 48.341,16, BANCO RODOBENS – R$ 313.664,21, BANCO RODOBENS – R$ 542.033,28, BANCO RANDON – R$ 414.167,76, BANCO SAFRA – R$ 665.289,65, BANCO SAFRA – R$ 169.510,81, BANCO SAFRA – R$ 166.524,75, BANCO SAFRA – R$ 82.668,35, BANCO ITAÚ – R$ 450.000,00, BANCO MERCEDES-BENZ – R$ 778.605,52, BANCO MERCEDES-BENZ – R$ 857.861,02, BANCO MERCEDES-BENZ – R$ 134.317,58, BANCO DO BRASIL – R$ 29.148,01. CLASSE III – QUIROGRAFÁRIO: OSMAR DIONISIO – R$ 34.500,00, FERNANDO LAMOUNIER MARTINS – R$ 146.000,00, CARLOS FREDERIKO SALDANHA – R$ 25.360,00, CENTRO OESTE IMPLEMENTOS PARA TRANSPORTES LTDA – R$ 39.308,94, CONTABILIDADE RIBEIRO – R$ 6.500,00, BANCO DO BRASIL - R$ 146.825,98. CLASSE IV – ME/EPP: CANDEIAS DIESEL AUTO PEÇAS – R$ 2.840,00, RECACENTER RECAPAGEM DE PNEUS LTDA – R$ 6.505,00, STENIO PAULA GARCIA FARIUA & CIA LTDA – R$ 12.690,00, JOZYENI BALBINO ME – R$ 750,00, ALELO INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A – R$ 8.897,23. Ficam advertidos os credores que, após a publicação deste, têm o prazo de 15 (quinze) dias para apresentarem suas habilitações ou divergências quanto aos créditos relacionados (§ 1º, art. 7º, da Lei 11.101/2005) diretamente à Administradora Judicial, em cópias eletrônicas para o seguinte endereço: Av. Brasil, n° 1.666, 13° andar, bairro Funcionários, Belo Horizon

PATRÍCIA GRACIELE DE ANDRADE SOUSA. LEILOEIRA OFICIAL, JUCEMG 945, faz saber que levará a leilão online os bens móveis inservíveis à Associação dos Municípios da Microrregião do Alto Rio Grande (AMALG). Leilão 001/2023. Dia 05/09/2023, a partir de 14 horas, no site www.patricialeiloeira.com.br. Os bens poderão ser visitados pelos interessados na Rua Monselhor Aureliano, nº 241 – Lavras/MG, de 28/08/2023 a 04/09/2023, no horário de 08:30 a 10:30 e de 13:30 a 16:30. Iniciando o leilão, encerra-se a visitação. Edital e informações: (31) 3243-1107.

CAMARA MUNICIPAL DE MALACACHETA/MG

Aviso de Licitação - A Câmara Municipal de Malacacheta - MG, atraves de seu Presidente, Torna público Abertura do Processo Licitatório 001/23, **Pregão Presencial - Nº 001/23**, Tipo: Menor Preço Unitário, Para Aquisição de um Equipamento/Elevador, para atender as necessidades da Câmara Municipal, a abertura do processo será dia 24/08/23 Às 09:00min, Na Sede Da Câmara Municipal, Rua Tristão Couy, Nº 56 - Cep: 39.690-000. O Edital poderá ser lido na íntegra e adquirido através do email: licitacaocmmalacacheta@gmail.com ou no Site Portal da Transparência. MALAC. 07/08/2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ERA – MG

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 05/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 116/2023

Torna público que devido alterações na planilha orçamentária a abertura do processo licitatório será dia 18 de setembro de 2023 às 13:30 horas.

Editais disponíveis no site: www.novaera.mg.gov.br

Txai Silva Costa – Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROC. 015/23 PREG ELE. 015/23 EDITAL. 015/23 RP. 015/23. A AMMESF, torna público que será realizada licitação tendo abertura em sessão eletrônica no dia 31/08/2023 às 09:01h com o Objeto: futura e eventual aquisição de mobiliários para atender as necessidades dos municípios consorciados a Associação dos Municípios da Bacia do Médio São Francisco – Ammesf. O edital, anexos e maiores Informações pelo site: www.licitacoesammesf.com.br/ ou pelo e-mail: ammesflicita@gmail.com. Pedro Henrique Soares Braga – Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PARDO DE MINAS/MG

Aviso de Licitação
Processo nº 140/2023
Tomada de Preço nº 05/2023

Objeto: Contratação de empresa destinada a construção do ponto de apoio da estratégia da saúde da família da Comunidade de Aurora, neste município, com entrega dos envelopes até as 08:00:00 horas do dia 01/09/2023. Maiores informações pelo telefone (038) 3824-1356 - ou através do e-mail licitação@riopardo.mg.gov.br ou ainda na sede da Prefeitura Municipal de Rio Pardo de Minas

15/08/2023.

Concessionária Rodovias do Triângulo SPE S.A.

CNPJ/MF nº 48.127.012/0001-08

Comunicado – Lote 01

A **Concessionária Rodovias do Triângulo SPE S.A.** pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº 48.127.012/0001-08, com endereço Avenida Maranhão, nº 1666, no município de Uberlândia, estado de Minas Gerais, CEP: 38.405-318, vencedora do leilão de Concessão do Sistema Rodoviário composto pelas rodovias BR-365/452, MG-190/427, CMG-452/462 e LMG—782/798/812, com uma extensão total de 627,40 km, incluindo os elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos e alças, edificações e terrenos, pistas centrais laterais, marginais ou locais diretamente ou por dispositivos de interconexão com a rodovias, acostamentos, obras de arte especiais e quaisquer outros elementos que se encontram dentro dos limites da faixa de domínio das rodovias, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à Concessão, vem, respeitosamente, CONVOCAR todos os interessados, proprietários ou possuidores a qualquer título, de ocupações irregulares, acessos, plantações, cercas, entre outros, a entrarem em contato com brevidade, a fim de esclarecer, regularizar e formalizar, se o caso, a ocupação/utilização da faixa de domínio, inclusive para acesso às rodovias, por meio do e-mail: faixadedominio@eprtriangulo.com.br.

Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A.

CNPJ/MF nº 48.127.008/0001-40

Comunicado – Lote 02

A **Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A.** pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº 48.127.008/0001-40, vencedora do leilão de Concessão do Sistema Rodoviário composto pelas rodovias BR-459, MG173/290/295/455/459, CMG-146 e LMG—877, com uma extensão total de 454,30 km, incluindo os elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos e alças, edificações e terrenos, pistas centrais laterais, marginais ou locais diretamente ou por dispositivos de interconexão com a rodovias, acostamentos, obras de arte especiais e quaisquer outros elementos que se encontram dentro dos limites da faixa de domínio das rodovias, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à Concessão, vem, respeitosamente, CONVOCAR todos os interessados, proprietários ou possuidores a qualquer título, de ocupações irregulares, acessos, plantações, cercas, entre outros, a entrarem em contato com brevidade, a fim de esclarecer, regularizar e formalizar, se o caso, a ocupação/utilização da faixa de domínio, inclusive para acesso às rodovias, por meio do e-mail: faixadedominio@eprsuldeminas.com.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico Registro de Preços - nº 64/2023

O Município de Nova Lima torna público, que fará realizar o **Pregão Eletrônico Registro de Preços - nº 64/2023. Objeto:** Eventual contratação de empresa especializada na realização de exames não processados pelo Laboratório Municipal de Nova Lima, envolvendo exames do grupo de hormônios, imunologia, doenças infecciosas, autoimunidade e outros de alta complexidade, para atender a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Nova Lima. Data de realização **30/08/2023 às 09:00 h.** O edital poderá ser retirado no site **www.novalima.mg.gov.br,** em **Portal da Transparência/Publicações.**

Nova Lima, 17 de agosto de 2023.

A Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico Registro de Preço - nº 47/2023

O Município de Nova Lima, torna público, que fará realizar o **Pregão Eletrônico Registro de Preço - nº 47/2023,** destinando itens exclusivamente para ME/EPP e itens para cota de 25% para ME/EPP conforme art. 48, III da LC 123/06 alterada pela LC 147/14. Objeto: Eventual aquisição de material de escritório e expediente para atender a demanda da Secretaria Municipal de Educação, Desenvolvimento Social e Saúde do Município de Nova Lima. Data de realização **30/08/2023 às 09:00 h.** O edital poderá ser retirado no site **www.novalima.mg.gov.br,** em **Transparência/Publicações.**

Nova Lima, 17 de agosto de 2023.

A Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA
PÚBLICA Nº 013/2023
PROCESSO
ADMINISTRATIVO Nº 0426/2023

O Município de Nova Lima, torna público a realização da Licitação na Modalidade Concorrência Pública nº 013/2023, Processo Administrativo nº 0426/2023. **Objeto: Contratação de empresa especializada de engenharia para execução de obras de demolição de edificação existente e construção de nova edificação para a Escola Municipal Carlos Henrique Roscoe, na Rua Francisco Rocha, nº 20, Bairro Retiro, em Nova Lima/MG.** A abertura dar-se-á no dia 20/09/2023 às 09:00 hs na Rua Bias Fortes nº 62 – 1° andar, Centro – Nova Lima/MG. O Edital estará disponível a partir do dia 17/08/2023 no site www.novalima.mg.gov.br e no setor de Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Lima.

Nova Lima, 16 de agosto de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG

AVISO DE LICITAÇÃO

Credenciamento nº 018/2023

Processo nº 433/2023

O Município de Nova Lima, torna público a realização do Credenciamento nº 018/2023, Processo nº 433/2023. Objeto: Credenciamento a seleção impessoal de interessados para concessão de alvará de licença, em caráter precário, para exercício de atividade de comércio temporário para participar como feirante e compor as barracas para o comércio de produtos no evento "INAUGURAÇÃO DO ESPAÇO CULTURAL". A adesão ao credenciamento dar-se-á no dia 22/08/2023 e 23/08/2023 das 09:00 horas às 17:00 horas. O Edital está disponível a partir do dia 17/08/2023 no site www.novalima.mg.gov.br e no setor de Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Lima.

Nova Lima, 16 de agosto de 2023.

Concessionária Smart CPGI SPE S.A.

(Em Constituição)

Ata de Assembleia Geral de Constituição

Em 24/01/2022 às 9hs, em Andradas/MG, reuniram-se para constituição de uma sociedade anônima fechada, Sociedade de Propósito Específico (SPE), com denominação de "**Concessionária Smart CPGI SPE S.A,** ambos os seus organizadores, que representam a totalidade do capital social. Antônio Roberto Beldi, presidente; João Paulo Casimiro Costa, secretário. **Deliberações aprovadas:** Constituir uma Sociedade Anônima, mediante Sociedade de Propósito Específico, visando atender especificamente, mediante Parceria Público-Privada (PPP), cuja qual será regida pelo estatuto social a seguir transcrito e que já foi, por todos os presentes, examinado e aprovado: Estatuto Social. Artigo 1º. A **Concessionária Smart CPGI SPE S.A.** é uma sociedade por ações regida pelo disposto neste Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15/12/1976, e suas alterações posteriores. **Sede Social.** Artigo 2º. A Companhia tem sua sede e foro na Rua Daniel Soares Martins, nº 78, lote 14, quadra D, Bairro Pito Rossi, Cidade de Andradas, Estado de Minas Gerais, CEP 37.795-000, local onde funcionará o seu escritório administrativo, podendo abrir filiais, mediante deliberação da Diretoria. **Objeto Social.** Artigo 3º. A Companhia tem por objeto exclusivo realizar, sob o regime de Parceria-Público-Privada (PPP) na modalidade concessão administrativa, para prestação de serviços de gestão, operação, modernização, otimização, expansão e manutenção da infraestrutura de iluminação pública, abrangendo a implantação, instalação, a recuperação, a modernização, o melhoramento, a eficientização, da rede municipal de iluminação pública dos Municipios de Albertina, Andradas, Bandeira do Sul, Caldas, Divisa Nova, Ibitiúra de Minas, Ipuiuna e Santa Rita de Caldas, as quais compõe o Consórcio Público para Gestão Integrada – CPGI, do Estado de Minas Gerais, conforme o Edital de Concorrência Pública nº 04/2021 ("Edital"), processo licitatório nº 08/2021 e o Contrato de Concessão Administrativa pertinente ("Contrato de Concessão") junto à Prefeitura de Andradas/MG, município da sede do Consórcio Público para Gestão Integrada – CPGI, poder concedente, enquadrando-se em Sociedade de Propósito Específico (SPE). §Único. É vedada a alteração do objeto social da Companhia sem prévia e expressa anuência, por escrito do Poder Concedente. **Duração.** Artigo 4º. O prazo de duração da Companhia é indeterminado, observado o prazo suficiente para o cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão. **Capital Social e Ações.** Artigo 5º. O capital social subscrito da Companhia é de R$ 4.000.000,00, parcialmente integralizado, representado por 4.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. §1º. Não poderão ser computados como aportes de capital os gastos realizados pela proponente adjudicatária até a constituição da Concessionária. §2º. A Companhia não poderá, durante todo o prazo da Concessão, reduzir o seu capital em prazo inferior e/ou abaixo do valor mínimo especificado no Contrato de Concessão, sem prévia e expressa autorização, por escrito, do Poder Concedente. Artigo 6º. Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito de um voto nas Assembleias Gerais de Acionistas. Artigo 7º. A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do Acionista no livro de "Registro de Ações Nominativas". Artigo 8º. Quaisquer operações que importem em modificação da composição do controle acionário da Companhia, seja ele direto ou indireto, devem ser submetidas à prévia autorização dos acionistas, considerando o quanto disposto no §1º deste artigo. Parágrafo1º. Durante o prazo da Concessão, o controle acionário direto da Companhia somente poderá ser alterado mediante prévia e expressa autorização do Poder Concedente. §2º. A Concessionária deverá encaminhar ao Poder Concedente, representado pelo Consórcio Público Para Gestão Integrada – CPGI, situado no Município de Andradas, no Estado de Minas Gerais, os registros deste estatuto social perante a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, imediatamente após a sua constituição e sempre que houver alteração do controle societário, quando previamente aprovados pelo Poder Concedente, atualizando o Quadro de Acionistas, por tipo e quantidade de ações. §3º. Para efeito de verificação do cumprimento das exigências estabelecidas no Edital, a Companhia deverá manter a Prefeitura de Andradas/MG, representante do Poder Concedente, informada sobre a titularidade das ações. Artigo 9º. As propostas de emissão de títulos e valores mobiliários, que contenham dispositivo de conversão em ações ou que tenham como garantia ações integrantes do Grupo Controlador devem ser submetidas à prévia autorização do Poder Concedente. **Assembleia Geral de Acionistas.** Artigo 10. As Assembleias Gerais de Acionistas realizar-se-ão ordinariamente uma vez por ano, nos 4 primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, a fim de que sejam discutidos os assuntos previstos em lei. Artigo 11. As Assembleias Gerais Extraordinárias serão realizadas sempre que necessário, quando os interesses sociais assim o exigirem, ou quando as disposições do presente Estatuto Social ou da legislação aplicável exigirem deliberação dos Acionistas. Artigo 12. As Assembleias Gerais de Acionistas serão convocadas pela Diretoria, quando entender conveniente ou necessário, mediante proposta da administração aos acionistas e na forma do artigo 123 da Lei das Sociedades por Ações. §1º. As Assembleias Gerais serão presididas na forma do artigo 128 da Lei das Sociedades por Ações. §2º. Somente poderão participar da Assembleia Geral os Acionistas titulares de ações que estiverem registradas em seu nome, no livro próprio, até 48 horas antes da data marcada para a realização da referida Assembleia Geral. Artigo 13. As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as hipóteses especiais previstas em lei, neste Estatuto Social, no Contrato de Concessão e no Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, serão tomadas por maioria de votos dos presentes com exceção do que por Lei solicitar quórum qualificado, não se computando os votos em branco, com exceção das seguintes matérias, cuja aprovação dependerá da aprovação dos Acionistas detentores da totalidade do capital social votante**:** (i) a alteração do Contrato de Concessão, nas hipóteses e condições nele previstos; (ii) qualquer aumento do capital da Companhia, desdobramento ou grupamento de ações, resgate ou compra de ações para cancelamento ou manutenção em tesouraria, emissão ou venda de quaisquer valores mobiliários da Companhia conversíveis ou não em ações, inclusive, mas sem limitação, criação e emissão de ações preferenciais, debêntures, bônus de subscrição, partes beneficiárias ou opções de compra ou subscrição de ações; (iii) a deliberação sobre o destino do lucro líquido do exercício ou de períodos intermediários, a não distribuição ou distribuição de dividendos e/ou remuneração sobre o capital próprio em montante diverso do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia conforme em vigor nesta data, respeitado os Covenants contratados pela Companhia visando atendimento ao contrato de concessão; (iv) a participação da Companhia em licitações e/ou a celebração, alteração, renovação ou não renovação no Contrato de Concessão pela Companhia; (v) a autorização aos administradores da Companhia para confessar falência, promover dissolução e/ou liquidação, ajuizar pedido de processamento de recuperação judicial ou de homologação de plano de recuperação extrajudicial; (vi) aprovação da celebração, pela Diretoria, de contratos ou negócios jurídicos que envolvam valores superiores a R$ 2.000.000,00; (vii) criação de subsidiárias integrais, associação, constituição de consórcios ou participação da Companhia em sociedades com terceiros ou partes relacionadas à Companhia, ainda que estes terceiros estejam sob controle comum da Companhia; (viii) aprovação da alienação ou oneração de qualquer bem integrante do ativo permanente da Companhia de valor superior ou igual a R$ 2.000.000,00; (ix) aprovação da celebração de qualquer contrato de financiamento ou empréstimo que impacte no endividamento da Companhia, de valor superior ou igual a R$ 2.000.000,00; e (x) aprovação da celebração de quaisquer outros atos jurídicos ou prática de ações pela Companhia de valor superior ou igual a R$ 2.000.000,00. §Único. O Presidente da Assembleia deverá abster-se de registrar qualquer deliberação tomada em desacordo com as disposições do Acordo de Acionistas. Artigo 14. As Assembleias Gerais convocadas para tratar das matérias dispostas no Artigo 13 somente poderão ser instaladas com a presença dos Acionistas representando a totalidade do capital social. §Unico. Sem prejuízo das formalidades previstas na legislação aplicável, os Acionistas deverão ser convocados para as Assembleias Gerais da Companhia na forma do artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações. Independentemente das formalidades referentes à convocação de Assembleias Gerais previstas neste Estatuto Social, será regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Acionistas. **Administração da Companhia.** Artigo 15. A administração da Companhia compete à Diretoria, que terá as atribuições conferidas por lei e pelo presente Estatuto Social, estando os Diretores dispensados de oferecer garantia para o exercício de suas funções. A administração da Companhia será pautada pela implementação, consecução e preservação dos seguintes objetivos: a) prestação de serviços de alta qualidade; b) altos níveis de eficiência, produtividade, competitividade e lucratividade; c) implantação e manutenção de sistemas de informações e gerenciais modernos; d) modernização do gerenciamento de recursos humanos, implementação de plano de cargos e salários; e) preservação do meio ambiente; f) implementação de programas de segurança da iluminação das vias públicas. §1º. Os membros da Diretoria tomarão posse mediante a assinatura dos respectivos termos no livro próprio, permanecendo em seus respectivos cargos até a posse de seus sucessores. §2º. A Assembleia Geral de Acionistas deverá estabelecer a remuneração total dos membros da Diretoria, cabendo a Diretoria em colegiado deliberar sobre a sua distribuição. Artigo 16. A Diretoria da Companhia será composta por 3 Diretores, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral de acionistas, todos sem qualquer designação específica, para um mandato de 3 anos, admitida a reeleição, sendo escolhidos e recrutados no mercado dentre pessoas de reconhecida competência profissional, devendo os mesmos permanecer nos cargos até a posse dos novos membros eleitos. §1º. No caso de vacância de cargo da Diretoria, a respectiva substituição será deliberada pela Assembleia de Acionistas, a ser convocado no prazo de 30 dias, contados da vacância. Artigo 17. Compete à Diretoria a representação da Companhia, de forma ativa e passivamente, bem como a prática de todos os atos necessários ou convenientes à administração dos negócios sociais, respeitados os limites previstos em lei, no Contrato de Concessão e no presente Estatuto Social. §Único. Sendo convocada Assembleia Geral, até que esta se realize, a Diretoria não poderá deliberar e/ou praticar o ato, ou similar, que será objeto de deliberação da referida Assembleia. Artigo 18. Nos atos e instrumentos que acarretarem responsabilidade para a Companhia, será ela representada por 2 Diretores em conjunto, ou por um Diretor em conjunto com um procurador com poderes especiais e específicos, ou por 2 procuradores em conjunto com poderes especiais e específicos. §Único. Os instrumentos de mandato serão sempre firmados por 2 Diretores da Companhia e não poderão ter prazo superior a um ano, vedado o substabelecimento, salvo aqueles com finalidade *ad judicia*, que poderão ter prazo indeterminado. Artigo 19. São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer Diretor, procurador ou funcionário que a envolverem em obrigações relativas a operações ou negócios estranhos ao seu objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, os quais sempre deverão ser deliberados pela Assembleia de Acionistas. Artigo 20. A Diretoria se reunirá, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação por escrito de qualquer dos seus membros, com antecedência mínima de 48 horas, mediante a apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados. §1º. As reuniões poderão ser realizadas remotamente quando necessário, sendo a participação considerada presencial, devendo expressar seus votos por escrito, a serem arquivados na sede da Companhia, juntamente do livro de atas de Diretoria. §2º. Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Diretores presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas da Diretoria da Companhia. Artigo 21. – Sem prejuízo das demais matérias que lhe serão atribuídas por lei ou por este Estatuto Social, competirá exclusivamente à Diretoria deliberar a respeito das seguintes matérias que, para sua aprovação, exigirá maioria de votos favoráveis: (i) Aprovação do plano de negócio, plano operacional e orçamento anual da Companhia, e qualquer de suas alterações, bem como aprovação de investimentos que não os previstos nos aludidos planos e orçamentos; (ii) Aprovação de proposta de reforma estatutária, a ser submetida à Assembleia Geral; (iii) Aprovação de qualquer negócio, de qualquer natureza, entre a Companhia e qualquer Acionista, ou afiliadas de qualquer Acionista, ou coligadas de Acionistas, ou ainda com qualquer dos Diretores da Companhia; (iv) Aprovação para alienação, oneração ou aquisição de direitos (exceto participações societárias, cuja competência incumbe à Assembleia Geral) ou bens móveis e/ou imóveis pela Companhia, cujo valor (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza) exceda de R$ 1.000.000,00 até R$ 2.000.000,00, sendo que acima deste valor caberá à Diretoria submeter à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas; e valores até R$ 1.000.000,00 poderão ser assumidos por 2 diretores conjuntamente; (v) Aprovação para contratação de empréstimos, financiamentos ou outras obrigações de qualquer natureza, à quantia (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza) que exceda de R$ 1.000.000,00 até R$ 2.000.000,00, sendo que acima deste valor caberá à Diretoria submeter à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas; e valores até R$ 1.000.000,00 poderão ser assumidos por 2 diretores conjuntamente; (vi) Aprovação dos critérios de remuneração dos funcionários da companhia e seus planos de carreira; (vii) Contratação, pela Companhia, de empresa de auditoria independente, que deverá ser escolhida entre aquelas de notória reputação. **Conselho Fiscal.** Artigo 22. O Conselho Fiscal somente será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos Acionistas, nos termos da legislação aplicável. Artigo 23. O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por no mínimo 3 e no máximo 5 membros e por igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, sendo permitida a reeleição, com as atribuições e prazos de mandato previstos em lei. §Único. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será estabelecida pela Assembleia Geral de Acionistas que os eleger. **Exercício Social e Lucros.** Artigo 24. O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que o balanço e as demais demonstrações financeiras deverão ser preparados. §1º. Do lucro líquido apurado no exercício, será deduzida a parcela de 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social. §2º. A distribuição de dividendos, observadas as disposições do Contrato de Concessão, ficará condicionada aos limites fixados pela Lei nº 6.404/76, quer quantitativamente, quer quanto à periodicidade de sua distribuição, sendo que o dividendo obrigatório será de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do Art. 202 da Lei nº 6.404/76. §3º. A Companhia somente distribuirá dividendos excedentes ao dividendo mínimo obrigatório ou quaisquer outros benefícios societários, quando resultarem da apuração, ao final do exercício social, de lucros decorrentes do objeto social e desde que tais dividendos ou benefícios societários remanesçam após o pagamento de obrigações vencidas decorrentes do Contrato de Concessão, ainda que tais obrigações tenham se originado em exercícios financeiros anteriores ao da apuração dos lucros, respeitadas as restrições previstas no Contrato de Concessão. §4º. Observadas as disposições legais pertinentes, a Companhia poderá pagar a seus Acionistas, por deliberação da Assembleia Geral, juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. §5º. A Companhia poderá, a qualquer tempo, levantar balancetes em cumprimento a requisitos legais ou para atender a interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intermediários ou antecipados, que, caso distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório, acima referido. **Reorganização Societária, Transformação e Liquidação.** Artigo 25. É vedada a realização de operação de fusão, associação, incorporação ou cisão da Companhia. Artigo 26. É vedada a transformação da Companhia em qualquer outra forma societária. Artigo 27. A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei, sendo a Assembleia Geral o órgão competente para determinar o modo de liquidação e indicar o liquidante e o Conselho Fiscal, que deverá funcionar durante o período. **Solução de Controvérsias.** Artigo 28. Se quaisquer disputas ou conflitos de qualquer natureza, doravante referidos conjuntamente como um "Conflito", surgirem em relação a este Estatuto, os Acionistas deverão primeiro tentar solucioná-los por meio de discussões amigáveis e de boa fé e, somente na hipótese de falharem em estabelecer um consenso, então o "Conflito" será objeto de causa processual e, para tanto, os acionistas elegem o Foro da Comarca de Andradas, Estado de Minas Gerais, com exclusão de quaisquer outros por mais privilegiado que seja. **Disposições Gerais.** Artigo 29. A Companhia deverá observar os Acordos de Acionistas arquivados em sua sede, devendo a Diretoria abster-se de lançar transferências de ações e o Presidente da Assembleia Geral abster-se de computar votos contrários aos seus termos, em conformidade ao artigo 118 da Lei 6.404/76, e suas alterações posteriores. Artigo 30. A Companhia comunicará à Prefeitura de Andradas/MG e o Consórcio Público Para Gestão Integrada – CPGI, representando o Poder Concedente, a respeito de qualquer alteração neste Estatuto Social, no prazo máximo de 30 dias, contados da respectiva alteração. Terminada a leitura do estatuto social e após a sua aprovação unânime, o Sr. Presidente declarou que era necessário que os presentes subscrevessem o capital social, tendo, para tanto, mandado preencher os boletins de subscrição, verificando-se então que foram subscritas 4.000.000 de ações ordinárias nominativas, no valor de R$ 1,00 para cada ação ordinária, com a realização de capital, integralizado à vista no montante de R$ 1.200.000,00, na forma do artigo 80 da Lei 6.404 de 15/12/1976, equivalente a 30% do valor subscrito na constituição da Companhia, a ser efetuado mediante depósito em moeda corrente nacional no Banco do Brasil S.A. ou em outro estabelecimento bancário autorizado, tendo, para tanto, mandado o Presidente que fossem preenchidos os respectivos boletins de subscrição, sendo que cada parte subscreve e integraliza conforme boletim de subscrição anexo à presente ata. Portanto, os presentes, fundadores da **Concessionária Smart CPGI SPE S.A,** subscreveram as ações acima, na seguinte conformidade : **Splice Indústria, Comércio e Serviços Ltda**., já devidamente qualificada, subscreve 2.800.000 ações ordinárias nominativas no valor de R$ 2.800.000,00; e **RT Energia e Serviços Ltda**., já devidamente qualificada, subscreve 1.200.000 ações ordinárias nominativas no valor de R$ 1.200.000,00; sendo que cada uma integraliza nesta data 30% do valor subscrito conforme boletim de subscrição anexo à presente ata. Assinado e aprovado o boletim de subscrição, declarou o Sr. Presidente definitivamente constituída a **Concessionária Smart CPGI SPE S.A.** A seguir, procedeu-se à eleição do primeiro mandato da Diretoria, até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada após o término do exercício social de 2.024, ou seja, até 31/04/2025, sendo indicados os Srs. **Antonio Roberto Beldi,** brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, engenheiro eletricista, portador do RG nº 4.169.337-1-SSP-SP e CPF nº 618.760.038-04, natural de Votorantim/SP, nascido em 16/10/1950, filho de Alexandre Beldi Neto e Heloisa Wey Beldi, residente e domiciliado na Via Perimetral 1, Quadra setor 4, Condomínio Lago Azul, na Cidade de Araçoiaba da Serra, Estado de São Paulo, CEP 18.190-000; **Ricardo de Souza Adenes,** brasileiro, união estável, economista, portador do RG nº 410.163 SSP/DF e CPF nº 183.617.141-20, natural do Rio de Janeiro/RJ, nascido em 01/11/1957, filho de Paulo José Adenes e Geraldina de Souza Dutra Adenes, residente e domiciliado na Alameda Birmânia, nº 84, na Cidade de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, CEP 06543-195; e **João Paulo Casimiro Costa**, brasileiro, solteiro, engenheiro eletricista, portador do RG nº 34.949.750-3-SSP-SP e CPF nº 302.847.578-29, natural de Lorena/SP, nascido em 01/05/1982, filho de Antônio Paulo Casimiro Costa e Gema Galgani Braga Vieira Costa, residente e domiciliado na Rua Dr. Oswaldo Dixon, 177, Bairro do Pedregulho, na Cidade de Guaratinguetá, Estado de São Paulo, CEP 12515-270; todos com escritório comercial no endereço da sede da Companhia, estabelecida na Rua Daniel Soares Martins, nº 78, lote 14, quadra D, Bairro Pito Rossi, Cidade de Andradas, Estado de Minas Gerais, CEP 37.795-000, fixando-se a verba global e anual de até R$ 1.000.000,00, para pagamento dos honorários da Diretoria, cabendo a ela, por decisão colegiada, atribuir a seus membros os valores da respectiva remuneração mensal. Finalmente, fica a Diretoria autorizada a promover todos os atos complementares e necessários para os registros e arquivamento junto aos órgãos competentes para regular o funcionamento da sociedade. Por fim foi deliberado os jornais para as publicações legais da Companhia, sendo, Diário Oficial do Estado de Minas Gerais – DOMG e o Jornal de Grande Circulação na sede da Companhia, o Estado de Minas. Concluindo os trabalhos o Sr. Presidente deu por encerrada a assembleia geral de constituição da **Concessionária Smart CPGI SPE S.A,** determinado fosse lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, foi assinada por todos acionistas da sociedade. Andradas/MG, 24/01/2022. Antônio Roberto Beldi, Presidente; João Paulo Casimiro Costa, Secretário. Gisele Sanches Mascaroz Levy, Advogada - OAB/SP 167.680. Acionistas fundadores: Splice Indústria, Comércio e Serviços Ltda., Por Antônio Roberto Beldi; RT Energia e Serviços Ltda., Por João Paulo Casimiro Costa. JUCEMG nº 31300145221 em 16/02/2022, protocolo nº 220447322 em 28/01/2022. Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código 2292-E20D-BE18-A394.

MUNICÍPIO DE MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO 095/2023

Partes: Município de Machado/LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA. **Processo licitatório 236/2022 - Pregão 075/2022. Objeto:** contratação de empresa para futura e eventual Contratação de empresa para prestação de serviços de implantação, intermediação e administração de um sistema informatizado e integrado via web on-line real time, com utilização de dispositivos denominados TAG's (etiqueta) com tecnologia RFID ou similar para o fornecimento de combustíveis (gasolina, gasolina aditivada, etanol, diesel comum, diesel S500, diesel S10 e Arla 32) e manutenção preventiva, preditiva e corretiva especializados em veículos e maquinários à combustão de qualquer natureza e elétricos. Fornecimento de acessórios, equipamentos, lubrificantes, aditivos, pneus, vidraçaria, tapeçaria, funilaria, borracharia, chaveiro, lavagem e transporte por guincho em estabelecimentos credenciados em todo território Nacional através de equipe especializada objetivando subsidiar o uso do sistema de gestão e acompanhar o desempenho dos órgãos/entidades quanto aos indicadores de gestão da frota do Município de Machado MG. **Valor:** R$3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais). **Vigência:** 09/08/2024.

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO MUNICÍPIO DE VARGINHA – FHOMUV

AVISOS DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº 150/2023 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 132/2023 – do tipo "MENOR PREÇO", cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CIRURGIAS NEUROLÓGICAS ONCOLÓGICAS, EM CARÁTER DE CONSIGNAÇÃO, COM COMODATO DE EQUIPAMENTO E INSTRUMENTAIS**. Data da sessão: **30/08/2023, às 8h**. Retirada do Edital: www.hospitalhbp.com.br. Informações: (035) 3606-3591/3592/3595 – edital@hospitalhbp.com.br.

LICITAÇÃO Nº 151/2023 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 133/2023 – do tipo "MENOR PREÇO", cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO MÉDICO HOSPITALAR.** Data da sessão: **31/08/2023, às 8h**. Retirada do Edital: www.hospitalhbp.com.br. Informações: (035) 3606-3591/3592/3595 – edital@hospitalhbp.com.br.

LICITAÇÃO Nº 152/2023 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 134/2023 – do tipo "MENOR PREÇO", cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ESPECÍFICOS, CONTROLADOS E ONCOLÓGICOS**. Data da sessão: **01/09/2023, às 8h**. Retirada do Edital: www.hospitalhbp.com.br. Informações: (035) 3606-3591/3592/3595 – edital@hospitalhbp.com.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRA-MG

AVISO DE LICITAÇÃO

O município de Itabira torna público que fará realizar **PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA PMI/SMA/SUMAP/DICOM Nº 097/2023, PROCESSO 180/2023,** cujo objeto consiste no **Registro de preços, por item, para eventual aquisição de materiais de construção para atender as necessidades das diversas Secretarias do Município de Itabira/MG, conforme quantidades e especificações constantes no Anexo I - Termo de Referência do Edital, com vigência de 12 (doze) meses.** A data limite para recebimento e abertura das propostas será dia **29/08/2023,** às **08 horas** e o início da disputa do pregão dar-se-á no **dia 29/08/2023** às **08:30 horas**. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no site https://licitar.digital/**,** no https://www.itabira.mg.gov.br/ (Menu: Licitação – Editais de Aquisição), e-mail: compras.sma@itabira.mg.gov.br, ou na Prefeitura, Rua Venâncio Augusto Gomes, nº 50 – Major Lage de Cima – Itabira/MG – Telefone (31) 3839-2336 – 3839-2238, de 2ª a 6ª feira, no horário de 8 às 18 horas, a partir do dia **17/08/2023. ID LICITAR 0014473.**

Itabira, 16 de agosto de 2023.

Andréa Madeira Batista
Secretária Municipal de Administração-Em exercício

ALFA LEILÕES
Especialista em Imóveis

EDITAL DE HASTA PÚBLICA (1ª e 2ª praça) dos direitos do bem imóvel abaixo descrito, para conhecimento de eventuais interessados e para intimação dos executados: **L.C. GRAMICELLI EVENTOS ACESSO VIP VITÓRIA (CNPJ/MF Nº 31.913.324/0001-44)** e **LUCAS COUTINHO GRAMICELLI (CPF/MF Nº 124.461.247-20);** bem como dos coproprietários: **IVANIR DE PAULA GRAMICELLI (CPF/MF Nº 083.466.826-20), IVONE GRAMICELLI SIMÕES (CPF/MF Nº 038.913.266-70)** e **ESPÓLIO DE IVAN GRAMICELI (CPF/MF Nº 098.004.766-87),** representado por seus herdeiros: **ELIZABETE SANTOS GRAMICELI (CPF/MF Nº 042.009.256-05), IVAN GRAMICELI JÚNIOR (CPF/MF Nº 015.351.696-80)** e **RENATA SANTOS GRAMICELI (CPF/MF Nº 953.774.416-72).** A 4ª Vara Cível – Foro Central Cível, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, na forma da lei, **FAZ SABER**, aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que, por este Juízo, processam-se os autos da Execução por Quantia Certa contra Devedor Solvente, ajuizada por **TTRS SERVIÇOS S.A (CNPJ/MF Nº 28.469.714/0001-62)** em face de **L.C. GRAMICELLI EVENTOS ACESSO VIP VITÓRIA (CNPJ/MF Nº 31.913.324/0001-44)** e **LUCAS COUTINHO GRAMICELLI (CPF/MF Nº 124.461.247-20),** nos autos do **Processo nº 1031010-07.2021.8.26.0100**, e foi designada a venda dos direitos do bem descrito abaixo, nos termos dos artigos 246 a 280 dos Provimentos nº 50/1989 e 30/2013 da Corregedoria Geral de Justiça/SP que disciplina a Alienação em Leilão Judicial, assim como os artigos 879 a 903 do CPC. **Localização do Imóvel:** Rua Hespéria nº 94, Aparecida – Belo Horizonte/MG – CEP: 31235-080 - **Descrição do Imóvel:** Um imóvel residencial com 272m² de área construída e 320m² de área total, anteriormente descrito como, Lote 16 do quarteirão 16 da Vila Parque Riachuelo, fazendo frente para a Rua Espéria, dividindo pelos lados com os lotes 14 e 18 e pelos fundos com o lote 13, tendo a área, limites e demais confrontações de acordo com a planta da referida Vila, aprovada pela Prefeitura de Belo Horizonte em 10/05/1930. Matrícula Imobiliária sob nº 25.375, registrado perante o 1º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte/MG, como Inscrição Municipal nº 13.001.23.0663054. **OBS 01:** Foi deferida a penhora de 25% dos direitos do imóvel (Fls. 327), em razão da r. Sentença que homologou o inventário/arrolamento e a partilha dos bens deixados por Olga de Paula Gramiceli e Francisco Gramicelli, nos autos do Processo nº 1551567-58.1998.8.13.0024, de modo que será realizado o leilão da integralidade do bem nos termos do art. 843 do CPC. A referida penhora se encontra pendente de registro na matrícula imobiliária. **OBS 02:** O imóvel foi registrado perante o 1º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte/MG, porém a competência para a prática de novos atos relativos ao imóvel é do 6º Cartório de Registro de Imóveis de Belo Horizonte/MG. Eventuais regularizações registrais/cadastrais serão de responsabilidade do arrematante. **Valor de Avaliação do imóvel:** R$ 550.949,69 (Fev/2023 – Fls. 342/346). **Valor de avaliação atualizado:** R$ 563.165,00 (Jul/2023). O valor de avaliação será atualizado à época das praças através do índice do E. TJ/SP. **Débitos Tributários:** Não há débitos até a data de confecção deste edital. Os débitos tributários são sub-rogados no valor da arrematação (artigo 130, Código Tributário Nacional). **Débito Exequendo:** R$ 165.801,25 (Abr/2023 – Fls. 358). A 1ª praça terá início em **29 de agosto de 2023, às 15 horas e 30 minutos, e se encerrará no dia 01 de setembro de 2023, às 15 horas e 30 minutos**. Não havendo lance igual ou superior à avaliação nos 3 (três) dias subsequentes ao início da 1ª Praça, a **2ª Praça seguir-se-á sem interrupção, iniciando-se em 01 de setembro de 2023, às 15 horas e 30 minutos, e se encerrará em 22 de setembro de 2023, às 15 horas e 30 minutos.** Será considerado arrematante aquele que ofertar o maior lance, **sendo que serão aceitos lances iguais ou superiores** a 50% do valor da avaliação (artigo 891, parágrafo único do CPC e artigos 261 e 262 dos Provimentos nº 50/1989 e 30/2013 da Corregedoria Geral de Justiça/SP). Caso não haja propostas para pagamento à vista, serão admitidas propostas de arrematação parcelada exclusivamente eletrônicas pelo sítio eletrônico da gestora (www.alfaleiloes.com), sendo necessário sinal não inferior a 25% do valor da proposta e o restante em até 30 meses. O saldo devedor (parcelado) sofrerá correção mensal pelo índice do E. TJ/SP e será garantido por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. Havendo mais de uma proposta todas serão apresentadas para apreciação pelo MM. Juízo da causa, que decidirá pela de maior valor, caso estejam em diferentes condições ou, decidirá pela formulada em primeiro lugar, caso tenham iguais condições (artigo 891, parágrafo único, artigo 895, §§ 1º ao 8º do CPC). O leilão será realizado pelo Leiloeiro Público Oficial, Davi Borges de Aquino, matriculado na Junta Comercial de São Paulo sob n° 1.070, através da plataforma Alfa Leilões - Especialista em Imóveis (www.alfaleiloes.com). Todas as regras e condições aplicáveis estão disponíveis no Portal http://www.alfaleiloes.com (artigos 12 e 13 da Resolução n° 236/2016, CNJ). O arrematante deverá pagar a título de comissão, o valor correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o preço de arrematação do bem. São Paulo, 26 de julho de 2023. **DR. RODRIGO CESAR FERNANDES MARINHO**, **JUIZ DE DIREITO.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ

Processo Administrativo nº 124/2023 - Pregão Presencial nº 046/2023

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de madeiras, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Obras de Caparaó-MG. **Sessão Pública dia 30/08/2023 às 15h00min**, na sede da Prefeitura Municipal de Caparaó. Informações pelo Site: www.caparao.mg.gov.br - Telefone: (32) 3747-1026; e-mail: licitacao@caparao.mg.gov.br, ou pessoalmente no Setor de Licitações.

16 de agosto de 2023, Lia Débora Cardoso - Pregoeira Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO NAVARRO/MG

Extrato do edital 028/23 - Processo 047/23
Pregão Presencial nº 021/23

Objeto da Licitação: Registro de Preços objetivando a futuras e eventuais aquisições parceladas de oxigênio medicinal. Credenciamento: 01/09/23 às 08:30hs. Edital disponível no site: www.engenheironavarro.mg.gov.br.
Nubia Pereira Pimenta - Pregoeira Oficial.

MUNICÍPIO DE CÔNEGO MARINHO - MG

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº. 080/2023 - Pregão Eletrônico - SRP Nº. 052/2023

Objeto: registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de óleos lubrificantes, aditivo, fluido de freios e produtos de limpeza automotiva. Encaminhamento/recebimento das propostas e dos documentos de habilitação: As propostas e os documentos de habilitação deverão ser encaminhados, exclusivamente por meio eletrônico no sítio https://www.portaldecompraspublicas.com.br/18/. Apresentação das propostas e dos documentos de habilitação: Até às 08h30min do dia 30 de agosto de 2023. **Abertura da sessão pública e do envio de lances: às 09h00min do dia 30 de agosto de 2023**. O Edital está disponível no endereço eletrônico: https:// www.conegomarinho.mg.gov.br/licitacoes / e https://www.portaldecompraspublicas.com.br/18/.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ

Processo Administrativo nº 123/2023 - Pregão Presencial nº 045/2023

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual prestação de serviços de carpintaria, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Obras de Caparaó-MG. **Sessão Pública dia 30/08/2023 às 13h00min**, na sede da Prefeitura Municipal de Caparaó. Informações pelo Site: www.caparao.mg.gov.br - Telefone: (32) 3747-1026; e-mail: licitacao@caparao.mg.gov.br, ou pessoalmente no Setor de Licitações.

16 de agosto de 2023, Lia Débora Cardoso - Pregoeira Oficial.

Concessionária Smart CPGI SPE S.A

CNPJ/MF nº 45.321.562/0001-75 - NIRE 31300145221

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizadas em 01 de junho de 2023

Data, Hora e Local: 01/06/2023, 11hs, na sede social. **Convocação e Presença:** Dispensada. Presença de Acionistas representando a totalidade do capital social. **3. Mesa:** Sr. Antonio Roberto Beldi, presidente; Sr. João Paulo Casimiro Costa, secretário. **Deliberações aprovadas: 6.1** O **aumento do capital social**, dos atuais **R$ 4.000.000,00**, para **R$ 6.000.000,00**, com a emissão de **2.000.000 de novas ações** representativas do capital social da Sociedade, mediante a capitalização de AFAC. Portanto, as novas ações emitidas estão totalmente subscritas e integralizadas, neste ato, na proporção do capital social de cada acionista, sendo **R$ 1.400.000,00** integralizados pela acionista **Splice Indústria, Comércio e Serviços Ltda.** e **R$ 600.000,00** integralizados pela acionista **RT Energia e Serviços Ltda.; 6.2** Altera-se o Estatuto Social: "***Art. 5º.*** *O capital social subscrito e totalmente integralizado da Companhia é de R$ 6.000.000,00, representado por 6.000.000 de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.*". ***Permanecem inalterados os parágrafos desta cláusula***. **6.3** A consolidação do Estatuto Social. Nada mais. Vila Velha, 01/06/2023. **Estatuto Social.** Art. 1º. A **Concessionária Smart CPGI SPE S.A.** é uma sociedade por ações regida pelo disposto neste Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15/12/1976, e suas alterações posteriores. **Sede Social.** Art. 2º. A Companhia tem sua sede e foro na Rua Daniel Soares Martins, nº 78, lote 14, quadra D, Bairro Pito Rossi, Cidade de Andradas, Estado de Minas Gerais, CEP 37.795-000, local onde funcionará o seu escritório administrativo, podendo abrir filiais, mediante deliberação da Diretoria. **Objeto Social.** Art. 3º. A Companhia tem por objeto exclusivo realizar, sob o regime de Parceria-Público-Privada (PPP) na modalidade concessão administrativa, para prestação de serviços de gestão, operação, modernização, otimização, expansão e manutenção da infraestrutura de iluminação pública, abrangendo a implantação, instalação, a recuperação, a modernização, o melhoramento, a eficientização, da rede municipal de iluminação pública dos Municípios de Albertina, Andradas, Bandeira do Sul, Caldas, Divisa Nova, Ibitiúra de Minas, Ipuiuna e Santa Rita de Caldas, as quais compõe o Consórcio Público para Gestão Integrada – CPGI, do Estado de Minas Gerais, conforme o Edital de Concorrência Pública nº 04/2021 ("Edital"), processo licitatório nº 08/2021 e o Contrato de Concessão Administrativa pertinente ("Contrato de Concessão") junto à Prefeitura de Andradas/MG, município da sede do Consórcio Público para Gestão Integrada – CPGI, poder concedente, enquadrando-se em Sociedade de Propósito Específico (SPE). §Único. É vedada a alteração do objeto social da Companhia sem prévia e expressa anuência, por escrito do Poder Concedente. **Duração.** Art. 4º. O prazo de duração da Companhia é indeterminado, observado o prazo suficiente para o cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão. **Capital Social e Ações.** Art. 5º. O capital social subscrito e totalmente integralizado da Companhia é de R$ 6.000.000,00, representado por 6.000.000 de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. §1º. Não poderão ser computados como aportes de capital os gastos realizados pela proponente adjudicatária até a constituição da Concessionária. §2º. A Companhia não poderá, durante todo o prazo da Concessão, reduzir o seu capital em prazo inferior e/ou abaixo do valor mínimo especificado no Contrato de Concessão, sem prévia e expressa autorização, por escrito, do Poder Concedente. Art. 6º. Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito de um voto nas Assembleias Gerais de Acionistas. Art. 7º. A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do Acionista no livro de "Registro de Ações Nominativas". Art. 8º. Quaisquer operações que importem em modificação da composição do controle acionário da Companhia, seja ele direto ou indireto, devem ser submetidas à prévia autorização dos acionistas, considerando o quanto disposto no §1º deste Art.. Parágrafo1º. Durante o prazo da Concessão, o controle acionário direto da Companhia somente poderá ser alterado mediante prévia e expressa autorização do Poder Concedente. §2º. A Concessionária deverá encaminhar ao Poder Concedente, representado pelo Consórcio Público Para Gestão Integrada – CPGI, situado no Município de Andradas, no Estado de Minas Gerais, os registros deste estatuto social perante a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, imediatamente após a sua constituição e sempre que houver alteração do controle societário, quando previamente aprovados pelo Poder Concedente, atualizando o Quadro de Acionistas, por tipo e quantidade de ações. §3º. Para efeito de verificação do cumprimento das exigências estabelecidas no Edital, a Companhia deverá manter a Prefeitura de Andradas/MG, representante do Poder Concedente, informada sobre a titularidade das ações. Art. 9º. As propostas de emissão de títulos e valores mobiliários, que contenham dispositivo de conversão em ações ou que tenham como garantia ações integrantes do Grupo Controlador devem ser submetidas à prévia autorização do Poder Concedente. **Assembleia Geral de Acionistas.** Art. 10. As Assembleias Gerais de Acionistas realizar-se-ão ordinariamente uma vez por ano, nos 4 primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, a fim de que sejam discutidos os assuntos previstos em lei. Art. 11. As Assembleias Gerais Extraordinárias serão realizadas sempre que necessário, quando os interesses sociais assim o exigirem, ou quando as disposições do presente Estatuto Social ou da legislação aplicável exigirem deliberação dos Acionistas. Art. 12. As Assembleias Gerais de Acionistas serão convocadas pela Diretoria, quando entender conveniente ou necessário, mediante proposta da administração aos acionistas e na forma do Art. 123 da Lei das Sociedades por Ações. §1º. As Assembleias Gerais serão presididas na forma do Art. 128 da Lei das Sociedades por Ações. §2º. Somente poderão participar da Assembleia Geral os Acionistas titulares de ações que estiverem registradas em seu nome, no livro próprio, até 48 horas antes da data marcada para a realização da referida Assembleia Geral. Art. 13. As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as hipóteses especiais previstas em lei, neste Estatuto Social, no Contrato de Concessão e no Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, serão tomadas por maioria de votos dos presentes com exceção do que por Lei solicitar quórum qualificado, não se computando os votos em branco, com exceção das seguintes matérias, cuja aprovação dependerá da aprovação dos Acionistas detentores da totalidade do capital social votante: (i) a alteração do Contrato de Concessão, nas hipóteses e condições nele previstos; (ii) qualquer aumento do capital da Companhia, desdobramento ou grupamento de ações, resgate ou compra de ações para cancelamento ou manutenção em tesouraria, emissão ou venda de quaisquer valores mobiliários da Companhia conversíveis ou não em ações, inclusive, mas sem limitação, criação e emissão de ações preferenciais, debêntures, bônus de subscrição, partes beneficiárias ou opções de compra ou subscrição de ações; (iii) a deliberação sobre o destino do lucro líquido do exercício ou de períodos intermediários, a não distribuição ou distribuição de dividendos e/ou remuneração sobre o capital próprio em montante diverso do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia conforme em vigor nesta data, respeitado os Covenants contratados pela Companhia visando atendimento ao contrato de concessão; (iv) a participação da Companhia em licitações e/ou a celebração, alteração, renovação ou não renovação no Contrato de Concessão pela Companhia; (v) a autorização aos administradores da Companhia para confessar falência, promover dissolução e/ou liquidação, ajuizar pedido de processamento de recuperação judicial ou de homologação de plano de recuperação extrajudicial; (vi) aprovação da celebração, pela Diretoria, de contratos ou negócios jurídicos que envolvam valores superiores a R$ 2.000.000,00; (vii) criação de subsidiárias integrais, associação, constituição de consórcios ou participação da Companhia em sociedades com terceiros ou partes relacionadas à Companhia, ainda que estes terceiros estejam sob controle comum da Companhia; (viii) aprovação da alienação ou oneração de qualquer bem integrante do ativo permanente da Companhia de valor superior ou igual a R$ 2.000.000,00; (ix) aprovação da celebração de qualquer contrato de financiamento ou empréstimo que impacte no endividamento da Companhia, de valor superior ou igual a R$ 2.000.000,00; e (x) aprovação da celebração de quaisquer outros atos jurídicos ou prática de ações pela Companhia de valor superior ou igual a R$ 2.000.000,00. §Único. O Presidente da Assembleia deverá abster-se de registrar qualquer deliberação tomada em desacordo com as disposições do Acordo de Acionistas. Art. 14. As Assembleias Gerais convocadas para tratar das matérias dispostas no Art. 13 somente poderão ser instaladas com a presença dos Acionistas representando a totalidade do capital social. §Único. Sem prejuízo das formalidades previstas na legislação aplicável, os Acionistas deverão ser convocados para as Assembleias Gerais da Companhia na forma do Art. 124 da Lei das Sociedades por Ações. Independentemente das formalidades referentes à convocação de Assembleias Gerais previstas neste Estatuto Social, será regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Acionistas. **Administração da Companhia.** Art. 15. A administração da Companhia compete à Diretoria, que terá as atribuições conferidas por lei e pelo presente Estatuto Social, estando os Diretores dispensados de oferecer garantia para o exercício de suas funções. A administração da Companhia será pautada pela implementação, consecução e preservação dos seguintes objetivos: a) prestação de serviços de alta qualidade; b) altos níveis de eficiência, produtividade, competitividade e lucratividade; c) implantação e manutenção de sistemas de informações e gerenciais modernos; d) modernização do gerenciamento de recursos humanos, implementação de plano de cargos e salários; e) preservação do meio ambiente; f) implementação de programas de segurança da iluminação das vias públicas. §1º. Os membros da Diretoria tomarão posse mediante a assinatura dos respectivos termos no livro próprio, permanecendo em seus respectivos cargos até a posse de seus sucessores. §2º. A Assembleia Geral de Acionistas deverá estabelecer a remuneração total dos membros da Diretoria, cabendo a Diretoria em colegiado deliberar sobre a sua distribuição. Art. 16. A Diretoria da Companhia será composta por 3 Diretores, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral de acionistas, todos sem qualquer designação específica, para um mandato de 3 anos, admitida a reeleição, sendo escolhidos e recrutados no mercado dentre pessoas de reconhecida competência profissional, devendo os mesmos permanecer nos cargos até a posse dos novos membros eleitos. §1º. No caso de vacância de cargo da Diretoria, a respectiva substituição será deliberada pela Assembleia de Acionistas, a ser convocado no prazo de 30 dias, contados da vacância. Art. 17. Compete à Diretoria a representação da Companhia, de forma ativa e passivamente, bem como a prática de todos os atos necessários ou convenientes à administração dos negócios sociais, respeitados os limites previstos em lei, no Contrato de Concessão e no presente Estatuto Social. §Único. Sendo convocada Assembleia Geral, até que esta se realize, a Diretoria não poderá deliberar e/ou praticar o ato, ou similar, que será objeto de deliberação da referida Assembleia. Art. 18. Nos atos e instrumentos que acarretarem responsabilidade para a Companhia, será ela representada por 2 Diretores em conjunto, ou por um Diretor em conjunto com um procurador com poderes especiais e específicos, ou por 2 procuradores em conjunto com poderes especiais e específicos. §Único. Os instrumentos de mandato serão sempre firmados por 2 Diretores da Companhia e não poderão ter prazo superior a um ano, vedado o substabelecimento, salvo aqueles com finalidade *ad judicia*, que poderão ter prazo indeterminado. Art. 19. São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer Diretor, procurador ou funcionário que a envolverem em obrigações relativas a operações ou negócios estranhos ao seu objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, os quais sempre deverão ser deliberados pela Assembleia de Acionistas. Art. 20. A Diretoria se reunirá, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação por escrito de qualquer dos seus membros, com antecedência mínima de 48 horas, mediante a apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados. §1º. As reuniões poderão ser realizadas remotamente quando necessário, sendo a participação considerada presencial, devendo expressar seus votos por escrito, a serem arquivados na sede da Companhia, juntamente do livro de atas de Diretoria. §2º. Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Diretores presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas da Diretoria da Companhia. Art. 21. – Sem prejuízo das demais matérias que lhe serão atribuídas por lei ou por este Estatuto Social, competirá exclusivamente à Diretoria deliberar a respeito das seguintes matérias que, para sua aprovação, exigirá maioria de votos favoráveis: (i) Aprovação do plano de negócio, plano operacional e orçamento anual da Companhia, e qualquer de suas alterações, bem como aprovação de investimentos que não os previstos nos aludidos planos e orçamentos; (ii) Aprovação de proposta de reforma estatutária, a ser submetida à Assembleia Geral; (iii) Aprovação de qualquer negócio, de qualquer natureza, entre a Companhia e qualquer Acionista, ou afiliadas de qualquer Acionista, ou coligadas de Acionistas, ou ainda com qualquer dos Diretores da Companhia; (iv) Aprovação para alienação, oneração ou aquisição de direitos (exceto participações societárias, cuja competência incumbe à Assembleia Geral) ou bens móveis e/ou imóveis pela Companhia, cujo valor (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza) exceda de R$ 1.000.000,00 até R$ 2.000.000,00, sendo que acima deste valor caberá à Diretoria submeter à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas; e valores até R$ 1.000.000,00 poderão ser assumidos por 2 diretores conjuntamente; (v) Aprovação para contratação de empréstimos, financiamentos ou outras obrigações de qualquer natureza, à quantia (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza) que exceda de R$ 1.000.000,00 até R$ 2.000.000,00, sendo que acima deste valor caberá à Diretoria submeter à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas; e valores até R$ 1.000.000,00 poderão ser assumidos por 2 diretores conjuntamente; (vi) Aprovação dos critérios de remuneração dos funcionários da companhia e seus planos de carreira; (vii) Contratação, pela Companhia, de empresa de auditoria independente, que deverá ser escolhida entre aquelas de notória reputação. **Conselho Fiscal.** Art. 22. O Conselho Fiscal somente será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos Acionistas, nos termos da legislação aplicável. Art. 23. O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por no mínimo 3 e no máximo 5 membros e por igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, sendo permitida a reeleição, com as atribuições e prazos de mandato previstos em lei. §Único. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será estabelecida pela Assembleia Geral de Acionistas que os eleger. **Exercício Social e Lucros.** Art. 24. O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que o balanço e as demais demonstrações financeiras deverão ser preparados. §1º. Do lucro líquido apurado no exercício, será deduzida a parcela de 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social. §2º. A distribuição de dividendos, observadas as disposições do Contrato de Concessão, ficará condicionada aos limites fixados pela Lei nº 6.404/76, quer quantitativamente, quer quanto à periodicidade de sua distribuição, sendo que o dividendo obrigatório será de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do Art. 202 da Lei nº 6.404/76. §3º. A Companhia somente distribuirá dividendos excedentes ao dividendo mínimo obrigatório ou quaisquer outros benefícios societários, quando resultarem da apuração, ao final do exercício social, de lucros decorrentes do objeto social e desde que tais dividendos ou benefícios societários remanesçam após o pagamento de obrigações vencidas decorrentes do Contrato de Concessão, ainda que tais obrigações tenham se originado em exercícios financeiros anteriores ao da apuração dos lucros, respeitadas as restrições previstas no Contrato de Concessão. §4º. Observadas as disposições legais pertinentes, a Companhia poderá pagar a seus Acionistas, por deliberação da Assembleia Geral, juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. §5º. A Companhia poderá, a qualquer tempo, levantar balancetes em cumprimento a requisitos legais ou para atender a interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intermediários ou antecipados, que, caso distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório, acima referido. **Reorganização Societária, Transformação e Liquidação.** Art. 25. É vedada a realização de operação de fusão, associação, incorporação ou cisão da Cia.. Art. 26. É vedada a transformação da Companhia em qualquer outra forma societária. Art. 27. A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei, sendo a Assembleia Geral o órgão competente para determinar o modo de liquidação e indicar o liquidante e o Conselho Fiscal, que deverá funcionar durante o período. **Solução de Controvérsias.** Art. 28. Se quaisquer disputas ou conflitos de qualquer natureza, doravante referidos conjuntamente como um "Conflito", surgirem em relação a este Estatuto, os Acionistas deverão primeiro tentar solucioná-los por meio de discussões amigáveis e de boa fé e, somente na hipótese de falharem em estabelecer um consenso, então o "Conflito" será objeto de causa processual e, para tanto, os acionistas elegem o Foro da Comarca de Andradas, Estado de Minas Gerais, com exclusão de quaisquer outros por mais privilegiado que seja. **Disposições Gerais.** Art. 29. A Companhia deverá observar os Acordos de Acionistas arquivados em sua sede, devendo a Diretoria abster-se de lançar transferências de ações e o Presidente da Assembleia Geral abster-se de computar votos contrários aos seus termos, em conformidade ao Art. 118 da Lei 6.404/76, e suas alterações posteriores. Art. 30. A Companhia comunicará à Prefeitura de Andradas/MG e o Consórcio Público Para Gestão Integrada – CPGI, representando o Poder Concedente, a respeito de qualquer alteração neste Estatuto Social, no prazo máximo de 30 dias, contados da respectiva alteração. Andradas/MG, 01/06/23. JUCEMG nº 9524265, 12/08/22, prot. 224110870 em 11/08/2022. Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código 7D79-C7FA-841A-9891.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERA FELIZ/MG

Aviso de Pregão Eletrônico – nº 035/2023 - Processo 195/2023. Aquisição de 02 Veículos 0 km primeiro emplacamento em nome do município para atender a Secretaria de Saúde, conforme Resolução SES/MG nº 7.751. Data da Sessão: 30/08/2023 às 09:30 horas. O edital encontra-se disponível no site: www.esperafeliz.mg.gov.br ou https://www.licitanet.com.br. Sâmela Nascimento Gomes – Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERA FELIZ/MG

Aviso de Pregão Presencial – nº 045/2023 - Processo 0196/2023. Registro de preço para futuras aquisições de café para atender as diversas unidades administrativas do Município, incluindo escolas, postos de saúde, programas assistenciais, secretarias, etc. Data 30/08/2023 às 09:30 horas. O edital completo encontra-se disponível no site: www.esperafeliz.mg.gov.br. Oziel Gomes da Silva – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITOLIO/MG

Chamamento Público n. º 07/2023. Torna público através do Prefeito Municipal, Cristiano Geraldo da Silva, que se acha aberto o **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO** para a seleção de empresa do ramo da Construção Civil, interessada na Construção de Empreendimento Imobiliário - Habitação de Interesse Social - no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida ou outro que vier a substituí-lo. Devendo o Envelope contendo a Documentação de Habilitação ser entregue na Seção de Licitação, até às 09:00 horas do dia 06/10/2023. Informações através do telefone (37)33730300 ou www.capitolio.mg.gov.br.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO RIO PARDO - CISARP, REPUBLICA a quem interessar que estará realizando no dia 29/08/2023 às 14h00min o Processo Licitatório 021/2023 Pregão Eletrônico 004/2023, objeto: **Aquisição de Micro-ônibus Rodoviário de Transporte Sanitário zero Km primeiro emplacamento com acessibilidade para transporte de passageiros dos municípios conveniados ao CISARP**. Informações complementares através do e-mail: cistaiobeiras@gmail.com e página eletrônica https://licitar.digital/ preferencialmente – Ancelmo Martins Mendes - Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE/MG
3º T.A. – PRORROGAÇÃO DE PRAZO
CONTRATO nº42/21 – P.L. nº058/21 – T.P. nº04/21

Contratada: C&R ENGENHARIA E CONTRUÇÕES LTDA. Obj.: Construção de Portal de Entrada na Cidade de São João da Ponte/MG, com recursos oriundos do Contrato de Repasse Nº 897198/2019/MTUR/CAIXA. Fica prorrogada a vigência contratual, por mais 08(oito) meses, qual seja 14/08/23 até 14/04/24. Fulcro Art. 57, Inc. II, Lei 8.666/93, as demais permanecem inalteradas.
Danilo W. Veloso. Prefeito. 14/08/23.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERA FELIZ/MG

Aviso de Pregão Eletrônico – nº 034/2023 - Processo 194/2023. Aquisição de motocicleta 0 km primeiro emplacamento em nome do município para atender a Secretaria de Saúde. Data da Sessão: 29/08/2023 às 09:30 horas. O edital encontra-se disponível no site: www.esperafeliz.mg.gov.br ou https://www.licitanet.com.br.
Sâmela Nascimento Gomes – Pregoeira.

MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA - Retifica-se o aviso de Abertura do Pregão 98/2023. Publicado no Jornal Hoje em Dia no dia 12/08/23, página 03. Acrescenta-se a seguinte informação: data de abertura dia 29/08/2023. Permanecem inalteradas as demais informações contidas no referido extrato. Em, 16/08/2023.
André Luiz Fernandes / Pregoeiro

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO RIO PARDO - CISARP, REPUBLICA a quem interessar que estará realizando no dia 30/08/2023 às 14h00min o Processo Licitatório 022/2023 Pregão Eletrônico 005/2023, objeto: **Aquisição de veículos de passeio 5 e 7 lugares, ambulâncias e utilitários para atendimento aos municípios conveniados ao CISARP**. Informações complementares através do e-mail: cistaiobeiras@gmail.com e página eletrônica **https://licitar.digital/ preferencialmente** – Ancelmo Martins Mendes - Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ/MG

P. nº 048/23, PP nº 27/23 SRP. **Adiamento de Sessão de Licitação**. **Objeto**: Aquisição de materiais de vidraçaria para manutenção dos prédios públicos**. Nova Data da Sessão:** 29/08/23 às 08:30 hs. Edital: Prefeitura, e-mail: setordelicitacao.ibiai@hotmail.com, ou pelo site. Ibiaí-MG, 15/08/23.
José Pedro Marçal-Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO/MG - CONCORRÊNCIA Nº 02/2023. O Município de Sarzedo torna público que realizará licitação na modalidade em epígrafe, cujo objeto é: "Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para execução de reforma da Quadra das Antenas situada na Rua Fonseca, nº 132, Bairro Brasília, Sarzedo/MG, incluindo o fornecimento de materiais e mão de obra". A sessão pública de abertura do certame ocorrerá no dia 26/09/2023, horário: 09h30min., no endereço eletrônico: www.licitanet.com.br. Edital e anexos disponíveis nos sites: www.sarzedo.mg.gov.br / www.licitanet.com.br. Sarzedo, 15 de agosto de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANAÚBA/MG
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº. 193/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2023

O município de Janaúba/MG torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 29 de agosto de 2023, às 10:00, em sua sede situada na praça dr. rockert, n° 92, centro, processo licitatório n° 193/2023, na modalidade pregão presencial n° 39/2023, para aquisição de placas em alumínio fundido para atender esta prefeitura, conforme especificações constantes no edital e seus anexos, cuja cópia poderá ser adquirida junto ao setor de licitações, no referido endereço, no horário de 12:00 às 18:00 horas, nos dias úteis, assim como no site: www.janauba.mg.gov.br. Janaúba-MG, 16 de agosto de 2023
Tamiris Greycielle de Paula Borges. Assessora Especial em Licitações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÍBA/MG - AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 087/2022 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2023. Torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 29/08/2023 as 08:30 hs, Licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, do **Tipo Menor Preço por item,** tendo como Objeto a futura e eventual Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes, para atender as demandas das Secretarias do Município de Jaíba/MG. Conforme especificações constantes do Edital e seus anexos, disponível no site www.jaiba.mg.gov.br cuja cópia poderá ser obtida. Esclarecimentos através do e-mail licitacoes@jaiba.mg.gov.br, ou no setor de Licitações, de segunda a sexta-feira de 08:00 as 12:00 hs, nos dias úteis; Jaíba/MG, 16 de agosto de 2022. Teófilo Gomes Caires - Pregoeiro Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANAÚBA/MG
PROCESSO Nº. 194/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 38/2023

O município de Janaúba/MG torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 29 de agosto de 2023, às 14:00, no endereço http://comprasbr.com.br, processo licitatório n° 194/2023, na modalidade pregão eletrônico n° 38/2023, para contratação de empresa para execução de serviço com fornecimento de material, para implantação da sinalização luminosa do aeródromo público deste município (SNAP – CIAD MG0021), de acordo com as especificações constantes no edital e seus anexos, cuja cópia poderá ser adquirida junto ao setor de licitações, no referido endereço supracitado, no horário de 12:00 às 18:00 horas, nos dias úteis, assim como no site: www.janauba.mg.gov.br. Janaúba-MG, 16 de agosto de 2023. Tamiris Greycielle de Paula Borges. Assessora Especial em Licitações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NANUQUE/MG
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRONICO 004/2023

O Município de Nanuque/MG torna público que estará realizando licitação na modalidade de Pregão Eletrônico – 004/2023, Aquisição de mobiliário permanente (mobiliário em geral), equipamento escolares, equipamentos de informática e demais itens custeados pelo **CONVÊNIO DE SAÍDA Nº 1261002933/2022/SEE** celebrado entre o Estado de Minas Gerais, por intermédio do(a) Secretaria de Estado de Educação e a Prefeitura Municipal de Nanuque para os fins nele especificados**.** Abertura será às 09h:00mm do dia 31/08/2023. O Edital poderá ser consultado no endereço www.nanuque.mg.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO/MG

Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Abaixo/MG, referente ao Processo Licitatório Nr. 123/2023, Tomada de Preços N.º 20/2023 – Contratação de Empresa de Engenharia Civil para execução de galpão no Distrito Industrial I, para instalação de fábrica de torresmo em São Gonçalo do Rio Abaixo/MG, a CPL informa que decide pela convocação dos licitantes **HABILITADOS** para comparecer à Secretaria Municipal de Administração às 14:00 horas do dia 22/08/2023 para abertura do envelope 02 – PROPOSTA FINANCEIRA.
São Gonçalo do Rio Abaixo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NANUQUE/MG
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO 005/2023

O Município de Nanuque/MG, por intermédio da sua CPL, torna público que estará realizando licitação na modalidade de Tomada de Preços Nº 005/2023, para fins Contratação de empresa especializada em elaboração de projetos arquitetônicos e complementares de engenharia, contemplando estudos preliminares, as buit do projeto arquitetônico (planta baixa), projeto executivo para reforma e ampliação do Hospital e Pronto Socorro Renato Azeredo e Maternidade Risoleta Neves. A sessão será realizada no dia às 9:00 horas do dia 05 de setembro de 2023. O Edital poderá ser obtido no endereço www.nanuque.mg.gov.br. Marizete Ferreira Santiago Portugal (Presidente da CPL).

PREFEITURA MUNICIPAL DE NANUQUE/MG
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO 006/2023

O Município de Nanuque/MG, por intermédio da sua CPL, torna público que estará realizando licitação na modalidade de Tomada de Preços Nº 006/2023, para fins contratação de empresa para pavimentação em bloquete sextavado de trecho da rua Bráulio Ferreira Freire, trecho da Rua Valmir r. Mota, trecho da travessa Wantuil Lopes e trecho da travessa santa luzia em Nanuque/MG. A sessão será realizada no dia às 9:00horas do dia 12 de setembro de 2023. O Edital poderá ser obtido no endereço www.nanuque.mg.gov.br. Marizete Ferreira Santiago Portugal (Presidente da CPL).

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO/MG

Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Abaixo/MG, referente ao Processo Licitatório Nr. 107/2023, Tomada de Preços N.º 17/2023 – Contratação de Empresa de Engenharia Civil para execução de serviços de reforma e ampliação da Escola Integral Vargem Alegre em São Gonçalo do Rio Abaixo/MG, a CPL informa que decide pela convocação dos licitantes **HABILITADOS** para comparecer à Secretaria Municipal de Administração às 09:00 horas do dia 22/08/2023 para abertura do envelope 02 – PROPOSTA FINANCEIRA.
São Gonçalo do Rio Abaixo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO/MG

A Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Abaixo/MG, informa que realizará Processo Licitatório 134/2023 Pregão Eletrônico N.º 90/2023 - Registro de preços para futura e eventual aquisição de uniformes para atender aos projetos e atividades esportivas fornecidas pela secretaria de Esportes, Lazer e Juventude de SGRA-MG**.** As propostas serão recebidas até às 09:00 horas do dia 05/09/2023. A operação da sessão pública se dará a partir das 09:00 horas do dia 05/09/2023. O Edital completo poderá ser obtido no sítio eletrônico **https://www.saogoncalo.mg.gov.br/transparencia** e/ou **https://bll.org.br.** S. G. R. Abaixo, 16 de agosto de 2023 – Raimundo Nonato de Barcelos – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NANUQUE/MG
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO 007/2023

O Município de Nanuque/MG, por intermédio da sua CPL, torna público que estará realizando licitação na modalidade de Tomada de Preços Nº 007/2023, para fins contratação de empresa especializada para execução de serviços de engenharia elétrica com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra para ampliação do sistema de iluminação pública do município de Nanuque/mg com implantação de luminárias LED na lagoa dos namorados, oferecendo garantia dos equipamentos e materiais. A sessão será realizada no dia às 9:00 horas do dia 14 de setembro de 2023. O Edital poderá ser obtido no endereço www.nanuque.mg.gov.br. Marizete Ferreira Santiago Portugal (Presidente da CPL).

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO/MG

Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Abaixo/MG informa que realizará a **Tomada de Preços 27/2023 –** O objeto da presente licitação é Contratação de Empresa para execução de cobertura em estrutura metálica no campo Society em São Gonçalo do Rio Abaixo/MG. As propostas deverão ser entregues **até às 09:00 horas do dia 04/09/2023. A abertura dos envelopes será realizada, a partir das 09:00 horas, no mesmo dia e local** no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal – Rua Henriqueta Rubim, N.º 27 – Centro – S.G.R.A. O Edital completo poderá ser obtido no site http://www.saogoncalo.mg.gov.br/licitacoes. S. G. R. A, 16 de agosto de 2023 Raimundo Nonato de Barcelos – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO/MG

Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Abaixo/MG informa que realizará a **Tomada de Preço 25/2023 –** O objeto da presente licitação é **Contratação de Empresa de Engenharia Civil para execução de galpão para instalação de fábrica de doces no Distrito Industrial I, em São Gonçalo do Rio Abaixo/MG**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas nos Apêndices deste Projeto Básico. As propostas deverão ser entregues **até às 09:00 horas do dia 05/09/2023. A abertura dos envelopes será realizada, a partir das 09:01 horas, no mesmo dia e local** no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal – Rua Henriqueta Rubim, N.º 27 – Centro – S.G.R.A. O Edital completo poderá ser obtido no site http://www.saogoncalo.mg.gov.br/licitacoes.
S. G. R. A, 16 de agosto de 2023
Raimundo Nonato de Barcelos – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCRANE – MG – Tomada de Preços Nº 007/2023 - Processo Licitatório Nº 108/2023 OBJETO: Contratação de Empresa Especializada em execução de pavimentação em piso intertravado de bloco sextavado, espessura 8 cm, FCK 35 MPA, situado no Bairro Nossa Senhora das Graças (Loteamento do Genadir), em Pocrane – MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos e conforme o contrato de repasse OGU nº 939580/2022 – Operação 1085280-03, Programa Mobilidade Urbana. Prazo para o recebimento dos envelopes de propostas e documentação: Até o dia 04/09/2023, ás 13:30 horas, Local para apresentação dos Envelopes de Propostas e Documentação: Rua Nilo Moraes Pinheiro, 322, Centro, Pocrane - MG. Contatos: 33 3316-1112 e Email: licitacao@pocrane.mg.gov.br Pocrane, 16, agosto 2023. Ernane José de Macedo - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERA FELIZ/MG

Aviso Reabertura Tomada de Preço – nº 004/2023 - Processo 174/2023 - Contratação de empresa especializada para pavimentação em bloquete da Avenida Luzia Arruda de Souza, ficam as empresas e demais interessados desde já intimadas e cientes que a data de abertura dos envelopes de proposta será dia 18/08/2023 às 09:30h. A decisão do recurso encontra-se disponível no setor de licitação.
Oziel Gomes da Silva
Prefeito Municipal.

HOJE EM DIA
ANUNCIE AQUI (31) 3253-2205

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ/MG
PL nº 58/2023 - TP nº 08/2023

Obj: Prestação de serviços de execução de 3.150,00m² de pavimentação poliédrica na estrada Guilherme Capanema Bicalho, sentido Santana da Prata, no Município de Conceição do Pará/MG-Entrega dos envelopes dia 04/09/2023, às 09:00 hrs - Inf pelo tel (37) 3276-1391 - Edital pelo site www.conceicaodopara.mg.gov.br.
Lucrécia Dias Miranda-Presidente da CPL.

PL nº 59/2023 - TP nº 09/2023

Obj: Prestação de serviços de execução de reforma da Farmácia Popular Municipal de Conceição do Pará/MG-Entrega dos envelopes dia 05/09/2023, às 09:00 hrs-Inf pelo tel (37)3276-1391-Edital pelo site www.conceicaodopara.mg.gov.br.
Lucrécia Dias Miranda-Presidente da CPL.

PL nº 60/2023 - TP nº 10/2023

Obj: Prestação de serviços de construção de 744,06m² de pista de caminhada na estrada LMG 819, trecho Parque Ecológico, acesso ao Santuário, no Município de Conceição do Pará/MG-Entrega dos envelopes dia 06/09/2023, às 09:00 hrs-Inf pelo tel (37)3276-1391-Edital pelo site www.conceicaodopara.mg.gov.br.
Lucrécia Dias Miranda-Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS/MG

Processo n.º 060/2023 - Pregão Eletrônico 028/2023 - Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios, materiais de limpeza, fraudas, dentre outros, para atendimento das demandas deste Município de Buenópolis – MG. Data: 11/09/2023 as 09:00 horas. O edital se encontra disponível no site http://buenopolis.mg.gov.br/953-2/. Informações: Email: bue_licitacao@yahoo.com.br.
CPL – Célio Santana
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS VERMELHAS/MG
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 027/2023

A Prefeitura Municipal de Águas Vermelhas - MG torna público a realização de licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL 027/2023, tipo menor preço POR LOTE, destinado ao REGISTRO DE PREÇO para eventual Contratação de serviços mecânicos, elétricos, lanternagem, alinhamento, balanceamento, injeção eletrônica, cabeçotes, soldas em geral, maçarico, usinagem, torno mecânico e outros para manutenção da frota municipal, cujo CREDENCIAMENTO SE DARÁ ÀS 09:00 horas do dia 31 (trinta e um) de agosto de 2023. MAIORES INFORMAÇÕES, bem como EDITAL COMPLETO, junto a Prefeitura Municipal de Águas Vermelhas - MG, com sede na Rua São Vicente, 164 - Centro, pelo TELEFONE (33) 3755-1490, E-MAIL licitacao@aguasvermelhas.mg.gov.br e SITE aguasvermelhas.mg.gov.br
Águas Vermelhas-MG, 15 de agosto de 2023
Andressa Mendes Silva
Pregoeira

MUNICÍPIO DE MACHADO

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº. 00144/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 056/2023
Edital 070/2023

DO OBJETO: FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS, DO TIPO GASOLINA, ETANOL E DIESEL, PARA ABASTECIMENTO DA FROTA MUNICIPAL, ATENDENDO AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MACHADO/MG. **INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS NO SITE:** Dia 21 de agosto de 2023 as 09h0hs. **FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** Dia 31 de agosto de 2023 as 08h59min. **ABERTURA E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS:** Dia 31 de agosto de 2023 as 09h00hs. **ABERTURA E DISPUTA DE LANCES:** Tão logo encerrada a abertura e avaliação das propostas. Os interessados em participar deste Pregão Eletrônico deverão adquirir o edital através do site: ***http://machadoportaltransparencia.portalfacil.com.br/licitacoes***
Luiz Fernando da Silva
Pregoeiro Oficial.

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código 9099-CA00-7186-2B1D.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL XAVIER CHAVES/MG

RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2023

TOMADA DE PREÇO Nº 04/2023

Aos 15 (quinze) dias do mês de agosto de 2023, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Coronel Xavier Chaves, Rua Padre Reis, 84, Centro de Coronel Xavier Chaves, aconteceu o julgamento das propostas para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DE UM POÇO TUBULAR PROFUNDO, PARA CAPTAÇÃO DE ÁGUA SUBTERRÂNEA, DESTINADA AO ABASTECIMENTO PÚBLICO NA COMUNIDADE BARREIRO, BEM COMO, O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO COMPLETA DE EQUIPAMENTO DE RECALQUE DA ÁGUA DO POÇO, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS**, tendo como vencedora a empresa **Mendonça Poços Ltda, CNPJ 14.083.682/0001-58, com o valor de R$ 116.045,56** (cento e dezesseis mil e quarenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos).

Coronel Xavier Chaves, 15 de agosto de 2023
Beatriz Rayze de Resende
Presidente da CPL

CIMVALES/MG - Processo Licitatório nº 007/2023 - Concorrência Eletrônica nº 002/2023. Objeto: O Consórcio CIMVALES, em nome dos seus Municípios Consorciados, torna público licitação na Modalidade Concorrência Eletrônica, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, objetivando a seleção de proposta mais vantajosa para registro de preços para a futura e eventual contratação de serviços de melhoria na eficiência do parque de iluminação pública. Envio das propostas e julgamento para o site www.bll.org.br até o dia 20/09/2023 às 09hr01min. Edital publicado no site oficial www.cimvales.mg.gov.br. Secretaria Executiva.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS - Pregão Presencial nº 088/2023. Torna Público edital p/ aquis. e instalação de cesta aérea isolada e artic. 10m alcance vertical p/ demanda da Secretaria Municipal Obras. Abertura às 08:30 horas do dia 28/08/2023. Informações/edital: (33) 3764-1252. Maria A. A. da Costa. Pregoeira.

A Murol Empreendimentos e Participações Ltda., por determinação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMMAD, torna público que foi assinado o Termo de Compromisso de Compensação Florestal em 12 de abril de 2023, através do Processo Administrativo nº 43.212/2019, para a supressão de 2,2 hectares de vegetação nativa pertencente ao Bioma transição entre Mata Atlântica e Cerrado, para o empreendimento localizado na Avenida Edméia Mattos Lazzarotti, bairro Ingá Alto – Betim/MG.

A Murol Empreendimentos e Participações Ltda., por determinação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMMAD, torna público que foi assinado o Termo de Compromisso de Compensação Florestal em 25 de maio de 2023, através do Processo Administrativo nº 43.212/2019, para a supressão de 3,82 hectares de vegetação nativa pertencente ao Bioma transição entre Mata Atlântica e Cerrado, para o empreendimento localizado na Avenida Edméia Mattos Lazzarotti, bairro Ingá Alto – Betim/MG.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU/MG

Secretarias Municipais de: Educação e Tecnologia, Esportes, Fazenda, Infraestrutura, Meio Ambiente, Saúde e Transporte. Aviso de Licitação. **Pregão Presencial SRP nº 05/2023. Processo de Compra nº 284/2023** – Tipo: Menor Preço por Lote. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS, PESADOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, COM E SEM CONDUTOR, COM E SEM FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL, INCLUINDO MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, REPOSIÇÃO DE PEÇAS, SEGURO TOTAL, INCLUSIVE CONTRA TERCEIROS, ASSISTÊNCIA 24 HORAS E RASTREADOR VEICULAR COM GERENCIAMENTO, EM ATENDIMENTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU-MG.** Início da Sessão da disputa de preços às **09:00 horas** do dia **29-08-2023**. EDITAL na íntegra: à disposição dos interessados na Superintendência de Suprimentos/Departamento de Licitações - situada na Avenida São João Paulo II, nº 2.045 - Paracatuzinho, Paracatu-MG e no site da Prefeitura **www.paracatu.mg.gov.br**.

Paracatu-MG, 16 de Agosto de 2023
Diego Porfírio de Araújo – Pregoeiro.



Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código D9E3-5CD4-FD34-C143.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE MINAS/MG
AVISO DE CANCELAMENTO
TOMADA DE PREÇOS Nº: 005/2023
PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 059/2023

Objeto: Construção da Praça Pública de eventos na sede do Município. Constou conflitos de horários de entrega dos envelopes constante do edital no confronto com os respectivos avisos de licitações que veicularam nos Jornais de Grande Circulação e no aviso de licitação publicado no quadro de aviso, o que induziu aos licitantes em erros na entrega dos envelopes. Despacho de cancelamento na integra no site oficial do Município: www.bonitodeminas.mg.gov.br. Maiores informações: licitacao@bonitodeminas.mg.gov.br.

UNIMED INCONFIDENTES COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA
CNPJ 22.720.791/0001-67

EDITAL DE CANCELAMENTO DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente da Unimed Inconfidentes Cooperativa de Trabalho Médico Ltda., Dr. Dimas Antônio Ferreira Dutra, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "d" do artigo 38 do Estatuto Social desta cooperativa, comunica o cancelamento da Assembleia Geral Extraordinária designada para o dia 21 de agosto de 2023, em decorrência de falha na divulgação do edital. A AGE será redesignada conforme convocação em Edital próprio.

Ouro Preto, 16 de agosto de 2023.

Dr. Dimas Antônio Ferreira Dutra
Diretor Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA/MG
PUBLICAÇÃO CONCORRÊNCIA
TOMADA DE PREÇOS
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS N° 10/2023

O Município de Alterosa/MG, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que às 08h00min do dia 31 de Agosto de 2023, na sede do Setor de Compras do Município de Alterosa/MG, estará realizando Tomada de Preços na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DO NOVO CEMITÉRIO DE ALTEROSA, ESTE PROCESSO SERÁ POR EMPREITADA GLOBAL. Entrega dos Envelopes ATÉ ÀS 07H50MIN do dia 31 de Agosto de 2023. Maiores informações pelo tel. (035) 3294-2545, horário das 08h00min às 16h00min.

Simone Aparecida Nogueira
Presidente da CPL, 15 de Agosto de 2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTE DE MORAIS/MG
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 88/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2023

A Prefeitura Municipal de Prudente de Morais/MG TORNA PÚBLICO A DATA DE ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 88/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2023 - OBJETO: Aquisição de uniformes em atendimento a Secretaria Municipal de Educação e Cultura do município de Prudente de Morais/MG. ABERTURA/SESSÃO: 30-08-2023, 9h. LOCAL: Na Plataforma Eletrônica: www.licitardigital.com.br - Informações na sala de Licitações da Prefeitura/Rua Prefeito João Dias Jeunnon, nº 56, Centro. EDITAL EM: www.prudentedemorais.mg.gov.br - Informações: (31) 3711-1390 e/ou licitacoes@prudentedemorais.mg.gov.br.

Prudente de Morais/MG, 15 de AGOSTO de 2023
Claudiney Araújo
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTE DE MORAIS/MG
PROCESSO LICITATÓRIO 90/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2023

A Prefeitura Municipal de Prudente de Morais/MG TORNA PÚBLICO A DATA DE ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO 90/2023 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2023 - OBJETO: Aquisição de bandeiras oficiais do Brasil, estado de Minas Gerais, cidade de Prudente de Morais, e acessórios como mastro em metálico, conforme especificações constantes do ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA. ABERTURA/SESSÃO: 29/08/2023, 14 h. LOCAL: Sala de Licitações da Prefeitura/Rua Prefeito João Dias Jeunnon, nº 56, Centro. EDITAL EM: www.prudentedemorais.mg.gov.br - Informações: (31) 3711-1390 e/ou licitacoes@prudentedemorais.mg.gov.br.

Prudente de Morais/MG, 14 de agosto de 2023
Claudiney Araújo
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO RETIRO/MG
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO Nº 04/2023

Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Retiro - MG, torna pública que fará realizar licitação TOMADA DE PREÇO Nº 04/2023, no dia 01 de setembro de 2023, às 08:30 horas, na sede da Prefeitura Municipal, localizada na R. Jacob Fernandes, 83 - Centro. OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA para construção de PONTE DE CONCRETO ARMADO, na COMUNIDADE DE LAMEIRÃO ZONA RURAL do município de Santo Antônio do Retiro, conforme plano de trabalho, projetos, planilha orçamentaria e cronograma físico financeiro, e demais anexos que compõe o edital. Os interessados poderão adquirir o EDITAL no endereço acima mencionado das 08:00 às 11:30 horas ou pelo E-MAIL licitacao.santoantoniodoretiro@yahoo.com. As alterações, notificações, intimações, resultados, extrato de contrato serão publicados no quadro de avisos da prefeitura - Órgão Oficial de Publicação do Município.

Santo Antônio do Retiro, 16 de agosto de 2023
Ivo Fernandes Silva
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE MINAS/MG
PREGÃO PRESENCIAL Nº 064/2023
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2023

Objeto: Serviços de manutenção em aparelho de ar condicionado. Sessão de recebimento e julgamento: 29/08/2023 às 09hr00min.

PREGÃO PRESENCIAL N° 065/2023
PROCESSO LICITATÓRIO N° 012/2023

Objeto: Aquisição de material de Construção, Elétrico e Hidráulico. Sessão de recebimento e julgamento: 31/08/2023 às 08hr00min. Editais na íntegra no site oficial do Município www.bonitodeminas.mg.gov.br. Maiores informações: licitacao@bonitodeminas.mg.gov.br.

PREFEITURA DE SANTA BÁRBARA/MG

PROCESSO N.º 161/2023 – CONCORRÊNCIA N.º 007/2023 – Objeto: Contratação de empresa especializada para execução da construção da Creche Vanessa de Oliveira Borges, situada na rua Antônio Adelino de Paula, nº 261, bairro São Bernardo em Santa Bárbara – MG, conforme projetos, planilha orçamentária e documentos complementares, em observância às necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo. Data do recebimento das propostas e documentos: 18/09/2023, às 08:30 horas. Local de realização do certame: Praça Cleves de Faria, nº 122, Centro, Santa Bárbara/MG – Prédio da Prefeitura Municipal. Edital à disposição no site www.santabarbara.mg.gov.br e na Prefeitura. Santa Bárbara, 16/08/2023 – Simone do Rosário Germano - Secretária Municipal de Administração Pública.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS - Pregão Presencial nº 090/2023. Torna Público edital p/ reg. preços eventual aquis. gás liquefeito de petróleo p/ demanda municipal, espec. a Secretária de Educação. Abertura às 08:30 horas do dia 29/08/2023. Informações/edital: (33) 3764-1252. Maria A. A. da Costa. Pregoeira.

HOJE EM DIA
ANUNCIE AQUI
(31) 3253-2205

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU/MG

Secretaria Municipal de Saúde. Aviso de Licitação. **Pregão Eletrônico Saúde Nº 16/2023. Processo de Compra Nº 122/2023** – Tipo: Menor Preço por Item. Objeto: **AQUISIÇÃO COM INSTALAÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DESTINADOS ÀS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.** Início da Sessão da disputa de preços às **09:00 horas** do dia **30-08-2023**. EDITAL na íntegra: à disposição dos interessados na Superintendência de Suprimentos/Departamento de Licitações - situada na Avenida São João Paulo II, nº 2.045 - Paracatuzinho, Paracatu-MG e no site da Prefeitura **www.paracatu.mg.gov.br** ou **www.novobbmnet.com.br**.

Paracatu-MG, 16 de Agosto de 2023
Diego Porfírio de Araújo – Pregoeiro.

AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 16.590.234/0001-76 - NIRE 31.300.025.91-8
Código CVM nº 02234-9

VERSÃO RESUMIDA DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 2023

AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. ("**Companhia**"), vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404/76, e dos arts. 3º e 5º da Resolução CVM nº 81/22, convocar a Assembleia Geral Extraordinária ("**Assembleia**"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 15 de setembro de 2023, às 11h, de forma exclusivamente digital, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) fixação do número de membros para composição do Conselho de Administração da Companhia; (ii) dispensa de candidato ao Conselho de Administração dos requisitos previstos no art. 147, § 3º, da Lei das S.A.; (iii) eleição de membros do Conselho de Administração da Companhia; e (iv) caracterização de membro do Conselho de Administração da Companhia como conselheiro independente. Para participação na Assembleia, o acionista deverá enviar solicitação de cadastro para o Departamento de Relações com Investidores da Companhia, por meio do e-mail **ri@arezzo.com.br**, a qual deverá ser recebida pela Companhia, impreterivelmente, até **13 de setembro de 2023** ("**Cadastro**"). A solicitação de Cadastro necessariamente deverá (i) conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à Assembleia, incluindo seus nomes completos e seus CPF ou CNPJ, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail do solicitante, e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia, conforme descritos na versão da íntegra deste Edital de Convocação e na Proposta da Administração da Companhia para esta Assembleia. Validada a condição de acionista e a regularidade dos documentos pela Companhia para participação na Assembleia, a Companhia enviará *link* contendo o formulário de cadastramento e, uma vez que o Cadastro seja realizado, confirmado e validado pela Companhia, o acionista receberá, até 24 horas antes da Assembleia, as informações para acesso ao sistema eletrônico para participação na Assembleia. Caso o acionista não receba as instruções de acesso com até 24 horas de antecedência do horário de início da Assembleia, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail **ri@arezzoco.com.br**, com até, no máximo, 2 horas de antecedência do horário de início da Assembleia, para que seja prestado o suporte necessário. Não poderão participar da Assembleia os acionistas que não efetuarem o Cadastro e/ou não informarem a ausência do recebimento das instruções de acesso na forma e prazos previstos acima. Na data da Assembleia, o registro da presença do acionista somente se dará mediante o acesso ao sistema eletrônico, conforme instruções e nos horários e prazos divulgadas pela Companhia. Será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma para participação da Assembleia por sistema eletrônico, não se responsabilizando a Companhia por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia estarão à disposição dos acionistas no *site* da Companhia (**https://ri.arezzoco.com.br/)**, da CVM (**http://www.gov.br/cvm**) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (**http://www.b3.com.br**), incluindo a Proposta da Administração contendo também informações complementares relativas à participação na Assembleia e ao acesso por sistema eletrônico. Ressalta-se que a presente publicação se trata de informação resumida que não deve ser considerada isoladamente para a tomada de decisão. A versão integral desde Edital está disponível nas páginas eletrônicas dos jornais "Hoje em Dia" e "Valor Econômico (São Paulo)" (**https://www.hojeemdia.com.br/publicidadelegal/leis** e **https://valor.globo.com/valor-ri/**, respectivamente), da Companhia (**https://ri.arezzoco.com.br/**), da CVM (**http://www.gov.br/cvm**) e da B3 (**http://www.b3.com.br**). Belo Horizonte, 17 de agosto de 2023. **Alessandro Giuseppe Carlucci -** Presidente do Conselho de Administração**.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATUTI/MG
PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2023

O MUNICÍPIO DE CATUTI - MG, torna público que fará realizar Pregão Presencial nº 27/2023, no dia 30/08/2023, às 10h00min horas, na sede da Prefeitura de Catuti/MG, localizada na Praça Presidente Vargas, 01 - Centro - CEP: 39.526-000. MENOR PREÇO POR LOTE. Objetivando a contratação exclusiva de ME/EPP ou Equiparadas para fornecimento e INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE ENERGIA SOLAR E BOMBEAMENTO EM POÇO ARTESIANO TUBULAR no município de Catuti - MG. O edital poderá ser solicitado na sede da Prefeitura ou pelo E-MAIL: catutilicitacoes@gmail.com

Delermando do Nascimento França
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE SALINAS/MG
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 023/2023
MENOR PREÇO POR ITEM

A Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Salinas - MG torna público a realização de licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL 023/2023**, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, destinado a Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria e consultoria no planejamento das ações da Assistência Social, para atuar no município de Santa Cruz de Salinas-MG, cujo CREDENCIAMENTO SE DARÁ ÀS 09:00 horas do dia 30 (trinta) de agosto de 2023. MAIORES INFORMAÇÕES, bem como EDITAL COMPLETO, junto a Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Salinas - MG, com sede na Avenida Totó Costa, 221 - Centro, pelo TELEFONE (33) 3753-9000, E-MAIL licitacao@santacruzdesalinas.mg.gov.br e SITE santacruzdesalinas.mg.gov.br

Santa Cruz de Salinas - MG, 15 de agosto de 2023
Darley Rodrigues Gomes
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTE DE MORAIS/MG
PROCESSO LICITATÓRIO 91/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2023

A Prefeitura Municipal de Prudente de Morais/MG TORNA PÚBLICO A DATA DE ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO 91/2023 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2023 - OBJETO: Aquisição de calças e camisas em atendimento a Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações constantes do ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA. ABERTURA/SESSÃO: 29/08/2023, 09 h. LOCAL: Sala de Licitações da Prefeitura/Rua Prefeito João Dias Jeunnon, nº 56, Centro. EDITAL EM: www.prudentedemorais.mg.gov.br - Informações: (31) 3711-1390 e/ou licitacoes@prudentedemorais.mg.gov.br.

Prudente de Morais/MG, 14 de agosto de 2023
Claudiney Araújo
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO torna público Ata de Registro de Preços referente ao Pregão Eletrônico nº054/2023, objeto: Aquisição de pães, salgados, bolos kits lanches e afins com finalidade de atender a demanda da Secretaria de Desenvolvimento Social e suas unidades, com vigência pelo período de 05/08/2023 a 05/08/2024. Fornecedores e valor unitário registrado: Leonardo Almeida Niquini: Item 1 - valor unitário de R$ 18,60, Item 2 - valor unitário de R$ 20,90, Item 3 - valor unitário de R$ 239,00, Item 4 - valor unitário de R$ 239,00, Item 5 - valor unitário de R$ 239,00, Item 6 - valor unitário de R$ 2,00, Item 7 - valor unitário de R$ 10,90, Item 8 - valor unitário de R$ 89,90, Item 9 - valor unitário de R$ 59,90, Item 10 - valor unitário de R$ 59,90, Item 11 - valor unitário de R$ 59,90, Item 12 - valor unitário de R$ 59,90, Item 13 - valor unitário de R$ 59,90, Item 14 - valor unitário de R$ 29,90, Item 15 - valor unitário de R$ 260,00, Item 16 - valor unitário de R$ 8,90, Item 18 - valor unitário de R$ 4,50, Item 19 - valor unitário de R$ 8,40, Item 21 - valor unitário de R$ 4,50 e Lanchonete Valadares Barbosa Ltda: Item 17 - valor unitário de R$ 8,87, Item 20 - valor unitário de R$ 8,87. Superintendência de Compras e Licitações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO torna público o Pregão Eletrônico SRP nº. 066/2023 – fornecimento de gêneros alimentícios não-perecíveis para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e a Secretaria Municipal de Educação. Recebimento das propostas por meio eletrônico no site www.bllcompras.org.br: De 17/08/2023 às 18:00 horas até 30/08/2023 às 11:00 horas. Início da sessão de disputa prevista para o dia 30/08/2023 às 13:00 horas. Edital no site www.ouropreto.mg.gov.br, link Licitações e no site www.bllcompras.org.br: Informações: (31) 3559-3301. Andréa Guimarães – Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO torna público o RESULTADO de habilitação e proposta de preços do Pregão Eletrônico SRP nº. 039/2023 - registro de preço para aquisição de materiais - médicos - hospitalares que são insumos básicos e essenciais nas ações de saúde, sendo imprescindíveis para o adequado tratamento aos usuários nas UBS - Postos de Saúde, Policlínica Municipal e Complexo de saúde Cachoeira do Campo, Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS 1), CAPS AD, CAPS I, Odontologia e CEO (Centro Especializado em Odontologia), UPA (Unidade de Pronto Atendimento) e demais setores da Rede do Sistema Único de Saúde de Ouro Preto. Empresas vencedoras: Abasantos Distribuidora Ltda EPP - CNPJ: 23.359.559/0001-08: item 12: com o valor unitário de R$ 1,40, item 17: com o valor unitário de R$ 3,58, item 30: com o valor unitário de R$ 1,99, item 37: com o valor unitário de R$ 69,80; Bella Med Produtos Hospitalares Eireli ME - CNPJ: 31.498.120/0001-94: item 08: com o valor unitário de R$ 5,25, item 14: com o valor unitário de R$ 3,91, item 16: com o valor unitário de R$ 0,33, item 21: com o valor unitário de R$ 0,84; Comercial TXV Comercio e Servico Ltda EPP - CNPJ: 22.906.038/0001-60: item 23: com o valor unitário de R$ 19,89; CSMED Produtos Medico Hospitalares Ltda EPP - CNPJ: 42.587.791/0001-48: item 02: com o valor unitário de R$ 7,00, item 09: com o valor unitário de R$ 6,30, item 10: com o valor unitário de R$ 3,64, item 11: com o valor unitário de R$ 0,90, item 25: com o valor unitário de R$ 8,90, item 27: com o valor unitário de R$ 0,12, item 31: com o valor unitário de R$ 0,37, item 33: com o valor unitário de R$ 23,40; Diprom Distribuidora de Produtos Odontológicos e Materiais Ltda EPP - CNPJ: 16.366.888/0001-10: item 01: com o valor unitário de R$ 4,10, item 15: com o valor unitário de R$ 49,90, item 32: com o valor unitário de R$ 8,71; Dumale Produtos para Saúde Ltda ME - CNPJ: 28.788.905/0001-97: item 26: com o valor unitário de R$ 69,00; H.F.E. Comercio de Material Medico Hospitalar Ltda ME - CNPJ: 21.153.043/0001-87: item 22: com o valor unitário de R$ 2,62; J Pharma Hospitalar Ltda ME - CNPJ: 21.988.592/0001-71: item 03: com o valor unitário de R$ 3,38, item 04: com o valor unitário de R$ 3,75, item 05: com o valor unitário de R$ 148,00, item 06: com o valor unitário de R$ 137,95, item 07: com o valor unitário de R$ 137,95, item 19: com o valor unitário de R$ 20,25, item 20: com o valor unitário de R$ 48,99, item 24: com o valor unitário de R$ 6,44, item 28: com o valor unitário de R$ 6,39, item 29: com o valor unitário de R$ 6,45, item 36: com o valor unitário de R$ 54,90; Tidimar Comercio de Produtos Médicos Hospitalares Ltda - CNPJ: 25.296.849/0001-85: item 13: com o valor unitário de R$ 4,89. Gerência de Compras e Licitações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO torna público Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico SRP nº.01/2023, objeto a aquisição de materiais médico hospitalares para atendimento da Secretaria de Saúde, com vigência pelo período de 03/08/2023 a 03/08/2024. Fornecedor: Ata nº332/2023: Procir Produtos para Saúde Sociedade Unipessoal Ltda, CNPJ: 19.188.783/0001-07, com o valor global de: item 24 - R$ 123.975,00. Superintendência de Compras e Licitações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO torna público o resultado de habilitação e proposta de preços do Pregão Eletrônico nº. 034/2023 - aquisição de material de pintura para manutenção de quadras e campos do município de Ouro Preto/MG. Após análise, a pregoeira julga habilitada e vencedora do certame a empresa Teixeira Amaral Comércio e Serviços Ltda, CNPJ 49.036.187/0001-72, que ofertou os menores valores globais para os itens: 01 - R$ 21.000,00, 02 -RS 2.025,00, 03 - R$5.010,00 e 04 - R$ 604,32. O Município de Ouro Preto adjudica e homologa o presente objeto. Andréa Guimarães – Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO torna pública, SUSPENSÃO do Pregão Eletrônico nº. 063/2023 – Contratação de instituição com natureza pessoa jurídica de direito privado, com fulcro no Art. 44 do Código Civil, para executar programa de formação especializada técnico-profissional metódica, visando a preparação e o ingresso de jovens residentes em Ouro Preto e distritos, com idade entre 14 e 24 anos, em atenção ao Art. 5º, I da Lei Municipal nº 1.272/2022, para readequação do edital. Informações: (31) 3559-3301. Elis Regina da Silva – Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO torna público a disponibilização da Portaria de Suspensão Temporária do cargo de Procurador Municipal, referente ao Edital nº 01/2022 do Concurso Público para provimento de cargos/funções públicos(as) para os quadros de pessoal das secretarias municipais de administração e saúde do município de Ouro Preto/MG. A Portaria de suspensão temporária será publicada, em sua íntegra, no endereço eletrônico: novo.ibgpconcursos.com.br. Mais informações pelo telefone: (31) 3559-3231. Ouro Preto, 17 de Agosto de 2023. Angelo Oswaldo de Araújo Santos - Prefeito Municipal de Ouro Preto/MG.

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código D749-B381-7465-3E03.

29/05/2026

Número: **5001043-36.2022.8.13.0693**

Classe: **[CÍVEL] EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL**
Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Três Corações**
Última distribuição : **17/02/2022**
Valor da causa: **R$ 37.540,44**
Assuntos: **Cédula de Crédito Bancário**
Segredo de justiça? **NÃO**
Justiça gratuita? **NÃO**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Advogados
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DA REGIAO DE SAO SEBASTIAO DO PARAISO LTDA SICOOB PARAISOCRED (EXEQUENTE)	
	MIGUEL CAPARELLI JUNIOR (ADVOGADO) **IGOR ALMEIDA RESENDE (ADVOGADO)**
ANGELA MARIA DE OLIVEIRA RIBEIRO (EXECUTADO(A))	
A M DE OLIVEIRA RIBEIRO - ME (EXECUTADO(A))	

Documentos			
Id.	**Data da Assinatura**	**Documento**	**Tipo**
10688515857	29/05/2026 17:46	Certidão	Certidão

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Justiça de Primeira Instância

Comarca de Três Corações / 3ª Vara Cível da Comarca de Três Corações

CONRADO GROSSI DANGELO, 509, MORADA DO SOL, Três Corações - MG - CEP: 37418-050

PROCESSO Nº: 5001043-36.2022.8.13.0693

CLASSE: [CÍVEL] EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154)

EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DA REGIAO DE SAO SEBASTIAO DO PARAISO LTDA SICOOB PARAISOCRED CPF: 01.657.678/0001-04

EXECUTADO(A): A M DE OLIVEIRA RIBEIRO - ME CPF: 08.797.558/0001-51
EXECUTADO(A): ANGELA MARIA DE OLIVEIRA RIBEIRO CPF: 015.295.156-37

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins, que o leiloeiro LUÍS OTAVIO MARCOLINO SHINKAWA, inscrito perante a JUCEPE sob n° 188 e JUCEMG n° 1201, possuidor do CPF n° 074.534.886-64, prestou serviços como LEILOEIRO OFICIAL, realizando leilões eletrônicos nestes autos em epígrafe, demonstrando idoneidade pessoal e capacidade profissional na seguinte data:

1)) LEILÃO JUDICIAL de Veículo FIAT STRADA FIRE, Placa GWZ8393, Chassi 9BD27801032377318, Renavam 00802794971, Ano/modelo 2003/2003, lataria com pequenos amassados, realizado no dia 26/05/2025 às 16:15 para LUCAS RODRIGUES DA SILVA, inscrito no CPF n° 097.701.486-01, nos autos processuais de n° 5001043-36.2022.8.13.0693. Três Corações/MG, 29 de Maio de 2026.

Três Corações, 29 de maio de 2026.

ANDRE SILVA DIAS

Escrivão(ã) Judicial

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atesto, para fins de credenciamento do Leiloeiro perante o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, que o leiloeiro **LUÍS OTAVIO MARCOLINO SHINKAWA,** inscrito perante a JUCEPE sob n° 188 e JUCEMG n° 1201, possuidor do CPF n° 074.534.886-64, prestou serviços como LEILOEIRO OFICIAL, realizando leilões eletrônicos, demonstrando idoneidade pessoal e capacidade profissional nas seguintes datas:

1) LEILÃO EXTRAJUDICIAL de um CAIXA DE PAGAMENTO EM METAL realizado no dia 01/08/2025 para CASA AZUL IMOBILIARIA ELOI MENDES LTDA CNPJ 119457420001-06

2) LEILÃO EXTRAJUDICIAL de SUCATA DE COMPUTADORES E MOVEIS DE ESCRITORIO realizado no dia 01/08/2025 para CASA AZUL IMOBILIARIA ELOI MENDES LTDA CNPJ 119457420001-06

ELOI MENDES, 02 de Agosto de 2025.

CASA AZUL IMOBILIARIA ELOI MENDES LTDA:11945742000106

Assinado de forma digital por CASA AZUL IMOBILIARIA ELOI MENDES LTDA:11945742000106
Dados: 2026.05.28 13:07:47 -03'00'

_____

CASA AZUL IMOBILIARIA ELOI MENDES LTDA

35144065 08129.003746/2026-88

Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos
Diretoria de Gestão de Ativos
Coordenação-Geral de Ativos
Coordenação de Contratos, Fiscalização e Leilões
Unidade de Credenciamento de Leiloeiros - SENAD

LISTA DE VERIFICAÇÃO PARA HABILITAÇÃO - REQUISITOS TÉCNICOS

Edital de Credenciamento nº. 01/2026 (08129.004351/2024-31)

NOTA EXPLICATIVA

A presente Lista de Verificação destina-se à conferência dos requisitos técnicos para habilitação ao credenciamento de Leiloeiros Públicos Oficiais, conforme EDITAL DE CREDENCIAMENTO N° 01/2026 (08129.004351/2024-31)

LEILOEIRO(A)		**ITEM(S) DE PARTICIPAÇÃO NO EDITAL e ÁREA(S) DE ABRANGÊNCIA**	**HABILITADO (SIM/NÃO)**
NOME	LUIS OTAVIO MARCOLINO SHINKAWA	MG (Região 01 e 02);	NÃO REITERAÇÃO DE E-MAIL - 35370554
CPF	074.534.886-64		
E-MAIL	luisotavioshinkawa@hotmail.com		
TELEFONE	(35) 99710-0861		
Nº PROCESSO PETICIONAMENTO	08129.003746/2026-88		

Item do TERMO DE REFERÊNCIA	**DOCUMENTOS**	**CONSTA (SIM/NÃO)**	**REFERÊNCIA (SEI)**	**OBSERVAÇÃO/DILIGÊNCIA**
6.1.1. Os critérios para **habilitação jurídica** a serem atendidos pelo leiloeiro serão**:**				
	Documento de identidade oficial (RG ou equivalente) que possua validade			

a)	possua validade legal para fins de identificação em todo o território nacional.	SIM	35085428	
b)	Certidão de matrícula ou declaração emitida pela Junta Comercial de qualquer Estado da Federação, atestando a regularidade para o exercício da atividade de Leiloeiro(a) Oficial, nos termos do art. 70 da Instrução Normativa DREI nº 52, de 29 de julho de 2022.	SIM	35085429	
6.1.2. O Leiloeiro(a) Oficial deverá, ainda, apresentar as **certidões** abaixo elencadas, a fim de comprovar a inexistência de condenações criminais que impeçam o exercício da atividade mercantil:				
a)	Certidão negativa de antecedentes criminais da esfera federal.	SIM	35085431	
b)	Certidão negativa de antecedentes criminais da respectiva unidade federativa de domicílio do(a) leiloeiro(a).	SIM	35085432	
6.2.1. Os critérios para **habilitação técnica** a serem atendidos pelo leiloeiro serão:				
a) e b)	Formulário de Credenciamento de Leiloeiros (Termo de Ciência e Concordância, Pedido de Credenciamento, Termo de Compromisso e Declaração de Infraestrutura);	SIM	35085446	

c)	**Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado. Para fins da comprovação, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:**			
c.1)	Documento comprobatório do efetivo exercício da atividade de Leiloeiro Oficial por, no mínimo, 3 (três) anos, em períodos contínuos ou alternados, tais como: demonstrativos de publicidade de leilões realizados, declarações emitidas por pessoas jurídicas contratantes, entre outros meios idôneos de comprovação. (obs.: os documentos deverão indicar expressamente as datas de realização dos leilões.)	NÃO	35377022	
c.2)	Atestado(s) de Capacidade Técnica emitido(s) em nome do Leiloeiro, por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a realização exitosa de, no mínimo, 03 (três) leilões no período máximo de 12 meses (não sendo exigida a realização nos doze meses imediatamente anteriores); ou seja, deve ter	NÃO	35377022	LEILÕES DEMONSTRADOS: 09/01/2026 (PÁG. 03); 04/03/2026 (PÁG. 01)

	conduzido com êxito pelo menos 03 (três) leilões ao longo de um ano. (obs.: os atestados de capacidade técnica deverão indicar expressamente as datas de realização dos leilões.)			
Outros documentos anexados (exemplo: SICAF):				

Documento assinado eletronicamente por **Karise Dalinne Maranhão de Moraes**, **Membro da Comissão Especial de Contratação**, em 15/05/2026, às 14:43, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.autentica.mj.gov.br informando o código verificador **35144065** e o código CRC **94CD4C9A**
O documento pode ser acompanhado pelo site http://sei.consulta.mj.gov.br/ e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Referência: Processo nº 08129.003746/2026-88 SEI nº 35144065

LuisLeiloeiro

À Unidade de Credenciamento de Leiloeiros — UCL/SENAD Ministério da Justiça e Segurança Pública

Ref.: Edital de Credenciamento nº 01/2026 — Complementação de Documentação — Itens 6.2.1 (c.1) e (c.2)

Prezados Senhores, venho, por meio desta, acusar o recebimento da mensagem eletrônica encaminhada por esta Unidade de Credenciamento de Leiloeiros — UCL, em 27 de abril de 2026, na qual foi apontada a ausência de documentos comprobatórios referentes aos itens 6.2.1, letras (c.1) e (c.2) do Edital de Credenciamento nº 01/2026, bem como a ausência das datas dos leilões nos documentos anteriormente apresentados.

Em atendimento ao quanto solicitado, adotei imediatamente todas as providências ao meu alcance para reunir a documentação complementar necessária, conforme passo a relatar.
Inicialmente, solicitei à plataforma Comprei (comprei.pgfn.gov.br) a emissão de Atestado de Capacidade Técnica no formato requerido pelo Edital. Em resposta, a equipe do Comprei informou expressamente não ter disponibilidade para emissão de certidão nesse formato, sugerindo, como alternativa idônea, a apresentação do Termo de Credenciamento e dos Autos de Alienação de cada operação realizada com minha intermediação, documentos estes disponíveis na área logada da plataforma. Seguindo fielmente a orientação recebida, obtive e ora apresento os referidos documentos.

Assim, encaminho em anexo ao presente a seguinte documentação, que demonstra o efetivo exercício da atividade de Leiloeiro Oficial em períodos contínuos e alternados, com indicação expressa das datas de realização dos leilões:

1. **Termo de Credenciamento de Intermediários para Venda de Imóveis — Comprei/PGFN**, assinado digitalmente em 10/03/2026, comprovando meu credenciamento como leiloeiro oficial habilitado a atuar em alienações judiciais em âmbito nacional. Ressalto que o referido termo corresponde à atualização de credenciamento anterior, sendo certo que atuo na plataforma Comprei há período anterior à assinatura do presente instrumento, conforme demonstram as operações por mim intermediadas nos anos anteriores, ora documentadas nos itens seguintes.

2. Autos de Alienação da plataforma Comprei, referentes às seguintes operações realizadas com minha intermediação, todas com datas expressas:

- Alienação realizada em **09/01/2026** — Lote de Terreno nº 33, Quadra L, Loteamento Jardim Barra de Jangada — Jaboatão dos Guararapes/PE — 33ª Vara Federal de Pernambuco — Processo nº 00118822620114058300 — Valor: R$ 32.500,00;
- Alienação realizada em **04/03/2026** — Terreno agrícola com área de 706.400m² — Santa Teresa/ES — 03ª Vara de Execução Fiscal de Vitória/ES — Processo nº 01153098420154025001 — Valor: R$ 900.000,00;
- Alienação realizada em **13/04/2026** — Box de garagem nº 706, Rua Buenos Aires, nº 339, Centro — Rio de Janeiro/RJ — 12ª Vara Federal do Rio de Janeiro — Processo nº 00577575020184025101 — Valor: R$ 13.000,00;
- Alienação realizada em **19/04/2026** — Lote nº 12, Quadra C, Loteamento Hermes Fontes — Boquim/SE — Vara Cível de Boquim — Processo nº 00010923320118250009 — Valor: R$ 12.800,00;

- Alienação realizada em **19/04/2026** — Lote nº 14, Quadra C, Loteamento Hermes Fontes — Boquim/SE — Vara Cível de Boquim — Processo nº 00010923320118250009 — Valor: R$ 13.100,00.

3. Carta de Alienação da plataforma Comprei, referente à operação realizada em **27/06/2024** — Lote de terreno nº 10, Quadra 44, Bairro Brauninha — Belo Oriente/MG — 02ª Vara Federal de Governador Valadares/MG — Processo nº 00080191720124013813 — Valor: R$ 10.125,00 — com data de pagamento de comissão em 28/06/2024, assinada digitalmente pelo Juízo competente em 24/10/2024, comprovando atuação na plataforma Comprei desde pelo menos o ano de 2024.

4. Atestado de Capacidade Técnica emitido pela Prefeitura Municipal de Campos Gerais/MG — CNPJ nº 18.245.175/0001-24, datado de 05 de outubro de 2023, referente ao leilão público realizado em **05/09/2023**, modalidade presencial e online, envolvendo 44 bens ofertados e 40 alienados, valor de avaliação de R$ 461.420,00 e valor total de arrematação de R$ 1.071.117,20, assinado pelo Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos, Bruno Diniz Oliveira, pessoa jurídica de direito público, conforme exigido pelo Edital.

5. Editais de Leilão publicados em jornais de grande circulação, nos quais fui designado Leiloeiro Oficial responsável, a saber:

- Edital de leilão público da **Prefeitura Municipal de Campos Gerais/MG**, publicado no Jornal Hoje em Dia — Belo Horizonte, edição de 17 de agosto de 2023, referente ao leilão realizado em **05/09/2023**, o mesmo comprovado pelo Atestado de Capacidade Técnica mencionado no item 4;
- Edital de leilão judicial — Processo nº **5009315-66.2024.8.13.0105** — Vara da Infância e Juventude e de Precatórias Cíveis da Comarca de **Governador Valadares/MG** — Exequente: Banco Safra S.A. — com 1º leilão designado para **29/12/2025**, publicado no Jornal Diário do Comércio — Belo Horizonte, edição de 26/11/2025;
- Edital de leilão judicial — Processo nº **5002946-43.2021.8.13.0693** — 2ª Vara Cível da Comarca de **Três Corações/MG** — Exequente: Jorge Luiz Barros Lima — com 1º leilão designado para **23/02/2026**, publicado no Jornal Diário do Comércio — Belo Horizonte, edição de 09/01/2026;
- Edital de leilão judicial — Processo nº **0018397-95.2016.8.13.0071** — 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da Comarca de **Boa Esperança/MG** — Exequente: Vander Lúcio Calisto — com 1º leilão designado para **27/04/2026**, publicado no Jornal Diário do Comércio — Belo Horizonte, edição de 27/03/2026.

Da adequação da documentação apresentada às exigências do Edital nº 01/2026:

No que se refere ao **item 6.2.1 (c.1)**, que exige documento comprobatório do efetivo exercício da atividade de Leiloeiro Oficial por no mínimo 3 (três) anos, em períodos contínuos ou alternados, a documentação ora apresentada demonstra atuação comprovada desde o ano de 2023, conforme atesta a Prefeitura Municipal de Campos Gerais/MG por meio de Atestado de Capacidade Técnica referente ao leilão de 05/09/2023, corroborado pelo respectivo edital de publicidade publicado no Jornal Hoje em Dia. A continuidade do exercício da atividade é igualmente demonstrada pela Carta de Alienação da plataforma Comprei referente à operação de 27/06/2024, e pelas nomeações judiciais como Leiloeiro Oficial constantes dos editais

publicados no Jornal Diário do Comércio nos anos de 2025 e 2026, além dos Autos de Alienação do ano de 2026. O conjunto probatório abrange, portanto, o período de 2023 a 2026, satisfazendo plenamente a exigência de 3 anos de exercício efetivo da atividade.

No que se refere ao **item 6.2.1 (c.2)**, que exige Atestado de Capacidade Técnica comprovando a realização exitosa de no mínimo 3 (três) leilões no período máximo de 12 meses, com indicação expressa das datas, os Autos de Alienação da plataforma Comprei ora apresentados comprovam a realização de 5 (cinco) leilões no período compreendido entre 09/01/2026 e 19/04/2026, todos dentro de um intervalo inferior a 12 meses, com datas expressamente indicadas em cada documento, superando com folga o mínimo exigido pelo Edital. Ressalte-se que tais documentos foram obtidos nos exatos termos orientados pela própria plataforma Comprei, conforme resposta formal por ela emitida quando da solicitação do Atestado de Capacidade Técnica, o que lhes confere plena idoneidade como meio de comprovação.

Diante do exposto, espero ter atendido integralmente às condições estabelecidas no Edital de Credenciamento nº 01/2026, e coloco-me à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.
Atenciosamente,

Eloi Mendes/MG, 05 de maio de 2026.

LUIS OTÁVIO MARCOLINO SHINKAWA
JUCEMG nº 1201

Ministério da Economia
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Escritório avançado Comprei

ANEXO I
TERMO DE CREDENCIAMENTO DE INTERMEDIÁRIOS PARA VENDA DE IMÓVEIS
(Corretores de imóveis e leiloeiros)

Pelo presente termo, fica credenciado como INTERMEDIÁRIO para atuar em alienações judiciais de bens por intermédio do Comprei, **LUIS OTAVIO MARCOLINO SHINKAWA**, CPF nº **7453488664**, residente no logradouro **Eloi Mendes, n° 248, RUA QUINTINO BOCAIUVA, -, CEP 37110000, na cidade de Eloi Mendes - MG**, leiloeiro na forma do Decreto nº 21.981, de 1932 e Instrução Normativa DREI nº 72, de 2019, com registro na Junta Comercial do Estado de **Minas Gerais** nº **1201**:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A atuação do INTERMEDIÁRIO é de âmbito nacional para leiloeiros, na forma do art. 19 do Decreto nº 21.981, de 1932, e, para corretores, limitada à área territorial de competência do(s) respectivo(s) órgão(s) de classe.

CLÁUSULA SEGUNDA: No desempenho de suas atribuições, o INTERMEDIÁRIO se compromete a atuar atendendo todos os requisitos da Portaria PGFN nº 3.050, de 2022 e Instrução Normativa PGFN-CGR nº 40, de 2022. Em caso de acesso a informações classificadas como segredo de negócio, o INTERMEDIÁRIO deve guardar confidencialidade a terceiros, exceto quando formalmente autorizado pelo escritório avançado Comprei, sob pena de responsabilização contratual, civil e criminal.

§ 1º. O Comprei disponibiliza aos INTERMEDIÁRIOS um dossiê com a documentação básica do negócio. A qualidade e o prazo de entrega dos documentos não são garantidos pelo Comprei. Qualquer necessidade de documentação adicional ou de maior rapidez na obtenção deve ser suprida pelo INTERMEDIÁRIO, sob sua inteira responsabilidade.

§ 2º. Os canais de atendimento do Comprei são voltados para problemas de funcionamento da plataforma ou sugestões para evolução, não se prestando a consultoria processual ou jurídica, cabendo ao INTERMEDIÁRIO, caso necessite, recorrer a assessoria jurídica própria para obtenção de informações que entender necessárias.

§ 3º. Qualquer crítica ou sugestão a um negócio envolvendo um bem no Comprei deve ser feita por meio da funcionalidade "Feedback", na própria plataforma. As informações serão direcionadas para equipe de tratamento comercial e jurídico para análise, mas não haverá resposta ao INTERMEDIÁRIO.

§ 4º. As rotinas automáticas do Comprei para início ou fim de fases de propostas e credenciamento serão processadas diariamente às 8 horas da manhã.

CLÁUSULA TERCEIRA: Na intermediação de bens imóveis, não haverá exclusividade de atuação.

CLÁUSULA QUARTA: O INTERMEDIÁRIO perceberá do adquirente do bem, a título de comissão, o percentual fixado em decisão judicial ou em termo de negócio administrativo, o que deve ser informado no Comprei em até 2 (dois) dias após o depósito.

Parágrafo único. Caso o negócio seja anulado ou cancelado por decisão judicial ou administrativa, o INTERMEDIÁRIO se obriga a devolver imediatamente ao adquirente, independente de nova determinação judicial, a totalidade da comissão paga, não lhe sendo devido qualquer tipo de indenização ou retenção de valores.

CLÁUSULA QUINTA: Não haverá remuneração adicional pelas funções de remoção e administração de bens,

salvo no caso de remição ou parcelamento de dívida, casos em que o devedor arcará com as respectivas despesas.

CLÁUSULA SEXTA: Todas as despesas incorridas na execução das atividades decorrentes do exercício da função, seja de que natureza forem, correrão à conta exclusiva do INTERMEDIÁRIO, inclusive nos casos de suspensão, revogação ou anulação do processo de alienação, por decisão judicial ou administrativa, não cabendo à União responsabilização por tais despesas.

CLÁUSULA SÉTIMA: Na execução da estratégia de venda, o INTERMEDIÁRIO poderá empregar, às suas expensas, medidas que possibilitem o aumento do alcance da oferta, tais como a reprodução do anúncio em *sites* especializados, a publicações em mídias digitais e físicas, ou qualquer outra medida legal que tenha aptidão para otimizar o processo de venda.

CLÁUSULA OITAVA: O INTERMEDIÁRIO deverá ser o ponto de contato principal do comprador e atuar como facilitador do negócio, cabendo-lhe prestar total auxílio ao adquirente desde o início até a conclusão do processo de venda, em especial:

I - na prestação de informações quanto às características, localização, estado de conservação, condições de ocupação e particularidades do bem, incluindo a existência de eventuais dívidas que lhe possam onerar, tais como condomínio e IPTU;

II - no esclarecimento das condições e riscos do negócio;

III - na realização das etapas da compra dentro e fora da plataforma, tais como realização de pagamento, assinatura dos documentos, formalização de parcelamento, dentre outros;

IV - na prestação de informações e orientações quanto ao andamento do processo de venda;

V - no registro de propriedade e tratamento de demandas cartorárias;

VI - na efetiva entrega do bem; e

VII - na resolução de outros problemas que possam surgir no decorrer do processo de compra.

Parágrafo único. Em caso de resistência à imissão na posse, o INTERMEDIÁRIO poderá solicitar diretamente no processo judicial o auxílio de força policial, nos termos do art. 782, § 2º e art. 846, do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA NONA: Quando determinado em decisão judicial ou administrativa, o INTERMEDIÁRIO deve efetuar a imediata devolução do bem ao proprietário ou a quem for indicado, sem que haja direito a qualquer indenização, ressalvado o caso previsto na Cláusula Quinta.

CLÁUSULA DÉCIMA: Não podem ser credenciados como intermediários os servidores públicos em geral, quanto aos bens ou aos direitos dados em garantia ou pertencentes à pessoa jurídica a que servirem, ou que estejam sob sua administração direta ou indireta e o advogado atuante nos respectivos processos onde foi autorizada a alienação judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A vigência do credenciamento é de 60 (sessenta) meses, entretanto, os requisitos normativos para o exercício da função serão aferidos a cada novo acesso ao Comprei.

Em caso de perda de habilitação técnica, o INTERMEDIÁRIO terá o prazo de 15 (quinze) dias para saneamento, contado de notificação, sob pena de exclusão do Comprei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: O INTERMEDIÁRIO poderá denunciar o presente Termo, a qualquer tempo, com o cancelamento do cadastro no Comprei, salvo se tiver anúncio ativo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: O anúncio do INTERMEDIÁRIO, quando for o único ativo para o bem, não pode ser excluído.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Poderão ser aplicadas ao INTERMEDIÁRIO, pela infração às regras de negócios, na forma da Portaria PGFN nº 3.050, de 2022, as seguintes penalidades: I - advertência pelo registro de avaliações dos compradores que demonstrem reiterado defeito no processo de venda ou pelo atraso injustificado aos prazos normativos aplicáveis; II - descredenciamento por 1 (um) ano no caso de recebimento de mais de 1 (uma) advertência, quando houver inserção de informação falsa no processo de venda, agir com falsidade ideológica, negligência, imprudência ou imperícia ou nos demais casos de infração à Lei, ou às normas de regência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Qualquer penalidade por infração às regras de negócios somente será aplicada após o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação do INTERMEDIÁRIO para apresentação de defesa formal na forma definida em regulamento, cabendo ao escritório avançado do Comprei a análise e decisão fundamentada do caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: O INTERMEDIÁRIO fica ciente e concorda que o conhecimento dos eventos de seu interesse no Comprei deve ser feito na área logada da própria plataforma.

Parágrafo único. O Comprei enviará, em complementação, mensagens eletrônicas ao e-mail ou telefone informado no ato de cadastramento, noticiando eventos do seu interesse (tais como informações sobre cadastro, atualizações, bens disponíveis, anúncios, propostas, processo de compra entre outros), não cabendo à União qualquer responsabilização pelo não recebimento das referidas mensagens, mau funcionamento ou pela descontinuidade na prestação do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: A União se exime de qualquer responsabilidade que possa ser atribuída à utilização do Comprei que gerem danos, diretos ou indiretos, devido ao uso inadequado do produto pelo usuário ou decorrente de qualquer falha de desempenho, erro, omissão, interrupção, defeito, vírus ou ataque cibernético.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: O INTERMEDIÁRIO deve manter dados de cadastro atualizados na plataforma, sendo responsável por quaisquer prejuízos ou falhas de comunicação decorrentes da desatualização de suas informações. Os dados poderão ser publicados no Comprei em anúncios de sua autoria, em conformidade com as políticas de privacidade e termos de uso da plataforma, para transparência nas transações e otimização da experiência de compra e venda, sendo a União isenta de qualquer responsabilidade decorrente da utilização desses dados por terceiros.

LUIS OTAVIO MARCOLINO SHINKAWA
Junta Comercial MG 1201
(Documento assinado digitalmente)

Documento assinado eletronicamente por LUIS OTAVIO MARCOLINO SHINKAWA, Leiloeiro(a), CPF n° 074.534.886-64, em 10/03/2026 às 01:33:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, do Decreto n° 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://comprei.pgfn.gov.br/validador, informando o código verificador **rykBGc0QtBLZkc3y**

Poder Judiciário
02ª Vara Federal - GOVERNADOR VALADARES

Ministério da Fazenda
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Escritório avançado Comprei

CARTA DE ALIENAÇÃO

Aos 27/06/2024 foi realizada na plataforma Comprei (comprei.pgfn.gov.br) a alienação, por iniciativa da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, do bem abaixo, nas seguintes condições:

Processo	**Processo Judicial**		**Juízo**	**Autor**	**Réu**
	00080191720124013813		02ª Vara Federal - GOVERNADOR VALADARES	União — Fazenda Nacional	MASSAS PERIQUITO S A
Bem	**Descrição**			**Registro**	
	Lote de terreno n° 10 (dez) da quadra 44 (quarenta e quatro), Bairro Brauninha, no município de Belo Oriente. - Belo Oriente - MG			Matrícula n° 3199, ACUCENA CARTORIO DE REGISTRO DE IMOVEIS, CNPJ n° 21.077.730/0001-60. Existência de gravames: Sim	
Adquirente	**Nome**	**Qualificação**	**RG**	**CPF / CNPJ**	**Endereço**
	GABRIEL SILVEIRA SOUZA	Solteiro(a), brasileira, bancario	mg18688144	139.465.846-08	Lavras, 827, Muarama, 37902314, Passos, MG
Alienação	**Tipo**	**Valor**	**Percentual da avaliação**	**Parcela Inicial**	**Pagamento ***
	Parcelado	R$ 10.125,00	50%	R$ 2.531,25	08/07/2024
	Número de parcelas[1]	**Data do pagamento da comissão**	**Tempo de Publicação**	**Quantidade de anunciantes**	**Quantidade de propostas válidas**
	15	28/06/2024	81 dias	7	1

**Na hipótese de existência de crédito preferencial ou resíduo em razão do valor da alienação superar o montante atualizado da dívida, o valor de tais rubricas foi depositado em conta à disposição do Juízo e em referência ao processo judicial citado no quadro acima.*

E, para que o adquirente possa tomar posse do referido bem e constituir seu título de domínio, lavrou-se a presente Carta de Alienação, que vai devidamente assinada, conforme preceitua o art. 880, § 2º, c/c o art. 901, § 2º, da Lei nº 13.105, de 2015 (Código de Processo Civil - CPC), devendo o competente Oficial de Registro Imobiliário proceder, independentemente do pagamento de custas, taxas e emolumentos, à baixa e liberação de todo e qualquer ônus/gravame (hipotecas, encargos, penhoras etc), inclusive de outros Juízos, incidente sobre o bem descrito acima e cujo registro seja anterior ao presente instrumento. É encargo do adquirente, contudo, as custas e emolumentos referentes ao registro da propriedade, e a comprovação do pagamento do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI.

Caso o tipo de alienação seja "**parcelado**", deve ser efetivado o registo de **hipoteca em favor do credor UNIÃO - FAZENDA NACIONAL** - CNPJ n.º 00.394.460/0239-40 (cf. art. 98, §5º, da Lei nº 8.212, de 1991 e art. 895, §1º, do CPC), salvo se apresentado, no ato de registro, termo de quitação de parcelamento.

Juíz(a) da 02ª Vara Federal - GOVERNADOR VALADARES
(Documento assinado digitalmente)

[1] *O valor de cada parcela será acrescido de juros equivalentes à taxa SELIC, acumulada mensalmente, calculados a partir da data de alienação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado. O atraso ou não pagamento de qualquer parcela implicará no vencimento antecipado da dívida, acréscimo de cinqüenta por cento de seu valor a título de multa e inscrição do crédito em dívida ativa da União (art. 98 da Lei n° 8.212, de 1991)*

MINUTA

AUTO DE ALIENAÇÃO

Aos 19/04/2026 foi realizada na plataforma Comprei (comprei.pgfn.gov.br) a alienação, por iniciativa da Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 5ª Região, do bem abaixo, nas seguintes condições:

Processo	**Processo Judicial**		**Juízo**	**Autor**	**Réu**
	00010923320118250009		VARA CIVEL - BOQUIM	União - Fazenda Nacional	DECON PRE-MOLDADOS E CONSTRUCOES LTDA
Bem	**Descrição**			**Registro**	
	Lote n° 14 Quadra C do Loteamento Hermes Fontes, situado no Bairro Temistócles de Santana - Boquim - SE			Matrícula n° 5340, CARTORIO DO 1 OFICIO DA COMARCA DE BOQUIM, CNPJ n° 13.002.910/0001-55. Existência de gravames: Sim	
Adquirente	**Nome**	**Qualificação**	**RG**	**CPF / CNPJ**	**Endereço**
	VICTOR SANTOS FONTES	Solteiro(a), Brasileiro , Empresário	32332211	018.973.165-69	Pascoal Maynard, 3409, Grageru, 49025540, Aracaju, SE
Alienação	**Tipo**	**Valor**	**Percentual da avaliação**	**Parcela Inicial**	**Pagamento ***
	À Vista	R$ 13.100,00	53%	-	20/04/2026
	Número de parcelas[1]	**Data do pagamento da comissão**	**Tempo de Publicação**	**Quantidade de anunciantes**	**Quantidade de propostas válidas**
	-	23/04/2026	164 dias	9	5

**Na hipótese de existência de crédito preferencial ou resíduo em razão do valor da alienação superar o montante atualizado da dívida, o valor de tais rubricas foi depositado em conta à disposição do Juízo e em referência ao processo judicial citado no quadro acima.*

Ficam sub-rogados no preço os créditos tributários relativos a impostos, cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, tais como IPTU, bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens ou a contribuições de melhoria, nos termos do art. 130, parágrafo único do CTN, assim como eventuais outros débitos, observada a ordem de preferência, consoante previsão contida no art. 908, §1º do CPC.

Pelo presente Auto, a alienação é considerada perfeita, acabada e irretratável, na forma prevista no art. 903 da Lei nº 13.105, de 2015 (Código de Processo Civil - CPC), devendo ser juntado aos Autos do processo judicial em referência para que surta os efeitos legais, na forma do art. 880, §2º do CPC.

MINUTA

[1] *O valor de cada parcela será acrescido de juros equivalentes à taxa SELIC, acumulada mensalmente, calculados a partir da data de alienação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado. O atraso ou não pagamento de qualquer parcela implicará no vencimento antecipado da dívida, acréscimo de cinqüenta por cento de seu valor a título de multa e inscrição do crédito em dívida ativa da União (art. 98 da Lei n° 8.212, de 1991)*

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://comprei.pgfn.gov.br/validador, informando o código verificador **jmiwrNl7CGElAqsc**

MINUTA

Juíz(a) da VARA CIVEL - BOQUIM
(Documento assinado digitalmente)

VICTOR SANTOS FONTES
018.973.165-69
(Documento assinado digitalmente)

LUIS OTAVIO MARCOLINO SHINKAWA
Leiloeiro(a) - 1201 - Junta Comercial MG
(Documento assinado digitalmente)

Procurador(a) da Fazenda Nacional
(Documento assinado digitalmente)

MINUTA

MINUTA

Documento assinado eletronicamente por VICTOR SANTOS FONTES, Empresário, CPF n° 018.973.165-69, em 24/04/2026 às 15:58:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, do Decreto n° 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por LUIS OTAVIO MARCOLINO SHINKAWA, Leiloeiro(a), CPF n° 074.534.886-64, em 24/04/2026 às 15:36:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, do Decreto n° 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por Ismael Jose Cavalcanti Camara, Procurador(a) da Fazenda Nacional, CPF n° 049.547.044-99, em 27/04/2026 às 08:49:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, do Decreto n° 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://comprei.pgfn.gov.br/validador, informando o código verificador **jmiwrNl7CGElAqsc**

MINUTA

AUTO DE ALIENAÇÃO

Aos 19/04/2026 foi realizada na plataforma Comprei (comprei.pgfn.gov.br) a alienação, por iniciativa da Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 5ª Região, do bem abaixo, nas seguintes condições:

Processo	**Processo Judicial**		**Juízo**	**Autor**	**Réu**
	00010923320118250009		VARA CIVEL - BOQUIM	União - Fazenda Nacional	DECON PRE-MOLDADOS E CONSTRUCOES LTDA
Bem	**Descrição**			**Registro**	
	Lote n° 12 Quadra C do Loteamento Hermes Fontes, situado no Bairro Temistócles de Santana - Boquim - SE			Matrícula n° 5338, CARTORIO DO 1 OFICIO DA COMARCA DE BOQUIM, CNPJ n° 13.002.910/0001-55. Existência de gravames: Sim	
Adquirente	**Nome**	**Qualificação**	**RG**	**CPF / CNPJ**	**Endereço**
	VICTOR SANTOS FONTES	Solteiro(a), Brasileiro , Empresário	32332211	018.973.165-69	Pascoal Maynard, 3409, Grageru, 49025540, Aracaju, SE
Alienação	**Tipo**	**Valor**	**Percentual da avaliação**	**Parcela Inicial**	**Pagamento ***
	À Vista	R$ 12.800,00	52%	-	20/04/2026
	Número de parcelas[1]	**Data do pagamento da comissão**	**Tempo de Publicação**	**Quantidade de anunciantes**	**Quantidade de propostas válidas**
	-	23/04/2026	164 dias	9	3

**Na hipótese de existência de crédito preferencial ou resíduo em razão do valor da alienação superar o montante atualizado da dívida, o valor de tais rubricas foi depositado em conta à disposição do Juízo e em referência ao processo judicial citado no quadro acima.*

Ficam sub-rogados no preço os créditos tributários relativos a impostos, cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, tais como IPTU, bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens ou a contribuições de melhoria, nos termos do art. 130, parágrafo único do CTN, assim como eventuais outros débitos, observada a ordem de preferência, consoante previsão contida no art. 908, §1º do CPC.

Pelo presente Auto, a alienação é considerada perfeita, acabada e irretratável, na forma prevista no art. 903 da Lei nº 13.105, de 2015 (Código de Processo Civil - CPC), devendo ser juntado aos Autos do processo judicial em referência para que surta os efeitos legais, na forma do art. 880, §2º do CPC.

MINUTA

[1] *O valor de cada parcela será acrescido de juros equivalentes à taxa SELIC, acumulada mensalmente, calculados a partir da data de alienação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado. O atraso ou não pagamento de qualquer parcela implicará no vencimento antecipado da dívida, acréscimo de cinqüenta por cento de seu valor a título de multa e inscrição do crédito em dívida ativa da União (art. 98 da Lei n° 8.212, de 1991)*

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://comprei.pgfn.gov.br/validador, informando o código verificador **eVlmnoCv4mNRXJia**

MINUTA

Juíz(a) da VARA CIVEL - BOQUIM
(Documento assinado digitalmente)

VICTOR SANTOS FONTES
018.973.165-69
(Documento assinado digitalmente)

LUIS OTAVIO MARCOLINO SHINKAWA
Leiloeiro(a) - 1201 - Junta Comercial MG
(Documento assinado digitalmente)

Procurador(a) da Fazenda Nacional
(Documento assinado digitalmente)

MINUTA

MINUTA

Documento assinado eletronicamente por VICTOR SANTOS FONTES, Empresário, CPF n° 018.973.165-69, em 24/04/2026 às 15:57:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, do Decreto n° 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por LUIS OTAVIO MARCOLINO SHINKAWA, Leiloeiro(a), CPF n° 074.534.886-64, em 24/04/2026 às 15:36:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, do Decreto n° 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por Ismael Jose Cavalcanti Camara, Procurador(a) da Fazenda Nacional, CPF n° 049.547.044-99, em 27/04/2026 às 08:49:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, do Decreto n° 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://comprei.pgfn.gov.br/validador, informando o código verificador **eVlmnoCv4mNRXJia**

MINUTA

AUTO DE ALIENAÇÃO

Aos 13/04/2026 foi realizada na plataforma Comprei (comprei.pgfn.gov.br) a alienação, por iniciativa da Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 2ª Região, do bem abaixo, nas seguintes condições:

Processo	**Processo Judicial**	**Juízo**	**Autor**	**Réu**	
	00577575020184025101	12-VARA FEDERAL-RIO DE JANEIRO	União - Fazenda Nacional	ESPÓLIO DE DIVA MORAES SAUMA	
Bem	**Descrição**		**Registro**		
	Box de garagem nº 706 do Edifício-garagem sito na Rua Buenos Aires, nº 339, Centro. - Rio De Janeiro - RJ		Matrícula n° 08880, CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO RIO DE JANEIRO, CNPJ n° 27.109.511/0001-00. Existência de gravames: Sim		
Adquirente	**Nome**	**Qualificação**	**RG**	**CPF / CNPJ**	**Endereço**
	MARCIO JOSE COELHO LEITE	Divorciado(a), brasileiro, aposentado	3777508	186.036.706-25	Dos Timbiras - - De 2701/2702 Ao Fim - De 2701 Ao Fim, 2796, 402, Barro Preto, 30140062, Belo Horizonte, MG
Alienação	**Tipo**	**Valor**	**Percentual da avaliação**	**Parcela Inicial**	**Pagamento ***
	Parcelado	R$ 13.000,00	100%	R$ 6.500,00	13/04/2026
	Número de parcelas[1]	**Data do pagamento da comissão**	**Tempo de Publicação**	**Quantidade de anunciantes**	**Quantidade de propostas válidas**
	13	13/04/2026	41 dias	11	1

**Na hipótese de existência de crédito preferencial ou resíduo em razão do valor da alienação superar o montante atualizado da dívida, o valor de tais rubricas foi depositado em conta à disposição do Juízo e em referência ao processo judicial citado no quadro acima.*

Ficam sub-rogados no preço os créditos tributários relativos a impostos, cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, tais como IPTU, bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens ou a contribuições de melhoria, nos termos do art. 130, parágrafo único do CTN, assim como eventuais outros débitos, observada a ordem de preferência, consoante previsão contida no art. 908, §1º do CPC.

Pelo presente Auto, a alienação é considerada perfeita, acabada e irretratável, na forma prevista no art. 903 da Lei nº 13.105, de 2015 (Código de Processo Civil - CPC), devendo ser juntado aos Autos do processo judicial em referência para que surta os efeitos legais, na forma do art. 880, §2º do CPC.

MINUTA

[1] *O valor de cada parcela será acrescido de juros equivalentes à taxa SELIC, acumulada mensalmente, calculados a partir da data de alienação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado. O atraso ou não pagamento de qualquer parcela implicará no vencimento antecipado da dívida, acréscimo de cinqüenta por cento de seu valor a título de multa e inscrição do crédito em dívida ativa da União (art. 98 da Lei n° 8.212, de 1991)*

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://comprei.pgfn.gov.br/validador, informando o código verificador **YlMIfQfrAYxdMKBV**

MINUTA

Juíz(a) da 12-VARA FEDERAL-RIO DE JANEIRO
(Documento assinado digitalmente)

MARCIO JOSE COELHO LEITE
186.036.706-25
(Documento assinado digitalmente)

LUIS OTAVIO MARCOLINO SHINKAWA
Leiloeiro(a) - 1201 - Junta Comercial MG
(Documento assinado digitalmente)

Procurador(a) da Fazenda Nacional
(Documento assinado digitalmente)

MINUTA

MINUTA

Documento assinado eletronicamente por LUIS OTAVIO MARCOLINO SHINKAWA, Leiloeiro(a), CPF n° 074.534.886-64, em 20/04/2026 às 13:49:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, do Decreto n° 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://comprei.pgfn.gov.br/validador, informando o código verificador **YlMIfQfrAYxdMKBV**

30/01/2026

Número: **0011882-26.2011.4.05.8300**

Classe: **EXECUÇÃO FISCAL**
Órgão julgador: **33ª Vara Federal PE**
Última distribuição : **19/08/2011**
Valor da causa: **R$ 37.803,83**
Assuntos: **Dívida Ativa, Sustação de Protesto**
Segredo de justiça? **NÃO**
Justiça gratuita? **NÃO**
Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
FAZENDA NACIONAL (EXEQUENTE)	
FATORIAL LTDA (EXECUTADO)	**ANA CRISTINA COUTINHO REGIS (ADVOGADO)**

Documentos			
Id.	**Data da Assinatura**	**Documento**	**Tipo**
140889585	16/01/2026 14:48	Auto de Alienação_38363	Documento Comprobatório

Poder Judiciário
33ª VARA FEDERAL - Pernambuco

Ministério da Fazenda
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Escritório avançado Comprei

AUTO DE ALIENAÇÃO

Aos **09/01/2026** foi realizada na plataforma Comprei (comprei.pgfn.gov.br) a alienação, por iniciativa da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, do bem abaixo, nas seguintes condições:

Processo	**Processo Judicial**		**Juízo**	**Autor**	**Réu**
	00118822620114058300		33ª VARA FEDERAL - Pernambuco	União — Fazenda Nacional	FATORIAL LTDA
Bem	**Descrição**			**Registro**	
	LOTE DE TERRENO N 33, QUADRA L, LOTEAMENTO JARDIM BARRA DE JANGADA. - Jaboatao Dos Guararapes - PE			Matrícula n° 38363, JABOATAO CARTORIO DO 1 OFICIO, CNPJ n° 11.513.884/0001-02. Existência de gravames: Sim	
Adquirente	**Nome**	**Qualificação**	**RG**	**CPF / CNPJ**	**Endereço**
	CELSO CAVALCANTE DA SILVA	Casado(a), Brasileiro, Vendedor	398048642	346.241.968-48	Joaquim Pereira Dos Santos, 511, Casa, Vila Assis Brasil, 9360660, Maua, SP
Alienação	**Tipo**	**Valor**	**Percentual da avaliação**	**Parcela Inicial**	**Pagamento ***
	Parcelado	R$ 32.500,00	50%	R$ 8.125,00	09/01/2026
	Número de parcelas[1]	**Data do pagamento da comissão**	**Tempo de Publicação**	**Quantidade de anunciantes**	**Quantidade de propostas válidas**
	48	09/01/2026	194 dias	16	1

**Na hipótese de existência de crédito preferencial ou resíduo em razão do valor da alienação superar o montante atualizado da dívida, o valor de tais rubricas foi depositado em conta à disposição do Juízo e em referência ao processo judicial citado no quadro acima.*

Ficam sub-rogados no preço os créditos tributários relativos a impostos, cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, tais como IPTU, bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens ou a contribuições de melhoria, nos termos do art. 130, parágrafo único do CTN, assim como eventuais outros débitos, observada a ordem de preferência, consoante previsão contida no art. 908, §1º do CPC.

Pelo presente Auto, a alienação é considerada perfeita, acabada e irretratável, na forma prevista no art. 903 da Lei nº 13.105, de 2015 (Código de Processo Civil - CPC), devendo ser juntado aos Autos do processo judicial em referência para que surta os efeitos legais, na forma do art. 880, §2º do CPC.

[1] *O valor de cada parcela será acrescido de juros equivalentes à taxa SELIC, acumulada mensalmente, calculados a partir da data de alienação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado. O atraso ou não pagamento de qualquer parcela implicará no vencimento antecipado da dívida, acréscimo de cinqüenta por cento de seu valor a título de multa e inscrição do crédito em dívida ativa da União (art. 98 da Lei n° 8.212, de 1991)*

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://comprei.pgfn.gov.br/validador, informando o código verificador **dJxirbSLrcZlc3os**

Juíz(a) da 33ª VARA FEDERAL - Pernambuco
(Documento assinado digitalmente)

CELSO CAVALCANTE DA SILVA
346.241.968-48
(Documento assinado digitalmente)

LUIS OTAVIO MARCOLINO SHINKAWA
Leiloeiro(a) - 1201 - Junta Comercial MG
(Documento assinado digitalmente)

Procurador(a) da Fazenda Nacional
(Documento assinado digitalmente)

Documento assinado eletronicamente por CELSO CAVALCANTE DA SILVA, Vendedor , CPF n° 346.241.968-48, em 15/01/2026 às 18:12:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, do Decreto n° 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por LUIS OTAVIO MARCOLINO SHINKAWA, Leiloeiro(a), CPF n° 074.534.886-64, em 15/01/2026 às 15:50:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, do Decreto n° 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por Ossian de Alencar Araripe Neto, Procurador(a) da Fazenda Nacional, CPF n° 729.113.603-20, em 16/01/2026 às 14:44:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, do Decreto n° 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://comprei.pgfn.gov.br/validador, informando o código verificador **dJxirbSLrcZlc3os**

AUTO DE ALIENAÇÃO

Aos 04/03/2026 foi realizada na plataforma Comprei (comprei.pgfn.gov.br) a alienação, por iniciativa da Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 2ª Região, do bem abaixo, nas seguintes condições:

Processo	**Processo Judicial**		**Juízo**	**Autor**	**Réu**
	01153098420154025001		03ª Vara de Execução Fiscal de Vitória/ES	União - Fazenda Nacional	SAC SOCIEDADE AUXILIAR DE CREDITO E COMERCIO LTDA EPP
Bem	**Descrição**			**Registro**	
	Um terreno agrícola com área de 706.400 m2, situado no lugar denominado "Córrego dos Espanhóis". - Santa Teresa - ES			Matrícula n° 6030, CARÓRIO DE REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS DE SANTA TERESA/ES, CNPJ n° 48.076.870/0001-70. Existência de gravames: Sim	
Adquirente	**Nome**	**Qualificação**	**RG**	**CPF / CNPJ**	**Endereço**
	RICARDO GOMES DE AGUIAR VEIGA	Casado(a), Brasileiro, Corretor de Imoveis	649348345	004.911.566-93	Pocrane, 300, Rua Aimores, -, 36960000, Pocrane, MG
Alienação	**Tipo**	**Valor**	**Percentual da avaliação**	**Parcela Inicial**	**Pagamento ***
	À Vista	R$ 900.000,00	51%	-	06/03/2026
	Número de parcelas[1]	**Data do pagamento da comissão**	**Tempo de Publicação**	**Quantidade de anunciantes**	**Quantidade de propostas válidas**
	-	06/03/2026	125 dias	18	1

**Na hipótese de existência de crédito preferencial ou resíduo em razão do valor da alienação superar o montante atualizado da dívida, o valor de tais rubricas foi depositado em conta à disposição do Juízo e em referência ao processo judicial citado no quadro acima.*

Ficam sub-rogados no preço os créditos tributários relativos a impostos, cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, tais como IPTU, bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens ou a contribuições de melhoria, nos termos do art. 130, parágrafo único do CTN, assim como eventuais outros débitos, observada a ordem de preferência, consoante previsão contida no art. 908, §1º do CPC.

Pelo presente Auto, a alienação é considerada perfeita, acabada e irretratável, na forma prevista no art. 903 da Lei nº 13.105, de 2015 (Código de Processo Civil - CPC), devendo ser juntado aos Autos do processo judicial em referência para que surta os efeitos legais, na forma do art. 880, §2º do CPC.

[1] *O valor de cada parcela será acrescido de juros equivalentes à taxa SELIC, acumulada mensalmente, calculados a partir da data de alienação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado. O atraso ou não pagamento de qualquer parcela implicará no vencimento antecipado da dívida, acréscimo de cinqüenta por cento de seu valor a título de multa e inscrição do crédito em dívida ativa da União (art. 98 da Lei n° 8.212, de 1991)*

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://comprei.pgfn.gov.br/validador, informando o código verificador **2ionbyJi4rCTR8JR**

Juíz(a) da 03ª Vara de Execução Fiscal de Vitória/ES
(Documento assinado digitalmente)

RICARDO GOMES DE AGUIAR VEIGA
004.911.566-93
(Documento assinado digitalmente)

LUIS OTAVIO MARCOLINO SHINKAWA
Leiloeiro(a) - 1201 - Junta Comercial MG
(Documento assinado digitalmente)

Procurador(a) da Fazenda Nacional
(Documento assinado digitalmente)

Documento assinado eletronicamente por RICARDO GOMES DE AGUIAR VEIGA, Corretor de Imoveis, CPF n° 004.911.566-93, em 11/03/2026 às 13:59:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, do Decreto n° 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por LUIS OTAVIO MARCOLINO SHINKAWA, Leiloeiro(a), CPF n° 074.534.886-64, em 11/03/2026 às 11:40:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, do Decreto n° 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por Gabriela Carreiro Bogoewich, Procurador(a) da Fazenda Nacional, CPF n° 124.201.447-08, em 12/03/2026 às 07:40:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, do Decreto n° 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://comprei.pgfn.gov.br/validador, informando o código verificador **2ionbyJi4rCTR8JR**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS GERAIS- MG
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS GERAIS – CNPJ Nº: 18.245.175.0001-24, ATESTA PARA OS DEVIDOS FINS QUE, O LEILEOEIRO PUBLICO OFICIAL LUIS OTAVIO MARCOLINO SHINKAWA, DEVIDAMENTE INSCRITO NA JUCEMG SOB O NUMERO 1201,. REALIZOU SATISFATORIAMENTE TODOS OS TRÂMITES PARA A REALIZAÇÃO DO LEILÃO NO DIA 05/09/2023, LEILÃO DE BENS MOVEIS DE PROPRIEDADE DA PREFEITURA.

ATESTAMOS AINDA, QUE O LEILOEIRO ATUOU EM TODOS OS PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS PARA O FIEL CUMPRIMENTO DO PROCESSO QUAIS SEJAM: VISTORIA, AVALIAÇÃO, PUBLICAÇÕES, AMPLA DIVULGAÇÃO, O QUE CONTRIBUIU PARA A PERFEITA REALIZAÇÃO DO LEILÃO, ALCANÇANDO ASSIM EXPRESSIVO RESULTADO, CONFORME SEGUE:

COMITENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS GERAIS

DATA DA REALIZAÇÃO DO LEILÃO: 05/09/2023

OBJETOS LEILOADOS: VEICULOS, SUCATAS E OUTROS.

MODALIDADE: PRESENCIAL E ONLINE

QUANTIDADE DE BENS OFERTADOS: 44

VALOR DE AVALIAÇÃO: R$ 461.420,00

QUANTIDADE DE BENS VENDIDOS: 40

VALOR TOTAL DE ARREMATAÇÃO: R$ 1.071.117,2

INFORMAMOS AINDA, O LEILOEIRO OFICIAL, DEMONSTROU CAPACIDADE PROFISSIONAL E IDONEIDADE, SENDO CUMPRIDOR DOS PRAZOS E TERMOS FIRMADOS NA CONTRATAÇÃO, NÃO HAVENDO CONTRA O MESMO NENHUM REGISTRO QUE O DESABONE COMO PROFISSIONAL.

CAMPOS GERAIS/MG, 05 DE OUTUBRO DE 2023.

Bruno Diniz Oliveira
SECRETÁRIO MUNICIPAL
DE ADMINISTRAÇÃO

BRUNO DINIZ OLIVEIRA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

Anexo SENAD_compressed (35683144) SEI 08129.003746/2026-88 / pg. 23

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRAVÂNIA/MG

AVISO DE LICITAÇÃO - PL Nº 042/2023 – PP Nº 010/2023. OBJETO: Registro de preços para prestação de serviços de manutenção em consultório odontológico e periférico, bem como fornecimento de peças e materiais. Abertura: Dia 30/08/2023 – 08h00min. Inf.: Email: licitacao@miravania.mg.gov.br ou na sede do Município, situado Avenida Tancredo Neves, nº 300, Centro – MIRAVÂNIA/MG, no horário das 07h00min às 17h00min. Miravânia/MG, 16 de agosto de 2023. Moisés Torres Dourado – Pregoeiro.

Companhia de Locação das Américas
Companhia Aberta
CNPJ: 10.215.988/0001-60 - NIRE: 31.300.136.973

Aviso aos Titulares da 1ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais da Companhia de Locação das Américas

A **Companhia de Locação das Américas** ("Companhia"), comunica aos titulares das notas comerciais escriturais, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, da 1ª (primeira) emissão da Companhia, nos termos do *"Termo da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Companhia de Locação das Américas"* celebrado em 28 de fevereiro de 2022 entre a Companhia, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e a Locamérica Rent a Car S.A., conforme aditado em 03 de março de 2022 ("Termo de Emissão"), que foram substituídos os Índices Financeiros (conforme definidos no Termo de Emissão) pelos Novos Índices Financeiros (conforme definidos no Termo de Emissão), bem como foi alterado o conceito de Dívida Bruta (conforme definido no Termo de Emissão) aplicável. As modificações descritas acima decorrem do **(i)** resgate antecipado facultativo das debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia flutuante, da 16ª (décima sexta) emissão da Companhia e **(ii)** resgate antecipado facultativo das debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, da 17ª (décima sétima) emissão da Companhia, conforme deliberado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia ocorrida em 11 de julho de 2023, bem como nos termos do aviso aos debenturistas, divulgado pela Companhia em 12 de julho de 2023.

Belo Horizonte/MG, 17 de agosto de 2023
Rodrigo Tavares Gonçalves de Sousa
Diretor de Relação com Investidores

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSOS/MG – EXTRATO DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023 - A Prefeitura Municipal de Passos - MG torna público que estarão abertas a inscrições para o Concurso Público de Provas e Provas e Títulos para provimento de vagas no quadro de servidores públicos municipais, conforme o Art. 37, Inciso II, da Constituição Federal de 1988 e Lei Orgânica do Município, tal como as seguintes leis: Lei Municipal nº 2.535/2006, Lei Municipal nº 3.963/2023, Lei Complementar Municipal nº 061/2020, Lei Complementar Municipal 084/2023, Lei Complementar Municipal nº 078/2022 e Lei Complementar Municipal nº 062/2020; e em conformidade com a normas e condições estabelecidas no edital e seus anexos. INSCRIÇÕES: As inscrições deverão ser realizadas exclusivamente via internet, através do link www.access.org.br/passos-mg, a partir das 14h do dia 20 de outubro até às 23h59min do dia 20 de novembro de 2023, conforme horário oficial de Brasília. As inscrições serão efetivadas através da confirmação de pagamento do boleto conforme valor descrito para o cargo. PROVAS OBJETIVAS E DE TÍTULOS: Serão aplicadas provas objetivas, de caráter eliminatório e classificatório, a todos os candidatos regularmente inscritos neste concurso público, no dia 17 de dezembro de 2023 (domingo), na cidade de Passos/MG. A realização da prova terá prazo máximo de 4h e será realizada em dois turnos, a saber: Manhã - 08h; e tarde - 14h. As avaliações de título e prazos se encontram no edital. VAGAS: Os cargos e seus requisitos mínimos são: Auxiliar para Cuidados Específicos (Formação em nível médio), Auxiliar de Secretaria (Formação em nível médio), Oficial Administrativo (Formação em nível médio), Professor de Primeira Infância (Formação em nível médio técnico, modalidade normal magistério ou graduação em Pedagogia), Assistente Social Educacional (Graduação em curso superior de Serviço Social e registro no respectivo Conselho), Nutricionista (Curso Superior de Nutrição e registro no respectivo Conselho), Pedagogo (Curso superior em Pedagogia), Professor de Educação Básica (Curso superior em Pedagogia ou licenciatura em área específica), Professor de Apoio para Crianças com Necessidades Educacionais Específicas (Licenciatura plena em Educação Especial ou Pedagogia com pós-graduação em Educação Especial/Inclusiva ou Normal de Nível Superior com pós-graduação em Educação Especial/Inclusiva), Professor Tradutor/Intérprete de Libras (Licenciatura plena em LIBRAS ou Licenciatura em Pedagogia com pós graduação em LIBRAS ou Licenciatura em Normal de Nível Superior com pós graduação em LIBRAS), Psicólogo Educacional (Graduação em Psicologia e registro no respectivo Conselho), e Psicopedagogo (Curso superior em Pedagogia ou licenciatura em área específica, acrescida de pós-graduação lato sensu em Psicopedagogia). Do cargo de Professor da Educação Básica, constam no edital as especificações para cada área de atuação. O edital completo encontra-se publicado no site da Prefeitura Municipal de Passos www.passos.mg.gov.br, no site do Instituto Access www.access.org.br/passos-mg , no mural de avisos da Prefeitura Municipal de Passos e no mural de avisos da Câmara Municipal de Passos. Passos, Minas Gerais, 15 de agosto de 2023.

Prefeitura Municipal Guapé/MG
Edital de Leilão 03/2023- Processo 157/2023-**Leiloeiro Fernando Caetano Moreira Filho**, JUCEMG 445, torna público leilão online através do site www.fernandoleiloeiro.com.br em 04/09/2023, a partir das 10 horas, seus bens inservíveis: veículos e imóveis. Local de Visitação: Pátio da Prefeitura de Guapé. Dias de visitação: 28/08/2023 a 01/09/2023, no horário de 08:00 ás 10:30 e de 13:00 ás 16:00 horas. Caso não haja licitantes fica designadas as datas de 19/09/2023, 03/10/2023 e 19/10/2023, ás 10: 00 horas. Informações, fotos e edital no site: www.fernandoleiloeiro.com.br ou pelo fone: 37-3242-2218.

HOJE EM DIA
ANUNCIE AQUI
(31) 3253-2205

PREFEITURA DE SANTA BÁRBARA/MG

LEILÃO PÚBLICO ONLINE Nº 001/2023 - Objeto: Alienação de bens móveis inservíveis, pertencentes à Prefeitura Municipal de Santa Barbara/MG, relacionados no Anexo I avaliados pela Comissão de Leilão definida pela portaria n. 10/2023 e o Leiloeiro Oficial designados para este fim. Data de início dos lances online: 16/08/2023. Abertura da sessão: 18/09/2023, às 10:00 horas, no portal www.agostinholeiloes.com.br. Edital à disposição no site www.santabarbara.mg.gov.br e na Prefeitura. Santa Bárbara, 15/08/2023 - Simone do Rosário Germano - Secretária Municipal de Administração Pública.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSOS/MG

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 076/2023 - PROC. ADM. Nº 226/2023 - O Município de Passos, torna público que será realizada licitação para Aquisição de Cestas Básicas para dar continuidade a concessão de Benefícios Eventuais no âmbito da Política Municipal de Assistência Social, garantidos na lei municipal nº 3.119, de 2 de Dezembro de 2014, com a distribuição gratuita realizada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda, na modalidade Pregão Eletrônico por Sistema de Registro de Preço do tipo Menor Preço por Item. O Edital está à disposição nos sites: http://passosportaltransparencia.portalfacil.com.br/licitacoes, www.licitardigital.com.br. Abertura da Sessão dia 01/09/2023 às 08h30min. Local: www.licitardigital.com.br. Passos, 16 de agosto de 2023. Rosely de Melo Grillo – Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI - MG

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA 01/2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2023. OBJETO: DELEGAÇÃO ONEROSA DE 04 (QUATRO) PERMISSÕES DO SERVIÇO DE TÁXI DO MUNICÍPIO DE ITACARAMBI/MG. Adjudico e Homologo 01 (uma) Permissão do Serviço de Táxi à vencedora: **LEILA RODRIGUES DA MOTA**, no valor global de **R$ 5.000,00 (Cinco mil reais)**. Itacarambi-MG, 14 de agosto de 2023. Carlos Venicio Dourado, Secretário Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos.

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Sebastião de Barros Quintão, Oficial Efetivo do Cartório do 5º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Belo Horizonte, em cumprimento as atribuições legais ao seu cargo, com fundamento no artigo 26 da lei 9514 de 20 de novembro de 1997, faz saber a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, conforme requerido pelo Banco Bradesco S/A, CNPJ-60.746.948/0001-12, credora do contrato de financiamento imobiliário nº 9004826, garantido por Alienação Fiduciária, firmado em 11/03/2019 registrado sob o nº. 11 da matricula 119444 do Cartório do 5º Ofício, referente ao imóvel objeto da mesma, com saldo de responsabilidade de **CAIO CESAR REIS DELGADO CPF 128.594.556-55, IZABELLA RODRIGUES DIAS REIS CPF 126.699.946-95,** venho intimar a V. Sa., para fins de cumprimento das obrigações contratuais relativas ao saldo devedor do contrato em conformidade com a cláusula contratual que prevê as hipóteses de vencimento antecipado da dívida. Informo ainda que o valor da dívida sofrerá as atualizações contratualmente avençadas até a data do efetivo pagamento.

O pagamento deverá ser junto a credora pelo pelo Banco Bradesco S/A, onde deverá efetuar a purga do débito no prazo improrrogável de **15 dias**, contados a partir desta data.

Na oportunidade fica V.S.a cientificado (a) que o não cumprimento da referida obrigação no prazo ora estipulado, garante o direito de consolidação da propriedade dos imóveis em favor da credora fiduciária Banco Bradesco S/A, nos termos do artigo 26 §7º da lei 9514 de 20/11/1997.

Belo Horizonte, 03 de agosto de 2023.

EDITAL DE LEILÃO (PORMENORIZADO)

O leiloeiro oficial **LUIS OTAVIO MARCOLINO SHINKAWA -** JUCEMG nº **1.021,** torna público, realizará um leilão no dia 05/09/2023 ás 10 horas, autorizado pelo **COMITENTE PREITURA MUNICIPAL DE CAMPOS GERAIS (CNPJ 18.245.175/0001-24),** através do site www.luisleiloeiro.com.br e presencialmente na Rua São Paulo, s/n°, bairro Baixão, Campos Gerais/MG CEP 37160-000 **DOS BENS ABAIXO INFORMADOS:** VW/GOL CL, COR BRANCA, ALCOOL, CHASSI 9BWZZZ30ZJT121421, PLACA GMF2561, ANO/MODELO 1989, M BENZ ATEGO 14/18, COR BRANCO, DIESEL, CHASSI 9BM9580346B47515, PLACA HMG7181, ANO/MODELO 2006, VOLKS/COMIL SVELTO U, COR PRATA, DIESEL, CHASSI 9BWR882W29R944011,PLACA EJV4204, ANO/MODELO 2009, VOLKS/COMIL SVELTO U, COR PRATA, DIESEL, CHASSI 9BWR882W59R943676,PLACA EJV4208, ANO/MODELO 2009, IVECO CITYCLASS 70C17, COR AMARELA, DIESEL, CHASSI 93ZL68C01F8464693, PLACA PWI3517, ANO/MODELO 2015, VOLKS/COMIL SVELTO U, COR PRATA, DIESEL, CHASSI 9BWR882W49R944169, PLACA EJV4211, ANO/MODELO 2009, M BENZ ATEGO 14/18, COR BRANCO, DIESEL, CHASSI 9BM9580346B476256, PLACA HMG7182, ANO/MODELO 2006, FORD F 600, COR AZUL, DIESEL, CHASSI LA7CPY28902///,PLACA GMM1275,ANO/MODELO 1974, VOLKS/COMIL SVELTO U, COR PRATA, DIESEL, CHASSI 9BWR882W499943944,PLACA EJV4206, ANO/MODELO 2009, M BENZ BUSSCAR URBANUSS U,COR BRANCA,DIESEL, CHASSI 9BM84073XB210720,PLACA GSW9527, ANO/MODELO 1999, FORD CARGO 1719,COR PRATA, DIESEL, CHASSI 9BFYEAGB3DBS28821, PLACA OPE7809, ANO/MODELO 2013, CHEVROLET MONTANA LS,COR BRANCA, FLEX, CHASSI 9BGCA80X0DB247585, PLACA OPK5222, ANO/MODELO 2013, FORD CARGO 1719, COR PRATA, DIESEL, CHASSI 9BFYEAGB9DBS28824, PLACA OPE7803,ANO/MODELO 2013, CHEVROLET MONTANA LS, COR BRANCA, FLEX, CHASSI 9BGCA80X0DB253870, PLACA OPK5213, ANO/MODELO 2013, M BENZ BUSSCAR URBANUSS U, COR BRANCA, DIESEL, CHASSI 9BM384073XB210562, PLACA GSW9530, ANO/MODELO 1999, FIAT DOBLO ATTRAC 1.4, COR BRANCA, FLEX, CHASSI 9BD119707E1119271, PLACA PUH5689, ANO MODELO 2014, IVECO CITYCLASS 70C17,COR AMARELA, DIESEL, CHASSI 93ZL68C01F8463946,PLACA PWI3530, ANO/MODELO 2015, CHERRY/CELER 1.5 FL, COR BRANCA, FLEX, CHASSI 98RDA11B3HA000319, PLACA PZA8184, ANO/MODELO 2017, FORD CARGO 1719, COR BRANCA, DIESEL, CHASSI 9BFYEAGB7DBS15165, PLACA OPC8H82, ANO/MODELO 2013, FORD CARGO 1719, COR BRANCA, DIESEL, CHASSI 9BFYEAGB1DBS14934, PLACA OPC9F89, ANO/MODELO 2013, VW/INDUSCAR APACHE U, COR PRATA, DIESEL, CHASSI 9BWRL82W27R728025, PLACA DAO09053, ANO/MODELO 2007, VW/KOMBI LOTACAO, COR BRANCA, FLEX, CHASSI 9BWMF07X59P008057, PLACA HMN8954, ANO MODELO 2009, RENAULT/SANDERO AUT1016V,COR BRANCA, FLEX,CHASSI 93YBSR6RHEJ775113, PLACA OQM8607 ANO/MODELO 2014, FIAT/PALIO FIRE, COR BRANCA, FLEX, CHASSI 9BD17122LF5966764, PLACA PUL7F53, ANO/MODELO 2015, M BENZ/MPOLO SENIOR GVO,COR BRANCA, DIESEL, CHASSI 9BM6882762B03748, PLACA DAJ1783, ANO/MODELO 2002, FIAT/UNO WAY 1.0, COR BRANCA, FLEX, CHASSI 9BD95162E0586030, PLACA PUH5701, ANO/MODELO 2014, FIAT DOBLO ATTRAC 1.4, COR BRANCA,FLEX,CHASSI 9BD11970UF1127577, PLACA PWE6579, ANO MODELO 2015, CHERRY/CELER 1.5 FL, COR BRANCA, FLEX, CHASSI 98RDA11B3HA000319, PLACA PZA8184, ANO/MODELO 2017, IVECO CITYCLASS 70C17, COR AMARELA, DIESEL, CHASSI 93ZL68C01F8463946, PLACA PWI3530, ANO/MODELO 2015, FIAT DOBLO ATTRAC 1.4,COR BRANCA, FLEX, CHASSI 9BD119707E1119271, PLACA PUH5689, ANO MODELO 2014, RETROESCAVADEIRA HOLLANDB110B 4X4, NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRA, SUCATAS DIVERSAS, BALANÇAS HOSPITALARES, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, TANQUES DE COMBUSTÍVEL, EQUIPAMENTOS DE SOM E TV, COMPACTADORES DE LIXO, **os bens serão vendidos no estado em que se encontram, demais condições do edital e datas de visitação, poderão ser acessadas através do site:** www.luisleiloeiro.com.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PARDO DE MINAS/MG
Aviso de Licitação
Processo nº 139/2023 - Pregão nº 061/2023
Objeto: **Contratação de empresa com profissional médico especializado na área de cardiologia, para realização de consultas em unidade de saúde deste município e realização de procedimentos em consultório clínico da contratada**, com entrega dos envelopes até as 08:00:00 horas do dia 29/08/2023. Maiores informações pelo telefone (038) 3824-1356 - ou através do e-mail licitação@riopardo.mg.gov.br ou ainda na sede da Prefeitura Municipal de Rio Pardo de Minas - 15/08/2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITIBÁ/MG

Aviso de Licitação - Pregão Eletrônico nº 027/2023 - O município de Jequitibá/MG torna público aos interessados que no dia 29/08/2023 (terça-feira) as 09h00min, acontecerá sessão pública de licitação do processo licitatório nº 096/2023 - Pregão Eletrônico nº 027/2023, para "Registro de preços para eventual e futura aquisição de Material de Expediente". A íntegra do edital, com todas as exigências, condições e especificações estabelecidas para o processo licitatório, está à disposição dos interessados no setor de licitações da Prefeitura Municipal de jequitibá/MG, situada na Avenida Raimundo Ribeiro da Silva, nº 145 – Centro –Jequitibá/MG, ou no site oficial do município: www.jequitiba.mg.gov.br ou ainda no site de licitações Licitar Digital: www.licitardigital.com.br. Lei Federal 14.133/21. Mais informações poderão ser obtidas através do telefone (31) 3717-6222. Jequitibá, MG, 16 de Agosto de 2023. Wiliam W. Lopes de Almeida e Douglas Soares Rodrigues – Agentes de Contratação Oficial – Pregoeiro.

PECINI LEILÕES

EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS ONLINE

DATA: 1º Público Leilão – 24/08/2023 às 14h00 | 2º Público Leilão – 24/08/2023 às 15h00

Angela Pecini Silveira, Mat. Jucesp 715, autorizada por **ASACORP EMPREEND. E PARTICIP. LTDA.** - CNPJ: 09.163.921/0001-40, venderá 1º ou 2º Leilão, art. 63, §1º/ 5ª Lei 4.591/64, c/c VI e VII art. 1º Lei 4.864/65, os direitos sobre a unidade: **APARTAMENTO Nº 801 – BLOCO Nº 02 – CONDOMÍNIO VILLE PAMPULHA**, à Rua Flor de Júpiter, nº 40, Belo Horizonte/MG. Áreas: Real Total de 97,22m²; Real Privativa Coberta de 56,80m²; Real Privativa Descoberta de 3,34m²; Real Estacionamento de 10,35m²; Real Uso Comum de 26,73m²; Equivalente e Total de 77,35m²; Equivalente e Privativa de 59,31m²; Equivalente Estacionamento de 5,18m²; Equivalente Uso Comum de 12,86m². FIT: 0,01684463. 01 vaga nº 48. Mat. 102.218 – 5º CRI de Belo Horizonte/MG. **1º LEILÃO: R$ 1.250.940,28 . 2º LEILÃO: R$ 1.237.954,49**. Encargos do arrematante: pagamento à vista da arrematação e 5% leiloeira; quitação dos débitos condomínio/IPTU; despesas a partir das datas dos leilões; custas cartoriais, impostos transmissão, emissão de matrícula, certidões (inclusive da comitente) para lavratura e registro da escritura. Venda *"ad corpus"*. **IMÓVEL OCUPADO**. Desocupação pelo arrematante. A comitente terá preferência na forma da lei. **Os interessados deverão obrigatoriamente, tomar conhecimento do Edital completo disponível no portal da Pecini Leilões. www.pecinileiloes.com.br. Informações: contato@pecinileiloes.com.br, Whatsapp: (11) 97577-0485. Fone: (19) 3295-9777. Av. Rotary nº 187, Jd. das Paineiras, Campinas/SP.**

previsul

EDITAL DE LEILÃO
"LEILÃO ON-LINE"

MILAN LEILÕES
LEILOEIROS OFICIAIS

1ºLEILÃO: 05/09/2023 Às 16h. - 2ºLEILÃO: 11/09/2023 Às 16h.

Ronaldo Milan, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP nº 266, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo intermédio de Companhia de Seguros Previdência do Sul (PREVISUL), inscrita no CNPJ sob o nº 92.751.213/0001-73, representando neste ato a CNP Consórcios S/A - Administradora de Consórcios, inscrita no CNPJ sob o nº 05.349.595/0001-09, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. Local da realização dos leilões presencias e on-line: Escritório do Leiloeiro, situado na Rua Quatá nº 733 - Vl. Olímpia em São Paulo/SP. Localização dos imóveis: **CAETANÓPOLIS - MG. BAIRRO GARDEN VILLE**. Av. Europa, s/n, (Lt 02 da Qd 02). Terreno. Áreas Totais. Terr. 700,00m². Matr. 17.587 do RI de Paraopeba-MG. Obs.: Ocupado. Desocupação por conta do comprador. (AF). 1º Leilão: 05/09/2023, às 16h. **Lance mínimo: R$ 182.000,00** e 2º Leilão: 11/09/2023, às 16h. **Lance mínimo: R$ 156.482,86**. **CAETANÓPOLIS - MG. BAIRRO GARDEN VILLE**. Av. Europa, s/n, (Lt 04 da Qd 02). Terreno. Áreas Totais. Terr. 700,00m². Matr. 17.589 do RI de Paraopeba-MG Obs.: Ocupado. Desocupação por conta do comprador. (AF). 1º Leilão: 05/09/2023, às 16h. **Lance mínimo: R$ 182.000,00** e 2º Leilão: 11/09/2023, às 16h. **Lance mínimo: R$ 148.988,77. CAETANÓPOLIS - MG. BAIRRO GARDEN VILLE**. Rua França, s/n, (Lt 09 da Qd 02). Terreno. Áreas Totais. Terr. 666,40m². Matr. 17.594 do RI de Paraopeba-MG. Obs.: Ocupado. Desocupação por conta do comprador. (AF). 1º Leilão: 05/09/2023, às 16h. **Lance mínimo: R$ 177.670,00** e 2º Leilão: 11/09/2023, às 16h. **Lance mínimo: R$ 173.915,54. CAETANÓPOLIS - MG. BAIRRO GARDEN VILLE.** Av. Europa, s/n, (Lt 03 da Qd 03). Terreno. Áreas Totais. Terr. 700,00m². Matr. 17.598 do RI de Paraopeba - MG. Obs.: Ocupado. Desocupação por conta do comprador. (AF). 1º Leilão: 05/09/2023, às 16h. **Lance mínimo: R$ 182.000,00** e 2º Leilão: 11/09/2023, às 16h. **Lance mínimo: R$ 135.370,91** Caso não seja arrematado no 1º leilão) Condição de pagamento: à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis no site www.milanleiloes.com.br.

Inf.: Tel: (11) 3845-5599 - Ronaldo Milan - Leiloeiro Oficial Jucesp 266 - www.milanleiloes.com.br

HOJE EM DIA

EDITORA-EXECUTIVA
Ana Paula Lima

COMERCIAL - SP/RJ/DF/MG
Rodrigo Cheiricatti
(31) 3253-2205 - (31) 98884-6999
rodrigo.carvalho@hojeemdia.com.br

GERAL: (31) 3253-2205

RODRIGO CHEIRICATTI
DIRETOR-EXECUTIVO
rodrigo.carvalho@hojeemdia.com.br

PUBLICIDADE LEGAL
EDITAIS E BALANÇOS
Simone Amorim - (31) 99642-9883
samorim@hojeemdia.com.br
fonados@hojeemdia.com.br

MERCADO LEITOR
circulacao@hojeemdia.com.br

RELACIONAMENTO COM O CLIENTE
(31) 3253-2205
atendimento@hojeemdia.com.br

IRACEMA BARRETO
Editora Chefe

REDAÇÃO
(31) 98466-5170
Rua dos Pampas, 484, Prado
CEP: 30.411-030 - Belo Horizonte-MG

EDIMINAS S/A
Editora Gráfica Industrial de MG

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS www.anj.org.br

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código 3A28-E20D-332D-3010.
Anexo SENAD_compressed (35683144) SEI 08129.003746/2026-88 / pg. 24

MUNICÍPIO DE MACHADO
EXTRATO DO CONTRATO 098/2023

Partes: Município de Machado/TZN SOLUTION CONSULTORIA E PLANEJAMENTO LTDA. **Processo licitatório 134/2023 - Dispensa Eletrônica 037/2023. Objeto:** contratação de empresa para prestação de serviço de assessoria administrativa habitacional, na execução de programas, projetos e ações relacionados ao setor habitacional com vistas na inclusão do Programa Minha Casa Minha Vida, atendendo as necessidades da Prefeitura Municipal de Machado/MG. **VALOR:** R$54.000,00 (CINQUENTA E QUATRO MIL REAIS) - **VIGÊNCIA:** 10/02/2024.

MUNICÍPIO DE MACHADO
EXTRATO DE RESCISÃO DA ATA RP 001/2023

Partes: Município de Machado/ Costa Mineração LTDA - **Processo Licitatório 005/2023 - Pregão 002/2023. Objeto:** Rescisão amigável, nos termos do artigo 79, II da Lei 8666/93, do Contrato 116/2022. **Vigência:** 03/08/2023.

MACAÚBAS MEIO AMBIENTE S/A
CNPJ nº 03.299.837/0001-71 - NIRE 3130002770-8
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

1) LOCAL, DIA E HORA: Sede da Macaúbas Meio Ambiente S.A. ("Companhia"), na Rodovia MG 05, s/n, Km 8,1, Parte, Nações Unidas, Sabará/MG, CEP: 34.590-390, no dia 04 de julho de 2023, às 11:00 horas. **2) CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação, na forma do §4º, do artigo 124, da Lei nº 6.404/1976, tendo em vista a presença da acionista única, devidamente representada. **3) MESA:** Presidente: Antonio Carlos Ferrari Salmeron e Secretário: Ricardo Mota de Farias. **4) ORDEM DO DIA:** a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras e deliberar sobre o resultado obtido no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **5) PUBLICAÇÕES DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RELATÓRIO DA AUDITORIA:** Jornal "Hoje em Dia", às fls. 7 e 8, datado de 12 de maio de 2023, nos termos do artigo 289, I, da Lei das S.A. **6) DELIBERAÇÕES:** À unanimidade, foram tomadas as seguintes deliberações: a) Nos termos do §4º, do artigo 133, da Lei das S.A., considerar sanada a inobservância das exigências constantes das alíneas I, II e III do mesmo artigo, visto que foi dada a devida publicidade dos documentos à acionista única da Companhia antes da realização desta assembleia, e que a mesma está presente nesta ocasião; b) Sem restrições ou ressalvas, aprovar o relatório de administração, o balanço patrimonial e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo na data de 31 de dezembro de 2022, com o respectivo parecer dos auditores independentes; c) Considerando o resultado positivo da Companhia, tendo havido lucro no exercício findo em 2022, no valor de R$7.208.858,12 (sete milhões, duzentos e oito mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e doze centavos), a acionista resolve: i) Aprovar a destinação do valor de R$360.442,91 (trezentos e sessenta mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e noventa e um centavos) à reserva legal; ii) Ratificar os dividendos pagos antecipadamente à acionista referente ao exercício de 2022, no valor de R$1.106.206,54 (um milhão, cento e seis mil, duzentos e seis reais e cinquenta e quatro centavos); iii) Aprovar a distribuição de dividendos no valor de R$5.742.208,67 (cinco milhões, setecentos e quarenta e dois mil, duzentos e oito reais e sessenta e sete centavos), cujo pagamento ocorrerá até 31 de dezembro de 2023; e d) Por fim, fica aprovada a lavratura sumariada desta ata, que será arquivada na Companhia, junto com os documentos pertinentes a esta assembleia, rubricados pela Mesa. **7) ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lida e aprovada pelos presentes, sem quaisquer ressalvas. **8) ASSINATURAS:** Mesa: Presidente: Antonio Carlos Ferrari Salmeron; Secretário: Ricardo Mota de Farias. Acionista única: Vital Engenharia Ambiental S.A., representada por seus Diretores Antônio Carlos Ferrari Salmeron e Ricardo Mota de Farias. *"Confere com o original lavrado no livro próprio."* **Ricardo Mota de Farias -** Secretário da Mesa. **Certidão - JUCEMG -** Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - Certifico o registro sob o nº 10648550 em 14/07/2023. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Companhia de Locação das Américas
Companhia Aberta
CNPJ: 10.215.988/0001-60 - NIRE: 31.300.136.973

Aviso aos Debenturistas da 18ª, 19ª, 20ª, 21ª, 22ª, 23ª, 24ª, 25ª e 26ª Emissões de Debêntures da Companhia de Locação das Américas

A **Companhia de Locação das Américas** ("Companhia"), comunica aos titulares de **(i)** debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária com garantia fidejussória adicional, da 18ª (décima oitava) emissão da Companhia, nos termos da "*Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória Adicional, da Décima Oitava Emissão da Companhia de Locação das Américas*", celebrada em 13 de setembro de 2019 entre a Companhia, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e a Locamérica Rent a Car S.A. ("Escritura da 18ª Emissão"); **(ii)** debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária com garantia fidejussória adicional, da 19ª (décima nona) emissão da Companhia, nos termos da "*Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória Adicional, da Décima Nona Emissão da Companhia de Locação das Américas*", celebrada em 4 de dezembro de 2020 entre a Companhia, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e a Locamérica Rent a Car S.A. ("Escritura da 19ª Emissão"); **(iii)** debêntures simples, não conversíveis em ações, em até duas séries, da espécie quirografária com garantia fidejussória adicional, da 20ª (vigésima) emissão da Companhia, nos termos da "*Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até Duas Séries, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória Adicional, da Vigésima Emissão da Companhia de Locação das Américas*", celebrada em 30 de abril 2021 entre a Companhia, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e a Locamérica Rent a Car S.A., conforme aditada em 1 de junho de 2021 ("Escritura da 20ª Emissão"); **(iv)** debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária com garantia fidejussória adicional, da 21ª (vigésima primeira) emissão da Companhia, nos termos da "*Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória Adicional, da Vigésima Primeira Emissão da Companhia de Locação das Américas*", celebrada em 6 de agosto de 2021 entre a Companhia, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e a Locamérica Rent a Car S.A., conforme aditada em 14 de setembro de 2021 ("Escritura da 21ª Emissão"); **(v)** debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária com garantia fidejussória adicional, da 22ª (vigésima segunda) emissão da Companhia, nos termos da "*Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória Adicional, da Vigésima Segunda Emissão da Companhia de Locação das Américas*" celebrada em 29 de outubro de 2021 entre a Companhia, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e a Locamérica Rent a Car S.A. ("Escritura da 22ª Emissão"); **(vi)** debêntures simples, não conversíveis em ações, em até duas séries, da espécie quirografária com garantia fidejussória adicional, da 23ª (vigésima terceira) emissão da Companhia, nos termos da "*Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Até Duas Séries, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória Adicional, da Vigésima Terceira Emissão da Companhia de Locação das Américas*" celebrada em 28 de março de 2022 entre a Companhia, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e a Locamérica Rent a Car S.A., conforme aditada em 22 de abril de 2022 ("Escritura da 23ª Emissão"); **(vii)** debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, da 24ª (vigésima quarta) emissão da Companhia, nos termos da "*Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, da Vigésima Quarta Emissão da Companhia de Locação das Américas*" celebrada em 6 de maio de 2022 entre a Companhia, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e a Locamérica Rent a Car S.A., conforme aditada em 17 de maio de 2022 ("Escritura da 24ª Emissão"); **(viii)** debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária com garantia fidejussória adicional, da vigésima quinta emissão da Companhia, nos termos da "*Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória Adicional, da Vigésima Quinta Emissão (em virtude da assunção de dívida da Unidas S.A. por Companhia de Locação das Américas) da Companhia de Locação das Américas*" celebrada em 24 de junho de 2022 entre a Companhia, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e a Locamérica Rent a Car S.A. ("Escritura da 25ª Emissão"); **(ix)** debêntures simples, não conversíveis em ações, sem série única, da espécie quirografária com garantia fidejussória adicional, da vigésima sexta emissão da Companhia, nos termos da "*Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantia Fidejussória Adicional, da Vigésima Sexta Emissão (em virtude da assunção de dívida da Unidas S.A. por Companhia de Locação das Américas) da Companhia de Locação das Américas*" celebrada em 21 de julho de 2022 entre a Companhia, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e a Locamérica Rent a Car S.A. ("Escritura da 26ª Emissão" e, conjunto com a Escritura da 18ª Emissão, a Escritura da 19ª Emissão, a Escritura da 20ª Emissão, a Escritura da 21ª Emissão, a Escritura da 22ª Emissão, a Escritura da 23ª Emissão, a Escritura da 24ª Emissão, a Escritura da 25ª da Emissão e a Escritura da 26ª Emissão "Documentos das Emissões"), que foram substituídos os Índices Financeiros (conforme definidos nos respectivos Documentos das Emissões) pelos Novos Índices Financeiros (conforme definidos nos respectivos Documentos das Emissões), bem como foi alterado o conceito de Dívida Bruta (conforme definidos nos respectivos Documentos das Emissões) aplicável. As modificações descritas acima decorrem do **(i)** resgate antecipado facultativo das debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia flutuante, da 16ª (décima sexta) emissão da Companhia e **(ii)** resgate antecipado facultativo das debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, da 17ª (décima sétima) emissão da Companhia, conforme deliberado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia ocorrida em 11 de julho de 2023, bem como nos termos do aviso aos debenturistas, divulgado pela Companhia em 12 de julho de 2023.

Belo Horizonte/MG, 17 de agosto de 2023
Rodrigo Tavares Gonçalves de Sousa
Diretor de Relação com Investidores

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSENÓPOLIS/MG
O Município de Josenópolis, torna público, **Proc. Licitatório N° 049/2023, Pregão Presencial Nº 025/2023** - Objeto - Aquisição de combustíveis para abastecimento dos veículos pertencentes à frota municipal, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas do Município de Josenópolis, MG, conforme Edital e do Termo de Referência. Credenciamento dia **30/08/2023, 14:00 Horas** - Pregoeira: Jessica Francyelle Pires Vieira, pelo e-mail: licita.josenopolis@gmail.com ou https://portal.josenopolis.mg.gov.br/licitacoes/

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSENÓPOLIS/MG
O Município de Josenópolis, torna público, **Proc. Licitatório N° 045/2023, Pregão Presencial Nº 023/2023 - REGISTRO DE PREÇO 016/2023** - Objeto - Futura e eventual contratação de empresa para a fornecimento de veículos tipo pick-up zero quilômetro, primeiro emplacamento para Prefeitura Municipal de Josenópolis, MG, conforme Edital e do Termo de Referência. **Credenciamento dia 30/08/2023, 08:00 Horas** - Pregoeira: Jessica Francyelle Pires Vieira, pelo e-mail: licita.josenopolis@gmail.com ou https://portal.josenopolis.mg.gov.br/licitacoes/

MUNICÍPIO DE MACHADO
EXTRATO DO V TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 147/2022 - PRC 327/22

Partes: Município de Machado / Marlon Brando Martins EIRELI - **Objeto:** Prorrogação Contratual - **Vigência:** 08/09/2023 - **Assinatura:** 10/08/2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSENÓPOLIS/MG
O Município de Josenópolis, torna público, **Proc. Licitatório N° 048/2023, Pregão Presencial Nº 024/2023** - Objeto - Contratação de empresa especializada aquisição de retroescavadeira nova (zero hora) de acordo convênio 1231000090/2023/ SEAPA, para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura do Município de Josenópolis, MG. conforme Edital e do Termo de Referência. **Credenciamento dia 31/08/2023, 08:00 Horas** - Pregoeira: Jessica Francyelle Pires Vieira, pelo e-mail: licita.josenopolis@gmail.com ou https://portal.josenopolis.mg.gov.br/licitacoes/

EDITAL DE DEFERIMENTO DO PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE ROMÁRCIO DE BASTOS BARBOSA - ME VARA ÚNICA DA COMARCA DE CANDEIAS - MINAS GERAIS, PROC. Nº 5000694-69.2023.8.13.0120. (PJE). RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE ROMÁRCIO DE BASTOS BARBOSA - ME. O Dr. Leonardo Fonseca Rocha, Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Candeias/MG, em exercício de seu cargo, na forma da lei, etc., faz saber aos interessados que a Recuperação Judicial em epígrafe teve seu processamento deferido no dia 27/07/2023, conforme decisão de ID 98755884981, do seguinte teor: "Trata-se de recuperação judicial que move Romárcio de Bastos Barbosa – ME, representada por seu sócio administrador, Romárcio de Bastos Barbosa, devidamente qualificados nos autos. Pleiteia a autora o deferimento do processamento da recuperação judicial, com consectários legais, e, liminarmente, a declaração da essencialidade dos bens que alega serem necessários ao desempenho da atividade empresarial, indicados no anexo I da peça de ingresso. Determinada a constatação prévia, sobreveio aos autos laudo pericial elaborado pelo experto nomeado (ID 9866893405). Instado a se manifestar quanto ao pedido de declaração de essencialidade de bens, exarou parecer parcialmente favorável ao pedido, consoante manifestação de ID 9871423688. Vieram-me os autos conclusos. É, em síntese, o relatório. Decido. 1. Do processamento da recuperação judicial: O instituto da recuperação judicial destina-se, como cediço, a viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica, como prevê o artigo 47, da Lei 11.101/2005. Contudo, para o deferimento da recuperação, imprescindível que a empresa devedora demonstre, já inicialmente, a capacidade técnica e econômica de se reorganizar, com vistas ao efetivo cumprimento da faculdade que lhe é legalmente outorgada, o que, no caso dos autos, verifica-se pelo imediato atendimento dos requisitos previstos pelos artigos 48 e 51 da legislação supramencionada. In casu, consta-se que a autora comprovou o preenchimento dos requisitos para o deferimento do processamento da recuperação judicial, conforme demonstra o minucioso laudo de constatação prévia elaborado pelos peritos nomeados por este juízo, com base nos critérios estabelecidos pelo d. magistrado Daniel Canio Costa, em sua obra "Constatação Prévia em Processos de Recuperação Judicial de Empresas", obtendo a recuperanda média de pontos superior em todas as matrizes – índice de suficiência recuperacional, índice de adequação documental essencial e índice de adequação documental útil –. À vista disso, depreende-se dos documentos trazidos pela autora, que o deferimento do processamento da recuperação é medida que atende tanto os interesses dos credores quanto os da empresa devedora, assim como de terceiros que se beneficiam da atividade empresarial desenvolvida pela pretensa recuperanda.1.1. Dispositivo: Ante o exposto, defiro o processamento recuperação da empresa Romárcio de Bastos Barbosa – ME, registrada sob o CNPJ n. 03.083.158/0001-60, com sede nesta cidade de Candeias-MG, tudo conforme contrato social juntado aos ID 9817136253. À vista do deferimento do processamento da recuperação judicial, delibero: i) nomeio como administrador judicial o escritório especializado Paoli Balbino & Barros Administração Judicial LTDA, CNPJ 31.841.449/0001-06, representado pelo Dr. Otávio de Paoli Balbino, OAB/MG, 123.643, com endereço na Av. Brasil 1.666, 13º andar, bairro Funcionário, Belo Horizonte - MG, que deverá ser intimada para firmar termo de compromisso no prazo de 48 horas, caso aceite o múnus, com imediata assunção de suas funções e deveres, observando-se as disposições previstas no artigo 22, incs. I e II, da Lei 11.101/05. Na ocasião da intimação para aceitar o encargo, deverá o administrador judicial apresentar a proposta de honorários, observado as disposições do art. 24, da Lei 11.101/05. Apresentada a proposta, dê-se prévia vista à recuperanda e ao Ministério Público, no prazo sucessivo de 5 dias. ii) dispenso a empresa devedora da apresentação de certidões negativas para o exercício de suas atividades, exceto para contratação com o Poder Público e para o recebimento de benefícios e incentivos fiscais e creditícios. iii) ressalvadas as ações previstas no art. 6º, §§ 1º, 2º, 7º-A e 7º-B e no art. 49, §§ 3º e 4º, ambos da Lei 11.101/05, determino a suspensão, pelo prazo de 150 dias, contados da publicação do presente decisum, de todas as ações e execuções contra a empresa devedora, nos termos § 3º do art. 20-B da Lei 11.101/05, cabendo à devedora comunicá-la aos juízos competentes. Frisa-se, neste ponto, que, para a fixação do prazo de suspensão das ações, foi detraído aquele fixado na decisão de ID 9814141219, conforme fundamentado por ocasião da prolação do decisum. iv) determino à devedora a apresentação de contas demonstrativas mensais, enquanto perdurar a recuperação judicial, sob pena de destituição de seus administradores e também a apresentação do plano de recuperação, observando-se o disposto no art. 71 da Lei 11.101/05, no prazo improrrogável de 60 dias, contados da publicação da presente decisão, sob pena de convolação em falência, na forma dos arts. 53, 71 e 73, inc. II, da Lei 11.101/05. v) intimem-se da presente decisão o Ministério Público e as a Fazendas Pública Federal, Estadual e Municipal, nos termos da Lei 11.101/05. vi) expeça-se edital com os requisitos do art. 52, §1º, da Lei 11.101/05. vii) oficie-se ao Registro Público de Empresas (JUCEMG) informando-lhe do teor da presente decisão. viii) determino, por ora, a proibição da retirada dos estabelecimentos da sociedade autora de todos os bens necessários para o desenvolvimento de suas atividades. ix) os credores da Recuperanda têm o prazo de 15 dias para apresentar ao administrador judicial suas habilitações ou divergências quanto aos créditos relacionados (§ 1º art. 7º da Lei 11.101/05). Frisa-se que somente após a publicação do edital a que se refere o art. 2º da Lei nº 11.101/2005 (relação de credores apresentada pelo administrador judicial), é que eventuais impugnações/habilitações de crédito deverão ser protocoladas em autos apartados, como incidente processual, observando-se a forma estabelecida no art. 9º da mencionada legislação. 2. Do pedido de retirada de apontamentos em nome da Recuperanda: Pugna a Recuperanda, neste ponto, "que seja ordenado aos Cartórios de Protesto, ao SERASA, SPC, SCPC e CCF (Cadastro de Cheques sem Fundos mantidos pelas instituições financeiras) que retirem todos os apontamentos existentes em nome das devedoras e dos sócios da empresa requerente de seus cadastros, ordenando, ainda, que deixem de incluir novos apontamentos". Contudo, referido pedido não deve ser deferido. É que, muito embora o deferimento da recuperação implique a suspensão das ações e execução promovidas em desfavor da empresa Recuperanda, não tem a sentença que admite o processamento do pedido, efeito de suspender os apontamentos em nome da empresa nos cadastros de proteção ao crédito, eis que se trata de direito material dos credores, que não pode ser mitigado, neste momento processual, por deliberação do juízo universal. Esse, a propósito, é o entendimento jurisprudencial do e. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, consoante exemplificam os acórdãos abaixo transcritos: EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - PROTESTO DE TÍTULOS DE EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL - POSSIBILIDADE - INSCRIÇÃO DA DEVEDORA NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - CABIMENTO. O deferimento do processamento da recuperação judicial não tem o condão de impedir ou sustar a inscrição do nome da Recuperanda nos órgãos de proteção ao crédito e os efeitos dos protestos dos créditos submetidos à recuperação.1 DIREITO FALIMENTAR - DIREITO PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - RECUPERAÇÃO JUDICIAL - DECISÃO DEFERINDO O PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO - PEDIDO DE EXCLUSÃO DO NOME DO CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - NÃO CABIMENTO - RECURSO DESPROVIDO. - Em se tratando de pedido de recuperação judicial, o deferimento do processamento não é suficiente para embasar a pretensão do devedor de exclusão de seu nome dos órgãos de proteção ao crédito, primeiro, porque tal medida não está prevista, na lei 11.101/05, entre as consequências do processamento, e segundo, porque o mero processamento não atinge o direito material dos credores.2 No mesmo sentido, dispõe o Enunciado n. 54 da Jornada de Direito Comercial I do CFJ/STJ, que assim dispõe: "O deferimento do processamento da recuperação judicial não enseja o cancelamento da negativação do nome do devedor nos órgãos de proteção ao crédito e nos tabelionatos de protestos." Diante disso, inviável o deferimento do pedido formulado pela Recuperanda, razão pela qual o indefiro. 3. Do pedido de declaração de essencialidade de bens: Inicialmente, cumpre-nos ressaltar que, a despeito de eventuais ações visando a satisfação dos créditos ou apreensão dos veículos tramitarem em comarca diversa, compete a este juízo universal – instituído em virtude do deferimento do processamento da recuperação judicial – a apreciação do pedido de declaração de essencialidade dos bens da empresa em recuperação, consoante entendimento sedimentado do col. Superior Tribunal de Justiça, nestes termos: PROCESSUAL CIVIL E COMERCIAL. AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO DA RECUPERAÇÃO. CRÉDITOS GARANTIDOS FIDUCIARIAMENTE. EXCLUSÃO DO PROCEDIMENTO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO. PETIÇÕES SUCESSIVAS DE AGRAVO CONTRA A MESMA DECISÃO. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. DECISÃO MANTIDA. 1. Ao juízo universal compete a análise do caráter extraconcursal das dívidas da empresa em recuperação, alegadamente garantidas por alienação fiduciária, bem como o exame da essencialidade, para as atividades da sociedade Recuperanda, dos bens pretendidos pelo credor. 2. Cabe ao STJ, no presente incidente, apenas decidir qual dos juízos em conflito é competente para deliberar acerca dos referidos temas. A Segunda Seção entendeu nesse sentido, por maioria, ao apreciar o CC n. 153.473/PR, em sessão realizada no dia 9/5/2018. 3. Apresentadas duas petições sucessivas de agravo contra a mesma decisão, a segunda fica prejudicada, não podendo sequer ser conhecida, por força da preclusão consumativa. 4. Agravo interno a que se nega provimento.3 Referido entendimento, a propósito, restou positivado com o advento da Lei 14.112/20, conforme disposto no art. 7-A, ao prever que "o disposto nos incisos I, II e III do caput deste artigo não se aplica aos créditos referidos nos §§ 3º e 4º do art. 49 desta Lei, admitida, todavia, a competência do juízo da recuperação judicial para determinar a suspensão dos atos de constrição que recaiam sobre bens de capital essenciais à manutenção da atividade empresarial durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º deste artigo". À vista do exposto, compete a este juízo universal a declaração de essencialidade dos bens da Recuperanda, ainda que objeto de execução em comarca diversa. Desta feita, analisando detidamente os autos, verifico que o pedido formulado merece parcial acolhimento. Com efeito, rege-se a recuperação judicial pelo princípio da preservação da empresa, insculpido no art. 47, da Lei 11.101/05, por meio do qual visa não só preservar a empresa, como também a sua função social e o estímulo à atividade empresarial, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores. Sobre o tema, oportuna as lições doutrinárias de Gladston Mamede, in verbis: "A recuperação da empresa tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica (art. 47 da Lei 11.101/05). Essa definição legal positiva os princípios da função social da empresa e da preservação da empresa: a recuperação visa promover (1) a preservação da empresa, (2) sua função social e (3) o estímulo à atividade econômica (atendendo ao cânone constitucional inscrito no art. 3º, II e III, que definem como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil garantir o desenvolvimento nacional e erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais)."4 A fim de dar efetividade ao princípio sobredito, estipulou-se no art. 49, §3º, da sobredita legislação a possibilidade de ser declarada a essencialidade dos bens de credores utilizados para fomento da atividade empresarial da Recuperanda, nestes termos: Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos. § 3º Tratando-se de credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretratabilidade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio, seu crédito não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial e prevalecerão os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais, observada a legislação respectiva, não se permitindo, contudo, durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º do art. 6º desta Lei, a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial. No caso dos autos, visa a empresa em recuperação judicial a declaração da essencialidade dos bens listados no anexo I da exordial (ID 9845061316), sob o fundamento de que se tratam de bens indispensáveis ao desenvolvimento da atividade empresarial, o que verifico assistir-lhe parcial razão. É que, vê-se pelos documentos colacionados aos autos, sobretudo pelo laudo de constatação prévia elaborado pelo perito nomeado, ora administrador judicial, baseado nos Conhecimentos de Transportes Eletrônicos – CT-e, que os bens, à exceção daqueles alienados, são utilizados para o fomento da atividade empresarial desenvolvida pela Recuperanda, voltada para o transporte rodoviário de cargas em geral. Assim, cuidando-se a atividade empresarial desenvolvida de transporte rodoviário, de rigor a manutenção dos bens listados no anexo I da petição inicial, porquanto imprescindíveis para possibilitar o soerguimento da empresa e a quitação dos débitos, objetivos precípuos da presente demanda. A corroborar o entendimento deste magistrado, urge trazer à colação o judicioso entendimento do e. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, que, em julgamento de caso análogo, considerou essenciais os veículos e seus componentes para a recuperação judicial de empresa que exerce atividade empresarial de transporte rodoviário de cargas, in verbis: EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CREDOR TITULAR DA POSIÇÃO DE PROPRIETÁRIO FIDUCIÁRIO. VENDA OU RETIRADA DE BENS ESSENCIAIS AO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL. ESSENCIALIDADE VERIFICADA. VIGÊNCIA DO STAY PERIOD. RECURSO DESPROVIDO. -Por expressa previsão legal, o artigo 49, § 3º da Lei 11.101/05, confirmada pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o credor titular da posição de proprietário fiduciário não se submete aos efeitos da Recuperação Judicial, devendo ser abster, todavia, de promover a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial, enquanto perdurar a suspensão a que se refere o § 4o do art. 6o da Lei nº 11.101/2005 - No caso em questão, não se está a discutir sobre possibilidade ou não de prorrogação do período de suspensão a que alude o § 4º do artigo 6º da Lei 11.101/2005, com a redação que lhe foi dada pela Lei 14.112/2020. Trata-se, apenas, de efetivo reconhecimento da essencialidade dos bens, a justificar a incidência da parte final do 3º do artigo 49 da Lei de Recuperação de empresas e falência, que impede a venda ou retirada dos bens de capital considerados essenciais ao desenvolvimento da atividade empresarial do devedor - Comprovada a essencialidade dos bens em questão, notadamente considerando o fato de que a atividade da Recuperanda é o transporte rodoviário de carga, prudente a manutenção da decisão que considerou que os caminhões a serem apreendidos são essenciais para sua atividade econômica.5 (grifo nosso). Ratifica a necessidade de declaração de essencialidade de bens, a existência de ações de busca e apreensão que movem os credores em desfavor da Recuperanda (5000792-54.2023.8.13.0120, 5000784-77-2023.8.13.0120, 5000761-34.2023.8.13.0120, 5000676-48.2023.8.13.0120), visando a consolidação da propriedade dos bens móveis alienados fiduciariamente, consoante noticiado pela empresa e confirmado por este juízo em pesquisa realizada no PJe na presente data. Referida essencialidade, contudo, não se estende ao bem móvel registrado sob as placas QXN0640, QXU6F28 e QXU6G32, eis que demonstrado, inclusive por documentação encaminhada pela empresa ao administrador judicial, a alienação dos aludidos veículos. Diante desse quadro, mediante tais considerações e consoante elementos de convicção reunidos no feito à luz das normas que regem a matéria em debate, tenho que a pretensão da Recuperanda merece ser parcialmente acolhida. 3.1. Dispositivo: Ante o exposto, defiro parcialmente o pedido formulado pela empresa Romárcio de Bastos Barbosa – ME, ora Recuperanda, para declarar a essencialidade dos seguintes bens: i) CAMINHÃO TRUCADO - PLACA RNO7A70; ii) CAMINHÃO TRUCADO - PLACA RTW7A52; iii) CAMINHÃO TRUCADO - PLACA RUT5E00; iv) CAMINHÃO TRUCADO - PLACA RNX4E93; v) CAMINHÃO TRUCADO - PLACA RTV9H93; vi) CARRETA BASCULANTE – PLACA RNY0H10; vii) CAMINHÃO BASCULANTE - PLACA RNY0H05; viii) CAMINHÃO BASCULANTE - PLACA RNY0G98 ix) CAMINHÃO BASCULANTE - PLACA RNQ5B30; x) CAMINHÃO BASCULANTE - PLACA RNQ5B27; xi) CARRETA DOLLY - PLACA RNQ5B32; xii) CARRETA BASCULANTE - PLACA RTW5E40; xiii) CARRETA BASCULANTE - PLACA RTW5E41; xiv) CARRETA DOLLY - PLACA RTW5E42; xv) CARRETA BASCULANTE - PLACA RUV4B96; xvi) CARRETA DOLLY - PLACA RUV4B98; xvii) CARRETA BASCULANTE - PLACA RUV4B94. Intime-se a Recuperanda, o administrador judicial e o Ministério Público para tomarem conhecimento do teor desta decisão. Junte-se aos autos distribuídos sob os n.5000792-54.2023.8.13.0120, 5000784-77-2023.8.13.0120, 5000761-34.2023.8.13.0120, 5000676-48.2023.8.13.0120 cópia do presente decisum, com consequente intimação do autor e réu para manifestarem-se, no prazo de 15 dias, sobre a ausência de interesse de agir. 4. Demais deliberações: No ensejo, intime-se a Recuperanda para manifestar-se quanto aos honorários do perito, ora nomeado como administrador judicial, apresentados ao ID 9866893405, no prazo de 15 dias. Em seguida, dê-se vista ao Ministério Público. Após, venham-me os autos conclusos. Por fim, determino que, de todos os requerimentos formulados pela Recuperanda ou terceiros, seja colhida a prévia manifestação do administrador judicial e, em seguida, do Ministério Público, no prazo sucessivo de 15 dias. RELAÇÃO DE CREDORES APRESENTADA POR ROMARCIO DE BASTOS BARBOSA - ME: CLASSE I – TRABALHISTA: CLAUDIOMAR SILVA – R$ 9.326,48, JENNIFER SALATIEL DE BASTOS – R$ 5.539,01, MARCELO HENRIQUE DOS SANTOS SOARES – R$ 9.518,20, WAGNER FABIANO DE SOUZA – R$ 10.889,56, ADAILTON LOPES DE ALMEIDA – R$ 7.569,76. CLASSE II – GARANTIA REAL: BANCO DO BRASIL - R$ 29.148,01, BANCO DO BRASIL – R$ 23.942,28, BANCO DO BRASIL – R$ 17.137,67, BANCO DO BRASIL – R$ 23.162,20, BANCO DO BRASIL – R$ 27.765,98, BANCO SICOOB – R$ 48.341,16, BANCO RODOBENS – R$ 313.664,21, BANCO RODOBENS – R$ 542.033,28, BANCO RANDON – R$ 414.167,76, BANCO SAFRA – R$ 665.289,65, BANCO SAFRA – R$ 169.510,81, BANCO SAFRA – R$ 166.524,75, BANCO SAFRA – R$ 82.668,35, BANCO ITAÚ – R$ 450.000,00, BANCO MERCEDES-BENZ – R$ 778.605,52, BANCO MERCEDES-BENZ – R$ 857.861,02, BANCO MERCEDES-BENZ – R$ 134.317,58, BANCO DO BRASIL – R$ 29.148,01. CLASSE III – QUIROGRAFÁRIO: OSMAR DIONISIO – R$ 34.500,00, FERNANDO LAMOUNIER MARTINS – R$ 146.000,00, CARLOS FREDERIKO SALDANHA – R$ 25.360,00, CENTRO OESTE IMPLEMENTOS PARA TRANSPORTES LTDA – R$ 39.308,94, CONTABILIDADE RIBEIRO – R$ 6.500,00, BANCO DO BRASIL - R$ 146.825,98. CLASSE IV – ME/EPP: CANDEIAS DIESEL AUTO PEÇAS – R$ 2.840,00, RECACENTER RECAPAGEM DE PNEUS LTDA – R$ 6.505,00, STENIO PAULA GARCIA FARIUA & CIA LTDA – R$ 12.690,00, JOZYENI BALBINO ME – R$ 750,00, ALELO INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A – R$ 8.897,23. Ficam advertidos os credores que, após a publicação deste, têm o prazo de 15 (quinze) dias para apresentarem suas habilitações ou divergências quanto aos créditos relacionados (§ 1º, art. 7º, da Lei 11.101/2005) diretamente à Administradora Judicial, em cópias eletrônicas para o seguinte endereço: Av. Brasil, n° 1.666, 13° andar, bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG – CE

PATRÍCIA GRACIELE DE ANDRADE SOUSA. LEILOEIRA OFICIAL, JUCEMG 945, faz saber que levará a leilão online os bens móveis inservíveis à Associação dos Municípios da Microrregião do Alto Rio Grande (AMALG). Leilão 001/2023. Dia 05/09/2023, a partir de 14 horas, no site www.patricialeiloeira.com.br. Os bens poderão ser visitados pelos interessados na Rua Monselhor Aureliano, nº 241 – Lavras/MG, de 28/08/2023 a 04/09/2023, no horário de 08:30 a 10:30 e de 13:30 a 16:30. Iniciando o leilão, encerra-se a visitação. Edital e informações: (31) 3243-1107.

CAMARA MUNICIPAL DE MALACACHETA/MG

Aviso de Licitação - A Câmara Municipal de Malacacheta - MG, atraves de seu Presidente, Torna público Abertura do Processo Licitatório 001/23, **Pregão Presencial - Nº 001/23**, Tipo: Menor Preço Unitário, Para Aquisição de um Equipamento/Elevador, para atender as necessidades da Câmara Municipal, a abertura do processo será dia 24/08/23 Às 09:00min, Na Sede Da Câmara Municipal, Rua Tristão Couy, Nº 56 - Cep: 39.690-000. O Edital poderá ser lido na íntegra e adquirido através do email: licitacaocmmalacacheta@gmail.com ou no Site Portal da Transparência. MALAC. 07/08/2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ERA – MG

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 05/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 116/2023

Torna público que devido alterações na planilha orçamentária a abertura do processo licitatório será dia 18 de setembro de 2023 às 13:30 horas.

Editais disponíveis no site: www.novaera.mg.gov.br

Txai Silva Costa – Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROC. 015/23 PREG ELE. 015/23 EDITAL. 015/23 RP. 015/23. A AMMESF, torna público que será realizada licitação tendo abertura em sessão eletrônica no dia 31/08/2023 às 09:01h com o Objeto: futura e eventual aquisição de mobiliários para atender as necessidades dos municípios consorciados a Associação dos Municípios da Bacia do Médio São Francisco – Ammesf. O edital, anexos e maiores Informações pelo site: www.licitacoesammesf.com.br/ ou pelo e-mail: ammesflicita@gmail.com. Pedro Henrique Soares Braga – Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PARDO DE MINAS/MG

Aviso de Licitação
Processo nº 140/2023
Tomada de Preço nº 05/2023

Objeto: Contratação de empresa destinada a construção do ponto de apoio da estratégia da saúde da família da Comunidade de Aurora, neste município, com entrega dos envelopes até as 08:00:00 horas do dia 01/09/2023. Maiores informações pelo telefone (038) 3824-1356 - ou através do e-mail licitação@riopardo.mg.gov.br ou ainda na sede da Prefeitura Municipal de Rio Pardo de Minas

15/08/2023.

Concessionária Rodovias do Triângulo SPE S.A.

CNPJ/MF nº 48.127.012/0001-08

Comunicado – Lote 01

A **Concessionária Rodovias do Triângulo SPE S.A.** pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº 48.127.012/0001-08, com endereço Avenida Maranhão, nº 1666, no município de Uberlândia, estado de Minas Gerais, CEP: 38.405-318, vencedora do leilão de Concessão do Sistema Rodoviário composto pelas rodovias BR-365/452, MG-190/427, CMG-452/462 e LMG—782/798/812, com uma extensão total de 627,40 km, incluindo os elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos e alças, edificações e terrenos, pistas centrais laterais, marginais ou locais diretamente ou por dispositivos de interconexão com a rodovias, acostamentos, obras de arte especiais e quaisquer outros elementos que se encontram dentro dos limites da faixa de domínio das rodovias, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à Concessão, vem, respeitosamente, CONVOCAR todos os interessados, proprietários ou possuidores a qualquer título, de ocupações irregulares, acessos, plantações, cercas, entre outros, a entrarem em contato com brevidade, a fim de esclarecer, regularizar e formalizar, se o caso, a ocupação/utilização da faixa de domínio, inclusive para acesso às rodovias, por meio do e-mail: faixadedominio@eprtriangulo.com.br.

Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A.

CNPJ/MF nº 48.127.008/0001-40

Comunicado – Lote 02

A **Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A.** pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ sob o nº 48.127.008/0001-40, vencedora do leilão de Concessão do Sistema Rodoviário composto pelas rodovias BR-459, MG173/290/295/455/459, CMG-146 e LMG—877, com uma extensão total de 454,30 km, incluindo os elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos e alças, edificações e terrenos, pistas centrais laterais, marginais ou locais diretamente ou por dispositivos de interconexão com a rodovias, acostamentos, obras de arte especiais e quaisquer outros elementos que se encontram dentro dos limites da faixa de domínio das rodovias, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à Concessão, vem, respeitosamente, CONVOCAR todos os interessados, proprietários ou possuidores a qualquer título, de ocupações irregulares, acessos, plantações, cercas, entre outros, a entrarem em contato com brevidade, a fim de esclarecer, regularizar e formalizar, se o caso, a ocupação/utilização da faixa de domínio, inclusive para acesso às rodovias, por meio do e-mail: faixadedominio@eprsuldeminas.com.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico Registro de Preços - nº 64/2023

O Município de Nova Lima torna público, que fará realizar o **Pregão Eletrônico Registro de Preços - nº 64/2023. Objeto:** Eventual contratação de empresa especializada na realização de exames não processados pelo Laboratório Municipal de Nova Lima, envolvendo exames do grupo de hormônios, imunologia, doenças infecciosas, autoimunidade e outros de alta complexidade, para atender a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Nova Lima. Data de realização **30/08/2023 às 09:00 h.** O edital poderá ser retirado no site **www.novalima.mg.gov.br,** em **Portal da Transparência/Publicações.**

Nova Lima, 17 de agosto de 2023.

A Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico Registro de Preço - nº 47/2023

O Município de Nova Lima, torna público, que fará realizar o **Pregão Eletrônico Registro de Preço - nº 47/2023,** destinando itens exclusivamente para ME/EPP e itens para cota de 25% para ME/EPP conforme art. 48, III da LC 123/06 alterada pela LC 147/14. Objeto: Eventual aquisição de material de escritório e expediente para atender a demanda da Secretaria Municipal de Educação, Desenvolvimento Social e Saúde do Município de Nova Lima. Data de realização **30/08/2023 às 09:00 h.** O edital poderá ser retirado no site **www.novalima.mg.gov.br,** em **Transparência/Publicações.**

Nova Lima, 17 de agosto de 2023.

A Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA
PÚBLICA Nº 013/2023
PROCESSO
ADMINISTRATIVO Nº 0426/2023

O Município de Nova Lima, torna público a realização da Licitação na Modalidade Concorrência Pública nº 013/2023, Processo Administrativo nº 0426/2023. **Objeto: Contratação de empresa especializada de engenharia para execução de obras de demolição de edificação existente e construção de nova edificação para a Escola Municipal Carlos Henrique Roscoe, na Rua Francisco Rocha, nº 20, Bairro Retiro, em Nova Lima/MG.** A abertura dar-se-á no dia 20/09/2023 às 09:00 hs na Rua Bias Fortes nº 62 – 1° andar, Centro – Nova Lima/MG. O Edital estará disponível a partir do dia 17/08/2023 no site www.novalima.mg.gov.br e no setor de Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Lima.

Nova Lima, 16 de agosto de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG

AVISO DE LICITAÇÃO

Credenciamento nº 018/2023

Processo nº 433/2023

O Município de Nova Lima, torna público a realização do Credenciamento nº 018/2023, Processo nº 433/2023. Objeto: Credenciamento a seleção impessoal de interessados para concessão de alvará de licença, em caráter precário, para exercício de atividade de comércio temporário para participar como feirante e compor as barracas para o comércio de produtos no evento "INAUGURAÇÃO DO ESPAÇO CULTURAL". A adesão ao credenciamento dar-se-á no dia 22/08/2023 e 23/08/2023 das 09:00 horas às 17:00 horas. O Edital está disponível a partir do dia 17/08/2023 no site www.novalima.mg.gov.br e no setor de Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Lima.

Nova Lima, 16 de agosto de 2023.

Concessionária Smart CPGI SPE S.A.

(Em Constituição)

Ata de Assembleia Geral de Constituição

Em 24/01/2022 às 9hs, em Andradas/MG, reuniram-se para constituição de uma sociedade anônima fechada, Sociedade de Propósito Específico (SPE), com denominação de "**Concessionária Smart CPGI SPE S.A,** ambos os seus organizadores, que representam a totalidade do capital social. Antônio Roberto Beldi, presidente; João Paulo Casimiro Costa, secretário. **Deliberações aprovadas:** Constituir uma Sociedade Anônima, mediante Sociedade de Propósito Específico, visando atender especificamente, mediante Parceria Público-Privada (PPP), cuja qual será regida pelo estatuto social a seguir transcrito e que já foi, por todos os presentes, examinado e aprovado: Estatuto Social. Artigo 1º. A **Concessionária Smart CPGI SPE S.A.** é uma sociedade por ações regida pelo disposto neste Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15/12/1976, e suas alterações posteriores. **Sede Social.** Artigo 2º. A Companhia tem sua sede e foro na Rua Daniel Soares Martins, nº 78, lote 14, quadra D, Bairro Pito Rossi, Cidade de Andradas, Estado de Minas Gerais, CEP 37.795-000, local onde funcionará o seu escritório administrativo, podendo abrir filiais, mediante deliberação da Diretoria. **Objeto Social.** Artigo 3º. A Companhia tem por objeto exclusivo realizar, sob o regime de Parceria-Público-Privada (PPP) na modalidade concessão administrativa, para prestação de serviços de gestão, operação, modernização, otimização, expansão e manutenção da infraestrutura de iluminação pública, abrangendo a implantação, instalação, a recuperação, a modernização, o melhoramento, a eficientização, da rede municipal de iluminação pública dos Municípios de Albertina, Andradas, Bandeira do Sul, Caldas, Divisa Nova, Ibitiúra de Minas, Ipuiuna e Santa Rita de Caldas, as quais compõe o Consórcio Público para Gestão Integrada – CPGI, do Estado de Minas Gerais, conforme o Edital de Concorrência Pública nº 04/2021 ("Edital"), processo licitatório nº 08/2021 e o Contrato de Concessão Administrativa pertinente ("Contrato de Concessão") junto à Prefeitura de Andradas/MG, município da sede do Consórcio Público para Gestão Integrada – CPGI, poder concedente, enquadrando-se em Sociedade de Propósito Específico (SPE). §Único. É vedada a alteração do objeto social da Companhia sem prévia e expressa anuência, por escrito do Poder Concedente. **Duração.** Artigo 4º. O prazo de duração da Companhia é indeterminado, observado o prazo suficiente para o cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão. **Capital Social e Ações.** Artigo 5º. O capital social subscrito da Companhia é de R$ 4.000.000,00, parcialmente integralizado, representado por 4.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. §1º. Não poderão ser computados como aportes de capital os gastos realizados pela proponente adjudicatária até a constituição da Concessionária. §2º. A Companhia não poderá, durante todo o prazo da Concessão, reduzir o seu capital em prazo inferior e/ou abaixo do valor mínimo especificado no Contrato de Concessão, sem prévia e expressa autorização, por escrito, do Poder Concedente. Artigo 6º. Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito de um voto nas Assembleias Gerais de Acionistas. Artigo 7º. A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do Acionista no livro de "Registro de Ações Nominativas". Artigo 8º. Quaisquer operações que importem em modificação da composição do controle acionário da Companhia, seja ele direto ou indireto, devem ser submetidas à prévia autorização dos acionistas, considerando o quanto disposto no §1º deste artigo. Parágrafo1º. Durante o prazo da Concessão, o controle acionário direto da Companhia somente poderá ser alterado mediante prévia e expressa autorização do Poder Concedente. §2º. A Concessionária deverá encaminhar ao Poder Concedente, representado pelo Consórcio Público Para Gestão Integrada – CPGI, situado no Município de Andradas, no Estado de Minas Gerais, os registros deste estatuto social perante a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, imediatamente após a sua constituição e sempre que houver alteração do controle societário, quando previamente aprovados pelo Poder Concedente, atualizando o Quadro de Acionistas, por tipo e quantidade de ações. §3º. Para efeito de verificação do cumprimento das exigências estabelecidas no Edital, a Companhia deverá manter a Prefeitura de Andradas/MG, representante do Poder Concedente, informada sobre a titularidade das ações. Artigo 9º. As propostas de emissão de títulos e valores mobiliários, que contenham dispositivo de conversão em ações ou que tenham como garantia ações integrantes do Grupo Controlador devem ser submetidas à prévia autorização do Poder Concedente. **Assembleia Geral de Acionistas.** Artigo 10. As Assembleias Gerais de Acionistas realizar-se-ão ordinariamente uma vez por ano, nos 4 primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, a fim de que sejam discutidos os assuntos previstos em lei. Artigo 11. As Assembleias Gerais Extraordinárias serão realizadas sempre que necessário, quando os interesses sociais assim o exigirem, ou quando as disposições do presente Estatuto Social ou da legislação aplicável exigirem deliberação dos Acionistas. Artigo 12. As Assembleias Gerais de Acionistas serão convocadas pela Diretoria, quando entender conveniente ou necessário, mediante proposta da administração aos acionistas e na forma do artigo 123 da Lei das Sociedades por Ações. §1º. As Assembleias Gerais serão presididas na forma do artigo 128 da Lei das Sociedades por Ações. §2º. Somente poderão participar da Assembleia Geral os Acionistas titulares de ações que estiverem registradas em seu nome, no livro próprio, até 48 horas antes da data marcada para a realização da referida Assembleia Geral. Artigo 13. As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as hipóteses especiais previstas em lei, neste Estatuto Social, no Contrato de Concessão e no Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, serão tomadas por maioria de votos dos presentes com exceção do que por Lei solicitar quórum qualificado, não se computando os votos em branco, com exceção das seguintes matérias, cuja aprovação dependerá da aprovação dos Acionistas detentores da totalidade do capital social votante**:** (i) a alteração do Contrato de Concessão, nas hipóteses e condições nele previstos; (ii) qualquer aumento do capital da Companhia, desdobramento ou grupamento de ações, resgate ou compra de ações para cancelamento ou manutenção em tesouraria, emissão ou venda de quaisquer valores mobiliários da Companhia conversíveis ou não em ações, inclusive, mas sem limitação, criação e emissão de ações preferenciais, debêntures, bônus de subscrição, partes beneficiárias ou opções de compra ou subscrição de ações; (iii) a deliberação sobre o destino do lucro líquido do exercício ou de períodos intermediários, a não distribuição ou distribuição de dividendos e/ou remuneração sobre o capital próprio em montante diverso do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia conforme em vigor nesta data, respeitado os Covenants contratados pela Companhia visando atendimento ao contrato de concessão; (iv) a participação da Companhia em licitações e/ou a celebração, alteração, renovação ou não renovação no Contrato de Concessão pela Companhia; (v) a autorização aos administradores da Companhia para confessar falência, promover dissolução e/ou liquidação, ajuizar pedido de processamento de recuperação judicial ou de homologação de plano de recuperação extrajudicial; (vi) aprovação da celebração, pela Diretoria, de contratos ou negócios jurídicos que envolvam valores superiores a R$ 2.000.000,00; (vii) criação de subsidiárias integrais, associação, constituição de consórcios ou participação da Companhia em sociedades com terceiros ou partes relacionadas à Companhia, ainda que estes terceiros estejam sob controle comum da Companhia; (viii) aprovação da alienação ou oneração de qualquer bem integrante do ativo permanente da Companhia de valor superior ou igual a R$ 2.000.000,00; (ix) aprovação da celebração de qualquer contrato de financiamento ou empréstimo que impacte no endividamento da Companhia, de valor superior ou igual a R$ 2.000.000,00; e (x) aprovação da celebração de quaisquer outros atos jurídicos ou prática de ações pela Companhia de valor superior ou igual a R$ 2.000.000,00. §Único. O Presidente da Assembleia deverá abster-se de registrar qualquer deliberação tomada em desacordo com as disposições do Acordo de Acionistas. Artigo 14. As Assembleias Gerais convocadas para tratar das matérias dispostas no Artigo 13 somente poderão ser instaladas com a presença dos Acionistas representando a totalidade do capital social. §Unico. Sem prejuízo das formalidades previstas na legislação aplicável, os Acionistas deverão ser convocados para as Assembleias Gerais da Companhia na forma do artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações. Independentemente das formalidades referentes à convocação de Assembleias Gerais previstas neste Estatuto Social, será regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Acionistas. **Administração da Companhia.** Artigo 15. A administração da Companhia compete à Diretoria, que terá as atribuições conferidas por lei e pelo presente Estatuto Social, estando os Diretores dispensados de oferecer garantia para o exercício de suas funções. A administração da Companhia será pautada pela implementação, consecução e preservação dos seguintes objetivos: a) prestação de serviços de alta qualidade; b) altos níveis de eficiência, produtividade, competitividade e lucratividade; c) implantação e manutenção de sistemas de informações e gerenciais modernos; d) modernização do gerenciamento de recursos humanos, implementação de plano de cargos e salários; e) preservação do meio ambiente; f) implementação de programas de segurança da iluminação das vias públicas. §1º. Os membros da Diretoria tomarão posse mediante a assinatura dos respectivos termos no livro próprio, permanecendo em seus respectivos cargos até a posse de seus sucessores. §2º. A Assembleia Geral de Acionistas deverá estabelecer a remuneração total dos membros da Diretoria, cabendo a Diretoria em colegiado deliberar sobre a sua distribuição. Artigo 16. A Diretoria da Companhia será composta por 3 Diretores, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral de acionistas, todos sem qualquer designação específica, para um mandato de 3 anos, admitida a reeleição, sendo escolhidos e recrutados no mercado dentre pessoas de reconhecida competência profissional, devendo os mesmos permanecer nos cargos até a posse dos novos membros eleitos. §1º. No caso de vacância de cargo da Diretoria, a respectiva substituição será deliberada pela Assembleia de Acionistas, a ser convocado no prazo de 30 dias, contados da vacância. Artigo 17. Compete à Diretoria a representação da Companhia, de forma ativa e passivamente, bem como a prática de todos os atos necessários ou convenientes à administração dos negócios sociais, respeitados os limites previstos em lei, no Contrato de Concessão e no presente Estatuto Social. §Único. Sendo convocada Assembleia Geral, até que esta se realize, a Diretoria não poderá deliberar e/ou praticar o ato, ou similar, que será objeto de deliberação da referida Assembleia. Artigo 18. Nos atos e instrumentos que acarretarem responsabilidade para a Companhia, será ela representada por 2 Diretores em conjunto, ou por um Diretor em conjunto com um procurador com poderes especiais e específicos, ou por 2 procuradores em conjunto com poderes especiais e específicos. §Único. Os instrumentos de mandato serão sempre firmados por 2 Diretores da Companhia e não poderão ter prazo superior a um ano, vedado o substabelecimento, salvo aqueles com finalidade *ad judicia*, que poderão ter prazo indeterminado. Artigo 19. São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer Diretor, procurador ou funcionário que a envolverem em obrigações relativas a operações ou negócios estranhos ao seu objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, os quais sempre deverão ser deliberados pela Assembleia de Acionistas. Artigo 20. A Diretoria se reunirá, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação por escrito de qualquer dos seus membros, com antecedência mínima de 48 horas, mediante a apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados. §1º. As reuniões poderão ser realizadas remotamente quando necessário, sendo a participação considerada presencial, devendo expressar seus votos por escrito, a serem arquivados na sede da Companhia, juntamente do livro de atas de Diretoria. §2º. Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Diretores presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas da Diretoria da Companhia. Artigo 21. – Sem prejuízo das demais matérias que lhe serão atribuídas por lei ou por este Estatuto Social, competirá exclusivamente à Diretoria deliberar a respeito das seguintes matérias que, para sua aprovação, exigirá maioria de votos favoráveis: (i) Aprovação do plano de negócio, plano operacional e orçamento anual da Companhia, e qualquer de suas alterações, bem como aprovação de investimentos que não os previstos nos aludidos planos e orçamentos; (ii) Aprovação de proposta de reforma estatutária, a ser submetida à Assembleia Geral; (iii) Aprovação de qualquer negócio, de qualquer natureza, entre a Companhia e qualquer Acionista, ou afiliadas de qualquer Acionista, ou coligadas de Acionistas, ou ainda com qualquer dos Diretores da Companhia; (iv) Aprovação para alienação, oneração ou aquisição de direitos (exceto participações societárias, cuja competência incumbe à Assembleia Geral) ou bens móveis e/ou imóveis pela Companhia, cujo valor (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza) exceda de R$ 1.000.000,00 até R$ 2.000.000,00, sendo que acima deste valor caberá à Diretoria submeter à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas; e valores até R$ 1.000.000,00 poderão ser assumidos por 2 diretores conjuntamente; (v) Aprovação para contratação de empréstimos, financiamentos ou outras obrigações de qualquer natureza, à quantia (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza) que exceda de R$ 1.000.000,00 até R$ 2.000.000,00, sendo que acima deste valor caberá à Diretoria submeter à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas; e valores até R$ 1.000.000,00 poderão ser assumidos por 2 diretores conjuntamente; (vi) Aprovação dos critérios de remuneração dos funcionários da companhia e seus planos de carreira; (vii) Contratação, pela Companhia, de empresa de auditoria independente, que deverá ser escolhida entre aquelas de notória reputação. **Conselho Fiscal.** Artigo 22. O Conselho Fiscal somente será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos Acionistas, nos termos da legislação aplicável. Artigo 23. O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por no mínimo 3 e no máximo 5 membros e por igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, sendo permitida a reeleição, com as atribuições e prazos de mandato previstos em lei. §Único. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será estabelecida pela Assembleia Geral de Acionistas que os eleger. **Exercício Social e Lucros.** Artigo 24. O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que o balanço e as demais demonstrações financeiras deverão ser preparados. §1º. Do lucro líquido apurado no exercício, será deduzida a parcela de 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social. §2º. A distribuição de dividendos, observadas as disposições do Contrato de Concessão, ficará condicionada aos limites fixados pela Lei nº 6.404/76, quer quantitativamente, quer quanto à periodicidade de sua distribuição, sendo que o dividendo obrigatório será de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do Art. 202 da Lei nº 6.404/76. §3º. A Companhia somente distribuirá dividendos excedentes ao dividendo mínimo obrigatório ou quaisquer outros benefícios societários, quando resultarem da apuração, ao final do exercício social, de lucros decorrentes do objeto social e desde que tais dividendos ou benefícios societários remanesçam após o pagamento de obrigações vencidas decorrentes do Contrato de Concessão, ainda que tais obrigações tenham se originado em exercícios financeiros anteriores ao da apuração dos lucros, respeitadas as restrições previstas no Contrato de Concessão. §4º. Observadas as disposições legais pertinentes, a Companhia poderá pagar a seus Acionistas, por deliberação da Assembleia Geral, juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. §5º. A Companhia poderá, a qualquer tempo, levantar balancetes em cumprimento a requisitos legais ou para atender a interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intermediários ou antecipados, que, caso distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório, acima referido. **Reorganização Societária, Transformação e Liquidação.** Artigo 25. É vedada a realização de operação de fusão, associação, incorporação ou cisão da Companhia. Artigo 26. É vedada a transformação da Companhia em qualquer outra forma societária. Artigo 27. A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei, sendo a Assembleia Geral o órgão competente para determinar o modo de liquidação e indicar o liquidante e o Conselho Fiscal, que deverá funcionar durante o período. **Solução de Controvérsias.** Artigo 28. Se quaisquer disputas ou conflitos de qualquer natureza, doravante referidos conjuntamente como um "Conflito", surgirem em relação a este Estatuto, os Acionistas deverão primeiro tentar solucioná-los por meio de discussões amigáveis e de boa fé e, somente na hipótese de falharem em estabelecer um consenso, então o "Conflito" será objeto de causa processual e, para tanto, os acionistas elegem o Foro da Comarca de Andradas, Estado de Minas Gerais, com exclusão de quaisquer outros por mais privilegiado que seja. **Disposições Gerais.** Artigo 29. A Companhia deverá observar os Acordos de Acionistas arquivados em sua sede, devendo a Diretoria abster-se de lançar transferências de ações e o Presidente da Assembleia Geral abster-se de computar votos contrários aos seus termos, em conformidade ao artigo 118 da Lei 6.404/76, e suas alterações posteriores. Artigo 30. A Companhia comunicará à Prefeitura de Andradas/MG e o Consórcio Público Para Gestão Integrada – CPGI, representando o Poder Concedente, a respeito de qualquer alteração neste Estatuto Social, no prazo máximo de 30 dias, contados da respectiva alteração. Terminada a leitura do estatuto social e após a sua aprovação unânime, o Sr. Presidente declarou que era necessário que os presentes subscrevessem o capital social, tendo, para tanto, mandado preencher os boletins de subscrição, verificando-se então que foram subscritas 4.000.000 de ações ordinárias nominativas, no valor de R$ 1,00 para cada ação ordinária, com a realização de capital, integralizado à vista no montante de R$ 1.200.000,00, na forma do artigo 80 da Lei 6.404 de 15/12/1976, equivalente a 30% do valor subscrito na constituição da Companhia, a ser efetuado mediante depósito em moeda corrente nacional no Banco do Brasil S.A. ou em outro estabelecimento bancário autorizado, tendo, para tanto, mandado o Presidente que fossem preenchidos os respectivos boletins de subscrição, sendo que cada parte subscreve e integraliza conforme boletim de subscrição anexo à presente ata. Portanto, os presentes, fundadores da **Concessionária Smart CPGI SPE S.A,** subscreveram as ações acima, na seguinte conformidade : **Splice Indústria, Comércio e Serviços Ltda**., já devidamente qualificada, subscreve 2.800.000 ações ordinárias nominativas no valor de R$ 2.800.000,00; e **RT Energia e Serviços Ltda**., já devidamente qualificada, subscreve 1.200.000 ações ordinárias nominativas no valor de R$ 1.200.000,00; sendo que cada uma integraliza nesta data 30% do valor subscrito conforme boletim de subscrição anexo à presente ata. Assinado e aprovado o boletim de subscrição, declarou o Sr. Presidente definitivamente constituída a **Concessionária Smart CPGI SPE S.A.** A seguir, procedeu-se à eleição do primeiro mandato da Diretoria, até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada após o término do exercício social de 2.024, ou seja, até 31/04/2025, sendo indicados os Srs. **Antonio Roberto Beldi,** brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, engenheiro eletricista, portador do RG nº 4.169.337-1-SSP-SP e CPF nº 618.760.038-04, natural de Votorantim/SP, nascido em 16/10/1950, filho de Alexandre Beldi Neto e Heloisa Wey Beldi, residente e domiciliado na Via Perimetral 1, Quadra setor 4, Condomínio Lago Azul, na Cidade de Araçoiaba da Serra, Estado de São Paulo, CEP 18.190-000; **Ricardo de Souza Adenes,** brasileiro, união estável, economista, portador do RG nº 410.163 SSP/DF e CPF nº 183.617.141-20, natural do Rio de Janeiro/RJ, nascido em 01/11/1957, filho de Paulo José Adenes e Geraldina de Souza Dutra Adenes, residente e domiciliado na Alameda Birmânia, nº 84, na Cidade de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, CEP 06543-195; e **João Paulo Casimiro Costa**, brasileiro, solteiro, engenheiro eletricista, portador do RG nº 34.949.750-3-SSP-SP e CPF nº 302.847.578-29, natural de Lorena/SP, nascido em 01/05/1982, filho de Antônio Paulo Casimiro Costa e Gema Galgani Braga Vieira Costa, residente e domiciliado na Rua Dr. Oswaldo Dixon, 177, Bairro do Pedregulho, na Cidade de Guaratinguetá, Estado de São Paulo, CEP 12515-270; todos com escritório comercial no endereço da sede da Companhia, estabelecida na Rua Daniel Soares Martins, nº 78, lote 14, quadra D, Bairro Pito Rossi, Cidade de Andradas, Estado de Minas Gerais, CEP 37.795-000, fixando-se a verba global e anual de até R$ 1.000.000,00, para pagamento dos honorários da Diretoria, cabendo a ela, por decisão colegiada, atribuir a seus membros os valores da respectiva remuneração mensal. Finalmente, fica a Diretoria autorizada a promover todos os atos complementares e necessários para os registros e arquivamento junto aos órgãos competentes para regular o funcionamento da sociedade. Por fim foi deliberado os jornais para as publicações legais da Companhia, sendo, Diário Oficial do Estado de Minas Gerais – DOMG e o Jornal de Grande Circulação na sede da Companhia, o Estado de Minas. Concluindo os trabalhos o Sr. Presidente deu por encerrada a assembleia geral de constituição da **Concessionária Smart CPGI SPE S.A,** determinado fosse lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, foi assinada por todos acionistas da sociedade. Andradas/MG, 24/01/2022. Antônio Roberto Beldi, Presidente; João Paulo Casimiro Costa, Secretário. Gisele Sanches Mascaroz Levy, Advogada - OAB/SP 167.680. Acionistas fundadores: Splice Indústria, Comércio e Serviços Ltda., Por Antônio Roberto Beldi; RT Energia e Serviços Ltda., Por João Paulo Casimiro Costa. JUCEMG nº 31300145221 em 16/02/2022, protocolo nº 220447322 em 28/01/2022. Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código 2292-E20D-BE18-A394.
Anexo SENAD_compressed (35683144) SEI 08129.003746/2026-88 / pg. 26

MUNICÍPIO DE MACHADO

EXTRATO DO CONTRATO 095/2023

Partes: Município de Machado/LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA. **Processo licitatório 236/2022 - Pregão 075/2022. Objeto:** contratação de empresa para futura e eventual Contratação de empresa para prestação de serviços de implantação, intermediação e administração de um sistema informatizado e integrado via web on-line real time, com utilização de dispositivos denominados TAG's (etiqueta) com tecnologia RFID ou similar para o fornecimento de combustíveis (gasolina, gasolina aditivada, etanol, diesel comum, diesel S500, diesel S10 e Arla 32) e manutenção preventiva, preditiva e corretiva especializados em veículos e maquinários à combustão de qualquer natureza e elétricos. Fornecimento de acessórios, equipamentos, lubrificantes, aditivos, pneus, vidraçaria, tapeçaria, funilaria, borracharia, chaveiro, lavagem e transporte por guincho em estabelecimentos credenciados em todo território Nacional através de equipe especializada objetivando subsidiar o uso do sistema de gestão e acompanhar o desempenho dos órgãos/entidades quanto aos indicadores de gestão da frota do Município de Machado MG. **Valor:** R$3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais). **Vigência:** 09/08/2024.

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO MUNICÍPIO DE VARGINHA – FHOMUV

AVISOS DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº 150/2023 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 132/2023 – do tipo "MENOR PREÇO", cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CIRURGIAS NEUROLÓGICAS ONCOLÓGICAS, EM CARÁTER DE CONSIGNAÇÃO, COM COMODATO DE EQUIPAMENTO E INSTRUMENTAIS**. Data da sessão: **30/08/2023, às 8h**. Retirada do Edital: www.hospitalhbp.com.br. Informações: (035) 3606-3591/3592/3595 – edital@hospitalhbp.com.br.

LICITAÇÃO Nº 151/2023 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 133/2023 – do tipo "MENOR PREÇO", cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO MÉDICO HOSPITALAR.** Data da sessão: **31/08/2023, às 8h**. Retirada do Edital: www.hospitalhbp.com.br. Informações: (035) 3606-3591/3592/3595 – edital@hospitalhbp.com.br.

LICITAÇÃO Nº 152/2023 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 134/2023 – do tipo "MENOR PREÇO", cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ESPECÍFICOS, CONTROLADOS E ONCOLÓGICOS**. Data da sessão: **01/09/2023, às 8h**. Retirada do Edital: www.hospitalhbp.com.br. Informações: (035) 3606-3591/3592/3595 – edital@hospitalhbp.com.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRA-MG

AVISO DE LICITAÇÃO

O município de Itabira torna público que fará realizar **PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA PMI/SMA/SUMAP/DICOM Nº 097/2023, PROCESSO 180/2023,** cujo objeto consiste no **Registro de preços, por item, para eventual aquisição de materiais de construção para atender as necessidades das diversas Secretarias do Município de Itabira/MG, conforme quantidades e especificações constantes no Anexo I - Termo de Referência do Edital, com vigência de 12 (doze) meses.** A data limite para recebimento e abertura das propostas será dia **29/08/2023,** às **08 horas** e o início da disputa do pregão dar-se-á no **dia 29/08/2023** às **08:30 horas**. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no site https://licitar.digital/**,** no https://www.itabira.mg.gov.br/ (Menu: Licitação – Editais de Aquisição), e-mail: compras.sma@itabira.mg.gov.br, ou na Prefeitura, Rua Venâncio Augusto Gomes, nº 50 – Major Lage de Cima – Itabira/MG – Telefone (31) 3839-2336 – 3839-2238, de 2ª a 6ª feira, no horário de 8 às 18 horas, a partir do dia **17/08/2023. ID LICITAR 0014473.**

Itabira, 16 de agosto de 2023.

Andréa Madeira Batista
Secretária Municipal de Administração-Em exercício

ALFA LEILÕES
Especialista em Imóveis

EDITAL DE HASTA PÚBLICA (1ª e 2ª praça) dos direitos do bem imóvel abaixo descrito, para conhecimento de eventuais interessados e para intimação dos executados: **L.C. GRAMICELLI EVENTOS ACESSO VIP VITÓRIA (CNPJ/MF Nº 31.913.324/0001-44)** e **LUCAS COUTINHO GRAMICELLI (CPF/MF Nº 124.461.247-20);** bem como dos coproprietários: **IVANIR DE PAULA GRAMICELLI (CPF/MF Nº 083.466.826-20), IVONE GRAMICELLI SIMÕES (CPF/MF Nº 038.913.266-70)** e **ESPÓLIO DE IVAN GRAMICELI (CPF/MF Nº 098.004.766-87),** representado por seus herdeiros: **ELIZABETE SANTOS GRAMICELI (CPF/MF Nº 042.009.256-05), IVAN GRAMICELI JÚNIOR (CPF/MF Nº 015.351.696-80)** e **RENATA SANTOS GRAMICELI (CPF/MF Nº 953.774.416-72).** A 4ª Vara Cível – Foro Central Cível, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, na forma da lei, **FAZ SABER**, aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que, por este Juízo, processam-se os autos da Execução por Quantia Certa contra Devedor Solvente, ajuizada por **TTRS SERVIÇOS S.A (CNPJ/MF Nº 28.469.714/0001-62)** em face de **L.C. GRAMICELLI EVENTOS ACESSO VIP VITÓRIA (CNPJ/MF Nº 31.913.324/0001-44)** e **LUCAS COUTINHO GRAMICELLI (CPF/MF Nº 124.461.247-20),** nos autos do **Processo nº 1031010-07.2021.8.26.0100**, e foi designada a venda dos direitos do bem descrito abaixo, nos termos dos artigos 246 a 280 dos Provimentos nº 50/1989 e 30/2013 da Corregedoria Geral de Justiça/SP que disciplina a Alienação em Leilão Judicial, assim como os artigos 879 a 903 do CPC. **Localização do Imóvel:** Rua Hespéria nº 94, Aparecida – Belo Horizonte/MG – CEP: 31235-080 - **Descrição do Imóvel:** Um imóvel residencial com 272m² de área construída e 320m² de área total, anteriormente descrito como, Lote 16 do quarteirão 16 da Vila Parque Riachuelo, fazendo frente para a Rua Espéria, dividindo pelos lados com os lotes 14 e 18 e pelos fundos com o lote 13, tendo a área, limites e demais confrontações de acordo com a planta da referida Vila, aprovada pela Prefeitura de Belo Horizonte em 10/05/1930. Matrícula Imobiliária sob nº 25.375, registrado perante o 1º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte/MG, como Inscrição Municipal nº 13.001.23.0663054. **OBS 01:** Foi deferida a penhora de 25% dos direitos do imóvel (Fls. 327), em razão da r. Sentença que homologou o inventário/arrolamento e a partilha dos bens deixados por Olga de Paula Gramiceli e Francisco Gramicelli, nos autos do Processo nº 1551567-58.1998.8.13.0024, de modo que será realizado o leilão da integralidade do bem nos termos do art. 843 do CPC. A referida penhora se encontra pendente de registro na matrícula imobiliária. **OBS 02:** O imóvel foi registrado perante o 1º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte/MG, porém a competência para a prática de novos atos relativos ao imóvel é do 6º Cartório de Registro de Imóveis de Belo Horizonte/MG. Eventuais regularizações registrais/cadastrais serão de responsabilidade do arrematante. **Valor de Avaliação do imóvel:** R$ 550.949,69 (Fev/2023 – Fls. 342/346). **Valor de avaliação atualizado:** R$ 563.165,00 (Jul/2023). O valor de avaliação será atualizado à época das praças através do índice do E. TJ/SP. **Débitos Tributários:** Não há débitos até a data de confecção deste edital. Os débitos tributários são sub-rogados no valor da arrematação (artigo 130, Código Tributário Nacional). **Débito Exequendo:** R$ 165.801,25 (Abr/2023 – Fls. 358). A 1ª praça terá início em **29 de agosto de 2023, às 15 horas e 30 minutos, e se encerrará no dia 01 de setembro de 2023, às 15 horas e 30 minutos**. Não havendo lance igual ou superior à avaliação nos 3 (três) dias subsequentes ao início da 1ª Praça, a **2ª Praça seguir-se-á sem interrupção, iniciando-se em 01 de setembro de 2023, às 15 horas e 30 minutos, e se encerrará em 22 de setembro de 2023, às 15 horas e 30 minutos.** Será considerado arrematante aquele que ofertar o maior lance, **sendo que serão aceitos lances iguais ou superiores** a 50% do valor da avaliação (artigo 891, parágrafo único do CPC e artigos 261 e 262 dos Provimentos nº 50/1989 e 30/2013 da Corregedoria Geral de Justiça/SP). Caso não haja propostas para pagamento à vista, serão admitidas propostas de arrematação parcelada exclusivamente eletrônicas pelo sítio eletrônico da gestora (www.alfaleiloes.com), sendo necessário sinal não inferior a 25% do valor da proposta e o restante em até 30 meses. O saldo devedor (parcelado) sofrerá correção mensal pelo índice do E. TJ/SP e será garantido por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. Havendo mais de uma proposta todas serão apresentadas para apreciação pelo MM. Juízo da causa, que decidirá pela de maior valor, caso estejam em diferentes condições ou, decidirá pela formulada em primeiro lugar, caso tenham iguais condições (artigo 891, parágrafo único, artigo 895, §§ 1º ao 8º do CPC). O leilão será realizado pelo Leiloeiro Público Oficial, Davi Borges de Aquino, matriculado na Junta Comercial de São Paulo sob n° 1.070, através da plataforma Alfa Leilões - Especialista em Imóveis (www.alfaleiloes.com). Todas as regras e condições aplicáveis estão disponíveis no Portal http://www.alfaleiloes.com (artigos 12 e 13 da Resolução n° 236/2016, CNJ). O arrematante deverá pagar a título de comissão, o valor correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o preço de arrematação do bem. São Paulo, 26 de julho de 2023. **DR. RODRIGO CESAR FERNANDES MARINHO**, **JUIZ DE DIREITO.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ

Processo Administrativo nº 124/2023 - Pregão Presencial nº 046/2023

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de madeiras, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Obras de Caparaó-MG. **Sessão Pública dia 30/08/2023 às 15h00min**, na sede da Prefeitura Municipal de Caparaó. Informações pelo Site: www.caparao.mg.gov.br - Telefone: (32) 3747-1026; e-mail: licitacao@caparao.mg.gov.br, ou pessoalmente no Setor de Licitações.

16 de agosto de 2023, Lia Débora Cardoso - Pregoeira Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO NAVARRO/MG

Extrato do edital 028/23 - Processo 047/23
Pregão Presencial nº 021/23

Objeto da Licitação: Registro de Preços objetivando a futuras e eventuais aquisições parceladas de oxigênio medicinal. Credenciamento: 01/09/23 às 08:30hs. Edital disponível no site: www.engenheironavarro.mg.gov.br.
Nubia Pereira Pimenta - Pregoeira Oficial.

MUNICÍPIO DE CÔNEGO MARINHO - MG

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº. 080/2023 - Pregão Eletrônico - SRP Nº. 052/2023

Objeto: registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de óleos lubrificantes, aditivo, fluido de freios e produtos de limpeza automotiva. Encaminhamento/recebimento das propostas e dos documentos de habilitação: As propostas e os documentos de habilitação deverão ser encaminhados, exclusivamente por meio eletrônico no sítio https://www.portaldecompraspublicas.com.br/18/. Apresentação das propostas e dos documentos de habilitação: Até às 08h30min do dia 30 de agosto de 2023. **Abertura da sessão pública e do envio de lances: às 09h00min do dia 30 de agosto de 2023**. O Edital está disponível no endereço eletrônico: https:// www.conegomarinho.mg.gov.br/licitacoes / e https://www.portaldecompraspublicas.com.br/18/.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ

Processo Administrativo nº 123/2023 - Pregão Presencial nº 045/2023

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual prestação de serviços de carpintaria, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Obras de Caparaó-MG. **Sessão Pública dia 30/08/2023 às 13h00min**, na sede da Prefeitura Municipal de Caparaó. Informações pelo Site: www.caparao.mg.gov.br - Telefone: (32) 3747-1026; e-mail: licitacao@caparao.mg.gov.br, ou pessoalmente no Setor de Licitações.

16 de agosto de 2023, Lia Débora Cardoso - Pregoeira Oficial.

Concessionária Smart CPGI SPE S.A

CNPJ/MF nº 45.321.562/0001-75 - NIRE 31300145221

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizadas em 01 de junho de 2023

Data, Hora e Local: 01/06/2023, 11hs, na sede social. **Convocação e Presença:** Dispensada. Presença de Acionistas representando a totalidade do capital social. **3. Mesa:** Sr. Antonio Roberto Beldi, presidente; Sr. João Paulo Casimiro Costa, secretário. **Deliberações aprovadas: 6.1** O **aumento do capital social**, dos atuais **R$ 4.000.000,00**, para **R$ 6.000.000,00**, com a emissão de **2.000.000 de novas ações** representativas do capital social da Sociedade, mediante a capitalização de AFAC. Portanto, as novas ações emitidas estão totalmente subscritas e integralizadas, neste ato, na proporção do capital social de cada acionista, sendo **R$ 1.400.000,00** integralizados pela acionista **Splice Indústria, Comércio e Serviços Ltda.** e **R$ 600.000,00** integralizados pela acionista **RT Energia e Serviços Ltda.; 6.2** Altera-se o Estatuto Social: "***Art. 5º.*** *O capital social subscrito e totalmente integralizado da Companhia é de R$ 6.000.000,00, representado por 6.000.000 de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.". **Permanecem inalterados os parágrafos desta cláusula. 6.3** A consolidação do Estatuto Social. Nada mais. Vila Velha, 01/06/2023. **Estatuto Social.** Art. 1º. A **Concessionária Smart CPGI SPE S.A.** é uma sociedade por ações regida pelo disposto neste Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15/12/1976, e suas alterações posteriores. **Sede Social.** Art. 2º. A Companhia tem sua sede e foro na Rua Daniel Soares Martins, nº 78, lote 14, quadra D, Bairro Pito Rossi, Cidade de Andradas, Estado de Minas Gerais, CEP 37.795-000, local onde funcionará o seu escritório administrativo, podendo abrir filiais, mediante deliberação da Diretoria. **Objeto Social.** Art. 3º. A Companhia tem por objeto exclusivo realizar, sob o regime de Parceria-Público-Privada (PPP) na modalidade concessão administrativa, para prestação de serviços de gestão, operação, modernização, otimização, expansão e manutenção da infraestrutura de iluminação pública, abrangendo a implantação, instalação, a recuperação, a modernização, o melhoramento, a eficientização, da rede municipal de iluminação pública dos Municípios de Albertina, Andradas, Bandeira do Sul, Caldas, Divisa Nova, Ibitiúra de Minas, Ipuiuna e Santa Rita de Caldas, as quais compõe o Consórcio Público para Gestão Integrada – CPGI, do Estado de Minas Gerais, conforme o Edital de Concorrência Pública nº 04/2021 ("Edital"), processo licitatório nº 08/2021 e o Contrato de Concessão Administrativa pertinente ("Contrato de Concessão") junto à Prefeitura de Andradas/MG, município da sede do Consórcio Público para Gestão Integrada – CPGI, poder concedente, enquadrando-se em Sociedade de Propósito Específico (SPE). §Único. É vedada a alteração do objeto social da Companhia sem prévia e expressa anuência, por escrito do Poder Concedente. **Duração.** Art. 4º. O prazo de duração da Companhia é indeterminado, observado o prazo suficiente para o cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão. **Capital Social e Ações.** Art. 5º. O capital social subscrito e totalmente integralizado da Companhia é de R$ 6.000.000,00, representado por 6.000.000 de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. §1º. Não poderão ser computados como aportes de capital os gastos realizados pela proponente adjudicatária até a constituição da Concessionária. §2º. A Companhia não poderá, durante todo o prazo da Concessão, reduzir o seu capital em prazo inferior e/ou abaixo do valor mínimo especificado no Contrato de Concessão, sem prévia e expressa autorização, por escrito, do Poder Concedente. Art. 6º. Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito de um voto nas Assembleias Gerais de Acionistas. Art. 7º. A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do Acionista no livro de "Registro de Ações Nominativas". Art. 8º. Quaisquer operações que importem em modificação da composição do controle acionário da Companhia, seja ele direto ou indireto, devem ser submetidas à prévia autorização dos acionistas, considerando o quanto disposto no §1º deste Art.. Parágrafo1º. Durante o prazo da Concessão, o controle acionário direto da Companhia somente poderá ser alterado mediante prévia e expressa autorização do Poder Concedente. §2º. A Concessionária deverá encaminhar ao Poder Concedente, representado pelo Consórcio Público Para Gestão Integrada – CPGI, situado no Município de Andradas, no Estado de Minas Gerais, os registros deste estatuto social perante a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, imediatamente após a sua constituição e sempre que houver alteração do controle societário, quando previamente aprovados pelo Poder Concedente, atualizando o Quadro de Acionistas, por tipo e quantidade de ações. §3º. Para efeito de verificação do cumprimento das exigências estabelecidas no Edital, a Companhia deverá manter a Prefeitura de Andradas/MG, representante do Poder Concedente, informada sobre a titularidade das ações. Art. 9º. As propostas de emissão de títulos e valores mobiliários, que contenham dispositivo de conversão em ações ou que tenham como garantia ações integrantes do Grupo Controlador devem ser submetidas à prévia autorização do Poder Concedente. **Assembleia Geral de Acionistas.** Art. 10. As Assembleias Gerais de Acionistas realizar-se-ão ordinariamente uma vez por ano, nos 4 primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, a fim de que sejam discutidos os assuntos previstos em lei. Art. 11. As Assembleias Gerais Extraordinárias serão realizadas sempre que necessário, quando os interesses sociais assim o exigirem, ou quando as disposições do presente Estatuto Social ou da legislação aplicável exigirem deliberação dos Acionistas. Art. 12. As Assembleias Gerais de Acionistas serão convocadas pela Diretoria, quando entender conveniente ou necessário, mediante proposta da administração aos acionistas e na forma do Art. 123 da Lei das Sociedades por Ações. §1º. As Assembleias Gerais serão presididas na forma do Art. 128 da Lei das Sociedades por Ações. §2º. Somente poderão participar da Assembleia Geral os Acionistas titulares de ações que estiverem registradas em seu nome, no livro próprio, até 48 horas antes da data marcada para a realização da referida Assembleia Geral. Art. 13. As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as hipóteses especiais previstas em lei, neste Estatuto Social, no Contrato de Concessão e no Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, serão tomadas por maioria de votos dos presentes com exceção do que por Lei solicitar quórum qualificado, não se computando os votos em branco, com exceção das seguintes matérias, cuja aprovação dependerá da aprovação dos Acionistas detentores da totalidade do capital social votante: (i) a alteração do Contrato de Concessão, nas hipóteses e condições nele previstos; (ii) qualquer aumento do capital da Companhia, desdobramento ou grupamento de ações, resgate ou compra de ações para cancelamento ou manutenção em tesouraria, emissão ou venda de quaisquer valores mobiliários da Companhia conversíveis ou não em ações, inclusive, mas sem limitação, criação e emissão de ações preferenciais, debêntures, bônus de subscrição, partes beneficiárias ou opções de compra ou subscrição de ações; (iii) a deliberação sobre o destino do lucro líquido do exercício ou de períodos intermediários, a não distribuição ou distribuição de dividendos e/ou remuneração sobre o capital próprio em montante diverso do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia conforme em vigor nesta data, respeitado os Covenants contratados pela Companhia visando atendimento ao contrato de concessão; (iv) a participação da Companhia em licitações e/ou a celebração, alteração, renovação ou não renovação no Contrato de Concessão pela Companhia; (v) a autorização aos administradores da Companhia para confessar falência, promover dissolução e/ou liquidação, ajuizar pedido de processamento de recuperação judicial ou de homologação de plano de recuperação extrajudicial; (vi) aprovação da celebração, pela Diretoria, de contratos ou negócios jurídicos que envolvam valores superiores a R$ 2.000.000,00; (vii) criação de subsidiárias integrais, associação, constituição de consórcios ou participação da Companhia em sociedades com terceiros ou partes relacionadas à Companhia, ainda que estes terceiros estejam sob controle comum da Companhia; (viii) aprovação da alienação ou oneração de qualquer bem integrante do ativo permanente da Companhia de valor superior ou igual a R$ 2.000.000,00; (ix) aprovação da celebração de qualquer contrato de financiamento ou empréstimo que impacte no endividamento da Companhia, de valor superior ou igual a R$ 2.000.000,00; e (x) aprovação da celebração de quaisquer outros atos jurídicos ou prática de ações pela Companhia de valor superior ou igual a R$ 2.000.000,00. §Único. O Presidente da Assembleia deverá abster-se de registrar qualquer deliberação tomada em desacordo com as disposições do Acordo de Acionistas. Art. 14. As Assembleias Gerais convocadas para tratar das matérias dispostas no Art. 13 somente poderão ser instaladas com a presença dos Acionistas representando a totalidade do capital social. §Único. Sem prejuízo das formalidades previstas na legislação aplicável, os Acionistas deverão ser convocados para as Assembleias Gerais da Companhia na forma do Art. 124 da Lei das Sociedades por Ações. Independentemente das formalidades referentes à convocação de Assembleias Gerais previstas neste Estatuto Social, será regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os Acionistas. **Administração da Companhia.** Art. 15. A administração da Companhia compete à Diretoria, que terá as atribuições conferidas por lei e pelo presente Estatuto Social, estando os Diretores dispensados de oferecer garantia para o exercício de suas funções. A administração da Companhia será pautada pela implementação, consecução e preservação dos seguintes objetivos: a) prestação de serviços de alta qualidade; b) altos níveis de eficiência, produtividade, competitividade e lucratividade; c) implantação e manutenção de sistemas de informações e gerenciais modernos; d) modernização do gerenciamento de recursos humanos, implementação de plano de cargos e salários; e) preservação do meio ambiente; f) implementação de programas de segurança da iluminação das vias públicas. §1º. Os membros da Diretoria tomarão posse mediante a assinatura dos respectivos termos no livro próprio, permanecendo em seus respectivos cargos até a posse de seus sucessores. §2º. A Assembleia Geral de Acionistas deverá estabelecer a remuneração total dos membros da Diretoria, cabendo a Diretoria em colegiado deliberar sobre a sua distribuição. Art. 16. A Diretoria da Companhia será composta por 3 Diretores, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral de acionistas, todos sem qualquer designação específica, para um mandato de 3 anos, admitida a reeleição, sendo escolhidos e recrutados no mercado dentre pessoas de reconhecida competência profissional, devendo os mesmos permanecer nos cargos até a posse dos novos membros eleitos. §1º. No caso de vacância de cargo da Diretoria, a respectiva substituição será deliberada pela Assembleia de Acionistas, a ser convocado no prazo de 30 dias, contados da vacância. Art. 17. Compete à Diretoria a representação da Companhia, de forma ativa e passivamente, bem como a prática de todos os atos necessários ou convenientes à administração dos negócios sociais, respeitados os limites previstos em lei, no Contrato de Concessão e no presente Estatuto Social. §Único. Sendo convocada Assembleia Geral, até que esta se realize, a Diretoria não poderá deliberar e/ou praticar o ato, ou similar, que será objeto de deliberação da referida Assembleia. Art. 18. Nos atos e instrumentos que acarretarem responsabilidade para a Companhia, será ela representada por 2 Diretores em conjunto, ou por um Diretor em conjunto com um procurador com poderes especiais e específicos, ou por 2 procuradores em conjunto com poderes especiais e específicos. §Único. Os instrumentos de mandato serão sempre firmados por 2 Diretores da Companhia e não poderão ter prazo superior a um ano, vedado o substabelecimento, salvo aqueles com finalidade *ad judicia*, que poderão ter prazo indeterminado. Art. 19. São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer Diretor, procurador ou funcionário que a envolverem em obrigações relativas a operações ou negócios estranhos ao seu objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, os quais sempre deverão ser deliberados pela Assembleia de Acionistas. Art. 20. A Diretoria se reunirá, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação por escrito de qualquer dos seus membros, com antecedência mínima de 48 horas, mediante a apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados. §1º. As reuniões poderão ser realizadas remotamente quando necessário, sendo a participação considerada presencial, devendo expressar seus votos por escrito, a serem arquivados na sede da Companhia, juntamente do livro de atas de Diretoria. §2º. Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Diretores presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas da Diretoria da Companhia. Art. 21. – Sem prejuízo das demais matérias que lhe serão atribuídas por lei ou por este Estatuto Social, competirá exclusivamente à Diretoria deliberar a respeito das seguintes matérias que, para sua aprovação, exigirá maioria de votos favoráveis: (i) Aprovação do plano de negócio, plano operacional e orçamento anual da Companhia, e qualquer de suas alterações, bem como aprovação de investimentos que não os previstos nos aludidos planos e orçamentos; (ii) Aprovação de proposta de reforma estatutária, a ser submetida à Assembleia Geral; (iii) Aprovação de qualquer negócio, de qualquer natureza, entre a Companhia e qualquer Acionista, ou afiliadas de qualquer Acionista, ou coligadas de Acionistas, ou ainda com qualquer dos Diretores da Companhia; (iv) Aprovação para alienação, oneração ou aquisição de direitos (exceto participações societárias, cuja competência incumbe à Assembleia Geral) ou bens móveis e/ou imóveis pela Companhia, cujo valor (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza) exceda de R$ 1.000.000,00 até R$ 2.000.000,00, sendo que acima deste valor caberá à Diretoria submeter à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas; e valores até R$ 1.000.000,00 poderão ser assumidos por 2 diretores conjuntamente; (v) Aprovação para contratação de empréstimos, financiamentos ou outras obrigações de qualquer natureza, à quantia (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza) que exceda de R$ 1.000.000,00 até R$ 2.000.000,00, sendo que acima deste valor caberá à Diretoria submeter à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas; e valores até R$ 1.000.000,00 poderão ser assumidos por 2 diretores conjuntamente; (vi) Aprovação dos critérios de remuneração dos funcionários da companhia e seus planos de carreira; (vii) Contratação, pela Companhia, de empresa de auditoria independente, que deverá ser escolhida entre aquelas de notória reputação. **Conselho Fiscal.** Art. 22. O Conselho Fiscal somente será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos Acionistas, nos termos da legislação aplicável. Art. 23. O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por no mínimo 3 e no máximo 5 membros e por igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, sendo permitida a reeleição, com as atribuições e prazos de mandato previstos em lei. §Único. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será estabelecida pela Assembleia Geral de Acionistas que os eleger. **Exercício Social e Lucros.** Art. 24. O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que o balanço e as demais demonstrações financeiras deverão ser preparados. §1º. Do lucro líquido apurado no exercício, será deduzida a parcela de 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social. §2º. A distribuição de dividendos, observadas as disposições do Contrato de Concessão, ficará condicionada aos limites fixados pela Lei nº 6.404/76, quer quantitativamente, quer quanto à periodicidade de sua distribuição, sendo que o dividendo obrigatório será de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do Art. 202 da Lei nº 6.404/76. §3º. A Companhia somente distribuirá dividendos excedentes ao dividendo mínimo obrigatório ou quaisquer outros benefícios societários, quando resultarem da apuração, ao final do exercício social, de lucros decorrentes do objeto social e desde que tais dividendos ou benefícios societários remanesçam após o pagamento de obrigações vencidas decorrentes do Contrato de Concessão, ainda que tais obrigações tenham se originado em exercícios financeiros anteriores ao da apuração dos lucros, respeitadas as restrições previstas no Contrato de Concessão. §4º. Observadas as disposições legais pertinentes, a Companhia poderá pagar a seus Acionistas, por deliberação da Assembleia Geral, juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. §5º. A Companhia poderá, a qualquer tempo, levantar balancetes em cumprimento a requisitos legais ou para atender a interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intermediários ou antecipados, que, caso distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório, acima referido. **Reorganização Societária, Transformação e Liquidação.** Art. 25. É vedada a realização de operação de fusão, associação, incorporação ou cisão da Cia.. Art. 26. É vedada a transformação da Companhia em qualquer outra forma societária. Art. 27. A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei, sendo a Assembleia Geral o órgão competente para determinar o modo de liquidação e indicar o liquidante e o Conselho Fiscal, que deverá funcionar durante o período. **Solução de Controvérsias.** Art. 28. Se quaisquer disputas ou conflitos de qualquer natureza, doravante referidos conjuntamente como um "Conflito", surgirem em relação a este Estatuto, os Acionistas deverão primeiro tentar solucioná-los por meio de discussões amigáveis e de boa fé e, somente na hipótese de falharem em estabelecer um consenso, então o "Conflito" será objeto de causa processual e, para tanto, os acionistas elegem o Foro da Comarca de Andradas, Estado de Minas Gerais, com exclusão de quaisquer outros por mais privilegiado que seja. **Disposições Gerais.** Art. 29. A Companhia deverá observar os Acordos de Acionistas arquivados em sua sede, devendo a Diretoria abster-se de lançar transferências de ações e o Presidente da Assembleia Geral abster-se de computar votos contrários aos seus termos, em conformidade ao Art. 118 da Lei 6.404/76, e suas alterações posteriores. Art. 30. A Companhia comunicará à Prefeitura de Andradas/MG e o Consórcio Público Para Gestão Integrada – CPGI, representando o Poder Concedente, a respeito de qualquer alteração neste Estatuto Social, no prazo máximo de 30 dias, contados da respectiva alteração. Andradas/MG, 01/06/23. JUCEMG nº 9524265, 12/08/22, prot. 224110870 em 11/08/2022. Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código 7D79-C7FA-841A-9891.
Anexo SENAD_compressed (35683144) SEI 08129.003746/2026-88 / pg. 27

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERA FELIZ/MG

Aviso de Pregão Eletrônico – nº 035/2023 - Processo 195/2023. Aquisição de 02 Veículos 0 km primeiro emplacamento em nome do município para atender a Secretaria de Saúde, conforme Resolução SES/MG nº 7.751. Data da Sessão: 30/08/2023 às 09:30 horas. O edital encontra-se disponível no site: www.esperafeliz.mg.gov.br ou https://www.licitanet.com.br. Sâmela Nascimento Gomes – Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERA FELIZ/MG

Aviso de Pregão Presencial – nº 045/2023 - Processo 0196/2023. Registro de preço para futuras aquisições de café para atender as diversas unidades administrativas do Município, incluindo escolas, postos de saúde, programas assistenciais, secretarias, etc. Data 30/08/2023 às 09:30 horas. O edital completo encontra-se disponível no site: www.esperafeliz.mg.gov.br. Oziel Gomes da Silva – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITOLIO/MG

Chamamento Público n. º 07/2023. Torna público através do Prefeito Municipal, Cristiano Geraldo da Silva, que se acha aberto o **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO** para a seleção de empresa do ramo da Construção Civil, interessada na Construção de Empreendimento Imobiliário - Habitação de Interesse Social - no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida ou outro que vier a substituí-lo. Devendo o Envelope contendo a Documentação de Habilitação ser entregue na Seção de Licitação, até às 09:00 horas do dia 06/10/2023. Informações através do telefone (37)33730300 ou www.capitolio.mg.gov.br.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO RIO PARDO - CISARP, REPUBLICA a quem interessar que estará realizando no dia 29/08/2023 às 14h00min o Processo Licitatório 021/2023 Pregão Eletrônico 004/2023, objeto: **Aquisição de Micro-ônibus Rodoviário de Transporte Sanitário zero Km primeiro emplacamento com acessibilidade para transporte de passageiros dos municípios conveniados ao CISARP**. Informações complementares através do e-mail: cistaiobeiras@gmail.com e página eletrônica https://licitar.digital/ preferencialmente – Ancelmo Martins Mendes - Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA PONTE/MG
3º T.A. – PRORROGAÇÃO DE PRAZO
CONTRATO nº42/21 – P.L. nº058/21 – T.P. nº04/21

Contratada: C&R ENGENHARIA E CONTRUÇÕES LTDA. Obj.: Construção de Portal de Entrada na Cidade de São João da Ponte/MG, com recursos oriundos do Contrato de Repasse Nº 897198/2019/MTUR/CAIXA. Fica prorrogada a vigência contratual, por mais 08(oito) meses, qual seja 14/08/23 até 14/04/24. Fulcro Art. 57, Inc. II, Lei 8.666/93, as demais permanecem inalteradas.
Danilo W. Veloso. Prefeito. 14/08/23.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERA FELIZ/MG

Aviso de Pregão Eletrônico – nº 034/2023 - Processo 194/2023. Aquisição de motocicleta 0 km primeiro emplacamento em nome do município para atender a Secretaria de Saúde. Data da Sessão: 29/08/2023 às 09:30 horas. O edital encontra-se disponível no site: www.esperafeliz.mg.gov.br ou https://www.licitanet.com.br.
Sâmela Nascimento Gomes – Pregoeira.

MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA - Retifica-se o aviso de Abertura do Pregão 98/2023. Publicado no Jornal Hoje em Dia no dia 12/08/23, página 03. Acrescenta-se a seguinte informação: data de abertura dia 29/08/2023. Permanecem inalteradas as demais informações contidas no referido extrato. Em, 16/08/2023.
André Luiz Fernandes / Pregoeiro

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO RIO PARDO - CISARP, REPUBLICA a quem interessar que estará realizando no dia 30/08/2023 às 14h00min o Processo Licitatório 022/2023 Pregão Eletrônico 005/2023, objeto: **Aquisição de veículos de passeio 5 e 7 lugares, ambulâncias e utilitários para atendimento aos municípios conveniados ao CISARP**. Informações complementares através do e-mail: cistaiobeiras@gmail.com e página eletrônica **https://licitar.digital/ preferencialmente** – Ancelmo Martins Mendes - Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAÍ/MG

P. nº 048/23, PP nº 27/23 SRP. **Adiamento de Sessão de Licitação**. **Objeto**: Aquisição de materiais de vidraçaria para manutenção dos prédios públicos**. Nova Data da Sessão:** 29/08/23 às 08:30 hs. Edital: Prefeitura, e-mail: setordelicitacao.ibiai@hotmail.com, ou pelo site. Ibiaí-MG, 15/08/23.
José Pedro Marçal-Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO/MG - CONCORRÊNCIA Nº 02/2023. O Município de Sarzedo torna público que realizará licitação na modalidade em epígrafe, cujo objeto é: "Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para execução de reforma da Quadra das Antenas situada na Rua Fonseca, nº 132, Bairro Brasília, Sarzedo/MG, incluindo o fornecimento de materiais e mão de obra". A sessão pública de abertura do certame ocorrerá no dia 26/09/2023, horário: 09h30min., no endereço eletrônico: www.licitanet.com.br. Edital e anexos disponíveis nos sites: www.sarzedo.mg.gov.br / www.licitanet.com.br. Sarzedo, 15 de agosto de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANAÚBA/MG
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº. 193/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 39/2023

O município de Janaúba/MG torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 29 de agosto de 2023, às 10:00, em sua sede situada na praça dr. rockert, n° 92, centro, processo licitatório n° 193/2023, na modalidade pregão presencial n° 39/2023, para aquisição de placas em alumínio fundido para atender esta prefeitura, conforme especificações constantes no edital e seus anexos, cuja cópia poderá ser adquirida junto ao setor de licitações, no referido endereço, no horário de 12:00 às 18:00 horas, nos dias úteis, assim como no site: www.janauba.mg.gov.br. Janaúba-MG, 16 de agosto de 2023
Tamiris Greycielle de Paula Borges. Assessora Especial em Licitações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÍBA/MG - AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 087/2022 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2023. Torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 29/08/2023 as 08:30 hs, Licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, do **Tipo Menor Preço por item,** tendo como Objeto a futura e eventual Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes, para atender as demandas das Secretarias do Município de Jaíba/MG. Conforme especificações constantes do Edital e seus anexos, disponível no site www.jaiba.mg.gov.br cuja cópia poderá ser obtida. Esclarecimentos através do e-mail licitacoes@jaiba.mg.gov.br, ou no setor de Licitações, de segunda a sexta-feira de 08:00 as 12:00 hs, nos dias úteis; Jaíba/MG, 16 de agosto de 2022. Teófilo Gomes Caires - Pregoeiro Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANAÚBA/MG
PROCESSO Nº. 194/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 38/2023

O município de Janaúba/MG torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 29 de agosto de 2023, às 14:00, no endereço http://comprasbr.com.br, processo licitatório n° 194/2023, na modalidade pregão eletrônico n° 38/2023, para contratação de empresa para execução de serviço com fornecimento de material, para implantação da sinalização luminosa do aeródromo público deste município (SNAP – CIAD MG0021), de acordo com as especificações constantes no edital e seus anexos, cuja cópia poderá ser adquirida junto ao setor de licitações, no referido endereço supracitado, no horário de 12:00 às 18:00 horas, nos dias úteis, assim como no site: www.janauba.mg.gov.br. Janaúba-MG, 16 de agosto de 2023. Tamiris Greycielle de Paula Borges. Assessora Especial em Licitações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NANUQUE/MG
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRONICO 004/2023

O Município de Nanuque/MG torna público que estará realizando licitação na modalidade de Pregão Eletrônico – 004/2023, Aquisição de mobiliário permanente (mobiliário em geral), equipamento escolares, equipamentos de informática e demais itens custeados pelo **CONVÊNIO DE SAÍDA Nº 1261002933/2022/SEE** celebrado entre o Estado de Minas Gerais, por intermédio do(a) Secretaria de Estado de Educação e a Prefeitura Municipal de Nanuque para os fins nele especificados**.** Abertura será às 09h:00mm do dia 31/08/2023. O Edital poderá ser consultado no endereço www.nanuque.mg.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO/MG

Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Abaixo/MG, referente ao Processo Licitatório Nr. 123/2023, Tomada de Preços N.º 20/2023 – Contratação de Empresa de Engenharia Civil para execução de galpão no Distrito Industrial I, para instalação de fábrica de torresmo em São Gonçalo do Rio Abaixo/MG, a CPL informa que decide pela convocação dos licitantes **HABILITADOS** para comparecer à Secretaria Municipal de Administração às 14:00 horas do dia 22/08/2023 para abertura do envelope 02 – PROPOSTA FINANCEIRA.
São Gonçalo do Rio Abaixo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NANUQUE/MG
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO 005/2023

O Município de Nanuque/MG, por intermédio da sua CPL, torna público que estará realizando licitação na modalidade de Tomada de Preços Nº 005/2023, para fins Contratação de empresa especializada em elaboração de projetos arquitetônicos e complementares de engenharia, contemplando estudos preliminares, as buit do projeto arquitetônico (planta baixa), projeto executivo para reforma e ampliação do Hospital e Pronto Socorro Renato Azeredo e Maternidade Risoleta Neves. A sessão será realizada no dia às 9:00 horas do dia 05 de setembro de 2023. O Edital poderá ser obtido no endereço www.nanuque.mg.gov.br. Marizete Ferreira Santiago Portugal (Presidente da CPL).

PREFEITURA MUNICIPAL DE NANUQUE/MG
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO 006/2023

O Município de Nanuque/MG, por intermédio da sua CPL, torna público que estará realizando licitação na modalidade de Tomada de Preços Nº 006/2023, para fins contratação de empresa para pavimentação em bloquete sextavado de trecho da rua Bráulio Ferreira Freire, trecho da Rua Valmir r. Mota, trecho da travessa Wantuil Lopes e trecho da travessa santa luzia em Nanuque/MG. A sessão será realizada no dia às 9:00horas do dia 12 de setembro de 2023. O Edital poderá ser obtido no endereço www.nanuque.mg.gov.br. Marizete Ferreira Santiago Portugal (Presidente da CPL).

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO/MG

Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Abaixo/MG, referente ao Processo Licitatório Nr. 107/2023, Tomada de Preços N.º 17/2023 – Contratação de Empresa de Engenharia Civil para execução de serviços de reforma e ampliação da Escola Integral Vargem Alegre em São Gonçalo do Rio Abaixo/MG, a CPL informa que decide pela convocação dos licitantes **HABILITADOS** para comparecer à Secretaria Municipal de Administração às 09:00 horas do dia 22/08/2023 para abertura do envelope 02 – PROPOSTA FINANCEIRA.
São Gonçalo do Rio Abaixo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO/MG

A Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Abaixo/MG, informa que realizará Processo Licitatório 134/2023 Pregão Eletrônico N.º 90/2023 - Registro de preços para futura e eventual aquisição de uniformes para atender aos projetos e atividades esportivas fornecidas pela secretaria de Esportes, Lazer e Juventude de SGRA-MG**.** As propostas serão recebidas até às 09:00 horas do dia 05/09/2023. A operação da sessão pública se dará a partir das 09:00 horas do dia 05/09/2023. O Edital completo poderá ser obtido no sítio eletrônico **https://www.saogoncalo.mg.gov.br/transparencia** e/ou **https://bll.org.br.** S. G. R. Abaixo, 16 de agosto de 2023 – Raimundo Nonato de Barcelos – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NANUQUE/MG
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO 007/2023

O Município de Nanuque/MG, por intermédio da sua CPL, torna público que estará realizando licitação na modalidade de Tomada de Preços Nº 007/2023, para fins contratação de empresa especializada para execução de serviços de engenharia elétrica com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra para ampliação do sistema de iluminação pública do município de Nanuque/mg com implantação de luminárias LED na lagoa dos namorados, oferecendo garantia dos equipamentos e materiais. A sessão será realizada no dia às 9:00 horas do dia 14 de setembro de 2023. O Edital poderá ser obtido no endereço www.nanuque.mg.gov.br. Marizete Ferreira Santiago Portugal (Presidente da CPL).

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO/MG

Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Abaixo/MG informa que realizará a **Tomada de Preços 27/2023 –** O objeto da presente licitação é Contratação de Empresa para execução de cobertura em estrutura metálica no campo Society em São Gonçalo do Rio Abaixo/MG. As propostas deverão ser entregues **até às 09:00 horas do dia 04/09/2023. A abertura dos envelopes será realizada, a partir das 09:00 horas, no mesmo dia e local** no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal – Rua Henriqueta Rubim, N.º 27 – Centro – S.G.R.A. O Edital completo poderá ser obtido no site http://www.saogoncalo.mg.gov.br/licitacoes. S. G. R. A, 16 de agosto de 2023 Raimundo Nonato de Barcelos – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO/MG

Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Abaixo/MG informa que realizará a **Tomada de Preço 25/2023 –** O objeto da presente licitação é **Contratação de Empresa de Engenharia Civil para execução de galpão para instalação de fábrica de doces no Distrito Industrial I, em São Gonçalo do Rio Abaixo/MG**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas nos Apêndices deste Projeto Básico. As propostas deverão ser entregues **até às 09:00 horas do dia 05/09/2023. A abertura dos envelopes será realizada, a partir das 09:01 horas, no mesmo dia e local** no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal – Rua Henriqueta Rubim, N.º 27 – Centro – S.G.R.A. O Edital completo poderá ser obtido no site http://www.saogoncalo.mg.gov.br/licitacoes.
S. G. R. A, 16 de agosto de 2023
Raimundo Nonato de Barcelos – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCRANE – MG – Tomada de Preços Nº 007/2023 - Processo Licitatório Nº 108/2023 OBJETO: Contratação de Empresa Especializada em execução de pavimentação em piso intertravado de bloco sextavado, espessura 8 cm, FCK 35 MPA, situado no Bairro Nossa Senhora das Graças (Loteamento do Genadir), em Pocrane – MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos e conforme o contrato de repasse OGU nº 939580/2022 – Operação 1085280-03, Programa Mobilidade Urbana. Prazo para o recebimento dos envelopes de propostas e documentação: Até o dia 04/09/2023, ás 13:30 horas, Local para apresentação dos Envelopes de Propostas e Documentação: Rua Nilo Moraes Pinheiro, 322, Centro, Pocrane - MG. Contatos: 33 3316-1112 e Email: licitacao@pocrane.mg.gov.br Pocrane, 16, agosto 2023. Ernane José de Macedo - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERA FELIZ/MG

Aviso Reabertura Tomada de Preço – nº 004/2023 - Processo 174/2023 - Contratação de empresa especializada para pavimentação em bloquete da Avenida Luzia Arruda de Souza, ficam as empresas e demais interessados desde já intimadas e cientes que a data de abertura dos envelopes de proposta será dia 18/08/2023 às 09:30h. A decisão do recurso encontra-se disponível no setor de licitação.
Oziel Gomes da Silva
Prefeito Municipal.

HOJE EM DIA
ANUNCIE AQUI (31) 3253-2205

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ/MG
PL nº 58/2023 - TP nº 08/2023

Obj: Prestação de serviços de execução de 3.150,00m² de pavimentação poliédrica na estrada Guilherme Capanema Bicalho, sentido Santana da Prata, no Município de Conceição do Pará/MG-Entrega dos envelopes dia 04/09/2023, às 09:00 hrs - Inf pelo tel (37) 3276-1391 - Edital pelo site www.conceicaodopara.mg.gov.br.
Lucrécia Dias Miranda-Presidente da CPL.

PL nº 59/2023 - TP nº 09/2023

Obj: Prestação de serviços de execução de reforma da Farmácia Popular Municipal de Conceição do Pará/MG-Entrega dos envelopes dia 05/09/2023, às 09:00 hrs-Inf pelo tel (37)3276-1391-Edital pelo site www.conceicaodopara.mg.gov.br.
Lucrécia Dias Miranda-Presidente da CPL.

PL nº 60/2023 - TP nº 10/2023

Obj: Prestação de serviços de construção de 744,06m² de pista de caminhada na estrada LMG 819, trecho Parque Ecológico, acesso ao Santuário, no Município de Conceição do Pará/MG-Entrega dos envelopes dia 06/09/2023, às 09:00 hrs-Inf pelo tel (37)3276-1391-Edital pelo site www.conceicaodopara.mg.gov.br.
Lucrécia Dias Miranda-Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS/MG

Processo n.º 060/2023 - Pregão Eletrônico 028/2023 - Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios, materiais de limpeza, fraudas, dentre outros, para atendimento das demandas deste Município de Buenópolis – MG. Data: 11/09/2023 as 09:00 horas. O edital se encontra disponível no site http://buenopolis.mg.gov.br/953-2/. Informações: Email: bue_licitacao@yahoo.com.br.
CPL – Célio Santana
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS VERMELHAS/MG
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 027/2023

A Prefeitura Municipal de Águas Vermelhas - MG torna público a realização de licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL 027/2023, tipo menor preço POR LOTE, destinado ao REGISTRO DE PREÇO para eventual Contratação de serviços mecânicos, elétricos, lanternagem, alinhamento, balanceamento, injeção eletrônica, cabeçotes, soldas em geral, maçarico, usinagem, torno mecânico e outros para manutenção da frota municipal, cujo CREDENCIAMENTO SE DARÁ ÀS 09:00 horas do dia 31 (trinta e um) de agosto de 2023. MAIORES INFORMAÇÕES, bem como EDITAL COMPLETO, junto a Prefeitura Municipal de Águas Vermelhas - MG, com sede na Rua São Vicente, 164 - Centro, pelo TELEFONE (33) 3755-1490, E-MAIL licitacao@aguasvermelhas.mg.gov.br e SITE aguasvermelhas.mg.gov.br
Águas Vermelhas-MG, 15 de agosto de 2023
Andressa Mendes Silva
Pregoeira

MUNICÍPIO DE MACHADO

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº. 00144/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 056/2023
Edital 070/2023

DO OBJETO: FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS, DO TIPO GASOLINA, ETANOL E DIESEL, PARA ABASTECIMENTO DA FROTA MUNICIPAL, ATENDENDO AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE MACHADO/MG. **INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS NO SITE:** Dia 21 de agosto de 2023 as 09h0hs. **FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** Dia 31 de agosto de 2023 as 08h59min. **ABERTURA E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS:** Dia 31 de agosto de 2023 as 09h00hs. **ABERTURA E DISPUTA DE LANCES:** Tão logo encerrada a abertura e avaliação das propostas. Os interessados em participar deste Pregão Eletrônico deverão adquirir o edital através do site: ***http://machadoportaltransparencia.portalfacil.com.br/licitacoes***

Luiz Fernando da Silva
Pregoeiro Oficial.

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código 9099-CA00-7186-2B1D.
Anexo SENAD_compressed (35683144) SEI 08129.003746/2026-88 / pg. 28

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL XAVIER CHAVES/MG

RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2023

TOMADA DE PREÇO Nº 04/2023

Aos 15 (quinze) dias do mês de agosto de 2023, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Coronel Xavier Chaves, Rua Padre Reis, 84, Centro de Coronel Xavier Chaves, aconteceu o julgamento das propostas para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A CONSTRUÇÃO DE UM POÇO TUBULAR PROFUNDO, PARA CAPTAÇÃO DE ÁGUA SUBTERRÂNEA, DESTINADA AO ABASTECIMENTO PÚBLICO NA COMUNIDADE BARREIRO, BEM COMO, O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO COMPLETA DE EQUIPAMENTO DE RECALQUE DA ÁGUA DO POÇO, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS**, tendo como vencedora a empresa **Mendonça Poços Ltda, CNPJ 14.083.682/0001-58, com o valor de R$ 116.045,56** (cento e dezesseis mil e quarenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos).

Coronel Xavier Chaves, 15 de agosto de 2023
Beatriz Rayze de Resende
Presidente da CPL

CIMVALES/MG - Processo Licitatório nº 007/2023 - Concorrência Eletrônica nº 002/2023. Objeto: O Consórcio CIMVALES, em nome dos seus Municípios Consorciados, torna público licitação na Modalidade Concorrência Eletrônica, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, objetivando a seleção de proposta mais vantajosa para registro de preços para a futura e eventual contratação de serviços de melhoria na eficiência do parque de iluminação pública. Envio das propostas e julgamento para o site www.bll.org.br até o dia 20/09/2023 às 09hr01min. Edital publicado no site oficial www.cimvales.mg.gov.br. Secretaria Executiva.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS - Pregão Presencial nº 088/2023. Torna Público edital p/ aquis. e instalação de cesta aérea isolada e artic. 10m alcance vertical p/ demanda da Secretaria Municipal Obras. Abertura às 08:30 horas do dia 28/08/2023. Informações/edital: (33) 3764-1252. Maria A. A. da Costa. Pregoeira.

A Murol Empreendimentos e Participações Ltda., por determinação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMMAD, torna público que foi assinado o Termo de Compromisso de Compensação Florestal em 12 de abril de 2023, através do Processo Administrativo nº 43.212/2019, para a supressão de 2,2 hectares de vegetação nativa pertencente ao Bioma transição entre Mata Atlântica e Cerrado, para o empreendimento localizado na Avenida Edméia Mattos Lazzarotti, bairro Ingá Alto – Betim/MG.

A Murol Empreendimentos e Participações Ltda., por determinação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMMAD, torna público que foi assinado o Termo de Compromisso de Compensação Florestal em 25 de maio de 2023, através do Processo Administrativo nº 43.212/2019, para a supressão de 3,82 hectares de vegetação nativa pertencente ao Bioma transição entre Mata Atlântica e Cerrado, para o empreendimento localizado na Avenida Edméia Mattos Lazzarotti, bairro Ingá Alto – Betim/MG.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU/MG

Secretarias Municipais de: Educação e Tecnologia, Esportes, Fazenda, Infraestrutura, Meio Ambiente, Saúde e Transporte. Aviso de Licitação. **Pregão Presencial SRP nº 05/2023. Processo de Compra nº 284/2023** – Tipo: Menor Preço por Lote. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS, PESADOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, COM E SEM CONDUTOR, COM E SEM FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL, INCLUINDO MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, REPOSIÇÃO DE PEÇAS, SEGURO TOTAL, INCLUSIVE CONTRA TERCEIROS, ASSISTÊNCIA 24 HORAS E RASTREADOR VEICULAR COM GERENCIAMENTO, EM ATENDIMENTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU-MG.** Início da Sessão da disputa de preços às **09:00 horas** do dia **29-08-2023**. EDITAL na íntegra: à disposição dos interessados na Superintendência de Suprimentos/Departamento de Licitações - situada na Avenida São João Paulo II, nº 2.045 - Paracatuzinho, Paracatu-MG e no site da Prefeitura **www.paracatu.mg.gov.br**.

Paracatu-MG, 16 de Agosto de 2023
Diego Porfírio de Araújo – Pregoeiro.



Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código D9E3-5CD4-FD34-C143.
Anexo SENAD_compressed (35683144) SEI 08129.003746/2026-88 / pg. 29

PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE MINAS/MG
AVISO DE CANCELAMENTO
TOMADA DE PREÇOS Nº: 005/2023
PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 059/2023

Objeto: Construção da Praça Pública de eventos na sede do Município. Constou conflitos de horários de entrega dos envelopes constante do edital no confronto com os respectivos avisos de licitações que veicularam nos Jornais de Grande Circulação e no aviso de licitação publicado no quadro de aviso, o que induziu aos licitantes em erros na entrega dos envelopes. Despacho de cancelamento na integra no site oficial do Município: www.bonitodeminas.mg.gov.br. Maiores informações: licitacao@bonitodeminas.mg.gov.br.

UNIMED INCONFIDENTES COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA
CNPJ 22.720.791/0001-67

EDITAL DE CANCELAMENTO DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente da Unimed Inconfidentes Cooperativa de Trabalho Médico Ltda., Dr. Dimas Antônio Ferreira Dutra, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "d" do artigo 38 do Estatuto Social desta cooperativa, comunica o cancelamento da Assembleia Geral Extraordinária designada para o dia 21 de agosto de 2023, em decorrência de falha na divulgação do edital. A AGE será redesignada conforme convocação em Edital próprio.

Ouro Preto, 16 de agosto de 2023.

Dr. Dimas Antônio Ferreira Dutra
Diretor Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA/MG
PUBLICAÇÃO CONCORRÊNCIA
TOMADA DE PREÇOS
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS N° 10/2023

O Município de Alterosa/MG, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que às 08h00min do dia 31 de Agosto de 2023, na sede do Setor de Compras do Município de Alterosa/MG, estará realizando Tomada de Preços na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DO NOVO CEMITÉRIO DE ALTEROSA, ESTE PROCESSO SERÁ POR EMPREITADA GLOBAL. Entrega dos Envelopes ATÉ ÀS 07H50MIN do dia 31 de Agosto de 2023. Maiores informações pelo tel. (035) 3294-2545, horário das 08h00min às 16h00min.

Simone Aparecida Nogueira
Presidente da CPL, 15 de Agosto de 2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTE DE MORAIS/MG
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 88/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2023

A Prefeitura Municipal de Prudente de Morais/MG TORNA PÚBLICO A DATA DE ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 88/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2023 - OBJETO: Aquisição de uniformes em atendimento a Secretaria Municipal de Educação e Cultura do município de Prudente de Morais/MG. ABERTURA/SESSÃO: 30-08-2023, 9h. LOCAL: Na Plataforma Eletrônica: www.licitardigital.com.br - Informações na sala de Licitações da Prefeitura/Rua Prefeito João Dias Jeunnon, nº 56, Centro. EDITAL EM: www.prudentedemorais.mg.gov.br - Informações: (31) 3711-1390 e/ou licitacoes@prudentedemorais.mg.gov.br.

Prudente de Morais/MG, 15 de AGOSTO de 2023
Claudiney Araújo
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTE DE MORAIS/MG
PROCESSO LICITATÓRIO 90/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2023

A Prefeitura Municipal de Prudente de Morais/MG TORNA PÚBLICO A DATA DE ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO 90/2023 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2023 - OBJETO: Aquisição de bandeiras oficiais do Brasil, estado de Minas Gerais, cidade de Prudente de Morais, e acessórios como mastro em metálico, conforme especificações constantes do ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA. ABERTURA/SESSÃO: 29/08/2023, 14 h. LOCAL: Sala de Licitações da Prefeitura/Rua Prefeito João Dias Jeunnon, nº 56, Centro. EDITAL EM: www.prudentedemorais.mg.gov.br - Informações: (31) 3711-1390 e/ou licitacoes@prudentedemorais.mg.gov.br.

Prudente de Morais/MG, 14 de agosto de 2023
Claudiney Araújo
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO RETIRO/MG
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO Nº 04/2023

Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Retiro - MG, torna pública que fará realizar licitação TOMADA DE PREÇO Nº 04/2023, no dia 01 de setembro de 2023, às 08:30 horas, na sede da Prefeitura Municipal, localizada na R. Jacob Fernandes, 83 - Centro. OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA para construção de PONTE DE CONCRETO ARMADO, na COMUNIDADE DE LAMEIRÃO ZONA RURAL do município de Santo Antônio do Retiro, conforme plano de trabalho, projetos, planilha orçamentaria e cronograma físico financeiro, e demais anexos que compõe o edital. Os interessados poderão adquirir o EDITAL no endereço acima mencionado das 08:00 às 11:30 horas ou pelo E-MAIL licitacao.santoantoniodoretiro@yahoo.com. As alterações, notificações, intimações, resultados, extrato de contrato serão publicados no quadro de avisos da prefeitura - Órgão Oficial de Publicação do Município.

Santo Antônio do Retiro, 16 de agosto de 2023
Ivo Fernandes Silva
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE MINAS/MG
PREGÃO PRESENCIAL Nº 064/2023
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2023

Objeto: Serviços de manutenção em aparelho de ar condicionado. Sessão de recebimento e julgamento: 29/08/2023 às 09hr00min.

PREGÃO PRESENCIAL N° 065/2023
PROCESSO LICITATÓRIO N° 012/2023

Objeto: Aquisição de material de Construção, Elétrico e Hidráulico. Sessão de recebimento e julgamento: 31/08/2023 às 08hr00min. Editais na íntegra no site oficial do Município www.bonitodeminas.mg.gov.br. Maiores informações: licitacao@bonitodeminas.mg.gov.br.

PREFEITURA DE SANTA BÁRBARA/MG

PROCESSO N.º 161/2023 – CONCORRÊNCIA N.º 007/2023 – Objeto: Contratação de empresa especializada para execução da construção da Creche Vanessa de Oliveira Borges, situada na rua Antônio Adelino de Paula, nº 261, bairro São Bernardo em Santa Bárbara – MG, conforme projetos, planilha orçamentária e documentos complementares, em observância às necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo. Data do recebimento das propostas e documentos: 18/09/2023, às 08:30 horas. Local de realização do certame: Praça Cleves de Faria, nº 122, Centro, Santa Bárbara/MG – Prédio da Prefeitura Municipal. Edital à disposição no site www.santabarbara.mg.gov.br e na Prefeitura. Santa Bárbara, 16/08/2023 – Simone do Rosário Germano - Secretária Municipal de Administração Pública.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS - Pregão Presencial nº 090/2023. Torna Público edital p/ reg. preços eventual aquis. gás liquefeito de petróleo p/ demanda municipal, espec. a Secretária de Educação. Abertura às 08:30 horas do dia 29/08/2023. Informações/edital: (33) 3764-1252. Maria A. A. da Costa. Pregoeira.

HOJE EM DIA
ANUNCIE AQUI
(31) 3253-2205

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU/MG

Secretaria Municipal de Saúde. Aviso de Licitação. **Pregão Eletrônico Saúde Nº 16/2023. Processo de Compra Nº 122/2023** – Tipo: Menor Preço por Item. Objeto: **AQUISIÇÃO COM INSTALAÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DESTINADOS ÀS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.** Início da Sessão da disputa de preços às **09:00 horas** do dia **30-08-2023**. EDITAL na íntegra: à disposição dos interessados na Superintendência de Suprimentos/Departamento de Licitações - situada na Avenida São João Paulo II, nº 2.045 - Paracatuzinho, Paracatu-MG e no site da Prefeitura **www.paracatu.mg.gov.br** ou **www.novobbmnet.com.br**.

Paracatu-MG, 16 de Agosto de 2023
Diego Porfírio de Araújo – Pregoeiro.

AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 16.590.234/0001-76 - NIRE 31.300.025.91-8
Código CVM nº 02234-9

VERSÃO RESUMIDA DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 2023

AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A. ("**Companhia**"), vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404/76, e dos arts. 3º e 5º da Resolução CVM nº 81/22, convocar a Assembleia Geral Extraordinária ("**Assembleia**"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 15 de setembro de 2023, às 11h, de forma exclusivamente digital, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) fixação do número de membros para composição do Conselho de Administração da Companhia; (ii) dispensa de candidato ao Conselho de Administração dos requisitos previstos no art. 147, § 3º, da Lei das S.A.; (iii) eleição de membros do Conselho de Administração da Companhia; e (iv) caracterização de membro do Conselho de Administração da Companhia como conselheiro independente. Para participação na Assembleia, o acionista deverá enviar solicitação de cadastro para o Departamento de Relações com Investidores da Companhia, por meio do e-mail **ri@arezzo.com.br**, a qual deverá ser recebida pela Companhia, impreterivelmente, até **13 de setembro de 2023** ("**Cadastro**"). A solicitação de Cadastro necessariamente deverá (i) conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à Assembleia, incluindo seus nomes completos e seus CPF ou CNPJ, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail do solicitante, e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia, conforme descritos na versão da íntegra deste Edital de Convocação e na Proposta da Administração da Companhia para esta Assembleia. Validada a condição de acionista e a regularidade dos documentos pela Companhia para participação na Assembleia, a Companhia enviará *link* contendo o formulário de cadastramento e, uma vez que o Cadastro seja realizado, confirmado e validado pela Companhia, o acionista receberá, até 24 horas antes da Assembleia, as informações para acesso ao sistema eletrônico para participação na Assembleia. Caso o acionista não receba as instruções de acesso com até 24 horas de antecedência do horário de início da Assembleia, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail **ri@arezzoco.com.br**, com até, no máximo, 2 horas de antecedência do horário de início da Assembleia, para que seja prestado o suporte necessário. Não poderão participar da Assembleia os acionistas que não efetuarem o Cadastro e/ou não informarem a ausência do recebimento das instruções de acesso na forma e prazos previstos acima. Na data da Assembleia, o registro da presença do acionista somente se dará mediante o acesso ao sistema eletrônico, conforme instruções e nos horários e prazos divulgadas pela Companhia. Será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma para participação da Assembleia por sistema eletrônico, não se responsabilizando a Companhia por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia estarão à disposição dos acionistas no *site* da Companhia (**https://ri.arezzoco.com.br/)**, da CVM (**http://www.gov.br/cvm**) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (**http://www.b3.com.br**), incluindo a Proposta da Administração contendo também informações complementares relativas à participação na Assembleia e ao acesso por sistema eletrônico. Ressalta-se que a presente publicação se trata de informação resumida que não deve ser considerada isoladamente para a tomada de decisão. A versão integral desde Edital está disponível nas páginas eletrônicas dos jornais "Hoje em Dia" e "Valor Econômico (São Paulo)" (**https://www.hojeemdia.com.br/publicidadelegal/leis** e **https://valor.globo.com/valor-ri/**, respectivamente), da Companhia (**https://ri.arezzoco.com.br/**), da CVM (**http://www.gov.br/cvm**) e da B3 (**http://www.b3.com.br**). Belo Horizonte, 17 de agosto de 2023. **Alessandro Giuseppe Carlucci -** Presidente do Conselho de Administração**.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATUTI/MG
PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2023

O MUNICÍPIO DE CATUTI - MG, torna público que fará realizar Pregão Presencial nº 27/2023, no dia 30/08/2023, às 10h00min horas, na sede da Prefeitura de Catuti/MG, localizada na Praça Presidente Vargas, 01 - Centro - CEP: 39.526-000. MENOR PREÇO POR LOTE. Objetivando a contratação exclusiva de ME/EPP ou Equiparadas para fornecimento e INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE ENERGIA SOLAR E BOMBEAMENTO EM POÇO ARTESIANO TUBULAR no município de Catuti - MG. O edital poderá ser solicitado na sede da Prefeitura ou pelo E-MAIL: catutilicitacoes@gmail.com

Delermando do Nascimento França
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE SALINAS/MG
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 023/2023
MENOR PREÇO POR ITEM

A Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Salinas - MG torna público a realização de licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL 023/2023**, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, destinado a Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria e consultoria no planejamento das ações da Assistência Social, para atuar no município de Santa Cruz de Salinas-MG, cujo CREDENCIAMENTO SE DARÁ ÀS 09:00 horas do dia 30 (trinta) de agosto de 2023. MAIORES INFORMAÇÕES, bem como EDITAL COMPLETO, junto a Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Salinas - MG, com sede na Avenida Totó Costa, 221 - Centro, pelo TELEFONE (33) 3753-9000, E-MAIL licitacao@santacruzdesalinas.mg.gov.br e SITE santacruzdesalinas.mg.gov.br

Santa Cruz de Salinas - MG, 15 de agosto de 2023
Darley Rodrigues Gomes
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTE DE MORAIS/MG
PROCESSO LICITATÓRIO 91/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2023

A Prefeitura Municipal de Prudente de Morais/MG TORNA PÚBLICO A DATA DE ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO 91/2023 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2023 - OBJETO: Aquisição de calças e camisas em atendimento a Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações constantes do ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA. ABERTURA/SESSÃO: 29/08/2023, 09 h. LOCAL: Sala de Licitações da Prefeitura/Rua Prefeito João Dias Jeunnon, nº 56, Centro. EDITAL EM: www.prudentedemorais.mg.gov.br - Informações: (31) 3711-1390 e/ou licitacoes@prudentedemorais.mg.gov.br.

Prudente de Morais/MG, 14 de agosto de 2023
Claudiney Araújo
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO torna público Ata de Registro de Preços referente ao Pregão Eletrônico nº054/2023, objeto: Aquisição de pães, salgados, bolos kits lanches e afins com finalidade de atender a demanda da Secretaria de Desenvolvimento Social e suas unidades, com vigência pelo período de 05/08/2023 a 05/08/2024. Fornecedores e valor unitário registrado: Leonardo Almeida Niquini: Item 1 - valor unitário de R$ 18,60, Item 2 - valor unitário de R$ 20,90, Item 3 - valor unitário de R$ 239,00, Item 4 - valor unitário de R$ 239,00, Item 5 - valor unitário de R$ 239,00, Item 6 - valor unitário de R$ 2,00, Item 7 - valor unitário de R$ 10,90, Item 8 - valor unitário de R$ 89,90, Item 9 - valor unitário de R$ 59,90, Item 10 - valor unitário de R$ 59,90, Item 11 - valor unitário de R$ 59,90, Item 12 - valor unitário de R$ 59,90, Item 13 - valor unitário de R$ 59,90, Item 14 - valor unitário de R$ 29,90, Item 15 - valor unitário de R$ 260,00, Item 16 - valor unitário de R$ 8,90, Item 18 - valor unitário de R$ 4,50, Item 19 - valor unitário de R$ 8,40, Item 21 - valor unitário de R$ 4,50 e Lanchonete Valadares Barbosa Ltda: Item 17 - valor unitário de R$ 8,87, Item 20 - valor unitário de R$ 8,87. Superintendência de Compras e Licitações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO torna público o Pregão Eletrônico SRP nº. 066/2023 – fornecimento de gêneros alimentícios não-perecíveis para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e a Secretaria Municipal de Educação. Recebimento das propostas por meio eletrônico no site www.bllcompras.org.br: De 17/08/2023 às 18:00 horas até 30/08/2023 às 11:00 horas. Início da sessão de disputa prevista para o dia 30/08/2023 às 13:00 horas. Edital no site www.ouropreto.mg.gov.br, link Licitações e no site www.bllcompras.org.br: Informações: (31) 3559-3301. Andréa Guimarães – Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO torna público o RESULTADO de habilitação e proposta de preços do Pregão Eletrônico SRP nº. 039/2023 - registro de preço para aquisição de materiais - médicos - hospitalares que são insumos básicos e essenciais nas ações de saúde, sendo imprescindíveis para o adequado tratamento aos usuários nas UBS - Postos de Saúde, Policlínica Municipal e Complexo de saúde Cachoeira do Campo, Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS 1), CAPS AD, CAPS I, Odontologia e CEO (Centro Especializado em Odontologia), UPA (Unidade de Pronto Atendimento) e demais setores da Rede do Sistema Único de Saúde de Ouro Preto. Empresas vencedoras: Abasantos Distribuidora Ltda EPP - CNPJ: 23.359.559/0001-08: item 12: com o valor unitário de R$ 1,40, item 17: com o valor unitário de R$ 3,58, item 30: com o valor unitário de R$ 1,99, item 37: com o valor unitário de R$ 69,80; Bella Med Produtos Hospitalares Eireli ME - CNPJ: 31.498.120/0001-94: item 08: com o valor unitário de R$ 5,25, item 14: com o valor unitário de R$ 3,91, item 16: com o valor unitário de R$ 0,33, item 21: com o valor unitário de R$ 0,84; Comercial TXV Comercio e Servico Ltda EPP - CNPJ: 22.906.038/0001-60: item 23: com o valor unitário de R$ 19,89; CSMED Produtos Medico Hospitalares Ltda EPP - CNPJ: 42.587.791/0001-48: item 02: com o valor unitário de R$ 7,00, item 09: com o valor unitário de R$ 6,30, item 10: com o valor unitário de R$ 3,64, item 11: com o valor unitário de R$ 0,90, item 25: com o valor unitário de R$ 8,90, item 27: com o valor unitário de R$ 0,12, item 31: com o valor unitário de R$ 0,37, item 33: com o valor unitário de R$ 23,40; Diprom Distribuidora de Produtos Odontológicos e Materiais Ltda EPP - CNPJ: 16.366.888/0001-10: item 01: com o valor unitário de R$ 4,10, item 15: com o valor unitário de R$ 49,90, item 32: com o valor unitário de R$ 8,71; Dumale Produtos para Saúde Ltda ME - CNPJ: 28.788.905/0001-97: item 26: com o valor unitário de R$ 69,00; H.F.E. Comercio de Material Medico Hospitalar Ltda ME - CNPJ: 21.153.043/0001-87: item 22: com o valor unitário de R$ 2,62; J Pharma Hospitalar Ltda ME - CNPJ: 21.988.592/0001-71: item 03: com o valor unitário de R$ 3,38, item 04: com o valor unitário de R$ 3,75, item 05: com o valor unitário de R$ 148,00, item 06: com o valor unitário de R$ 137,95, item 07: com o valor unitário de R$ 137,95, item 19: com o valor unitário de R$ 20,25, item 20: com o valor unitário de R$ 48,99, item 24: com o valor unitário de R$ 6,44, item 28: com o valor unitário de R$ 6,39, item 29: com o valor unitário de R$ 6,45, item 36: com o valor unitário de R$ 54,90; Tidimar Comercio de Produtos Médicos Hospitalares Ltda - CNPJ: 25.296.849/0001-85: item 13: com o valor unitário de R$ 4,89. Gerência de Compras e Licitações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO torna público Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico SRP nº.01/2023, objeto a aquisição de materiais médico hospitalares para atendimento da Secretaria de Saúde, com vigência pelo período de 03/08/2023 a 03/08/2024. Fornecedor: Ata nº332/2023: Procir Produtos para Saúde Sociedade Unipessoal Ltda, CNPJ: 19.188.783/0001-07, com o valor global de: item 24 - R$ 123.975,00. Superintendência de Compras e Licitações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO torna público o resultado de habilitação e proposta de preços do Pregão Eletrônico nº. 034/2023 - aquisição de material de pintura para manutenção de quadras e campos do município de Ouro Preto/MG. Após análise, a pregoeira julga habilitada e vencedora do certame a empresa Teixeira Amaral Comércio e Serviços Ltda, CNPJ 49.036.187/0001-72, que ofertou os menores valores globais para os itens: 01 - R$ 21.000,00, 02 -RS 2.025,00, 03 - R$5.010,00 e 04 - R$ 604,32. O Município de Ouro Preto adjudica e homologa o presente objeto. Andréa Guimarães – Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO torna pública, SUSPENSÃO do Pregão Eletrônico nº. 063/2023 – Contratação de instituição com natureza pessoa jurídica de direito privado, com fulcro no Art. 44 do Código Civil, para executar programa de formação especializada técnico-profissional metódica, visando a preparação e o ingresso de jovens residentes em Ouro Preto e distritos, com idade entre 14 e 24 anos, em atenção ao Art. 5º, I da Lei Municipal nº 1.272/2022, para readequação do edital. Informações: (31) 3559-3301. Elis Regina da Silva – Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO torna público a disponibilização da Portaria de Suspensão Temporária do cargo de Procurador Municipal, referente ao Edital nº 01/2022 do Concurso Público para provimento de cargos/funções públicos(as) para os quadros de pessoal das secretarias municipais de administração e saúde do município de Ouro Preto/MG. A Portaria de suspensão temporária será publicada, em sua íntegra, no endereço eletrônico: novo.ibgpconcursos.com.br. Mais informações pelo telefone: (31) 3559-3231. Ouro Preto, 17 de Agosto de 2023. Angelo Oswaldo de Araújo Santos - Prefeito Municipal de Ouro Preto/MG.

Este documento foi assinado digitalmente e eletronicamente por EDIMINAS S/A EDITORA GRÁFICA INDUSTRIAL MG, titular do JORNAL HOJE EM DIA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br/VerificadorAssinaturas/Verificador e utilize o código D749-B381-7465-3E03.
Anexo SENAD_compressed (35683144) SEI 08129.003746/2026-88 / pg. 30

Diário do Comércio

93 ANOS / DESDE 1932
Belo Horizonte, MG
Sexta-feira, 9 de janeiro de 2026

EDIÇÃO 25.486

diariodocomercio.com.br
JOSÉ COSTA fundador
ADRIANA COSTA MULS presidente

R$ 3,50

Custo da cesta básica aumentou 2,4% na capital mineira no ano passado, aponta o Dieese

O custo da cesta básica em Belo Horizonte aumentou 2,4% em 2025 em relação ao ano anterior, atingindo R$ 723,26. O item que mais subiu no período foi o café em pó, com uma alta de 31,71%. O tomate (16,84%), o pão francês (7,63%) e a banana (4,97%), completam a lista das maiores elevações no exercício passado na capital mineira. As informações são do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). **% PÁG. 5**

ANM autoriza a Jaguar Mining a retomar as operações em Conceição do Pará

A Jaguar Mining recebeu aval da Agência Nacional de Mineração (ANM) para retomar as operações no complexo Mina Turmalina, em Conceição do Pará, na região Centro-Oeste do Estado. As atividades estão paralisadas desde dezembro de 2024, quando houve um deslizamento da pilha de rejeitos da mineradora, afetando cerca de 85 famílias na região, que tiveram de ser removidas para acomodações temporárias. Para efetivamente retomar a operação de extração de ouro, a empresa ainda depende da anuência da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad). **% PÁG. 6**

Indústria do cimento avançou 5% no Estado

% ECONOMIA Produção atingiu 20 milhões de toneladas, movimentando R$ 10 bilhões, de acordo com o Snic

A indústria do cimento em Minas Gerais produziu 20 milhões de toneladas no ano passado e movimentou cerca de R$ 10 bilhões. O resultado representa um incremento de 5% na comparação com 2024 e foi registrado em meio a um cenário desafiador para o setor produtivo, de acordo com o presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Cimento (Snic), Paulo Camillo Penna, em entrevista ao Diário do Comércio.

O ano passado foi marcado por um cenário de juros elevados, com a Selic em 15% ao ano, o que dificultou o acesso ao crédito. Ainda assim, a política federal de habitação, com mudanças no Minha Casa, Minha Vida, surtiu efeitos positivos e impulsionou a demanda pelo insumo da construção civil.

Para 2026, o setor está cauteloso, embora mantenha a expectativa de crescer em ritmo menor. Fatores como eleições e a Copa do Mundo devem afetar o desempenho. **% PÁG. 3**



Indústria do cimento mantém a cautela para os resultados deste ano FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBE STOCK



Carnaval de Belo Horizonte deve receber 6,5 milhões de pessoas neste ano, alta de 10% FOTO: CAETANO / PREFEITURA DE BELO HORIZONTE

Carnaval já impulsiona demanda dos hotéis em BH

A rede hoteleira já sente os efeitos do Carnaval de Belo Horizonte em 2026. Com uma ocupação média entre 70% e 75%, ainda na primeira semana de janeiro, os estabelecimentos registram alta procura para os dias da festa na capital mineira. Alguns já estão próximos da capacidade máxima. De acordo com a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis em Minas Gerais (Abih-MG), ainda há disponibilidade de hospedagem fora do hipercentro e em regiões com melhor acesso viário. A expectativa é superar os resultados do ano passado, quando a ocupação superou 87%. Neste ano, a festa deve reunir 6,5 milhões de pessoas, um incremento de 10% na comparação com o exercício anterior. **% PÁG. 12**



Embarques avançaram em meio ao aumento da produção de suínos em Minas Gerais no ano passado FOTO: WENDERSON ARAUJO / CNA

Exportações mineiras de carne suína cresceram 29,3%

As exportações mineiras de carne suína avançaram 29,3% em 2025, na comparação com o mesmo período do ano anterior. Foram embarcadas 37,5 mil toneladas, representando o maior volume dos últimos dez anos. Os dados são da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA). O período foi marcado pelo crescimento da produção do segmento. De acordo com a Associação dos Suinocultores do Estado de Minas Gerais (Asemg), entre janeiro e setembro foi registrada uma alta de 12,86% no total produzido. Para 2026, os produtores estimam que os preços praticados devem apresentar retração. Ainda assim, os valores devem permanecer acima dos custos operacionais, mantendo a remuneração dos suinocultores. **% PÁG. 8**

Lula veta integralmente o PL da Dosimetria **% PÁG. 7**

Atividade econômica deve crecer 2% neste ano **% PÁG. 14**

BH Airport está entre os aeroportos mais pontuais **% PÁG. 16**

Alper Seguros aposta no mercado de Minas Gerais **% PÁG. 9**

% EDITORIAL

Apesar dos avanços da economia em 2025, com inflação controlada, emprego em alta e crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), o destaque ficou para o turismo, que bateu recorde de visitantes e receitas graças a estratégias mais eficientes de promoção dos destinos no País. Os números são positivos, mas revelam também limites estruturais, como a baixa participação brasileira no turismo global e o impacto das tarifas aéreas, que mantêm o Brasil em posição periférica no setor. **% PÁG. 2**

O BANCO DE QUEM SABE VIVER OS 50+
BANCO MERCANTIL

DÓLAR DIA 8

COMERCIAL	COMPRA R$ 5,3880	VENDA R$ 5,3890
TURISMO	COMPRA R$ 5,4150	VENDA R$ 5,5950
PTAX (BC)	COMPRA R$ 5,3854	VENDA R$ 5,3860

EURO DIA 8

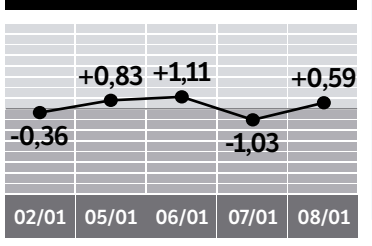
COMERCIAL	COMPRA R$ 6,2821	VENDA R$ 6,2838

OURO DIA 8

NOVA YORK (ONÇA-TROY)	US$ 4.474,53
BM&F (g)	R$ 771,10

TR dia 9	0,1721%
POUPANÇA dia 9	0,6730%
IPCA – IBGE novembro	0,18%
IPCA – IPEAD novembro	0,10%
IGP-M novembro	0,27%

BOVESPA



O BANCO DE QUEM SABE VIVER OS 50+
BANCO MERCANTIL

Anexo SENAD_compressed (35683144) SEI 08129.003746/2026-88 / pg. 31

OPINIÃO

O que esperar da economia brasileira em 2026?



Hugo Garbe
Professor de Ciências Econômicas da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM)

A economia brasileira entra em 2026 diante de um ambiente que combina incertezas externas, pressões domésticas e oportunidades de reorganização produtiva. O País começa o ano com inflação sob controle relativo, mercado de trabalho aquecido e uma política monetária que busca, com cautela, acomodar a redução do juro sem comprometer a credibilidade conquistada nos últimos anos.

Um dos pontos centrais será a dinâmica da inflação, que apresenta desaceleração cheia sustentada por bens industriais e alimentos, mas a de serviços continua resistente. Esse comportamento é típico de economias com mercado de trabalho apertado e com aumento de renda real, o que mantém a demanda relativamente forte.

Para 2026, a expectativa é de uma inflação que permaneça dentro ou muito próxima da meta, mas ainda com pressão na parte mais inercial dos serviços, exigindo atenção do Banco Central (BC). A condução das expectativas será decisiva para evitar que o ano eleitoral gere ruídos capazes de contaminar preços administrados ou reajustes salariais.

Nesse contexto, a política monetária deverá avançar de forma gradual. O BC tende a seguir um ritmo de cortes moderado, condicionando qualquer aceleração à manutenção da disciplina fiscal. Mesmo com a provável queda dos juros nos Estados Unidos — que reduz o risco cambial e cria espaço para cortes domésticos — a autoridade monetária brasileira precisará conciliar cautela com previsibilidade.

Em 2026, o País deve operar com juros reais menores do que nos anos anteriores, mas ainda superiores aos padrões internacionais. Isso reflete não apenas variáveis cíclicas, mas também elementos estruturais, como incerteza fiscal, baixa produtividade e alta rigidez institucional.

A política fiscal, por sua vez, ganha importância central por causa do ano eleitoral. O arcabouço fiscal exige resultados consistentes, e eventuais tentativas de ampliar gastos sem contrapartidas podem gerar prêmio de risco, elevar o câmbio e reverter parte do esforço desinflacionário.

O mercado acompanha com atenção as decisões do governo sobre recomposição de receitas, trajetória de despesas obrigatórias e cumprimento das metas estabelecidas. Quanto maior a sinalização de compromisso com equilíbrio fiscal, mais fácil será a convergência dos juros e a estabilização das expectativas.

No campo produtivo, a combinação de juros levemente menores, câmbio menos pressionado e possível melhora no ambiente de investimentos internacionais criam condições para um avanço moderado da atividade. Setores como infraestrutura, logística, energia renovável, tecnologia financeira e agronegócio devem seguir crescendo acima da média.

A Copa do Mundo tende a gerar impulso adicional para comércio, serviços e publicidade, elevando a circulação de renda ao longo do ano. Esse movimento não resolve questões estruturais, mas ajuda a sustentar o PIB em um patamar estável, mesmo em ambiente de incerteza política.

A expectativa de PIB para 2026, portanto, dependerá da interação entre fatores domésticos e globais. Caso a política fiscal permaneça dentro dos limites acordados, o juro siga trajetória descendente e o ambiente global apresente menor volatilidade, o Brasil pode alcançar um crescimento moderado, próximo ao seu potencial. Se houver ruídos fiscais, atrasos regulatórios ou deterioração do cenário internacional, o crescimento pode ficar abaixo do esperado.

Em síntese, o próximo ano será de teste institucional. A inflação pode permanecer controlada caso a coordenação fiscal e monetária funcione de maneira consistente. O juro tende a cair, mas de forma cuidadosa. O PIB pode crescer de maneira moderada, sustentado por serviços, consumo e investimentos específicos.

A economia brasileira tem condições de transformar 2026 em um ano de consolidação, desde que preserve previsibilidade, disciplina fiscal e capacidade de adaptação a um ambiente internacional ainda fragmentado. %

Importância dos Códigos de Ética e Conduta



Luís Felipe Correa
Executivo de Auditoria, Compliance e Riscos

Muito se tem discutido sobre a conduta profissional dos membros do nosso Supremo Tribunal Federal. Diversas práticas, regras e legislações globais determinam ou incentivam fortemente a adoção de Códigos de Ética e Conduta. Entre elas, podemos citar a FCPA, a UKBA, a Lei 12.846, a SOX, a Convenção Antissuborno da OCDE, além dos inúmeros padrões de mercado das bolsas de valores ao redor do mundo, incluindo a B3. Nesse sentido, compartilho aqui minha visão, baseada na experiência, sobre o real valor de um código de ética e conduta e como ele funciona nas organizações, especialmente em multinacionais de capital aberto.

Atuando em Auditoria, Compliance e Gestão de Riscos, frequentemente me deparo com situações em que a conduta de profissionais era questionada: um jantar caro pago com cartão corporativo, uma viagem em primeira classe, uma estadia em *resort* durante uma viagem de trabalho, um ingresso caro oferecido ou recebido, uma carona em jato particular de fornecedor ou cliente, uma visita à casa de praia de um parceiro comercial, uma confraternização com um fornecedor durante uma concorrência, ou até a contratação do filho de um amigo.

Como se pode observar, são inúmeras as situações que ocorrem e que podem parecer rotineiras, mas não necessariamente estão certas ou erradas. Muito depende do contexto e da justificativa. Mas afinal, o que norteia a ética e a conduta profissional?

Conduta é a prática norteada pela ética. É a ação guiada pela razão. E para sair dessa longa discussão filosófica, legal e administrativa, existem os chamados Códigos de Ética e Conduta. Neles está definido o que é certo ou errado. Também como agir em diferentes circunstâncias, deixando claro o que pode e o que não pode. É a partir deles que saímos do subjetivo para o objetivo.

Portanto, a adoção de Códigos de Ética e Conduta profissional é essencial. Eles reforçam o valor das atividades e processos, garantindo a devida diligência na sua execução. %

EDITORIAL

A periferia do planeta

Embora ainda não estejam disponíveis dados completos e fechados, o País tem o que comemorar no que toca ao desempenho da economia em 2025. E com destaque para o comportamento da inflação, redução no nível de desemprego e aumento da renda, além do crescimento geral medido pelo Produto Interno Bruto (PIB). Uma calmaria, se assim pode ser dito, bem refletida no movimento registrado no setor de turismo, onde mais um importante recorde foi registrado. O País recebeu ao longo do ano passado e até o mês de novembro 7 milhões de visitantes estrangeiros, ou exatos 2,3 milhões a mais que em 2024, o que pode ter gerado receita estimada pela Embratur em U$ 8 bilhões aproximadamente.

Para o setor, o desempenho registrado, e que promete ser repetido ou superado no ano que começa, foi consequência principalmente de políticas mais assertivas de divulgação. Com o requinte do uso de inteligência artificial para identificação de públicos e respectivos interesses, o que teria possibilitado abordagens mais focadas e, consequentemente, os resultados agora comemorados. Ainda conforme a Embratur, tal movimentação ficou por conta de argentinos (3,1 milhões), chilenos (721,4 mil) e norte-americanos (677,8 mil). Quanto aos destinos, as preferências ficaram com São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

São números a comemorar mesmo que com a falta de dados relativos a visitantes de origem chinesa, hoje campeões de viagens mundo afora, e europeus. Igualmente caberia considerar e no rumo das reflexões mais consistentes, os volumes quantitativos que envolvem a indústria do turismo no planeta. Para concluir de pronto que a participação brasileira neste bolo prossegue um tanto modesta e com largos caminhos de crescimento, considerando tudo que temos a oferecer. Nessa direção, e não sem antes lembrar que os visitantes que chegam em maior quantidade tem o beneficio da proximidade, caberia considerar e explorar um outro fator crucial.

Estamos falando das tarifas do transporte aéreo, que, por insondáveis – ou nem tanto – razões, são mais caras, direcionando turistas para outras direções, quase sempre no Hemisfério Norte. Eis o mundo desenvolvido, rico e sempre capaz de impor seus interesses. Sem que essa lógica seja quebrada, e independentemente de tudo que temos a oferecer, do clima bom o ano inteiro ao calor das praias tropicais para ficar apenas no mais óbvio, nossa posição está condenada a continuar periférica. O destino definido pela proximidade ou apenas exóticos para poucos.

Sim, avançamos e devemos comemorar, porém com consciência de que é possível fazer muito mais. %

Diário do Comércio

FUNDADO EM 18 DE OUTUBRO DE 1932
Fundador
José Costa

PRESIDENTE DO CONSELHO GESTOR
Luiz Carlos Motta Costa
conselho@diariodocomercio.com.br

PRESIDENTE E DIRETORA EDITORIAL
Adriana Muls
adriana.muls@diariodocomercio.com.br

DIRETOR EXECUTIVO E DE MERCADO
Yvan Muls
yvan.muls@diariodocomercio.com.br

CONSELHO CONSULTIVO
Antonieta Rossi
Enio Coradi
Juliana Costa Gonçalves
Tiago Fantini Magalhães

CONSELHO EDITORIAL
Adriana Machado
Claudio de Moura Castro
Lindolfo Paoliello
Teodomiro Diniz

DIÁRIO DO COMÉRCIO EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA.
Av. Américo Vespúcio, 1.660 CEP 31.230-250 - Caixa Postal: 456

REDAÇÃO
pauta@diariodocomercio.com.br

EDITORA-EXECUTIVA
Luciana Montes

EDITORES
Alexandre Horácio
Clério Fernandes
Rafael Tomaz
Cláudia Duarte

EDITORA/PRODUÇÃO DE PROJETOS ESPECIAIS
Mara Bianchetti

TELEFONES
Atendimento Geral 3469-2000
Administração 3469-2004
Redação 3469-2040
Comercial 3469-2007
Industrial 3469-2085 / 3469-2092

GERENTE INDUSTRIAL
Manoel Evandro do Carmo
industrial@diariodocomercio.com.br

ASSINATURA (impresso + digital)
assinaturas@diariodocomercio.com.br
SEMESTRAL R$ 396,90
Belo Horizonte, Região Metropolitana
ANUAL R$ 793,80
Belo Horizonte, Região Metropolitana
PREÇO DO EXEMPLAR AVULSO:
R$ 3,50
Demais regiões, consulte nossa Central de Atendimento.
DISTRIBUIDOR AUTORIZADO:
viasuperlog
Oséias Ferreira de Resende
Logística de transporte e distribuição
(31) 98302-1231

FILIADO À
ANJ Associação Nacional de Jornais
SINDIJORI
abra legal Associação Brasileira das Agências e Veículos Especializados em Publicidade Legal

diariodocomercio.com.br
diariodocomercio
@diariodocomercio

Os artigos assinados refletem a opinião do autor. O Diário do Comércio não se responsabiliza e nem poderá ser responsabilizado pelas informações e conceitos emitidos e seu uso incorreto.

Anexo SENAD_compressed (35683144) SEI 08129.003746/2026-88 / pg. 32

ECONOMIA

Indústria do cimento movimenta R$ 10 bi em MG

% BALANÇO Foram produzidas cerca de 20 milhões de toneladas do insumo no Estado em 2025, que se consolida como maior produtor do País; juros altos foram desafio

LEONARDO MORAIS

Apesar dos juros elevados, a indústria de cimento em Minas Gerais produziu aproximadamente 20 milhões de toneladas do insumo em 2025, movimentando uma cifra de R$ 10 bilhões. O volume representa um crescimento de 5% frente a 2024 e foi impulsionado pelo aquecimento do mercado de trabalho, somado aos reforços de projetos federais como Minha Casa, Minha Vida (MCMV).

As projeções são do Sindicato Nacional da Indústria de Cimento (Snic). Com esse resultado, o Estado se consolida como o maior produtor da categoria no País, impulsionando toda a cadeia produtiva da construção.

De acordo com o presidente do Snic, Paulo Camillo Penna, apesar dos desafios, o avanço no Estado e no País são positivos, especialmente sobre uma base forte de crescimento já registrada em 2024. A empregabilidade, que registrou a menor taxa de desemprego histórica, e aumento da massa salarial apresentaram uma correlação importante no consumo de cimento.

"Dois terços do cimento brasileiro vêm ensacado para construções informais e pequenas reformas. É um volume expressivo que impactou positivamente a categoria", destaca.

Somado a isso, a retomada e a evolução de programas como o Minha Casa, Minha Vida (MCMV) são vistas como fundamentais para o reaquecimento do setor. A cada 2 milhões de unidades habitacionais entregues, o impacto estimado é de um acréscimo de cerca de 10 milhões de toneladas nas vendas de cimento.

A entidade avalia que, durante o governo Bolsonaro (2018-2022), o programa Casa Verde e Amarela teve desempenho aquém do esperado. A partir de 2023, com o retorno às origens, a iniciativa voltou a apresentar resultados excepcionais, com atuação conjunta entre governo e empresas para manter o ritmo de contratações e entregas.



Volume de cimento produzido em MG representa alta de 5% frente a 2024; MCMV impulsionou setor no Brasil FOTO: DIVULGAÇÃO / INTERCEMENT

Outro vetor de consumo importante no último ano foi o uso do cimento para o programa de pavimento rígido, que segue ganhando velocidade no País. Estados como Paraná, Goiás, São Paulo e Distrito Federal já adotaram a solução, que oferece maior durabilidade, menor necessidade de manutenção e melhor desempenho para o tráfego pesado, além de reduzir custos ao longo do ciclo de vida das rodovias.

Apesar do avanço na adoção em diferentes localidades, a categoria lamenta não conseguir sensibilizar os gestores de Minas Gerais para testarem a solução. "Minas ainda não conseguiu implementar o pavimento rígido nem mesmo em caráter experimental. Cerca de um terço do cimento do País é produzido no Estado e, ainda assim, não há sequer um metro de estrada com esse tipo de pavimentação", salienta Penna.

No País, as vendas de cimento encerraram 2025 com um total de 67 milhões de toneladas comercializadas, acumulando uma alta de 3,7%, o que representa 2,4 milhões de toneladas a mais sobre o ano anterior. Todas as regiões apresentaram crescimento anual acumulado, com liderança do Nordeste (7,2%), seguido por Norte (4,0%); Sul (3,1%); Sudeste (2,7%) e Centro-Oeste (1,9%).

Ano atípico - Em 2026, por se tratar de um ano atípico, com Copa do Mundo, feriados prolongados e eleições, as expectativas são cautelosas, embora otimistas. Inicialmente, o setor projeta um crescimento de cerca de 1,5%, a depender da economia e do desempenho de programas públicos.

Ainda assim, a indústria do cimento trabalha para otimizar polos industriais e aumentar eficiência e competitividade, especialmente no que tange ao uso da energia térmica, principal custo do setor. "Há dez anos, a energia era produzida a partir do coque de petróleo. Hoje, estamos investindo para modernizar a matriz, incorporando desde lixo urbano, resíduos industriais e biomassa", acrescenta o dirigente.

Atualmente, 30% do coque já é substituído por fontes alternativas, superando a média da América Latina, de 22%. Até 2050, a meta é chegar a até 65%, resultado em linha ao de grandes potências europeias. %

% COMBUSTÍVEIS

Minaspetro critica aumento do ICMS

LEONARDO LEÃO

O reajuste do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre combustíveis já está em vigor desde o início deste ano. O Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado de Minas Gerais (Minaspetro) se posicionou de forma contrária a essa medida e sugeriu algumas soluções que resultarão na redução do preço dos combustíveis.

Essa correção incide sobre o valor da gasolina, do diesel e do gás, sendo aprovada pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) no fim do ano passado. Os novos valores fixos a serem praticados pelas distribuidoras passaram por aumento de R$ 0,10 no litro da gasolina e de R$ 0,05 no caso do diesel.

Dessa forma, o valor praticado no litro de gasolina passou de R$ 1,47 para R$ 1,57 (+ 6,8%), No caso do diesel e biodiesel, o aumento é de 4,4%, de R$ 1,12 para R$ 1,17/litro. Já o gás liquefeito de petróleo (GLP), o gás de cozinha, teve variação positiva de 5,7%, saltando de R$ 1,39 para R$ 1,47/quilo. Em nota, o sindicato destaca que esse reajuste está acima da inflação.

Para a entidade, esse aumento é resultado da "sanha arrecadatória" do poder público. "Só na gasolina, consumidores e os empresários pagam, entre impostos federais e estaduais, R$ 2,25 por litro", destaca.

Cinco soluções - Recentemente, o Minaspetro lançou cinco medidas que podem reduzir o preço dos combustíveis, na avaliação da entidade. Entre as sugestões, está a correção volumétrica por temperatura e o autoabastecimento. Outras propostas são a regulação dos contratos entre distribuidoras e postos, redução da alta carga tributária e o combate ao roubo de carga.

No caso da correção volumétrica, a instituição esclarece que os combustíveis líquidos são suscetíveis a fatores químicos e físicos que podem alterar seu volume. Por isso, existe uma Resolução da Agência Nacional do Petróleo (ANP) que obriga a venda de todos esses produtos a 20 °C. Hoje, porém, essa regra não é aplicada aos postos, que recebem os combustíveis das bases distribuidoras com temperaturas próximas de 30 °C. "Quando o produto é descarregado no posto, a temperatura tende a se aproximar dos 20 °C pelas suas características de armazenagem (tanque debaixo da terra) e, com isso, o empresário perde cerca de 1% em volume, diferença que impacta diretamente no preço", explica o sindicato.

O Minaspetro menciona um teste realizado pela UFMG que demonstra que em um carregamento de 30 mil litros de S10 a perda é de cerca de 250 litros. A entidade pontua que essa correção se faria chegar à bomba de forma imediata.

Quanto à questão do autoabastecimento, o sindicato avalia como retrocesso o fato desse tipo de ação ser proibido por lei no Brasil, visto que o modelo já é aplicado em outros países como EUA, Chile, México e Europa. "A possibilidade de implementação de estabelecimentos mais autônomos pode reduzir o preço na bomba", garante.

A regulação dos contratos entre distribuidoras e postos, com inclusão de cláusula de precificação justa e saída, é outro ponto sugerido pela entidade. O Minaspetro avalia que os contratos atuais são longos e possuem cláusulas que inviabilizam seu cancelamento, o que acaba vinculando o posto de combustíveis a sua distribuidora e suas imposições.

Outro problema é a alta carga tributária e a evasão fiscal. Segundo o sindicato, um dos fatores que ajudam a explicar os impostos elevados é a necessidade de acomodar a diferença do que se perde com sonegação, premiando assim o empresário inidôneo que não recolhe impostos devidamente. "Neste ambiente de ilegalidade, quem paga a conta é a população", afirma.

Além disso, o Minaspetro ainda ressalta que o mercado irregular é um dos maiores problemas de segurança nacional e o roubo de carga é algo que impacta diretamente o preço nos postos. %

GIRO PELO MUNDO



STEFAN SALEJ

Ex-presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg), empresário, analista da política internacional e presidente da Slovenian Global Business Network

Da Venezuela querida e complexa

A primeira vez que esse país caribenho me chamou atenção foi quando um industrial esloveno radicado lá se casou com a estrela de cinema norte-americana e sonho da nossa juventude Natalie Wood. Então lá há milionários que se casam com estrelas? E depois, alguma Miss Universo. E daí fiz a primeira visita lá, quando o barril de petróleo saltou de 1 dólar para 3 e foi fundado o cartel de petrodólares Opec com a Venezuela liderando o aumento de preços, com os países árabes. Em Caracas, só automóvel grande. No Brasil, Fusca. Lá, gasolina mais barata do que água mineral. E projetos grandiosos como a hidrelétrica Guri, de onde expulsaram a empreiteira brasileira Camargo Correia, e o complexo minero-siderúrgico Orinoco, construído pelos alemães, algo que o Brasil não conseguiu fazer, apesar de Carajás, que só extrai, mas não processa minério de ferro.

Empresas do mundo inteiro corriam para lá, onde se ganhava dinheiro, apesar da complexidade das operações. A Venezuela emprestava dinheiro, o custo de vida era alto, tudo importado, a democracia sempre ameaçada por golpes, e uma aliança firme com os EUA, onde os ricos investiam. A complexidade de negócios exigia muito dos executivos, que depois de lá eram capazes de dirigir empresas no Brasil. Assim foi com o legendário Wolfgang Sauer, que veio depois dirigir a VW no Brasil. E muito mais tarde outro executivo da Mercedes, que foi dirigir a fábrica em Juíz de Fora.

Essa bonança ilusória levou a Tecnowatt a abrir uma filial, em cooperação com a GE. Tudo ia bem no papel até o gerente de lá, galego, visitar Contagem e me enrolar com uma compra de champanhe no *freeshop*. Mandamos a nossa gerente de BH para lá e descobrimos um rolo nunca visto. Ninguém trabalhava, os relatórios e recibos eram falsos, mas existia mercado. Ficamos alguns anos com a gestão brasileira e saímos quando faltaram dólares para pagar as contas. Havia vários tipos de câmbio e obter dólar para pagar importação era complicado. Até quando visitávamos Carcás, para sair precisávamos de uma certidão da Receita, complicada de obter. Entenda-se por complicada sempre pagar alguém.

Na fase seguinte da minha vida fui nomeado Enviado Especial da Eslovênia, que presidia o Conselho da UE, para a América Latina. Ou seja, responsável pelas relações da UE com o continente. E coordenador de uma reunião de 60 chefes de estado e de governo, em Lima, dos dois continentes. Diplomatas experientes me avisaram que Cuba e Venezuela seriam problema. Já numa reunião de embaixadores em Lisboa, o representante português que presidiu a sessão perdeu a paciência com os venezuelanos e disse claramente que se eles não queriam colaborar que se retirassem. Depois foi o rei da Espanha que mandou Chávez se calar numa reunião em Santiago do Chile. %

Anexo SENAD_compressed (35683144) SEI 08129.003746/2026-88 / pg. 33

Produção industrial brasileira fica estagnada em novembro

% IBGE Quinze dos 25 ramos pesquisados mostraram recuo contra mês anterior; principal influência negativa veio de indústrias extrativas, com retração de 2,6%

São Paulo/Rio de Janeiro - A produção industrial no Brasil ficou estagnada em novembro e frustrou a expectativa de um avanço, reforçando percepção de que o setor apresentou pouco fôlego em 2025 em meio à política monetária restritiva e ao tarifaço dos Estados Unidos. A expectativa de economistas para o resultado de novembro, divulgado ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), era de um avanço de 0,2%, segundo pesquisa da Reuters, depois de alta de 0,1% em outubro. Contra o mesmo mês do ano anterior, houve queda de 1,2% ante expectativa de recuo de apenas 0,1%.

Assim, a produção industrial, que teve resultados próximos ou iguais a zero em quase todos os meses de 2025, ainda está 14,8% abaixo do nível recorde alcançado em maio de 2011. "A indústria mantém uma estabilidade observada nos últimos meses e no ano de 2025, mas houve desempenho predominantemente negativo em novembro", destacou o gerente da pesquisa no IBGE, André Macedo.

A indústria brasileira vem apresentando um quadro de estagnação afetada, principalmente, pela taxa de juros elevada, embora o mercado de trabalho aquecido ajude a impulsionar a economia. A taxa básica de juros Selic encerrou 2025 em 15% depois de o Banco Central tê-la mantido nesse patamar na última reunião do ano, em dezembro, sem sinalizar quando poderá iniciar um ciclo de cortes, reforçando que a manutenção desse nível por período bastante prolongado é a estratégia adequada para levar a inflação à meta.

"O resultado de novembro reafirma a tendência de desaceleração do setor industrial, que sofre de um problema duplo, a elevada taxa de juros e o tarifaço americano, que mesmo com diversos recuos, ainda mantém a sobretaxa de 50% em boa parte da produção industrial exportada aos EUA", disse André Valério, economista sênior do Inter.



Também apresentaram retração relevante os setores automotivos, reboques e carrocerias com queda de 1,6%; de produtos químicos (- 1,2%); de produtos alimentícios (-0,5%) e de bebidas (-2,1%) FOTO: JOA SOUZA / REUTERS

De acordo com o levantamento do IBGE sobre a indústria, em novembro 15 dos 25 ramos pesquisados mostraram recuo contra o mês anterior. A principal influência negativa foi dada por indústrias extrativas, com retração de 2,6% na produção.

"A queda observada no mês foi influenciada pela menor produção de óleos brutos de petróleo, gás natural e minérios de ferro", afirmou Macedo.

Também apresentaram retração relevante os setores de veículos automotores, reboques e carrocerias (-1,6%), de produtos químicos (-1,2%), de produtos alimentícios (-0,5%) e de bebidas (-2,1%).

Entre as categorias econômicas, bens de consumo duráveis tiveram queda de 2,5% em novembro, enquanto a produção de bens intermediários caiu 0,6%.

Por outro lado, houve aumento de 0,7% entre bens de capital e de 0,6% nos bens de consumo semi e não duráveis. **(Reuters) %,**

"A queda observada no mês foi influenciada pela menor produção de óleos brutos de petróleo, gás natural e minérios de ferro"
André Macedo

SINDIJORI
Sindicato dos Proprietários de Jornais, Revistas e Similares do Estado de Minas Gerais

% DIÁRIO DO COMÉRCIO INTEGRA MINAS

A educação e seu papel fundamental para a Agência Novo Oeste

O DIÁRIO DO COMÉRCIO, em parceria com o Sindijori-MG, mantém um espaço de interação com os municípios mineiros através de seus veículos associados. A coluna Integra Minas é publicada às sextas-feiras e tem o objetivo de aproximar questões que impactam o ambiente econômico e empresarial do Estado em uma via de mão dupla, trazendo e levando informações criando uma rede que "Integra Minas".

A Agência Novo Oeste é composta por diversos pilares que, em sintonia, permitem o fluxo do desenvolvimento na região Centro-Oeste de Minas Gerais. Além do terceiro setor e das entidades representativas, a Agência é composta pelo Poder Público, Setor Produtivo e Academias. A sinergia entre esses agentes é o alicerce para o desenvolvimento econômico regional verdadeiramente sustentável. "Nossa força está em atuarmos como um ecossistema integrado – uma engrenagem na qual cada componente, ao cumprir sua função específica, impulsiona coletivamente o avanço de toda a região", afirma o diretor executivo da Agência Novo Oeste, Marcelo Augusto.

Conhecimento - As academias, englobadas por centros universitários, faculdades, institutos federais e demais instituições de ensino superior da região, são indispensáveis. Ao integrar ensino, pesquisa e extensão às reais necessidades do território, direcionam pesquisas para solucionar desafios locais, partindo do agronegócio sustentável às energias renováveis. Essa ação gera patentes, *startups* e novos modelos de negócio que dinamizam a economia.

A participação ativa desses agentes no Novo Oeste contribui para fortalecer o papel social dos próprios institutos federais e universidades, uma vez que ampliam seu impacto regional, fortalecem a inovação, promovem a formação de profissionais alinhados às necessidades locais e contribuem para a formulação de políticas públicas mais eficientes e baseadas em evidências. Para Charles Diniz, vice-presidente da Agência Novo Oeste e professor no IFMG Arcos, a academia dialoga com o setor produtivo e poder público por meio de pesquisas aplicadas, projetos de extensão, inovação tecnológica, dentre outras ações de conhecimento. "É aqui que existe *expertise* para diagnosticar problemas regionais, analisar dados, propor soluções técnicas e avaliar a eficiência de políticas públicas".

Prática - O papel transformador do conhecimento impulsionado pelas instituições de ensino superior em parceria com o Novo Oeste e demais setores que o integram mostra, na prática, o caminho para o avanço em máximo potencial. Diversos estudos e projetos foram possíveis a partir disso, como: diagnósticos socioeconômicos e territoriais da região; estudos sobre cadeias produtivas e vocações econômicas locais; projetos de inovação tecnológica e transferência de tecnologia; pesquisas sobre sustentabilidade ambiental, uso do solo e gestão de recursos naturais; avaliações de políticas públicas municipais e regionais; projetos de planejamento urbano e desenvolvimento regional; ações de capacitação profissional alinhadas às demandas do mercado regional, etc.

Entre as iniciativas desenvolvidas ou estimuladas a partir da atuação conjunta, destacam-se: visitas técnicas e intercâmbio de experiências com comitivas de outras regiões; seminários e eventos regionais com participação de gestores públicos, empresários e pesquisadores; projetos de inovação e extensão desenvolvidos pelas instituições em atendimento a demandas regionais; estudos técnicos e diagnósticos setoriais voltados ao planejamento estratégico regional, dentre outras ações.



Concentração de instituições de ensino superior no Centro-Oeste de Minas é maior vantagem competitiva do Novo Oeste FOTO: DIVULGAÇÃO / AGÊNCIA NOVO OESTE

Potência - Essa atuação conjunta entre institutos federais e universidades e a Agência Novo Oeste contribui para um crescimento regional mais planejado e sustentável ao alinhar decisões estratégicas a dados, estudos técnicos e evidências científicas. A academia auxilia, por exemplo, na antecipação de cenários, na avaliação de impactos sociais, econômicos e ambientais e na proposição de soluções de longo prazo. A Agência, por sua vez, articula os diferentes atores regionais e transforma o conhecimento produzido em ações práticas, fortalecendo a governança territorial e promovendo um desenvolvimento equilibrado, que concilia crescimento econômico, inclusão social e preservação ambiental.

A concentração de instituições de ensino superior no Centro-Oeste de Minas é a maior vantagem competitiva do Novo Oeste. Essa densidade acadêmica forma um ecossistema de conhecimento único, capaz de acelerar o desenvolvimento regional de forma estruturada. Marcelo Augusto endossa que "o papel do Novo Oeste é orquestrar essa potência, direcionando-a para missões estratégicas que transformem conhecimento em prosperidade compartilhada". Essa riqueza intelectual é o alicerce para um desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

Anexo SENAD_compressed (35683144) SEI 08129.003746/2026-88 / pg. 34

Cesta básica encerra 2025 com alta de 2,40% em Belo Horizonte

% ALIMENTOS Pesquisa realizada pelo Dieese, em parceria com a Conab, aponta uma elevação de preços de 1,58% entre novembro e dezembro

THYAGO HENRIQUE

O preço da cesta básica em Belo Horizonte aumentou 1,58% entre novembro e dezembro de 2025, para R$ 723,26. Com o resultado, o valor do conjunto dos alimentos básicos encerrou o ano com um crescimento acumulado de 2,40%.

Os dados constam na Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, realizada mensalmente pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

De acordo com o levantamento, entre o último mês de 2024 e o do ano passado, cinco itens, dos 13 que compõem a cesta básica da capital mineira, encareceram. Refletindo o ciclo de alta no mercado global, o café em pó, registrou o maior aumento, de 31,71%, seguido por tomate (16,84%), pão francês (7,63%), banana (4,97%) e carne bovina de primeira (2,76%).

Já do lado dos itens que ficaram mais baratos, o principal foi o arroz agulhinha, com queda de 28,98%, relacionada à combinação de uma supersafra nacional, um avanço na oferta global e uma fraca demanda interna e externa. Também apresentaram reduções o açúcar cristal (-16,09%), a manteiga (-12,40%), o leite integral (-9,28%), a batata (-3,82%), a farinha de trigo (-3,25%), o óleo de soja (-3,23%) e o feijão carioca (-0,29%).

Ao analisar o avanço anual, o supervisor técnico do escritório regional do Dieese em Minas Gerais, Fernando Duarte, ressalta que, em uma economia saudável, a tendência natural é que os preços aumentem no longo prazo. Ele ainda pontua que o custo do conjunto dos alimentos básicos subiu em Belo Horizonte em 2025 abaixo dos índices de inflação no País.

Para efeitos de comparação, no acumulado de 12 meses até novembro, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - considerado o índice oficial de inflação do Brasil - acumulou alta de 4,46%, e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) – utilizado no cálculo do reajuste anual do salário mínimo - subiu 4,18%. Esses foram os últimos resultados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Salário mínimo - Levando em conta o salário mínimo de 2025, de R$ 1.518,00, o trabalhador de Belo Horizonte, que recebia o piso salarial, precisou trabalhar 104 horas e 49 minutos para adquirir a cesta básica pelo valor de dezembro. Um ano antes, quando a remuneração básica estava em R$ 1.412,00, o tempo de trabalho necessário era de 110 horas e três minutos.

Considerando o salário mínimo líquido, após o desconto de 7,5% da Previdência Social, o trabalhador precisou comprometer, no último mês de 2025, 51,51% da renda para adquirir o conjunto dos alimentos básicos. Doze meses atrás, esse percentual correspondia a 54,08%.

Ainda que esses indicadores tenham melhorado e que o custo apresentado um avanço acumulado menos intenso em relação aos índices inflacionários, o valor da cesta básica na Capital continua elevado. "É uma cesta que compromete bastante a renda daqueles trabalhadores que ganham o salário mínimo", salienta Duarte.

É difícil estimar qual será o comportamento da cesta básica em Belo Horizonte em 2026, segundo o supervisor do Dieese. Duarte ressalta que, antigamente, já não era fácil prever e, agora, com a intensificação das mudanças climáticas, ficou ainda mais complicado.

"O importante é que, se possível, no caso dos alimentos, esses produtos, no geral, fiquem abaixo da média da inflação", destaca, mencionando novamente o alto comprometimento da renda do trabalhador com a compra do conjunto dos alimentos básicos e pontuando que o salário mínimo teve um reajuste de 6,79% neste ano, passando para R$ 1.621,00. **%**

"É uma cesta que compromete bastante a renda daqueles trabalhadores que ganham o salário mínimo"
Fernando Duarte



O valor dos alimentos básicos subiu menos na capital mineira do que os índices de inflação do País no ano passado FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBE STOCK

% INDICADOR

IGP-DI teve deflação de 1,20% no ano passado

São Paulo - O Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI) subiu menos do que o esperado em dezembro e terminou 2025 com deflação de 1,20%, refletindo principalmente o comportamento dos preços ao produtor, informou ontem a Fundação Getulio Vargas (FGV).

No último mês do ano passado, o índice acelerou a alta a 0,10%, de 0,01 em novembro, mas ainda ficou abaixo da expectativa em pesquisa da Reuters de avanço de 0,15%.

Com isso o indicador voltou a fechar o ano com deflação depois de acumular em 12 meses queda de 3,30% em 2023 e alta de 6,86% em 2024.

Em dezembro, o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA-DI), que responde por 60% do indicador geral, avançou 0,03%, depois de recuar 0,11% no mês anterior, acumulando em 12 meses recuo de 3,61% - primeiro resultado anual negativo desde 2023, quando caiu 5,92%.

"Esse movimento foi puxado por quedas expressivas nos preços da indústria extrativa e da agricultura", explicou Matheus Dias, economista do FGV Ibre.

Já o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) - que responde por 30% do IGP-DI - repetiu em dezembro a alta de 0,28% registrada em novembro e teve em 12 meses alta de 4,0%.

No mês, entre as oito classes de despesa que compõem o índice, três apresentaram avanços nas taxas de variação: transportes (-0,03% para 0,38%), alimentação (-0,03% para 0,13%) e testuário (-0,87% para 0,27%).

O Índice Nacional de Custo de Construção (INCC), por sua vez, teve desaceleração da alta a 0,21% em dezembro, de 0,27% antes, fechando o ano passado com avanço de 5,92%

O IGP-DI calcula os preços ao produtor, consumidor e na construção civil entre o 1º e o último dia do mês de referência. **(Reuters) %**

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.
Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal Acesse também através do QR CODE ao lado.

E D I T A L

Na qualidade de Presidente da Associação do Residencial GranRoyalle Lagoa Santa, CNPJ 17.179.074/0001-30, sirvo-me do presente para convocar V.Sas. para participarem da Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se no dia 07 de fevereiro de 2026 (sábado), às 09h30 horas em primeira convocação, contando com a presença da maioria dos Associados, ou às 10h horas em segunda convocação, com qualquer número de associados, em conformidade com a cláusula 5.2, parágrafo segundo, do Estatuto Social, a ser realizada de forma virtual através da plataforma Zoom, cujo link será enviado para o email cadastrado do associado e postados no grupo de whatsapp para deliberarem sobre a seguinte pauta: 1) Apresentação do relatório da gestão no ano de 2025; 2)Deliberação sobrea inclusãodo art. 4 – A ao Regimento Interno da Área de Lazer, ratificando a regra já aprovada pela Diretoria juntamente com a Comissão da Área de Lazer em reunião realizada em 11 de dezembro de 2025, cuja redação é a seguinte: Art. 4 - A - Fica autorizada a atividade comercial, inclusive venda de bebidas alcoólicas por meio de autoatendimento (mercado autônomo, vending machines, chopeira de auto serviço e congêneres) na Área de Lazer, em local sinalizado e reservado pela Diretoria. §1º - A operação poderá ser realizada pela Associação na realização de eventos ou por terceiro contratado, devendo o operador manter todas as licenças e autorizações exigidas pela legislação municipal, estadual e federal, inclusive normas sanitárias aplicáveis. §2º - É proibida a venda, o fornecimento e o consumo de bebida alcoólica por menores de 18 anos. §3º - O pagamento ocorrerá por meios eletrônicos disponibilizados no local (cartão, PIX, app), sendo o associado responsável pelas compras próprias e de seus convidados. §4º - Por motivos de manutenção, segurança, eventos ou força maior, a Diretoria poderá interromper temporariamente o serviço, comunicando os usuários pelos canais oficiais. 3)Deliberaçãosobre a revogação do §4º do art. 52 doRegimento Interno da Área de Lazer, para que a utilização da academia não dependa mais de agendamento prévio. 4) Deliberação sobre a alteração do §8º do art. 5º doRegimento Interno da Área de Lazer, cuja redação passará a ser: § 8º - Caso haja emissão de convite e o não comparecimento, desde que o cancelamento não tenha sido feito com pelo menos 24h de antecedência, o condômino perderá 50% dos seus convites para o mês seguinte 5) Deliberação e aprovação de orçamento para a obra de reforma e ampliação do quiosque "saibro". 6) Deliberação e aprovação de orçamento para a obra de pavimentação deVPs (vias de pedestres). 7)Deliberação para que o percentual do fundo de reserva previsto no inciso IV da cláusula 4.3 do Estatuto Social seja de 5%, retroativamente à janeiro de 2026, e vigore para todo o período do orçamento aprovado na AGO realizada em 07/12/2025. 8) Discussão de assuntos de interesse geral.

Lagoa Santa, 06 de janeiro de 2026.

Patrícia Mattos Capel Moreno - Presidente da associação

OBSERVAÇÕES: - A participação de cada associado é de extrema importância, a fim de apresentar ideias e sugestões para a solução dos problemas, cujas decisões afetarão a todos; - É lícito ao associado se fazer representar na Assembleia por meio de procuradores, conforme parágrafo segundo da Cláusula 5.3 do Estatuto: será admitido o voto por procuração por instrumento público até o máximo de 01(um) constituinte por procurador nomeado, sendo vedado, portanto, que um mesmo procurador represente mais de um Associado na Assembleia Geral. O procurador nomeado poderá representar 01(um) constituinte proprietário de mais de um lote, tendo votos correspondentes ao número de lotes do proprietário constituinte, obedecidas as regras do parágrafo primeiro acima. - A ausência dos senhores associados não os desobriga, pois presumir-se-á a aceitação tácita dos assuntos que forem tratados e deliberados; - Só terão direito a voto os associados que estiverem em dia com o pagamento da taxa associativa mensal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES/MG
EXTRATO DE EDITAIS
EDITAL RETIFICADO - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 201/2025 - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 033/2025
O Município de Cataguases, por meio de seu Prefeito Sr. José Henriques comunica a todos os interessados que fará no dia 19 de fevereiro de 2026 às 09h na Galeria Salgado Filho, situado na Rua Major Vieira, 212 Loja (conjunto de salas) nº 03, 2º pavimento, Centro na cidade de Cataguases/MG, a abertura do Processo Licitatório nº 201/2025 na modalidade Concorrência Pública nº 033/2025, de forma presencial, Tipo Menor Valor Global, para contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços técnicos de engenharia para a operação e manutenção dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, compreendendo os serviços do Setor Administrativo (Contrato); Setor Comercial (Atendimento ao público, Fornecimento de software, leitura, emissão de fatura, cadastramento de ligações de água, pagamentos); Setor de Operação e Manutenção - Água e Esgoto (Conjuntos eletromecânicos, adutoras, redes e ramais de água e esgoto); Setor de Tratamento - Água (Captação, adução, produção, reservação e distribuição de água); e Setor de Tratamento - Esgoto (Coleta e tratamento final); em atendimento às demandas da Prefeitura do Município de Cataguases/MG. Valor estimado: R$ 24.212.364,86. Os interessados poderão adquirir o edital através do site: www.cataguases.mg.gov.br e qualquer dúvida entrar em contato pelo tel: (32) 3429-2500, Ramal 153 ou através do e-mail: licitacaopmcataguases@gmail.com. Cataguases, 08 de janeiro de 2026. José Henriques - Prefeito de Cataguases.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 206/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 022/2025 - CHAMADA PÚBLICA Nº 007/2025
Modalidade: CHAMADA PÚBLICA. Órgão: Prefeitura de Cataguases/ Secretaria de Educação. Período de entrega dos envelopes: De 08h do dia 12/01/2026 às 16h do dia 30/01/2026. Data da análise da documentação: 02/02/2026 às 09h. Objeto: O objeto da presente Chamada Pública é a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - Pnae, conforme especificações dos gêneros alimentícios listados no termo de referência. Valor estimado: R$ 444.093,52. Informações através do e-mail: licitacaopmcataguases@gmail.com. Cataguases, 08 de janeiro de 2026. José Henriques - Prefeito de Cataguases.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 209/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 098/2025
REGISTRO DE PREÇOS Nº 095/2025 - UASG 984305 - PE 90098
Tipo: Menor preço por lote. Objeto: Registrar preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de uniformes para atender às demandas dos alunos da rede pública de ensino pertencente à Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Cataguases/MG. Data de realização: 26/01/2026 às 09h. Valor estimado: R$ 1.043.189,24. Fundamentação Legal: 14.133 de 01 de abril de 2021. Disponibilidade do Edital: pregaocataguases@gmail.com, no site da Prefeitura de Cataguases: www.cataguases.mg.gov.br e pelo portal de compras do Governo Federal: www.comprasgovernamentais.gov.br. Esclarecimentos pelo tel: (32) 3429-2500 ou através do e-mail: pregaocataguases@gmail.com. Cataguases, 08 de janeiro de 2026. José Henriques - Prefeito de Cataguases.

EDITAL – César Romero do Carmo. Oficial do Registro de Imóveis da Comarca de Jaboticatubas, Estado de Minas Gerais,Faz saber a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem,que por parte de Wander Luiz de Oliveira, brasileiro, portador de CPF n°246.978.186-87, RG nº MG-1.072.102 casado com Berenice de Assis Figueiredo,brasileira, portadora de CPF n° 713.033.596-34, RG n° MG-4.606.726, residentes e domiciliados a Rua Mares de Motanhas, 3.950, Bairro Vale dos Cristais, Nova Lima,Minas Gerais, CEP 34.0008-056; e Cleuza Mateus de Oliveira Santos, brasileira,portadora de CPF n° 228.203.296-91, RG n° MG-517.514 casada com Eliezer dos Santos Teixeira Filho, brasileiro, portador de CPF n° 042.512.296-49, RG n°MG-146.690 residentes e domiciliados à Rua Olavo Bilac, 999, Bairro Santa Mônica, Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP 31.510-420; e William Mateus de Oliveira, brasileiro,portador de CPF n° 603.987.606-91, RG n° M-3.999.321, casado com Carla de Carvalho Sousa, brasileiro, portador de CPF n° 031.944.056-75, RG n° MG- 7.846.327 residentes e domiciliados a Rua Bernardo Guimaranhes, 464, apto 901,CEP 30.140-086; e Sonia Maria de Oliveira da Silva, brasileira, portadora de CPF n° 296.800.346-15, RG n° M-1.033.738, casada com José Mauricio da Silva,brasileiro, portador de CPF n° 004.094.641.04, RG n° 210.199 residentes e domiciliados a Rua Jacob Marra, 78, apto 204, Centro, Patrocínio, Minas Gerais,CEP 38.740-030, requerente/autor, que tramita nesta Serventia do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Jaboticatubas/MG pedido de USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL ORDINÁRIO, do imóvel um Lote s/nº, localizado na rua Dálias,Distrito da Serra do Cipó, Santana do Riacho - MG, com área de 50.132,15 (cinquenta mil cento e trinta e dois metros quadrados e quinze centímetros quadrados); conforme artigo 216-A da Lei de Registro Público (Lei Federal 6.015/73). A documentação exigida para a USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL ora em curso, encontra-se no petitório inicial nesse cartório, à disposição de interessados a saber: ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO – AGU, ADVOCACIA GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS - AGE, MUNICÍPIO DE SANTANA DO RIACHO/MG e ICMbio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, podendo ainda ser consultada por eventuais pessoas jurídicas/físicas que demonstrem interesse sobre o feito. As impugnações ao reconhecimento da usucapião extrajudicial de entes públicos ou interessados devem ser endereçadas ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Jaboticatubas/MG, (srijaboticatubas@gmail.com) em 15 (quinze)dias contados da publicação deste edital em jornal de grande circulação.Jaboticatubas/MG, aos 05 dias do mês de janeiro de 2026. O Oficial de Registro:César Romero do Carmo.

Anexo SENAD_compressed (35683144) SEI 08129.003746/2026-88 / pg. 35

ANM libera a retomada das operações da Jaguar em MG

% MINERAÇÃO Empresa aguarda a aprovação final do Núcleo de Emergência Ambiental da Semad

THYAGO HENRIQUE

A Agência Nacional de Mineração (ANM) deu o aval necessário para a Jaguar Mining retomar as operações-chave de mineração e processamento no Complexo MTL, localizado no município de Conceição do Pará, na região Centro-Oeste de Minas Gerais. A informação foi divulgada pela empresa canadense nesta semana.

A mineradora disse que a decisão marca um passo significativo em seu progresso rumo aos níveis planejados de produção, permitindo a volta de atividades cruciais, incluindo o desenvolvimento subterrâneo produtivo, a mineração subterrânea e o pleno funcionamento da planta metalúrgica, da planta de enchimento de pasta e da unidade de filtração.

No mês passado, a Jaguar havia informado que submeteu a documentação técnica detalhada à autarquia, demonstrando total conformidade com as medidas exigidas para o reinício das operações, após concluir as intervenções necessárias para a retomada.

Apesar da autorização da ANM, a Jaguar ainda espera a aprovação final do Núcleo de Emergência Ambiental (NEA), da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), para efetivamente voltar às atividades no complexo. Assim que recebeu a decisão da agência federal, a empresa submeteu a demanda ao NEA.

"O levantamento da ordem de embargo do NEA está sujeito à revisão, pelo NEA, da decisão da ANM de permitir a retomada das operações no MTL", ressaltou a mineradora.

Em trecho do comunicado ao mercado, o CEO da Jaguar, Luis Albano Tondo, também pontuou que a empresa precisa aguardar a resposta do núcleo para remover a "última barreira" para voltar a operar em Conceição do Pará.

Conforme o executivo, a expectativa é que a iminente retomada das operações da Mina e Planta Turmalina seja um ponto de virada para a mineradora, injetando energia na ambiciosa estratégia de crescimento e sucesso sustentáveis ao longo de 2026.



O funcionamento da planta em Conceição do Pará foi autorizado FOTO: DIVULGAÇÃO / JAGUAR MINING

Deslizamento - As atividades de mineração e produção de ouro no Complexo MTL estão paralisadas desde 7 de dezembro de 2024. Nessa data, houve uma ruptura na parede norte da pilha de rejeitos a seco de Satinoco. O deslizamento movimentou em torno de 600 mil metros cúbicos de material, o que resultou na interdição imediata pela Agência Nacional de Mineração.

O rompimento parcial da estrutura impactou parte da infraestrutura da Mina Turmalina e fez com que cerca de 85 famílias do entorno do empreendimento fossem obrigadas a ir para acomodações temporárias. Não houve relatos de feridos ou vítimas fatais.

Em decorrência do incidente, a mineradora fechou acordos, no ano passado, com a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), para pagamento de aproximadamente R$ 57 milhões em indenizações individuais, e com a Semad, para pagamento de uma multa da ordem de R$ 60 milhões. Além disso, teve que realizar melhorias no complexo, incluindo a instalação de um novo sistema de drenagem interna e a reconfiguração de taludes. **%**

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.

Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal Acesse também através do QR CODE ao lado.

EDITAL DE 1° E 2° LEILÃO E INTIMAÇÃO DE ALIENAÇÃO JUDICIAL (LEI N.º 13.105/2015). PROCESSO: 5002946-43.2021.8.13.0693. AO JUÍZO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TRÊS CORAÇÕES/MG. EXEQUENTE: JORGE LUIZ BARROS LIMA e outro EXECUTADO(A): FRANCISCO ANTONIO PEREIRA MEIRELES. LUIS OTÁVIO MARCOLINO SHINKAWA, JUCEMG 1201, Leiloeiro Público Oficial, nomeado pelo MM Juiz desta Comarca, faz ciência aos interessados, exequente(s), executados/devedores, que no processo indicado leiloará os bens discriminados, pelo maior lance, em LEILÃO PÚBLICO a ser realizado por meio eletrônico. **1. DATA E HORÁRIO DA REALIZAÇÃO DO LEILÃO:** 1.1. Data/Horário: 1º leilão em 23/02/2026 às 11:30 e 2º leilão em 23/02/2026 às 11:45; 1º leilão em 30/03/2026 às 11:30 e 2º leilão em 30/03/2026 às 11:45; 1º leilão em 27/04/2026 às 11:30 e 2º leilão em 27/04/2026 às 11:45; 1º leilão em 25/05/2026 às 11:30 e 2º leilão em 25/05/2026 às 11:45; 1º leilão em 29/06/2026 às 11:30 e 2º leilão em 29/06/2026 às 11:45; 1º leilão em 27/07/2026 às 11:30 e 2º leilão em 27/07/2026 às 11:45; 1º leilão em 24/08/2026 às 11:30 e 2º leilão em 24/08/2026 às 11:45; 1º leilão em 28/09/2026 às 11:30 e 2º leilão em 28/09/2026 às 11:45, 1º leilão em 26/10/2026 às 11:30 e 2º leilão em 26/10/2026 às 11:45; 1º leilão em 23/11/2026 às 11:30 e 2º leilão em 23/11/2026 às 11:45; 1º leilão em 28/12/2026 às 11:30 e 2º leilão em 28/12/2026 às 11:45, 1º leilão em 25/01/2027 às 11:30, 2º leilão em 25/01/2027 às 11:45, 1º leilão em 22/02/2027 às 11:30, 2º leilão em 22/02/2027 às 11:45, 1º leilão em 29/03/2027 às 11:30, 2º leilão em 29/03/2027 às 11:45. **2. DESCRIÇÃO E VALORES DO BENS:** 2.1.,Três Corações/MG, Registrado sob a Matrícula nº 36.942 -, Três Corações/MG.Registrado sob a Matrícula nº 36.670 –Três Corações/MG. Registrado sob a Matrícula nº 36.671 Valores, edital e descrição completa no site do leiloeiro www.luisleiloeiro.com.br

EPR Via Mineira S.A.

CNPJ/MF nº 55.231.969/0001-65 – NIRE 31.300.165.256

Ata de Assembleia Geral Extraordinária

I. Data, Horário e Local: 04/12/2025, às 10:00 horas, na sede social da "Companhia", no Município de Nova Lima-MG, na Rua Niágara, nº 350, Jardim Canadá. **II. Convocação e Presença**: Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **III. Mesa**: Presidente: Sr. José Carlos Cassaniga e Secretário: Sr. Enio Stein Júnior. **IV. Ordem do Dia**: **(i)** a proposta de crédito de juros sobre capital próprio ao acionista; **(ii)** a distribuição de dividendos intercalares, e **(iii)** autorizar a prática pelos diretores da Companhia de todos os atos necessários para concretização dos itens (i) e (ii). **V. Deliberações**: Os acionistas deliberaram: **(i)** Aprovar a distribuição de juros sobre capital próprio ao acionista da Companhia, no valor de R$ 7.078.954,70, calculados nos termos da legislação aplicável e do Estatuto Social da Companhia. O valor ora aprovado será pago em até 10 dias úteis da presente data. **(ii)** Aprovar a distribuição de dividendos intercalares, à conta dos lucros acumulados apurados no balanço levantado em 30/09/2025, conforme consta nas informações trimestrais da Companhia referentes ao período findo em 30/09/2025, no valor de R$ 28.976.221,69. Os dividendos ora declarados serão pagos em até 10 dias úteis da presente data. **(iii)** Autorizar a prática pelos diretores da Companhia de todos os atos necessários para concretizar as deliberações acima. **VI. Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. **VII. Assinaturas**: **Presidente:** Sr. José Carlos Cassaniga. **Secretário:** Sr. Enio Stein Júnior. **Acionista**: EPR Infraestrutura MG S/A (por: José Carlos Cassaniga e Enio Stein Júnior). Nova Lima/MG, 04/12/2025. Junta Comercial do Estado de Minas Gerais. Certifico o registro sob o nº 13279760 em 18/12/2025. Protocolo 257976345 de 11/12/2025. Marinely de Paula Bomfim – Secretária Geral.

LÍDER VEÍCULOS S/A

CNPJ: 02.789.552/0001-56 - NIRE: 3130010171-1

Ata da AGE de 15/12/25: I – Hora e local: Às nove horas, em ambiente virtual, conforme disposto no §3º, do Art. 12, do Estatuto Social da Cia. **II – Convocação e presenças**: Dispensada a publicação de editais de convocação, nos termos do Art. 124, §4º, da Lei n. 6.404/76 (Lei das S/A), pois presentes os acionistas da Cia. representando a totalidade do capital social. **III – Mesa:** Presidente: Braulio José Tanus Braz; Secretária: Daniela Braz Tambasco Mendes. **IV – Ordem do dia:** Deliberar sobre a proposta de distribuição de dividendos aos acionistas da Cia. utilizando-se de saldos de Lucros Acumulados e da Reserva Estatutária. **V - Deliberações tomadas por unanimidade:** Instalada a Assembleia e após exame e discussão da matéria constante da Ordem do Dia, os acionistas, sem qualquer condição ou ressalva, com fulcro nos Artigos 194 c/c 201, da Lei n. 6.404/76, bem como no art. 26, inciso II, alínea b, do Estatuto Social da Cia., aprovaram a distribuição de dividendos no valor global de R$ 16.050.000,00, conforme balanço levantado na data de 30/09/25 para este fim, utilizando-se de saldos de Lucros Acumulados e da Reserva Estatutária, na proporção da participação detida por cada um no capital social da Cia. Os dividendos serão pagos aos acionistas nos anos de 2026 a 2028, em conformidade ao estabelecido na §2º, da Cláusula 27, do Estatuto da Sociedade, da seguinte forma: i) no ano de 2026, será pago o valor total de R$ 4.800.000,00, sendo: **a)** o valor de R$ 2.290.713,00 ao acionista J. L. Braz Participações S/A.; **b)** o valor de R$ 1.053.053,00 ao acionista Braulio Braz Participações S/A; **c)** o valor de R$ 531.010,00 ao acionista G. T. Braz Participações S/A; **d)** o valor de R$ 529.493,00 ao acionista D. A. Tambasco Participações S/A; e, **e)** o valor de R$ 395.731,00 ao acionista R. Faria Participações LTDA; ii) no ano de 2027, será pago o valor total de R$ 5.500.000,00, sendo: **a)** o valor de R$ 2.624.775,00 ao acionista J. L. Braz Participações S/A.; **b)** o valor de R$ 1.206.623,00 ao acionista Braulio Braz Participações S/A; **c)** o valor de R$ 608.449,00 ao acionista G. T. Braz Participações S/A; **d)** o valor de R$ 606.711,00 ao acionista D. A. Tambasco Participações S/A; e, **e)** o valor de R$ 453.442,00 ao acionista R. Faria Participações LTDA; e, iii) no ano de 2028, será pago o valor total de R$ 5.750.000,00, sendo: **a)** o valor de R$ 2.744.084,00 ao acionista J. L. Braz Participações S/A.; **b)** o valor de R$ 1.261.470,00 ao acionista Braulio Braz Participações S/A; **c)** o valor de R$ 636.105,00 ao acionista G. T. Braz Participações S/A; **d)** o valor de R$ 634.288,00 ao acionista D. A. Tambasco Participações S/A; e, **e)** o valor de R$ 474.053,00 ao acionista R. Faria Participações LTDA. Fica autorizada a administração da Cia. a, desde já, contabilizar a respectiva parcela da "Reserva Estatutária" e dos "Lucros Acumulados" como "Dividendos a Pagar". **VI – Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata que poderá ser publicada com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, conforme o disposto no art. 130, §2º da Lei 6.404/76, a qual foi lida, aprovada por todos e assinada. Belo Horizonte/MG, 15/12/25. Jucemg nº 13286963 em 22/12/25.

bradesco **EDITAL DE LEILÃO** "LEILÃO ON-LINE" MILAN LEILÕES LEILOEIROS OFICIAIS

1°LEILÃO: **27/01/2026** Às 15h. - 2°LEILÃO: **29/01/2026** Às 15h

Ronaldo Milan, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP nº 266, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo Banco Bradesco S/A, inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. Local da realização dos leilões presencias e on-line: Escritório do Leiloeiro, situado na Rua Quatá nº 733 - Vl. Olímpia em São Paulo/SP. Localização do imóvel: **UBERABA – MG. BAIRRO BEIJA FLOR II.** Rua Dr Jorge Miziara Hercos, n°221, (Lt 21 Qd 13) Casa. Áreas Totais. Terr. 200,00m² e constr. 60,12m²(Matr) e 129,48m²(estimada no local). Matr. 36.487 do 1°RI Local. Obs.: Regularização e encargos perante os órgãos competentes da divergência da área construída que vier a ser apurada no local com a lançada no IPTU e averbada no RI, correrão por conta do comprador. Ocupada. (AF) 1º Leilão: 27/01/2026, às 15h00. **Lance mínimo: R$ 448.336,55** e 2º Leilão: 29/01/2026, às 15h00. **Lance mínimo: R$ 367.260,08** (caso não seja arrematado no 1º leilão) Condição de pagamento: à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: www.bradesco.com.br e www.milanleiloes.com.br

Inf: Tel.: (11) 3336-6887 - Ronaldo Milan - Leiloeiro Oficial JUCESP nº 266
Consultar edital completo e detalhado no site - www.milanleiloes.com.br

E D I T A L

Ficam os Srs. proprietários ou seus representantes legais convocados para a **Assembleia Geral da Associação Res. Veredas Reserva, CNPJ 19.659.909/0001-84,** situado na Rua Campina Verde, s/n – Bairro Veredas das Geraes, a realizar-se de forma VIRTUAL no dia 15 de janeiro de 2026, quarta-feira, as 18h30min, em primeira chamada, com 50% dos condôminos, ou às 19h em segunda chamada, com qualquer número de presentes, para discutirem e deliberarem sobre a seguinte pauta:

1. Prestação de contas;
2. Eleição novo presidente;
3. Caso Dr volvei, advogado.

Link de acesso:

Nova Lima,08 de janeiro de 2026.

RUBIA DE OLIVEIRA DUARTE
Presidente em exercício.

OBSERVAÇÕES: O acesso a Assembleia se dará através do Lino, assistente virtual da Pacto Administradora. Envie um WhatsApp para (31)3218-5002 e selecione sua unidade. Dentre as opções, digite 9. Para entrar na sessão digital, basta abrir o PDF e clicar em "ingressar na reunião". Caso prefira, o acesso também poderá ser feito através do site da Pacto Administradora (www.pactonet.com.br), na área do condômino, aba "Comunicados – Novo". É lícito aos senhores condôminos se fazerem representar na Assembleia ora convocada por meio de procuradores. Eventuais procurações devem ser apresentadas no dia da Assembleia, na sala de ambiente digital e somente terão direito a voto os condôminos que estiverem em dia com o pagamento da taxa de condomínio (Código Civil – Lei 10.406 - Art. 1335, inciso III).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO — MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO — GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico - nº 90 045/2026

Objeto**: Aquisição de aparelhos de medição e orientação, máquinas e equipamentos para a Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM.**

Cadastro das propostas de preços a partir da publicação da ABERTURA do Edital no D.O. U no dia 08/01/2026. Abertura da sessão de lances às 08:30 HORAS do dia 23/01/2026 no site site www.comprasgovernamentais.gov.br.

Informações (34) 3700-6083/6079 WAbusiness. Fornecimento do Edital através dos sites www.comprasgovernamentais.gov.br e www.uftm.edu.br , do email tania.valize@uftm.edu.br

TANIA CANDIDA TOMAS VALIZE
Pregoeira da UFTM

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)
Delegação de Atribuição - Lei n° 11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC n° 42/2003
MUNICÍPIO NOVA LIMA - MG

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00005, de 19 de Dezembro de 2025.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse. O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1°, inciso II, do Decreto n° 70.235/72, com redação dada pelas Leis n° 11.941/2009 e n° 11.196/2005, e tendo em vista o disposto na Lei n° 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s]. Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15° [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Intimação Fiscal (ITR)**
MALTHUS ALBERTO DE PAULA	002.062.616-91	4895/00075/2025

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR	
Nome: Cristiano Antônio Vieira Gomes Cargo: Secretário Municipal de Fazenda/14822	Matrícula 00016696 Assinatura

(a) Cristiano Antônio Vieira Gomes - Secretário Municipal de Fazenda
(a) Adriana Reis – Auditor Fiscal de Tributos Municipais I - Matrícula 09217

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)
Delegação de Atribuição - Lei n° 11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC n° 42/2003
MUNICÍPIO NOVA LIMA - MG

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00004, de 16 de Dezembro de 2025.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse. O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1°, inciso II, do Decreto n° 70.235/72, com redação dada pelas Leis n° 11.941/2009 e n° 11.196/2005, e tendo em vista o disposto na Lei n° 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s]. Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15° [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Intimação Fiscal (ITR)**
MARIA ETELVINA DE CAMPOS VILELA	284.334.836-68	4895/00074/2025

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR	
Nome: Cristiano Antônio Vieira Gomes Cargo: Secretário Municipal de Fazenda/14822	Matrícula 00016696 Assinatura

(a) Cristiano Antônio Vieira Gomes - Secretário Municipal de Fazenda
(a) Adriana Reis – Auditor Fiscal de Tributos Municipais I - Matrícula 09217

COPROMA - COOPERATIVA DE TRABALHO DE PROFESSORES DE MATOZINHOS E CIDADES ADJACENTES LTDA.
Endereço: Rua Carlos Alves, n°. 205, Bairro São Sebastião, Matozinhos/MG - CEP: 35.720-000.
CNPJ: 02.749.623/0001-97 – NIRE: 31400036644
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – AGO.

A COPROMA - COOPERATIVA DE TRABALHO DE PROFESSORES DE MATOZINHOS E CIDADES ADJACENTES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.749.623/0001-97, na pessoa de sua Diretora Presidente a Sra. Rafaela Correa Martins, no uso das atribuições conferidas no artigo 47 da Lei 5.764/71 e artigo 19 Estatuto Social da COPROMA, vem convocar a todos os seus cooperados em dia com as suas obrigações legais e estatutárias para se reunirem "presencialmente" em **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - AGO**, consoante o que dispõe a Lei 12.690/12, o artigo 44 da Lei 5.764/71 e o artigo 13 do Estatuto Social da COPROMA, no dia **29 (vinte e nove) de janeiro de 2026**, em sua sede da cooperativa, localizada na Rua Carlos Alves, nº. 205, bairro São Sebastião em Matozinhos/MG, em primeira convocação, com presença de 2/3 (dois terços) dos cooperados às 16:00 (dezesseis horas), em segunda convocação com a presença de metade mais 1 (um) dos cooperados às 17:00 (dezessete horas), em terceira convocação com a presença de 50 (cinquenta) cooperados ou, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de cooperados, prevalecendo o menor número, às 18:00 (dezoito horas), para deliberarem os seguintes assuntos: **ORDEM DO DIA:** 1. Prestação de contas dos Órgãos de Administração, acompanhada do Parecer do Conselho Fiscal, compreendendo: a) Relatório da Gestão; b) Balanço Geral; c) Demonstrativo das sobras apuradas, ou perdas, e Parecer do Conselho Fiscal; d) Plano de atividade da Cooperativa para o exercício seguinte. 2. Destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas, deduzindo-se, no primeiro caso, as parcelas para os fundos obrigatórios e estatutários; 3. Eleição e posse dos membros da Diretoria Executiva, exercício de 2026/2030; 4. Eleição e posse dos membros do Conselho Fiscal, exercício de 2026/2027; 5. Indicação e posse dos membros do Conselho Pedagógico; 6. Quaisquer assuntos de interesse da Cooperativa. Para efeito de quórum, o número de cooperados com direito a voto na presente data são de **41 cooperados (quarenta e um)** cooperados. **NOTAS:** Declara-se também, que conforme estabelece os artigos 64 e 68 do Estatuto Social da COPROMA, que o Comitê Eleitoral fixará o prazo não inferior de 05(cinco) dias antes da eleição para a inscrição de chapas e candidatos aos cargos da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Pedagógico; em conformidade com o artigo 65§1º do Estatuto Social da COPROMA, as notificações deliberadas serão comunicadas aos interessados através de circulares/comunicados afixados nos quadros de aviso e mídias sociais da COPROMA pelo Comitê Eleitoral. Serão rejeitados os registros de chapas fora deste prazo. Ressalta-se que os interessados em concorrer ao pleito eleitoral para os cargos da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Pedagógico deverão estar rigorosamente em dia com suas obrigações financeiras e societárias perante a COPROMA, não podendo incorrer em quaisquer hipóteses de impedimento ou inelegibilidade, nos termos dos requisitos legais previstos no artigo 68 do Estatuto Social da COPROMA. Os candidatos à membros do Diretoria Executiva deverão apresentar certidões negativas de débitos municipal (da sua respectiva cidade), estadual e federal.

Matozinhos/MG, 09 de janeiro de 2026.

Rafaela Correa Martins - Diretora Presidente da COPROMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)
Delegação de Atribuição - Lei n° 11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC n° 42/2003
MUNICÍPIO NOVA LIMA - MG

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00003, de 17 de Dezembro de 2025.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse. O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1°, inciso II, do Decreto n° 70.235/72, com redação dada pelas Leis n° 11.941/2009 e n° 11.196/2005, e tendo em vista o disposto na Lei n° 11.250/2005, **INTIMA** o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s]. Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15° [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Constatação e Intimação (ITR)**
BRENO JONES	187.217.456-68	4895/00125/2025
BRENO JONES	187.217.456-68	4895/00126/2025

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR	
Nome: Cristiano Antônio Vieira Gomes Cargo: Secretário Municipal de Fazenda/14822	Matrícula 00016696 Assinatura

(a) Cristiano Antônio Vieira Gomes - Secretário Municipal de Fazenda
(a) Adriana Reis – Auditor Fiscal de Tributos Municipais I - Matrícula 09217

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)
Delegação de Atribuição - Lei n° 11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC n° 42/2003
MUNICÍPIO NOVA LIMA - MG

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00005, de 17 de Dezembro de 2025.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse. O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1°, inciso II, do Decreto n° 70.235/72, com redação dada pelas Leis n° 11.941/2009 e n° 11.196/2005, e tendo em vista o disposto na Lei n° 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s]. Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15° [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Constatação e Intimação (ITR)**
JUDITH JONES RODRIGUES (ESPÓLIO DE)	230.003.416-68	4895/00124/2025

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR	
Nome: Cristiano Antônio Vieira Gomes Cargo: Secretário Municipal de Fazenda/14822	Matrícula 00016696 Assinatura

(a) Cristiano Antônio Vieira Gomes - Secretário Municipal de Fazenda
(a) Adriana Reis – Auditor Fiscal de Tributos Municipais I - Matrícula 09217

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)
Delegação de Atribuição - Lei n° 11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC n° 42/2003
MUNICÍPIO NOVA LIMA - MG

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00004, de 17 de Dezembro de 2025.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse. O Titular do órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1°, inciso II, do Decreto n° 70.235/72, com redação dada pelas Leis n° 11.941/2009 e n° 11.196/2005, e tendo em vista o disposto na Lei n° 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s]. Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15° [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Constatação e Intimação (ITR)**
JUDITH JONES RODRIGUES (ESPÓLIO DE)	230.003.416-68	4895/00123/2025

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR	
Nome: Cristiano Antônio Vieira Gomes Cargo: Secretário Municipal de Fazenda/14822	Matrícula 00016696 Assinatura

(a) Cristiano Antônio Vieira Gomes - Secretário Municipal de Fazenda
(a) Adriana Reis – Auditor Fiscal de Tributos Municipais I - Matrícula 09217

Anexo SENAD_compressed (35683144) SEI 08129.003746/2026-88 / pg. 36

POLÍTICA

Presidente Lula veta o PL da Dosimetria de forma integral

% TRAMA GOLPISTA Caso o Congresso Nacional derrube a decisão do governo, o Planalto pode recorrer à judicialização da matéria no Supremo Tribunal Federal

Brasília - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vetou integralmente ontem a redução das penas aos envolvidos nos ataques de 8 de janeiro de 2023. Batizada de PL da Dosimetria, a proposta, aprovada pelo Congresso, também beneficiaria o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que cumpre pena por participar da trama golpista.

"Não temos o direito de esquecer do passado. Por isso não aceitamos nem ditadura civil nem ditadura militar. Viva a democracia brasileira", declarou Lula em discurso. "O 8 de janeiro está marcado pela história como o dia da vitória da nossa democracia. Vitória sobre os que tentaram tomar o poder pela força, desprezando a vontade popular expressa nas urnas", ressaltou.

A cerimônia realizada no Palácio do Planalto, com presença em peso de nomes governistas e de movimentos populares alinhados à esquerda, iniciou com gritos de "sem anistia".

"O dia de hoje, além de estarmos aniversariando três anos do nosso terceiro mandato, é um dia que muita gente desse país pode comemorar. Primeiro pela manutenção do Estado Democrático de Direito desse País", disse Lula.

Alvo de disputa entre governistas e oposição, a redução das penas acabou sendo aprovada na Câmara e no Senado.

O veto à flexibilização das penas já era uma intenção declarada do presidente, que chegou a afirmar, durante café com jornalistas no dia 18 de dezembro, que vetaria a proposta assim que ela chegasse à sua mesa.

Lula tinha até o dia 12 de janeiro para vetar a proposta, mas uma ala do governo defendia que o ato de memória do 8 de Janeiro desta quinta fosse usado como palco para o anúncio.

Os presidentes da Câmara, Hugo Motta, e do Senado, Davi Alcolumbre, faltaram à cerimônia para não se indispor com parlamentares bolsonaristas. Com a ausência dos chefes do Legislativo, Lula optou por ler a lista completa de autoridades presentes no evento, etapa protocolar que não costuma fazer.

Durante a solenidade, o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, disse que os crimes do 8 de Janeiro não são passíveis de indulto ou anistia.

"Os crimes cometidos contra o Estado Democrático de Direito, como muitos daqueles praticados naquela época recente do 8 de janeiro, conforme consta da Constituição Federal e de decisão do STF, são imprescritíveis, impassíveis de indulto, graça ou anistia, sobretudo quando envolvem grupos civis e militares armados", declarou Lewandowski.

Em 8 de janeiro de 2023, grupos insatisfeitos com a vitória de Lula nas eleições do ano anterior invadiram e destruíram as sedes dos Três Poderes em Brasília.

Durante as apurações da trama golpista, Lula reforçou um discurso de defesa de que os participantes fossem penalizados pela Justiça. A tentativa de golpe também mirava assassinar Lula, o vice-presidente Geraldo Alckmin e o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Confirmado o veto, a última palavra será do Congresso, que pode derrubar a decisão. Caso isso ocorra, uma das alternativas do Planalto é apostar na judicialização da questão no Supremo Tribunal Federal (STF). (**Marianna Brasil, Catia Seabra e Caio Spechoto/Folhapress) %**

"O dia 8 de janeiro está marcado pela história como o dia da vitória da nossa democracia. Vitória sobre os que tentaram tomar o poder pela força"
Luiz Inácio Lula da Silva



Lula assinou o veto à redução das penas aos envolvidos no ataques de 8 de janeiro em cerimônia no Palácio do Planalto FOTO: MARCELO CAMARGO / AGÊNCIA BRASIL

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.
Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal Acesse também através do QR CODE ao lado.

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – PRESENCIAL E ONLINE
1º LEILÃO: 04 de março de 2026, às 14h30min *.
2º LEILÃO: 06 de março de 2026, às 14h30min *. (*horário de Brasília)

Carlos Alberto Fernando Santos Frazão, Leiloeiro(a) Oficial, JUCESP nº 203, com escritório na Rua Herval, nº 1052, Belenzinho, São Paulo/SP, CEP: 03062-000, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **LEILÃO PÚBLICO** de modo **PRESENCIAL E ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ n° 90.400.888/0001-42, do Instrumento particular com força de escritura pública nº 073521230000793, firmado em 30/11/2012, com os **Fiduciantes LEONARDO EDUARDO TAVARES,** maior, inscrito no CPF nº 735.277.776-87 e sua esposa **GISELLE VASCONCELOS GOMES**, maior, inscrita no CPF nº 326.262.232-04, casados em 25/08/2001, pelo regime da comunhão parcial de bens, no dia 04/03/2026 em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 678.369,51 (seiscentos e setenta e oito mil, trezentos e sessenta e nove reais e cinquenta e um centavos),** o imóvel matriculado sob nº **44.188 do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Uberlândia/MG,**, constituído por "Um prédio situado na Rua das Camomilas, nº 148, com a área construída de 129,30m² (residencial) (Av.04) e seu respectivo terreno situado na cidade de Uberlândia/MG, o bairro Cidade Jardim, setor "A", na Rua das Camomilas, designado por lote nº 05 da quadra nº 81, medindo 10,00m de frente e aos fundos, por 25,00m de extensão dos lados, com a área de 250,00m², confrontando pela frente com a Rua da Camomilas, pelo lado direito com o lote nº 04, pelo lado esquerdo com a Rua Flamboyant; e, pelos fundos com o lote nº 06". **Cadastro Municipal:** 00-04-0202-07-13-0005-0000. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação que se encontra. Consta conforme R.09 a alienação fiduciária em favor do Banco Santander (Brasil) S/A. **Imóvel Ocupado.** Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia 06/03/2026, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 270.500,00 (duzentos e setenta mil e quinhentos reais),** nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97**. O leilão presencial ocorrerá no escritório do Leiloeiro(a)**. **Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site www.FrazaoLeiloes.com.br, encaminhar a documentação necessária **para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão**. **Outras informações no site do Leiloeiro(a)**: **www.FrazaoLeiloes.com.br**. Informações pelo tel. 11-3550-4066 (02.25807_SC_3491-02).

RECREIO B.H. VEÍCULOS S/A
CNPJ: 01.929.665/0001-47- NIRE: 3130010214-9

Ata da AGE de 15/12/25: I – HORA E LOCAL: Às quatorze horas, em ambiente virtual, conforme disposto no §3º, do Art. 12, do Estatuto Social da Cia, através do programa GOOGLE MEET. **II – Convocação e presenças**: Dispensada a publicação de editais de convocação, nos termos do Art. 124, §4º, da Lei n. 6.404/76 (Lei das S/A), pois presentes os acionistas da Cia. representando a totalidade do capital social. **III – Mesa:** Presidente: Braulio José Tanus Braz; Secretária: Daniela Braz Tambasco Mendes. **IV – Ordem do dia:** Deliberar sobre a proposta de distribuição de dividendos aos acionistas da Cia. utilizando-se de saldos de Lucros Acumulados e da Reserva Estatutária. **V - Deliberações tomadas por unanimidade:** Instalada a Assembleia e após exame e discussão da matéria constante da Ordem do Dia, os acionistas, sem qualquer condição ou ressalva, com fulcro nos Artigos 194 c/c 201, da Lei n. 6.404/76, bem como no art. 26, inciso II, alínea b, do Estatuto Social da Cia., aprovaram a distribuição de dividendos no valor global de R$ 18.900.000,00, conforme balanço levantado na data de 30/09/25 para este fim, utilizando-se de saldos de Lucros Acumulados e da Reserva Estatutária, na proporção da participação detida por cada um no capital social da Cia. Os dividendos serão pagos aos acionistas nos anos de 2026 a 2028, em conformidade ao estabelecido na §2º, da Cláusula 27, do Estatuto da Sociedade, da seguinte forma: i) no ano de 2026, será pago o valor total de R$ 3.500.000,00, sendo: **a)** o valor de R$ 1.681.367,00 ao acionista J. L. Braz Participações S/A.; **b)** o valor de R$ 941.847,00 ao acionista Braulio Braz Participações S/A; **c)** o valor de R$ 488.366,00 ao acionista G. T. Braz Participações S/A; e, **d)** o valor de R$ 388.420,00 ao acionista D. A. Tambasco Participações S/A; ii) no ano de 2027, será pago o valor total de R$ 6.500.000,00, sendo: **a)** o valor de R$ 3.122.540,00 ao acionista J. L. Braz Participações S/A.; **b)** o valor de R$ 1.749.144,00 ao acionista Braulio Braz Participações S/A; **c)** o valor de R$ 906.965,00 ao acionista G. T. Braz Participações S/A; e, **d)** o valor de R$ 721.351,00 ao acionista D. A. Tambasco Participações S/A; e, iii) no ano de 2028, será pago o valor total de R$ 8.900.000,00, sendo: **a)** o valor de R$ 4.275.480,00 ao acionista J. L. Braz Participações S/A.; **b)** o valor de R$ 2.394.981,00 ao acionista Braulio Braz Participações S/A; **c)** o valor de R$ 1.241.844,00 ao acionista G. T. Braz Participações S/A; e, **d)** o valor de R$ 987.695,00 ao acionista D. A. Tambasco Participações S/A. Fica autorizada a administração da Cia. a, desde já, contabilizar a respectiva parcela da "Reserva Estatutária" e dos "Lucros Acumulados" como "Dividendos a Pagar". **VI – Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata que poderá ser publicada com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, conforme o disposto no art. 130, §2º da Lei 6.404/76, a qual foi lida, achada conforme e assinada em livro próprio por todos os presentes. Belo Horizonte/MG, 15/12/25. Jucemg nº 13286958 em 22/12/25.

ORLY VEÍCULOS E PEÇAS S/A
CNPJ: 21.483.615/0001-96 - NIRE: 3130010212-2

Ata da AGE de 15/12/25: I – Hora e local: Às dez horas, em ambiente virtual, conforme disposto no §3º, do Art. 12, do Estatuto Social da Cia, através do programa GOOGLE MEET. **II – Convocação e presenças**: Dispensada a publicação de editais de convocação, nos termos do Art. 124, §4º, da Lei n. 6.404/76 (Lei das S/A), pois presentes os acionistas da Cia. representando a totalidade do capital social. **III – Mesa:** Presidente: Braulio José Tanus Braz; Secretária: Daniela Braz Tambasco Mendes. **IV – Ordem do dia:** Deliberar sobre a proposta de distribuição de dividendos aos acionistas da Cia. utilizando-se de saldos de Lucros Acumulados e da Reserva Estatutária. **V - Deliberações tomadas por unanimidade:** Instalada a Assembleia e após exame e discussão da matéria constante da Ordem do Dia, os acionistas, sem qualquer condição ou ressalva, com fulcro nos Artigos 194 c/c 201, da Lei n. 6.404/76, bem como no art. 26, inciso II, alínea b, do Estatuto Social da Cia., aprovaram a distribuição de dividendos no valor global de R$ 17.400.000,00, conforme balanço levantado na data de 30/09/25 para este fim, utilizando-se de saldos de Lucros Acumulados e da Reserva Estatutária, na proporção da participação detida por cada um no capital social da Cia. Os dividendos serão pagos aos acionistas nos anos de 2026 a 2028, em conformidade ao estabelecido na §2º, da Cláusula 27, do Estatuto da Sociedade, da seguinte forma: i) no ano de 2026, será pago o valor total de R$ 4.500.000,00, sendo: **a)** o valor de R$ 1.502.582,00 ao acionista Braulio Braz Participações S/A; **b)** o valor de R$ 1.208.979,00 ao acionista G. T. Braz Participações S/A; **c)** o valor de R$ 1.008.625,00 ao acionista J. L. Braz Participações S/A.; e, **d)** o valor de R$ 779.814,00 ao acionista D. A. Tambasco Participações S/A; ii) no ano de 2027, será pago o valor total de R$ 6.000.000,00, sendo: **a)** o valor de R$ 2.003.442,00 ao acionista Braulio Braz Participações S/A; **b)** o valor de R$ 1.611.972,00 ao acionista G. T. Braz Participações S/A; **c)** o valor de R$ 1.344.834,00 ao acionista J. L. Braz Participações S/A.; e, **d)** o valor de R$ 1.039.752,00 ao acionista D. A. Tambasco Participações S/A; e, iii) no ano de 2028, será pago o valor total de R$ 6.900.000,00, sendo: **a)** o valor de R$ 2.303.958,00 ao acionista Braulio Braz Participações S/A; **b)** o valor de R$ 1.853.768,00 ao acionista G. T. Braz Participações S/A; **c)** o valor de R$ 1.546.559,00 ao acionista J. L. Braz Participações S/A.; e, **d)** o valor de R$ 1.195.715,00 ao acionista D. A. Tambasco Participações S/A. Fica autorizada a administração da Cia. a, desde já, contabilizar a respectiva parcela da "Reserva Estatutária" e dos "Lucros Acumulados" como "Dividendos a Pagar". **VI – Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata que poderá ser publicada com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, conforme o disposto no art. 130, §2º da Lei 6.404/76, a qual foi lida, achada conforme e assinada em livro próprio por todos os presentes. Muriaé/MG, 15/12/25. Jucemg nº 13283303 em 19/12/25.

GRUPAMENTO DE APOIO DE LAGOA SANTA MINISTÉRIO DA **DEFESA** GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº: 90003/GAPLS/2026.

OBJETO: Serviço de confecção e instalação de persianas, insulfilme e tapetes.
ENTREGA DAS PROPOSTAS: a partir de 9 de janeiro de 2026.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 26 de janeiro de 2026, às 09h, no site: https://www.gov.br/compras/pt-br.
EDITAL E ESPECIFICAÇÕES: encontra-se no site: **https://www.gov.br/compras/pt-br**, e no endereço: Av. Brig. Eduardo Gomes, S/N – Vila Asas, Lagoa Santa/MG.
Telefones: (31) 2112-9392.

LUCIANA DO AMARAL CORREA Cel Int
Ordenadora de Despesas

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PORTEIRINHA/MG

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PORTEIRINHA-MG resolve REVOGAR o Processo Licitatório nº 125/2025 - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 06/2025, cujo objeto Contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para a execução da construção da Unidade Básica de Saúde (UBS) Tipo II, na rua Domingos Pereira dos Santos (antiga rua 03), Bairro Califórnia, incluindo mão de obra e materiais, em atendimento as necessidades do município de Nova Porteirinha/MG, nos termos da RESOLUÇÃO SES/MG Nº 10.435, no modo de disputa aberto – Prazo 03(tres) dias úteis para manifestação dos interessados - §3º, art. 71, Lei 14.133/21 licitacao@novaporteirinha.mg.gov.br https://capturame.com.br/licitacoes - Valéria Crisley Mendes Silva - Secretária de Saúde.

(Lei Municipal n.º 11.181 de 09 de agosto de 2019, e Deliberação Normativa do COMAM n.º 102/20) **A INDAIA MARMORES E GRANITOS LTDA** nos termos do art. 9º da Deliberação Normativa COMAM nº 102, de 2020, torna público que obteve do Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMAM / Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA a Licença de Operação Corretiva, Certificado de Licença Ambiental nº 0524/25, concedida em 30 de dezembro de 2025, Processo Administrativo nº 31.00825010/2025-47, para Indaiá Mármores e Granitos LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 04.156.645/0001-79, estabelecida à Av. Teresa Cristina, 3837, Calafate,com atividade de Aparelhamento de placas e execução de trabalhos em mármore, granito, ardósia e outras pedras, Classe 2, com validade até 30 de dezembro de 2035

COMARCA DE GOVERNADOR VALADARES 5ª VARA CÍVEL BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DATA DE EXPEDIENTE: 08/09/2025 COMARCA DE GOVERNADOR VALADARES MG - JUÍZO DE DIREITO DA QUINTA VARA CÍVEL - Edital de Citação - Prazo de 20 dias. DR. JADIR HALLEY SILVA CUNHA, Juiz de Direito da 5ª Vara Cível, na forma da lei, etc... **FAZ SABER** a todos quantos o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que tramita neste Juízo os autos da Ação de **BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA, nº 5006594-20.2019.8.13.0105**, sendo parte autora **BANCO ITAU UNIBANCO S/A** e parte requerida **JULIEMERSON LEANDRO COUTINHO**. Assim é o presente **EDITAL** para **CITAR** o requerido **JULIEMERSON LEANDRO COUTINHO**, CPF nº 043.863.516-71, filho de EMILIA VENANCIO LEANDRO COUTINHO, nascido no dia 02/08/1980, endereço eletrônico juliemerson@bol.com.br, demais qualificações desconhecidas, estando em local incerto e não sabido para, querendo, contestar o pedido, no prazo de 15 (quinze) dias (Art. 3º, §3º, do DL n.º 911/69). Dado e passado nesta cidade de Governador Valadares, 08 de setembro de 2025. Eu, Ana Aparecida Malta de Carvalho, Oficiala de Apoio Judicial. F0161190.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PORTEIRINHA/MG

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PORTEIRINHA-MG resolve REVOGAR o Processo Licitatório nº 128/2025 - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 07/2025, cujo objeto Contratação de empresa especializada de engenharia para execução da obra de adequação do Centro de Reabilitação Multiprofissional (CeRMulti) na Colonização II – Nova Porteirinha/MG, no modo de disputa aberto– Prazo 03(tres) dias úteis para manifestação dos interessados - §3º, art. 71, Lei 14.133/21 licitacao@novaporteirinha.mg.gov.br https://capturame.com.br/licitacoes - Valéria Crisley Mendes Silva - Secretária de Saúde.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA

Aviso de licitação. A Prefeitura Municipal de Itaúna torna público o PREGÃO Nº 101/2025. Objeto: Aquisição de oxigênio e ar comprimido medicinais, conforme descritivos do Termo de Referência, tendo como critério de julgamento o MENOR PREÇO POR ITEM,. O edital e seus anexos estarão disponíveis no PNCP e nos sites: **www.itauna.mg.gov.br**, **https://licitar.digital/** a partir do dia 12.01.2026. Data de abertura: 23/01/2026 às 8h30.

LICENÇA DE OPERAÇÃO

A **ALICERCE EMPREENDIMENTOS LTDA**, CNPJ 21.927.801/0001-77, responsável pelo empreendimento denominado Residencial Jardim das Palmeiras , localizado à R. Sra. do Porto, 1080 - Bairro Palmeiras, Belo Horizonte/MG – CEP 30575-590, na Regional Oeste, torna público que obteve a Licença de Operação nº 0028/25, concedida em 09/12/2025 pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMAM, para o empreendimento Parcelamento Vinculado - Residencial Jardins das Palmeiras - Condomínio 2, Reserva dos Pássaros.

A **Brazil Tower, Cessão de Infraestruturas S.A (BTC)**, CNPJ de n° 14.292.540/0001-09 torna público que obteve as Licenças Ambientais Prévia + Instalação das Estações Rádio Basea serem instaladas em Brumadinho, conforme processos de nº: AKL (PROCESSO 53/2025) SÍTIO ÁGUAS CLARAS (PRÓXIMO O POVOADO DE ÁGUAS CLARAS)/ ARX (PROCESSO 39/2025) FAZENDA GROTA DO CANAVIAL – ZONA RURAL / CIK (PROCESSO 38/2025) MATO DENTRO E MATO GRANDE – ZONA RURAL.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DE SOFTWARE E DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - SINDINFOR
EDITAL DE DIVULGAÇÃO

Conforme artigo 605 da CLT, promovemos a divulgação da tabela para o recolhimento da contribuição sindical de 2026.
Tabela para cálculo da Contribuição Sindical 2026

CLASSE DE CAPITAL SOCIAL (R$)	ALÍQUOTA	PARCELA A ADICIONAR
0,01 a 4.960,50	Contribuição Mínima	282,11
4.960,51 a 20.921,00	0,8%	243,41
20.921,01 a 99.210,00	0,2%	608,09
99.210,01 a 9.921.000,00	0,1%	839,36
9.921.000,01 a 62.912.000,00	0,02%	19.341,98
62.912.000,01 em diante	Contribuição Máxima	48.674,73

Belo Horizonte, 08 de janeiro de 2026.
Fábio Veras de Souza - Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMONÉSIA/MG

Através de sua Secretária Municipal de Educação, torna público, a abertura do Processo Administrativo no 003/2026, Chamada Pública 001/2026. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, no município de Simonésia/MG. Entrega dos envelopes/Abertura/Julgamento: até 28/01/2025, às 09:30 horas. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis no Site: www.simmonesia.mg.gov.br. Informações pelo Tel.: (33) 3336-1235, no horário de 08h00min as 11h00min e de13h00min às 17h00min, pelo e-mail: licitacao@simonesia.mg.gov.br ou pessoalmente na sede da Prefeitura Municipal. Simonésia/MG, 07 de janeiro de 2026. Cleusa Helena de Sousa Terra - Secretária Municipal de Educação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMONÉSIA/MG

Através de sua Secretária Municipal de Educação, torna público, a RETIFICAÇÃO do extrato de Chamada Pública do Processo Administrativo no 003/2026, Chamada Pública 001/2026. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, no município de Simonésia/MG. Entrega dos envelopes/Abertura/Julgamento: até 28/01/2025, às 09:30 horas. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis no Site: www.simmonesia.mg.gov.br. Informações pelo Tel.: (33) 3336-1235, no horário de 08h00min as 11h00min e de13h00min às 17h00min, pelo e-mail: licitacao@simonesia.mg.gov.br ou pessoalmente na sede da Prefeitura Municipal. Portanto, **onde se lê:** Entrega dos envelopes/Abertura/Julgamento: até 28/01/2025, às 09:30 horas. **Leia-se:** Entrega dos envelopes/Abertura/Julgamento: até **28/01/2026**, às 09:30 horas. Simonésia/MG, 07 de janeiro de 2026. Cleusa Helena de Sousa Terra - Secretária Municipal de Educação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA

Aviso de licitação. A Prefeitura Municipal de Itaúna torna público o PREGÃO Nº 092/2025. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para locação futura e incerta de estações de trabalho, notebooks, tablets, conforme descritivos do Termo de Referência, tendo como critério de julgamento o MENOR PREÇO GLOBAL,. O edital e seus anexos estarão disponíveis no PNCP e nos sites: **www.itauna.mg.gov.br**, **https://licitar.digital/** a partir do dia 12.01.2026. Data de abertura: 27/01/2026 às 8h30.

Aviso de licitação. A Prefeitura Municipal de Itaúna torna público o PREGÃO Nº 097/2025. Objeto: Aquisição de soprador costal profissional, conforme descritivos do Termo de Referência, tendo como critério de julgamento o MENOR PREÇO POR ITEM,. O edital e seus anexos estarão disponíveis no PNCP e nos sites: **www.itauna.mg.gov.br**, **https://licitar.digital/** a partir do dia 12.01.2026. Data de abertura: 23/01/2026 às 8h30.

Anexo SENAD_compressed (35683144) SEI 08129.003746/2026-88 / pg. 37

saiba mais sobre AGRONEGÓCIO no QR CODE ao lado

AGRONEGÓCIO

% CURTAS

Agro brasileiro: 525 aberturas de mercado desde 2023

O agronegócio brasileiro alcançou 525 aberturas de mercado desde o início de 2023. As últimas negociações foram com Marrocos, Iraque, Singapura e Argentina, segundo informações do Mapa. No Marrocos, no Iraque e em Singapura, as autoridades aprovaram a exportação brasileira de feno. Insumo para alimentação animal, o produto é especialmente relevante em mercados e cadeias pecuárias dependentes de oferta regular de forragens. Em 2024, as exportações brasileiras para esses destinos somaram cerca de US$ 3,8 bilhões, com destaque para o Iraque, principal comprador (US$ 1,78 bilhão). Em relação à Argentina, as autoridades fitossanitárias aprovaram a exportação de bulbos de cebola do Brasil. O país vizinho importou mais de US$ 1,5 bilhão em produtos agropecuários brasileiros, principalmente cacau e seus produtos, café e carnes em 2025.

Exportação de soja em janeiro pode igualar recorde de 2024

As exportações brasileiras de soja devem atingir 2,40 milhões de toneladas em janeiro, nível que se igualaria ao recorde histórico registrado em 2024, de acordo com dados da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec) publicados ontem. O volume, previsto com base na programação de navios nos portos, representa mais que o dobro do total de 1,12 milhão de toneladas registrado no mesmo mês do ano passado. Em momento em que o Brasil está apenas começando a colheita da nova safra, os embarques mais volumosos em janeiro acontecem após chuvas atrasarem exportações previstas para dezembro. Além disso, o maior produtor e exportador global de soja terminou o ano passado com maiores estoques após uma produção recorde, segundo dados de outra associação do setor, a Abiove, que apontava quase 7 milhões de toneladas. Em 2024, o Brasil exportou 2,4 milhões de toneladas em janeiro, enquanto em 2023, os embarques ficaram abaixo de 1 milhão de toneladas.



FOTO: LOURENÇO FURTADO / ADOBE STOCK

Novo curso da Ufla: Gestão do Agronegócio

A Universidade Federal de Lavras (Ufla) passa a ofertar, a partir do primeiro semestre letivo de 2026, o curso de Bacharelado em Gestão do Agronegócio, ampliando a atuação na formação de profissionais voltados ao setor agropecuário. Entre os novos cursos anunciados recentemente pela universidade, este será o primeiro a abrir vagas já em 2026/1, com ingresso pelo Sisu e pelo Processo de Avaliação Seriada (PAS Ufla). Com duração de três anos e regime anual de entradas, o curso foi estruturado para oferecer uma formação que articula gestão, tecnologia e sustentabilidade. Mais informações estão disponíveis em *uflabr/cursos*.

Exportação mineira é a maior em 10 anos

% CARNE SUÍNA No País, Estado registrou maior crescimento acumulado de 2025 (+29.30%), segundo ABPA; setor entra em 2026 com equilíbrio econômico e previsibilidade, diz Asemg

THIAGO BONNA

Minas Gerais foi o quinto estado que mais exportou carne suína no País, excluindo embutidos, sendo o que registrou maior crescimento no acumulado de 2025, de 29,30%, segundo dados da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA). Ao longo do ano, o Estado foi responsável pela venda de 37,5 mil toneladas, ou seja, 2,51% de tudo que o Brasil enviou ao exterior.

A Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais (Seapa-MG) afirma que este ano foi o de maior patamar exportado pelo Estado nos últimos 10 anos.

Já a Associação dos Suinocultores do Estado de Minas Gerais (Asemg) divulgou o levantamento de janeiro a novembro de 2025 - o acumulado do ano ainda não foi fechado. O resultado aponta que, no período, o Estado exportou 28,2 mil toneladas de carne suína, superando o levantamento de 2024, quando foram vendidas mais de 25,3 mil toneladas.

"Esse desempenho está diretamente ligado à evolução da produção. No acumulado dos três primeiros trimestres de 2025, Minas Gerais apresentou crescimento de 12,86% na produção de carne suína, percentual significativamente superior à média nacional, que ficou em 6,13%, e também acima de Santa Catarina, maior produtor do País, que cresceu 2,53% no mesmo período", afirmou a gerente executiva da Asemg, Bianca Costa.

A perspectiva da Asemg é de que, em 2026, haja queda no preço da carne, mas que, ainda assim, deve seguir acima do que é gasto para produção, aponta o consultor de mercado, Alvimar Jalles. "Há boas chances de termos um preço médio em 2026 abaixo de 2025 mas, ainda assim, acima do custo de produção, considerando que as safras e oferta de grãos estão confortáveis", comentou Jalles.

Cenário reforçado por Bianca Costa, que destaca que "o setor suinícola mineiro entra em 2026 com equilíbrio econômico e previsibilidade".



Para Asemg, bom desempenho está diretamente ligado à evolução da produção mineira FOTO: HIGOR BARRETO / ASEMG

Exportação nacional - O Brasil também registrou bons números na exportação de carne suína em 2025. Dados da ABPA mostram que mais de 1,5 milhão de toneladas do produto foram vendidos para o mercado internacional, o que configura um recorde histórico para o setor. O volume é 11,6% superior ao registrado em 2024.

A entidade acredita que, com os números apresentados, o País deve superar o Canadá como terceiro maior exportador de carne suína do mundo. Entre os principais compradores estão, em sua maioria, países do Leste Asiático.

"Houve uma mudança significativa no tabuleiro dos destinos de exportação. As Filipinas se consolidaram como maior importadora da carne suína do Brasil, e outros mercados, como Japão e Chile, assumiram protagonismo entre os cinco maiores importadores", ressalta o presidente da ABPA, Ricardo Santin.

Os filipinos foram responsáveis pela importação de quase 393 mil toneladas de carne suína brasileira, em 2025, aumento de 54,5% em relação a 2024. Em seguida, vieram China (159,2 mil toneladas); Chile (118,6 mil/t), Japão (114,4 mil/t) e Hong Kong (110,9 mil/t). **%**

"Houve uma mudança significativa no tabuleiro dos destinos de exportação. As Filipinas se consolidaram como maior importadora da carne suína do Brasil (...)"

Ricardo Santin

% MERCADO DO BOI

Ano deve ser desafiador, aponta Cepea

As exportações brasileiras de carne bovina renovaram o recorde em 2025. O mercado chinês foi novamente o maior destino da carne, cenário que, ressalta-se, coloca uma "pressão" sobre a cadeia nacional neste ano que se inicia. Segundo pesquisadores do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), da Esalq/USP, além de a produção brasileira operar em patamar recorde, a imposição da China de medidas de proteção comercial por meio de tarifas e de cotas sobre produtos importados, como a carne – as "salvaguardas" –, gera uma necessidade de o setor pecuário nacional ampliar as alternativas de escoamento do produto, seja no mercado externo, seja no interno.

Dado da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) mostram que, especificamente à China, foram exportadas 1,648 milhão de toneladas em 2025, um recorde, 24,6% acima do volume escoado ao mercado chinês em 2024 e representando 48% do total enviado pelo Brasil ao exterior. Com as salvaguardas, o Brasil terá uma cota de 1,106 mil toneladas a serem enviadas à China em 2026, com uma taxa de 55% sobre o que ultrapassar esse volume. Tomando-se como base o ano de 2025, esse volume seria alcançado entre os meses de agosto e setembro. A média de volume embarcado à China nos últimos quatro meses de 2025 foi de 175 mil toneladas. Pesquisadores do Cepea apontam que, caso esse ritmo seja mantido, as exportações atingiriam a cota já entre junho e julho de 2026.

Quanto ao preço, em 2025, a média geral da carne exportada ficou 15,42% acima da de 2024, a US$ 5,15 por quilo, ainda conforme dados da Secex. A China, por sua vez, pagou, em média, US$ 5,29/kg pela carne brasileira, 17,24% a mais que em 2024, sendo 2025 o segundo melhor ano, atrás apenas de 2022, quando a média esteve em US$ 6,41/kg.

Caso os embarques brasileiros à China em 2026 atinjam a cota, haverá um valor adicional de 55% sobre o valor da carne embarcada, o que levaria o produto à média de US$ 8,2/kg (tendo-se como base a média de 2025), patamar nunca antes pago pelos chineses e nem mesmo por países europeus. **(Cepea) %**



Exportações do Brasil de carne bovina renovaram recorde em 2025; devido às restrições da China, setor nacional tem que ampliar alternativas de escoamento do produto FOTO: PULSAR IMAGENS / ADOBE STOCK

Anexo SENAD_compressed (35683144) SEI 08129.003746/2026-88 / pg. 38

NEGÓCIOS

Alper reforça presença em Minas com novo escritório na Capital

% SEGUROS Unidade integra aquisições recentes e amplia o peso da operação no Estado na estratégia

MICHELLE VALVERDE

A Alper Seguros, tradicional empresa do setor no Brasil, sediada em São Paulo (SP), reinaugurou seu escritório em Belo Horizonte, movimento que reflete o crescimento contínuo da companhia em Minas Gerais. Localizado na Savassi, um dos principais polos empresariais da capital mineira, o novo espaço concentra, em uma única estrutura, as equipes das empresas Tony, Ducais, Siena e De Caprio, incorporadas recentemente à operação. Com os movimentos realizados pela seguradora ao longo de 2025, a expectativa é que, em 2026, a filial mineira represente cerca de 5% da produção da Alper.

Conforme o diretor regional da Alper em Minas Gerais e Goiânia, Alessandro Barletta Gomes, o novo escritório simboliza a consolidação das aquisições e o crescimento sustentável da companhia na região, reforçando a importância estratégica do Estado para o negócio. O espaço conta com cerca de 400 metros quadrados, foi completamente reformado e projetado para integrar times e processos. Atualmente, a filial de Belo Horizonte abriga cerca de 30 profissionais e se posiciona como uma das mais completas fora de São Paulo, com expertise em seguros corporativos, benefícios e pequenas e médias empresas (PMEs).

"Minas Gerais é um mercado gigantesco em termos de Produto Interno Bruto (PIB), parque industrial e mineração, com grande potencial de desenvolvimento em todos os segmentos de seguros. Nosso objetivo é ampliar a presença e a relevância da Alper na região, apoiando empresas locais com soluções cada vez mais integradas", explicou.

Ainda segundo Gomes, a Alper atua no mercado como uma consultoria especializada em gestão de riscos, seguros e benefícios, oferecendo soluções completas para empresas de diferentes portes e segmentos. "Nosso modelo é baseado em consultoria técnica, proximidade com o cliente e utilização de tecnologia para melhorar processos, reduzir custos e ampliar a proteção das organizações".

Em Minas Gerais, a atuação da empresa é bastante diversificada, atendendo, principalmente, os setores mais estratégicos para a economia do Estado, incluindo indústria e manufatura (mineração, metalurgia, alimentos e bebidas); o setor de serviços, com foco em empresas de tecnologia, logística e saúde; construção civil e infraestrutura; agronegócio, incluindo cooperativas, produtores e indústrias de transformação; e comércio e varejo, especialmente empresas de médio e grande portes.

No Estado, a Alper realizou várias aquisições nos últimos anos, o que tem impulsionado a operação local. A Alper, em 2024, adquiriu a Tony Corretora, especializada em riscos corporativos, e a Ducais, em 2025, focada em benefícios corporativos. As incorporações de equipes da Siena e da De Caprio também fortaleceram o portfólio local.

"A Alper está sempre avaliando novas oportunidades de expansão e Mergers and Acquisitions (M&A) em Minas Gerais. O Estado é estratégico para o grupo, e seguimos atentos a movimentos que façam sentido para fortalecer nossa presença regional. Cada análise é feita com muito critério, buscando aquisições que agreguem valor real à operação. Com todos os movimentos que fizemos em 2025, em 2026 a filial mineira representará cerca de 5% da produção da Alper, mas o objetivo é crescermos cada vez mais e alçar a filial mineira no mesmo nível do Estado para o Brasil, cerca de 10% do PIB".

Em 2025, a Alper, segundo Gomes, manteve um ritmo acelerado de expansão, impulsionado principalmente pela combinação entre crescimento orgânico, fortalecimento tecnológico e a estratégia estruturada de M&A.

"A companhia vai encerrar o ano com seis novas aquisições, ampliando sua presença nacional e reforçando áreas estratégicas de negócios. Esse movimento, somado ao avanço das iniciativas digitais e de eficiência operacional, sustenta a continuidade do crescimento robusto iniciado nos últimos anos".



Estamos sempre avaliando novas oportunidades de expansão e Mergers and Acquisitions (M&A) em Minas Gerais, diz Gomes FOTO: DIVULGAÇÃO / ALPER

Para 2026, a expectativa é de crescimento robusto. "A Alper já prepara um ciclo mais agressivo de consolidação, com pelo menos dez novas operações de M&A no radar e expansão de capilaridade, com o objetivo de avançar das atuais 28 filiais para cerca de 50 unidades pelo País. A meta estratégica é consolidar a Alper como a maior corretora 100% nacional e um dos principais vetores de transformação do mercado de seguros". %

"Minas Gerais é um mercado gigantesco em termos de Produto Interno Bruto (PIB), parque industrial e mineração, com grande potencial de desenvolvimento em todos os segmentos de seguros"
Alessandro Barletta Gomes

% IMPACTO SOCIAL

Troco solidário leva recursos do varejo à reabilitação infantil



Por meio do troco solidário, gesto simples se transforma em apoio concreto à reabilitação infantil FOTO: DIVULGAÇÃO / AMR

Um gesto simples feito no caixa de supermercados e farmácias tem se transformado em apoio essencial para o atendimento de crianças e adolescentes em reabilitação. Por meio do troco solidário, clientes contribuem voluntariamente com pequenos valores no momento da compra, fortalecendo o trabalho de instituições sociais como a Associação Mineira de Reabilitação (AMR) e garantindo a continuidade de serviços fundamentais.

De janeiro de 2024 a dezembro de 2025, a AMR recebeu cerca de R$ 78 mil provenientes de ações de troco solidário realizadas pelo Mart Minas, Unidade Serrano. O valor arrecadado beneficiou todas as crianças e adolescentes atendidos pela instituição, ao apoiar despesas essenciais para o funcionamento diário da entidade e para a manutenção da qualidade dos atendimentos de reabilitação.

A coordenadora de Mobilização de Recursos na AMR, Bruna Avelar, conta que os recursos do troco solidário são aplicados principalmente em materiais de consumo e administrativos, que dão suporte direto às atividades terapêuticas.

"Entre os itens custeados estão insumos utilizados em atendimentos de fonoaudiologia, materiais da oficina ortopédica, equipamentos de proteção individual, além de materiais de limpeza e higiene, gêneros alimentícios e gastos com deslocamento e combustível. Esses investimentos garantem um ambiente seguro, estruturado e adequado para crianças, adolescentes e profissionais", conta. "Para a AMR, cada centavo doado representa apoio concreto ao seu trabalho de reabilitação, inclusão e promoção da qualidade de vida, transformando pequenos valores em um impacto social contínuo e coletivo", conclui.

De acordo com o Mart Minas, a seleção das instituições e projetos apoiados é feita de forma colaborativa, por meio de votação junto à população local. Os valores repassados são divulgados nas lojas, no site e nas redes sociais da rede, e a responsabilidade social é parte essencial do propósito da empresa.

"Acreditamos nos mineiros e, investindo em projetos e apoiando instituições que fazem a diferença, afirmamos nossa crença de que ações sociais são o caminho para construir um futuro melhor, fortalecer comunidades e transformar vidas", conclui o diretor do grupo, Filipe Martins.

Transparência - No modelo de troco solidário, a doação é feita voluntariamente pelo cliente no momento da compra. O supermercado ou farmácia atua apenas como arrecadador e repassador dos valores a uma instituição selecionada. Nesse sentido, a empresa não é caracterizada como doadora e não há, automaticamente, benefício fiscal associado ao repasse, o que reforça o caráter solidário e transparente da iniciativa. Confira mais detalhes:

A doação é feita pelos clientes, e o supermercado ou farmácia age como intermediário no recebimento e repasse da doação, e não como doador.

As empresas podem deduzir doações que elas próprias realizam, por exemplo, quando decidem doar diretamente parte do seu lucro a instituições qualificadas, como OSCIPs ou entidades beneficentes reconhecidas. Nesses casos, as doações podem ser dedutíveis do Imposto de Renda, dentro de limites legais, por exemplo, até 2% do lucro operacional para empresas, e com comprovação documental, conforme sumários fiscais da PwC. Mas isso é diferente do troco solidário, pois, nessa modalidade, a doação é feita pelos clientes, e não pela empresa diretamente.

A instituição recebedora deve ser legalmente habilitada e ter documentação que possibilite à empresa comprovar a doação para fins de dedução.

A AMR está localizada na rua Professor Otávio Coelho de Magalhães, 111, Mangabeiras, Belo Horizonte. Informações e orçamentos: (31) 3995-2627. %

Anexo SENAD_compressed (35683144) SEI 08129.003746/2026-88 / pg. 39

Sebrae registra alta na procura por cursos no País

% QUALIFICAÇÃO Dado é relativo ao acumulado de 2025 até novembro e contempla mais de 800 mil empreendedores participantes no Brasil

De janeiro a novembro de 2025, mais de 800 mil empreendedores passaram pelos cursos do Sebrae em todo o País, impulsionando um crescimento de 12,8% no volume de alunos em relação ao ano anterior. Os dados confirmam uma transformação no perfil das capacitações buscadas pelos pequenos negócios, agora cada vez mais voltadas à gestão financeira, ao marketing digital e à inovação, áreas consideradas essenciais para ampliar competitividade em um mercado em constante mudança.

O *ranking* dos dez cursos mais procurados destaca a nova dinâmica do empreendedorismo brasileiro. Gestão financeira lidera com 212.778 cursandos, seguido por gestão de pessoas (147.508), atendimento ao cliente (87.465) e, de forma emblemática, o curso IA na prática para pequenos negócios, que registrou 81.791 participações e indica a entrada definitiva da inteligência artificial na rotina dos empreendedores.

De acordo com o levantamento do Sebrae, a lista evidencia três grandes eixos de interesse: finanças, marketing digital e transformação digital — um movimento que revela maior maturidade na gestão e foco em estratégias de crescimento sustentável.

O crescimento próximo de 13% no volume de alunos nos cursos reflete também a consolidação do formato Educação a Distância (EaD) como preferido. Além de facilitar o acesso, especialmente para empreendedores de regiões remotas, o modelo *on-line* encurta distâncias, fomenta inclusão e amplia escala para conteúdos estratégicos.

A instituição identifica uma migração clara dos empreendedores: cursos introdutórios vêm perdendo protagonismo para trilhas mais avançadas e tecnológicas. A busca por marketing digital, por exemplo, cresceu de forma significativa, acompanhada do avanço de cursos de inovação e inteligência artificial. Para o gerente de gestão de soluções do Sebrae Nacional, Eduardo Curado, esse é um sinal evidente da transformação do cenário empreendedor.

"A procura crescente por capacitações em digitalização, inovação e finanças mostra que os pequenos negócios estão mais estratégicos, mais preparados e muito mais atentos às mudanças do mercado. Esses dados são um termômetro das prioridades para 2026: eficiência, presença *on-line*, tecnologia e gestão qualificada", observa.

Curado destaca, ainda, que a demanda por cursos ligados à inteligência artificial representa um marco no comportamento dos pequenos negócios. "Estamos vivendo uma virada cultural. A entrada de cursos de IA entre os mais procurados revela que o empreendedor brasileiro já compreende que tecnologia não é futuro — é o presente. Estudos mostram que até 2026, 80% dos pequenos negócios estarão usando IA em alguma dimensão da sua operação, e o Sebrae está ampliando sua oferta exatamente para apoiar essa transição", ressalta.

Capacitação em 2026 - Os dados consolidados funcionam como um mapa das necessidades e prioridades do ecossistema de pequenos negócios. O Sebrae Nacional prevê alta continuidade nas demandas por digitalização, gestão financeira e inovação — e aposta em crescimento expressivo das áreas de sustentabilidade e gestão de pessoas, especialmente diante das mudanças tecnológicas e das exigências dos novos mercados.

Curado reforça que o Sebrae está ajustando sua estratégia de oferta de cursos para acompanhar esse movimento. "A partir desse comportamento, estamos expandindo conteúdos voltados à transformação digital, inovação, finanças e inteligência artificial, além de avançar em temas emergentes como sustentabilidade e gestão de pessoas. O objetivo é garantir que o empreendedor tenha acesso ao que realmente gera impacto no desempenho do seu negócio", reforça. **(Agência Sebrae de Notícias) %**

"A instituição identifica uma migração clara dos empreendedores: cursos introdutórios vêm perdendo protagonismo para trilhas mais avançadas e tecnológicas"

% Top 10 cursos mais procurados em 2025

- Gestão financeira — 212.778
- Gestão de pessoas — 147.508
- Atendimento ao cliente — 87.465
- IA na prática para pequenos negócios — 81.791
- Imersão empreendedora Sebrae — 63.024
- Inteligência emocional — 60.809
- Trilha – Boas práticas nos serviços de alimentação — 53.086
- Imersão empreendedora em IA — 48.747
- Marketing digital para o empreendedor — 46.142
- Como definir preço de venda — 45.884

Fonte: Sebrae Nacional – período janeiro a novembro de 2025



Levantamento do Sebrae Nacional mostra que há três grandes eixos de interesse nos cursos mais buscados pelos empreendedores, que são finanças, marketing digital e transformação digital FOTO: DIVULGAÇÃO / SEBRAE NACIONAL

% PEQUENOS NEGÓCIOS

Expectativa positiva para 2026

O presidente do Sebrae, Décio Lima, participou, ontem, do ato de defesa à democracia realizado pelo governo federal, no Palácio do Planalto. Durante o evento, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) destacou o momento econômico favorável do País.

"A gente vive a menor inflação acumulada dos últimos quatro anos da nossa história. Parece impossível, mas nós conseguimos esse feito. É a menor inflação acumulada em quatro anos desde o Plano Real e é o maior aumento da massa salarial desde o início da pesquisa", apontou Lula.

"Todas as previsões pessimistas, que as coisas não iam dar certo no Brasil, foram derrotadas. E quem estiver apostando outra vez no negativismo vai perder outra vez", completou.

O presidente do Sebrae, Décio Lima, comentou como o bom momento econômico também é visto nos pequenos negócios. "Batemos o recorde de abertura de empresas em 2025, sendo a grande maioria MEI e microempresas. Com mais acesso a crédito, com o Programa Acredita, a expectativa é a melhor possível para 2026", avalia.

Além disso, de janeiro a novembro de 2025, mais de 1,3 milhão de pessoas foram contratadas com carteira assinada pelas micro e pequenas empresas brasileiras (MPEs), é o que mostra o levantamento do Sebrae com base no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Isso significa que sete a cada 10 vagas de trabalho formal geradas no período estavam nos pequenos negócios.

Durante o evento de ontem, em Brasília, o presidente Lula vetou integramente, o Projeto de Lei nº 2.162 de 2023, conhecido como PL da Dosimetria, que promovia a redução de penas dos condenados por crimes contra o Estado Democrático de Direito. Com o veto, o projeto volta para o Congresso Nacional. **(Com informações da Agência Sebrae de Notícias) %**

% LOGÍSTICA

FedEx deixará de entregar encomendas dentro do Brasil



A empresa norte-americana de logística passará a atuar no País apenas em operações que envolvem outros países FOTO: ANDREW KELLY / REUTERS

São Paulo - A FedEx anunciou nesta semana que deixará de fazer entregas domésticas no Brasil. Com a mudança, a empresa americana de logística passará a atuar no País apenas em operações que envolvem outros países, encerrando o transporte de encomendas dentro do território nacional.

Segundo comunicado divulgado pela companhia, no último dia 6, a decisão faz parte de um esforço para "fortalecer sua rede global" e "responder proativamente às dinâmicas do mercado".

A partir de agora, as operações da FedEx no Brasil estarão concentradas no transporte internacional - tanto aéreo quanto rodoviário - e em serviços de *supply chain*. Entre esses serviços, a empresa cita soluções ligadas a sistemas de ponto de venda (POS), como máquinas de cartão de crédito.

De acordo com a FedEx, essas áreas seguem sendo consideradas essenciais para conectar clientes no Brasil aos mercados globais.

No comunicado, a companhia afirma ainda que continuará comprometida com o cumprimento de todas as suas obrigações contratuais e com a prestação de um serviço confiável. A empresa também diz que seguirá apoiando empresas em todo o País com soluções logísticas que considera seguras, eficientes e alinhadas aos seus padrões globais. **(Gabriela Cecchin/ Folhapress) %**

Anexo SENAD_compressed (35683144) SEI 08129.003746/2026-88 / pg. 40

VEÍCULOS







FOTOS: DIÁRIO DO COMÉRCIO / AMINTAS VIDAL

Volkswagen Tera já faz sucesso com pouco tempo de mercado

% IMPRESSÕES AO DIRIGIR **Utilitário esportivo de entrada mostra que tem muitas qualidades para substituir o Gol**

AMINTAS VIDAL

Tendência aparentemente irreversível, os *hatches* estão sucumbindo aos utilitários esportivos (SUVs) de entrada. Não por acaso, eles são *hatches* modificados para serem os SUVs mais baratos das montadoras.

Fiat Pulse e Renault Kardian foram os primeiros utilitários de entrada. Volkswagen Nivus e Fiat Fastback também derivaram de *hatches*, mas são SUVs cupê, inseridos em uma categoria acima.

Para brigar entre os modelos de entrada, a Volkswagen lançou o Tera. Ele foi projetado a partir do Fabia, *hatch* compacto da marca Skoda, que pertence ao Grupo VW.

Veículos recebeu o Tera TSI para avaliação, única versão turbo e com câmbio manual. Seu preço sugerido é R$ 118,89 mil na cor preta. A branca custa R$ 900 e as demais, R$ 1,750 mil a mais no preço sugerido.

Os principais equipamentos de série do Tera TSI são: multimídia de 10,1 polegadas com espelhamento sem cabo; painel digital de 8 polegadas; volante multifuncional; função *one touch* nos vidros dianteiros e *tilt down* no retrovisor; direção elétrica; ar-condicionado analógico; calotas e pneus 205/60 R16.

Em termos de segurança, além dos equipamentos obrigatórios, os destaques são: frenagem autônoma de emergência; freio a disco traseiro; assistente de saída em rampa; seis *airbags*; sensor de estacionamento; faróis e lanternas em LED; além dos alertas de fadiga do motorista e de pressão dos pneus.

Motor e câmbio - O motor turbo do Tera é o 170 TSI, calibrado para render 116 e 109 cv a 5.000 rpm com etanol e gasolina, respectivamente. O torque é de 16,8 kgfm a 1.750 rpm, com ambos os combustíveis. A versão TSI é equipada com câmbio manual de cinco marchas e embreagem monodisco.

O Tera TSI pesa 1.130 kg, resultando em uma relação peso/potência de 9,7 kg/cv. Segundo a Volkswagen, ele acelera de zero a 100 km/h em 10,1 segundos e atinge velocidade máxima de 187 km/h.

Ao transformar o hatch Fabia no SUV Tera, a Volkswagen caprichou na tradicional "receita de bolo" adotada nesses projetos. Tanto que quase é impossível reconhecer o Fabia no Tera.

Mudanças - Elevar o capô até a linha horizontal mais alta possível e alargar ao máximo os para-lamas e as portas foi o que fez diferença. Para-choques, grades, faróis, lanternas e tampa do porta-malas acompanharam esse volume avantajado. O modelo ficou robusto e harmônico ao mesmo tempo.

O Tera tem 1,78 metro de largura, sendo o SUV de entrada que passa a maior impressão de tamanho em relação aos seus concorrentes, um dos principais fatores de seu bom desempenho comercial no segmento.

Externamente, apenas para-brisa, colunas, retrovisores e maçanetas do Fabia são reconhecíveis no Tera.

Internamente, além da arquitetura básica dos painéis, só alguns botões e poucas peças entregam a sua origem. Essa profunda transformação aparece como um dos fatores do êxito do modelo.

Interior - Em *design* e acabamento interno, o Tera TSI também se destaca. O painel principal tem dois níveis e revestimento parcial em tecido. Mais alto e com volumes mais destacados, ele confere maior robustez ao interior e percepção de ganho qualitativo em relação aos compactos da Volkswagen. As áreas revestidas das portas são mais amplas e os plásticos rígidos têm melhor aparência.

Surpresa positiva em um Volkswagen nacional, essas diferenças internas reforçam uma terceira virtude do Tera.

Esse conjunto, sensação de porte maior, transformação bem-sucedida do Skoda Fabia e interior mais caprichado, ajudou a posicionar o novo SUV entre os modelos de maior destaque do mercado brasileiro.

Herança benéfica do Fabia, o Tera é o único carro nacional da Volkswagen que tem alças de segurança no teto. Isso indica que ambos têm a mesma estrutura metálica interna na cabine.

Comandos e espaço - Os puxadores das portas do Tera são semelhantes aos dos carros elétricos da Volkswagen. Eles deixam os botões de comando mais voltados para os ocupantes, mais visíveis e corretamente posicionados mais à frente, corrigindo falhas de ergonomia existentes no Nivus e no Polo.

Tera, Nivus e Polo têm a mesma configuração da plataforma MQB e contam com 2,57 metros de distância entre-eixos. Todos compartilham os mesmos bancos. Os dois dianteiros correm sobre trilhos muito longos e permitem espaço amplo para ocupantes de qualquer estatura.

Atrás de um motorista com 1,70 metro, um passageiro de mesma estatura tem 15 cm entre os joelhos e o encosto do banco à frente. Na posição central, somente uma criança viaja com conforto.

Porta-malas - Com 4,15 metros de comprimento, o Tera tem 77 mm a mais do que o Polo, diferença que contribuiu para um porta-malas maior, com 350 litros, ganho de 50 litros em relação ao *hatch* nacional.

Em seu tanque de combustíveis cabem 49 litros e ele suporta 450 kg de carga total. A Volkswagen não divulgou a capacidade de reboque nem os números do Tera para o fora de estrada.

No mais, o modelo compartilha equipamentos de bordo e sistemas mecânicos com os carros locais. Volante, quadro de instrumentos digital, multimídia e ar-condicionado são os mesmos do Polo e do Nivus.

O volante multifuncional tem ótima ergonomia e botões para controlar quase tudo. Seu tamanho está no limite do esportivo e não poderia ser maior. A assistência elétrica está correta.

***Colaborador %**

Conjunto motor turbo e câmbio manual é muito divertido, mas SUV não é econômico

O quadro de instrumentos digital do Tera TSI tem três páginas diferentes. Tacômetro e velocímetro em arco exibem um conjunto de informações ao centro. A terceira página mostra dois conjuntos de informações.

O computador de bordo é completo, mas exige cinco toques nos botões do volante para ser reinicializado. O multimídia replica os seus dados, facilitando um pouco essa operação.

O multimídia é o conhecido VW Play. Agora, ele conta com internet própria, que permite baixar aplicativos. O som é bom em distribuição espacial, definição de frequências e potência.

O ar-condicionado é eficiente em tempo de resfriamento, manutenção de temperatura e volume da ventilação. Botões rotativos permitem uso cego, o mais seguro. Faltam as saídas traseiras.

Se esses equipamentos são idênticos aos do Polo e aos do Nivus, alguns sistemas mecânicos têm acertos específicos para cada modelo. As suspensões apresentam as maiores diferenças.

Altura - O Polo é o mais baixo, tem muito chão e é o mais esportivo. O Nivus já é um pouco mais alto, mas ainda é muito estável e não raspa em lombadas. O Tera tem o maior vão livre dessa trinca.

Aparentemente, a Volkswagen buscou aproximar o Tera da concorrência. Em elevação da carroceria, estabilidade e conforto de marcha, ele ficou posicionado entre o Renault Kardian e o Fiat Pulse.

Amortecedores e molas do Tera têm menos carga que no Kardian e mais que no Pulse. Isto é, em curvas, ele aderna um pouco mais que o francês e menos que o italiano.

Ainda estável, não tende a sair de frente ou de traseira, porém canta os pneus mais do que Polo, Nivus e Kardian.

Em compensação, o Tera só perde em conforto de marcha para o Pulse. Mesmo firmes, garantindo controle dinâmico, as suas suspensões trabalham verticalmente em frequência mais baixa e isolam a cabine das imperfeições do piso melhor do que no Kardian, no Nivus e no Polo.

Acusticamente, o Tera está bem isolado. Ruídos do arrasto aerodinâmico, do funcionamento do motor e do atrito dos pneus são contidos. Entre os modelos citados anteriormente, ele só não é mais silencioso do que o Nivus.

Rodando - Assim como o Kardian manual, o Tera com pedal de embreagem é muito divertido. Essa combinação de motor turbo e câmbio manual é uma exclusividade desses dois modelos.

Curto e preciso, o câmbio manual é referência. A embreagem é leve e muito progressiva. O conjunto permite trocas rápidas, que combinam com uma tocada mais agressiva do modelo.

Contido para emitir menos poluentes, o motor só acorda acima das 2.000 rpm. Após ser pressionado pelo turbo, ele despeja potência e empurra o Tera com ânimo.

A versão não tem desempenho esportivo, claro, mas é a que dá mais prazer para quem gosta de dirigir de verdade.

Porém, ele não foi muito econômico, pois o câmbio é relativamente curto. Aos 90 km/h e aos 110 km/h, em quinta marcha, o motor trabalha a 2.100 rpm e 2.800 rpm, respectivamente.

Consumo - No circuito rodoviário, realizamos duas voltas no percurso de 38,4 km, uma mantendo 90 km/h e outra 110 km/h, sempre conduzindo de forma econômica.

Na volta mais lenta, o Tera TSI atingiu 14,3 km/l. Na mais rápida, 11,8 km/l, sempre com etanol no tanque.

No teste de consumo urbano, rodamos por 25,2 km em velocidades entre 40 e 60 km/h, fizemos 20 paradas cronometradas, de 5 a 50 segundos, e vencemos 152 metros de desnível. Nesse teste severo, o Tera TSI atingiu média de 7,5 km/l, também usando etanol.

À venda desde 5 de junho do ano passado, o VW Tera passou a liderar os emplacamentos de automóveis nos últimos três meses de 2025, um intervalo de tempo curto para um modelo recém-lançado.

Cotado para substituir o Gol em relevância para o mercado nacional, ao Tera resta a tarefa mais difícil: tornar-se o veículo mais vendido do Brasil e superar, em unidades, a Fiat Strada, líder de vendas no País há cinco anos consecutivos. **(AV) %**

Anexo SENAD_compressed (35683144) SEI 08129.003746/2026-88 / pg. 41

saiba mais sobre ECONOMIA no QR CODE ao lado

CONJUNTURA

Folia já movimenta hotéis da Capital e ocupação chega a 75%

% CARNAVAL Empreendimentos nos arredores dos principais circuitos de BH já se aproximam da capacidade máxima

ANA LUISA SALES

A expectativa para o Carnaval de Belo Horizonte em 2026 já pressiona a rede hoteleira da Capital, que registra ocupação média estimada entre 70% e 75% ainda na primeira semana de janeiro. Informações da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis em Minas Gerais (Abih-MG) mostram alguns hotéis próximos aos principais circuitos da cidade com reservas perto da capacidade máxima.

Segundo a presidente da entidade, Flávia Badaró, o cenário indica um movimento antecipado em relação aos anos anteriores e acompanha a projeção de crescimento do público para a festa. "O monitoramento junto aos meios de hospedagem mostra que Belo Horizonte já tem ocupação elevada para o período oficial do Carnaval", pontua a dirigente.

De acordo com ela, ainda há disponibilidade principalmente em hotéis fora do hipercentro e em regiões com melhor acesso viário, o que reforça a importância da mobilidade urbana para distribuir o fluxo de visitantes. Segundo dados do Observatório do Turismo de Minas Gerais, em 2025, a taxa média de ocupação em Belo Horizonte durante o Carnaval superou 87%, com pico de mais de 90% no domingo. E a expectativa para 2026 é de novo avanço, com possibilidade de índices próximos de 100% em parte significativa da rede.

Esse desempenho ocorre em um contexto de expansão do Carnaval de Belo Horizonte. Para o presidente da Associação Brasileira de Agências de Viagens em Minas Gerais (Abav-MG), Alexandre Brandão, a expectativa é de crescimento próximo de 10% no público em relação ao ano passado, com possibilidade de a festa reunir cerca de 6,5 milhões de pessoas. "A projeção é baseada nos números da Belotur e da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo", afirma.

Segurança - Ao explicar os fatores que sustentam essa demanda, Brandão aponta a percepção de segurança como um dos principais diferenciais da Capital. "O Carnaval de Belo Horizonte é visto como muito mais seguro do que o de outras cidades", diz. Segundo ele, os registros mais comuns envolvem furtos de carteira e telefone, sem a incidência de ocorrências mais graves. Dados do Observatório do Turismo corroboram essa avaliação, ao indicarem que 85% dos foliões relataram sensação de segurança no Carnaval de 2025.

Outro aspecto destacado é o perfil diurno da festa. "O Carnaval de Belo Horizonte acontece de dia e termina mais cedo, por volta de 23h e meia da noite", afirma Brandão. Esse formato, segundo ele, permite que o visitante combine a programação dos blocos com eventos privados no período noturno, o que amplia as possibilidades de consumo turístico e contribui para a permanência na cidade.

A presidente da ABIH-MG observa que esse comportamento do público impacta diretamente o desempenho da hotelaria, inclusive fora das áreas centrais. "A proximidade com os blocos e a mobilidade urbana são determinantes para a ocupação". Para ela, o diálogo com o poder público para ajustes no trânsito, reforço do transporte público, comunicação sobre interdições, além de ações de limpeza urbana e segurança é crucial para a experiência do hóspede. **%**



Em 2026, a expectativa é que 6,5 milhões de pessoas curtam o Carnaval em Belo Horizonte FOTO: DIVULGAÇÃO / PHILIPE GUIMARAES



Programação inclui blocos durante o dia e festas a noite FOTO: DIVULGAÇÃO / JULIA LANARI

"O Carnaval de Belo Horizonte é visto como muito mais seguro do que o de outras cidades"
Alexandre Brandão

Belo Horizonte recebe turistas do Rio de Janeiro, São Paulo e Goiás

O fluxo de visitantes também apresenta mudanças no perfil de origem. O presidente da Abav-MG, Alexandre Brandão, destaca o aumento da presença de turistas de estados como Rio de Janeiro, São Paulo e Goiás, além do interior de Minas Gerais. "Muita gente vem num raio de até 300 quilômetros e fica em casa de parentes", ressalta, ao explicar que esse público não aparece nas estatísticas de hospedagem formal, mas impacta diretamente a movimentação nas ruas.

Em 2025, cerca de 6 milhões de pessoas participaram do Carnaval de Belo Horizonte, segundo dados do Observatório do Turismo. Esse movimento se irradia para outras regiões do Estado. "Muita gente aproveita para conhecer Inhotim ou cidades como Ouro Preto", destaca Brandão.

Segundo a Abih-MG, destinos tradicionais do Carnaval mineiro, como Ouro Preto e Tiradentes, já registram ocupações elevadas para o período, com casos de esgotamento de leitos nos dias de pico, o que reforça o papel do Carnaval como indutor do turismo estadual.

O posicionamento de Belo Horizonte entre os destinos mais procurados do País também impacta o mercado hoteleiro. A presidente da entidade, Flávia Badaró, afirma que há aumento gradual no valor médio das diárias, dentro de patamares compatíveis com os serviços oferecidos, além de maior antecedência nas reservas. "Hoje, muitos turistas garantem hospedagem com semanas e até meses de antecedência, o que traz mais previsibilidade para o setor", explica.

Pré-Carnaval - O aquecimento se estende ao pré-Carnaval. Segundo Flávia Badaró, os fins de semana que antecedem a festa oficial já apresentam ocupação entre 50% e 65%, dependendo da localização do hotel. O comportamento confirma a consolidação do pré-Carnaval de Belo Horizonte como produto turístico e amplia o tempo de permanência dos visitantes na Capital.

Ainda conforme o Observatório do Turismo, 82% dos foliões de 2025 pretendem retornar à capital mineira para o Carnaval de 2026, indicador que sustenta as projeções de alta demanda já observadas no início do ano. **(ALS) %**

Mesmo sem patrocínio, PBH garante que festa vai 'acontecer normalmente'

itatiaia®

O presidente da Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte (Belotur), Eduardo Cruvinel, garantiu, em entrevista à Itatiaia, que o Carnaval de Belo Horizonte está confirmado e que "todos os recursos estão previstos e a festa está garantida, como sempre foi".

A declaração ocorre em meio a dificuldades da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) para captar investimentos privados para a festa de 2026. A menos de dois meses do início oficial do Carnaval, o edital de patrocínio foi declarado deserto pela segunda vez consecutiva, sem registro de empresas interessadas. "Vai acontecer normalmente. A Prefeitura já tem sua programação orçamentária", afirmou.

Segundo ele, empresas interessadas ainda podem apoiar o evento. "Agora também temos a facilidade, com as publicações já feitas, de buscar a captação direta com patrocinadores. Por isso, convidamos as empresas interessadas e o mercado que queira contribuir e estar presente neste Carnaval, que é um dos maiores e melhores do Brasil, a participar da festa".

Ambulantes - A PBH vai abrir, na primeira quinzena de janeiro, o cadastro dos ambulantes que desejam trabalhar durante o Carnaval. Segundo a administração municipal, após o período de inscrições, será iniciada a etapa de entrega das credenciais aos trabalhadores autorizados.

De acordo com o presidente da Belotur, Eduardo Cruvinel, o processo está em fase final de preparação. "A gente já está às vésperas. Vamos lançar o registro dos ambulantes agora na primeira quinzena de janeiro e, na sequência, fazer a entrega das credenciais", afirmou.

Além disso, neste ano, Belo Horizonte registrou um crescimento no número de blocos cadastrados. Ao todo, foram 612 blocos inscritos, um aumento de cerca de 8% em relação a 2025. A programação prevê 660 desfiles espalhados pela cidade, entre os dias 31 de janeiro e 22 de fevereiro.

A PBH também divulgou os valores do apoio financeiro aos blocos de rua, que somam R$ 3,2 milhões. Na categoria A, 50 blocos receberão R$ 41 mil cada. Na categoria B, 35 blocos terão repasse de R$ 24 mil. Já na categoria C, 20 blocos receberão R$ 14 mil. **(Clever Ribeiro / Larissa Ricci) %**

Anexo SENAD_compressed (35683144) SEI 08129.003746/2026-88 / pg. 42

LEGISLAÇÃO

Empresas têm problemas na emissão da NFS-e

% SERVIÇOS Receita Federal atribui dificuldades à configuração por parte dos municípios

São Paulo - Algumas empresas do setor de serviços registram problemas para emissão de nota fiscal neste início de implantação da reforma tributária. Segundo a Receita Federal, as principais razões relacionadas à impossibilidade de emissão dizem respeito a problemas de configuração por parte dos municípios.

De acordo com o Fisco, no dia 1º de janeiro, quase 2 mil municípios ativaram seu convênio para utilização da Nota Fiscal de Serviço eletrônica (NFS-e). Na última segunda-feira (5), houve lentidão no sistema, com relatos de impossibilidade momentânea de emissão, decorrente do alto número de acessos e consultas ao banco de dados, que já foi reconfigurado; a lentidão foi resolvida.

Desde a última terça-feira (6), não foi registrado nenhum problema que impeça a emissão no ambiente nacional, segundo a Receita.

Muitos municípios, no entanto, decidiram continuar com seus sistemas próprios, apenas adaptando as notas ao formato que inclui os novos tributos. Outros vão adotar o emissor nacional, mas não completaram as etapas necessárias para viabilizar o uso pelos seus contribuintes.

Em nota, a Receita orienta que os contribuintes "verifiquem junto à secretaria de finanças, ou equivalente, de seu município se foram adotadas as providências e adequações necessárias para possibilitar a emissão".

A maior parte das cidades brasileiras ainda não está com o sistema plenamente operacional. Segundo dados do painel de monitoramento das adesões à NFS-e, das 5.465 prefeituras já conveniadas, o que representa 98% dos municípios do País, apenas 1.898 (34% dos municípios brasileiros) estão operando de fato com emissão de notas.

Outras 2.669 (48%) estão com o sistema configurado, mas sem emissão registrada pelo portal; 898 (16%) seguem em fase final de configuração; e 106 (2%) não estão conveniadas.

Maior emissor de notas fiscais do País, o município de São Paulo informou no último dia 2 que já haviam sido emitidas 31 mil notas com o destaque dos novos tributos sobre bens e serviços. A prefeitura oferece duas opções: o modelo anterior e o novo, com os campos de Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS).

Teste - Neste primeiro ano de implantação da reforma, as empresas devem informar nas notas fiscais os valores dos novos tributos sobre bens e serviços, com alíquotas de 0,9% para a CBS (contribuição federal) e 0,1% para o IBS (imposto de estados e municípios). Não haverá recolhimento de imposto em 2026. O objetivo é testar o sistema e iniciar o cálculo das alíquotas que mantêm a carga tributária atual.

Nem todas as notas terão essas informações neste momento. Empresas do Simples Nacional e microempreendedores Individuais (MEIs) estão dispensados dessa obrigação, que se aplica apenas a companhias de maior porte.

Para o consumidor, não há mudança: ele poderá ver as informações sobre esses dois novos tributos na nota fiscal, mas esse valor não será incluído pelo sistema no preço final.

Neste começo de ano, as notas fiscais emitidas sem essa informação não serão rejeitadas. Ou seja, ninguém ficará impedido de realizar suas vendas.

Entre os municípios que aparecem como ativos na plataforma da NFS-e mas não registram emissões nos últimos três meses estão Goiânia (GO), Belém (PA), Osasco (SP) e Guarulhos (SP).

A Secretaria Municipal da Fazenda de Goiânia (GO) diz em seu *site* que vai conceder ao contribuinte um prazo de adaptação, o que permite manter a recepção do modelo atual até 31 de janeiro. A prefeitura vai manter seu emissor próprio, e o compartilhamento com o ambiente nacional será realizado de forma automática pela administração tributária da capital.

O município de Belém (PA) também manteve o emissor próprio e vai compartilhar as informações com o ambiente nacional.

Em seu portal, a prefeitura de Osasco (SP) informa que a emissão de notas fiscais de serviços continuará sendo realizada por meio do sistema próprio, que a transcrição para a plataforma nacional será de responsabilidade do próprio município e que já está disponível o ambiente para realização de testes de emissão no novo padrão.

A Secretaria de Finanças de Guarulhos (SP) também informa em seu *site* que o município continuará utilizando seu sistema emissor próprio.

Sanções - A Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta parte da reforma tributária, exige que todos os entes federativos estejam integrados à plataforma nacional. Municípios podem manter sistemas próprios de emissão, mas precisam enviar os dados à Receita em tempo real. A norma prevê sanções para quem não se adequar, como bloqueio de repasses voluntários.

Embora a maior parte dos municípios já tenha firmado convênio com o sistema nacional, a operação ainda não é plena. Os estados com maior número de municípios que ainda não estão emitindo NFS-e pelo novo modelo, seja por falta de adesão ou por pendências de configuração, são Minas Gerais (669), São Paulo (330), Bahia (312), Paraná (243) e Piauí (212).

Atualmente, 106 municípios ainda não assinaram o convênio com o sistema nacional, todos de pequeno porte. Os estados com mais casos são Maranhão (21), Minas Gerais (11), Bahia (11), Piauí (9) e Amazonas (6). **(Márcia Magalhães e Eduardo Cucolo/Folhapress) %**



Muitas prefeituras optaram por continuar com os seus sistemas próprios, apenas adaptando as notas ao formato que inclui os novos tributos FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBE STOCK

"Os estados com maior número de municípios que ainda não estão emitindo a NFS-e pelo novo modelo são Minas Gerais (669), São Paulo (330) e Bahia (312)"

% DÍVIDA ATIVA

MEIs devem regularizar débitos até dia 30

itatiaia

Microempreendedores individuais (MEIs) com pendências inscritas na Dívida Ativa da União têm até o dia 30 de janeiro para aderirem a um acordo para regularizar a situação com descontos que podem chegar a até 100% sobre os valores de juros. As condições estão previstas no Edital nº 11/2025 da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), prorrogado em setembro do ano passado.

O documento prevê condições diferenciadas para o pagamento em quatro situações, incluindo uma para débitos de pequeno valor dos MEIs. A transação condicionada à capacidade de pagamento: permite ajustar prazos e descontos (65% no geral ou 70% para pessoas físicas, MEIs, micro e pequenas empresas e outras;

Já a transação de débitos considerados irrecuperáveis oferece condições vantajosas com descontos que chegam a 65% ou 70%. A transação de pequeno valor é direcionada a débitos consolidados de até 60 salários mínimos, com faixas de desconto específicas e tratamento diferenciado para MEI. A tansação de débitos garantidos possibilita a negociação de dívidas com seguro garantia ou carta fiança, focando no parcelamento do valor de entrada, sem descontos sobre o principal.

De acordo com o procurador-geral adjunto da Dívida Ativa da União e FGTS, João Grognet, as condições diferenciadas para MEI levaram em conta a hipossuficiência e vulnerabilidade desses contribuintes que são parte relevante na cadeia econômica do país.

"Com a regularização da dívida, os microempreendedores também se comprometem a manter sua regularidade fiscal daqui para frente, o que é benéfico para a União. Por outro lado, o contribuinte volta a ter, por exemplo, acesso a linhas de crédito, podendo investir no seu negócio e gerar ainda mais renda para a economia do País", disse. **(Bruno Nogueira) %**

% CURTAS

Pautas tributárias

Dentre os diversos julgamentos de temas de repercussão geral já afetados que aguardam apreciação pelos tribunais superiores em 2026, ao menos 11 envolvem discussões sobre a incidência do PIS, da Cofins e da CSLL na base de cálculo de tributos como ISS e ICMS. Este é o resultado de um levantamento realizado pelo Martinelli Advogados, que identificou 23 temas tributários que aguardam decisão do Judiciário. "Quase metade dos temas tributários que estão parados nas cortes superiores envolve discussões que tratam da incidência de contribuições como PIS e Cofins, tributos importantes e que pesam no fluxo de caixa de empresas de vários setores", destaca o tributarista Luiz Eduardo Costa Lucas, sócio do Martinelli Advogados. O cenário se avoluma em preocupação já que, em 2027, a reforma tributária já fará a substituição desses dois tributos pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), o que demanda senso de urgência quanto às decisões sobre o PIS e a Cofins.

Créditos não aproveitados

Em meio a um dos sistemas tributários mais complexos do mundo, organizações brasileiras seguem abrindo mão de valores expressivos que poderiam ser reinvestidos em inovação e crescimento. Segundo o Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), 95% das companhias no País recolhem mais tributos do que deveriam, o que representa bilhões de reais parados nos cofres públicos por ausência de revisão ou desconhecimento de benefícios legais. "Há uma diferença brutal entre pagar imposto e pagar certo", afirma Maynara Fogaça, CEO da Visão Tributária. Ela calcula que empresas de médio e grande porte deixam de recuperar, em média, de 2% a 5% do faturamento anual em créditos não aproveitados. Entre os valores ignorados estão créditos de PIS e Cofins sobre insumos, energia elétrica, transporte de mercadorias e serviços contratados.

Conluio em licitação

Mesmo com a modernização trazida pela nova Lei de Licitações, o conluio entre empresas continua sendo uma das fraudes mais difíceis de detectar na administração pública. Para Ricardo Dias, advogado especialista em Licitações e sócio do Comparato, Nunes, Federici & Pimentel Advogados (CNFLaw), a prática continua sendo possível de ocorrer, pois "o conluio em licitação é um acordo sigiloso para fraudar a competição; por isso, seus sinais aparecem nos detalhes que muitas vezes passam despercebidos pelos gestores". O especialista explica que o conluio se configura quando empresas combinam previamente preços, divisão de mercado ou resultados do certame com o objetivo de beneficiar um participante e prejudicar o órgão público.

Autonomia patrimonial

Uma decisão da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região marcou um importante precedente para o diálogo entre o direito empresarial e o direito do trabalho. O colegiado afastou, por unanimidade, a desconsideração da personalidade jurídica determinada, em primeira instância, em execução movida por ex-funcionária contra a Saraiva e a Siciliano S.A., ambas em recuperação judicial desde 2023. O tribunal restabeleceu a autonomia patrimonial da companhia e, por ora, impediu que a cobrança fosse redirecionada para os bens pessoais de acionistas e administradores.

Anexo SENAD_compressed (35683144) SEI 08129.003746/2026-88 / pg. 43

saiba mais sobre FINANÇAS no QR CODE ao lado

FINANÇAS

ONU prevê que economia do Brasil deve crescer 2% em 2026

% RELATÓRIO Caso se confirme, PIB do País será menor que o previsto pela Organização das Nacões Unidas para o ano passado, cuja alta estimada é de 2,5%

Nova York - A Organização das Nações Unidas (ONU) espera que a economia brasileira cresça 2% em 2026, ano de eleição presidencial no País, conforme relatório publicado ontem. Se confirmada, a taxa de crescimento apontará desaceleração em relação ao ano passado, quando o Brasil deve ter avançado 2,5%, segundo a instituição, com sede em Nova York, nos Estados Unidos (EUA).

Ao atualizar suas projeções, a ONU manteve a expectativa de crescimento do Brasil neste ano, mas aumentou a de 2025 em 0,7 ponto percentual. Ainda assim, a expansão econômica do País no ano passado também representa uma desaceleração na comparação com 2024, quando o Brasil cresceu 3,4%.

"A desaceleração projetada reflete os efeitos defasados do aperto monetário, que elevou as taxas de juros a níveis mais altos em décadas e continua a pesar sobre o investimento", avalia a ONU, em relatório, publicado ontem. Uma postura fiscal "moderadamente expansionista", porém, deve compensar parcialmente a desaceleração, acrescenta.

A Organização diz que "ventos contrários adicionais surgiram das tarifas recentemente impostas pelos Estados Unidos, de até 50%" sobre os produtos brasileiros. Apesar disso, pondera, o impacto geral no Brasil deve ser limitado, já que os EUA representam apenas cerca de 12% de suas exportações, além do governo do presidente Donald Trump já ter voltado atrás na taxação de diversos segmentos da pauta exportadora brasileira.

Para a ONU, o País só voltará a acelerar o ritmo de expansão no próximo governo. A Organização espera que a economia brasileira cresça 2,3% em 2027.

O Brasil deve crescer mais em 2025 do que a média da América Latina e do Caribe, cuja economia avançou 2,4% no ano passado. No entanto, o País tende a se expandir em ritmo menor que o da região nos anos seguintes. Em relação ao México e à América Central, o Brasil mostra maior vigor econômico em 2025, 2026 e 2027, mas deve perder essa posição em 2027, prevê a ONU.



Ao atualizar suas projeções, a ONU manteve a expectativa de crescimento do Brasil neste ano, mas aumentou a de 2025 em 0,7 ponto percentual; ainda assim, será menor que o incremento de 3,4% de 2024 FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBE STOCK

Desafios no fiscal – A Organização das Nações Unidas reforça o alerta da comunidade internacional para os desafios fiscais do Brasil. A relação entre a dívida bruta do governo geral e o Produto Interno Bruto (PIB) ultrapassou 90% no ano passado, atingindo 91,4%, ante 87,3% em 2024, segundo a entidade. O patamar supera a média dos países em desenvolvimento, cuja relação subiu de 73% para 76,9% no mesmo período.

"Desvios recentes do arcabouço fiscal - em meio a isenções fiscais temporárias, despesas acima do planejado e o uso de linhas de crédito extraordinárias - ressaltam os desafios contínuos em reforçar a credibilidade fiscal, mesmo que as autoridades mantenham um compromisso de médio prazo com a consolidação gradual", reforça a ONU, em relatório.

Para a ONU, o Brasil não conseguirá cumprir a meta de inflação em 2025. A organização estima que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), indicador oficial, tenha fechado o ano passado em 5%. A meta contínua para o índice é de 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

"No Brasil, a inflação geral permanece teimosamente acima da meta do banco central, apesar das taxas de juros estarem em níveis mais altos em várias décadas", diz a ONU.

A projeção da organização supera o consenso de mercado. A mediana das estimativas de economistas consultados pelo Projeções Broadcast aponta para uma inflação de 4,27% em 2025. O resultado do IPCA será divulgado hoje.

Nos próximos anos, porém, a inflação deve convergir para a meta do BC. A ONU projeta que o ritmo de crescimento do IPCA se reduza para 4,3% em 2026 e 4,0% em 2027.

Quanto à política monetária, a organização diz que o Brasil foi uma "exceção importante" na tendência de afrouxamento vista em países em desenvolvimento na Ásia, América Latina e Caribe no ano de 2025, mas o País deve voltar a baixar suas taxas neste ano. "Após um aperto substancial na primeira metade de 2025, o Banco Central do Brasil manteve sua taxa de política em 15% - a mais alta desde 2006 - com um ciclo de afrouxamento esperado para começar em 2026, à medida que a inflação modera", avalia.

A organização destaca ainda que o Brasil foi um dos países em desenvolvimento a reduzir o desemprego e a elevar o salário mínimo em 2025. "O Brasil atingiu o menor índice de desemprego em décadas", destaca a ONU. O indicador estava em 5,2% em novembro de 2025. **(Estadão Conteúdo) %**

"Para a ONU, o País só voltará a acelerar o ritmo de expansão no próximo governo. A Organização espera que a economia brasileira cresça 2,3% em 2027"

Perspectiva econômica global continua incerta, com incremento menor

Nova York - As perspectivas econômicas globais permanecem incertas devido às elevadas incertezas macroeconômicas, às mudanças nas políticas comerciais e aos persistentes desafios fiscais, mostra o relatório de Situação Econômica Mundial e Perspectivas para 2026 publicado pela Organização das Nações Unidas (ONU), ontem.

"As tensões geopolíticas e os riscos financeiros aumentam essas pressões, tornando a economia global fragilizada", avalia a ONU, ao destacar que, apesar do choque tarifário em 2025, a atividade econômica global se mostrou resiliente.

A situação no ano passado, de acordo com a Organização das Nações Unidas, recebeu o apoio de embarques antecipados, acúmulo de estoques e gastos sólidos do consumidor em meio à flexibilização monetária e mercados de trabalho "amplamente estáveis". "Espera-se que o apoio contínuo da política macroeconômica amorteça o impacto das tarifas mais altas, mas o crescimento do comércio e da atividade geral provavelmente se moderarão no curto prazo", pondera.

A ONU menciona que o crescimento econômico global, estimado em 2,8% para 2025, deverá diminuir marginalmente para 2,7% em 2026, antes de acelerar para 2,9% em 2027, ainda abaixo do nível antes da pandemia, de 3,2%. Para Europa, Japão e Estados Unidos, a expectativa é de que o crescimento se mantenha praticamente estável, e siga "em ritmo moderado", com o apoio monetário ou fiscal continuando a sustentar a demanda.

Grandes economias em desenvolvimento, como a China, Índia e Indonésia, devem continuar apresentando crescimento sólido, impulsionado por uma demanda interna resiliente ou por medidas políticas direcionadas. Por outro lado, a organização alerta que as perspectivas para muitos países de "baixa renda" e considerados "vulneráveis" permanecem menos favoráveis.

Inflação - No relatório, a ONU prevê uma continuidade da desaceleração da inflação global, mas alerta que persistem pressões sobre o custo de vida diante da elevação de preços.

O documento destaca que os preços elevados continuam sendo um desafio global fundamental. A inflação cheia caiu de 4% em 2024 para uma estimativa de 3,4% em 2025 e deve desacelerar para 3,1% em 2026. Para a entidade, embora a inflação geral tenha arrefecido, os preços elevados continuam a pesar sobre a renda real.

Segundo a entidade, a redução dos preços de energia e alimentos, taxas de câmbio mais estáveis e crescimento lento dos salários nominais ajudaram no arrefecimento da inflação. "Diferentemente da alta sincronizada global dos anos anteriores, as tendências inflacionárias tornaram-se desiguais, moldadas por gargalos recorrentes de oferta em meio ao aumento dos riscos geopolíticos e relacionados ao clima", pontua.



No relatório de Situação Econômica Mundial e Perspectivas para 2026, publicado ontem pela ONU, são destacados os desafios fiscais e a tensão geopolítica FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBE STOCK

Diante desse cenário, a ONU afirma que os líderes globais enfrentam um cenário inflacionário cada vez mais complexo, e a política monetária adotada pelos bancos centrais permanecerá como um tema central. Essas decisões devem atuar em conjunto com arcabouços fiscais críveis e medidas sociais direcionadas para proteger os grupos mais vulneráveis, acrescenta o relatório.

A organização nota que as taxas de juros seguem acima dos níveis pré-pandemia em vários países e projeta novos cortes graduais em 2026, sob risco de retomada da inflação ou de volatilidade cambial – que podem "complicar a etapa final do ciclo de desinflação".

De acordo com o relatório, a ação coordenada entre políticas monetária, fiscal e industrial será crucial para administrar pressões persistentes sobre os preços sem comprometer a estabilidade social ou o crescimento de longo prazo.

Os preços ainda elevados continuam a corroer o poder de compra da população mais vulnerável, destaca o subsecretário-geral das Nações Unidas para Assuntos Econômicos e Sociais, Li Junhua. Ele aponta que a inflação mais baixa poderá proteger gastos familiares essenciais, fortalecer a concorrência nos mercados e enfrentar os fatores estruturais que impulsionam choques recorrentes de preços. **(Estadão Conteúdo) %**

Anexo SENAD_compressed (35683144) SEI 08129.003746/2026-88 / pg. 44

Pelo segundo dia consecutivo, ouro fecha em queda

% COTAÇÃO Incertezas sobre a trajetória dos juros nos Estados Unidos e tensões geopolíticas, com destaque para a Venezuela e a Groenlândia, estão afetando o mercado do metal

O ouro fechou em leve queda ontem, pelo segundo dia consecutivo, após operar volátil próximo a estabilidade nas horas finais da sessão. O mercado pondera maiores tensões geopolíticas - especialmente entre os Estados Unidos (EUA), a Venezuela e a Groenlândia - e comentários de dirigentes do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) sobre a trajetória de juros neste ano.

Na Comex, divisão de metais da bolsa de Nova York (Nymex), o ouro para fevereiro encerrou em queda de 0,04%, a US$ 4.460,70 por onça-troy.

O ouro teve perdas mais intensas pela manhã, pressionado pelo dólar e juros dos Treasuries, que ganharam ligeira força após a divulgação de indicadores econômicos dos EUA referentes ao comércio e ao desemprego. No decorrer da sessão, o metal precioso chegou a reverter o movimento e flertar com ganhos modestos, mas a recuperação não se sustentou mesmo ante sinalizações de possíveis cortes nos juros pelo Fed.

Em entrevista, o diretor do BC dos Estados Unidos, Stephen Miran, disse esperar que as taxas de juros sejam reduzidas em 150 pontos-base (pb) este ano e avaliou que, nos últimos meses, a política monetária esteve "muito restritiva". No mesmo sentido, o secretário do Tesouro dos EUA, Scott Bessent, defendeu que taxas de juros mais baixas são a chave para o crescimento econômico futuro.



O ouro teve perdas mais intensas pela manhã de ontem, pressionado pelo dólar e juros dos Treasuries FOTO: REPRODUÇÃO/ ADOBE STOCK

Na ponta geopolítica, o secretário do Estado americano, Marco Rubio, deve se reunir na próxima semana com autoridades da Dinamarca e da Groenlândia para expressar o desejo dos EUA de adquirirem a ilha autônoma, que é rica em matérias-primas críticas. A chefe de relações exteriores e segurança da União Europeia (UE), Kaja Kallas, sinalizou que já discutiu com outros representantes europeus qual será a resposta conjunta caso a ameaça americana se concretize.

Na avaliação do Swissquote Bank, o ouro enfrenta "resistência" perto de suas máximas históricas, mas ele tem sido considerado como uma reserva de valor estratégica em meio ao declínio do interesse pelo dólar americano.

Entre outros metais preciosos, a prata para março fechou em baixa de 3,18%, a US$ 75,14 por onça-troy. A platina para abril chegou a cair 2% durante a sessão, mas reduziu para queda de 0,69%, a US$ 2.253,00, enquanto o paládio reverteu perdas e subia 0,75%, a 1.798,50, às 15h40 (de Brasília). **(Estadão Conteúdo, com informações da Dow Jones Newswires) %**

"(...) o ouro enfrenta 'resistência' perto de suas máximas históricas, mas ele tem sido considerado como uma reserva de valor estratégica em meio ao declínio do interesse pelo dólar americano"

Indicadores Econômicos

Dólar

		08/01/2026	07/01/2026	06/01/2026
COMERCIAL*	COMPRA	R$ 5,3880	R$ 5,3850	R$ 5,3790
	VENDA	R$ 5,3890	R$ 5,3860	R$ 5,3790
PTAX (BC)	COMPRA	R$ 5,3854	R$ 5,3874	R$ 5,3791
	VENDA	R$ 5,3860	R$ 5,3880	R$ 5,3797
TURISMO*	COMPRA	R$ 5,4150	R$ 5,4130	R$ 5,4040
	VENDA	R$ 5,5950	R$ 5,5930	R$ 5,5840

Fonte: BC

Ouro

	08/01/2026	07/01/2026	06/01/2026
Nova Iorque (onça-troy)	US$ 4.474,53	US$ 4.456,53	US$ 4.496,67
BM&F-SP (g)	R$ 771,10	R$ 770,17	R$ 774,41

Fonte: Gold Price

Inflação

Índices	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Dez.	No ano	12 meses
IGP-M (FGV)	0,27%	1,06%	-0,34%	0,24%	-0,49%	-1,67%	-0,77%	0,36%	0,42%	-0,36%	0,27%	-	-1,03%	0,11%
IPC-Fipe	0,24%	0,51%	0,62%	0,45%	0,27%	-0,08%	0,28%	0,04%	0,65%	0,27%	0,20%	-	3,51%	3,85%
IGP-DI (FGV)	0,11%	1,00%	-0,50%	0,30%	-0,85%	-1,80%	-0,07%	0,20%	0,36%	-0,03%	0,01%	-	-1,30%	-0,44%
INPC-IBGE	0,25%	1,48%	0,51%	0,48%	0,35%	0,23%	0,21%	-0,21%	0,52%	0,03%	0,03%	-	3,68%	4,18%
IPCA-IBGE	0,16%	1,31%	0,56%	0,43%	0,26%	0,24%	0,26%	-0,11%	0,48%	0,09%	0,18%	-	3,92%	4,46%
IPCA-IPEAD	0,16%	-0,05%	0,32%	0,37%	0,05%	0,74%	0,50%	-0,24%	0,05%	-0,05%	0,10%	-	4,12%	4,62%

Salário/CUB/UPC/Ufemg/TJLP

	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Salário	1518,00	1518,00	1518,00	1518,00	1518,00	1518,00	1518,00	1518,00	1518,00	1518,00	1518,00	1518,00
CUB-MG* (%)	1,65	0,20	0,11	0,19	0,06	0,18	0,26	0,08	0,07	0,11	0,08	0,05
UPC (R$)	24,55	24,55	24,55	24,65	24,65	24,65	24,78	24,78	24,78	24,91	24,91	24,91
UFEMG (R$)	5,5310	5,5310	5,5310	5,5310	5,5310	5,5310	5,5310	5,5310	5,5310	5,5310	5,5310	5,5310
TJLP (&a.a.)	7,97	7,97	7,97	8,65	8,65	8,65	8,96	8,96	8,96	9,07	9,07	9,07

*Fonte: Sinduscon-MG

TR/Poupança

02/12 a 02/01	0,1723	0,6732	19/12 a 19/01	0,1584	0,6592
03/12 a 03/01	0,1722	0,6731	20/12 a 20/01	0,1580	0,6588
04/12 a 04/01	0,1703	0,6712	21/12 a 21/01	0,1699	0,6707
05/12 a 05/01	0,1642	0,6650	22/12 a 22/01	0,1718	0,6727
06/12 a 06/01	0,1636	0,6644	23/12 a 23/01	0,1718	0,6727
07/12 a 07/01	0,1702	0,6711	24/12 a 24/01	0,1720	0,6729
08/12 a 08/01	0,1721	0,6730	25/12 a 25/01	0,1699	0,6707
09/12 a 09/01	0,1721	0,6730	26/12 a 26/01	0,1699	0,6707
10/12 a 10/01	0,1721	0,6730	27/12 a 27/01	0,1699	0,6707
11/12 a 11/01	0,1701	0,6710	28/12 a 28/01	0,1719	0,6728
12/12 a 12/01	0,1613	0,6621	01/01 a 01/02	0,1718	0,6727
13/12 a 13/01	0,1602	0,6610	02/01 a 02/02	0,1718	0,6727
14/12 a 14/01	0,1700	0,6708	03/01 a 03/02	0,1719	0,6728
15/12 a 15/01	0,1719	0,6728	04/01 a 04/02	0,1738	0,6747
16/12 a 16/01	0,1719	0,6728	05/01 a 05/02	0,1757	0,6766
17/12 a 17/01	0,1719	0,6728	06/01 a 06/02	0,1757	0,6766
18/12 a 18/01	0,1699	0,6707	07/01 a 07/02	0,1757	0,6766

Taxas Selic

	Tributos Federais (%)	Meta da Taxa a.a. (%)
Janeiro	1,01	12,25
Fevereiro	0,99	13,25
Março	0,96	14,25
Abril	1,06	14,25
Maio	1,14	14,75
Junho	1,10	15,00
Julho	1,28	15,00
Agosto	1,16	15,00
Setembro	1,22	15,00
Outubro	1,28	15,00
Novembro	1,05	15,00
Dezembro	1,22	15,00

Taxas de câmbio

MOEDA/PAÍS	CÓDIGO	COMPRA	VENDA
BOLIVIANO/BOLIVIA	30	0,7693	0,7863
COLON/COSTA RICA	35	0,5014	0,5034
COLON/EL SALVADOR	40	0,01077	0,01087
COROA DINAMARQUESA	55	0,8407	0,841
COROA ISLND/ISLAN	60	0,04263	0,04273
COROA NORUEGUESA	65	0,533	0,5338
COROA SUECA	70	0,5842	0,5844
DIRHAM/EMIR.ARABE	145	1,4661	1,4665
DOLAR AUSTRALIANO	150	3,6066	3,6081
DOLAR/BAHAMAS	155	5,3854	5,386
DOLAR CANADENSE	165	3,8856	3,8863
DOLAR DA GUIANA	170	0,02559	0,0259
DOLAR CAYMAN	190	6,4496	6,5088
DOLAR CINGAPURA	195	4,19	4,1921
DOLAR HONG KONG	205	0,6912	0,6913
DOLAR CARIBE ORIENTAL	210	0,789	0,798
DOLAR DOS EUA	220	5,3854	5,386
FORINT/HUNGRIA	345	0,01631	0,01632
FRANCO SUICO	425	6,7419	6,7451
GUARANI/PARAGUAI	450	0,0007969	0,0007983
IENE	470	0,03433	0,03434
LIBRA/EGITO	535	0,1138	0,114
LIBRA ESTERLINA	540	7,2374	7,2404
LIBRA/LIBANO	560	0,0000601	0,0000602
LIBRA/SIRIA, REP	575	0,04467	0,04872
NOVO DOLAR/TAIWAN	640	0,1706	0,1708
NOVO SOL/PERU	660	1,6015	1,6017
PESO ARGENTINO	665	0,0599	0,05992
PESO CHILE	715	0,006006	0,00601
PESO/COLOMBIA	720	0,001442	0,001446
PESO/CUBA	725	0,2244	0,2244
PESO/REP. DOMINIC	730	0,08433	0,08485
PESO/FILIPINAS	735	0,09102	0,09109
PESO/MEXICO	741	0,2995	0,2997
PESO/URUGUAIO	745	0,1383	0,1384
QUETZEL/GUATEMALA	770	0,7017	0,7031
RANDE/AFRICA SUL	775	0,002557	0,002573
RENMINBI HONG KONG	796	0,7712	0,7713
RIAL/CATAR	800	1,4773	1,4777
RIAL/ARAB SAUDITA	820	1,4361	1,4363
RINGGIT/MALASIA	828	1,3248	1,3266
RUBLO/RUSSIA	830	0,06722	0,06724
RUPIA/INDIA	860	0,05988	0,0599
WON COREIA SUL	930	0,00371	0,003711
EURO	978	6,2821	6,2838

Fonte: Banco Central / Thomson Reuters

Contribuição ao INSS

TABELA DE CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DE DE 01/01/2025

Tabela de contribuição dos segurados empregados, inclusive o doméstico, e trabalhador avulso

Salário de contribuição (R$)	Alíquota (%)
Até R$ 1.518,00	7,50
De R$ 1.518,01 até R$ 2.793,88	9,00
De R$ 2.793,89 até R$ 4.190,83	12,00
De R$ 4.190,84 até R$ 8.157,41	14,00

CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS AUTÔNOMOS, EMPRESÁRIO E FACULTATIVO

Salário base (R$)	Alíquota %	Contribuição (R$)
1.518,00	5 (*)	75,90
1.518,00	11 (**)	166,98
1.518,01 até 8.157,41	20	Entre 303,60 (salário mínimo) e 1.631,48 (teto)

*Alíquota exclusiva do Facultativo Baixa Renda;

**Alíquota exclusiva do Plano Simplificado de Previdência;

COTAS DE SALÁRIO FAMÍLIA

	Remuneração	Valor unitário da quota
A Partir de 01/01/2025		
(Portaria ME 914/2020)	Até R$ 1.906,04	R$ 65,00

Fonte: Tabelas INSS e SF: Portaria Interministerial MTP/ME nº 12, de 17 de Janeiro de 2022

Agenda Federal

sage

Dia 9

Comprovante de Juros sobre o Capital Próprio - PJ - Fornecimento, à beneficiária pessoa jurídica, do Comprovante de Pagamento ou Crédito de Juros sobre o Capital Próprio no mês de dezembro de 2025 (art. 2º, II, da Instrução Normativa SRF nº 41/1998).
Formulário

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de dezembro de 2025 incidente sobre produtos classificados no código 2402.20.00 (cigarros que contenham tabaco), e as cigarrilhas classificadas no Ex 01 do código 2402.10.00 da TIPI (Cód. DARF 1020).
Darf Comum (2 vias)

Previdência Social (INSS) - Documento de recolhimento - Envio ao sindicato - Envio, ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre os empregados, da cópia do documento de recolhimento das contribuições previdenciárias relativa à competência dezembro de 2025 (Lei nº 8.870/1994, art. 3º).
Documento de recolhimento (cópia)

Dia 13

Scanc/Tributação monofásica - Refinaria de petróleo ou suas bases, CPQ, UPGN e Formulador de Combustíveis
a) entrega das informações relativas às operações interestaduais com combustíveis derivados de petróleo ou com álcool etílico carburante através do Sistema de Captação e Auditoria dos Anexos de Combustíveis (Scanc).
b) entrega de informações por estabelecimento que tiver recebido o combustível de outro estabelecimento subsequente à tributação monofásica.
Internet. Convênio ICMS nº 110/2007, cláusula vigésima sexta, § 1º, V, "a"; Convênio ICMS nº 199/2022, cláusula vigésima segunda, § 1º; Convênio ICMS nº 15/2023, cláusula vigésima segunda, § 1º; Ato Cotepe ICMS nº 174/2023.

Dia 14

IOF - Pagamento do IOF apurado no 1º decêndio de janeiro de 2026:
- Operações de crédito - Pessoa Jurídica - Cód. Darf 1150
- Operações de crédito - Pessoa Física - Cód. Darf 7893
- Operações de câmbio - Entrada de moeda - Cód. Darf 4290
- Operações de câmbio - Saída de moeda - Cód. Darf 5220
- Títulos ou Valores Mobiliários - Cód. Darf 6854
- Factoring - Cód. Darf 6895
- Seguros - Cód. Darf 3467
- Ouro, ativo financeiro - Cód. Darf 4028
Darf Comum (2 vias)

IRRF - Recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente a fatos geradores ocorridos no período de 1º a 10.01.2026, incidente sobre rendimentos de (art. 70, I, letra "b", da Lei nº 11.196/2005):
a) juros sobre capital próprio e aplicações financeiras, inclusive os atribuídos a residentes ou domiciliados no exterior, e títulos de capitalização;
b) prêmios, inclusive os distribuídos sob a forma de bens e serviços, obtidos em concursos e sorteios de qualquer espécie e lucros decorrentes desses prêmios; e
c) multa ou qualquer vantagem por rescisão de contratos.
Darf Comum (2 vias)

Dia 15

EFD-Contribuições - Entrega da EFD-Contribuições relativa aos fatos geradores ocorridos no mês de novembro de 2025 (Instrução Normativa RFB nº 1.252/2012, art. 7º).
Internet

Cide - Pagamento da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico cujos fatos geradores ocorreram no mês de dezembro de 2025 (art. 2º, § 5º, da Lei nº 10.168/2000; art. 6º da Lei nº 10.336/2001):
- Incidente sobre as importâncias pagas, creditadas, entregues, empregadas ou remetidas a residentes ou domiciliados no exterior, a título de royalties ou remuneração previstos nos respectivos contratos relativos a fornecimento de tecnologia, prestação de serviços de assistência técnica, cessão e licença de uso de marcas e cessão e licença de exploração de patentes - Cód. Darf 8741.
- Incidente na comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool etílico combustível (Cide-Combustíveis) - Cód. Darf 9331.
Darf Comum (2 vias)

Cofins/PIS-Pasep - Retenção na Fonte - Autopeças - Recolhimento da Cofins e do PIS-Pasep retidos na fonte sobre remunerações pagas por pessoas jurídicas referentes à aquisição de autopeças (art. 3º, § 5º, da Lei nº 10.485/2002, com a redação dada pelo art. 42 da Lei nº 11.196/2005), no período de 16 a 31.12.2025.
Darf Comum (2 vias)

Reservas Internacionais

07/01..... US$ 359.094 milhões

Fonte: BCB-DSTAT

Imposto de Renda

Base de Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir (R$)
Até 2.259,20	Isento	Isento
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Deduções:
a) R$ 189,59 por dependente (sem limite).
b) Faixa adicional de R$ 1.903,98 para aposentados, pensionistas e transferidos para a reserva remunerada com mais de 65 anos.
c) Contribuição previdenciária.
d) Pensão alimentícia.

Limite mensal de desconto simplificado: R$ 564,80
Medida Provisória nº 1.171, de 30 de abril de 2023

Obs: Para calcular o valor a pagar, aplique a alíquota e, em seguida, a parcela a deduzir.
Fonte: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/meu-imposto-de-renda/tabelas/2024 - A partir de fevereiro de 2024.

FGTS

Índices de rendimento (Coeficientes de JAM Mensal)

Competência do Depósito	Crédito	3% *	6%
Setembro/2025	Novembro/2025	0.004228	0.006634
Outubro/2025	Dezembro/2025	0.004104	0.006509

* Taxa que deverá ser usada para atualizar o saldo do FGTS no sistema de Folha de Pagamento.

Fonte: Caixa Econômica Federal

Seguros

26/12	0,013967702	3,117608752
27/12	0,013968914	3,117879280
28/12	0,013968914	3,117879280
29/12	0,013968914	3,117879280
30/12	0,013970103	3,118144553
31/12	0,013971248	3,118400180
01/01	0,013972394	3,118655827
02/01	0,013972394	3,118655827
03/01	0,013973600	3,118925135
04/01	0,013973600	3,118925135
05/01	0,013973600	3,118925135
06/01	0,013974803	3,119193483
07/01	0,013975991	3,119458712
08/01	0,013977135	3,119714150
09/01	0,013978280	3,119969609

Fonte: Fenaseg

TBF

01/01 a 01/02	1,0718
02/01 a 02/02	1,0718
03/01 a 03/02	1,0727
04/01 a 04/02	1,1241
05/01 a 05/02	1,1755
06/01 a 06/02	1,1752

Aluguéis

Fator de correção anual residencial e comercial	
IPCA (IBGE)	
Novembro	1,0446
IGP-DI (FGV)	
Novembro	0,9956
IGP-M (FGV)	
Novembro	1,0011

Anexo SENAD_compressed (35683144) SEI 08129.003746/2026-88 / pg. 45

saiba mais sobre VARIEDADES no QR CODE ao lado

VARIEDADES

BH Airport está no top 10 entre os mais pontuais do mundo

ANA LUISA SALES

O Aeroporto Internacional de Belo Horizonte (BH Airport), localizado em Confins, na região metropolitana, ficou entre os dez aeroportos mais pontuais do mundo em 2025, ao alcançar a 10ª colocação global na categoria de médio porte, com índice de 83,57% de pontualidade nas partidas. O dado integra o relatório On-Time Performance Review, divulgado pela Cirium, empresa internacional que avalia a eficiência operacional de aeroportos em diferentes países.

A nota do terminal mineiro ajudou o Brasil a emplacar 13 aeroportos entre os mais pontuais do planeta no *ranking*. Do total, oito terminais brasileiros aparecem na categoria de pequeno porte, quatro na de médio porte e um na de grande porte, conforme a metodologia adotada pela Cirium.

Na classificação dos aeroportos de médio porte, o Aeroporto Internacional de Brasília liderou entre os brasileiros, com 88,36% de pontualidade e a 2ª posição no *ranking* global. Na sequência, aparecem o Aeroporto Internacional do Galeão, no Rio de Janeiro, em 6º lugar, com 85,13%; o Aeroporto Internacional de Viracopos, em São Paulo, em 8º, com 84,55%; e o BH Airport, que fechou o grupo na 10ª colocação mundial.

Entre os aeroportos de grande porte, o Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, foi o terminal brasileiro mais bem posicionado, ao atingir a 13ª colocação global, com 82,4% de pontualidade nas partidas, em um cenário de alto volume de operações.

Na categoria de pequeno porte, o Brasil também registrou presença relevante. O Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro, alcançou a 3ª posição mundial, com 89,67% de pontualidade, após a análise de cerca de 58 mil voos. Ainda aparecem no *ranking* os aeroportos de Salvador, em 8º lugar; Recife, em 11º; Fortaleza, em 12º; Florianópolis, em 14º; Curitiba, em 15º; Porto Alegre, em 17º; e Belém, em 20º.



BH Airport, em Confins, na RMBH, ficou na 10ª colocação global na categoria de aeroportos de médio porte FOTO: DIVULGAÇÃO / BH AIRPORT

Avanços do setor - Para o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, os dados refletem avanços estruturais do setor. "Ter aeroportos brasileiros entre os mais pontuais do mundo mostra que os investimentos em infraestrutura, na modernização da gestão e no fortalecimento do modelo das concessões estão gerando resultados concretos para os passageiros e para o desenvolvimento do País", afirmou.

"O levantamento da Cirium considera pontual o voo que parte em até 15 minutos do horário programado e o ranking é dividido em três categorias, de acordo com volume annual de passageiros"

Na avaliação do secretário de Aviação Civil, Daniel Longo, a presença de terminais de diferentes portes no ranking indica um padrão mais amplo de eficiência. "Os dados da Cirium mostram que a eficiência não está restrita a um único tipo de aeroporto. Grandes, médios e pequenos terminais brasileiros vêm apresentando desempenho consistente, o que melhora a experiência do passageiro e fortalece a conectividade aérea em todas as regiões", concluiu.

O levantamento da Cirium considera pontual o voo que parte em até 15 minutos do horário programado. O *ranking* é dividido em três categorias, de acordo com o volume anual de passageiros:

- aeroportos de grande porte, com 25 a 40 milhões;
- médio porte, com 15 a 25 milhões;
- e pequeno porte, com 5 a 15 milhões de passageiros. %

Faculdade Senac é premiada pela ABMES

A Faculdade de Gastronomia do Senac, em Belo Horizonte, que integra o Sistema Fecomércio MG, recebeu o Selo Institucional Socialmente Responsável concedido anualmente pela Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior (ABMES) por projetos de extensão e ações desenvolvidas em 2025. O selo reconhece as instituições que promovem a conscientização de estudantes e contribuem com a comunidade por meio de ações de inclusão social presenciais e virtuais nas áreas de educação, saúde, cultura e meio ambiente.

A instituição educacional conquistou o selo pelo oitavo ano consecutivo e pela nona vez no total. A certificação 2025/2026 foi alcançada a partir de seis atividades acadêmicas, que desenvolveram, por meio da gastronomia, soluções práticas para inclusão alimentar, preservação cultural e fortalecimento social, alcançando públicos diversos como pessoas com restrições alimentares, refugiados, crianças da educação infantil e pequenos empreendedores do setor gastronômico. Em comum, as ações unem conhecimento técnico, responsabilidade social e respeito à identidade mineira, transformando saberes gastronômicos em instrumentos de saúde, autonomia, educação e desenvolvimento local.

Presidente do Sistema Fecomércio MG, Nadim Donato destaca a importância da conquista do selo: "É um reconhecimento pelo valioso trabalho desenvolvido por nossos alunos e docentes. Essa visibilidade aos projetos de extensão e de intervenção desenvolvidos ao longo do ano de 2025 concretiza e evidencia a relevância das ações comunitárias e na relação entre instituição e sociedade."

Entre uma das atividades premiadas está, por exemplo, o Projeto de Extensão "Cozinha Mineira Inclusiva: Receitas da Gastronomia de Minas Gerais para Pessoas com Restrições Alimentares". Ele propôs a valorização da culinária mineira como patrimônio cultural imaterial, tornando-a acessível a pessoas com restrições alimentares (diabetes, doença celíaca, intolerância à lactose, entre outras). Como resultado, foi elaborado um *e-book* com receitas tradicionais adaptadas e realizados testes de aceitabilidade com a comunidade, promovendo a saúde e a inclusão social sem descaracterizar a identidade cultural regional. %



Faculdade de Gstronomia do Senac, no Barro Preto, recebeu pela nona vez Selo Institucional Socialmente Responsável FOTO: GENILTON ELIAS / SENAC MINAS

DiariodoComercio
variedades@diariodocomercio.com.br
(31) 3469 2067

Exposição "Bonecos Giramundo" e oficinas

Em janeiro, o Ateliê de Férias da Fundação Clóvis Salgado (FCS) transforma o Palácio das Artes em território de imaginação, criação e encantamento. A edição deste mês do Programa Educativo é dedicada ao universo do Grupo Giramundo, que celebra 55 anos de trajetória ao lado do Palácio das Artes, que traz uma exposição da história do Giramundo. Inspirada pelo teatro de bonecos, a programação propõe uma imersão no fazer manual, no jogo teatral e na fantasia, com 10 oficinas gratuitas, ao longo de duas semanas, que exploram desenho, escultura, colagem, pintura, construção de personagens, máscaras e narrativas visuais. De 13 a 24 de janeiro, sempre das 14h às 16h, crianças, jovens e famílias são convidadas a participar de oficinas que estimulam o trabalho coletivo. Cada atividade tem 15 vagas. Mais informações e inscrições em: *www.fcs.mg.gov.br.*



FOTO: MARCOS MALAFAIA / GRUPO GIRAMUNDO

Verão Arte Contemporânea

Vem aí o Verão Arte Contemporânea (VAC), festival artístico multilinguagens realizado em Belo Horizonte, criado pelo Grupo Officina Multimédia, que, desde 2007, promove a produção cultural local, focando em áreas como teatro, dança, música, artes visuais, cinema e literatura. O festival traz oficinas gratuitas, exposições e mostras para fomentar a cena artística e o contato com o público. Nesta terça-feira (13), às 10h, no Teatro Marília, Ione de Medeiros, Jonnatha Horta e Henrique Mourão, do Grupo Officina Multimédia, idealizador do VAC, vão apresentar a programação deste ano.

Festival Minas com Bahia

A Feira do Mercado de Origem do Santa Tereza (rua São Gotardo, 273 - Santa Tereza) retorna às atividades em 2026 com o Festival Minas com Bahia, que une música, cultura e sabores. A proposta é celebrar a conexão entre dois estados ricos em identidade, ancestralidade e gastronomia, embalados por muito axé, alegria e clima de festa. A feira oferece conforto e segurança, acontecendo em área totalmente coberta e à prova de chuva, garantindo que o público aproveite a programação com tranquilidade. Será neste sábado (10) e domingo (11), de 10h às 18h, com entrada gratuita.



FOTO: DIVULGAÇÃO / BS FOTOGRAFIAS

Anexo SENAD_compressed (35683144) SEI 08129.003746/2026-88 / pg. 46

Diário do Comércio

93 ANOS / DESDE 1932
Belo Horizonte, MG
Quarta-feira, 26 de novembro de 2025

EDIÇÃO 25.457

diariodocomercio.com.br
JOSÉ COSTA fundador
ADRIANA COSTA MULS presidente

R$ 3,50

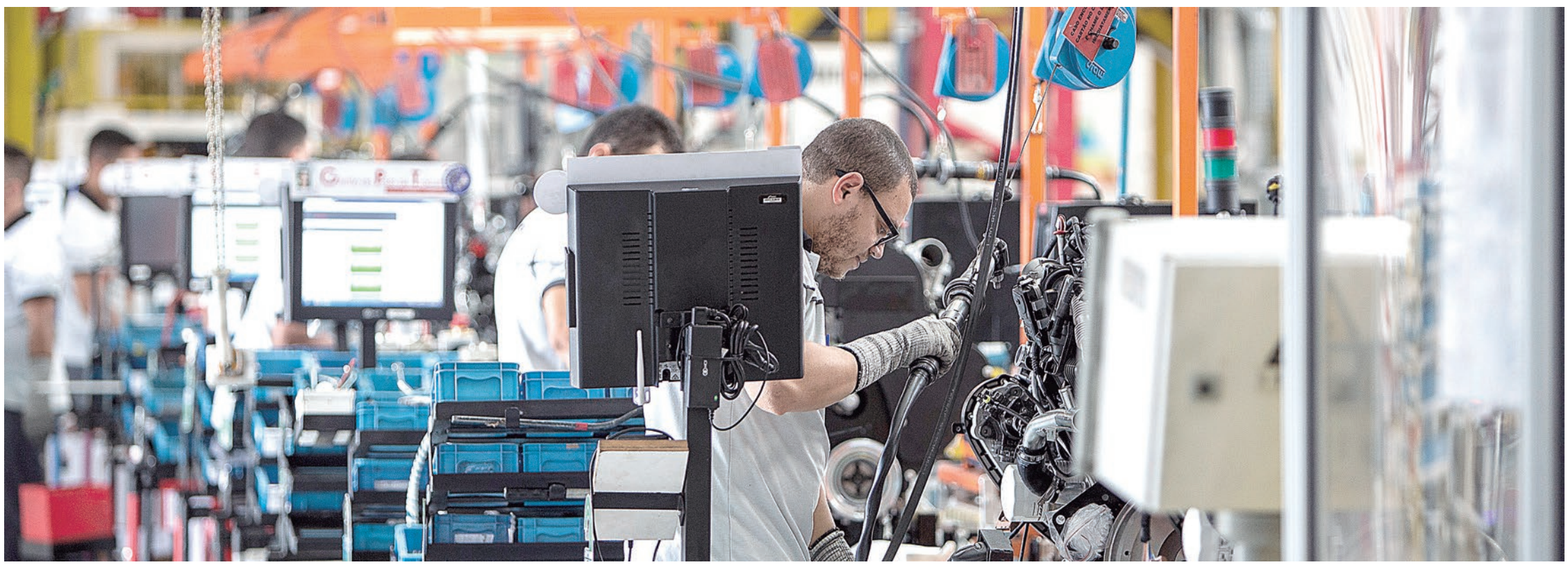
FPT planeja investimentos de R$ 100 milhões em Minas Gerais

% ECONOMIA Aportes da empresa do Iveco Group no Estado estão previstos para ser realizados até 2030

A FPT, empresa do Iveco Group, planeja investimentos de R$ 100 milhões em Minas Gerais até 2030. Os aportes serão feitos em melhorias de processo, desenvolvimento de motores e em infraestrutura na planta industrial em Sete Lagoas, na região Central, e no Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Contagem, na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

O anúncio dos investimentos foi realizado pelo presidente da empresa na América Latina, Carlos Tavares, durante evento de comemoração dos 25 anos da unidade em Sete Lagoas. No complexo são produzidos motores que equipam veículos comerciais, máquinas agrícolas e de construção. A capacidade instalada é de 109 mil motores anualmente.

Já em Contagem, a FPT está ampliando o seu centro de pesquisas. O novo prédio está previsto para ficar pronto em outubro de 2026. **% PÁG. 3**



Unidade da FPT em Sete Lagoas tem capacidade instalada de 109 mil motores anualmente FOTO: BRUNO GONZAGA / FPT

Oferta menor impulsiona preços das hortaliças

A redução na oferta de hortaliças resultou em alta de preços na Centrais de Abastecimento de Minas Gerais (Ceasa Minas) em outubro. A cebola, por exemplo, chegou a ter aumento de 20,99% no período. Outro item que encareceu foi a batata, cujo valor negociado no entreposto subiu 13,43%. Os dados são do Boletim Prohort, divulgado ontem pela Conab. Por outro lado, a maior parte das frutas apresentou queda de preço no último mês, com destaque para a banana (-9,55%). **% PÁG. 12**



Preço da cebola na Ceasa Minas avançou 20,99% em outubro FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / ARQUIVO / ALESSANDRO CARVALHO



Jair Bolsonaro foi condenado a 27 anos de prisão FOTO: FÁBIO RODRIGUES-POZZEBOM / AGÊNCIA BRASIL

Bolsonaro começa a cumprir pena de 27 anos após determinação do STF

O ex-presidente Jair Bolsonaro começou a cumprir a pena de 27 anos de prisão por tentativa de golpe de Estado. A determinação é do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, que abriu uma sessão virtual para que os demais magistrados da Primeira Turma possam referendar a decisão. Além de Bolsonaro, foram presos os ex-ministros Augusto Heleno, Paulo Sérgio Nogueira e Anderson Torres. Já o deputado Alexandre Ramagem fugiu para os EUA. **% PÁG. 11**

Índice de Confiança do Consumidor de BH tem queda

O Índice de Confiança do Consumidor de Belo Horizonte (ICC-BH) recuou 2,18% em novembro, alcançando o pior patamar dos últimos 12 meses, de acordo com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (Ipead). O estudo mostra que os belo-horizontinos estão pessimistas quanto à situação econômica do País, à inflação, à situação financeira da família e até mesmo em relação ao emprego. **% PÁG. 4**



Índice de Confiança atingiu o pior patamar nos últimos 12 meses na Capital FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / ARQUIVO / ALESSANDRO CARVALHO

Hospital pode ser reativado no Sul do Estado

% PÁG. 10

Inadimplência não afeta otimismo do comércio

% PÁG. 16

% EDITORIAL

A revisão da representação dos estados no Congresso, determinada pelo STF, virou um impasse político. Em vez de ajustar o número de parlamentares à população, a Câmara tentou ampliar as vagas, gerando vetos, recuos e judicialização. Com a decisão de manter tudo como está para 2026, adia-se um debate que exige seriedade, racionalidade e compromisso com a redução de custos e o equilíbrio institucional. **% PÁG. 2**

Melhoramentos investe R$ 60 milhões em energia

% PÁG. 15

Contas externas do Brasil ficam negativas em US$ 5,1 bi

% PÁG. 18

O BANCO DE QUEM SABE VIVER OS 50+
BANCO MERCANTIL

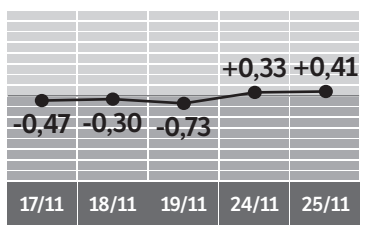
DÓLAR DIA 25
COMERCIAL COMPRA R$ 5,3760 VENDA R$ 5,3760
TURISMO COMPRA R$ 5,3990 VENDA R$ 5,5790
PTAX (BC) COMPRA R$ 5,3835 VENDA R$ 5,3841

EURO DIA 25
COMERCIAL COMPRA R$ 6,2244 VENDA R$ 6,2256

OURO DIA 25
NOVA YORK (ONÇA-TROY) US$ 4.131,56
BM&F (g) R$ 714,84

TR dia 26	0,1721%
POUPANÇA dia 26	0,6730%
IPCA – IBGE outubro	0,09%
IPCA – IPEAD outubro	-0,05%
IGP-M outubro	-0,36%

BOVESPA



O BANCO DE QUEM SABE VIVER OS 50+
BANCO MERCANTIL

Anexo SENAD_compressed (35683144) SEI 08129.003746/2026-88 / pg. 47

OPINIÃO

COP30: a desorganização e o ufanismo como escudo



Elton Duarte Batalha
Professor de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Advogado e Doutor em Direito

As palavras de Friedrich Merz, chanceler da Alemanha, ditas há poucos dias durante um discurso no Congresso Alemão do Comércio, parecem ter tocado fundo em alguns corações brasileiros.

O político afirmou ter perguntado a jornalistas alemães que o acompanharam na COP30, realizada em Belém, no Pará, e relatou que todos teriam ficado aliviados por retornar ao país de origem após o evento. No Brasil, muitas pessoas sentiram-se ofendidas pela fala. Surge então a questão: ele tem motivos para expressar tal pensamento ou trata-se apenas de uma visão preconceituosa sobre um país em desenvolvimento? É importante atentar-se aos fatos.

A 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP30) apresentou problemas antes mesmo do início dos encontros. Os preços claramente abusivos da hospedagem provocaram reações de diversos países. Ainda que seja compreensível que Belém não disponha de estrutura hoteleira suficiente para receber um afluxo tão grande de pessoas, caberia ao governo brasileiro solucionar essa dificuldade, mesmo que isso implicasse mudar o evento para outra localidade. É importante salientar que, mais do que a imagem do Pará, estava em jogo a reputação do Brasil como anfitrião de um evento internacional. Lamentavelmente, a escassez de leitos e a elevação desmedida dos valores cobrados por qualquer acomodação não foram resolvidas a tempo.

Durante o encontro, reportagens chamaram atenção para os valores extremamente elevados da alimentação e para deficiências estruturais de alguns espaços, nos quais ocorreram, por exemplo, problemas no funcionamento do ar-condicionado, algo especialmente crítico diante da temperatura e da umidade típicas de Belém.

Se para um brasileiro, normalmente acostumado ao calor, a situação já não deve ter sido simples, é fácil imaginar o impacto para europeus habituados a climas temperados. Do ponto de vista econômico, a perda de oportunidade para atrair turistas é evidente, pois dificilmente alguém se sente motivado a visitar um país que apresenta problemas tão claros de organização e indícios de má-fé na estipulação de preços.

Ao que parece, não apenas o chanceler alemão tem motivos para reclamar do que vivenciou em terras brasileiras. É claro que não é elegante criticar o anfitrião, mas isso não encobre o fato de que o evento apresentou múltiplos problemas.

O ufanismo, porém, é um escudo útil em situações como essa, e não tardaram a surgir nas redes sociais manifestações de brasileiros que se sentiram ultrajados pela declaração da autoridade alemã. É natural que isso ocorra, pois é sempre mais fácil indignar-se contra um estrangeiro do que refletir sobre a notória desorganização nacional e sobre a triste característica cultural brasileira de, não raramente, tentar levar vantagem a qualquer custo, como ocorreu nos casos da hospedagem e da alimentação. Isso sem mencionar o despreparo do serviço de segurança diante de manifestações com traços de violência registradas em determinado momento da COP30.

Qual é o objetivo do Brasil ao receber eventos internacionais como este? Em teoria, deveria ser demonstrar ao mundo, além das belezas naturais, a competência dos cidadãos e do governo em organizar algo grandioso e funcional. Lamentavelmente, parece que o País, mais uma vez, perdeu a chance de construir uma imagem positiva no exterior.

Em vez de direcionar a atenção às declarações do chanceler alemão como uma ofensa aos brasileiros, é mais construtivo observar as críticas e os desacertos na organização como lições para decisões melhores em uma próxima oportunidade de sediar encontros internacionais. Difícil, porém, acreditar que isso acontecerá, pois, como costuma ocorrer no Brasil, provavelmente o assunto será politizado e nada realmente produtivo resultará dos acontecimentos observados durante a COP30. É mais confortável acusar um estrangeiro de preconceito do que enfrentar as chagas nacionais. E assim caminha a brasilidade. %

Mais uma grande fraude



Luís Felipe Corrêa
Executivo de Auditoria, Riscos e Compliance

"Não mate o mensageiro!" Como chefe de Auditoria e membro de Comitês de Auditoria, vivi ambos os lados: reportar achados críticos e recebê-los.

Conselheiros e membros independentes têm papel de supervisão e cobrança, devendo monitorar a gestão, questionar decisões e garantir que os interesses da companhia e dos acionistas sejam respeitados.

A legislação societária (6.404/76) e as normas da CVM estabelecem que os administradores devem agir com diligência e lealdade. Caso identifiquem irregularidades graves, registrá-las em ata, comunicar aos órgãos internos e, se necessário, renunciar ao cargo.

A comunicação à CVM ou ao Ministério Público geralmente ocorre por meio da própria companhia ou de órgãos reguladores, não sendo necessariamente atribuição direta dos conselheiros — embora possa ser realizada.

O recente caso do Banco Master expõe fragilidades enormes na governança de bancos de menor porte. Ainda não se sabe a extensão do dano nem os agentes envolvidos, mas o episódio trouxe dúvidas sobre seus profissionais de *Compliance*, Auditoria e Auditores Externos.

O caso também gerou perplexidade pela indicação prévia do seu Compliance Officer para um prêmio que o reconheceria como profissional de referência no mercado de Compliance. Inclusive, esse profissional foi professor de Compliance Financeiro na mesma instituição que concede o prêmio.

Contudo, ainda não se sabe o que ocorria dentro da companhia. É fato que toda empresa e seus profissionais de governança enfrentam riscos de fraude. Chefes de Auditoria e *Compliance* lidam com temas sensíveis que podem contrariar interesses estratégicos — o que exige coragem, sem garantias.

A CVM precisa aprimorar seus critérios para qualificação de membros de Comitês de Auditoria em empresas privadas e estabelecer regras de mandatos com garantias para auditores e compliance *officers*. Isso reforçaria sua independência, reduziria riscos de omissão e ajudaria a evitar novas perdas bilionárias aos investidores. %

EDITORIAL

Caminhos tortuosos

Nos termos ditados pela Constituição brasileira, a composição da Câmara dos Deputados e do Senado, consequentemente a representação dos estados no Legislativo, deve guardar proporção com a população de cada um. Um processo, portanto, sujeito a mudanças, para menos ou para mais, acompanhando a redução ou o crescimento da população, conforme dados recolhidos nos censos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foi na sua obrigação de zelar pelo que está posto que em 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que o Congresso reavaliasse o número de deputados e, na sequência, de senadores, que cada estado deve indicar, fixando prazo de 2 anos para cumprimento da decisão ou, antes, simplesmente do que determina a Constituição.

Entendia-se, simplesmente por conta dos dados pertinentes, que haveria pequena redução no número de deputados federais, o mesmo podendo acontecer no Senado. Não foi o que aconteceu, ou melhor, houve tentativa de fazer exatamente o contrário, com a Câmara optando – sob protestos gerais – por aumentar de 513 para 531 o número de deputados federais. A medida foi aprovada, mas acabou sendo vetada pelo Executivo e, assim, percorridos os meandros da burocracia parlamentar, nem sempre compreensíveis, a decisão acabou nas mãos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que deveria redefinir a redistribuição.

Mas ensina a experiência que o que deveria ser simples e objetivo pode acabar em caminhos tortuosos. E agora porque o presidente do Congresso entendeu que o veto de Lula não foi devidamente analisado, com o "processo legislativo permanecendo em curso" e assim a matéria retornou ao STF. Agora, para o relator ministro Luiz Fux entender ser pertinente o argumento e na sequência decidir – até porque poderia faltar tempo para fazer diferente – que nas eleições de 2026 tudo permaneça como está, sem alterações no número de parlamentares, o que teria implicações também nas assembleias estaduais e até mesmo nas câmaras de vereadores.

Poderá ser um alívio, mas de qualquer forma de curta duração, sobretudo se as discussões não mudarem de tom. Mais despesas diretas com os próprios parlamentares, mais despesas com os penduricalhos que os acompanha, numa conta que soma alguns milhões de reais por parlamentar e anualmente. Houvesse um pouco mais de seriedade e todos os envolvidos nessa pendenga certamente estariam tomando caminho bem diferente. Primeiro para de alguma forma exigir seriedade e, na sequência, para chegarem ao entendimento de que reduzir o número de deputados seria simplesmente mais inteligente. %

Diário do Comércio

FUNDADO EM 18 DE OUTUBRO DE 1932
Fundador
José Costa

PRESIDENTE DO CONSELHO GESTOR
Luiz Carlos Motta Costa
conselho@diariodocomercio.com.br

PRESIDENTE E DIRETORA EDITORIAL
Adriana Muls
adriana.muls@diariodocomercio.com.br

DIRETOR EXECUTIVO E DE MERCADO
Yvan Muls
yvan.muls@diariodocomercio.com.br

CONSELHO CONSULTIVO
Antonieta Rossi
Enio Coradi
Juliana Costa Gonçalves
Tiago Fantini Magalhães

CONSELHO EDITORIAL
Adriana Machado
Claudio de Moura Castro
Lindolfo Paoliello
Teodomiro Diniz

DIÁRIO DO COMÉRCIO EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA.
Av. Américo Vespúcio, 1.660 CEP 31.230-250 - Caixa Postal: 456

REDAÇÃO
pauta@diariodocomercio.com.br

EDITORA-EXECUTIVA
Luciana Montes

EDITORES
Alexandre Horácio
Clério Fernandes
Rafael Tomaz
Cláudia Duarte

EDITORA/PRODUÇÃO DE PROJETOS ESPECIAIS
Mara Bianchetti

TELEFONES
Atendimento Geral 3469-2000
Administração 3469-2004
Redação 3469-2040
Comercial 3469-2007
Industrial 3469-2085 / 3469-2092

GERENTE INDUSTRIAL
Manoel Evandro do Carmo
industrial@diariodocomercio.com.br

ASSINATURA (impresso + digital)
assinaturas@diariodocomercio.com.br
SEMESTRAL R$ 396,90
Belo Horizonte, Região Metropolitana
ANUAL R$ 793,80
Belo Horizonte, Região Metropolitana
PREÇO DO EXEMPLAR AVULSO:
R$ 3,50
Demais regiões, consulte nossa Central de Atendimento.
DISTRIBUIDOR AUTORIZADO:
viasuperlog
Oséias Ferreira de Resende
Logística de transporte e distribuição
(31) 98302-1231

FILIADO À
ANJ Associação Nacional de Jornais
SINDIJORI Sindicato dos Proprietários de Jornais, Revistas e Similares do Estado de Minas Gerais
abra legal Associação Brasileira das Agências e Veículos Especializados em Publicidade Legal

diariodocomercio.com.br
diariodocomercio
@diariodocomercio

Os artigos assinados refletem a opinião do autor. O Diário do Comércio não se responsabiliza e nem poderá ser responsabilizado pelas informações e conceitos emitidos e seu uso incorreto.

Anexo SENAD_compressed (35683144) SEI 08129.003746/2026-88 / pg. 48

ECONOMIA

FPT fará aportes de mais de R$ 100 milhões em MG

% MOTORES Companhia do Iveco Group investirá na melhoria de processos, no desenvolvimento de produtos e na infraestrutura

THYAGO HENRIQUE, de Sete Lagoas *

A FPT, marca de *powertrain* do Iveco Group, investirá mais de R$ 100 milhões em Minas Gerais até 2030. Os aportes fazem parte do plano de aplicar R$ 127 milhões no Brasil e na Argentina, países onde a empresa possui plantas de produção na América do Sul - são duas na região, além de quatro na Europa (três na Itália e uma na França) e uma na Ásia (China).

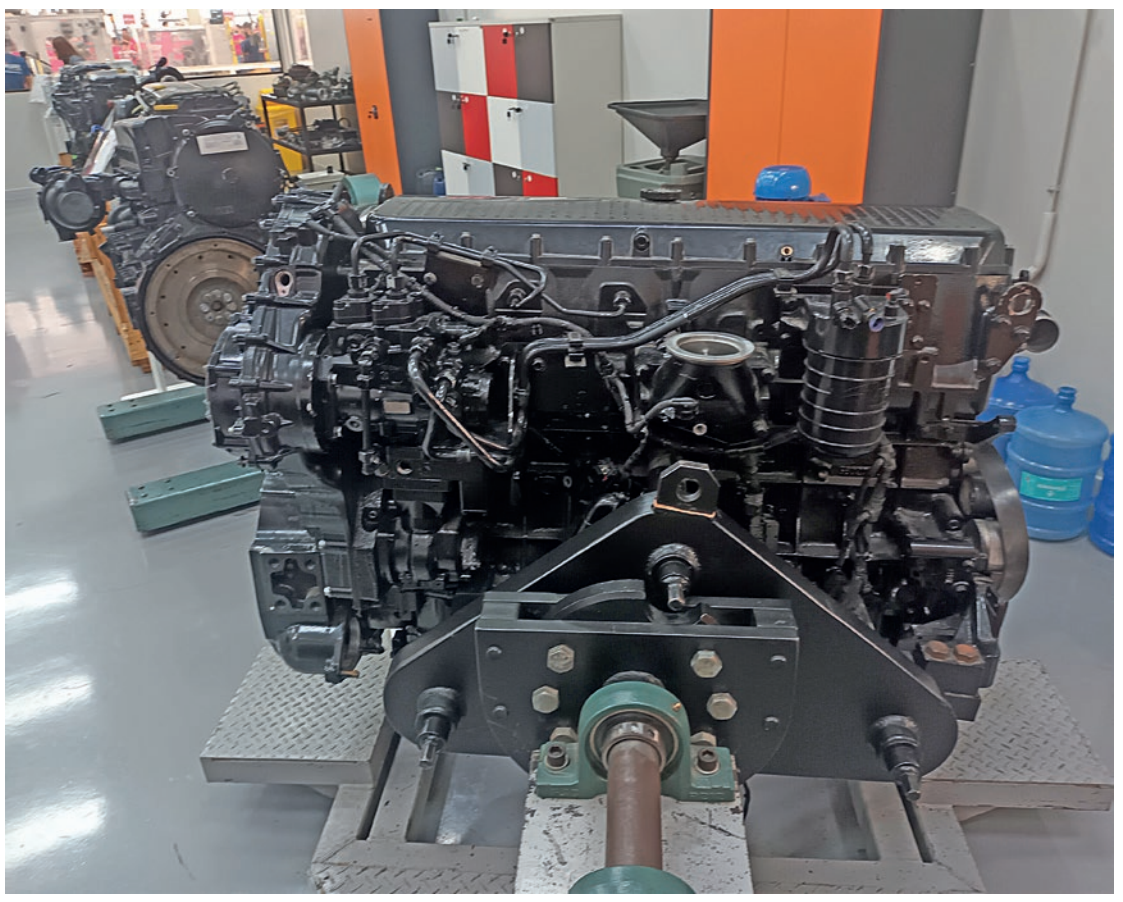
De acordo com o presidente da companhia para a América Latina, Carlos Tavares, os investimentos começaram neste ano e serão destinados, por exemplo, a melhorias de processos, ao desenvolvimento de motores e também à infraestrutura. No Estado, os valores abrangem tanto a fábrica, localizada em Sete Lagoas, na região Central de Minas, quanto o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), situado em Contagem.

A estrutura voltada para inovação na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) está em expansão. O novo prédio em construção tem previsão de ficar pronto por volta de outubro de 2026. Já a unidade industrial na região Central está sendo preparada para, quando for necessário, receber novos motores e também para ganhar mais eficiência.

"Dentro da fábrica, vários processos serão automatizados, como as ferramentas de controle para garantir a qualidade e as ferramentas de montagem, que eliminam o erro humano. São áreas complexas, então passamos a automatizar", destacou o executivo ao Diário do Comércio durante um evento de comemoração dos 25 anos da FPT em Sete Lagoas.

Conforme Tavares, a FPT é a terceira maior fabricante de motores do mundo. Na América Latina, a empresa já produziu 1 milhão de motores, sendo 725 mil em Sete Lagoas. No que diz respeito às vendas, 40% foram destinadas à Iveco e 60% a outros clientes.

A planta sete-lagoana tem área total de 25 mil metros quadrados e emprega, diretamente, 250 pessoas. Atualmente, no local são produzidas as famílias de motores F1, NEF e S8000, que equipam veículos comerciais, máquinas agrícolas e de construção, além de G-Drivers, utilizados na geração de energia. A capacidade instalada é de 109 mil motores por ano.



Terceira maior fabricante mundial, a FPT já produziu 725 mil motores na planta de Sete Lagoas FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / THYAGO HENRIQUE

Expansão - No momento, a fábrica opera com dois turnos e tem espaço para ampliar o volume de produção atual sem precisar recorrer a um terceiro turno, embora disponha de estrutura predial pronta para colocá-lo em operação, se for preciso. Outro ponto relevante é que a unidade é capaz de produzir diversos tipos de motores, o que habilita a companhia a fabricar, inclusive, motores a etanol, a gás e até a hidrogênio, caso haja necessidade.

"Dentro da fábrica, vários processos serão automatizados, como as ferramentas de controle para garantir a qualidade"
Carlos Tavares

Ao projetar os próximos 25 anos, o presidente destaca que a expectativa da FPT é de que, de fato, o número de motores produzidos na planta cresça, embora ainda não se saiba quando isso ocorrerá. Ele acredita que a expansão tende a acontecer em um futuro breve.

"O ano que vem é um ano de eleição e Copa do Mundo. Então, a primeira missão do País é baixar a taxa de juros para que o comércio comece a avançar. Os economistas dizem, e a gente aposta também, que isso deve acontecer no próximo ano. E aí, em 2027, 2028, 2029, se essa tendência se concretizar, a FPT e a fábrica de Sete Lagoas já estão prontas [para expandir a produção], e, claro, queremos gerar mais empregos e mais impostos", concluiu. **(* O repórter viajou a convite da FPT) %**

% AVIAÇÃO REGIONAL

Transporte de passageiros nos terminais do interior do Estado tem queda de 7,4%

LEONARDO MORAIS

Um dos principais fluxos de aviação regional do País, os aeroportos do interior de Minas Gerais transportaram 1,5 milhão de passageiros entre janeiro e outubro de 2025. A demanda corresponde por 13,18% do total de embarques no Estado, uma queda de 7,4% frente ao mesmo período do ano passado, quando 1,6 milhão de pessoas foram transportadas.

Em destaque, as operações em Uberlândia (865.742), Montes Claros (298.167), Santana do Paraíso (115.329) e Goianá (112.443) ultrapassaram a marca de mais de 100 mil passageiros durante o ano. Juntas, as cidades correspondem por mais de 10% do total transportado em território mineiro, abrigando importantes rotas

Apesar da queda em Minas Gerais frente ao último ano, Uberlândia e Montes Claros apresentaram crescimento no número de passageiros. O principal destino do Triângulo Mineiro registrou acréscimo de 2,96%, enquanto a maior cidade do Norte de Minas apresentou alta de 2,26%. Somadas, as cidades registraram um incremento de 31.513 usuários.

Em contrapartida, as operações comerciais em Goianá e Santana do Paraíso encerraram o período em queda, de 31,6% e 19,6% respectivamente. O número representa um decréscimo de 79,9 mil pessoas em 2025, sinalizando que alguns mercados regionais ainda enfrentam desafios para manter ou ampliar a demanda.

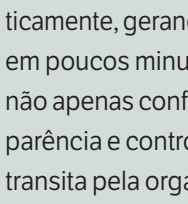
Voepass - Desde março, ambos os aeroportos com queda nas atividades deixaram de receber voos da Voepass, após suspensão da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), devido ao descumprimento de exigências de segurança. Entre janeiro e outubro do ano passado, a companhia aérea transportou 30,8 mil passageiros de Goianá a São Paulo, enquanto 16,1 mil utilizaram a rota entre Santana do Paraíso e o estado paulista.

Para 2026, o aeroporto em Goianá voltará a receber voos da Latam, com previsão de início de operação até o mês de maio. A expectativa é ampliar a demanda, especialmente com destino ao Aeroporto Internacional de Guarulhos (SP), um dos maiores *hubs* de conexão do País.

As rotas ligando os aeroportos de Montes Claros e Uberlândia ao Aeroporto Internacional de Confins, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), seguem entre as mais movimentadas da aviação regional de Minas Gerais. Somadas, as duas operações transportaram 277 mil passageiros neste ano, consolidando-se entre as 12 maiores demandas comerciais do Estado.

Os principais destinos seguem sendo Congonhas (SP)-Confins, com 857 mil usuários em dez meses, seguido por Guarulhos (SP)-Confins, correspondendo por 609,3 mil passageiros. Rotas de conexão com Brasília (DF), Rio de Janeiro (RJ), Campinas (SP), Recife (PE) e Salvador (BA) também se destacaram. **%**

Rastreabilidade é vital em tempos de fiscalização inteligente



Márcio Tomelin
Diretor de Mercado e Produto na WK

Vivemos uma era em que a tecnologia redefine não apenas a forma como as empresas operam, mas também como o Estado fiscaliza. A transformação digital chegou à Receita Federal e aos órgãos de controle com força total: cruzamentos automatizados de dados, inteligência artificial e sistemas integrados, como o Sped, o eSocial e a NF-e, compõem hoje um ecossistema de fiscalização inteligente, preciso e praticamente em tempo real. Nesse cenário, a rastreabilidade deixou de ser uma boa prática — tornou-se uma questão de sobrevivência empresarial.

De acordo com o Relatório de Conformidade Fiscal 2024, da Thomson Reuters, 83% das empresas brasileiras consideram a digitalização da fiscalização um dos principais desafios da gestão tributária atual. A complexidade aumenta conforme as obrigações acessórias se tornam mais detalhadas e integradas: um erro contábil ou fiscal pode ser detectado automaticamente, gerando notificações e penalidades em poucos minutos. É um contexto que exige não apenas conformidade pontual, mas transparência e controle total sobre cada dado que transita pela organização.

A Receita Federal já opera com algoritmos de inteligência artificial capazes de correlacionar informações de múltiplas fontes: notas fiscais eletrônicas, declarações do Sped, movimentações bancárias, folha de pagamento e até dados do Pix. O objetivo é claro — identificar inconsistências, omissões e comportamentos atípicos que possam indicar sonegação ou falhas no cumprimento das obrigações legais.

Essa nova lógica de fiscalização desloca o poder de auditoria para o ambiente digital. As empresas que ainda dependem de controles fragmentados, planilhas isoladas ou registros manuais estão mais expostas do que nunca. Sem rastreabilidade não há como comprovar a integridade das informações, tampouco responder de forma ágil a uma eventual solicitação do fisco.

Mais do que compliance, rastreabilidade tornou-se uma estratégia de gestão, pois não é apenas saber "onde está" um dado, documento ou operação — é garantir o histórico completo das interações, alterações e aprovações que ocorrem ao longo do ciclo de vida da informação. Essa rastreabilidade de ponta a ponta assegura que cada processo possa ser auditado e reconstituído com clareza, reduzindo riscos fiscais, trabalhistas e contábeis.

Além disso, a rastreabilidade fortalece a governança corporativa. Em um ambiente empresarial onde decisões são baseadas em dados, com processos transparentes e documentados, a empresa ganha agilidade na tomada de decisão e segurança diante de fiscalizações ou auditorias externas.

Um novo padrão de fiscalização exige um novo padrão de gestão. A fiscalização inteligente veio para ficar. E, nesse cenário, empresas que não tratam a rastreabilidade como prioridade correm o risco de ficar para trás — seja por multas, retrabalho ou perda de credibilidade.

Investir em processos auditáveis e sistemas confiáveis não é mais uma escolha, mas uma necessidade estratégica. A rastreabilidade é o elo que conecta conformidade, eficiência e confiança. É ela que garante que, em meio ao cruzamento massivo de dados e à inteligência automatizada do fisco, sua empresa continue no caminho certo — com segurança, transparência e total domínio sobre suas informações. **%**

Anexo SENAD_compressed (35683144) SEI 08129.003746/2026-88 / pg. 49

Confiança do consumidor de Belo Horizonte diminui 2,18%

% CENÁRIO Com 39,04 pontos, indicador apurado pela Fundação Ipead em novembro foi o mais pessimista dos últimos 12 meses, superando o de março

THIAGO BONNA

A confiança do consumidor da capital mineira caiu 2,18% em novembro, de acordo com o Índice de Confiança do Consumidor de Belo Horizonte (ICC-BH), divulgado mensalmente pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (Ipead). Este foi o resultado mais pessimista nos últimos 12 meses, superando o de março de 2025, que teve 39,24 pontos.

Em uma escala de 0 a 100, o levantamento marcou 39,04 pontos para a população belo-horizontina. Para a análise, são levados em conta seis categorias: situação econômica do país (1,46), inflação (-1,38), emprego (-8,89), situação financeira da família atual (-2,48), situação financeira da família em relação ao passado (-1,20) e pretensão de compra (5,96).

O indicador que mais puxou para baixo a confiança do consumidor foi o "emprego", que registrou uma variação de -8,89% entre os meses. Apesar da percepção, a taxa de desemprego do Brasil caiu no trimestre de julho a setembro para 5,6%, a menor taxa desde o início de 2012, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O gerente de pesquisas da Fundação Ipead, Eduardo Antunes, acredita que os empregos disponíveis não venham causando tanto interesse devido a salários baixos, condições abaixo das esperadas e mesmo a uma seletividade sobre qual trabalho será realizado.

"O índice de desemprego está baixo, mas não está nas condições que imaginamos que seria a expectativa da população. São empregos que às vezes não causam interesse; salários que não causam interesse; que, apesar de ter muito emprego, muitos setores estão com dificuldade de conseguir trabalhador para determinada posição. Isso reflete na opinião das pessoas", afirma.

No mesmo período de 2024, o número de pessoas desempregadas era maior do que neste ano, mas, ainda assim, a percepção da população é pior que a atual. Antunes aponta que alguns setores, como o caso de supermercados e limpeza, estão com dificuldades para conseguir mão de obra e vem recorrendo aos funcionários com idade superior a 50 anos, já que os jovens não vêm demonstrando interesse em salários próximos ao mínimo, além da escala de trabalho 6 por 1.

Outro ponto que Antunes indica como responsável pela queda de confiança do consumidor é a alta dos preços em alguns produtos, apesar da inflação estar mais controlada. "A inflação, por exemplo, está controlada, mas os preços dos produtos continuam altos. Você olha para o preço de um café, o preço do azeite - que está baixando -, mas continua alto. Um que chama atenção no sentido positivo é o arroz, que está bem barato, menos de R$ 15 o pacote de 5 kg. Apesar de não estar tendo variação no preço, os preços altos acabam refletindo no humor das pessoas", explicou.

Os números apresentam uma forte volatilidade, reforçou o gerente de pesquisas da Ipead, e que os dados sofrem influências pessoais ou mesmo de períodos do ano, como é o caso da "pretensão de compra", um dos dois critérios positivos no ICC-BH, que em meio a Black Friday e com as compras de fim de ano são influenciados positivamente. Nos últimos 12 meses, o melhor levantamento foi o de dezembro de 2024, que teve 43,61 pontos.



A inflação em patamares ainda elevados é um dos fatores que provocam uma queda na confiança da população da capital mineira FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / ARQUIVO / ALESSANDRO CARVALHO

Tendência - A última vez que o belo-horizontino registrou otimismo em relação a confiança sobre consumo foi em janeiro de 2013, há quase 13 anos. O Índice de Confiança do Consumidor de Belo Horizonte, que reúne a perspectiva de consumidores em relação a diversos pontos da economia que afetam as decisões de curto, médio e longo prazo dos moradores da capital mineira, considera como ponto de divisão os 50 pontos, abaixo como pessimista e acima como otimista.

O gerente de pesquisas da Fundação Ipead, Eduardo Antunes, afirma que o período foi seguido de problemas econômicos e que as medidas tomadas para conter a inflação não obtiveram os resultados esperados e que este cenário, com escândalos políticos, contaminou a percepção da população.

Em relação aos tempos que antecederam o Plano Real, quando estabilizou a moeda brasileira, aumentou o consumo e deixou a população brasileira mais otimista, que vinha de uma inflação de 80% por mês na década de 1990, os índices são contaminados e dificultam o retorno a um cenário otimista. %

% COMBUSTÍVEIS

Preço do etanol sobe com a proximidade do fim da safra

JULIANA SODRÉ

O preço médio do etanol hidratado subiu 1,13% na última semana nas usinas de São Paulo e atingiu o maior valor nominal do ano, conforme análise do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) da Universidade de São Paulo (USP). No estado que é o maior produtor e consumidor de etanol do Brasil, o litro médio passou de R$ 2,8236 para R$2,8554/litro. A tendência, segundo especialistas, deve seguir em Minas, e impactar os consumidores.

Até então, o maior valor registrado nas usinas paulistas havia sido em meados de fevereiro, quando o preço médio foi de R$ 2,8541, segundo dados do Cepea, da Esalq/SP. Já o etanol anidro, utilizado para a mistura da gasolina, também registrou alta de 1,05%, fechando a R$ 3,2434/litro nas usinas.

Segundo pesquisadores do Cepea, essa tendência é resultado da baixa oferta do produto e da proximidade do encerramento da safra 2025/26. Conforme a análise semanal do centro de estudos, "os preços dos etanóis anidro e hidratado seguem firmes no estado de São Paulo há mais de um mês. As chuvas em algumas regiões paulistas limitaram a oferta e deram força aos preços. Já os compradores, mostraram menor interesse, especialmente devido às maiores aquisições fechadas em semanas anteriores".

Na análise do economista Altino Júnior, a pressão dos preços das usinas de São Paulo soma-se a uma série de fatores que impulsionam os valores, garantindo tendência de alta.

"No mercado externo, o conflito entre Rússia e Ucrânia continua bagunçando o petróleo. Sempre que tem tensão, o brent (referência global para o preço do petróleo cru) reage e isso acaba respingando por aqui porque a política de preços da Petrobras ainda deixa a gasolina muito sensível ao cenário internacional. Quando a gasolina sobe, o etanol acompanha pela paridade", analisa.

No mercado interno, Altino Júnior também pontua o encerramento da safra que deixa a oferta mais curta. "A demanda segue firme e já tem projeção de possível déficit na entressafra. A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) confirma menor produtividade em algumas regiões e o Itaú BBA projeta uma paridade mais alta no fim do ano, o que sustenta preços fortes".

Em função disso, o economista acredita que a tendência é de alta em todo o País, inclusive Minas Gerais, que não produz etanol suficiente para atender a demanda interna e é dependente de combustíveis de outros estados. "O cenário é de viés de alta nos preços. A tendência é que a pressão continue chegando ao consumidor nas próximas semanas, tanto no etanol direto quanto, indiretamente, na gasolina", avalia Altino Júnior.

Acréscimo já percebido no levantamento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). De acordo com os dados, o preço médio do etanol ao consumidor no País subiu para R$ 4,31 o litro na semana de 16 a 22 de novembro, contra R$ 4,29 na semana anterior (+0,46%). Em Minas Gerais também foi registrada alta passando de R$ 4,26 o litro para R$ 4,29, nesse caso, acréscimo de 0,7%.



O preço médio do etanol nas bombas em Minas Gerais apresentou alta de 0,7%, de acordo com a pesquisa da ANP FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / ARQUIVO / CHARLES SILVA DUARTE

O professor do curso de relações internacionais do Ibmec-BH, Pedro Hudson, também atribui a queda dos preços da última semana do etanol à redução da oferta. "Estamos encerrando a safra de cana-de-açúcar. Em muitas regiões, ela ficou abaixo do esperado, apresentando uma oferta limitada da matéria-prima e, consequentemente, dos seus derivados", diz.

Gasolina - Dessa forma, ele ressalta que a alta impacta também vai impactar o preço da gasolina, já que parte dela é complementada com o etanol.

Para os próximos meses, Hudson espera que até janeiro e fevereiro o preço continue tendo essa pressão nos preços. "Com o encerramento da safra e a oferta limitada, nós só vamos ter uma estimativa do que acontecerá quando conseguirmos ter um panorama de como será a próxima safra e de como o mercado vai reagir às cotações futuras", alega.

O presidente do Sindicato da Indústria de Fabricação do Álcool do Estado de Minas Gerais (Siamig), Mario Campos, comenta que apesar da alta comum do período entre safras, o quadro deve se reverter no ano que vem.

"A partir da próxima safra, que começa em abril, a tendência é de a gente ter bastante etanol e isso com certeza vai refletir em preços mais remuneradores para o consumidor de Minas Gerais e do Brasil como um todo", prevê. %

Anexo SENAD_compressed (35683144) SEI 08129.003746/2026-88 / pg. 50

% CONTEÚDO PATROCINADO PELO GOVERNO DE MINAS

MG consolida liderança no turismo corporativo e acelera expansão

% DESENVOLVIMENTO Com modernização de equipamentos, presença internacional ativa e bilhões em investimentos, Estado reforça competitividade e amplia a atração de grandes eventos

GOVERNO DE MINAS
AQUI O TREM PROSPERA.

Com uma estratégia que combina modernização de infraestrutura, presença internacional e ambiente favorável ao investimento privado, Minas Gerais vem ampliando sua participação no mercado de turismo de negócios e consolidando-se como um dos principais destinos corporativos do País. Na vice-liderança no *ranking* nacional do segmento, a expectativa do governo estadual é a de manter o ritmo acelerado de expansão nos próximos anos.

A reativação de ativos estratégicos é um dos pilares desse movimento. A Serraria Souza Pinto, em Belo Horizonte, volta a integrar o portfólio de grandes equipamentos para eventos após ser concedida à iniciativa privada. O espaço passa por obras de modernização e ganhará nova configuração, com áreas destinadas a camarins, bilheteria ampliada, bares e estrutura para operações de *buffet* em seus 4 mil metros quadrados no hipercentro da Capital.

A reabertura ocorre em um cenário de expansão consistente: BH registrou alta de 40% na realização de eventos corporativos em 2024 e projeta crescimento adicional de 20% para 2025 no segmento de feiras e convenções. A cidade concentra alguns dos maiores centros de eventos do Brasil, como o Expominas, o Minascentro e as arenas Mineirão e MRV, e já abriga encontros de grande porte, como a Semana Internacional do Café e a Exposibram, ambos com forte presença estrangeira.

Esse dinamismo se reflete no mercado de trabalho. Entre agosto de 2024 e agosto de 2025, o turismo mineiro registrou crescimento de 0,41% em vínculos formais, alcançando 433.858 postos, segundo dados do Caged ratificados no Observatório do Turismo, *site* da Secretaria Estadual de Cultura e Turismo de Minas Gerais.

Presença em mercados emissores - A política de internacionalização é outro vetor de expansão. Minas intensificou a agenda em feiras e mercados estratégicos, como a Festuris, em Gramado (RS), e a Abav Expo, em Brasília. Na edição mais recente da Abav, a participação mineira resultou em cerca de 150 negócios e movimentação estimada em R$ 20,5 milhões junto aos coexpositores.

Parte desse esforço mira a diversificação geográfica do fluxo turístico. Regiões antes menos representadas, como o Norte de Minas, passaram a ganhar destaque em eventos nacionais, ampliando a vitrine para novos roteiros e oportunidades de investimento.

Investimentos estruturantes - O ambiente de negócios mineiro, que atraiu mais de R$ 500 bilhões em investimentos privados nos últimos anos, sustenta o avanço do segmento. O Aeroporto Internacional de Confins, principal porta de entrada do turismo corporativo, segue em processo de modernização e tem capacidade para receber mais de 30 milhões de passageiros por ano.

Conexões regionais também são fortalecidas por aeroportos de cidades-polo, como Uberlândia, Montes Claros e Juiz de Fora, que suportam o crescimento de mercados internos. Na malha rodoviária, concessões acumulam aportes bilionários, como os R$ 5 bilhões destinados à Via Liberdade, corredor estratégico entre Nova Lima e Rio Casca, com duplicações, terceiras faixas e novas obras de contorno.



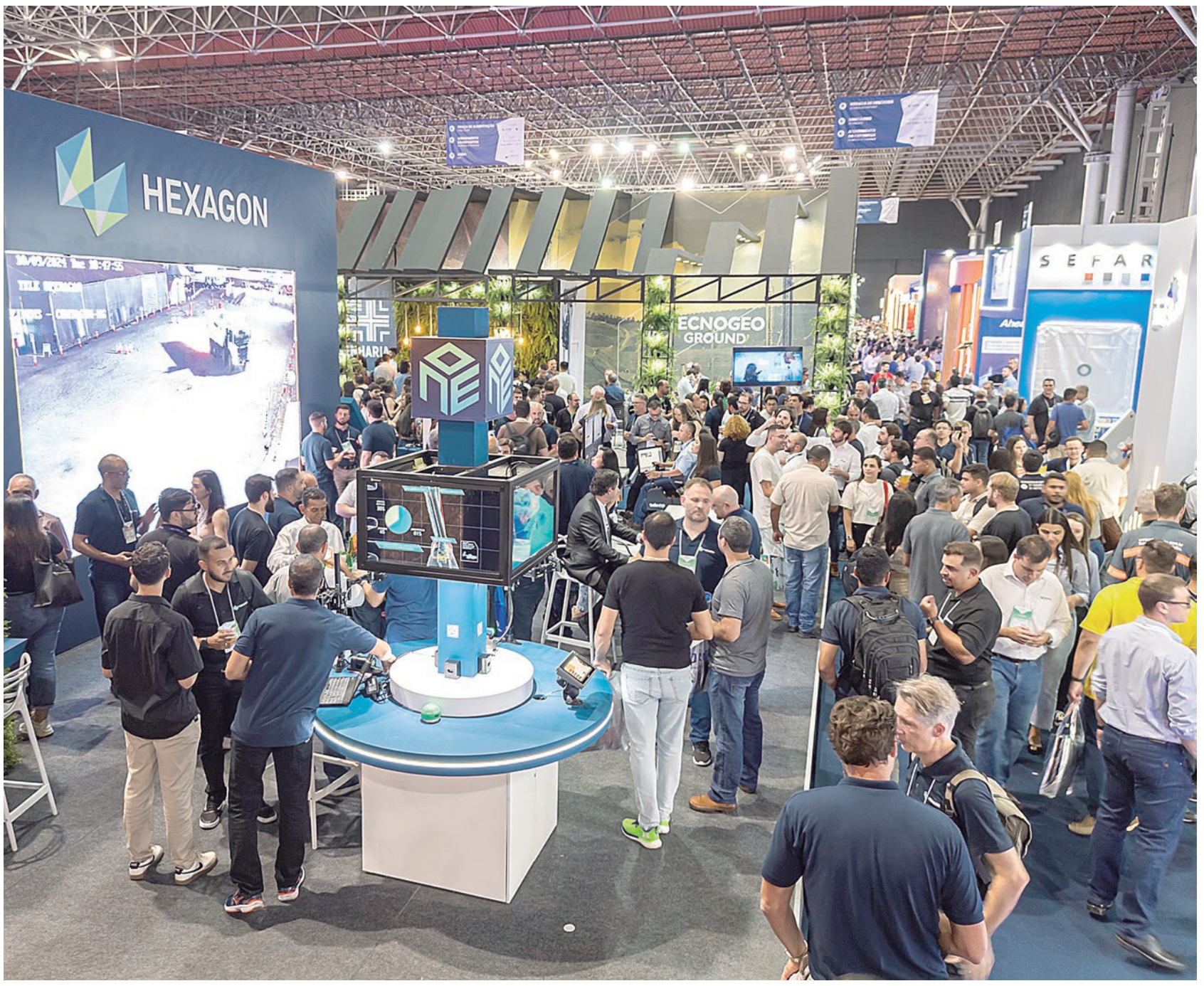
SIC | Vista aérea dos estandes da Semana Internacional do Café (SIC), em Belo Horizonte, que recebe produtores, compradores e marcas de todo o País e do exterior. A feira é, hoje, uma das maiores plataformas de negócios do agronegócio café no Brasil FOTO: DIVULGAÇÃO / SECULT

Interior ganha tração - A diversificação regional impulsiona resultados expressivos no interior. Uberlândia mantém protagonismo no Triângulo Mineiro, enquanto Uberaba consolida a vocação agropecuária com eventos de impacto global, como a ExpoZebu, que rompeu recordes em 2025 com 729 visitantes internacionais, alta de 36% sobre o ano anterior. No Vale do Aço, a base industrial de Ipatinga fortalece a demanda por eventos e encontros empresariais.

O perfil do viajante corporativo amplia o impacto econômico: em estadias médias de três dias, o gasto supera R$ 500, distribuído entre restaurantes (27%), pontos turísticos (25%) e comércio regional (13%). A cultura mineira, com destaque para gastronomia, queijo artesanal e cachaça, reforça a competitividade do destino ao agregar valor à experiência de lazer.

Com infraestrutura robusta, ambiente de negócios aquecido e estratégia ativa de projeção nacional e internacional, Minas Gerais sinaliza que pretende transformar o crescimento atual em um ciclo sustentável de longo prazo no turismo de negócios. %

"Entre agosto de 2024 e agosto de 2025, o turismo mineiro registrou crescimento de 0,41% em vínculos formais, alcançando 433.858 postos, segundo dados do Caged"



EXPOSIBRAM | Movimento intenso nos estandes da Exposibram, uma das principais feiras de mineração da América Latina, realizada em Belo Horizonte. Evento reúne empresas, investidores e público técnico em busca de soluções e novas tecnologias para o setor FOTO: DIVULGAÇÃO / SECULT

Anexo SENAD_compressed (35683144) SEI 08129.003746/2026-88 / pg. 51

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.
Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

SantaCasaBH

Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte CNPJ: 17.209.891/0008-60
Demonstrações Financeiras 2024 / 2023.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 *Em milhares de reais*

ATIVO	NE	2024	2023
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixas	4	70.828	34.350
Contas a receber	5	92.164	81.661
Estoques	6	32.269	20.301
Adiantamentos	9	31.003	23.852
Subvenções governamentais	7	1.446	1.263
Tributos a recuperar	8	131	131
Outros ativos	10	21.430	80.991
		249.271	**242.549**
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Aplicações financeiras	4	1.509	1.509
Tributos a recuperar	8	12.173	10.979
Depósitos judiciais	11	5.289	5.274
Outros ativos	10	9.447	8.825
		28.418	**26.587**
Propriedade para investimentos	12	5.590	5.610
Imobilizado	13	537.483	515.377
Intangível	14	5.182	7.099
		576.673	**554.671**
Total do Ativo		**825.944**	**797.220**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NE	2024	2023
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	15	99.880	81.322
Obrigações sociais e trabalhistas	16	51.018	46.257
Obrigações tributárias	17	12.461	11.695
Empréstimo e financiamento	18	38.409	38.808
Outros passivos	20	34.735	38.638
		236.503	**216.720**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	15	30.786	34.608
Obrigações tributárias	17	14.021	16.207
Subvenções governamentais a realizar	7	54.407	33.033
Empréstimo e financiamento	18	134.018	166.594
Provisões para processos judiciais	19	71.411	5.198
Passivos de contrato	22	8.191	8.686
Obrigações tributárias suspensas	21	26.128	56.213
Outros passivos	20	3.304	5.712
		342.266	**326.251**
		578.769	**542.971**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio Social		254.249	195.894
(Déficits) Superávits acumulados		(7.074)	58.355
		247.175	**254.249**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**825.944**	**797.220**

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado em 31 de dezembro de 2024 *Em milhares de reais*

	NE	2024	2023
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	23	**888.321**	**738.806**
Custo dos serviços prestados	24	(772.281)	(643.914)
RESULTADO BRUTO		**116.040**	**94.892**
Despesas gerais e administrativas	25	(122.243)	(59.449)
Perda esperada por redução ao valor recuperável de contas a receber	5	782	(707)
Outras receitas	26	35.973	48.979
		(85.488)	**(11.177)**
SUPERÁVIT OPERACIONAL		**30.552**	**83.715**
Despesas financeiras	27	(51.644)	(40.910)
Receitas financeiras	28	14.018	15.550
Resultado financeiro		**(37.626)**	**(25.360)**
(DÉFICIT) SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		**(7.074)**	**58.355**

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de dezembro de 2024 *Em milhares de reais*

	NE	2024	2023
(DÉFICIT) SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		**(7.074)**	**58.355**
Outros resultados abrangentes	32	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL		**(7.074)**	**58.355**

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2024 *Em milhares de reais*

	Patrimônio Social	Superávits (Déficits) Acumulados	Total
Saldo em 31.12.22	**148.814**	**47.079**	**195.894**
Incorporação	47.079	(47.079)	-
Superávit do período	-	58.355	58.355
Saldo em 31.12.23	**195.894**	**58.355**	**254.249**
Incorporação	58.355	(58.355)	-
Déficit do período	-	(7.074)	(7.074)
Saldo em 31.12.24	**254.249**	**(7.074)**	**247.175**

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2024 *Em milhares de reais*

	NE	2024	2023
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
(Déficit) Superávit		**(7.074)**	**58.355**
Ajustes por:			
Obrigações Tributárias Suspensas	21	(30.086)	(36.883)
Depreciação e amortização	13/14	10.725	11.030
Provisões para perda esperada por redução ao valor recuperável de contas a receber	5	1.313	2
Provisão para processos judiciais	19	72.610	555
Ajuste a valor presente fornecedor	15	462	4.276
Baixa de imobilizados	13	5.091	4.267
Obsolescência de estoques	6	(3.404)	(240)
Juros provisionados de empréstimo/financiamento	18	25.199	26.617
Superávit ajustado		**74.836**	**67.979**
Redução (aumento) de Ativos			
Contas a receber	5	(11.816)	10.164
Subvenções governamentais	7	(183)	9.155
Impostos a recuperar	8	(1.194)	3.480
Estoques	6	(8.565)	1.945
Adiantamentos	9	(7.151)	(3.648)
Outros ativos	10	58.939	(28.342)
Depósitos judiciais	11	(15)	(9)
Aumento (redução) de Passivos			
Fornecedores	15	14.274	(4.097)
Obrigações sociais e trabalhistas	16	4.762	5.231
Obrigações tributárias	17	(1.419)	2.508
Passivos de contrato	22	(495)	(47)
Subvenções governamentais a realizar		21.374	98
Outras obrigações		(12.710)	680
Juros pagos	18	(20.996)	(21.238)
Fluxo de caixa líquido provenientes das atividades operacionais		**109.641**	**43.859**
Atividade de investimento			
Aquisição de imobilizado	13	(36.006)	(26.766)
Aquisição de intangível	14	-	(81)
Aquisição de investimentos		20	20
Aplicação financeira	4	-	(3)
Caixa aplicado nas Atividades de Investimento		**(35.986)**	**(26.830)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captação de empréstimos/financiamentos	18	9.700	20.073
Amortização de empréstimos/financiamentos	18	(46.877)	(30.822)
Fluxo de caixa aplicado ou utilizado nas atividades de financiamento		**(37.177)**	**(10.749)**
Aumento de caixa e equivalentes		**36.478**	**6.280**
Atividades de financiamento			
Caixa e Equivalentes no início do exercício	4	34.350	28.070
Caixa e Equivalentes ao final do exercício	4	70.828	34.350
Aumento de caixa e equivalentes		**36.478**	**6.280**

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Santa Casa de Belo Horizonte, estabelecida em 21 de maio de 1899, é uma associação civil sem fins lucrativos de natureza filantrópica, reconhecida como utilidade pública pelo Decreto Federal nº 47.778/60. Seu compromisso primordial reside na manutenção de hospitais dedicados ao atendimento de pacientes, com especial enfoque naqueles beneficiados pelo Sistema Único de Saúde - SUS, seja por meio de convênios ou contratos.

A administração da instituição se dá pelo Conselho Deliberativo da Irmandade, colegiado com poder deliberativo, que conta com coordenação própria, e o Provedor, autoridade responsável pela direção executiva e pela sua representação jurídica, eleitos a cada triênio pela Assembleia Geral.

A Santa Casa de Belo Horizonte destaca-se pela amplitude de suas unidades de saúde, compreendendo o Santa Casa BH Hospital de Alta Complexidade 100% SUS, o São Lucas Hospital Particular e Convênios, o Ambulatório Especializado 100% SUS, a Faculdade de Saúde Santa Casa BH, o Assistência Familiar Santa Casa BH - Serviço Funerário e o Instituto Geriátrico Santa Casa BH.

Conforme estabelecido na Lei Complementar Nº 187, de 16 de dezembro de 2021, a Santa Casa BH assume posição de preponderância no segmento de saúde, consolidando-se como instituição filantrópica de relevância. Destaca-se, ainda, pelo seu compromisso integral com o atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS) nas unidades Santa Casa e Ambulatório Especializado, além de oferecer serviços à Saúde Suplementar no Hospital São Lucas.

No exercício de 2024, a Santa Casa obteve isenção tributária no montante de R$ 98.833 mil, conforme detalhamento a seguir:

Descrição	2024	2023
INSS Patronal - Alíquota 20%	78.409	54.597
INSS sob Seguro - Alíquota 2%	7.841	5.397
INSS Outras Entidades (Terceiros) - Alíquota 5,8%	12.583	15.651
Total	**75.810**	**75.645**

2. Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os Padrões Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* – IFRS) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, além de considerarem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC's") e as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros. A Instituição preparou as demonstrações financeiras partindo do pressuposto de continuidade operacional. Adicionalmente, a Instituição considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. Antes da submissão das Demonstrações Financeiras para os órgãos de administração, os demonstrativos são apresentados e aprovados pela Diretoria da instituição, pelo Núcleo de Direção Superior (NDS). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo NDS em 09 de setembro de 2025.

2.2 Moeda funcional

As demonstrações financeiras estão expressas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Instituição. A Santa Casa não possui ativos nem passivos em moeda estrangeira.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração fez julgamentos e estimativas sobre o futuro, incluindo riscos e oportunidades relacionadas ao clima, que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir das estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua sendo consistentes com o gerenciamento de riscos da instituição e com os compromissos relacionados ao clima, quando apropriado. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil requerem que a Administração utilize julgamento na aplicação das práticas contábeis, bem como estime valores de ativos, passivos, receitas e despesas. É inerente a qualquer processo de estimativa a ocorrência de diferenças entre os valores estimados e os valores reais. As estimativas e premissas são revisadas continuamente. As revisões em relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e nos períodos futuros afetados.

Informações sobre premissas e incertezas associadas às estimativas e julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis, que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

• **Nota explicativa 5 -** Contas a receber - Provisão para perda esperada créditos de liquidação duvidosa: mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber.

• **Nota explicativa 6 -** Estoques, teste de redução ao valor recuperável líquido e análise de obsolescência.

• **Nota explicativa 13 -** Imobilizado - Vida útil do ativo imobilizado: a administração da Instituição possui a avaliação da vida útil e valor residual de seu ativo imobilizado realizado por empresa especializada que é anualmente revisado.

• **Nota explicativa 19 -** A Instituição acompanha permanentemente suas contingências judiciais por meio de sistema informatizado, no qual são registrados e atualizados os processos em conformidade com a sua evolução processual. As análises são realizadas de forma periódica, considerando a fase em que cada processo se encontra, bem como, avaliação dos advogados. Em atendimento ao disposto no CPC 25 (IAS 37) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, são reconhecidas provisões apenas para as demandas em que a perda é classificada como provável e cujo valor pode ser mensurado com suficiente confiabilidade. Os processos avaliados como de perda possível não são objeto de provisão, sendo divulgados em nota explicativa quando relevantes, enquanto aqueles considerados de perda remota não são objeto de divulgação.

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção do seguinte item:

• propriedades para investimento mensuradas pelo valor justo. Conforme descrito na nota explicativa nº 12.

2.5 Ajustes imateriais para fins de melhor apresentação nos valores correspondentes

Para melhor apresentação, foram identificadas reclassificações em determinadas rubricas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (valores correspondentes), com o objetivo e padronização as normas internacionais de contabilidade. Sendo assim, as demonstrações financeiras foram ajustadas e estão sendo reapresentadas, conforme Pronunciamento Técnico CPC 23/IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro.

Os ajustes identificados não produziram impactos materiais no balanço patrimonial, demonstrações de resultado abrangente, demonstrações das mutações do patrimônio líquido e demonstrações do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. As tabelas a seguir demonstram os impactos das reclassificações realizadas:

(i) Balanço Patrimonial

31 de dezembro de 2023

Em milhares de Reais

	Anteriormente apresentado	Ajustes imateriais	Reapresentado
Passivo circulante			
Ressarcimento ao Sistema Único de Saúde - SUS	1.011	(1.011)	
Outras exigibilidades	37.627	(37.627)	-
Outros passivos	-	38.638	38.638
Total	**38.638**	**-**	**38.638**
Passivo não circulante			
Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos – PROSUS e BH Mais Saúde	56.213	(56.213)	-
Ressarcimento ao Sistema Único de Saúde - SUS	3.025	(3.025)	-
Outras exigibilidades	2.688	(2.688)	-
Provisões para contingências	5.198	(5.198)	-
Receitas diferidas	8.686	(8.686)	-
Provisões para processos judiciais	-	5.198	5.198
Passivo de contrato	-	8.686	8.686
Obrigações tributárias – Suspensas	-	56.213	56.213
Outros passivos	-	5.713	5.713
Total	**75.810**	**-**	**75.810**

(ii) Demonstração do superávit

31 de dezembro de 2023

Em milhares de Reais

	Anteriormente apresentado	Ajustes imateriais	Reapresentado
Despesas gerais e administrativas	(54.236)	(5.213)	(59.449)
Reversões (provisões) de contingências	(5.213)	5.213	-
Receita PROSUS e Programa BH Mais Saúde	39.920	(39.920)	
Outras receitas	9.059	39.920	48.979
	(10.470)	**-**	**(10.470)**

A reapresentação dos valores correspondentes de 2023 não impactou outros resultados abrangentes ou as atividades operacionais, de investimento e financiamento do fluxo de caixa.

3. Políticas contábeis materiais

A instituição aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

Além disso, a instituição adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e ao IFRS Practice Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas".

3.1 Receitas operacionais

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

A Instituição reconhece a receita quando transfere o controle sobre serviço aos seus clientes, estes obtêm controle quando os serviços são prestados. Neste momento há o cumprimento da obrigação de desempenho.

Tipo de serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Receita de Serviços hospitalares e ambulatorial – SUS	A obrigação se cumpre no momento da alta hospitalar do paciente, as condições de pagamento, ocorrem após a validação dos valores faturados contra a Secretaria Municipal de Saúde - SMSA, e com os vencimentos de 30 a 90 dias, conforme contrato celebrado. Através da anuência da SMSA ocorre a Cessão de Créditos para prestadores de serviço médico e fornecedores de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME) que ajustam o valor a receber pela a instituição, repassando o recurso apurado na receita e identificado em instrumento específico de cobrança à um terceiro.	As receitas e custos vinculados a operação, inclusive a cessão de crédito são reconhecidos no momento da prestação do serviço. Ainda sobre a cessão de crédito, destaca-se que a mesma é regulamentada conforme Portaria de Consolidação Nº 6 de 28 de Setembro de 2017.
Receita de serviços hospitalares e ambulatorial – Convênio	A obrigação se cumpre no momento alta hospitalar do paciente, as condições de pagamento, ocorrem após a validação dos valores faturados contra os Convênios em que se mantém contrato de prestação de serviços.	As receitas e custos vinculados a operação, são reconhecidos no momento da prestação do serviço.
Receita serviços funerários	A obrigação se cumpre no momento da finalização/ entrega do serviço ao cliente, e as condições de pagamento seguem as diretrizes pactuadas entre as partes, variando seus vencimentos de 45 a 60 dias, exceto para as vendas cujo pagamentos ocorrem à vista ou antecipado.	As receitas e custos vinculados a operação, são reconhecidos no momento da prestação do serviço.
Receita ensino e pesquisa	A obrigação se cumpre na efetivação/pagamento da matrícula pelo contratante, e as condições de pagamento seguem as diretrizes da formalização contratual entre as partes, com seus vencimentos entre 5 e 10 dias.	As receitas e custos vinculados a operação, são reconhecidos no momento da prestação do serviço.
Doações financeiras	Acontecem através de depósitos bancários, transferências ou pagamento de boletos, destaque-se que não ocorre obrigações entre as partes envolvidas.	Apurado pelo regime de regime de caixa, ou seja, no seu efetivo recebimento.

3.2 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem, basicamente, as receitas de juros sobre aplicações financeiras, descontos obtidos e juros cobrados por inadimplência de clientes. As despesas financeiras abrangem, basicamente, as despesas com juros sobre empréstimos. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

3.3 Instrumentos financeiros

A Instituição classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Instituição classifica passivos financeiros não derivativos na categoria custo amortizado.

Reconhecimento e mensuração inicial

Os instrumentos financeiros, os títulos e valores mobiliários e os títulos de dívida são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Instituição se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros ou Passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR (Valor justo por meio do resultado).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

• É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

• Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou são classificados como ao VJR. Atualmente a Santa Casa não possui ativos financeiros mensurados aos valores justos por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).

Anexo SENAD_compressed (35683144) SEI 08129.003746/2026-88 / pg. 52

Aos Conselheiros e Diretores da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte - Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Casa de Misericórdia (Instituição), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 10 de outubro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC SP-014428/O-6 F-MG

Fabricio Cristiano Viana - Contador CRC MG-090199/O-2

Santa Casa BH

Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte CNPJ: 17.209.891/0008-60
Demonstrações Financeiras 2024 / 2023.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Instituição realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido, porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

• As políticas e objetivos estipulados e o funcionamento prático dessas políticas;

• Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Santa Casa;

• Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

• A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

• Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Instituição considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Instituição considera:

• Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;

• Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;

• Os termos que limitam o acesso da Santa Casa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no não reconhecimento é registrado no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no não reconhecimento também é registrado no resultado.

Não reconhecimento (Desreconhecimento)

Ativos financeiros

A Instituição deixa de reconhecer um ativo financeiro quando expiram os direitos contratuais sobre seus fluxos de caixa ou quando esses direitos são transferidos em transação na qual ocorre, substancialmente, a transferência de todos os riscos e benefícios da titularidade. Da mesma forma, a baixa é realizada quando a Instituição não transfere nem retém substancialmente tais riscos e benefícios, e também não mantém o controle sobre o ativo financeiro.

Santa Casa realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos.

Nesses casos, os ativos financeiros são reconhecidos.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação, que é a data na qual a Instituição se torna parte das disposições contratuais do investimento. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos.

A Instituição não reconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Santa Casa também não reconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No não reconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Os passivos financeiros da Instituição estão representados relevantemente pelos empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras obrigações.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Instituição tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos

A Instituição não possuía em 31 de dezembro de 2024 e 2023 nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos, incluindo operações de hedge.

Instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros créditos, empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras obrigações, que são avaliados com base no custo amortizado.

Análise do valor de recuperação de ativos

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não monetários (imobilizado) são revistos a cada data de apresentação das demonstrações financeiras para apurar se há indicação de perda no seu valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Os fatores considerados pela Instituição incluem resultados operacionais de curto prazo, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos.

Nenhuma evidência de irrecuperabilidade foi registrada nos períodos apresentados.

Ativos financeiros

Um ativo financeiro é avaliado a cada data de reporte para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se existir uma evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou o atraso no pagamento por parte do devedor ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

3.4 Caixa e equivalentes a caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Instituição na gestão das obrigações de curto prazo. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

3.5 Contas a receber

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor nominal dos títulos, ajustados a valor presente, quando aplicável. A avaliação da administração considera o histórico do cliente, a situação financeira e a posição dos assessores jurídicos quanto ao recebimento desses créditos para constituição das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa segundo determina o CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

O cálculo do valor presente, quando aplicável, é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente do contas a receber de clientes é contra a receita bruta no resultado. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira e será apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

A despesa com a constituição e reversão das perdas de créditos esperada é destacada em linha separada na demonstração do resultado.

As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa são constituídas em um montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

3.6 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

A Instituição efetua a avaliação da necessidade de provisão para perda de estoque e obsolescência a partir de controles de vencimentos de seus itens estocados de acordo com ciclo de sua utilização, identificando-os de forma separada dos demais e acompanhando através de relatórios o perfil de seu consumo. Destaca-se que este controle é realizado para os itens que estão com seu prazo de validade a 60 dias do seu encerramento.

3.7 Subvenção e assistência governamentais

Subvenções governamentais relacionadas a ativos são reconhecidas inicialmente como receitas diferidas pelo seu valor justo, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que a Instituição irá cumprir as condições associadas com a subvenção. As subvenções relacionadas a aquisição de ativos são reconhecidas no resultado como 'Outras Receitas', em uma base sistemática ao longo da vida útil do ativo.

As subvenções que visam compensar a Instituição por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como 'Outras Receitas' em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são registradas, a menos que as condições para o recebimento da subvenção sejam atendidas após o reconhecimento das despesas relacionadas. Nesse caso, a subvenção é reconhecida quando se torna recebível. As Subvenções Governamentais aplicáveis para a Instituição são reconhecidas de acordo com sua natureza:

Subvenção para custeio

Reconhecida inicialmente como adiantamento no passivo, na rubrica "Subvenção para custeio", e apropriada como receita quando é efetivado o consumo dos materiais médicos e medicamentos.

Subvenção para investimento

Refere-se a subvenção para a aquisição de bens que serão de propriedade da Santa Casa. É reconhecida inicialmente como adiantamento no passivo, na rubrica "Subvenção para investimento", e apropriada como receita ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos, adicionalmente, o bem adquirido é contabilizado como ativo imobilizado e depreciado pela sua vida útil normal estimada.

3.8 Propriedades para investimentos

A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado.

Quando uma propriedade para investimento anteriormente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

A receita de aluguel de propriedades para investimento é reconhecida como outras receitas pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos concedidos são reconhecidos como parte integrante da receita total de aluguel, durante o prazo do arrendamento.

3.9 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada.

Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, e classificados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Instituição e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens a vida útil econômica calculada através de laudo confeccionado por empresa especializada. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os valores de recuperação dos ativos imobilizados da Instituição, através de suas operações futuras, são periodicamente acompanhados com o objetivo de verificar se o valor de recuperação está inferior ao valor líquido contábil. Quando isto ocorre, o valor líquido contábil é ajustado ao valor de recuperação. A avaliação de impairment dos ativos e revisão da vida útil é realizada anualmente pela Santa Casa ou em tempo inferior quando necessário. Atualmente é realizado a vida útil fiscal como forma de reconhecimento da depreciação.

3.10 Intangível

Reconhecimento e mensuração

Os ativos são adquiridos separadamente e sua mensuração é pelo custo histórico de aquisição ou elaboração, deduzido da amortização acumulada.

Amortização

A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens a vida útil econômica calculada através de laudo confeccionado por empresa especializada. A amortização é reconhecida no resultado. Itens são amortizados a partir do momento que o ativo está em condição de uso.

3.11 Benefícios a empregados de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal mensalmente, sendo o passivo reconhecido pelo montante do pagamento esperado aos funcionários. A Instituição não possui benefícios pós-emprego.

3.12 Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no pronunciamento aplicável, que apresenta os seguintes conceitos:

• **Ativos contingentes** – Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando a Instituição possui total controle do processo de realização financeira do ativo ou quando existem garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.

• **Passivos contingentes** – São contabilizados com base na avaliação dos consultores jurídicos da Santa Casa, considerando a natureza das ações, a existência de processos anteriores, o posicionamento dos tribunais e a complexidade da causa, sempre que (i) a perda for avaliada como provável; (ii) os valores possam ser mensurados com suficiente segurança; e (iii) haja a perspectiva de uma provável saída de recurso. Para as perdas classificadas como possíveis, os passivos não são contabilizados, devendo ser divulgados em nota explicativa. As perdas consideradas como remotas não são registradas nem divulgadas.

3.13 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Instituição tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.14 Arrendamentos

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

• Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É mensurado novamente quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Instituição alterar sua avaliação, se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é mensurado novamente dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Instituição avalia os ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "Direito de Uso" e passivos de arrendamento em "Arrendamentos a Pagar" no balanço patrimonial.

3.15 Passivo tributário

Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos – PROSUS

Quanto ao passivo da instituição vinculado o Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que atuam na Área da Saúde e que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde – PROSUS, a Instituição segue os procedimentos estabelecidos pela lei 12.873 de 25 de outubro de 2013, sendo avaliados constantemente pela administração da Instituição.

3.16 Passivos de contrato

Um passivo de contrato é reconhecido se um pagamento for recebido ou um pagamento é devido (dentre estes, o que ocorrer antes) de um cliente antes que a Instituição transfira bens ou serviços relacionados. Os passivos de contrato são reconhecidos como receita quando a Instituição cumpre as obrigações previstas no contrato (a transferência do controle dos bens ou serviços ao cliente).

3.17 Patrimônio social

A Instituição segue as diretrizes do artigo 79 de seu estatuto, que obriga a utilização integral de suas rendas, recursos e eventuais resultados operacionais na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais no território nacional.

3.18 Transações e saldos em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Instituição pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

3.19 Novas normas emitidas, mas ainda não vigentes

Uma série de novas normas tornaram-se efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024, no entanto não houve efeitos relevantes para as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024.

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements* (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) -

Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas só entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Instituição está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

• IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

• Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

• O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

• Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Instituição.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

• Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Instituição.

• Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

• Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa.

O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Instituição.

4. Caixa, equivalentes de Caixa e aplicações financeiras de longo prazo

4.1 Caixa e equivalentes de caixa

Representam os recursos em moeda corrente, contas bancárias e aplicações financeiras, a saber:

	2024	2023
Caixas e bancos	6.253	818
Aplicações financeiras de curto prazo	64.575	33.532
Total de caixa e equivalente de caixa	**70.828**	**34.350**

As aplicações financeiras são consideradas como equivalente de caixa por serem de liquidez imediata e não apresentam risco de perda de valor significativo no momento de seu resgate. A Santa Casa possui aplicações financeiras de liquidez imediata vinculadas ao CDI nos bancos Bradesco, Caixa Econômica Federal, Santander, Banco de Brasil e SICOOB com rendimentos de 11,03% a.a. em 2024 e em 2023 de 12,95% a.a.

4.2 Aplicações financeiras de longo prazo

A Instituição detém títulos de capitalização nas instituições financeiras Bradesco S/A e SICOOB CREDICOM, classificados no ativo Realizável a Longo Prazo, no montante de R$ 1.509 mil em 2024 (mesmo valor em 2023). Tais títulos foram adquiridos com o objetivo de fortalecer o relacionamento com instituições financeiras (reciprocidade bancária) e obter condições mais vantajosas em operações, como a redução de taxas de juros. Esses instrumentos não atendem aos critérios para classificação como caixa ou equivalentes de caixa, conforme definido pelo Pronunciamento Técnico IAS 7 / CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

5. Contas a receber

As contas a receber são provenientes da prestação de serviços, cujos saldos podem ser assim demonstrados:

	2024	2023
▪ Sistema Único de Saúde - SUS (a)	78.593	65.969
▪ Convênios (b)	16.341	18.400
▪ Ensino e Pesquisa (c)	12.798	12.054
▪ Serviço Funerário e Plano de Funerária (d)	413	2.403
▪ Particulares (b)	1.464	1.358
▪ Cartões a Receber	3.061	3.127
▪ Cheques a Receber	579	748
Subtotal	**113.249**	**104.059**
▪ Provisão para perda esperada	(21.085)	(22.398)
Total	**92.164**	**81.661**

(a) O saldo a receber por prestação de serviços ao Sistema Único de Saúde, os quais podem ser demonstrados da seguinte forma:

	2024	2023
SUS - Sistema Único de Saúde - Produção*	**40.828**	**25.029**
Produção Hospitalar.	33.004	19.581
Produção Ambulatorial.	7.824	5.448
SUS - Sistema Único de Saúde – Incentivos	**37.765**	**40.939**
Incentivo Desempenho Hospitalar Ministério da Saúde	3.034	3.034
Incentivo Ministério da Saúde	15.629	13.355
Incentivo Secretaria Municipal de Saúde	16.122	14.946
Incentivo Secretaria Estadual de Saúde	2.980	9.605
Total	**78.593**	**65.969**

(*) Os valores registrados nas contas a receber referem-se à prestação de serviços contratuais junto à Secretaria Municipal de Saúde, realizados de acordo com o Plano Operativo e faturados conforme o instrumento de cobrança do Sistema Único de Saúde (SUS). Esses valores representam a produção hospitalar e ambulatorial, sendo parte de uma parceria contínua para atender às necessidades de saúde da população.

(b) Composto, principalmente, da prestação de serviço de assistência à saúde pelo São Lucas Hospital Particular e Convênios a operadoras de planos de saúde e particulares.

(c) Mensalidades dos cursos de mestrado, graduação, pós-graduação e técnico oferecidos pela Faculdade de Saúde Santa Casa BH.

(d) Prestação de serviços e plano funerário realizados pelo Assistência Familiar Santa Casa BH - Serviço Funerário.

Em 31 de dezembro de 2024, a abertura das contas a receber por idade de vencimento era composta como segue:

	2024	2023
A vencer	88.378	61.168
Até 30 dias	1.713	1.948
De 31 a 90 dias	5.548	1.361
De 91 a 180 dias	610	2.444
Acima de 180 dias	17.000	37.138
Total	**113.249**	**104.059**

A movimentação da provisão para perda de créditos esperada está demonstrada a seguir:

	2024	2023
Saldo inicial	**22.398**	**22.396**
Adições	782	707
Reversão de provisão	(2.095)	(705)
Saldo final	**21.085**	**22.398**

6. Estoques

	2024	2023
Medicamentos (a)	18.067	10.295
Órteses e Próteses	6.702	6.764
Materiais Médico Hospitalares	5.638	4.258
Gêneros Alimentícios e Correlatos	93	66
Materiais de Hotelaria	200	250
Materiais de Manutenção	360	678
Materiais de Escritório e Suprimentos De Informática	494	581
Materiais e Equipamentos de Segurança do Trabalho	138	218
Materiais de Funerária	76	333
Outros	895	656
(-) Provisão Perda Estoque	(394)	(3.798)
Total	**32.269**	**20.301**

(a) Destaca-se sobre a variação de estoques de medicamentos em que houve em 2024, algumas movimentações sazonais e que justificam o aumento observado de 2023 para 2024, que seguem descritas: (i) estruturação do Centro de Distribuição (CD); (ii) efeitos inflacionários nos insumos; (iii) aumento do volume de produção; e (iv) movimentação de gases medicinais.

A Instituição efetuou a avaliação da necessidade de provisão para perda de estoque e obsolescência.

	2023	Reversão	Provisão	2024
(-) Provisão para perda de Estoque	(3.798)	3.750	(346)	(394)

	2022	Reversão	Provisão	2023
(-) Provisão para perda de Estoque	(4.037)	1.844	(1.605)	(3.798)

7. Subvenções governamentais

A Instituição reconhece contabilmente apenas aquelas emendas e convênios que já tiveram seus termos assinados, empenhados e publicados na imprensa oficial. Todos os projetos referentes às emendas foram devidamente cadastrados no Portal de Convênios - SICONV, do Governo Federal, e no Sistema de Gestão de Convênio - SIGCON do Estado de Minas Gerais.

Segue abaixo a demonstração dos valores a receber referentes a tais benefícios:

	2024	2023
Emendas Federais	1.016	1.166
Emendas Estaduais	50	50
Convênios Estaduais	338	-
Recursos Fapemig	42	47
Total	**1.446**	**1.263**

Em conformidade com o IAS 20 / CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais, a Santa Casa mantém registrado em seu passivo os montantes correspondentes a:

• Subvenções recebidas e que a Instituição ainda não tenha atendido os requisitos para reconhecimento da receita; e

• Relacionada a ativos, que será apropriada como receita na mesma proporção da depreciação destes.

Os montantes registrados no passivo da Instituição podem ser assim demonstrados:

	2024	2023
Emendas Federais	28.832	24.589
Emendas Estaduais	9.435	5.183
Emendas Municipais	10.664	2.216
Convênios E Resoluções	5.476	1.045
Total	**54.407**	**33.033**

8. Impostos a recuperar

	2024	2023
PIS – repetição de indébito (a)	12.173	10.979
Outros	131	131
Total	**12.304**	**11.110**

	2024	2023
Curto Prazo	131	131
Longo Prazo	12.173	10.979
Total	**12.304**	**11.110**

(a) Em 2018 houve a publicação da sentença da Ação Judicial movida pela Santa Casa contra a União Federal, processo 0066754-43.2016.4.01.3800 , alegando a inexistência de relação jurídica tributária que a obrigue a recolher a contribuição ao PIS, reconhecendo:

• A imunidade da Santa Casa;

• A não obrigatoriedade do recolhimento do PIS sobre a Folha de Pagamentos; e

• O indébito tributário, ou seja, o direito de compensar os pagamentos indevidos realizados nos últimos 5 anos.

Contudo, não foi solicitada a compensação do valor do tributo deferido em sentença junto à Receita, tendo em vista que a União Federal apresentou recurso de Apelação para a reforma da decisão. O processo foi remetido ao TRF e encontra-se concluso pendente de julgamento.

9. Adiantamentos

Os saldos referem-se, predominantemente, a adiantamentos efetuados a fornecedores, destinados à aquisição de equipamentos, insumos hospitalares, medicamentos, gases medicinais, entre outros itens necessários à operacionalização das atividades. Incluem-se também os valores antecipados a título de benefícios trabalhistas, como auxílio-transporte e auxílio-alimentação.

	2024	2023
Equipamento	6.196	6.100
Folha de pagamento (a)	12.555	9.891
Materiais médicos e medicamentos	6.815	5.205
Peças e acessórios	471	582
Prestação de Serviços	4.966	2.074
Total	**31.003**	**23.852**

(a) Há impacto nos saldos da folha salários, decorrente do acordo coletivo celebrado em 2024, que impactou no reajuste de 5,7% no ano e também devido às movimentações de quadro em que também justificam este aumento;

10. Outros ativos

10.1 Curto prazo

	2024	2023
Processos Cíveis – Precatório (a)	-	61.060
Fornecedores a recuperar	3.444	6.586
Aluguéis a receber	83	86
Empréstimos mat. médico	15.555	9.531
Planos de saúde - Contratado	1.363	1.363
Outras	1.103	2.483
Subtotal	**21.548**	**81.109**
PECLD - Valor a receber Aluguéis (b)	(118)	(118)
Total	**21.430**	**80.991**

(a) Destaca-se que em 2024 houve o recebimento de precatório pela Instituição.

(b) A movimentação da provisão para perda de créditos esperada está demonstrada a seguir:

	2024	2023
Saldo inicial	118	118
Adições	-	-
Reversão de provisão	-	-
Saldo final	**118**	**118**

10.2 Longo prazo

	2024	2023
▪ Antecipação de recebíveis de atendimentos judicializados HSL	1.116	494
▪ Saldo a Receber de Recursos Públicos (Emendas e Projetos) (a)	8.046	8.046
▪ Recebíveis de processos judiciais	155	155
▪ Aluguéis a receber	130	130
Subtotal	**9.447**	**8.825**

Anexo SENAD_compressed (35683144) SEI 08129.003746/2026-88 / pg. 53

Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte CNPJ: 17.209.891/0008-60
Demonstrações Financeiras 2024 / 2023.

(a) Refere-se a convênio estadual cujo termo de cooperação foi firmado entre as partes. Contudo, em decorrência do estado de calamidade financeira declarado pelo órgão concedente em 2018, a instituição proponente notificou extrajudicialmente a matéria com o objetivo de assegurar a continuidade da execução do referido termo.

11. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais correspondem a valores financeiros que estão sob a guarda do Juízo, destinados a garantir a execução de ações cíveis e trabalhistas em andamento. Não houve movimentação relevante durante o exercício.

	2024	2023
Depósitos e bloqueios judiciais	5.289	5.274
Total	**5.289**	**5.274**

12. Propriedades para investimentos

As edificações e terrenos são mantidos pela Instituição com o propósito de geração de receita por meio de locação e mensurados pelo custo de aquisição. Estes ativos são apresentados da seguinte forma:

		2024			2023		
Descrição	**Vida útil**	**Custo**	**Depreciação**	**Líquido**	**Custo**	**Depreciação**	**Líquido**
▪ Terrenos	Ilimitada	3.120	-	3.120	3.120	-	3.120
▪ Edificações	35 anos	2.925	(455)	2.470	2.925	(435)	2.490
Total		**6.045**	**(455)**	**5.590**	**6.045**	**(435)**	**5.610**

13. Imobilizado

O ativo imobilizado da instituição apresenta a seguinte vida útil:

Descrição	**Vida útil**	**Taxa vida útil**
Edif. e benfeitorias	35 anos	4%
Equipa. Hospitalares	10 anos	10%
Equipa. de informática	5 anos	20%
Máquinas e equipa.	10 anos	10%
Móveis e utensílios	5 anos	20%
Veículos	5 anos	20%
Obra de Arte	Ilimitado	Ilimitado
Terrenos	Ilimitado	Ilimitado

O ativo imobilizado da Instituição apresenta a seguinte composição:

		2024			2023
Descrição	**Taxa Depreciação**	**Custo**	**Depreciação**	**Líquido**	**Líquido**
Edif. e benfeitorias	4%	223.518	(51.293)	172.225	172.558
Equipa. hospitalares	10%	81.522	(49.812)	31.710	35.662
Equipa. de informática	20%	3.724	(3.217)	507	887
Máquinas e equipa.	10%	8.266	(4.791)	3.475	3.072
Móveis e utensílios	10%	10.156	(6.278)	3.878	3.571
Veículos	20%	1.314	(1.119)	195	321
Obra de Arte	Ilimitada	510	-	510	567
Terrenos	Ilimitada	262.181	-	262.181	262.181
Obras em andamento	N/A	42.395	-	42.395	27.813
Adiant. fornecedores	N/A	898	-	898	689
Outras Imobilizações	N/A	19.509	-	19.509	8.056
Total		**653.994**	**(116.510)**	**537.483**	**515.377**

		2023			2022
Descrição	**Taxa Depreciação**	**Custo**	**Depreciação**	**Líquido**	**Líquido**
Edif. e benfeitorias	4%	223.025	(50.467)	172.558	174.718
Equipa. hospitalares	10%	79.362	(43.700)	35.662	39.534
Equipa. de informática	20%	3.887	(3.000)	887	953
Máquinas e equipa.	10%	7.111	(4.039)	3.072	3.358
Móveis e utensílios	20%	9.073	(5.502)	3.571	4.200
Veículos	20%	1.314	(993)	321	358
Obra de Arte	-	567	-	567	567
Terrenos	-	262.181	-	262.181	262.181
Obras em andamento	N/A	27.813	-	27.813	13.585
Adiant. fornecedores	N/A	689	-	689	149
Outras Imobilizações	N/A	8.056	-	8.056	2.387
Total		**623.078**	**(107.701)**	**515.377**	**501.990**

A movimentação do imobilizado no período foi a seguinte:

Imobilizado		**2023**	**Adições**	**Depreciação**	**Baixa**	**Transf.**	**2024**
Edificações e Benfeitorias	4%	172.558	493	(825)	-	-	172.225
Equip. Hospitalares	10%	35.662	6.350	(6.112)	(4.190)	-	31.710
Equipamentos Informática	20%	887	367	(217)	(530)	-	507
Máquinas e Equipamentos	10%	3.071	1.233	(752)	(78)	-	3.475
Móveis e Utensílios	20%	3.571	1.376	(777)	(293)	-	3.878
Veículos	20%	322	-	(126)	-	-	195
Obras de Arte	-	567	(57)	-	-	-	510
Terrenos	-	262.181	-	-	-	-	262.181
Obras em andamento	N/A	27.813	14.582	-	-	-	42.395
Outras Imobilizações	N/A	8.745	11.662	-	-	-	20.408
Total Geral		**515.377**	**36.006**	**(8.808)**	**(5.091)**	**-**	**537.483**

Imobilizado		**2022**	**Adições**	**Depreciação**	**Baixa**	**Transf.**	**2023**
Edificações e Benfeitorias	4%	174.713	-	(2.160)	-	-	172.558
Equip. Hospitalares	10%	39.535	4.470	(4.663)	(3.680)	-	35.662
Equipamentos Informática	20%	955	923	(458)	(530)	-	887
Máquinas e Equipamentos	10%	3.360	522	(787)	(22)	-	3.071
Móveis e Utensílios	20%	4.200	323	(918)	(34)	-	3.571
Veículos	20%	358	90	(126)	-	-	322
Obras de Arte	-	567	-	-	-	-	567
Terrenos	-	262.181	-	-	-	-	262.181
Obras em andamento	N/A	13.584	14.228	-	-	-	27.813
Outras Imobilizações	N/A	2.388	6.209	-	-	-	8.745
Total Geral		**501.990**	**26.765**	**(9.112)**	**(4.266)**	**-**	**515.377**

14. Intangível

O Intangível pode ser assim demonstrado:

		2024			2023
Descrição	**Taxa amort.**	**Custo**	**Amortização**	**Líquido**	**Líquido**
Softwares Implantados	-	15.975	(10.793)	5.182	7.099

		2023			2022
Descrição	**Taxa amort.**	**Custo**	**Amortização**	**Líquido**	**Líquido**
Softwares Implantados	4%	15.975	(8.878)	7.097	8.936

A movimentação do período foi a seguinte:

Intangível	**dez/23**	**Adições**	**Amortização**	**Baixa**	**dez/24**
Softwares Implantados	7.099	-	(1.917)	-	5.182

Intangível	**dez/22**	**Adições**	**Amortização**	**Baixa**	**dez/23**
Softwares Implantados	8.936	81	(1.918)	-	7.099

15. Fornecedores

Referem-se a bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário dos negócios, sendo os valores classificados como passivos circulantes, se devidos no período de até doze meses, e após esse prazo são apresentados no passivo não circulante.

	2024	2023
Fornecedores	135.083	120.809
(-) ajuste a valor presente	(4.417)	(4.879)
Total	**130.666**	**115.930**

	2024	2023
Circulante	99.880	81.322
Não circulante	30.786	34.608
Total	**130.666**	**115.930**

Apresenta-se na sequência a projeção dos pagamentos previstos aos fornecedores de longo prazo, abrangendo os próximos anos. Esta análise tem como objetivo fornecer uma visão clara e precisa sobre os compromissos financeiros futuros da Instituição, permitindo um melhor planejamento e gestão financeira.

	2026	2027	2028	Demais anos	Total
Fornecedores Não circulante	5.840	3.372	3.372	18.202	30.786

16. Obrigações sociais e trabalhistas

	2024	2023
Obrigações trabalhistas	12.531	11.059
Encargos Sociais	38.487	35.197
Total	**51.018**	**46.257**

17. Obrigações tributárias

O saldo abrange tributos correntes, bem como débitos de parcelamentos de FGTS e ISSQN que não foram incluídos no PROSUS, na sequência é possível visualizar de forma detalhada esses tributos:

	2024		2023	
	Circulante	**Não circulante**	**Circulante**	**Não circulante**
INSS	177	-	49	-
IRRF	364	-	210	-
ISSQN Parcelamento (a)	5.407	6.805	5.407	11.665
ISSQN Corrente	3.487	-	4.330	-
PIS	824	-	413	-
Outros Parcelamentos	2.202	7.216	1.286	4.542
Total	**12.461**	**14.021**	**11.695**	**16.207**

A Instituição apresenta o cronograma de vencimentos de seus parcelamentos para os próximos anos:

	2026	**2027**	**2028**	**Demais exercícios**
ISSQN – Parcelamento	3.547	3.333	2.714	429
Outros parcelamentos	1.238	1.653	795	311
Total	**4.785**	**4.986**	**3.509**	**740**

(b) Principalmente composta por débitos relacionados a três termos de verificação fiscal - 13.615.19.044682A, 13.615.19.044685A e 13.615.19.044688 - originados do saldo devedor do ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) referente ao período de 2014 a 2019, a situação financeira da Santa Casa é impactada. Em 2022, a instituição aderiu ao Programa BH Mais Saúde, que visa liquidar esses débitos por meio da prestação de serviços vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS) pela Santa Casa, com uma remuneração diferenciada, conforme estipulado pelo artigo 27 da Lei nº 10.082, de 12 de janeiro de 2011. Importante dizer que, em 2024, essa iniciativa resultou em uma economia de R$3 milhões no ano para a Santa Casa.

18. Empréstimos e Financiamentos

As operações realizadas pela Instituição em 2023, notavelmente foram voltadas para obtenção de fundos para investimentos. Já a operação realizada em 2024 teve como principal finalidade a substituição de um empréstimo anteriormente contratado, cujas condições envolviam taxas de juros mais elevadas, por uma nova operação com condições financeiras mais vantajosas, especialmente no que se refere à taxa de juros. Essa medida visa otimizar a estrutura de endividamento da instituição e reduzir o custo financeiro da dívida. A composição de suas operações financeiras neste ano reflete essa estratégia:

		2024	
	Encargos	**Circulante**	**Não circulante**
Caixa Econômica Federal (a)	0.89%a.m.(0,64+0,25Tr)	6.207	45.742
Caixa Econômica Federal (a)	0,92a.m.(0,67+Tr)	3.599	6.791
Caixa Econômica Federal (a)	0,8636a.m.(0,617a.m.+Tr 0,246)	2.800	21.608
Bradesco (a,b)	0,86%a.m.	10.965	24.489
Credicom (a)	0,20%a.m.+CDI do mês	4.107	14.602
Santander (a)	0,86%a.m.	6.570	7.896
SICOOB (b)	0,20%a.m.+CDI do mês	1.385	5.948
Banco do Brasil(c)	0,19% a.m + CDI do mês	2.776	6.942
Total		**38.409**	**134.018**

		2023	
	Encargos	**Circulante**	**Não circulante**
Caixa Econômica Federal	0.89a.m.(0,64+0,25 da TR)	7.988	48.549
Caixa Econômica Federal (a)	0,92a.m.(0,67+TR)	3.905	9.942
Caixa Econômica Federal (a)	0,8636a.m.(0,617a.m.+ 0,24 da TR)	3.543	22.842
Bradesco (a,b)	0,86%a.m.	11.954	44.848
Credicom (a)	0,20%a.m.+CDI	4.124	18.595
Santander (a)	0,86%a.m.	5.885	14.498
SICOOB (b)	0,20%a.m.+CDI	1.409	7.320
Total		**38.808**	**166.594**

A Instituição apresenta a seguinte movimentação em 2024:

Instituições	**Encargos**	**2023**	**Contratações**	**Amortização**	**Juros pagos**	**Juros incorridos**	**2024**
Caixa Econômica (a)	0.89% a.m. (0,64+0,25 Tr)	56.539	-	(6.113)	(4.847)	6.370	51.949
Caixa Econômica (a)	0,92 a.m. (0,67+Tr)	13.847	-	(4.762)	(227)	1.532	10.390
Caixa Econômica (a)	0,8636 a.m. (0,617 a.m.+Tr 0,246)	26.385	-	(2.819)	(2.077)	2.919	24.408
Bradesco (a)	0,86% a.m.	45.324	-	(9.867)	(4.228)	4.225	35.454
Bradesco (b)	1.240% a.m	11.477	-	(11.469)	(4.057)	4.049	-
Credicom	0,20% a.m. + CDI do mês	22.718	-	(4.407)	(2.657)	3.055	18.709
Santander (a)	0,86% a.m.	20.382	-	(5.915)	(1.812)	1.811	14.466
SICOOB (b)	0,20% a.m + CDI do período	8.730	-	(1.526)	(1.091)	1.221	7.333
Banco do Brasil	0,19% a.m + CDI	-	9.700	-	-	18	9.718
Total		**205.402**	**9.700**	**(46.878)**	**(20.996)**	**25.199**	**172.427**

Instituições	**Encargos**	**2022**	**Contratações**	**Amortização**	**Juros pagos**	**Juros incorridos**	**2023**
Caixa Econômica (a)	0.89% a.m. (0,64+0,25 Tr)	60.879	-	(6.100)	(4.859)	6.619	56.539
Caixa Econômica (a)	0,92 a.m. (0,67+Tr)	16.275	-	(3.587)	(1.401)	2.560	13.847
Caixa Econômica (a)	0,8636 a.m. (0,617 a.m.+Tr 0,246)	27.650	-	(2.815)	(2.081)	3.631	26.385
Bradesco (a)	0,86% a.m.	54.224	-	(8.855)	(5.241)	5.196	45.324
Bradesco (b)	1.240% a.m	-	11.073	(468)	(446)	1.318	11.477
Credicom	0,20% a.m. + CDI do mês	26.001	-	(3.322)	(3.636)	3.675	22.718
Santander (a)	0,86% a.m.	25.742	-	(5.296)	(2.432)	2.368	20.382
SICOOB (b)	0,20% a.m + CDI do período	-	9.000	(380)	(1.143)	1.253	8.730
Total		**210.771**	**20.073**	**(30.822)**	**(21.238)**	**26.617**	**205.402**

A Instituição apresenta a seguir o cronograma de vencimentos para os próximos anos a partir de 2025, composto do principal mais juros.

Instituições	**Encargos**	**2025**	**2026**	**2027**	**Demais anos**
Caixa Econômica Federal (a)	0.89%a.m.(0,64+0,25Tr)	6.207	6.207	6.207	33.328
Caixa Econômica Federal (a)	0,92a.m.(0,67+Tr)	3.599	3.599	3.192	-
Caixa Econômica Federal (a)	0,8636a.m.(0,617a.m.+Tr 0,246)	2.800	2.800	2.800	16.008
Bradesco (a,b)	0,86%a.m.	10.965	10.965	10.965	2.559
Credicom (a)	0,20%a.m.+CDI do mês	4.107	4.107	4.107	6.388
SICOOB (b)	0,20%a.m.+CDI do mês	1.385	1.385	1.385	3.178
Santander (a)	0,86%a.m.	6.570	6.570	1.326	-
Banco do Brasil (c)	0,19% a.m + CDI do mês	2.776	2.776	2.776	1.390
Total		**38.409**	**38.409**	**32.758**	**62.851**

(b) Os empréstimos obtidos junto a instituições financeiras privadas têm como finalidade o financiamento do capital de giro e investimentos. Estes empréstimos estão sujeitos aos encargos típicos do mercado financeiro, com contratos que possuem vencimentos diversos e cláusulas de renovação periódica. As garantias para esses empréstimos são garantidas por meio da cessão de direitos creditórios sobre os recursos a receber do SUS.

(c) Os recursos captados em 2023, foram para realização de investimentos na operação da Instituição.

(d) Conforme mencionado na Nota 18, os recursos captados em 2024 tiveram como principal finalidade a substituição de um empréstimo anteriormente contratado, buscando condições financeiras mais vantajosas para a Instituição, como a redução de encargos financeiros e a melhoria no perfil da dívida.

19. Provisões para processos judiciais

As provisões para contingências, relacionadas a processos de natureza trabalhista, cível e tributária em curso contra a Instituição, são registradas com base na avaliação de risco realizada pela Diretoria Jurídica. Tais provisões são consideradas adequadas pela Direção da Instituição e podem ser apresentadas da seguinte forma:

	2024	2023
Cíveis	2.974	737
Trabalhistas	12.322	3.418
Tributárias	56.117	1.103
Total	**71.413**	**5.258**
(-) Depósitos recursais - Processo trabalhista	(2)	(60)
Total	**71.411**	**5.198**

A Instituição é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária, decorrentes do curso normal de suas operações. A classificação da probabilidade de perda associada a tais processos é realizada pelo jurídico interno ou profissionais externos contratados, sendo categorizada como remota, possível ou provável. Em conformidade com as normas contábeis aplicáveis, não há a necessidade de provisionamento para contingências para processos avaliados com probabilidade de perda remota e possível.

A avaliação realizada pela Diretoria Jurídica considera como contingências de perda provável aquelas em que já existem decisões judiciais parcial ou totalmente desfavoráveis à Instituição, ainda que pendentes de julgamento de recurso até o trânsito em julgado.

A seguir, apresenta-se a movimentação das provisões constituídas para processos cíveis, trabalhistas e tributários.:

	2023		
	Adições	**Baixas**	**Saldo**
Cível	1.430	(1.050)	737
Trabalhista	4.843	(4.741)	3.418
Tributária	2	(2)	1.103
Provisão para Contingências	**6.275**	**(5.793)**	**5.258**

	2024			
	Adições	**Reversão**	**Pagamentos**	**Saldo**
Cível	3.143	(304)	(602)	2.974
Trabalhista	16.892	(2.677)	(5.311)	12.322
Tributária	55.743	(244)	(485)	56.117
Provisão para Contingências	**75.778**	**(3.225)**	**(6.398)**	**71.413**

Os principais processos contingenciados da Santa Casa são de natureza trabalhista e tributário nos quais destacam-se:

• Processo 0010907-74.2017.503.0181: Ação trabalhista ajuizada em 27/06/2017, onde o Autor pleiteou verbas trabalhistas com valor de risco de perda provável foi provisionado e monta em R$ 600 mil

• Processo 0010926-08.2017.5.03.0108 (cumprimento de sentença 0010709-91.2019.5.03.0108): Refere-se à contingência trabalhista sobre discussão judicial junto ao sindicato representante da classe dos empregados da Assistência Familiar Santa Casa BH - Serviço Funerário. Tal ação possui risco provável de perda provisionada pelo valor de R$ 7.504 mil

• PROCESSO 6003580-02.2025.4.06.3800 (Tributário) – Ação em trâmite perante a 13ª vara federal cível de Belo Horizonte, movida pela instituição em desfavor da Receita Federal sobre utilização de créditos adquiridos de terceiros em obrigações previdenciárias. O valor envolvido no processo judicial em questão, segue discriminado:

Processo/Fato	**Descrição**	**Valor atualizado**
Processo RFB nº 12154.759473/2024-28	Cobrança de obrigação previdenciária (INSS), anteriormente liquidada por meio de utilização de créditos, cuja origem do crédito não foi comprovada em tempo hábil no processo de fiscalização, resultando em autuação. O prognóstico dos advogados é de perda provável, estando a discussão judicial limitada à forma de liquidação.	R$ 27.632 mil

Em complemento, destaca-se que houve uma denúncia espontânea da Instituição em razão da mesma natureza da operação realizada culminando com o parcelamento em 2025. Tal situação foi provisionada conforme descrito:

Processo/Fato	**Descrição**	**Valor atualizado**
Denúncia espontânea (vide nota explicativa 33 – Eventos subsequentes)	Denúncia espontânea do valor remanescente utilizado, sem autuação pela Receita Federal até a data-base. Em 11/03/2025, foi realizado parcelamento do valor. Em 31/12/2024, foi constituída provisão do valor, por se tratar de evento subsequente modificativo (CPC 24 / IAS 10). O prognóstico dos advogados é de perda provável em 31/12/2024, dado o reconhecimento voluntário da obrigação.	R$ 28.111 mil

Assim o total provisionado em 31/12/2024 monta em R$ 55.743 mil e a administração, com base em pareceres de seus assessores jurídicos, avaliou o risco de perda dos valores como provável. A provisão para contingências constituída naquele montante contempla o saldo principal acrescido de juros e multa. Destaca-se que há despacho liminar favorável para manutenção da certidão negativa de débito no período em que a exigibilidade da cobrança é discutida. A administração da instituição, amparada por seus assessores jurídicos, monitora todos os processos e atualizará as demonstrações financeiras caso haja mudança no entendimento jurídico ou decisão final.

20. Outros passivos

Podem ser assim demonstradas:

	2024		2023	
	Circulante	**Não circulante**	**Circulante**	**Não circulante**
Parcelamento de fornecedores	8.261	-	8.055	-
Empréstimo de insumos (a)	17.729	-	12.675	-
Adiantamento de Clientes (b)	1.751	-	3.488	-
Obrigações e credores diversos	92	-	3.210	-
Operações entre coligadas	2.309	-	1.785	-
Receitas antecipadas (c)	110	-	1.052	-
Ressarcimento Sistema Único de Saúde – SUS (d)	1.011	2.400	1.011	3.025
Acordos processos trabalhistas (e)	2.876	904	4.363	2.687
Acordos processos cíveis (f)	596	-	2.999	-
Total	**34.735**	**3.304**	**38.638**	**5.712**

(a) Refere-se ao empréstimo de materiais e medicamentos provenientes de terceiros, bem como ao recebimento antecipado desses insumos (empréstimo de insumos). Ressalta-se que, na composição do saldo de 2024, aproximadamente 70% correspondem à movimentação entre filiais - Hospital de Alta Complexidade 100% SUS e Hospital São Lucas (atendimento particular e por convênios), em razão da utilização de softwares de gestão distintos nas respectivas unidades de negócio.

(b) A variação negativa observada decorre da alteração no processo de pagamento de órteses e próteses implementado em 2024. Enquanto em 2023 tais pagamentos eram realizados por meio de cessão de crédito, a partir de 2024 passaram a ser liquidados diretamente pelo caixa da instituição, impactando negativamente o saldo contábil do período

(c) A redução significativa observada no ano de 2024, se deu pela baixa do contas a receber particular do São Lucas Hospital Particular e Convênios.

(d) Em dezembro de 2013, a Instituição registrou em seu passivo um montante de R$9.000 referente a débitos identificados de ressarcimento ao SUS. Esses débitos correspondem ao período em que o plano de saúde era administrado pela Santa Casa, sua mantenedora. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo remanescente totalizava R$ 3.411 mil. No ano de 2014, a maioria desses débitos foi parcelada em 180 meses, em conformidade com a Portaria AGU Nº 395, de 22 de outubro de 2013, e a AGU Nº 247, de 14 de julho de 2014. Como resultado, a Instituição obteve benefícios que incluem descontos de 100%, 60% e 25% sobre encargos legais, multas de mora e juros de mora, respectivamente.

(e) Decorre de um acordo realizado entre a Instituição e o Sindicato, oriundo da não aplicação dos reajustes salariais referente ao período de 1º abril de 2001 à 1º de abril de 2008. Em 2020, a Instituição efetuou um novo acordo acrescentado o período de 2009 a 2015, o saldo apurado será pago em 65 parcelas, com valor médio de R$ 167 mil mensais.

(f) Decorre do processo 0241353-86.2007.8.26.01 por cobrança de saldo devedor oriundo de uma operação de empréstimos contraído junto ao Banco Bandeirantes S/A, através de seu sucessor o Banco Itaú Unibanco S/A. Na ocasião o valor acordado totalizou cerca de R$ 19 milhões, parcelados em 76 vezes de aproximadamente R$ 250 mil mensais.

21. Obrigações tributárias – Suspensas

21.1 Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos

Em 2014, a Santa Casa conseguiu equacionar o seu passivo tributário, obtendo certidões negativas junto às esferas Municipal, Estadual e Federal.

A Lei nº 12.873, publicada no Diário Oficial da União em 25 de outubro de 2013, instituiu o Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e sem Fins Lucrativos que atuam na Área da Saúde e que participam de forma complementar com o Sistema Único de Saúde - PROSUS.

Em 5 de agosto de 2014, foi publicada no DOU a concessão do deferimento do programa PROSUS à Santa Casa.

O pedido de moratória da Santa Casa foi deferido conforme despacho decisório de n° 1684 - DRF/BH, de 20 de novembro de 2014. Essa moratória abrange dívidas tributárias e não tributárias, inclusive aquelas com exigibilidade suspensa, vencidas até 31 de março de 2014, sob a gestão da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Ao solicitar a moratória, a Instituição desistiu dos parcelamentos previstos nas Leis 11.941/09 e 11.345/06, bem como de todas as contestações administrativas e judiciais dos débitos junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), Receita Federal (RFB) e Previdência. Isso resultou em um aumento do passivo da Instituição, que passou de R$251.000 em março de 2014 para R$318.196 em dezembro de 2014, com um reflexo correspondente de R$66.500 no resultado daquele exercício.

Segue abaixo a segregação dos débitos:

	2024	**2023**
Débitos previdenciários	**131.515**	**131.515**
Procuradoria Geral Da - PGFN	100.781	100.781
Receita Federal - RFB	30.734	30.734
Débitos não previdenciários	**186.681**	**186.681**
Procuradoria Geral Da – PGFN	186.681	186.681
	318.196	**318.196**
Remissão moratória PROSUS (*)	(292.068)	(261.983)
Total de tributos a remir	**26.128**	**56.213**

(*) valor acumulado de 2015 a dezembro de 2024.

A classificação como Não Circulante se deve à concessão de uma moratória de 15 anos, condicionada à Instituição honrar regularmente com os pagamentos dos tributos correntes, o que tem sido cumprido desde abril de 2014. Anualmente, o valor recolhido a título de tributos correntes resulta na remissão equivalente das dívidas abrangidas pela moratória.

Em conformidade com a Lei 12.813/13, a Santa Casa registrou, em 2024, a remissão da dívida junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Essa remissão diz respeito aos tributos quitados nos períodos de outubro de 2023 a setembro de 2024, totalizando R$ 30.086 mil (sendo R$ 36.883 mil em 2023). Este valor é incorporado ao resultado da Instituição.

Vale ressaltar que a projeção é de que a remissão do Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades Sem Fins Lucrativos que Atuam na Área de Saúde (PROSUS) seja concluída no próximo exercício, seguindo as diretrizes estabelecidas pelo programa.

21.2 Programa BH Mais Saúde

A Santa Casa BH aderiu ao Programa BH Mais Saúde por meio do Decreto nº 16.882, de 6 de abril de 2018, o qual estabelece a extinção de créditos tributários relativos ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) através da compensação com a remuneração pela prestação de serviços de assistência à saúde humana. Este decreto visa incentivar a oferta de serviços vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS) do município, promovendo uma maior integração entre as instituições de saúde e o poder público local.

Essa iniciativa não apenas beneficia a instituição de saúde, possibilitando a compensação de créditos tributários, mas também fortalece o acesso à assistência médica para a população, ao integrar serviços de saúde privados com a rede pública, promovendo, assim, uma melhoria nos cuidados de saúde oferecidos à comunidade.

A partir da adesão a este programa o pagamento do parcelamento do imposto devido vem sendo realizado através da produção de procedimentos ambulatoriais para o SUS, que foram acordados em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde - SMSA, resultando em uma economia de caixa para a Santa Casa de R$ 3 milhões em 2024, assim como em 2023.

22. Passivos de contrato

São resultado da antecipação do recebimento de aluguéis dos imóveis de renda, do faturamento do plano funerário durante o período de cobertura do risco, da antecipação do recebimento dos boletos das unidades de educação com vencimento no exercício de 2024 e do repasse do Projeto PRONON - Projeto Nacional de Atenção à Oncologia.

	2024	2023
Repasses condicionais Projeto Nacional de Atenção a Oncologia- PRONON (a)	7.903	8.493
Receita antecipada educacional/Convênios e Particulares	97	175
Receita antecipada imóveis de renda	191	18
Total	**8.191**	**8.686**

(a) Instituído pela lei nº 12.715/2012, o PRONON - Projeto Nacional de Atenção à Oncologia tem como objetivo incentivar iniciativas e serviços oferecidos por entidades sem fins lucrativos. O programa visa ampliar o acesso a serviços e expandir o atendimento médico assistencial, através de doações de recursos por parte de pessoas físicas e jurídicas, com a possibilidade de dedução do imposto sobre a renda.

Anexo SENAD_compressed (35683144) SEI 08129.003746/2026-88 / pg. 54

SantaCasaBH

Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte CNPJ: 17.209.891/0008-60
Demonstrações Financeiras 2024 / 2023.

23. Receita operacional

	2024	2023
SUS – Sistema Único de Saúde		
Hospital Santa Casa		
Hospitalar	160.782	140.181
Ambulatorial	41.653	37.101
Cessão de Crédito (a)	35.837	24.277
Incentivos		
Estadual	66.518	54.694
Municipal	223.222	176.612
Federal	93.055	96.143
	621.067	**529.008**
Ambulatório Especializado 100% SUS		
Ambulatorial	36.940	34.485
Cessão de Crédito (a)	5.088	661
Incentivos		
Estadual	6.021	844
Municipal	17.412	13.140
Federal	7.768	3.790
	73.229	**52.920**
Medicina Suplementar		
Hospital Santa Casa	23.115	22.069
Hospital São Lucas	66.988	52.394
Glosas	(1.639)	(2.117)
Cessão de Crédito (a)	-	47
	88.464	**72.393**
Ensino e Pesquisa	**30.378**	**33.442**
Ass.Fam.Serviço Funerário		
Funerária	**12.541**	**11.625**
Plano Santa Vida	**2.048**	**2.377**
	14.589	**14.002**
Doações	**60.594**	**37.042**
Total	**888.321**	**738.806**

(a) A variação positiva verificada em 2024 decorre do incremento na produção hospitalar, fator que reflete na cessão de crédito de serviços profissionais médicos e OPME.

24. Custos dos serviços prestados

	2024	2023
Gastos com pessoal (a)	(363.156)	(312.123)
Serviços de terceiros (b)	(195.584)	(149.416)
Medicamentos	(72.759)	(61.015)
Materiais médicos (b)	(89.022)	(72.717)
Outros custos	(41.729)	(38.623)
Depreciação	(10.031)	(10.020)
Total	**(772.281)**	**(643.914)**

(a) Parte da variação dos gastos com pessoal reflete diretamente o compromisso assumido com o pagamento do Piso Nacional da Enfermagem, de acordo com a lei n.º 14.434/2022. Esse custo adicional de R$ 31.334 mil, tem contrapartida na receita, proveniente do repasse de recursos disponibilizado pelo governo federal para financiamento desse custo. o incremento desses recursos, demonstra a capacidade de gestão e a responsabilidade desta instituição em promover a valorização e o reconhecimento dos profissionais de enfermagem. Ressalta-se ainda, a aplicação da correção salarial, conforme acordo estabelecido entre a Santa Casa BH e o sindicato da categoria, que estipulou um índice de 5,7%. Esta medida, além de promover a equidade salarial, reafirma o comprometimento desta instituição com o bem-estar e a valorização de seus colaboradores, fortalecendo os laços de parceria e respeito mútuo. Vale ressaltar que a quantidade de empregados aumentou de 5.745 em dez/2023 para 6.088 em dez/2024, ou seja, uma variação na ordem de 343 colaboradores.

(b) No exercício de 2024, procedeu-se a um ajuste significativo no processo de contabilização referente à cessão de crédito de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME), e Honorários Médicos, contribuindo para o aumento das contas de materiais médicos e serviços de terceiros, resultando em sua reclassificação como custo. Segue abaixo os eventos mais significativos:

• Materiais Médicos: O ajuste mencionado influenciou diretamente a contabilização dos materiais médicos, resultando em um aumento significativo nessa rubrica, totalizando R$ 16.305 mil. Esta alteração reflete a inclusão dos custos associados à cessão de crédito de OPME, anteriormente não considerados nesta categoria, e evidencia uma representação mais precisa dos custos relacionados a estes insumos.

• Serviços de Terceiros: Além disso, o ajuste teve repercussão na conta de serviços de terceiros, totalizando um montante de R$ 46.168 mil. Esta variação reflete o reconhecimento dos custos associados à cessão de crédito de OPME e Honorários Médicos como parte integrante dos serviços prestados por terceiros à entidade, reforçando a transparência e a fidedignidade das informações contábeis.

Destaca-se que a realização deste ajuste visa assegurar a conformidade contábil e a adequada representação dos eventos econômicos e financeiros da entidade, em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos e as normativas específicas do setor.

Ressalta-se ainda que a adoção dessa prática contábil reflete o compromisso da entidade com a transparência, a confiabilidade e a conformidade das demonstrações financeiras, contribuindo para uma gestão eficaz e para a tomada de decisões embasadas em informações precisas e relevantes.

25. Despesas gerais e administrativas

	2024	2023
Gastos com pessoal	(28.890)	(23.923)
Serviços de terceiros	(21.359)	(19.772)
Custos de bens baixados	(3.178)	(1.243)
Outros custos	(7.299)	(5.244)
Depreciação	(4.033)	(4.054)
Provisão para contingências	(57.484)	(5.213)
Total	**(122.243)**	**(59.449)**

26. Outras receitas

	2024	2023
Receita PROSUS e Programa BH Mais Saúde	33.142	39.920
Subvenções governamentais	2.339	2.253
Insubsistência ativa e passiva, e outras receitas (a)	492	6.806
Total	**35.973**	**48.979**

(a) A insubsistência ativa e passiva refere-se à baixa de contas a receber e a pagar constituídas em exercícios anteriores, que não terão impacto no caixa por se tratarem de registros indevidos. Esses ajustes foram devidamente corrigidos no exercício de 2024.

27. Despesas financeiras

	2024	2023
Juros e atualização monetária s/empréstimos (a)	(22.158)	(26.726)
Juros e multas tributárias	(25.879)	(12.044)
Descontos concedidos (a)	(1.005)	(615)
Juros de parcelamento de fornecedores	(894)	(494)
Mora de fornecedores	(786)	(29)
Multas	(53)	(53)
Taxas e comissões bancárias	(488)	(398)
Outras	(381)	(551)
Total	**(51.644)**	**(40.910)**

(a) Em sua quase totalidade são descontos concedidos sobre o recebimento das mensalidades dos cursos ofertados pela Faculdade Santa Casa e na prestação de serviços funerários.

28. Receitas financeiras

	2024	2023
Juros e atualização monetária (a)	3.482	9.940
Descontos obtidos	4.436	3.120
Multas	177	174
Rendimentos de aplicação financeira	5.923	2.316
Total	**14.018**	**15.550**

(a) A variação negativa registrada em 2024 decorre da ausência do reconhecimento da parcela incontroversa do processo nº 2003.38.00.061312-1(referente ao precatório relativo à diferença da URV na tabela SUS), cujo efeito foi registrado de forma excepcional no exercício de 2023 e não se repetiu em 2024

29. Cobertura de seguros

A Santa Casa tem como política contratar seguros de diversas modalidades, proporcionando uma cobertura considerada adequada pela Administração para lidar com possíveis sinistros. Vale ressaltar que as premissas de risco adotadas, devido à sua natureza específica, não são objeto de auditoria das demonstrações financeiras e, portanto, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

30. Transações com partes relacionadas

30.1 Fundação Santa Casa

As transações entre partes relacionadas, cujas condições são acordadas entre as partes, englobam operações relacionadas a contas a pagar e a receber. Os saldos pendentes no final do exercício não são respaldados por garantias.

A Santa Casa mantinha contratos estabelecidos com a Fundação Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, abrangendo a prestação de serviços assistenciais aos beneficiários do Plano de Saúde, apoio administrativo e aluguel de imóveis. Com o encerramento das atividades da Fundação Santa Casa, apenas o contrato de apoio administrativo permaneceu ativo. Atualmente, a Fundação Santa Casa está em processo de liquidação, conduzido por seu liquidante, e, por esse motivo, os saldos entre as instituições estão sendo revisados e consolidados para inclusão no processo de liquidação. Os valores apresentados a seguir são referentes a saldos residuais.

	2024		2023	
	Patrimonial	**Resultado**	**Patrimonial**	**Resultado**
Obrigações	1.785	-	1.785	-
Líquido	**1.785**	**-**	**1.785**	**-**

Importante destacar que, esses atos devem ser acompanhados e aprovados pela Curadoria de Fundações do Ministério Público. Em 31 de dezembro de 2024, a instituição apresenta um passivo a descoberto de R$ 38.012 (R$ 31.987 em 2023), ainda em avaliação pela promotoria. A Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte atuou como instituidora da Fundação Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte. No entanto, é importante ressaltar que essa relação não implica na obrigação da Santa Casa em absorver as responsabilidades assumidas pela Fundação Santa Casa. A obrigação da Santa Casa cessou no momento da instituição da Fundação, a qual atualmente está em processo de liquidação (processo autuado sob o nº 5044275-44.2017.8.13.0024, em andamento na 11ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte). A incorporação do patrimônio residual da Fundação Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte pela Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte somente ocorrerá após o cumprimento das obrigações estabelecidas nos termos do Art. 41 do Estatuto da Fundação. É importante ressaltar que esse dispositivo não implica na atribuição à entidade instituidora da responsabilidade pelo pagamento de eventuais passivos assumidos pela Fundação Santa Casa em decorrência de suas atividades como operadora de planos de saúde. Caso o patrimônio da Fundação Santa Casa submetido à liquidação não seja suficiente para quitar as obrigações assumidas, após o procedimento de concurso de credores, não haverá ativos a serem incorporados à entidade instituidora. Nesse cenário, o processo seguirá as normas estabelecidas no Código de Processo Civil para casos de devedores insolventes. Não há na legislação brasileira fundamentos que obriguem pessoas jurídicas distintas a assumirem obrigações ou passivos uma das outras durante processos de liquidação. Somente após o devido trâmite do processo de liquidação mencionado anteriormente será possível determinar se há ou não patrimônio a ser incorporado à Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte. Caso não haja patrimônio remanescente consistente em bens e direitos, o disposto no Art. 41 do Estatuto da Fundação Santa Casa se torna sem efeito. É importante destacar que as obrigações são vínculos jurídicos que unem credores e devedores, permitindo que o primeiro exija do segundo uma prestação econômica. As obrigações assumidas pela Fundação Santa Casa derivam de sua atividade como operadora de planos de saúde, o que significa que os credores habilitados no processo de liquidação desta fundação têm o direito de cobrar dela exclusivamente os débitos resultantes dessa atividade comercial. Não há, portanto, qualquer obrigação para a sua instituidora, a Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, de assumir tais obrigações. Há de se excepcionar que a Santa Casa BH assumiu a responsabilidade pelo pagamento de honorários relativos à defesas administrativas da Fundação Santa Casa nos PTA nº 5504.726686/2012-19 e PTA nº 15504-726685/2012-66

30.2 Remuneração do pessoal - chave da administração

Em 2024 a composição da remuneração da administração chave da Santa Casa BH está demonstrada na tabela a seguir:

	2024			
Pagamento Pessoal Chave da Administração	**Serviços Administrativos (1)**	**Serviços Educacionais (2)**	**Serviços Assistenciais (3)**	**Total**
Pagamento Pessoa Jurídica	5.595	22	4.526	10.143
Pagamento por meio de CLT	2.563	-	-	2.563
Total	**8.158**	**22**	**4.526**	**12.706**

(1) Refere-se ao pagamento de serviços administrativos, considerando o trabalho recorrente e habitual na condição de empregado e integrante da estrutura organizacional da instituição, compreendendo o Provedor, todos os Diretores e Superintendentes;

(2) Refere-se à remuneração de alguns profissionais do grupo de pessoal chave devida por serviços educacionais (aulas/docência) na faculdade da instituição realizada no ano de 2024;

(3) Refere-se a prestação de serviços de assistência a saúde com atendimento aos pacientes da Instituição.

Sobre os saldos em aberto para o pessoal chave na data base de 31/12/2024, destaca-se que havia uma obrigação equivalente a R$ 395 mil, relativo aos serviços assistenciais. Os demais serviços associados ao trabalho do pessoal chave não havia saldo em aberto no encerramento do exercício. Destaca-se, ainda, que tais pagamentos não contam com garantias, contrapartidas ou constituição de provisões para eventuais perdas, não havendo qualquer inadimplência por parte da Instituição, tampouco irregularidades no cumprimento das obrigações pelas partes relacionadas. Todos os pagamentos são realizados em conformidade com a política institucional vigente, a qual se aplica de forma equânime a todos os prestadores de serviços, pessoas jurídicas e empregados regidos pela CLT, sem qualquer tratamento diferenciado ao grupo de pessoal-chave da administração.

31. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Instituição participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros para gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pela operação. Os riscos associados a esses instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando garantir liquidez, rentabilidade e segurança. A avaliação desses ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é realizada com base em informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. No entanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para calcular o valor de realização mais adequado. Como resultado, as estimativas apresentadas podem variar se forem utilizadas hipóteses e metodologias diferentes. A Instituição não investe em derivativos ou em quaisquer outros ativos de alto risco. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não diferem dos valores contábeis destes, na medida em que foram acordados e estão registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares. A Instituição está exposta a diversos riscos financeiros inerentes à natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de risco de mercado que podem afetar o negócio da Instituição, destacam-se:

Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de a Instituição enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros que exigem pagamentos imediatos ou em curto prazo. A abordagem da Instituição na gestão da liquidez é garantir, tanto quanto possível, que sempre haja liquidez adequada para cumprir suas obrigações no vencimento, em condições normais e de estresse, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou correr o risco de prejudicar sua reputação. Os passivos sujeitos ao risco de liquidez estão detalhados nas seguintes notas explicativas:

• Nota explicativa nº 15 - Fornecedores;
• Nota explicativa nº 17 - Obrigações tributárias;
• Nota explicativa nº 18 - Empréstimos e Financiamentos; e
• Nota explicativa nº 20 – Outros passivos.

Para os exercícios de 2024 e 2023, a Santa Casa registrou um Capital Circulante Líquido (CCL) positivo, indicando a capacidade da instituição de cobrir suas obrigações de curto prazo com seus ativos circulantes. No entanto, para fortalecer ainda mais sua posição financeira e sustentar sua missão, a organização implementou uma série de iniciativas estratégicas. Estas incluem a reestruturação de áreas-chave, uma avaliação minuciosa das operações, a otimização dos serviços oferecidos e uma revisão dos métodos de cobrança. Estas medidas visam não apenas aprimorar a eficiência operacional, mas também garantir a continuidade e aprimoramento da qualidade dos serviços prestados pela instituição aos seus beneficiários e à comunidade em geral.

Exposição a riscos de taxas de juros

O risco de taxas de juros surge da possibilidade de a Instituição incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros, o que pode resultar em aumento das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos. O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de taxas de juros na data das demonstrações financeiras foi o seguinte:

				2024		
	NE	**Indice variável**	**Taxa**	**Atual**	**Variação 25%**	**Variação Positiva**
Caixa e equivalentes de caixa	4	CDI a.a.	12,38%	70.828	15,48%	78.448
Empréstimos e financiamentos		**Taxa a.m.**	**-**	**172.427**		**174.250**
Caixa Econômica (b)	18	TR	0,89%	51.949	1,11%	52.524
Caixa Econômica (a)	18	TR	0,92%	10.390	1,15%	10.511
Caixa Econômica (a)	18	TR	0,86%	24.408	1,08%	24.670
Bradesco (a)	18	CDI	0,86%	35.454	1,08%	35.835
Credicom (a)	18	CDI	1,22%	18.709	1,53%	18.996
Santander (a)	18	CDI	0,86%	14.466	1,08%	14.621
SICOB (a)	18	CDI	0,20%	7.333	0,25%	7.351
Banco do Brasil (a)	18	CDI	0,19%	9.718	0,24%	9.741
Aplicações financeiras - Longo prazo	4	CDI a.a.	12,38%	1.509	15,48%	1.743
Impostos a recuperar	8	SELIC a.a.	12,39%	12.304	15,49%	14.210
Outros ativos - Longo prazo	10	SELIC a.a.	12,39%	9.447	15,49%	10.911
Obrigações tributárias	17	SELIC a.a.	12,39%	26.482	15,49%	30.584
Posição líquida				**292.997**	**-**	**313.489**

				2023		
	NE	**Indice variável**	**Taxa**	**Atual**	**Variação 25%**	**Variação Positiva**
Caixa e equivalentes de caixa	4	CDI a.a.	12,38%	34.350	15,48%	39.667
Empréstimos e financiamentos		**Taxa a.m.**	**-**	**205.401**		**207.671**
Caixa Econômica (b)	18	TR	0,89%	56.537	1,11%	57.166
Caixa Econômica (a)	18	TR	0,92%	13.847	1,15%	14.006
Caixa Econômica (a)	18	TR	0,86%	26.385	1,08%	26.669
Bradesco (a)	18	CDI	0,86%	56.802	1,08%	57.412
Credicom (a)	18	CDI	1,22%	22.719	1,53%	23.065
Santander (a)	18	CDI	0,86%	20.382	1,08%	20.601
SICOOB (a)	18	CDI	0,20%	8.729	0,25%	8.751
Aplicações financeiras - Longo prazo	4	CDI a.a.	12,38%	1.509	15,48%	1.743
Impostos a recuperar	8	SELIC a.a.	12,39%	11.110	15,49%	12.830
Outras contas a receber - Longo prazo	10	SELIC a.a.	12,39%	8.825	15,49%	10.191
Obrigações tributárias	17	SELIC a.a.	12,39%	37.418	15,49%	43.213
Posição líquida				**298.613**		**315.315**

As operações da Instituição são indexadas a taxas pré e pós-fixadas, com as taxas pós-fixadas, principalmente CDI, prevalecendo. Nesse sentido, a administração, de maneira geral, entende que quaisquer oscilações nas taxas de juros não teriam impacto significativo nos resultados da Instituição. Análise de Sensibilidade e Valor Justo dos Instrumentos Financeiros Não Derivativos. A análise de sensibilidade é realizada com base na exposição às taxas de juros em relação aos ativos e passivos financeiros denominados em moeda funcional. A Instituição adotou o cenário com deterioração de 25% da variável de risco considerada e não identificou efeitos relevantes nos riscos e na exposição dos instrumentos financeiros detidos pela Instituição, os quais serão detalhados. A seguir, apresentamos a comparação entre o valor justo e o valor contábil dos instrumentos financeiros.

31 de dezembro de 2024	**NE**	**Valor justo**	**Valor contábil**
Caixa e bancos	4	70.828	70.828
Aplicações financeiras	4	1.509	1.509
Contas a receber	5	92.164	92.164
Outros ativos	10	30.877	30.877
Total dos ativos		**195.378**	**195.378**
Fornecedores	15	130.666	130.666
Empréstimos e financiamentos	18	172.427	172.427
Outros Passivos	20	38.039	38.039
Total dos passivos		**341.132**	**341.132**

31 de dezembro de 2023	**NE**	**Valor justo**	**Valor contábil**
Caixa e bancos	4	34.350	34.350
Aplicações financeiras	4	1.509	1.509
Contas a receber	5	81.661	81.661
Outros ativos	10	89.816	89.816
Total dos ativos		**207.336**	**207.336**
Fornecedores	15	115.931	115.931
Empréstimos e financiamentos	18	205.401	205.401
Outros Passivos	20	44.350	44.350
Total dos passivos		**365.682**	**365.682**

Classificação dos instrumentos financeiros

A Instituição opera com uma variedade de instrumentos financeiros, com foco especial em aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores, empréstimos e financiamentos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial, levando em consideração sua finalidade. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a classificação dos instrumentos financeiros, por categoria, pode ser resumida conforme a tabela a seguir, antes e após a adoção do CPC 48:

Ativos Financeiros		**2024**	**2023**
Caixa e bancos	Custo amortizado	70.828	34.350
Aplicações financeiras	Custo amortizado	1.509	1.509
Contas a receber	Custo amortizado	92.164	81.661
Outros ativos	Custo amortizado	30.877	89.816
Passivos Financeiros			
Fornecedores	Custo amortizado	130.666	115.931
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	172.427	205.401
Passivos de contrato	Custo amortizado	8.191	8.686

Custo amortizado se aproxima do valor justo. A administração julga não ser necessário ajuste no saldo de títulos e valores mobiliários.

32. Demonstração do Resultado Abrangente

A Demonstração do Resultado Abrangente apresentada tem como principal objetivo atender às exigências das normas nacionais e internacionais de contabilidade (CPC/IFRS). No entanto, ao se analisar a operação da instituição, conforme evidenciado nas Demonstrações Financeiras comparativas dos exercícios de 2024 e 2023, observa-se que não houve quaisquer movimentações no patrimônio líquido que não tenham sido reconhecidas no resultado do período. Dessa forma, todas as variações no patrimônio líquido da entidade estão integralmente refletidas no resultado dos exercícios mencionados.

33. Eventos subsequentes

Durante o exercício de 2025, há a ocorrência dos seguintes eventos passíveis de divulgação conforme as diretrizes do CPC 24 / IAS 10:

(a) Negociação do POA: A instituição encontra-se em negociação do plano operativo anual (POA) celebrado com a Secretaria Municipal de Saúde (SMSA). Esta negociação tem como objetivo reajustar os efeitos inflacionários sob os repasses de produção (hospitalar e ambulatorial) e incentivos. O resultado dessa negociação impactará positivamente nas receitas advindas do SUS para o próximo exercício. Os valores previstos desta atualização do POA, totalizam anualmente cerca de R$ 55 milhões (R$ 4,6 milhões mês), conforme formalização da SMSA, por meio do Memorando DMAC/SMSASUS nº 011/2025.

(b) Na data de 11 de março de 2025 foi celebrado parcelamento junto à Receita Federal do Brasil (RFB) na ordem de R$ 34 milhões (principal, acrescido de juros e multa, incluindo os incorridos de competência do exercício de 2025). Este parcelamento foi celebrado devido ao cancelamento durante o exercício de 2024 da utilização de crédito de terceiros em obrigações previdenciárias no período de outubro/2021 a fevereiro/2023.

Conforme nota explicativa 19 (Processo nº 6003580-02.2025.4.06.3800), em 31/12/2024 foi constituída provisão, por se tratar de evento subsequente modificativo (CPC 24 / IAS 10), no montante de R$28 milhões com juros incorridos até 31 de dezembro de 2024, dado o reconhecimento voluntário da obrigação em 2025. Assim, em março de 2025 o valor da provisão foi reclassificado como obrigação, na rubrica de obrigações tributárias, nos montantes de R$ 6,9 milhões e R$ 27,8 milhões registrados no passivo circulante e não circulante, respectivamente.

(c) Em junho/2025 a Instituição celebrou um empréstimo na ordem de R$ 53,5 milhões junto a Credicom com o objetivo de fomentar o giro de caixa, quitar alguns empréstimos de saldo inferior com taxas menos atrativas e suprir a necessidade da instituição de investimentos e custeio devido aos impactos do não reajuste do POA já mencionado no item (a) desta nota.

* * *

Roberto Otto Augusto de Lima
Provedor

Gilberto Oliveira Martins Côrtes
Diretor Financeiro e Gestão Corporativa

Francisco de Souza Coelho
Superintendente Financeiro e de Controladoria

André Sousa Braga
Controller
CRC - MG-089.165/O-1

ANUNCIE NO
Diário do Comércio

O ponto de encontro, análise e debate sobre a economia em Minas Gerais.

31 9 9959-2706 / 3469-2007
comercial@diariodocomercio.com.br
diariodocomercio.com.br

Diário do Comércio
diáriodocomercio

Hospital no Sul de Minas atrai interesse de três operadoras

% SAÚDE Empreendimento de 8 mil metros quadrados de área construída, localizado em Santa Rita do Sapucaí, está inativo há mais de 10 anos

LEONARDO MORAIS

Após mais de dez anos inativo, o antigo hospital Maria Thereza Rennó, em Santa Rita do Sapucaí, no Sul de Minas, deve retomar em breve as atividades. Três operadoras de renome nacional disputam controle do complexo hospitalar, que tem potencial para se tornar um dos mais relevantes da região.

O anúncio do novo controlador deve ocorrer ainda neste ano, com expectativa de reabertura entre três a quatro meses após a assinatura do contrato. A viabilidade da nova operação ocorre após o Fundo Finvest BSO concluir a regularização da propriedade após uma longa batalha jurídica que envolve o antigo proprietário.

De acordo com o representante da gestão do Fundo Finvest BSO, André Pompeu, a movimentação de mercado sinaliza o potencial estratégico da unidade, que é cotada para se tornar um dos principais equipamentos de saúde da região. "É um hospital bem localizado, que apesar de ter ficado inativo por 10 anos, encontra-se preservado. Entendemos claramente que a partir de agora abre-se uma porta para beneficiar a comunidade", pontua.

"Em apenas 60 dias de prospecção, já identificamos três grupos com interesse concreto. Isso reforça que faz sentido ter esse tipo de estrutura em operação"
André Pompeu

Dentre os interessados, ambos sinalizaram o desejo de realizar investimentos de grande porte em infraestrutura para além da compra do ativo. Segundo Pompeu, a unidade requer investimentos expressivos em equipamentos, que se tornaram obsoletos com o tempo, embora estejam preservados. "A ocupação será gradual e à medida que a unidade se consolidar, novos investimentos serão realizados", acrescenta.

Com mais de 8 mil metros quadrados de área construída, o hospital em Santa Rita do Sapucaí deve abrigar múltiplos serviços de saúde. A atual infraestrutura conta com laboratório de análises clínicas, métodos gráficos em cardiologia, endoscopia e colonoscopia, áreas diagnósticas e de suporte terapêutico.

Ao todo, são 18 quartos individuais, 12 leitos de UTI geral, sete salas cirúrgicas (incluindo obstetrícia) e 61 leitos de enfermaria distribuídos em diferentes configurações, além de leitos pediátricos e neonatal. "Para a cidade, entendo que a implantação desse equipamento seja estratégica. Em apenas 60 dias de prospecção, já identificamos três grupos com interesse concreto. Isso reforça que faz sentido ter esse tipo de estrutura em operação para atender às demandas do município", destaca o representante.

Demanda - Um dos maiores potenciais percebido pelas operadoras interessadas pode estar relacionado ao perfil de Santa Rita do Sapucaí, um polo que integra universidades e centros tecnológicos, e consequentemente demanda para as atividades hospitalares. Além da cidade, a demanda deve vir de uma macrorregião que ultrapassa 6,3 milhões de habitantes, considerando o Sul/Sudoeste de Minas, o Vale do Paraíba e o Norte de São Paulo.

Nos últimos anos, a gestão do Fundo Finvest BSO assumiu o espaço após o antigo controlador não honrar o contrato, inserindo o hospital em Santa Rita do Sapucaí como garantia. Nesse tempo, Pompeu destaca o comprometimento com o bem, além da condução de um processo responsável e transparente.

"O foco é entregar um ativo pronto para ser reativado, com governança jurídica e financeira adequadas, permitindo que o próximo operador se concentre exclusivamente na modernização e na gestão das operações de saúde", finaliza. %

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.
Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

POLÍCIA FEDERAL SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MINAS GERAIS
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90011/2025 - SR/PF/MG

OBJETO: Contratação de serviços continuados de **remoção, depósito e guarda de veículos** de terceiros apreendidos em decorrência de cumprimento de ordens judiciais ou envolvidos em ocorrências criminais para atendimento, em Belo Horizonte, das necessidades da Superintendência de Polícia Federal de Minas Gerais - SR/PF/MG e delegacias vinculadas à circunscrição, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência. **EDITAL**: a partir do dia 26/11/2025 através de "download" no site http://www.compras.gov.br
ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: às **09:00 horas do dia 11 de dezembro de 2025** no site www.compras.gov.br.

SR/PF/MG

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

MARIA BEATRIZ DE BARROS SANTORO VILELA MORAES, leiloeira oficial inscrita na JUCESP nº 1126, com escritório na Rua Dr. João Marques Maurício, nº 269 - Gramado - Embu das Artes/SP - CEP: 06816-040, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **VERT COMPANHIA SECURITIZADORA,** doravante designada **VENDEDORA**, inscrita no CNPJ sob nº 25.005.683/0001-09, com sede na Rua Cardeal Arcoverde, nº 2.365, 11º andar, Pinheiros, São Paulo/SP, nos termos do Contrato de empréstimo e pacto adjeto de alienação fiduciária em garantia de bem imóvel com emissão de cédula de credito imobiliário - CCI, nº 10010483-5, datado em 13/02/2025, no qual figura como **Devedor Fiduciante Edmilson Pereira Gonçalves,** brasileiro, solteiro, motorista veículo transporte passageiro, nascido em 05.12.1981, RG nº MG-11.657.199-SSP/MG, CPF nº 057.518.816-21, residente e domiciliado na Rua "E" nº 485, Vila Atlântida, Montes Claros/MG, levarão a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e/ou On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no dia **09 de Dezembro de 2025 a partir das 09h00,** na Rua Dr. João Marques Mauricio, nº 269 - Gramado - Embu das Artes/SP - CEP: 06816-040, em **1º PÚBLICO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior ao **VALOR: R$ 310.707,03 (trezentos e dez mil, setecentos e sete reais e três centavos),** o imóvel abaixo descrito, em lote único, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído **pelo imóvel:** O lote de Terreno de nº 07 (sete), da quadra "F", com área de 198,00m² (cento e noventa e oito metros quadrados), situado no Bairro Planalto - Prolongamento - 2ª parte, nesta cidade de Montes Claros/MG, com os seguintes limites: pela frente, com a rua Rio Francisco, digo, rua Rio São Francisco, na distância de 9,00 metros; pelos fundos, com o lote nº 10, na mesma distância de 9,00 metros; pelo lado direito, com o lote nº 08, na extensão de 22,00 metros; e, pelo lado esquerdo, com o lote nº 06, na mesma extensão de 22,00 metros. Conforme Av.03, foi construído uma casa residencial de nº 19, situada na Rua São Francisco, no Bairro Planalto - Prolongamento - 2ª Parte, nesta cidade de Montes Claros/MG, com a área construída de 58,65m² e a seguinte divisão interna: três quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço. Matrícula nº 38.441 do 2º Cartório de Ofício de Registro de Imóveis de Montes Claros/MG. Cadastrado na Prefeitura Municipal sob nº 01.34.438.0085.000.01. **O imóvel encontra-se ocupado, e será vendido no estado em que se encontra, não podendo o arrematante alegar desconhecimento das condições, características e estado de conservação. A desocupação do imóvel deverá ser providenciada pelo comprador, que assume o risco da ação, bem como todas as custas e despesas, inclusive honorários advocatícios, mediante propositura da competente reintegração na posse, na forma do artigo nº 30, da Lei nº 9.514/97**. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **16 de Dezembro de 2025 a partir das 14h00,** para realização do **2º PÚBLICO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior ao **Valor: R$ 253.985,51 (duzentos e cinquenta e três mil, novecentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e um centavos).** Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar na Loja SOLD (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net) e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção **HABILITE-SE**, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. Demais condições de participação online devem ser verificadas no site indicado. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através na Loja SOLD (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net), respeitado o lance inicial e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão**.** A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que o imóvel se encontra, e eventual irregularidade ou necessidade de averbação de construção, ampliação ou reforma, será objeto de regularização e os encargos junto aos órgãos competentes por conta do adquirente. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O arrematante pagará no ato, à vista, o valor total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate. O edital completo encontra-se disponível na Loja SOLD (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net) o qual o participante declara ter lido e concordado com os seus termos e condições ali estabelecidos. O horário mencionado neste edital, no site do leiloeiro, catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação, consideram o horário oficial de Brasília/DF. Ficam os Devedores Fiduciantes INTIMADOS das designações feitas acima. A publicação do presente edital supre a intimação pessoal. Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. A(s) ação (ões) Judicial(is) relativas(s) ao(s) Imóvel(is) arrematados(s), distribuídas em até 6 meses depois da arrematação, que invalidem a consolidação da propriedade e anulem a arrematação do imóvel pelo COMPRADOR ARREMATANTE, mediante transito em julgado, os leilões públicos promovidos pela VENDEDORA ou adjudicação em favor da VENDEDORA, a arrematação do COMPRADOR ARREMATANTE será rescindida, reembolsados pela VENDEDORA os valores pagos pelo COMPRADOR ARREMATANTE, excluída a comissão do LEILOEIRO, que deverá ser restituída pelo próprio leiloeiro, atualizados os valores a ressarcir pelos mesmos índices aplicados à caderneta de poupança, não fazendo jus o COMPRADOR ARREMATANTE, nesta hipótese de rescisão a juros de mora, multas por rescisão contratual, perdas e danos ou lucros cessantes, devendo o COMPRADOR ARREMATANTE, caso exerça a posse do imóvel, desocupá-lo em 15 dias, sem direito à retenção ou indenização por eventuais benfeitorias que tenha feito no imóvel sem autorização expressa e formal da VENDEDORA.

Informações: (11) 4950-9602 - Rua Henrique Monteiro, nº 125 - 2º andar - Pinheiros, São Paulo - SP | CEP: 05423-020.

UFV PARACATU USINA FOTOVOLTAICA 01 SPE S.A.
CNPJ/MF nº 44.406.101/0001-32 - NIRE 3130017852-8
Extrato da ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA realizada em 24/11/2025

1. Data, Hora e Local. Aos 24 dias do mês de novembro de 2025, às 15h, na sede da sociedade localizada na Cidade de Paracatu, Estado de Minas Gerais. **2. Convocação e Presença.** Dispensada a convocação, conforme o disposto no artigo 124, § 4º, da Lei 6.404, tendo sido constatada a presença dos acionistas representando 100% do capital social. **3. Mesa.** Presidida pelo Sr. **Victor Uebe** e secretariada pela Dra. **Anna Vitória Hyczy Lopes. 4. Ordem do Dia. (i)** a redução do capital social da Companhia, nos termos do art. 173 da Lei das S.A.; e **(ii)** autorizar a Diretoria da Companhia a realizar todos os atos necessários para a implementação das deliberações tomadas. **5. Deliberações. (i)** Aprovar a redução do capital social da Companhia, no valor de R$ 288.000,00, mediante o cancelamento de 288.000 ações ordinárias totalmente subscritas e integralizadas, por ser considerado este excessivo em relação ao objeto da Companhia, restituindo-se o valor integral destas ações ao único acionista, BRASIL ENERGIA FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO, fundo de investimento imobiliário, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 61.250.889/0001-50, por meio da transferência pela Companhia, em dação em pagamento, de todos os direitos e obrigações relativas ao direito real de superfície decorrentes da ESCRITURA PÚBLICA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE SUPERFÍCIE A TÍTULO ONEROSO E OUTRAS AVENÇAS, lavrada no 1º Tabelionato de Notas da Comarca de Esmeraldas/MG, em 12 de setembro de 2025, sob o Livro nº 226-N, fls. 156 ("DRS"), sobre uma área composta por 08,0042ha da matrícula nº 37.545 do Ofício de Registros de Imóveis da Comarca de Paracatu/MG, de forma que o acionista é, desde a presente data, imitido na posse indireta do DRS, passando este, desde já, a fazer jus a todos os benefícios e rendimentos decorrentes da exploração do DRS. **(i.i)** Dessa forma, passa o capital social da Companhia dos atuais R$ 20.311.811,00 para **R$ 20.023.811,00**, o qual se encontra dividido em 20.023.811 ações ordinárias e sem valor nominal. **(i.ii)** A redução do capital social tornar-se-á eficaz após o decurso do prazo disposto no artigo 174 da Lei das S.A. **(i.iii)** Em função do acima disposto, o Acionista resolve alterar o Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, o qual passará a vigorar com a seguinte redação: *"Cláusula 5ª. O capital social da Companhia é de R$ 20.023.811,00 (vinte milhões, vinte e três mil, oitocentos e onze reais), totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional e dividido em 20.023.811 (vinte milhões, vinte e três mil, oitocentas e onze) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, sendo vedada a emissão de partes beneficiárias. Parágrafo Primeiro. As ações são indivisíveis em relação à Companhia e cada ação ordinária dá direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral. Parágrafo Segundo. A Companhia poderá emitir ações preferenciais, nominativas, sem valor nominal e sem direito a voto que possuirão, como única e exclusiva preferência, a prioridade no recebimento do reembolso de capital, sem pagamento de prêmio ou qualquer outro valor adicional, na hipótese de liquidação e dissolução da Companhia. Parágrafo Terceiro. Os acionistas terão direito de preferência, proporcionalmente ao número de ações de que forem titulares, para subscrição de novas ações, de debêntures conversíveis em ações e de bônus de subscrição, regendo-se o exercício desse direito de acordo com o presente Estatuto Social e com a legislação aplicável. Parágrafo Quarto. A propriedade de ações presumir-se-á pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro das Ações Nominativas" da Companhia. Qualquer transferência de ações será feita por meio da assinatura do respectivo termo no livro de "Transferência de Ações Nominativas" da Companhia.* **(ii)** Por fim, o Acionista autoriza a Diretoria da Companhia para realização de todos os atos complementares e necessários à implementação das deliberações tomadas nesta assembleia. **6. Encerramento:** Não havendo nada mais a tratar, o presidente declarou a Assembleia Geral encerrada e suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário para a lavratura da presente ata, a qual lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Mesa: Victor Uebe - Presidente; e Anna Vitória Hyczy Lopes - Secretária. Acionista Presente: BRASIL ENERGIA FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO, representado por sua administradora BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS. Paracatu/MG, 24/11/2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE REDUTO/MG

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 058/2025 - Torna público, a abertura, Concorrência nº 005/2025; Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de pavimentação asfáltica em CBUQ, da estrada vicinal de ligação da Sede do Município de Reduto/MG ao Distrito de Jaguaraí, nos termos do Contrato de Repasse nº 917693/2021/MDR/CAIXA, em conformidade com a planilha orçamentária de custo, cronograma físico-financeiro, memorial descritivo e demais documentos que compõem o presente instrumento. Início da sessão pública às 09:00 do dia 11/12/2025, através da plataforma www.licitardigital.com.br. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis no Site: www.reduto.mg.gov.br. Informações pelo Tel.: 0xx (33) 3378-4155, 13h00min às 17h00min ou pelo e-mail: licitacao@reduto.mg.gov.br, ou pessoalmente na sede Prefeitura Municipal. Reduto/MG, 25/11/2025, Valdinei Vieira Gonçalves – Agente de Contratação.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 059/2025 - Torna público, a abertura, Concorrência nº 006/2025; Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de drenagem vias urbanas, no município de Reduto-MG, conforme contrato de repasse Caixa Econômica Federal nº 1074.433.7 e SICONV nº 908990/2020, e de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência e documentos de engenharia. Início da sessão pública às 09:00 do dia 12/12/2025, através da plataforma www.licitardigital.com.br. O Edital e seus anexos encontram se disponíveis no Site: www.reduto.mg.gov.br. Informações pelo Tel.: 0xx (33) 3378-4155, no horário de 13h00min às 17h00min ou pelo e-mail: licitacao@reduto.mg.gov.br, ou pessoalmente na sede Prefeitura Municipal. Reduto/MG, 25/11/2025, Valdinei Vieira Gonçalves – Agente de Contratação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SIMONÉSIA/MG

Torna a público a abertura do Processo Administrativo nº 171/2025, Pregão Eletrônico nº 115/2025. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços técnico-profissionais especializados para assessoramento e consultoria técnica na área de gestão da educação, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Simonésia/MG. Data e horário da sessão eletrônica:15/12/2025 às 13h30min, através da plataforma eletrônica www.licitardigital.com.br. Informações pelo Tel.: (33) 3336-1235, no horário de 08h00min as 11h00min e de 13h00min às 17h00min, pelo e-mail: licitacao@simonesia.mg.gov.br ou pessoalmente na sede da Prefeitura Municipal. Simonesia/MG, 25 de novembro de 2025, Gabriel Temer Mansur de Oliveira, Setor de Licitações.

Torna a público a abertura do Processo Administrativo nº 172/2025, Pregão Eletrônico nº 116/2025. Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de locação, montagem, operação e desmontagem de brinquedos recreativos e infláveis, destinados ao atendimento das festividades promovidas pelo Município,conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades das secretarias e setores vinculados a Prefeitura Municipal de Simonésia/MG. Data e horário da sessão eletrônica: 16/12/2025 às 09h00min, através da plataforma eletrônica www.licitardigital.com.br. Informações pelo Tel.: (33) 3336-1235, no horário de 08h00min as 11h00min e de 13h00min às 17h00min, pelo e-mail: licitacao@simonesia.mg.gov.br ou pessoalmente na sede da Prefeitura Municipal. Simonesia/MG, 25 de novembro de 2025, Gabriel Temer Mansur de Oliveira, Setor de Licitações.

Torna a público a abertura do Processo Administrativo nº 173/2025, Pregão Eletrônico nº 117/2025. Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de locação de banheiros químicos, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades das Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo de Simonésia/MG. Data e horário da sessão eletrônica: 16/12/2025 às 13h30min, através da plataforma eletrônica www.licitardigital.com.br. Informações pelo Tel.: (33) 3336-1235, no horário de 08h00min as 11h00min e de 13h00min às 17h00min, pelo e-mail: licitacao@simonesia.mg.gov.br ou pessoalmente na sede da Prefeitura Municipal. Simonesia/MG, 25 de novembro de 2025, Gabriel Temer Mansur de Oliveira, Setor de Licitações

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACI/MG

PREGÃO ELETRÔNICO 050/2025, PROCESSO 0220/2025, REGISTRO DE PREÇO 033/2025.Objeto: "Contratação de empresa especializada no fornecimento de concreto usinado, nas resistências fck 15, 18, 20, 25 e 40 mpa, com e sem equipamento de bombeamento, conforme as normas técnicas vigentes da abnt, destinado ao atendimento das demandas da secretaria municipal de obras e serviços urbanos". Recebimento das propostas até 08h30min, com início da disputa de lances às 09h00min do dia 09 de dezembro de 2025. O Edital está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, R: Seis de Abril, 912, e nos sites www.ibiraci.mg.gov.br e www.slicx.com.br. Informações (35) 3544-9700. IBIRACI/MG, 25 DE NOVEMBRO DE 2025.

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais, CNPJ: 17.243.494/0001-38, com sede à Rua Jaime Gomes, 198 – Floresta - Belo Horizonte/MG, vem por meio de sua Presidente e representante legal, pelo presente edital, convocar a todos os professores associados ou não, empregados em todas as unidades do COLLEGUIUM, para assembleia geral virtual, com a seguinte ordem do dia: ELEIÇÃO do Representante dos Professores Empregados, nos termos da cláusula Representante dos Empregados da Convenção Coletiva de Trabalho 2025, e disciplinado nos artigos 30, 31 e seus parágrafos do Estatuto Social do SINPRO/MG, a realizar-se dia 03 de dezembro de 2025 às 18h em primeira convocação e as 18h30 em segunda convocação através da sala do SINPRO/MG, na plataforma ZOOM, com o seguinte link de acesso https://us02web.zoom.us/j/84649675541?pwd=xwxctGUGpLpaYuCqEiqOr1hcK9ZG62.1.Belo Horizonte, 26 de novembro de 2025. Valéria Peres Morato Gonçalves - Presidente.

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º LEILÃO: 09 de dezembro de 2025, às 14h30min *.
2º LEILÃO: 11 de dezembro de 2025, às 14h30min *. *(horário de Brasília)
Santander zuk

Mauro Zukerman, Leiloeiro Oficial, JUCESP nº 328, com escritório à Rua Minas Gerais, 316 – Cj 62 - Higienópolis, São Paulo/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo somente **ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ nº 90.400.888/0001-42, nos termos da Cédula de Crédito Bancário, nº 0010438027, de 21/05/2024, com os emitentes **GUSTAVO EZEQUIEL ROSA**, brasileiro, produtor rural, solteiro, maior, portador do RG nº MG-19.681.306-PCMG/MG, inscrito no CPF/MF nº 121.699.406-42, residente e domiciliado em Piranguçu/MG, e **GUILHERME EZEQUIEL ROSA**, brasileiro, engenheiro, solteiro, maior, portador do RG nº MG15804416-SSP/MG, inscrito no CPF/MF nº 098.370.596-80, residente e domiciliado em São Paulo/SP, e com os garantidores **JERONIMO EZEQUIEL ROSA**, brasileiro, agricultor, portador do RG nº M-3.933.455-SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 479.369.246-04, e sua cônjuge **APARECIDA DAS GRAÇAS ROSA**, brasileira, autônoma, portadora do RG nº MG-10.359.942-SSP/MG, inscrita no CPF/MF sob o nº 034.294.046-57, casados sob o regime da comunhão universal de bens, residentes e domiciliados em Piranguçu/MG, em **PRIMEIRO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 423.172,36** (quatrocentos e vinte e três mil cento e setenta e dois reais e trinta e seis centavos - atualizado conforme disposições contratuais), o imóvel constituído pela **Casa,** situada na Rua Getúlio Antunes de Siqueira, nº 504, Área A, Centro, Piranguçu/MG. Área de terreno: 292,19m², Área construída: 93,00m², melhor descrito na matrícula 29.010 do Ofício de Registro de Imóveis de Itajubá/MG. **Imóvel ocupado. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra**. **Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 e parágrafo único, da lei 9.514/97.** Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **SEGUNDO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 192.488,57** (cento e noventa e dois mil quatrocentos e oitenta e oito reais e cinquenta e sete centavos – nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97). **Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site www.portalzuk.com.br, **encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão**. **Forma de pagamento e demais condições de venda**, **VEJA A INTEGRA DESTE EDITAL NO SITE**: www.portalzuk.com.br. Informações pelo Whatsapp: (11) 99514-0467 ou pelo e-mail contato@portalzuk.com.br (Dossiê 25843).

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – PRESENCIAL E ONLINE
1º LEILÃO: 07 de janeiro de 2026, às 14h30min *.
2º LEILÃO: 09 de janeiro de 2026, às 14h30min *. (*horário de Brasília)
Santander FRAZÃO Leilões

Carlos Alberto Fernando Santos Frazão, Leiloeiro Oficial, JUCESP nº 203, com escritório na Rua Hipódromo, 1.141, 6º andar, sala 66, Centro Empresarial Santa Tereza, Mooca, São Paulo/SP, CEP: 03164-140, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **PRESENCIAL E ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ nº 90.400.888/0001-42, nos termos do Instrumento particular com força de escritura pública nº 07204823000, firmado em 31/10/2013, com o **Fiduciante JECTAN FERREIRA SALVIANO,** inscrito no CPF/MF nº 055.214.766-44, no dia **07/01/2026** em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 379.789,35 (trezentos e setenta e nove mil e setecentos e oitenta e nove reais e trinta e cinco centavos)**, o imóvel matriculado sob nº **103.960 do 3º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Belo Horizonte/MG,** constituído por "Fração ideal de 0,00700858 do lote 21, do quarteirão 92, do Bairro Camargos, com área de 7.561,83m², limites e confrontações da CP-150-012-M (Terreno em desconformidade com CP-Portaria 511/54), que corresponde ao **Apartamento 104,** localizado no 1º pavimento do Bloco 03 do Residencial Parque Ventanas, situado na Rua Itaunense, nº 731, com área privativa total real de 51,13m² (sendo 7,22m² de área descoberta), área comum total real de 34,3135m² (sendo 10,35m² de garagem), área total real de 85,4435m², área equivalente em área de custo padrão total 51,6382m²". **Cadastro Municipal:** 277092 021 0451. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação que se encontra. Consta conforme R.05 a alienação fiduciária em favor do Banco Santander (Brasil) S/A. **Imóvel ocupado.** Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **09/01/2026**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 143.059,35 (cento e quarenta e três mil e cinquenta e nove reais e trinta e cinco centavos), nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97. O leilão presencial ocorrerá no escritório do Leiloeiro**. **Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site www.FrazaoLeiloes.com.br, **encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão**. **Outras informações no site do Leiloeiro**: **www.FrazaoLeiloes.com.br**. Informações pelo tel. 11-3550-4066 (02.25767_RB_3385-04).

EDITAL DE 1º E 2º LEILÃO E INTIMAÇÃO DE ALIENAÇÃO JUDICIAL (LEI N.º 13.105/2015). PROCESSO: 5009315-66.2024.8.13.0105. AO JUÍZO DA VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE E DE PRECATÓRIAS CÍVEIS DA COMARCA DE GOVERNADOR VALADARES/MG. EXEQUENTE: BANCO SAFRA S.A EXECUTADO(A): A P S. LUIS OTÁVIO MARCOLINO SHINKAWA, JUCEMG 1201, Leiloeiro Público Oficial, nomeado pelo MM Juiz desta Comarca, faz ciência aos interessados, exequente(s), executados/devedores, que no processo indicado leiloará os bens discriminados, pelo maior lance, em LEILÃO PÚBLICO a ser realizado por meio eletrônico. **DATA:** 1º leilão em 29/12/2025 às 12:30 e 2º leilão em 29/12/2025 às 12:45; 1º leilão em 26/01/2026 às 12:30 e 2º leilão em 26/01/2026 às 12:45; 1º leilão em 23/02/2026 às 12:30 e 2º leilão em 23/02/2026 às 12:45; 1º leilão em 30/03/2026 às 12:30 e 2º leilão em 30/03/2026 às 12:45; 1º leilão em 27/04/2026 às 12:30 e 2º leilão em 27/04/2026 às 12:45; 1º leilão em 25/05/2026 às 12:30 e 2º leilão em 25/05/2026 às 12:45; 1º leilão em 29/06/2026 às 12:30 e 2º leilão em 29/06/2026 às 12:45; 1º leilão em 27/07/2026 às 12:30 e 2º leilão em 27/07/2026 às 12:45; 1º leilão em 24/08/2026 às 12:30 e 2º leilão em 24/08/2026 às 12:45; 1º leilão em 28/09/2026 às 12:30 e 2º leilão em 28/09/2026 às 12:45; 1º leilão em 26/10/2026 às 12:30 e 2º leilão em 26/10/2026 às 12:45; 1º leilão em 23/11/2026 às 12:30 e 2º leilão em 23/11/2026 às 12:45; 1º leilão em 28/12/2026 às 12:30 e 2º leilão em 28/12/2026 às 12:45. **2. DESCRIÇÃO E VALORES DO BENS: 1)** Um lote de número 33, da quadra 37, da planta de loteamento do bairro Vila dos Montes, de frente para a Rua Monte Gerezin, nesta cidade, semnenhuma edificação, benfeitoria ou melhoramento, com 1026,38 metros quadrados, avaliado em R$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais), conforme documento de ID nº Num. 10398654582 - Pág. 2 **2)** Um lote de número 34, da quadra 37, da planta de loteamento do bairro Vila dos Montes, de frente para a Rua Monte Gerezin, nesta cidade, sem nenhuma edificação, benfeitoria ou melhoramento, com 928,85 metros quadrados, avaliado em R$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais), conforme documento de ID nº Num. 10398654582 - Pág. 2 **2.3. LANCE MÍNIMO EM PRIMEIRO LEILÃO:** o valor da avaliação. 2.4. **Lance mínimo em segundo leilão :** Não conseguido lance superior à avaliação, a venda se realizará em 2º pregão a quem mais der, por preço **não inferior 60% (sessenta por cento)** da avaliação judicial.

Anexo SENAD_compressed (35683144) SEI 08129.003746/2026-88 / pg. 56

POLÍTICA

Bolsonaro começará a cumprir pena na sede da Polícia Federal

TRAMA GOLPISTA Ministro Alexandre de Moraes declara o trânsito em julgado e determina a execução das condenações do ex-presidente e mais seis réus do núcleo central

Brasília - O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), votou ontem para manter sua decisão que determinou as execuções das condenações do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e de mais seis réus da trama golpista.

A Primeira Turma do STF iniciou ontem à noite uma votação virtual para decidir se o colegiado vai referendar a decisão de Moraes.

Em seu voto, o ministro disse que a defesa Bolsonaro deixou de apresentar os chamados segundos embargos dentro prazo legal, que terminou na última segunda-feira (24).

Além disso, Moraes acrescentou que o ex--presidente não tem direito aos chamados embargos infringentes, porque não obteve dois votos pela absolvição no julgamento da ação penal, ocorrido em setembro deste ano. O placar da votação foi de 4 votos a 1.

"Afasto, portanto, o cabimento dos embargos infringentes, por não existir dois votos absolutórios próprios e recebo o recurso do réu como embargos de declaração, nos termos requeridos subsidiariamente pela defesa", decidiu o ministro.

O ministro Flávio Dino proferiu o segundo voto para manter as execuções das condenações der Bolsonaro e de mais seis réus da trama golpista.

Moraes decidiu manter o ex-presidente preso na Superintendência Regional da Polícia Federal (PF) no Distrito Federal.

O magistrado oficializou ontem a condenação definitiva do ex-presidente a 27 anos e 3 meses de prisão. Ele também declarou o trânsito em julgado dos demais réus do núcleo crucial da trama golpista e determinou a prisão dos que ainda estavam em liberdade.

Com isso, os ex-ministros Augusto Heleno e Paulo Sérgio Nogueira, réus na mesma ação, foram presos e iniciaram cumprimento da pena à qual foram condenados na mesma ação.

O ex-presidente ficará preso no mesmo local onde está detido desde o último dia 22: a Superintendência da Polícia Federal do Distrito Federal.

As decisões são um desfecho de um processo de ao menos oito meses contra o ex-presidente --ele foi tornado réu no caso em março deste ano e declarado culpado em 11 de setembro.

"Certifico que os acórdãos publicados no dia 18 de novembro de 2025 transitaram em julgado em 25 de novembro de 2025 para os réus Alexandre Ramagem Rodrigues, Anderson Gustavo Torres e Jair Messias Bolsonaro", aponta a determinação do STF que certificou o chamado "trânsito em julgado" em relação a esses condenados.

O trânsito em julgado é o encerramento do processo e a partir de quando a pena começa a ser efetivamente cumprida. Bolsonaro cumpria medidas cautelares e desde o fim da semana prisão preventiva.

O ex-presidente estava em prisão domiciliar até o último sábado (22), quando foi levado para a sede regional da Polícia Federal em Brasília, por ordem de Moraes.

A medida preventiva foi tomada sob o argumento de risco de fuga e não como parte da pena imposta a ele por tentativa de golpe de Estado, o que ocorrerá agora, após o trânsito em julgado da ação penal no Supremo sobre o caso.



Bolsonaro foi condenado a 27 anos e 3 meses de prisão FOTO: FABIO RODRIGUES POZZEBOM / AGÊNCIA BRASIL

Antes da prisão preventiva, Bolsonaro tentou violar a tornozeleira eletrônica com ferro de solda, como ele mesmo admitiu a agentes penitenciários. "Usei ferro quente, ferro quente aí, por curiosidade", disse o ex-presidente a uma agente que foi ao local verificar a situação do dispositivo.

"Paranoia" - A equipe médica que acompanha Bolsonaro esteve na Superintendência da PF no DF no último domingo (23) e, após examiná--lo, falou em um quadro de "confusão mental e alucinações" para descrever o episódio sobre a tornozeleira eletrônica e atribuiu isso à interação medicamentosa. Mais tarde, ao passar por audiência de custódia, o ex-presidente disse que tentou abrir o dispositivo porque teve uma "certa paranoia" devido ao uso de medicamentos e que só depois "caiu na razão".

Quatro dos condenados no chamado núcleo central da trama golpista, todos militares, apresentaram recursos na última segunda-feira (24) ao ministro Alexandre de Moraes.

Ao contrário deles, a defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) preferiu não apresentar novas contestações.

A Primeira Turma do STF condenou Bolsonaro, em 11 de setembro, por tentativa de golpe de Estado, sob acusação de liderar uma trama para permanecer no poder. É a primeira vez na história do País que um ex-presidente é punido por esse crime.

Relator do caso, Moraes apontou Bolsonaro como líder da trama golpista colocada em marcha ainda durante seu governo, o que incluiu pressão sobre comandantes militares para a adoção de medidas de exceção que evitassem a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o mantivessem no poder --cenário que não se vislumbrava no país havia 60 anos. **(ABr/Folhapress)**

COPASA

Suposto monitoramento de autoridades é alvo do TCE-MG

LEONARDO LEÃO

O presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa), Fernando Passalio, foi intimado pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG) para prestar esclarecimentos sobre um possível monitoramento de autoridades. A intimação foi emitida pelo vice-presidente da Corte, conselheiro Agostinho Patrus, na última segunda-feira (24).

O TCE-MG recebeu uma representação apontando que todos os membros da Corte, além de parlamentares, representantes do Judiciário e da imprensa, teriam sido mencionados em um possível monitoramento contratado pela companhia.

O presidente da empresa terá de apresentar, em até 72 horas, informações, justificativas e documentos sobre a contratação da consultoria.

"O despacho do conselheiro Agostinho Patrus refere-se à Representação 1200020, apresentada por 18 parlamentares mineiros, que questionam possíveis atos e omissões do governo estadual no processo de desestatização da Copasa e na contratação da consultoria Ernst & Young Assessoria Empresarial Ltda. (EY)", informou o Tribunal de Contas.

Entre os documentos e esclarecimentos requisitados pelo TCE-MG estão cópias do processo de contratação da consultoria - como descrição detalhada do objeto, entregas realizadas, etapas concluídas e cronograma financeiro -, além dos produtos e materiais entregues pela EY, incluindo os referentes ao mapeamento de parlamentares, imprensa, órgãos de controle, representantes dos ministérios públicos (Federal, Estadual e de Contas) e do Poder Judiciário.

A Copasa também deverá fornecer informações sobre a metodologia de coleta e classificação de dados, incluindo as fontes utilizadas e a identificação de quem tinha acesso a elas. O TCE-MG solicita ainda documentos referentes ao tratamento de dados pessoais, como as bases legais para o uso de informações de autoridades e as medidas de segurança adotadas pela empresa.

A companhia também terá de prestar esclarecimentos sobre o fluxo decisório e os registros internos, incluindo informações sobre as comunicações entre a Copasa, a Secretaria de Estado de Governo, a Casa Civil e a EY, além do detalhamento de como os produtos contratados foram validados ou utilizados pela administração pública estadual.

A Corte quer explicações sobre um possível desvio de finalidade envolvendo o eventual monitoramento..

Em nota, a Copasa ressalta que toda contratação de serviços obedece a normas rigorosas de controle, governança e *compliance*. A empresa destaca que essas práticas são reconhecidas internacionalmente e atestadas pela certificação ISO 37.301.

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.
Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

SINDICATO DOS CONDOMÍNIOS COMERCIAIS, RESIDENCIAIS E MISTOS DE MINAS GERAIS – SINDICON/MG – CONVOCAÇÃO –

Em obediência ao Estatuto Social da Entidade e demais legislações aplicáveis, pelo presente Edital ficam convocados todos os representados quites e no gozo de seus direitos sindicais para a Assembleia Geral Ordinária – AGO, a ser realizada no dia 29 de novembro de 2025, às 09:00hs(Nove horas) em primeira chamada, à Rua dos Guajajáras, 715, sala 603, Lourdes, Belo Horizonte (MG), para tratar da seguinte ordem do dia: a) Examinar, discutir e deliberar sobre o Retificativo Orçamentário do exercício de 2024; b) Examinar, discutir e deliberar sobre a Proposta Orçamentária para o exercício financeiro do ano de 2026. Caso não haja comparecimento legal, a referida Assembleia será instalada em segunda convocação às 09:30hs (Nove horas e trinta minutos), deste mesmo dia e no mesmo local, com qualquer número de convocados presentes.
Belo Horizonte, 25 de novembro de 2025
Carlos Eduardo Alves de Queiroz – Presidente

UAI-T COOPERATIVA DE TRABALHO LTDA
CNPJ 33.717.019/0001-02
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ESPECIAL VIRTUAL

O presidente da **UAI-T COOPERATIVA DE TRABALHO LTDA**, com endereço na Avenida Augusto de Lima, 1568 Sala 805, bairro Prado, na cidade de Belo Horizonte/MG, em cumprimento às disposições legais e estatutárias (Lei 5.764/1971 e artigos 21 a 30 do Estatuto Social), convoca os cooperados para participarem da Assembleia Geral Especial que realizar-se-á no dia 10 de dezembro de 2025, no formato VIRTUAL através da plataforma GOOGLE MEET, cujo link será enviado aos participantes 30 minutos antes do início, sendo às 16 horas em primeira convocação, com a presença de 2/3 dos Cooperados; às 17:00 horas em segunda convocação, com presença de metade mais um dos cooperados; ou às 18:00 horas em terceira convocação, com mínimo de 04 (quatro) cooperados, para discutir e deliberar sobre a seguinte ORDEM DO DIA: 1) Assuntos Gerais de gestão, planejamento e resultado econômico dos projetos e contratos vigentes. Para efeitos legais e estatutários, declara-se que o número de associados da Cooperativa, nesta data, é de 16 (dezesseis). Sua presença é de fundamental importância.
Belo Horizonte, 26 de novembro de 2025. **Cleber Silveira – Presidente do Conselho de Administração**

PREFEITURA MUNICIPAL DE REDUTO/MG

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 055/2025 - Através de seu Agente de Contratação, torna público, a abertura, Pregão Eletrônico n° 017/2025; Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de óleo de soja refinado tipo 1, conforme especificações constantes no Termo de Referência, destinado ao atendimento das necessidades das Secretarias e Setores vinculados a Prefeitura Municipal de Reduto/MG. Início da sessão pública: às 09:00 horas do dia 09/12/2025, através da plataforma www.licitardigital.com.br. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis no Site: www.reduto.mg.gov.br. Informações pelo Tel.: 0xx (33) 3378-4155, no horário de 13h00min às 17h00min ou pelo e-mail: licitacao@reduto.mg.gov.br, ou pessoalmente na sede Prefeitura Municipal. Reduto/MG, 25 de novembro de 2025, Valdinei Vieira Gonçalves – Agente de Contratação.

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º LEILÃO: 09 de janeiro de 2026, a partir das 09h30min
2º LEILÃO: 13 de janeiro de 2026, a partir das 13h30min (*horário de Brasília)

Santander SOLD

Alexandre Travassos, Leiloeiro(a) Oficial, JUCESP nº 951, com escritório na Rua Dr. João Marques Maurício, nº 269 - Gramado - Embu das Artes/SP - CEP: 06816-040, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo presencial e/ou online, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ n° 90.400.888/0001-42, nos termos do instrumento particular com eficácia de escritura pública, nº 073473230000200, firmado em 15/03/2013, com o(s) **Fiduciante(s) DANIELLE MORAIS**, maior, inscrito no CPF n° 071.680.706-81, no dia **09 de janeiro de 2026, a partir das 09h30min** em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 930.537,85 (Novecentos e trinta mil, quinhentos e trinta e sete reais e oitenta e cinco centavos)**, **o imóvel matriculado sob nº 30.149 do Oficial de Registro de Imóveis de Sabará/MG**, constituído pelo Apartamento nº 1.004, situado na Rua José da Silva Passos, nº 300, Torre B - Edifício Líder Vila Del Rey, Residencial Líder Ville, Vila Nova Vista (conforme laudo), em Sabará/MG, com área real total privativa de 96,13m², área de garagem de 20,70m², área de uso comum de 73,07m², área total de 189,90m², com direito a 02 vagas de nºs 196 e 197 na garagem, coberta no 1º subsolo e a fração ideal de 0,00304 do terreno. Cadastro Municipal: 10.0150.2000.084. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação que se encontra. Consta conforme R.06 a alienação fiduciária em favor do Banco Santander (Brasil) S/A. Imóvel Ocupado. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **13 de janeiro de 2026, a partir das 13h30min**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 306.000,00 (Trezentos e seis mil reais)**, nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97). **O leilão presencial ocorrerá no escritório do Leiloeiro(a)**. **Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site na Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net), e solicitar habilitação até 01 (uma) **hora do início do leilão**. **Outras informações no site do leiloeiro(a)**: Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net) ou telefone (11) 4950.9602 ou e-mail imoveis.sac@superbid.net. Dossiê: 02.25795.

O Sr. ROGERIO GONCALVES REZENDE, nos termos do art. 9º da Deliberação Normativa COMAM nº 102, de 2020, torna público que obteve do Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMAM / Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA a Licença de Operação Corretiva, Certificado de Licença Ambiental nº0477/25, concedida em 05 de novembro de 2025, Processo Administrativo nº31.00625388/2025-36, para a SPR INDUSTRIA DE PRECISAO, B-03-03-4 Produção de tubos de ferro e aço e/ou de laminados e trefilados de qualquer tipo de aço, sem tratamento químico superficial, Classe 2, com validade até 05 de novembro de 2035.

BRASIL CONSTRUTORA S/A
CNPJ 33.247.248/0001-00
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA E AVISO

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária – Convidam-se os senhores acionistas da sociedade BRASIL CONSTRUTORA S/A, inscrita no CNPJ sob o número 33.247.248/0001-00, a se reunirem em assembleia geral ordinária e extraordinária, a realizar-se na sede social, situada na Rua dos Carijós, 141, sala 1205, Centro, Belo Horizonte-MG, CEP 30120-060, **no dia 12 de dezembro de 2025**, **às 14:00 horas**, **em primeira convocação**, e **às 14:30 horas**, **em segunda convocação**, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **a)** Reforma do estatuto social – Administração e Representação da sociedade; **b)** Eleição da Diretoria; **c)** Apresentação do Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras dos exercícios encerrados em 31/12/2022, 31/12/2023 e 31/12/2024. Os documentos de que trata o artigo 133 da Lei nº 6.404/76 encontram-se à disposição dos acionistas, no endereço em tela. Belo Horizonte-MG, 21 de novembro de 2025. Paulo Eduardo Lessa de Souza Lima – CPF 001.958.396-68 – Diretor.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Sindicato dos Trabalhadores Operacionais e Administrativos em Depósitos de Distribuição, Centro de Distribuição e Empresas de Distribuição e Logística Extrema - MG - SINDISLOG, inscrito no CNPJ 48.050.345/0001-86 com sede a Rua 22 de Maio, 292 - Sala 03- Centro - Extrema/MG, neste ato representada por sua presidente Hasabna Ellen Xavier da Silva, amparado no Estatuto Social, convoca todos os trabalhadores administrativos e operacionais em depósitos de distribuição, centro de distribuição e das empresas de distribuição e logística de EXTREMA - MG, **(exceto os trabalhadores na movimentação de mercadoria em geral, regidos pela lei 12023/2009, tendo em vista sua regulamentação em legislação especifica),** para comparecerem à **Assembleia Geral Ordinária**, a realizar-se no dia **06 de dezembro de 2025**, às **09h00** em **primeira convocação**, e às **10h00** em **segunda e última convocação**, com qualquer número de presentes, na sede deste sindicato, situada à **Rua 22 de Maio, nº 292 - Sala 03 - Centro - Extrema/MG**, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **a) Prestação de contas do exercício anterior. b) Previsão orçamentária para o exercício seguinte, ambas em conformidade com o Estatuto Social. c) Assuntos diversos**. Extrema, 24 de novembro de 2025. Hasabna Ellen Xavier da Silva-Presidente.

Edital de Convocação - O **Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Panificação de Extrema e Região - SINDALEX** - CNPJ 09.326.248/0001-11 com sede a Rua 22 de Maio, 292- Centro - Extrema/MG, neste ato representado por seu presidente Jurandir Cesário Bezerra, amparado no Estatuto Social, convoca todos os trabalhadores associados ou não nas industrias de: **Carnes e derivados, Frigoríficos, Açougue, Produtos alimentares, Congelados, Supercongelados, Sorvetes, Concentrados e Liofilizados, Cerveja e Bebidas em geral, Água minerais, Doces e conservas, Sucos, Beneficiadoras de produtos alimentícios, Moageiras de trigo, Rações balanceadas, Torrefação e Moagem de café, Laticínios, Cacau e balas, Frios, Panificação, Padarias, Confeitarias, Doceiras e Cozinha Industrial** com abrangência intermunicipal e base territorial nos municípios de: **Bom Repouso, Camanducaia, Cambuí, Córrego Do Bom Jesus, Estiva, Extrema, Itapeva, Munhoz, Senador Amaral e Toledo - MG,** para comparecerem à **Assembleia Geral Ordinária**, a realizar-se no dia **06 de dezembro de 2025**, às **10h30** em **primeira convocação**, e às **11h30** em **segunda e última convocação**, com qualquer número de presentes, na sede deste sindicato, situada à **Rua 22 de Maio, nº 292 - Centro - Extrema/MG**, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **a) Prestação de contas do exercício anterior. b) Previsão orçamentária para o exercício seguinte, ambas em conformidade com o Estatuto Social. c) Assuntos diversos**. Extrema, 24 de novembro de 2025. Jurandir Cesário Bezerra-Presidente.

Anexo SENAD_compressed (35683144) SEI 08129.003746/2026-88 / pg. 57

AGRONEGÓCIO

Oferta cai e preço das hortaliças sobe em Belo Horizonte

% CEASA MINAS **Em outubro, a cebola se destacou com alta de 20,99% no preço na comparação com o mês anterior; já a maioria das frutas registrou recuo no período, a banana ficou 9,55% mais barata**

MICHELLE VALVERDE

Em outubro, a oferta reduzida de algumas hortaliças fez com que os preços aumentassem de forma expressiva na Centrais de Abastecimento de Minas Gerais (Ceasa Minas) - Belo Horizonte. No período, a batata e a cebola, por exemplo, tiveram os preços alavancados de 13,43% e 20,99%, respectivamente. Já nas frutas, houve queda na maior parte dos itens pesquisados. Entre os destaques estão a banana e o mamão, cujos preços reduziram 9,55% e 2,29%, respectivamente.

Conforme os dados do Boletim do Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro (Prohort), divulgado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), em Belo Horizonte, nas hortaliças, a cebola se destacou com a elevação de 20,99% no preço de outubro, frente a setembro. O quilo da cebola foi negociado, em média, a R$ 1,74. Ao longo de outubro, foi verificada retração de 4% na oferta, que encerrou o período somando 7,9 mil toneladas.

Conforme a gerente de produtos hortigranjeiros da Conab, Flávia Starling, o percentual de aumento no preço da cebola em Belo Horizonte foi bastante significativo.

"O segundo maior percentual positivo observamos em Belo Horizonte, 20,99%, perdendo apenas para a Ceasa Rio Branco, no Acre. Em outubro, mais da metade de toda a cebola ofertada para o Brasil foram oriundas de Minas Gerais e São Paulo. Já nos primeiros dias de novembro, houve recuo de 7% na cotação da cebola", explicou.

Alta também foi verificada no preço da batata. Ao longo de outubro, o quilo foi negociado, em média, a R$ 1,47, resultando, portanto, em um incremento de 13,43%. A alta de preços pode ser justificada pela queda de 5% na oferta, com a disponibilização de 16,4 mil toneladas.

"Nós observamos que houve pico de preço da batata em abril, com a conclusão da primeira safra. Agora, o pico da safra de inverno foi em setembro, então, em outubro, a oferta foi reduzida, por isso, o preço reagiu", disse.

Outra hortaliça que ficou mais cara foi o tomate. Mesmo com uma oferta de 8,6 mil toneladas, 1% a mais que em setembro, o valor do quilo, R$ 2,64, aumentou 8,34% frente a setembro. No mesmo período, a cotação da alface, R$ 6,59 por quilo, subiu 6,78%. Diante de uma demanda elevada, o aumento de 5% na oferta, mas não foi suficiente para reduzir os preços.

No grupo das hortaliças apenas a cenoura apresentou queda de 2,74% no valor, com o quilo negociado, em média, a R$ 2,08 em Belo Horizonte. O aumento da oferta, 2%, foi um dos fatores que contribuíram para a redução de valor.

Frutas mais baratas - Ao contrário das hortaliças, no caso das frutas, a maior parte registrou queda de preços em outubro. Conforme os dados da Conab, das cinco frutas pesquisadas na Ceasa Minas - Belo Horizonte, três tiveram os preços reduzidos.

A queda mais expressiva aconteceu no valor da banana, encerrou outubro custando R$ 3,73 por quilo, ficando, então, 9,55% menor que o preço de setembro. No período, a oferta de banana aumentou 4% e somou 9,6 mil toneladas.

"Ao longo de outubro, houve maior oferta de banana-prata, especialmente proveniente do norte mineiro, do meio-oeste baiano, do Vale do Ribeira (SP), e também do Ceará, que ampliou seu fornecimento e reduziu os preços", explicou Flávia Starling.

Outro destaque foi o mamão. A fruta foi negociada em média a R$ 3,81 o quilo, retração de 2,29%. A influência veio da oferta 5% maior e um volume comercializado de 4,04 mil toneladas.

Conforme os dados da Conab, ainda que pequena, houve queda também no valor da melancia, 0,7%, uma vez que o quilo foi negociado a R$ 2,15. Ao longo de outubro, a oferta de melancia cresceu 8% e chegou a 7 mil toneladas.

Já os preços da laranja e da maçã subiram. A queda de 5% na oferta de laranja fez com que o valor do quilo subisse 4,61%, chegando, portanto, a R$ 2,54. Já na maçã, o quilo, R$ 8,85, aumentou 2,97%. **%**



O quilo da cebola foi negociado, em média, a R$ 1,74; ao longo de outubro, foi verificada retração de 4% na oferta, que encerrou o período somando 7,9 mil toneladas FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / ALESSANDRO CARVALHO

% TRÂNSITO ANIMAL

Passaporte Sanitário Equestre já está valendo em Minas

Minas Gerais passou a contar, a partir de ontem, com o Passaporte Sanitário Equestre, novo documento digital com validade de um ano e adesão facultativa que moderniza o trânsito de equinos, asininos e muares (cavalos, jumentos, mulas e jegues).

O passaporte, que substituirá a Guia de Trânsito Animal (GTA) - documento oficial obrigatório para o transporte de animais no Brasil – é administrado pelo Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), autarquia vinculada à Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa), em sistema eletrônico próprio, aliando agilidade à manutenção da rastreabilidade e ao controle de doenças no Estado.

O novo documento poderá ser emitido nas situações previstas no decreto, eliminando emissões repetidas de GTA a cada movimentação do animal dentro do território mineiro. Reunindo dados do proprietário, registros de vacinação, exames laboratoriais e demais informações essenciais para garantir a sanidade dos animais.

Conforme informações do IMA, a construção do decreto foi marcada por um processo participativo e transparente, que envolveu toda a cadeia da equideocultura. Em julho deste ano, foi aberta uma consulta pública para reunir contribuições e garantir uma legislação moderna e aderente às necessidades do setor. "Fizemos questão de ouvir toda a cadeia produtiva. A consulta pública permitiu que cada segmento apresentasse suas demandas, resultando em um instrumento moderno, ágil e alinhado ao que o setor aguardava", destacou o secretário de Agricultura, Thales Fernandes.

Segundo a presidente da Comissão Nacional de Equideocultura e da Associação Brasileira dos Criadores do Cavalo Mangalarga Marchador (ABCCMM), Cristiana Gutierrez, com o passaporte, o setor ganha agilidade e rastreabilidade, mantendo, a segurança sanitária. "Esse é um grande facilitador para todos nós e, em um futuro próximo, nosso objetivo é interligar todos os estados do País", disse.

De acordo com a diretora-geral do IMA, Luiza de Castro, o passaporte funcionará como uma espécie de "carteira de identidade" do animal, reunindo em um único ambiente digital todo o seu histórico sanitário e de movimentações. "Esse documento também dá a todos os proprietários, cavaleiros e criadores a segurança e a certeza de que o cavalo estará sempre em ambientes controlados e em contato com animais saudáveis e constantemente examinados por veterinários autorizados", frisou.

Embora o uso do passaporte seja facultativo, ele passará a substituir a GTA nos deslocamentos previstos pela normativa e será exigido para participação em eventos e atividades específicas realizadas dentro de Minas Gerais. Para sua emissão, o animal deverá possuir identificação individual por microchip implantado sob supervisão veterinária, além de ser necessário que o produtor e o estabelecimento agropecuário estejam com o cadastro regular junto ao IMA.

Entre os dados obrigatórios, o documento reunirá informações de identificação (resenha gráfica e descritiva, pelagem, raça e registro genealógico, quando houver), fotografias do animal, dados do proprietário, procedência, registros de vacinação, exames laboratoriais requeridos em norma, incluindo o exame negativo para Anemia Infecciosa Equina (AIE), com validade de 90 dias, além de todas as movimentações feitas no período. A norma entrará em vigor 180 dias após a publicação. **(Com informações do IMA) %**



Documento, cuja adesão é facultativa, substitui a Guia de Trânsito Animal (GTA) em deslocamentos específicos e é administrado pelo Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) FOTO: ACERVO IMA

Anexo SENAD_compressed (35683144) SEI 08129.003746/2026-88 / pg. 58

GASTRONOMIA

Hub do Senac integra pesquisa, ensino e produção de alimentos

% ENTREVISTA - EDSON PUIATI

DANIELA MACIEL

O Senac inaugurou no centro de Belo Horizonte um gastronômico que integra ensino, triagem de alimentos e suporte às operações da instituição. Com investimento superior a R$ 5 milhões e mais de mil metros quadrados, o espaço reúne o Centro de Treinamento, o Cethag e a Coordenação do Centro de Distribuição em uma estrutura inédita no País, pensada para funcionar de maneira modular, complementar e totalmente integrada.

Quem apresentou a estrutura ao Diário do Comércio foi o *chef* Edson Puiati, diretor de Hospitalidade e Gastronomia do Senac em Minas. Ele conduziu a reportagem pelos ambientes do novo *hub*, que concentra triagem, higienização e pré-preparo de alimentos, câmaras frigoríficas, cozinhas de experimentação e o centro dedicado à formação técnica de alunos de alto desempenho. O conjunto reúne atividades que antes estavam espalhadas em diferentes unidades e que agora passam a operar sob um mesmo fluxo, desenhado para dar agilidade às operações e reforçar a formação prática.

O Cethag, responsável pela triagem e higienização dos alimentos, assume o papel de centralizar etapas consideradas mais críticas nas cozinhas profissionais. Ali são recebidos, verificados, cortados, embalados e rastreados os insumos que abastecem operações ligadas ao Senac, como o Café-bar Escola do Sesc Paladium e o restaurante da Assembleia Legislativa, que será reaberto como restaurante-escola. O modelo dá mais eficiência logística e melhora a rotina das unidades que não têm estrutura para lidar com resíduos, embalagens e materiais não aproveitáveis.

O *hub* também incorpora uma cozinha de experimentos e pré-preparo, equipada com câmaras frigoríficas e ultracongeladores, onde são desenvolvidos testes e onde se realiza o pré-cozimento de pratos usados tanto em eventos como no processo formativo dos alunos. Essas etapas permitem acompanhar de perto técnicas de sanitização, cortes, cocção e conservação, ampliando o aprendizado prático sobre o tratamento correto de legumes, verduras, frutas e carnes.

Outro eixo fundamental é o Centro de Treinamento, que prepara os alunos que competem na World Skills, maior disputa internacional de profissões. Gastronomia, confeitaria, panificação, restaurante, saúde, moda e beleza estão entre as áreas representadas. O espaço adota metodologias atualizadas, equipamentos profissionais e rotinas alinhadas às exigências das competições nacionais e internacionais, aproximando a formação da realidade competitiva e tecnológica do setor.

Além do ensino, a estrutura será utilizada pelo mercado. O Senac mantém parcerias para capacitar profissionais e empresários em tecnologias como os fornos Rational, que contam com suporte local de concessionárias. A instituição quer transformar o hub em um polo de difusão de conhecimento e atualização técnica, acessível para empreendedores que buscam modernizar seus processos.

A localização também atende a um propósito de sustentabilidade. Próximo à Rodoviária e servido por linhas de ônibus e metrô, o espaço facilita o escoamento de resíduos e a parceria com a Asmare para descarte adequado de papéis, madeira e materiais recicláveis. Leia, a seguir, a reportagem completa com o chef Edson Puiati. %

Você pode explicar, por favor, em linhas gerais, o que são o CT e o Cethag?

O CT e o Cethag vieram para ocupar um espaço que estava, em tese, ocioso no centro de Belo Horizonte. Fica próximo da unidade do centro educacional, onde havia um restaurante que todo mundo conhecia e que está fechado para obras. Também fica perto da nossa sede administrativa, que fica nos fundos desse espaço.

O Cethag é um centro de triagem, higienização e separação de alimentos que vai fornecer insumos para as nossas empresas e escolas em Belo Horizonte, o Café-bar Escola do Sesc Paladium, inaugurado no início do ano, e o restaurante da Assembleia, que está em obras, onde teremos um restaurante-escola.

O Cethag é necessário para essas operações porque falamos de complexos que têm uma dificuldade muito grande para escoar resíduos, como as embalagens dos alimentos, cascas e partes não aproveitáveis. Nesses lugares não existe espaço físico disponível para fazer o descarte desses materiais. Aqui teremos toda a logística de triagem e recebimento dessas mercadorias. Realizamos todo o processo do pré-preparo dos alimentos, que é a maior dor que a gente tem.

Recebemos a mercadoria, verificamos se está dentro das especificações, fazemos a triagem, os cortes, o pré-preparo, embalamos individualmente e etiquetamos. Depois, temos um sistema embarcado que vai fazer o rastreio desse alimento.

O primeiro ganho com todo esse investimento é o aprendizado do aluno. O que mais importa é que ele aprenda a maneira correta de fazer os processamentos de todos os tipos de alimentos, dos legumes, das verduras e das frutas até as carnes de um modo geral. Cada um tem um tratamento específico de forma técnica, incluindo o que eu aproveito e o que não aproveito.

E o mesmo acontece com os descartes. Estamos ao lado do Centro de Distribuição do Senac. Estamos buscando parcerias com as empresas para fazer o descarte correto de papéis, madeira, lixo orgânico, resíduos e tudo que for possível ser reciclado.

Temos uma cozinha de experimentos, testes e pré-preparos atrelada ao Cethag. Ela vai atender às operações e também apoiar as cozinhas-show que fazemos em eventos. Os testes para esses pratos são realizados nessa cozinha experimental.

E quando temos eventos, fazemos os pré-preparos aqui dentro, porque aqui dispomos da forma de embalar, armazenar e acondicionar corretamente, utilizando um complexo de câmaras frigoríficas e ultracongeladores. Então, quando terminamos de processar o alimento ou de pré-cozer, ele já entra no ultracongelador, garantindo uma vida útil muito maior.

Trazer essa informação para o aluno de uma forma prática, onde ele possa acompanhar esses processos, é importante. Aqui vai ser uma unidade onde ele vai passar por isso antes de ir para o restaurante praticar.

E respondendo sobre o CT, nós participamos de um sistema de competições internacionais que se chama World Skills, que são competições de profissões. Temos as modalidades de saúde, de moda e beleza, de bem-estar, a área de bares e restaurantes, de confeitaria e panificação. Todas essas áreas entram na competição, que começa com uma triagem local, passa pela regional e depois nacional, até chegar ao mundial.

Os alunos que se destacam vêm para o centro de treinamento. Já tivemos vários reconhecimentos nacionais. O CT é para capacitar os alunos de alta performance de todo o Estado para competir não só nacionalmente, mas internacionalmente também. Então, o nosso papel aqui é fazer com que esse aluno seja um dos melhores do mundo.

Então esse espaço é também um grande laboratório?

Sim. Somos um grande laboratório de desenvolvimento de técnicas, tecnologias e dos modos de fazer. Às vezes, alguém fala: "*Ah, mas no mercado é assim*". Ainda que não seja, ele pode beber da nossa fonte. Todo mundo, por menor que seja o empreendimento, quer fazer o melhor. E o consumidor também busca isso. Então, esse ambiente, ou melhor, esses ambientes aqui também servem para que os empresários possam beber dessa fonte.

Pensando em sustentabilidade, a própria construção do *hub* no Centro, próximo à Rodoviária, também faz parte desse propósito, ajudando a requalificar a região, certo?

Estamos numa localização muito acessível, servida por várias linhas de ônibus e pelo metrô. Ter uma tecnologia embarcada tão alta no centrão também foi oportuno. Além disso, facilita o escoamento dos resíduos. Temos, por exemplo, a Asmare (Associação de Catadores de Papelão e Material Reciclável de Belo Horizonte) aqui do lado, com quem podemos fazer uma parceria. Tudo foi pensado para a gente tentar fazer o melhor, causando o menor impacto possível no meio ambiente.



FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / GIULIA SIMMONS

"O que mais importa é que o aluno aprenda a maneira correta de fazer o processamento de todos os tipos de alimentos. Cada um tem um tratamento específico. É isso que transforma a formação"

Edson Puiati

Outro ponto importante é que a maioria dos cursos é gratuita ou com preços muito reduzidos, certo?

Você tocou num ponto muito importante. O nosso principal negócio são os cursos gratuitos, todos os cursos de qualificação em geral fazem parte do PSG (Programa Senac de Gratuidade). Os que são pagos estão bem abaixo dos preços de mercado. Temos aqui todo esse arcabouço de áreas de formação. O que nos deixa confortáveis é saber que estamos fazendo o dever de casa correto, ensinando de maneira correta. Então, é muito importante estar aqui, sendo acessível para qualquer aluno.

Você é um *chef* premiado, reconhecido pelo Brasil afora, e fala com tanta paixão pela possibilidade de ensinar. Que significado isso tem para alguém que tem uma carreira como a sua, que poderia estar em qualquer cidade?

Para começar, é importante entender que eu sou filho da casa. Eu comecei a minha formação no Grogotó (em Barbacena, no Campo das Vertentes), que foi o primeiro hotel-escola da América Latina. Eu entrei lá em 1985, com 17 anos de idade, como aluno e saí como gerente-geral. Eu percorri durante 28 anos toda essa jornada de gestão e aprendizado. Então, tenho um carinho muito grande pelo Senac por ter me feito a pessoa que eu sou hoje. Fiquei 10 anos afastado e voltei para contribuir na gestão atual do presidente Nadim, para a gente trazer essas mudanças. Uma das prioridades que ele colocou foi a modernização do Senac, tanto na Capital como no interior. Isso me dá muito orgulho e muito prazer, ao ver a transformação que a gente promove nos jovens que buscam os cursos no Senac.

Eu estou agora, nesse momento, com a minha equipe desenhando uma metodologia de capacitação para os professores, para que todos estejam antenados a esse novo momento e às novas tecnologias das escolas. Então, isso me dá muito orgulho e muito prazer dizer, porque são legados que a gente deixa.

E como quem ficou interessado pode ter acesso a tudo isso?

Pelo *site* e pelas redes sociais, as pessoas podem pesquisar toda a programação de cursos e eventos e também procurar as unidades aqui em Belo Horizonte ou no interior. E fiquem atentos, porque o Senac vai voltar com o curso superior em Gastronomia e estamos pensando em retomar um dos cursos que foi realmente divisor de águas nas décadas de 1980 e 1990, que era uma pós-graduação em administração hoteleira que formou gerentes para hotéis de todo o País e até fora dele. %

Anexo SENAD_compressed (35683144) SEI 08129.003746/2026-88 / pg. 59

CAPITALISMO CONSCIENTE



ALESSANDRA ALKIMIM
A.gente de Transformação com formação C-Level em Liderança Consciente do Capitalismo Consciente Brasil e Especialista em Liderança Shakti para Mulheres, com Certificação Internacional (ShaktiLeadership). CMO da ADDHERE (UK) e Diretora da Federaminas Mulher.

Do QI ao QS: o despertar da liderança de propósito

No início do século 20, o Quociente de Inteligência (QI) era a principal referência de capacidade mental. A partir dos anos 1990, o Quociente Emocional (QE) ganhou espaço e mostrou que o desempenho humano depende também da gestão das emoções.

Hoje, a chave para uma liderança plena está no Quociente Espiritual (QS). Segundo a física Dana Zohar, o QS é a terceira inteligência. Ele amplia a criatividade e responde à necessidade humana de buscar propósito e significado.

A busca por propósito tem respaldo científico. Pesquisas identificaram o chamado "ponto de Deus" nos lobos temporais do cérebro, associado à experiência espiritual e à orientação por valores.

No mundo corporativo, o QS já é um diferencial competitivo. Colaboradores movidos por um propósito maior tendem a entregar mais. Empresas que estimulam essa inteligência costumam ampliar produtividade, criatividade e reduzir níveis de estresse.

"Hoje, a chave para uma liderança plena está no Quociente Espiritual (QS). Segundo a física Dana Zohar, o QS é a terceira inteligência. Ele amplia a criatividade e responde à necessidade humana de buscar propósito e significado"

Dana Zohar mapeou as 10 Qualidades do Líder Espiritualmente Inteligente:

- Praticam autoconhecimento profundo conduzidos por valores humanos e idealismo.
- Utilizam a adversidade a seu favor.
- São holísticos, com visão do todo.
- Celebram a diversidade.
- Têm independência de pensamento.
- Perguntam "por quê?" e "para quê?", atuando como agentes de transformação.
- Colocam temas em um contexto mais amplo.
- Têm espontaneidade e equilíbrio emocional.
- São sensíveis, fraternas e compassivas.
- Shakti: a energia que ativa a liderança espiritual

Para os líderes do futuro, a Inteligência Espiritual encontra sua alavanca na Liderança Shakti. O termo sânscrito significa poder e energia, e representa a força criativa que emerge do centro de essência e verdade de cada indivíduo.

A Liderança Shakti traduz o QS em ação:

- Essência e Propósito (QS 1): exige imersão no Self e transforma o propósito em ação autêntica.
- Visão e Impacto (QS 4 e 5): integra holismo e diversidade para gerar soluções sustentáveis e inovadoras.
- Gestão e Compaixão (QS 10): eleva a sensibilidade e a compaixão a instrumentos de liderança, inspirando desempenho máximo guiado por valores humanos.

Em síntese, a Liderança Shakti é o processo de ativação que transforma o QS em impacto real. Ela pavimenta o caminho para uma liderança completa, que integra razão, emoção e propósito. %

Sabor da Serra investe R$ 10 milhões e projeta alta de 45% em 2025

% LATICÍNIOS Empresa mineira de Lima Duarte amplia quadro de funcionários e mira produção acima de 500 toneladas mensais a partir de 2026

ANA LUSIA SALES

A Sabor da Serra, empresa mineira do setor de laticínios com sede em Lima Duarte, na Zona da Mata mineira, está investindo R$ 10 milhões em expansão industrial e logística. As reformas, previstas para serem finalizadas em dezembro deste ano, fazem parte da estratégia de crescimento da empresa, que projeta alta de 45% no desempenho de 2025.

O diretor-presidente e sócio-proprietário, Robson de Paula Valle, explica que os investimentos foram antecipados após um crescimento de 53% em 2024. O desempenho, segundo Valle, é resultado de uma produção mensal entre 370 e 380 toneladas de laticínios. No entanto, com as novas tecnologias, a empresa tem a expectativa de ultrapassar 500 toneladas por mês em 2026.

O empresário afirma que, no início de 2024, a empresa contava com cerca de 100 funcionários e hoje opera com um quadro de 210 trabalhadores, além de 20 vagas abertas. Para o próximo ano, a projeção é de ampliar a mão de obra em 15%, o que representa aproximadamente 35 novas oportunidades.

"Desempenho é resultado de uma produção mensal entre 370 e 380 toneladas de laticínios. No entanto, com as novas tecnologias, a empresa tem a expectativa de ultrapassar 500 toneladas por mês em 2026"

Robson de Paula Valle



Portfólio da Sabor da Serra inclui queijos, manteiga, creme de leite, creme de ricota e requeijões, que representam parcela relevante da receita FOTO: REPRODUÇÃO / SITE SABOR DA SERA

Novas áreas de atuação comercial - A abertura de novas áreas de atuação comercial e o lançamento de produtos integram o ciclo atual de expansão. Nos últimos dois meses, a empresa relançou o creme de ricota com nova formulação, agora com maior teor de proteína, inclusão de fibras e redução de 44% da gordura. O produto integra o portfólio estratégico da marca e segue tendência de consumo voltada para um estilo de vida saudável. Além disso, Valle comenta que "há outros projetos em avaliação pela área de Pesquisa e Desenvolvimento, mas ainda em discussão interna".

O empresário atribui o resultado do negócio ao modelo de produção consolidado em 32 anos de mercado e à parceria com cerca de 100 produtores rurais e com os colaboradores da empresa. Ele destaca que a equipe interna e os fornecedores sustentam a operação e permitem manter o ritmo de expansão.

"Temos um time que conduz bem o trabalho e consultorias que orientam a tomada de decisão. Também existe parceria com os produtores rurais que estão conosco há muitos anos. Da mesma maneira que conseguimos colocar no mercado produtos de qualidade, conseguimos remunerar o produtor e manter os colaboradores, para alcançar o objetivo principal, que é continuar crescendo", diz o executivo.

A Sabor da Serra atua atualmente em mercados das regiões Campo das Vertentes, Zona da Mata, Triângulo Mineiro, Sul de Minas, Belo Horizonte, capital do Rio de Janeiro e Região Serrana fluminense. O portfólio inclui queijos, manteiga, creme de leite, creme de ricota e requeijões, que representam parcela relevante da receita. %

% BLACK FRIDAY

Araujo prevê alta de 70% nas vendas digitais

A Araujo planeja fazer da Black Friday de 2025 um teste de estresse para sua operação digital e logística, movimento que acompanha a expansão do varejo farmacêutico e o avanço da *omnicanalidade* no País. A empresa vai concentrar esforços na integração entre canais *on-line* e lojas físicas, estímulo que ganhou tração após um ano de investimentos em tecnologia, inteligência de dados e IA. A campanha ocorre até 29 de novembro, período no qual os descontos podem chegar a 60%.

A estratégia incluiu a liberação antecipada das promoções nos canais digitais no dia 25, antes de chegarem às mais de 360 lojas físicas da rede, distribuídas em 65 municípios mineiros. A fase inicial mira consumidores que priorizam conveniência e rapidez na recompra.

Segundo a superintendente comercial, Sandra Mara de Castro, o período concentra maior demanda e abre espaço para ampliar acesso a itens de saúde e bem-estar com preços mais competitivos. A executiva afirma que os cinco dias de campanha têm ofertas específicas em suplementação, dermocosméticos, produtos infantis, medicamentos e higiene pessoal.

Expansão - A empresa projeta um crescimento próximo de 70% no comércio eletrônico em relação ao mesmo período de 2024. O plano inclui ampliar entregas em todo o País, reforçando o uso de transportadoras e melhorando prazos logísticos. Para isso, a operação digital passou por reestruturação de navegação, *checkout* e meios de pagamento.

O gerente executivo de Operação Digital, Pedro Henrique Pinto de Oliveira, explica que o avanço é resultado de atualizações feitas ao longo do ano. O *site* recebeu um menu redesenhado e um *checkout* mais simples, o que reduziu recusas de pagamento. A empresa também ampliou o uso de algoritmos de recomendação baseados no comportamento de compra.

No aplicativo, o recurso "leve de novo", que traz o histórico de compras do usuário, deve aumentar a recompra. A aba "Meus Pedidos" ficou mais intuitiva, com rastreamento em tempo real e atendimento direto em caso de dúvidas.

O WhatsApp, um dos canais mais usados pelos mineiros, ganhou nova central de ofertas. O sistema passou a receber preferências do consumidor e a enviar promoções personalizadas, além do tabloide digital completo. O canal conta ainda com um agente de IA capaz de identificar intenção de compra por voz ou imagem, recurso que acelera o atendimento e facilita buscas.

Na Black Friday passada, houve aumento no *ticket médio* e no volume de itens por pedido. As vendas cresceram em todas as categorias, com destaque para dermocosméticos, medicamentos genéricos, produtos pet e infantis. Para a gerente de Marketing, Amanda Vidotti Esteves Marques, a principal transformação está no comportamento do consumidor. Cerca de três a cada quatro compras on-*line* são retiradas em loja, seja no balcão, *drive-thru* ou *lockers* instalados em algumas unidades. A jornada começa no digital, mas termina presencialmente. %



Cerca de três a cada quatro compras *on-line* são retiradas em loja, seja no balcão, *drive-thru* ou *lockers* instalados em algumas unidades da Araujo FOTO:DIVULGAÇÃO / ARAUJO

Anexo SENAD_compressed (35683144) SEI 08129.003746/2026-88 / pg. 60



Nova subestação de energia elétrica instalada na planta industrial da Melhoramentos conta com tensão de 138 kV, rebaixando para 13,8 kV, e transformador de 15/20 MVA FOTO: DIVULGAÇÃO / MELHORAMENTOS



Carolina Alcoforado: vamos ampliar outros negócios FOTO: DIVULGAÇÃO / MELHORAMENTOS

Aporte de R$ 60 mi garante estabilidade energética à Melhoramentos

% INFRAESTRUTURA Empresa implantou uma subestação de energia elétrica, construiu 13,3 km de linha de distribuição e instalou 42 torres ao longo da Serra da Mantiqueira

MICHELLE VALVERDE

A Melhoramentos, em parceria com a IBS Energy e a Matrix Energia, inaugurou o projeto de expansão energética da fábrica de Camanducaia, no Sul de Minas Gerais. Com aporte de R$ 60 milhões, houve a implantação de uma subestação de energia elétrica, a construção de 13,3 quilômetros de linha de distribuição e a instalação de 42 torres ao longo da Serra da Mantiqueira.

Conforme a diretora de Gestão e Novos Negócios da Melhoramentos, Carolina Alcoforado, o projeto de expansão energética tem o objetivo de garantir a estabilidade operacional e sustentar a expansão futura da indústria. A unidade da Melhoramentos em Camanducaia está em operação há mais de 80 anos. A área ocupada pela empresa mede cerca de 110 milhões de metros quadrados, onde estão localizadas as florestas de eucalipto, a produção de madeira e de fibras à base de celulose.

"A indústria da Melhoramentos em Camanducaia é muito tradicional e está em operação há mais de 80 anos. Essa unidade contava com uma linha de tensão que estava relativamente baixa para garantir a estabilidade necessária para manter a operação, inclusive para suportar o desenvolvimento de novos projetos. Então, dada a restrição de infraestrutura que a gente tinha, buscamos parceiros que pudessem nos ajudar".

A parceria foi firmada com a IBS Energy e a Matrix Energia, que investiram R$ 60 milhões no projeto. O aporte incluiu a construção de uma linha de transmissão com extensão de 13 quilômetros até a subestação de Camanducaia e a implantação de uma subestação de rebaixamento de tensão, o que é necessário para conectar a planta.

"O investimento na infraestrutura energética foi bastante robusto e muito importante porque possibilitou a estabilidade de operação da unidade e o potencial de expansão. A IBS fez o investimento e a gente faz a operação dessa subestação. Também temos um contrato com ela para o fornecimento dessa energia".

A nova subestação de energia elétrica instalada na planta industrial da Melhoramentos conta com tensão de 138 kV, rebaixando para 13,8 kV, e transformador de 15/20 MVA.

Ainda conforme Carolina Alcoforado, com o novo potencial energético, a indústria terá capacidade de investir e ampliar outros negócios. Uma das possibilidades é a vertical de biomateriais. "Contamos com um time de inovação que cria novos potenciais produtos para chegar ao mercado à base da fibra ou da floresta, sempre com essa pegada sustentável, com custo competitivo e uma tecnologia de performance interessante embarcada para o mercado brasileiro. Fabricamos, por exemplo, embalagens sustentáveis para a indústria de alimentos".

Além dos benefícios para a indústria, o projeto também gera um impacto positivo na comunidade local. Ao criar uma linha exclusiva de alta tensão para a fábrica, a Melhoramentos aliviou a carga do sistema elétrico local. A estimativa é que a capacidade liberada equivalha ao atendimento de aproximadamente 28 mil residências, beneficiando o município de Camanducaia, que tem no turismo, especialmente em Monte Verde, uma de suas principais fontes de renda.

"O aumento da capacidade energética local pode impulsionar o crescimento da hotelaria e do turismo, gerando mais renda e melhor qualidade de vida para a população", explicou. %

"Aumento da capacidade energética local pode impulsionar o crescimento da hotelaria e do turismo"
Carolina Alcoforado

% SAÚDE SUPLEMENTAR

Receita da Hapvida alcançou R$ 7,8 bilhões

A Hapvida apresentou os resultados do terceiro trimestre de 2025, com crescimento da carteira, avanços em tecnologia e inovação e ampliação da rede própria. A receita líquida alcançou R$ 7,8 bilhões, alta de 6,0% na comparação anual.

O período também foi marcado pela expansão hospitalar, com sete unidades inauguradas ao longo de 2025. A sinistralidade caixa fechou em 75,2%, influenciada pela sazonalidade do período, custos pré-operacionais e maturação das novas estruturas assistenciais.

Segundo o presidente da companhia, Jorge Pinheiro, os investimentos seguem concentrados em rede própria, inovação e eficiência. Ele destacou o foco em governança, disciplina financeira e uso de dados para tomada de decisão.

Mesmo com maior pressão de custos, a empresa manteve o equilíbrio dos investimentos em rede própria, com objetivo de ampliar a capacidade assistencial e fortalecer ganhos estruturais de longo prazo.

Desde o início do ano, a Hapvida inaugurou, reinaugurou ou ampliou sete hospitais, totalizando 917 leitos, dos quais cerca de 500 já operacionais, além de 25 unidades ambulatoriais. A companhia afirma que a expansão atende a três frentes principais: aumento da eficiência, melhora da conversão comercial e previsibilidade de acesso, sobretudo em períodos de alta demanda.

O executivo também destacou o avanço das iniciativas tecnológicas e de pesquisa. A empresa mantém 61 projetos de inovação, com 115 soluções de inteligência artificial, 30 já em produção, em áreas como diagnóstico por imagem, medicina preventiva, gestão hospitalar e prontuário inteligente.

O Centro de Pesquisa Hapvida acompanha 890 pacientes em estudos clínicos nas áreas de oncologia, neurologia e obesidade, com previsão de publicar 15 artigos indexados até o fim do ano. O programa de Educação Médica Continuada, ConectaMed, capacitou 8,5 mil profissionais em simulações práticas e cursos EAD.

A carteira de beneficiários também avançou no trimestre. Os planos de saúde encerraram o período com 8,869 milhões de vidas, alta de 12,6 mil ante o trimestre anterior e de 6,1% em doze meses. Nos planos odontológicos, foram 7,107 milhões de beneficiários, crescimento anual de 4,2%. O *ticket* médio consolidado ficou em R$ 292,7.

O Ebitda ajustado somou R$ 746 milhões, ou R$ 613 milhões sem efeitos não recorrentes, com margem próxima de 8%. A conversão de caixa nos nove primeiros meses do ano foi de 64,7%. O fluxo de caixa livre consumiu R$ 51 milhões no trimestre, reflexo de desembolsos com fornecedores e provisões ao SUS de períodos anteriores. A alavancagem líquida permaneceu em 1,0 vez o Ebitda.

Para os próximos trimestres, a companhia projeta crescimento de médio e longo prazos e pretende manter o ritmo de investimentos em rede própria, inovação e pesquisa, com foco em qualidade assistencial e digitalização. Pinheiro afirma que a prioridade é fortalecer a governança, aprimorar processos e avançar em eficiência operacional. %

% CURTAS

Mater Dei Nova Lima adota cirurgia robótica

O Mater Dei Nova Lima incorporou a plataforma robótica Da Vinci ao seu centro cirúrgico e passa a usar o sistema em procedimentos minimamente invasivos. A tecnologia será aplicada em áreas como urologia, digestivo, ginecologia, tórax e cardiologia. A primeira cirurgia ocorreu no fim de outubro, conduzida pelo urologista Pedro Romanelli. Segundo o especialista, o método amplia a precisão, reduz dor pós-operatória e acelera a recuperação, além de favorecer pacientes mais frágeis. O equipamento tem quatro braços articulados controlados por console com visão 3D e imagem ampliada em até 10 vezes.

Metropax lança linha de joias com memória afetiva

A Metropax apresentou ao público a linha Joias Afetivas, que transforma cinzas de cremação ou fios de cabelo de entes queridos, incluindo pets, em peças personalizadas. Os itens são produzidos de forma artesanal por ourives, após escolha do modelo pela família. A CEO Vivianne Brasil afirma que a proposta busca humanizar o luto e criar um símbolo permanente de afeto. A iniciativa também se estende ao Metropet, voltado a animais de estimação. As joias podem ser feitas em diferentes formatos e materiais, sempre seguindo um processo identificado e sigiloso.

Fenaprove 2025 reúne setor de proteção veicular em BH

A Fenaprove 2025 acontece nos dias 26 e 27 de novembro no Expominas e deve reunir mais de 8 mil visitantes. O encontro volta ao formato nacional único e coloca Belo Horizonte no centro das discussões sobre a regulamentação infralegal do setor. A programação inclui análises técnicas conduzidas por parlamentares, juristas e especialistas. A feira terá mais de 50 expositores, áreas de experiência, espaço *gourmet* e o novo palco Fala Presidente. A agenda também aborda inteligência artificial e experiência do associado. O evento movimenta a cadeia turística e de serviços da capital e conta com Rede Veículos, RA Associados, MGL Leilões e CNPPM como patrocinadores master.

Certificação de produtos artesanais

Minas Gerais lançou o Centro Internacional de Pesquisas de Produtos Artesanais Regionais, sediado em Belo Horizonte. A iniciativa recebe cerca de R$ 1 milhão do governo do Estado, via Fapemig, para atuar na certificação de origem e qualidade, facilitando a circulação global de itens como o queijo mineiro. A estrutura é vinculada à UFMG e vai apoiar produtores na adequação a marcos regulatórios nacionais e internacionais, incluindo Indicação Geográfica e Denominação de Origem Protegida. O objetivo é ampliar a competitividade e fortalecer a presença dos produtos artesanais mineiros em novos mercados.

LeverPro conquista o 1º lugar no 100 Open Startups

A LeverPro, solução mineira de tecnologia para planejamento e análise financeira, alcançou o primeiro lugar no 100 Open Startups 2025 nas categorias Top Startups e Top Fintechs. É a quinta vez consecutiva que a empresa aparece no *ranking*, agora no topo. Fundada em 2017 em Belo Horizonte, a LeverPro atende empresas de vários setores e integra sua plataforma de FP&A a mais de 80 ERPs. A *startup* reúne controladoria, tesouraria e orçamento em um único ambiente e conta com aportes de grupos como Bossanova, GR8 Ventures, Ace Ventures e GVAngels.

Anexo SENAD_compressed (35683144) SEI 08129.003746/2026-88 / pg. 61

CONJUNTURA

Inadimplência não afeta otimismo para vendas de fim de ano em BH

% VAREJO Lojistas mantêm previsão positiva principalmente para o Natal, mesmo com dívidas dos consumidores

THIAGO BONNA

Nem as pesquisas que apontam para um crescimento no número de inadimplentes em Minas Gerais e no Brasil afetam a expectativa positiva que a Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte (CDL/BH) para as vendas de final de ano, principalmente para o Natal, uma das épocas mais esperadas pelo comércio.

A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) de outubro, divulgada pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Minas Gerais (Fecomércio MG), indica que, de agosto a outubro, o número de belo-horizontinos que não terão condições de pagar suas dívidas subiu de 19,8% para 23,4%.

"Não acredito que as pessoas vão deixar de presentear, mas elas vão ter um cuidado, por toda essa questão do endividamento, comprando produtos de um valor mais baixo", comenta o vice-presidente da CDL/BH, Fernando Cardoso.

O otimismo também vem de uma sequência de resultados positivos nas datas comemorativas em comparação com os mesmos períodos em 2024. Principalmente no chamado "supertrimestre" que tem o Dia das Crianças, em outubro; a Black Friday, em novembro; e o Natal, em dezembro, considerado como o ponto alto para os lojistas.

"A gente vê um resultado das datas comemorativas como Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia das Crianças e a Black Friday, que vêm apresentando um resultado em 2025 sempre melhor do que em 2024", justifica Cardoso.



A CDL/BH acredita que os consumidores poderão comprar presentes de valor mais baixo para o Natal FOTO: DIVULGAÇÃO / FABIO ORTOLAN

A inadimplência, que também tem atingido números históricos no Brasil, chegando a 30,5% em outubro, mesmo valor de setembro, preocupa especialistas e economistas, que alertam sobre a importância de planejar financiamentos e evitar que os gastos mensais possam comprometer as finanças familiares em um período mais longo.

"De cada dez famílias, cinco estão com complicações financeiras para pagarem as suas dívidas sem ficarem inadimplentes. Grande parte dessas famílias não vislumbra a questão de longo prazo, elas fazem um financiamento no calor da emoção, passam em mais parcelas e no decorrer do prazo isso vai se acumulando", alerta o professor de ciências contábeis da Faculdade Estácio, Alisson Batista.

A avaliação é compartilhada pelo especialista em saúde financeira do Serasa, Lucas Tosati, ao afirmar que o cenário é fruto do tipo de dívida, quase majoritariamente com bancos, como cartões de crédito, cheque especial e outros modelos de empréstimos sem garantia, que essas pessoas acabam contraindo.

Ainda assim, os dois também endossam a expectativa da CDL/BH, de que abonos natalinos, gratificações de final de ano e o pagamento do 13º salário vão garantir que o final de ano seja movimentado.

"Estamos com uma economia bem rápida, com bastante consumo, com mínima histórica da taxa de desemprego e a renda do trabalhador subiu bastante comparado ao mesmo período do ano passado. Provavelmente teremos um dos melhores natais dos últimos anos para o comércio. Muito por conta dessa diminuição da taxa de desemprego, mas é importante continuar atento a esses gastos para que eles não superem o quanto se ganha", avalia Tosati.

Cautela - Aos consumidores, os especialistas aconselham cautela antes de fazer parcelamentos de longo prazo ou usar recursos que são de emergência. Para os que já estão inadimplentes, o conselho é buscar iniciativas, como o Feirão Limpa Nome, para buscar equacionar as dívidas.

"Ninguém está tão fundo no buraco que não consiga sair. Aqueles que estiverem inadimplentes devem procurar ajuda e os que não conseguirem cuidar das próprias finanças podem procurar opções para sair dessa complicação", aconselha Alisson Batista.

Segundo dados da Peic de outubro, 36,9% das pessoas que já têm dívidas atrasadas acreditam que não terão como honrar seus compromissos em novembro, assim como 23,4% das famílias da capital mineira.

O estudo também apontou que entre as famílias que possuem alguma conta pendente, 42,3% apontam que já estão com essas dívidas há mais de 90 dias; 29,7% de 30 a 90 dias; e que 27,9% afirmam que o pagamento está atrasado há menos de um mês.

A maioria dos belo-horizontinos, 60% dos entrevistados, alega que suas dívidas comprometem entre 11% e 50% da renda mensal. Enquanto 23,7% alegam que os gastos são superiores aos seus rendimentos, e apenas 16,3% afirmaram que os valores são inferiores a 10%. **%**

% EXPORTAÇÕES

Tarifaço vai aumentar déficit comercial do Brasil com EUA

São Paulo - O tarifaço sobre as exportações brasileiras vai levar ao aumento do déficit comercial do Brasil com os Estados Unidos, segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic). O vice-presidente Geraldo Alckmin e chefe do ministério falou ontem em acelerar as negociações com o parceiro comercial e disse que os números reforçam que não há justificativa para essas sanções.

Ele também demonstrou preocupação com a demora na votação de duas propostas enviadas ao Congresso para ajudar as empresas afetadas por essas medidas de retaliação.

No acumulado deste ano, as exportações para os EUA caíram 4%. A antecipação de embarques ajudou a minimizar os efeitos das tarifas, que provocaram queda nas vendas nos últimos três meses. As importações de produtos americanos, por outro lado, cresceram dois dígitos.

Dos dez produtos que os Estados Unidos vendem para o Brasil, oito têm tarifa zero, o que faz com que a média fique em 2,7%.

"Eles só têm superávit com três países do G20, Reino Unido, Austrália e Brasil e isso vem crescendo. Embora tenha caído a nossa exportação para os Estados Unidos, a importação cresceu mais de 11% este ano. Então não há justificativa para estas tarifas, e o trabalho vai ser redobrado agora", afirmou Alckmin durante evento realizado pela (Câmara Americana de Comércio para o Brasil (Amcham Brasil).

O vice-presidente lembrou que 22% das exportações brasileiras estão sujeitas ao tarifaço. Outros 27% sofrem sanções impostas também a outros países. Ele citou a preocupação com produtos industriais e também alguns agropecuários, como mel e pescados, que continuam taxados.

Alckmin também abordou outros temas que têm sido discutidos com os EUA fora do escopo de tarifas e que sinalizam um caminho para acelerar as negociações, como investimentos em *data centers*, *big techs* e terras-raras.

Reintegra Especial - Sobre a demora na votação das duas propostas enviadas ao Congresso para ajudar as empresas afetadas, o vice-presidente citou o projeto de lei complementar (PLP) que prevê um crédito de 3,1% do valor exportado - 6,1% para micro e pequena empresa - como forma de desonerar as vendas para os EUA, o chamado Reintegra Especial.

Essa é uma medida válida apenas para 2025 e 2026 e que, se não for aprovada pelo Congresso, não poderá ser aproveitada pelas empresas nacionais. A partir de 2027, com a implementação da reforma tributária, a desoneração será total.

"A devolução desse resíduo tributário para as empresas afetadas é muito importante e só produzirá efeito se o PLP for examinado, aprovado e for convertido em lei. Para as empresas aqui, associações que trabalham com o Congresso, é importante a mensagem de que, se o PLP não for examinado, esse benefício nunca verá a luz do dia. Quanto mais tempo passa, menos recurso estará disponível para vocês" disse a secretária de Comércio Exterior do Mdic, Tatiana Prazeres, no mesmo evento.

O embaixador Fernando Pimentel, diretor do Departamento de Política Comercial do Itamaraty, falou sobre a investigação do governo americano contra o Brasil dentro da chamada seção 301, que é "a maior de todos os tempos" e envolve seis frentes, como meio ambiente, agronegócio e serviços financeiros.

Segundo ele, o processo de apresentação das questões e o envio de respostas pelos setores público e privado do Brasil já foi concluído. Agora há uma fase de consultas, que já foram aceitas pela parte brasileira e dependem ainda de reuniões a serem marcadas pelos americanos.

Na última segunda- feira (24), Alckmin já havia falado sobre a preocupação com a medida provisória do Plano Brasil Soberano, que contém a maior parte das medidas de socorro e caduca no dia 11 de dezembro.

Na semana passada, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, assinou decreto que retira as tarifas de 40% sobre alguns produtos agrícolas vendidos pelo Brasil. Na semana anterior, o governo americano derrubou a tarifa de 10% das principais exportações brasileiras, como carne e café.

O presidente-executivo da Amcham, Abrão Neto, disse que os Estados Unidos respondem por quase metade das vendas brasileiras de produtos de alta tecnologia, como aeronaves, máquinas e equipamentos, são o maior mercado para exportações de serviços e o terceiro mercado para a agroindústria brasileira.

Estudo da entidade divulgado no ano passado mostrou que as exportações brasileiras destinadas aos Estados Unidos são as que geram mais empregos e que pagam melhores salários em todo o comércio exterior.

Ele destacou as notícias positivas nas últimas duas semanas, mas disse que há ainda bastante trabalho pela frente, uma vez que uma parte importante das exportações brasileiras continua sujeitas a sobretaxa, sobretudo no setor industrial.

"Estamos aliviados, depois de meses de tensão, de perceber que o clima político melhorou significativamente. Houve uma aproximação entre os presidentes dos dois países, em altíssimo nível, e o início de um desejável processo de negociações comerciais", disse Neto. **(Eduardo Cucolo/Folhapress) %**

Trump busca "era de ouro", diz cônsul

São Paulo - O cônsul-geral dos Estados Unidos em São Paulo, Kevin Murakami, disse ontem que o governo de Donald Trump busca "inaugurar uma era de ouro entre os EUA e o Brasil" e que as negociações comerciais entre os dois países caminham agora em uma direção positiva. Há dois meses, no entanto, as tensões entre Washington e Brasília estavam em um ponto crítico, ponderou.

Murakami, que chegou ao Brasil há pouco mais de dois meses, também convocou as empresas brasileiras a investir nos EUA e disse que os dois países não foram capazes de maximizar o potencial de suas relações no passado. "Talvez desta vez seja diferente", afirmou durante evento realizado pela Câmara Americana de Comércio para o Brasil (Amcham Brasil).

"Sou otimista sobre o potencial da relação entre os Estados Unidos e o Brasil. Eu estou aqui em São Paulo com uma tarefa primordial, apoiar o objetivo do governo Trump de inaugurar uma era de ouro entre os Estados Unidos e o Brasil. Muitas coisas ainda precisam acontecer para que isso aconteça, mas a relação bilateral de mais de 200 anos e nossos valores compartilhados nos fornecem uma base bem sólida", afirmou o cônsul-geral dos EUA. **(Eduardo Cucolo/Folhapress) %**

Anexo SENAD_compressed (35683144) SEI 08129.003746/2026-88 / pg. 62

LEGISLAÇÃO

Fim da escala 6x1 pode ter transição para as MPEs

TRABALHO Ministro da Secretaria-Geral da Presidência afirma que a discussão deverá ser realizada no âmbito legislativo no momento da aprovação do texto

Brasília - O ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos, afirmou ontem que o debate sobre o fim da escala 6x1 vai envolver uma transição para micro e pequenas empresas (MPEs). Segundo ele, a discussão deverá ser feita no âmbito legislativo no momento da aprovação do texto.

"É difícil a gente antecipar qual é o formato porque isso demanda cálculos de impacto fiscal. Mas têm caminhos, caminhos que podem ser com estímulo ou desoneração fiscal para os pequenos, ter um grau de compensação", disse Boulos, em entrevista à Agência Brasil e TV Brasil, após participação no programa Bom dia, Ministro, em Brasília.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 8/2025 que acaba com a escala de seis dias de trabalho por um de folga (6x1) foi protocolada na Câmara dos Deputados em fevereiro deste ano. A PEC estabelece a jornada de trabalho de, no máximo, 36 horas semanais e quatro dias de trabalho por semana, mas há outras propostas no Congresso que tratam sobre redução de jornada.

"É difícil a gente antecipar qual é o formato porque isso demanda cálculos, caminhos que podem ser com estímulo ou desoneração para compensar os pequenos"
Guilherme Boulos

Resistência - O projeto sofre resistência de setores empresariais que alegam que a medida levaria ao aumento dos custos operacionais das empresas com a contratação de mais trabalhadores. Para Boulos, o governo e o Parlamento têm a compreensão que será necessário construir caminhos para que os pequenos negócios não "fiquem na chuva".

"Nós temos que separar muito bem o que é o grande empresário, a corporação, o banqueiro e o que é o pequeno. Aquele lá que tem uma oficinazinha, que tem um lugar para comer, que tem um negócio ali com três, com cinco funcionários, Para esse pequeno você tem que ter um modelo de transição para que a sustentabilidade do negócio não seja prejudicada com fim da escala 6x1", disse. "Agora, para o grande [empresário], esse consegue segurar [os custos]", acrescentou.


O ministro Guilherme Boulos propõe um tratamento diferenciado para as micro e pequenas empresas FOTO: FABIO RODRIGUES POZZEMBOM / AGÊNCIA BRASIL

Segundo Boulos, a carga horária imposta afeta milhões de trabalhadores que não tem tempo para o mínimo. "É você, às vezes, ter sua folga num dia de semana em que sua esposa está trabalhando, os seus filhos estão na escola, você não consegue conviver com a sua família, não consegue cuidar da casa, ter um tempo para curtir um lazer, para se formar num curso", exemplificou. **(ABr)**

PREVIDÊNCIA SOCIAL

CJF libera R$ 2,8 bilhões para pagar benefícios atrasados

São Paulo - Aposentados e pensionistas que derrotaram o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) na Justiça vão receber R$ 2,8 bilhões em atrasados neste mês. Os valores foram liberados pelo Conselho da Justiça Federal (CJF) na última segunda-feira (24) para quitar as dívidas do governo com 178,1 mil segurados em 131,3 mil processos.

Para receber, é preciso ter ganhado ação de concessão ou revisão de aposentadoria, pensão, auxílio ou Benefício de Prestação Continuada (BPC), sem possibilidade de recursos. A ordem de pagamento do juiz deve ter sido feita em outubro.

O pagamento é feito por meio de requisição de pequeno valor (RPV), que é um atrasado de até 60 salários mínimos, o que corresponde a R$ 91.080 neste ano. A distribuição do dinheiro é feita por cada Tribunal Regional Federal (TRF) assim que o dinheiro é repassado pelo CJF.

O montante liberado é maior, de R$ 3,3 bilhões, e inclui também ações vencidas servidores públicos. Ao todo, receberão atrasados 271,8 mil beneficiários em 214.2 mil processos.

O valor a ser depositado pode ser encontrado no campo "Valor inscrito na proposta". Quando o dinheiro é pago, o *status* da consulta mostrará "Pago total ao juízo".

O depósito na conta será feito conforme o cronograma de cada TRF. Em geral, os tribunais levam cerca de uma semana para fazer o chamado processamento, etapa na qual são abertas contas em nome do segurado ou de seu advogado no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica Federal.

Para verificar se tem direito aos valores e se eles já foram liberados, os beneficiários ou seus advogados devem fazer uma consulta no *site* do TRF de sua região. É preciso ter o CPF do aposentado ou pensionista, ou dados do advogado, como número da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Os atrasados do INSS são valores retroativos pagos a quem vai ao Judiciário e vence uma ação contra o órgão previdenciário. O processo pode estar relacionado à revisão, quando o segurado prova que ganhava valor menor e tem direito a mais, ou à concessão, quando busca o reconhecimento de um direito inicial.

Podem ser discutidos na Justiça benefícios como auxílio-doença, aposentadoria (por tempo de contribuição, por idade, por invalidez e da pessoa com deficiência) ou até mesmo o BPC, que é uma renda assistencial.

Esses valores são pagos em lotes mensais, conforme o mês em que a RPV foi autorizada pelo juiz, etapa também chamada de autuação ou emissão. É possível verificar a data da emissão no acompanhamento processual, após a ação virar um atrasado.

Os atrasados são pagos apenas a quem ganhou a ação judicial contra o instituto, sem que haja nenhuma possibilidade de recurso. Apenas processos que já transitaram em julgado, ou seja, não têm mais possibilidade de recurso para discutir se há ou não direito àquela verba, viram atrasados.

RPVs são dívidas de até 60 salários mínimos pagas com mais agilidade. O prazo legal é de até 60 dias para a quitação do atrasado. Já os precatórios federais são débitos acima deste valor, pagos apenas uma vez por ano. Os precatórios devidos de 2025 já foram liberados. **(Cristiane Gercina/Folhapress)**

AGENDA TRIBUTÁRIA FEDERAL

IOB | sage

Histórico

Esta agenda contém as principais obrigações a serem cumpridas nos prazos previstos na legislação em vigor. Apesar de conter, basicamente, obrigações tributárias, de âmbito estadual e municipal, a agenda não esgota outras determinações legais, relacionadas ou não com aquelas, a serem cumpridas em razão de certas atividades econômicas e sociais específicas.

Nos termos do artigo 118, da Parte Geral do RICMS-MG/2023 os prazos fixados para o recolhimento do imposto, só vencem em dia de expediente na rede bancária onde deva ser efetuado o pagamento.

Agenda elaborada com base na legislação vigente em 07/10/2025. Recomenda-se vigilância quanto a eventuais alterações posteriores. Acompanhe o dia a dia da legislação no Site do Cliente (*www.iob.com.br/sitedocliente*).

O recolhimento do ICMS deverá ser efetuado até o dia 10 do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador, nas hipóteses não especificadas no artigo 112 ,"g", do RICMS-MG/2023.

Os prazos a seguir são os constantes dos seguintes atos:

a) artigo 112 da Parte Geral do RICMS-MG/2023; e

b) artigo 24 do anexo VII do RICMS-MG/2023 (produtos sujeitos à substituição tributária).

O Regulamento de ICMS de Minas Gerais é aprovado pelo Decreto nº 48.589/2023.

Dia 27

ICMS - novembro (1º a 26) - indústrias de bebidas e fumos - Operações próprias da indústria de bebidas, classificada no código 1113-5/02 da Cnae, que apresente faturamento, por núcleo de inscrição, no mês anterior ao da ocorrência do fato gerador, superior a R$ 400.000.000,00, e da indústria do fumo, classificada no código 1220-4/01 da Cnae, que apresente faturamento, por núcleo de inscrição, no mês anterior ao da ocorrência do fato gerador, superior a R$ 400.000.000,00. **Notas:**

(1) Este prazo de recolhimento refere-se às operações ocorridas entre os dias 1º e 26 do mês de referência.

(2) O recolhimento será efetuado até o dia 27 do mês da ocorrência do fato gerador, não havendo expediente bancário postergar para o primeiro dia útil seguinte. DAE/internet, RICMS-MG/2023, artigo 112, XI, "a".

Dia 28

DeSTDA - outubro - Simples Nacional - A DeSTDA será transmitida mensalmente até o dia 28 do mês subsequente ao do encerramento do período de apuração ou até o primeiro dia útil seguinte, quando o término do prazo se der em dia não útil, pelos contribuintes cujas operações ou prestações estiverem sujeitas aos regimes de substituição tributária, da antecipação do recolhimento do imposto e à incidência do imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e interestadual.

A DeSTDA também deverá ser transmitida à unidade da Federação onde o contribuinte mineiro estiver inscrito como substituto tributário. Programa SedifF-SN (Sistema Eletrônico de Documentos e Informações Fiscais do Simples Nacional), RICMS-MG/2023, anexo V, parte 1, artigo 144, § 1º.

TFRM - outubro - Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários (TFRM) - Recolhimento da TFRM relativa às saídas de recurso minerário do estabelecimento do contribuinte, no mês anterior. **Notas:**

(1) Para fins deste recolhimento considera-se, também, dia útil aquele declarado como ponto facultativo nas repartições públicas estaduais pelo Poder Executivo do Estado, desde que exista, no município onde esteja localizado o estabelecimento responsável pelo pagamento, agência arrecadadora credenciada em funcionamento.

(2) Pagamento deverá ser efetuado até o último dia útil do mês seguinte ao da emissão do documento fiscal. DAE/internet, Lei nº 19.976/2011, artigo 9º; Decreto nº 45.936/2012, artigo 10, §§ 1º e 2º.

Anexo SENAD_compressed (35683144) SEI 08129.003746/2026-88 / pg. 63

saiba mais sobre FINANÇAS no QR CODE ao lado

FINANÇAS

FINANÇAS EM FOCO



MARÍLIA SOUBHIA

Diretora tributária com mais de 20 anos de experiência. Formada em Direito e Filosofia, é membro do grupo "Mulheres no Conselho" e está cursando o AdvancedProgram for Board Members (ABPW) da Saint Paul.

O barro e o balanço: lições da cerâmica para a inteligência tributária

Há algo simbólico em colocar as mãos no barro. Moldar, polir, errar, recomeçar, um processo manual, sensível, que exige paciência e presença. Quando comecei a fazer cerâmica, não imaginava que esse exercício de transformar matéria-prima em forma se tornaria também um espelho da minha atuação na área tributária e da minha jornada profissional.

Liderar um negócio é um ato de coragem e autenticidade. Coragem para encarar a incerteza e autenticidade para se manter fiel a valores que, muitas vezes, o mercado tenta diluir. A área tributária, especialmente, é um terreno fértil para esse aprendizado.

O sistema tributário brasileiro está passando por uma das maiores transformações das últimas décadas. A reforma tributária, recém-aprovada, convida profissionais e empresas a repensarem modelos, processos e *mindsets*. Ser um líder tributário, hoje, é atuar como empreendedor dentro do próprio sistema: traduzir complexidade em clareza, burocracia em eficiência e legislação em valor estratégico.

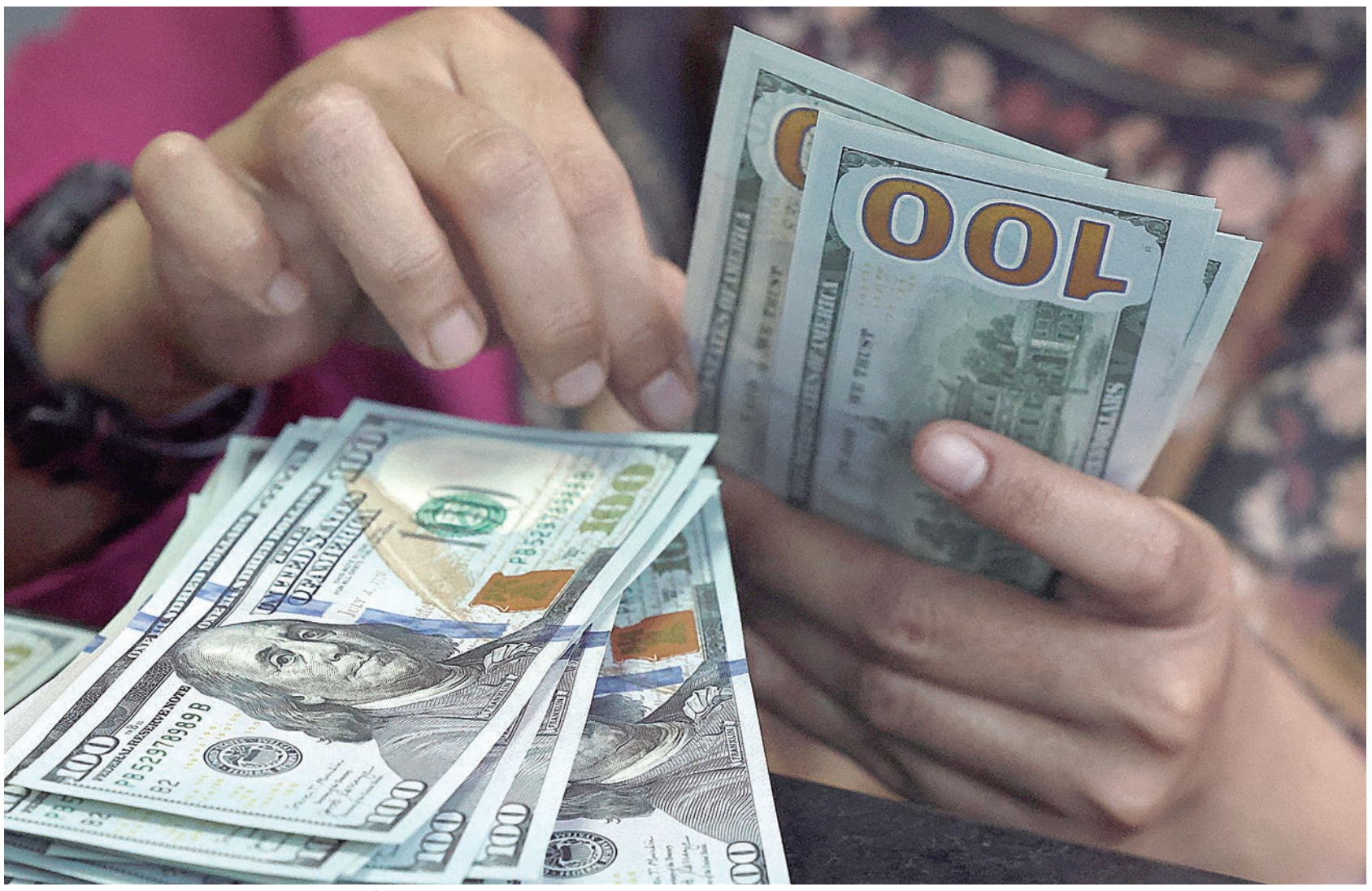
Empreender nesse contexto significa entender o processo de ponta a ponta, da estratégia de performance à operação, do jurídico à contabilidade. Assim como na cerâmica, em que o toque, a temperatura e a água precisam estar em equilíbrio, a inteligência tributária também requer precisão, sensibilidade e tempo de maturação. O resultado, em ambos os casos, nasce do equilíbrio entre técnica e intuição.

Mas empreender no Brasil é, por si só, um ato de resiliência. O País ocupa a 7ª posição mundial em taxa de empreendedorismo. Já o GEM 2024 mostra que 49,8% dos brasileiros adultos pretendem abrir um negócio nos próximos três anos, e 67,4% afirmam ter o conhecimento e a experiência necessários para empreender.

Apesar desse potencial, o ambiente de negócios ainda impõe barreiras. De acordo com o Banco Mundial (Doing Business 2020), uma empresa gasta, em média, 1.500 horas por ano apenas para lidar com obrigações tributárias, o que coloca o Brasil na 184ª posição entre 190 economias em facilidade para "pagar impostos". É nesse cenário que o profissional tributário atua como verdadeiro empreendedor interno; aquele que equilibra compliance, estratégia e inovação.

Empreender é transformar burocracia em estratégia, incerteza em aprendizado e limitação em criatividade. Na cerâmica, aprendi que o erro não é o fim, mas parte do processo de criação. No empreendedorismo, aprendo que as falhas também moldam o sucesso. E na liderança tributária, compreendo que a exigência não é dureza: é compromisso com o melhor que podemos entregar, conosco e com os outros.

Liderar, hoje, é promover ambientes colaborativos, incentivar o pensamento crítico e traduzir o complexo em acessível. Assim como o barro precisa do fogo para ganhar forma definitiva, a área tributária, e o próprio empreendedorismo, se fortalecem na adversidade. O desafio não é apenas sobreviver, mas seguir criando, com coragem, autenticidade e propósito. %



Nos 12 meses encerrados em outubro, o déficit em transações correntes somou US$ 76,727 bilhões FOTO: WILLY KURNIAWAN / REUTERS

Contas externas do Brasil ficaram negativas em US$ 5,121 bilhões

% TRANSAÇÕES CORRENTES Resultado de outubro representa uma melhora na comparação com o mesmo período do ano passado, aponta o Banco Central

Brasília - As contas externas do Brasil tiveram saldo negativo de US$ 5,121 bilhões em outubro, informou, ontem, o Banco Central (BC). No mesmo mês de 2024, o déficit foi de US$ 7,387 bilhões nas transações correntes, que são as compras e vendas de mercadorias e serviços e transferências de renda com outros países.

A melhora na comparação interanual é resultado da alta de US$ 3 bilhões no superávit comercial. Em contrapartida, houve aumento de US$ 838 milhões no déficit em renda primária, que contabiliza o pagamento de juros e lucros, além de dividendos de empresas. Já os resultados em renda secundária e em serviços permaneceram estáveis.

Nos 12 meses encerrados em outubro, o déficit em transações correntes somou US$ 76,727 bilhões, o que corresponde a 3,48% do Produto Interno Bruto (PIB). Em relação ao período equivalente terminado em outubro de 2024, houve aumento no déficit; naquele mês, o resultado em 12 meses foi negativo em US$ 57,341 bilhões, ou 2,57% do PIB.

De acordo com o BC, as transações correntes têm cenário bastante robusto e vinham com tendência de redução nos déficits em 12 meses, o que se inverteu a partir de março de 2024. Ainda assim, o déficit externo está financiado por capitais de longo prazo, principalmente pelos investimentos diretos no País, que têm fluxos e estoques de boa qualidade.

Balança comercial e serviços - As exportações de bens totalizaram US$ 32,111 bilhões em outubro, com aumento de 8,9% em relação a igual mês de 2024. Enquanto isso, as importações chegaram a US$ 25,941 bilhões, com redução de 1,3% na comparação com outubro do ano passado.

Com os resultados de exportações e importações, a balança comercial fechou com superávit de US$ 6,170 bilhões no mês passado, ante o saldo positivo de US$ 3,189 bilhões em outubro de 2024.

O déficit na conta de serviços – viagens internacionais, transporte, aluguel de equipamentos e seguros, entre outros – atingiu US$ 4,372 bilhões no mês passado, ante US$ 4,416 bilhões em igual período de 2024.

Houve alta de 142% nas despesas líquidas com serviços de telecomunicação, computação e informações, totalizando US$ 591 milhões, e de 35,6% em serviços de propriedade intelectual, ligados a plataformas de *streaming*, para US$ 995 milhões. As despesas líquidas de transportes diminuíram 18,5%, somando US$ 1,3 bilhão, refletindo a queda nas importações.

No caso das viagens internacionais, o déficit na conta fechou em US$ 1,343 bilhão, 14,5% acima do registrado em outubro de 2024. Isso é resultado da redução de 3,8% (total de US$ 573 milhões) nas receitas – que são os gastos de estrangeiros em viagem ao Brasil – e de aumento de 8,3% nas despesas de brasileiros no exterior, para US$ 1,916 bilhão.

Rendas - Em outubro de 2025, o déficit em renda primária – lucros e dividendos, pagamentos de juros e salários – chegou a US$ 7,429 bilhões, 12,7% acima do registrado em outubro do ano passado, de US$ 6,590 bilhões. Normalmente, essa conta é deficitária, já que há mais investimentos de estrangeiros no Brasil – e eles remetem os lucros para fora do País – do que de brasileiros no exterior.

A conta de renda secundária – gerada em uma economia e distribuída para outra, como doações e remessas de dólares, sem contrapartida de serviços ou bens – teve resultado positivo de US$ 510 milhões no mês passado, contra superávit de US$ 430 milhões em outubro de 2024. **(ABr) %**

"O déficit na conta de serviços – viagens internacionais, transporte, aluguel de equipamentos e seguros, entre outros – atingiu US$ 4,372 bilhões no mês passado"

IDP atingiu o maior patamar desde 2011

Brasília - O chefe do Departamento de Estatísticas do Banco Central, Fernando Rocha, disse ontem que o ingresso líquido de US$ 10,937 bilhões em Investimento Direto no País (IDP) em outubro deste ano foi o maior para o mês desde 2011. Ele concedeu entrevista coletiva sobre as estatísticas do setor externo, divulgadas pela manhã.

"É o segundo mês seguido em que os Investimentos Diretos no País superam a marca de US$ 10 bilhões, o que é um número bastante significativo", disse o técnico do BC. "Há uma aceleração, nos últimos dois meses, no ritmo de ingresso de Investimento Direto no País."

Rocha chamou atenção para a composição do IDP.

Segundo o chefe do Departamento de Estatísticas, o ingresso de recursos foi puxado por operações acima de US$ 1 bilhão e que representam recursos novos. Os lucros reinvestidos caíram frente ao mesmo mês do ano passado.

No acumulado de janeiro a outubro, o IDP atingiu US$ 74,3 bilhões, uma alta de 8,8% frente ao mesmo período de 2024 e o maior nível desde 2014. Quando considerado o acumulado de 12 meses, chegaram a US$ 80,1 bilhões, o maior nível desde 2017.

O técnico destacou que, numericamente, o IDP e o déficit em transações correntes continuam próximos no acumulado de 12 meses O investimento direto superou numericamente o rombo na conta corrente pela primeira vez desde janeiro. **(Estadão Conteúdo) %**

Anexo SENAD_compressed (35683144) SEI 08129.003746/2026-88 / pg. 64

Apólice de carro em BH chega a ter variação de R$ 1,5 mil

%SEGURADORAS Levantamento da Minuto Seguros mostra diferenças de preços entre modelos mais vendidos na capital mineira

LEONARDO LEÃO

O preço das apólices de seguro automotivo em Belo Horizonte apresentou uma diferença de R$ 1,5 mil entre os modelos de carros mais vendidos em outubro deste ano. Além disso, de acordo com levantamento realizado pela Minuto Seguros, da corretora Creditas, o valor praticado para o público feminino ficou abaixo de R$ 2,5 mil na maioria dos casos, enquanto para o perfil masculino essa barreira é superada.

O Jeep Compass S 1.3 T270 foi o único modelo a registrar preço acima desse limite para as mulheres da capital mineira, com seguro de R$ 3.186,59. Ele também foi o mais caro para os homens, conforme o estudo, com apólice avaliada em R$ 3.105,03.

Quanto aos modelos de veículos mais populares, o Hyundai HB20 Sense Plus 1.0 (R$ 1.709,89) e o Fiat Mobi Like 1.0 (R$ 1.743,32) apresentaram os valores mais acessíveis para o público feminino. Já para o perfil masculino, o Mobi Like 1.0 e o HB20 Sense Plus 1.0 tiveram valores abaixo de R$ 1,7 mil, com seguros de R$ 1.660,19 e R$ 1.664,98, respectivamente.

A pesquisa mostra ainda que modelos como o Hyundai Creta Action 1.6 (R$ 2.330,35), o novo Chevrolet Onix Sedan Plus 1.0 (R$ 2.125,50) e o novo Honda HR-V EXL 1.5 (R$ 2.155,40) tiveram custos na casa de R$ 2,1 mil a R$ 2,3 mil para as mulheres. O novo Volkswagen Polo Comfortline 1.0 TSI (R$ 1.812,07) e o Fiat Argo 1.0 (R$ 1.880,32) também apresentaram custos abaixo de R$ 1,9 mil para os homens.

Brasil - O preço médio das apólices de seguro dos veículos mais vendidos do País continuou a apresentar movimentos distintos em outubro. Para os homens, o valor médio geral foi de R$ 2.278,64, o que representa um aumento de 6,38% em relação a setembro (R$ 2.142,08). Já entre as mulheres, o preço foi de R$ 2.277,93, uma redução de 2,4% frente ao mês anterior (R$ 2.333,96).

De acordo com o estudo da Minuto Seguros, essa é a primeira vez que os valores médios para ambos os gêneros se equalizam em 2025. A análise considera as onze capitais brasileiras com maior representatividade no mercado automotivo, com base no ranking da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave), que lista os dez modelos mais vendidos em outubro.

O gerente da Minuto Seguros, Michel Tanam, explica que o mercado de seguros automotivos apresenta variações significativas mês a mês. Segundo ele, foi possível observar uma convergência notável nos preços médios entre homens e mulheres em outubro. Apesar disso, a volatilidade em modelos e capitais específicas permanece alta.

Tanam avalia que, para os homens, a alta sugere uma elevação em fatores de risco, como aumento da sinistralidade ou da frequência de roubos e furtos. Já a queda para as mulheres pode indicar uma revisão dos parâmetros de precificação por parte das seguradoras, que passaram a considerar esse público como de menor risco em determinadas regiões ou modelos de veículos.

"Essa equalização entre os gêneros é um movimento pontual, mas importante, pois mostra como o mercado responde rapidamente a mudanças de comportamento e dados de risco. Minha recomendação é que o consumidor realize cotações com frequência, já que as variações mensais podem impactar diretamente o custo do seguro", completa. %

"Minha recomendação é que o consumidor realize cotações com frequência, já que as variações mensais podem impactar diretamente o custo do seguro"
Michel Tanam



Valor médio do seguro veicular para homens subiu 6,38% no Brasil em outubro FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / ARQUIVO / ALESSANDRO CARVALHO

Indicadores Econômicos

Dólar

		25/11/2025	24/11/2025	19/11/2025
COMERCIAL*	COMPRA	R$ 5,3760	R$ 5,3940	R$ 5,3370
	VENDA	R$ 5,3760	R$ 5,3950	R$ 5,3380
PTAX (BC)	COMPRA	R$ 5,3835	R$ 5,3942	R$ 5,3340
	VENDA	R$ 5,3841	R$ 5,3948	R$ 5,3346
TURISMO*	COMPRA	R$ 5,3990	R$ 5,4150	R$ 5,3530
	VENDA	R$ 5,5790	R$ 5,5950	R$ 5,5330

Fonte: BC

Ouro

	25/11/2025	24/11/2025	19/11/2025
Nova Iorque (onça-troy)	US$ 4.131,56	US$ 4.131,07	US$ 4.068,51
BM&F-SP (g)	R$ 714,84	R$ 709,48	R$ 701,47

Fonte: Gold Price

Inflação

Índices	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Set.	Out.	No ano	12 meses
IGP-M (FGV)	1,30%	0,94%	0,27%	1,06%	-0,34%	0,24%	-0,49%	-1,67%	-0,77%	0,36%	0,42%	-0,36%	-1,30%	0,92%
IPC-Fipe	1,17%	0,34%	0,24%	0,51%	0,62%	0,45%	0,27%	-0,08%	0,28%	0,04%	0,65%	0,27%	3,30%	4,86%
IGP-DI (FGV)	1,18%	0,87%	0,11%	1,00%	-0,50%	0,30%	-0,85%	-1,80%	-0,07%	0,20%	0,36%	-0,03%	-1,31%	0,73%
INPC-IBGE	0,33%	0,48%	0,25%	1,48%	0,51%	0,48%	0,35%	0,23%	0,21%	-0,21%	0,52%	0,03%	3,65%	4,49%
IPCA-IBGE	0,39%	0,52%	0,16%	1,31%	0,56%	0,43%	0,26%	0,24%	0,26%	-0,11%	0,48%	0,09%	3,73%	4,68%
IPCA-IPEAD	0,22%	0,49%	0,16%	-0,05%	0,32%	0,37%	0,05%	0,74%	0,50%	-0,24%	0,05%	-0,05%	4,01%	4,75%

Salário/CUB/UPC/Ufemg/TJLP

	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Set.	Out.
Salário	1412,00	1412,00	1518,00	1518,00	1518,00	1518,00	1518,00	1518,00	1518,00	1518,00	1518,00	1518,00
CUB-MG* (%)	1,79	0,15	1,65	0,20	0,11	0,19	0,06	0,18	0,26	0,08	0,07	0,11
UPC (R$)	24,49	24,49	24,55	24,55	24,55	24,65	24,65	24,65	24,78	24,78	24,78	24,91
UFEMG (R$)	5,2797	5,2797	5,5310	5,5310	5,5310	5,5310	5,5310	5,5310	5,5310	5,5310	5,5310	5,5310
TJLP (&a.a.)	7,43	7,43	7,97	7,97	7,97	8,65	8,65	8,65	8,96	8,96	8,96	9,07

*Fonte: Sinduscon-MG

TR/Poupança

19/10 a 19/11	0,1740	0,6749	08/11 a 08/12	0,1641	0,6649
20/10 a 20/11	0,1760	0,6769	09/11 a 09/12	0,1703	0,6712
21/10 a 21/11	0,1741	0,6750	10/11 a 10/12	0,1722	0,6731
22/10 a 22/11	0,1741	0,6750	11/11 a 11/12	0,1722	0,6731
23/10 a 23/11	0,1721	0,6730	12/11 a 12/12	0,1722	0,6731
24/10 a 24/11	0,1702	0,6711	13/11 a 13/12	0,1722	0,6731
25/10 a 25/11	0,1701	0,6710	14/11 a 14/12	0,1702	0,6711
26/10 a 26/11	0,1721	0,6730	15/11 a 15/12	0,1642	0,6650
27/10 a 27/11	0,1740	0,6749	16/11 a 16/12	0,1703	0,6712
28/10 a 28/11	0,1741	0,6750	17/11 a 17/12	0,1722	0,6731
01/11 a 01/12	0,1634	0,6642	18/11 a 18/12	0,1728	0,6737
02/11 a 02/12	0,1702	0,6711	19/11 a 19/12	0,1722	0,6731
03/11 a 03/12	0,1722	0,6731	20/11 a 20/12	0,1722	0,6731
04/11 a 04/12	0,1722	0,6731	21/11 a 21/12	0,1722	0,6731
05/11 a 05/12	0,1722	0,6731	22/11 a 22/12	0,1703	0,6712
06/11 a 06/12	0,1722	0,6731	23/11 a 23/12	0,1722	0,6731
07/11 a 07/12	0,1703	0,6712	24/11 a 24/12	0,1742	0,6751

Taxas Selic

	Tributos Federais (%)	Meta da Taxa a.a. (%)
Novembro	0,79	11,25
Dezembro	0,93	12,25
Janeiro	1,01	12,25
Fevereiro	0,99	13,25
Março	0,96	14,25
Abril	1,06	14,25
Maio	1,14	14,75
Junho	1,10	15,00
Julho	1,28	15,00
Agosto	1,16	15,00
Setembro	1,22	15,00
Outubro	1,28	15,00

Taxas de câmbio

MOEDA/PAÍS	CÓDIGO	COMPRA	VENDA
BOLIVIANO/BOLIVIA	30	0,7691	0,786
COLON/COSTA RICA	35	0,4807	0,4829
COLON/EL SALVADOR	40	0,01066	0,01088
COROA DINAMARQUESA	55	0,8333	0,8336
COROA ISLND/ISLAN	60	0,04248	0,04255
COROA NORUEGUESA	65	0,5249	0,5256
COROA SUECA	70	0,5634	0,5636
DIRHAM/EMIR.ARABE	145	1,4656	1,4659
DOLAR AUSTRALIANO	150	3,4702	3,4717
DOLAR/BAHAMAS	155	5,3835	5,3841
DOLAR CANADENSE	165	3,8159	3,8172
DOLAR DA GUIANA	170	0,02558	0,0259
DOLAR CAYMAN	190	6,4473	6,5065
DOLAR CINGAPURA	195	4,1342	4,1362
DOLAR HONG KONG	205	0,6922	0,6923
DOLAR CARIBE ORIENTAL	210	0,7887	0,7977
DOLAR DOS EUA	220	5,3835	5,3841
FORINT/HUNGRIA	345	0,01629	0,01629
FRANCO SUICO	425	6,6627	6,6668
GUARANI/PARAGUAI	450	0,0007678	0,0007721
IENE	470	0,03447	0,03448
LIBRA/EGITO	535	0,1126	0,1128
LIBRA ESTERLINA	540	7,0933	7,0946
LIBRA/LIBANO	560	0,0000601	0,0000602
LIBRA/SIRIA, REP	575	0,0004864	0,0004869
NOVO DOLAR/TAIWAN	640	0,1713	0,1715
NOVO SOL/PERU	660	1,592	1,5922
PESO ARGENTINO	665	0,06033	0,06035
PESO CHILE	715	0,005752	0,005757
PESO/COLOMBIA	720	0,001411	0,001412
PESO/CUBA	725	0,2243	0,2243
PESO/REP. DOMINIC	730	0,08577	0,0863
PESO/FILIPINAS	735	0,09146	0,0915
PESO/MEXICO	741	0,2918	0,292
PESO/URUGUAIO	745	0,1354	0,1356
QUETZEL/GUATEMALA	770	0,7019	0,7038
RANDE/AFRICA SUL	775	0,002556	0,002572
RENMINBI HONG KONG	796	0,7604	0,7605
RIAL/CATAR	800	1,477	1,4777
RIAL/ARAB SAUDITA	820	1,4353	1,4355
RINGGIT/MALASIA	828	1,3007	1,3037
RUBLO/RUSSIA	830	0,06827	0,06829
RUPIA/INDIA	860	0,06038	0,0604
WON COREIA SUL	930	0,003667	0,003669
EURO	978	6,2244	6,2256

Fonte: Banco Central / Thomson Reuters

Contribuição ao INSS

TABELA DE CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DE DE 01/01/2025

Tabela de contribuição dos segurados empregados,

inclusive o doméstico, e trabalhador avulso

Salário de contribuição (R$)	Alíquota (%)
Até R$ 1.518,00	7,50
De R$ 1.518,01 até R$ 2.793,88	9,00
De R$ 2.793,89 até R$ 4.190,83	12,00
De R$ 4.190,84 até R$ 8.157,41	14,00

CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS AUTÔNOMOS, EMPRESÁRIO E FACULTATIVO

Salário base (R$)	Alíquota %	Contribuição (R$)
1.518,00	5 (*)	75,90
1.518,00	11 (**)	166,98
1.518,01 até 8.157,41	20	Entre 303,60 (salário mínimo) e 1.631,48 (teto)

*Alíquota exclusiva do Facultativo Baixa Renda;

**Alíquota exclusiva do Plano Simplificado de Previdência;

COTAS DE SALÁRIO FAMÍLIA

	Remuneração	Valor unitário da quota
A Partir de 01/01/2025		
(Portaria ME 914/2020)	Até R$ 1.906,04	R$ 65,00

Fonte: Tabelas INSS e SF: Portaria Interministerial MTP/ME nº 12, de 17 de Janeiro de 2022

Reservas Internacionais

24/11..... US$ 358.968 milhões

Fonte: BCB-DSTAT

FGTS

Índices de rendimento (Coeficientes de JAM Mensal)

Competência do Depósito	Crédito	3% *	6%
Julho/2025	Setembro/2025	0.004192	0.006597
Agosto/2025	Outubro/2025	0.004212	0.006618

* Taxa que deverá ser usada para atualizar o saldo do FGTS no sistema de Folha de Pagamento.

Fonte: Caixa Econômica Federal

Seguros

12/11	0,01393226	3,109697426
13/11	0,01393332	3,109935051
14/11	0,01393439	3,110172828
15/11	0,01393553	3,110427358
16/11	0,01393553	3,110427358
17/11	0,01393553	3,110427358
18/11	0,01393667	3,110682056
19/11	0,01393777	3,110927879
20/11	0,01393884	3,111165732
21/11	0,01393989	3,111401038
22/11	0,01394102	3,111653006
23/11	0,01394102	3,111653006
24/11	0,01394102	3,111653006
25/11	0,01394215	3,111904846
26/11	0,01394324	3,112148082

Fonte: Fenaseg

TBF

19/11 a 19/12	1,0825
20/11 a 20/12	1,0828
21/11 a 21/12	1,0828
22/11 a 22/12	1,0310
23/11 a 23/12	1,0829
24/11 a 24/12	1,1348

Aluguéis

Fator de correção anual residencial e comercial	
IPCA (IBGE)	
Outubro	1,0468
IGP-DI (FGV)	
Outubro	1,0073
IGP-M (FGV)	
Outubro	1,0092

Imposto de Renda

Base de Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir (R$)
Até 2.259,20	Isento	Isento
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Deduções:

a) R$ 189,59 por dependente (sem limite).

b) Faixa adicional de R$ 1.903,98 para aposentados, pensionistas e transferidos para a reserva remunerada com mais de 65 anos.

c) Contribuição previdenciária.

d) Pensão alimentícia.

Limite mensal de desconto simplificado: R$ 564,80

Medida Provisória nº 1.171, de 30 de abril de 2023

Obs: Para calcular o valor a pagar, aplique a alíquota e, em seguida, a parcela a deduzir.

Fonte: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/meu-imposto-de-renda/tabelas/2024 - A partir de fevereiro de 2024.

Agenda Federal

sage

Dia 28

Cofins/PIS-Pasep - Retenção na Fonte - Autopeças - Recolhimento da Cofins e do PIS-Pasep retidos na fonte sobre remunerações pagas por pessoas jurídicas referentes à aquisição de autopeças (art. 3º, § 5º, da Lei nº 10.485/2002, com a nova redação dada pelo art. 42 da Lei nº 11.196/2005) no período de 1º a 15.11.2025.
Darf Comum (2 vias)

DCTFWeb - Entrega da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTFWeb), relativas aos fatos geradores de outubro de 2025.
(Instrução Normativa RFB nº 2.237/2024, art. 6º, caput)
Nota: Em relação aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º.01.2025, passaram a ser informados na DCTFWeb, entre outros, os seguintes tributos administrados pela RFB:
a) IRPJ;
b IPI;
c) IOF;
d) CSLL;
e) PIS/Pasep;
f) Cofins;
g) Cide-Combustíveis;
h) Cide-Remessas.
(Instrução Normativa RFB nº 2.237/2024, art. 8º)
Internet

CSLL - Apuração mensal - Pagamento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido devida, no mês de outubro de 2025, pelas pessoas jurídicas que optaram pelo pagamento mensal do IRPJ por estimativa (art. 28 da Lei nº 9.430/1996).
Darf Comum (2 vias)

CSLL - Apuração trimestral - Pagamento da 2ª quota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido devida no 3º trimestre de 2025, pelas pessoas jurídicas submetidas à apuração trimestral do IRPJ com base no lucro real, presumido ou arbitrado, acrescida de 1% de juros (art. 28 da Lei nº 9.430/1996).
Darf Comum (2 vias)

Declaração de Operações Imobiliárias (DOI) - Entrega à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), pelos Cartórios de Notas, de Registro de Imóveis e de Registro de títulos e Documentos, da Declaração sobre Operações Imobiliárias (DOI), relativa às operações de aquisição ou alienação de imóveis realizadas durante o mês de outubro de 2025 por pessoas físicas ou jurídicas (Instrução Normativa RFB nº 2.186/2024, art. 5º). Internet

Declaração de Operações Liquidadas com Moeda em Espécie (DME) - Entrega da DME pelas pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no Brasil que, no mês de outubro de 2025, tenham recebido valores em espécie cuja soma seja igual ou superior a R$ 30.000,00, ou o equivalente em outra moeda, decorrentes de alienação ou cessão onerosa ou gratuita de bens e direitos, de prestação de serviços, de aluguel ou de outras operações que envolvam transferência de moeda em espécie, realizadas com uma mesma pessoa física ou jurídica (Instrução Normativa RFB nº 1.761/2017, arts. 1º, 4º e 5º).
Internet

ITR - Quota - Pagamento da 3ª quota do imposto apurado na DITR do exercício de 2025, acrescida da taxa Selic do mês de outubro de 2025, mais 1% de juros (Instrução Normativa RFB nº 2.273/2025, art. 11).
Darf Comum (2 vias)

IRPF - Carnê-leão - Pagamento do Imposto de Renda devido por pessoas físicas sobre rendimentos recebidos de outras pessoas físicas ou de fontes do exterior no mês de outubro de 2025 (art. 915 do RIR/2018) - Cód. Darf 0190.
Darf Comum (2 vias)

IRPF - Lucro na alienação de bens ou direitos - Pagamento, por pessoa física residente ou domiciliada no Brasil, do Imposto de Renda devido sobre ganhos de capital (lucros) percebidos no mês de outubro de 2025 provenientes de
(art. 915 do RIR/2018):
a) alienação de bens ou direitos adquiridos em moeda nacional - Cód. Darf 4600;
b) alienação de bens ou direitos ou liquidação ou resgate de aplicações financeiras, adquiridos em moeda estrangeira - Cód. Darf 8523.
Darf Comum (2 vias)

IRPF - Quota - Pagamento da 7ª quota do imposto apurado pelas pessoas físicas na Declaração de Ajuste Anual relativa ao ano-calendário de 2024, acrescida da taxa Selic dos meses de junho a outubro de 2025, mais 1% de juros - Cód. Darf 0211.
Darf Comum (2 vias)

Anexo SENAD_compressed (35683144) SEI 08129.003746/2026-88 / pg. 65

VARIEDADES

Fundador do Divina Providência vai receber prêmio

ANDERSON ROCHA

O presidente-fundador do Sistema Divina Providência, Jairo Siqueira de Azevedo, de 87 anos, será o homenageado da 14ª edição do Prêmio de Responsabilidade Social Empresarial, promovido pela Associação de Dirigentes Cristãos de Empresa (ADCE-MG).

"Eu recebo esta homenagem não para mim, pessoalmente, mas representando a instituição em que muita gente trabalha para o bem dessas pessoas que nós ajudamos. Então, dentro desse entendimento, eu acho que é válido reconhecer a instituição que não é definitivamente pela minha pessoa, mas pelo conjunto de pessoas que nós conseguimos arregimentar para trabalhar pelas pessoas que sofrem. Pelas pessoas carentes, pelos que precisam de nosso apoio", comentou Azevedo sobre o prêmio.

A premiação, que tem o Diário do Comércio como um dos apoiadores, será entregue em solenidade no auditório do Edifício Liberdade (rua da Bahia, 1.900), no bairro Lourdes, na região Centro-Sul de Belo Horizonte, no dia 1º de dezembro, às 19h30.

Instituído em 2012, o Prêmio de Responsabilidade Social Empresarial reconhece líderes empresariais que, por meio de suas iniciativas, promovem os valores da ADCE-MG e contribuem para o fortalecimento de relações empresariais éticas e comprometidas com o bem comum.

Em 2022, o presidente do Conselho Gestor do Diário do Comércio, Luiz Carlos Motta Costa, foi o ganhador do prêmio.



Jairo Siqueira de Azevedo será o homenageado da 14ª edição do Prêmio de Responsabilidade Social Empresarial, promovido pela ADCE-MG FOTO: SISTEMA DIVINA PROVIDÊNCIA / DIVULGAÇÃO

História - Mineiro de Datas, na região Central de Minas, Jairo Siqueira de Azevedo é empresário e filantropo. Ele foi vendedor de pipoca ainda na infância, aos dez anos, na década de 1930, para ajudar a família a saldar uma dívida.

Após mudar-se para Belo Horizonte, ele fundou o Grupo Seculus, tornando-se um dos maiores empresários do Brasil. Impulsionado pela vocação religiosa e visão humanitária, ele criou o Sistema Divina Providência, que nasceu do Lar dos Meninos, no bairro Olhos D'água, em Belo Horizonte, para oferecer dignidade e futuro por meio da educação.

Ao longo de mais 50 anos de propósito, a organização expandiu-se e é composta por 17 obras, 21 projetos, cinco serviços sociais e cinco programas sociais, incluindo o Lar de Meninos.

"Ao longo de mais 50 anos de propósito, a organização expandiu-se e é composta por 17 obras, 21 projetos, cinco serviços sociais e cinco programas sociais"

Além de Belo Horizonte, o Sistema Divina Providência atua em Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Contagem e Ibirité, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH); Crucilândia, na região Central; e Montes Claros, no Norte de Minas.

Em 2008, ao ser homenageado na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), Jairo Siqueira de Azevedo falou sobre sua dedicação ao trabalho filantrópico.

"Nossos olhos devem estar voltados não para o pouco que fizemos, pois fizemos muito pouco até agora, mas para o muito que falta ser feito. Prometemos a Deus lutar até o último dia em que nos der essa condição. Alguém me perguntou: 'Jairo, você vai-se aposentar?'. Respondi: 'Claro que vou. Quando não houver mais pobreza, mais miséria e alunos para serem profissionalizados, vou-me aposentar, mas, até então, continuarei lutando'", disse.

Números do Sistema Divina Providência:

- 700 funcionários;
- 22.000 atendidos por mês;
- 4.262.252 refeições por ano;
- 660.939 certificados entregues.

Para ajudar a instituição, é possível fazer doação de alimentos e dinheiro. Também há a captação via renúncia fiscal para pessoas jurídicas e pessoas físicas. %

Diário do Comércio ganha comenda

O Sindicato das Indústrias de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares do Vale da Eletrônica (Sindvel) – realiza nesta semana, no dia 27, a 15ª edição da Comenda Sinhá Moreira. A cerimônia acontece no salão de festas da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) de Santa Rita do Sapucaí, no Sul de Minas, a partir das 18h.

Inspirada na tradicional "Medalha da Inconfidência Mineira" – uma das mais importantes honrarias concedidas pelo Governo do Estado desde 1952 –, a comenda é entregue pelo sindicato para várias categorias: indústria inovadora, empresa que mais gerou empregos no Vale da Eletrônica no último ano e personalidade de destaque. A distinção também homenageia o legado de Luzia Rennó Moreira, a visionária Sinhá Moreira, pioneira no desenvolvimento educacional e tecnológico no Estado.

"A comenda cumpre um papel essencial ao reconhecer personalidades e iniciativas que contribuem para construir a identidade mineira. Ela valoriza não apenas aqueles que fizeram e fazem a diferença, como Sinhá Moreira, mas também estimula as novas gerações a trilhar o caminho da excelência, da inovação e do compromisso com o bem comum", afirmou o presidente do Sindvel, Roberto de Souza Pinto.

Reconhecimento - Neste ano, o título de "Personalidade Ilustre" será entregue à presidente e diretora editorial do Diário do Comércio, Adriana Costa Muls, e ao diretor executivo e de mercado do veículo, Yvan Muls. Segundo o presidente do sindicato, a escolha reflete o trabalho consistente do jornal na cobertura das ações do Vale da Eletrônica, ampliando a projeção de Santa Rita do Sapucaí em Minas Gerais e no País.

"Esta comenda reconhece o papel fundamental que o Diário do Comércio desempenha ao dar visibilidade às ações do Vale da Eletrônica, levando para todo o Estado e para o País a força do nosso desenvolvimento tecnológico e econômico", destacou o presidente.

O Diário do Comércio é o único veículo especializado em economia, gestão e negócios em Minas Gerais, com mais de 90 anos de atuação.

Empresas de destaque - Seis empresas concorreram na categoria "Inovação", e a vencedora foi a Sense TE Connectivity, com o produto "S-VUE Pro" — um monitor inteligente para válvulas diafragmas amplamente utilizadas na indústria farmacêutica.

"Esse é um produto único no mundo, com tecnologia disruptiva para monitoramento de válvulas diafragmas no segmento de fármacos, conhecido como ciência para a vida", explicou o gerente de pesquisa e desenvolvimento da empresa, Sérgio Bertoloni.

Na categoria "Geração de Empregos", a vencedora foi a Qualitronix. De acordo com dados do portal E-Social, a empresa foi a que mais criou postos de trabalho no Vale da Eletrônica nos últimos 12 meses. %

DiariodoComercio
variedades@diariodocomercio.com.br
(31) 3469 2067

Circuito de Tradições Natalinas chega a João Monlevade

O Circuito de Tradições Natalinas chega a João Monlevade, na região Central do Estado, a partir do dia 29 deste mês, com diversas atrações culturais. O circuito já passou por Itaúna, na região Centro-Oeste. Este ano, a 5ª edição do Natal de Luz de João Monlevade acontece junto com o Circuito de Tradições Natalinas, um projeto que irá percorrer cidades do Estado. A abertura oficial será na Praça do Povo, a partir das 17h, com feira de gastronomia e artesanato, acendimento das luzes de Natal, apresentação do Quarteto de Natal com Papai Noel Freddy, do Coral Monlevade EnCanto.

Temporada popular do Grupo Corpo em BH

De 3 a 7 de dezembro, o Grupo Corpo realiza sua tradicional temporada popular em Belo Horizonte, no Cine Theatro Brasil Vallourec, apresentando dois marcos de seu repertório: Parabelo e Gira. Em Parabelo (1997), Rodrigo Pederneiras dá forma a um Brasil de cores, ritmos e devoções; em Gira (2017), mergulha no universo simbólico das religiões afro-brasileiras. A abertura da bilheteria será hoje, a partir das 12 horas. As vendas são feitas pelo site Eventim (www.eventim.com.br) e na bilheteria do teatro (av. Amazonas, 315, centro de BH). Os ingressos custam R$ 39,80 (inteira) e R$19,90 (meia).



FOTO: JOSE LUIZ PEDERNEIRAS / GRUPO CORPO DIVULGAÇÃO

"Trilhas, Noite Cheia de Lua de Sol" será apresentado na Capital

Encenada pela primeira vez em 2022, "Trilhas, Noite Cheia de Lua de Sol" segue em turnê de circulação nacional, que inclui apresentações em Ceilândia (DF), Vitória (ES), Belo Horizonte (MG), São Paulo (SP) e Brasília (DF). Com texto, direção e atuação de Cláudia Andrade, o espetáculo cênico imagético é atravessado por elementos como a videoarte, música, dramaturgia contemporânea e as artes visuais. Na capital mineira, as apresentações serão nos dias 27 e 28 de novembro, às 20h, no Teatro João Ceschiatti, no Palácio das Artes (avenida Afonso Pena, 1537, Centro). Os ingressos que custam R$ 20 (inteira) e R$ 10 (meia), podem ser adquiridos pelo site Eventim.

Anexo SENAD_compressed (35683144) SEI 08129.003746/2026-88 / pg. 66

Diário do Comércio

93 ANOS / DESDE 1932
Belo Horizonte, MG
Sexta-feira, 27 de março de 2026

EDIÇÃO 25.540

diariodocomercio.com.br
JOSÉ COSTA fundador
ADRIANA COSTA MULS presidente

R$ 3,50

Mineiros gastaram R$ 26,5 bilhões com medicamentos em 2025

% ECONOMIA **Montante é 11,1% superior ao registrado no ano anterior e tendência é continuar a crescer em 2026**

Os gastos dos mineiros com remédios no ano passado somaram R$ 26,5 bilhões, o que representa aumento de 11,1% na comparação com 2024, de acordo com a pesquisa IPC Maps. O Estado foi o segundo com maior movimentação financeira no Brasil, atrás apenas de São Paulo, que registrou R$ 67 bilhões no período.

No Brasil, a movimentação com a comercialização de remédios atingiu R$ 238,9 bilhões em 2025, alta de 10,7% em relação ao ano anterior.

Entre os fatores que explicam o desempenho está a melhor condição financeira dos consumidores, dando melhores condições de acesso aos tratamentos médicos. Além disso, a maior disponibilidade de produtos no mercado, principalmente de medicamentos genéricos, também cria um cenário de maior facilidade para os brasileiros.

Contribuem ainda o crescimento da população idosa no Brasil e o aumento de doenças crônicas, como obesidade e hipertensão.

Para 2026, os gastos devem continuar a aumentar. Um dos motivos é o reajuste de preços esperado para abril. **% PÁG. 3**



Gastos com medicamentos no Brasil somaram R$ 238,9 bilhões no ano passado FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBE STOCK

Prévia da inflação na RMBH avançou 0,52%

Alimentos e despesas pessoais pressionaram o IPCA-15 de março, de acordo com informações do IBGE **% PÁG. 30**



Valor médio da maçã caiu 24,66% em fevereiro na Ceasa Minas, de acordo com o boletim Prohort FOTO: WENDERSON ARAUJO / CNA



Mundiale passou a atuar no desenvolvimento de *chatbots* e viu o faturamento crescer 35% no ano passado FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBE STOCK

Com início de safra, preços de hortaliças e frutas caíram em fevereiro na Ceasa

A maior parte das hortaliças e frutas comercializadas na Centrais de Abastecimento de Minas Gerais (Ceasa Minas) apresentou queda de preço em fevereiro. A retração de 24,66% no valor da maçã foi o principal destaque do mês, com o quilo negociado a R$ 7,36. O desempenho é resultado do início da colheita da fruta. Já o custo da alface subiu 51% no período, segundo o boletim Prohort. **% PÁG. 26**

Mundiale troca o ramo de negócio e registra crescimento de 35% na receita

Em meio a mudanças no mercado, a empresa belo-horizontina Mundiale viu uma oportunidade para mudar o ramo de negócios, saindo do segmento de *call center* para atuar como uma *tech* de inteligência artificial (IA), desenvolvendo *chatbots*. A estratégia vem dando certo, uma vez que, no ano passado, a empresa registrou crescimento de 35% no faturamento e já projeta avanço de 40% em 2026. **% PÁG. 27**

Vendas de aço devem fechar o trimestre em retração **% PÁG. 13**

Jeep Renegade 2027 ganha reestilização e sistema híbrido **% PÁG. 29**

Flávio Roscoe pode se filiar ao PL nos próximos dias **% PÁG. 25**

Procon autua 14 postos de combustíveis **% PÁG. 31**

% EDITORIAL

O impasse judicial que trava o Rodoanel ameaça comprometer uma obra estratégica para Belo Horizonte e sua região metropolitana. Com recursos já assegurados, o projeto reúne potencial para melhorar a mobilidade, atrair investimentos, elevar a atividade econômica e gerar empregos. Abandoná-lo significaria impor perdas duradouras ao interesse coletivo, tornando urgente uma decisão que favoreça o desenvolvimento regional. **% PÁG. 2**

O BANCO DE QUEM SABE VIVER OS 50+
BANCO MERCANTIL

DÓLAR DIA 26

COMERCIAL	COMPRA R$ 5,2560	VENDA R$ 5,2560
TURISMO	COMPRA R$ 5,2700	VENDA R$ 5,4500
PTAX (BC)	COMPRA R$ 5,2302	VENDA R$ 5,2308

EURO DIA 26

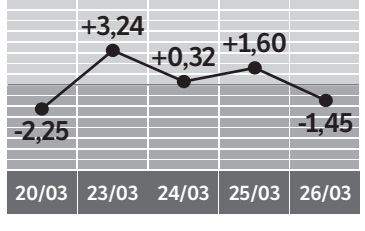
COMERCIAL	COMPRA R$ 6,0362	VENDA R$ 6,0374

OURO DIA 26

NOVA YORK (ONÇA-TROY)	US$ 4.376,91
BM&F (g)	R$ 745,99

TR dia 27	0,1694%
POUPANÇA dia 27	0,6702%
IPCA – IBGE fevereiro	0,70%
IPCA – IPEAD fevereiro	-0,07%
IGP-M fevereiro	-0,73%

BOVESPA

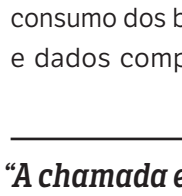


O BANCO DE QUEM SABE VIVER OS 50+
BANCO MERCANTIL

Anexo SENAD_compressed (35683144) SEI 08129.003746/2026-88 / pg. 67

OPINIÃO

Tsunami prateado



Diego Maia
Especialista em Vendas e performance comercial

O ser humano está vivendo mais e isso não foi previsto no século passado. Se na década de 50 a expectativa de vida ia até os 50 anos, hoje essa idade é apontada por muitos como "os novos 30", elevando a importância dessa população para o cenário econômico global. Para ter uma ideia do efetivo de brasileiros nessa faixa etária, atualmente esse público corresponde a 27% e nos próximos 20 anos, representará 35% dos habitantes no País (IBGE/2025).

A chamada economia prateada, aquela movimentada pela 'meia idade', se revela como um tsunami, transformando o *mindset* do mercado, remodelando os negócios e impulsionado o consumo em diversos setores. Essas pessoas deixaram de representar um nicho para se tornarem alicerces de muitas indústrias, desafiando empresas a adaptarem produtos, serviços e a criarem conveniência tecnológica para atender esses clientes.

Segundo o estudo "Mercado Prateado: consumo dos brasileiros 50+" do *hub* Data8 e dados compilados pela FGV Ibre, esse público movimenta hoje R$ 3,8 trilhões em território nacional. Além disso, 76% dos lares brasileiros têm como principal fonte de renda, pessoas acima dos 50 anos e na classe A, 78% dos mais ricos têm mais de 50 anos, detendo ativos líquidos que somam centenas de bilhões de dólares.

Apesar de deterem o maior poder de compra per capita do País, chegando a R$ 4.911 mensais na classe A sênior (Portal ClienteSA), esse consumidor ainda se sente invisível, pois não se vê representado pela mídia ou pelas marcas. Quando existe alguma publicidade voltada a essa população, há uma generalização das necessidades, um erro bastante comum na comunicação com os longevos.

Um indivíduo de 55 anos tem necessidades e hábitos digitais completamente diferentes de um de 85 e ignorar essa segmentação é deixar dinheiro na mesa. O segredo para conquistar a lealdade deste público é se basear em três estratégias: investir em interações humanas, principalmente em negociações de alto valor; manter uma comunicação que não estigmatize o consumidor 50+; e investir em consistência, transparência e prova social.

Esses são quesitos que refletem segurança e inspiram a confiança. Sistemas de atendimento que utilizam *bots,* por exemplo, escalam somente na resolução de questões simples, enquanto o atendente humano está a um clique de distância para equacionar demandas mais complexas. Afinal, quem não quer ter a certeza de que o interlocutor está entendendo a mensagem que estamos transmitindo, não é?

Outro ponto que pode reforçar ou arruinar a credibilidade é o equilíbrio de informações geradas por IA. Pessoas maduras desejam conexões reais, querem identificação e coerência. Dificilmente cedem a modismos e experimentações impulsivas, pois preferem valorizar o que já conhecem, o que já funciona para eles.

Outro ponto fundamental é comunicar bem-estar, autonomia e prevenção. Marcas focadas na "limitação" perdem para aquelas que focam na "liberdade". Setores como turismo, educação continuada e vestuário ainda são pouco adaptados e representam oceanos azuis de oportunidade.

Mercados voltados à saúde, como fisioterapia, podologia e atividades físicas personalizadas surfam no "tsunami prateado", assim como as áreas ligadas à segurança, cosmetologia, vestuário adaptado, produtos ergonômicos e de educação continuada.

O envelhecimento populacional é provavelmente a maior oportunidade comercial da década. As empresas em vantagem competitiva serão aquelas que entenderem a longevidade como um poderoso motor de inovação e de impacto social. Temos adiante, um tempo de economia mais diversa, maior resiliência e melhor preparo para o futuro. %

"A chamada economia prateada, aquela movimentada pela 'meia idade', se revela como um tsunami, transformando o mindset do mercado, remodelando os negócios e impulsionado o consumo em diversos setores"

Varejo: qual o valor da nostalgia?



Erlon Labatut
Especialista em varejo e consultor de franquias credenciado pelo Sebrae, além de administrador pela UFPR

Nos negócios, estratégias de diferentes maneiras podem (e devem) ser adotadas a fim de alcançar a boa experiência do cliente. Um dos caminhos que empreendedores têm traçado é trabalhar por meio dos sentimentos – a nostalgia, por exemplo, é um deles. A sensação nostálgica pode trabalhar de forma essencial, uma vez que leva o consumidor de volta ao passado e a se identificar com o produto ou serviço ofertado.

A nostalgia remete à memória afetiva e à saudade de experiências positivas, o que gera conforto em um cenário de incertezas, que também impacta as decisões de compra. O varejo precisa compreender o real valor desse recurso. Mais do que voltar ao passado, trata-se de reinterpretá-lo a partir do olhar do consumidor, que não deseja viver como antes, mas sentir novamente emoções já conhecidas. Cabe às marcas traduzir essas referências por meio de linguagens atuais, alinhadas ao comportamento do público.

Para alcançar o público, a estética da loja também assume uma responsabilidade essencial, que pode ser distribuída em diferentes partes. Alguns varejos, por exemplo, podem trazer o estilo dos anos 70, 80 ou 90 para chegar a gerações anteriores. Outros, conseguem se conectar aos nascidos nos anos 2000, inclusive com o uso da tecnologia parecida com a que conhecemos hoje, que já recebia destaque no período.

A utilização da nostalgia ainda possibilita outro benefício ao varejista: a fidelidade do consumidor. A loja pode inclusive se tornar um "local de conforto" para o cliente, que por vezes busca se desconectar um pouco e relembrar bons momentos vividos quando mais jovem. É a abertura de portas para que o negócio não seja visto como apenas mais um, mas que seja notado como diversificado entre núcleos.

Apesar de impactante, o sentimento nostálgico não deve ser usado como muleta pelos empreendedores. O caminho é válido, desde que esteja alinhado com as estratégias da operação. Quando bem aplicada, ela é capaz de humanizar o varejo. Porém, a cautela para evitar o uso em excesso também é bem-vinda, principalmente em um setor em que a dinâmica é constante e estar atento às mudanças é primordial para o sucesso. %

EDITORIAL

A vitória do atraso

As obras de construção do Rodoanel de Belo Horizonte, que deveriam ter sido iniciadas no ano passado e para as quais já existem recursos disponíveis, poderão ser abandonadas caso não sejam superados os impasses judiciais ainda sem solução. Conforme sabido, o Rodoanel, considerado o mais ambicioso projeto de infraestrutura no Estado, será custeado por recursos do Acordo de Reparação de Brumadinho e complementados com investimento da concessionária do trecho de pouco mais de 70 quilômetros de extensão. Tudo, no entanto, na dependência de decisão judicial, em resposta a demanda da Federação das Comunidades Quilombolas que alega impactos severos em seis territórios.

Diante do impasse, que poderá ter manifestação final da Justiça nas próximas semanas, o governador Mateus Simões afirma que já se examina a possibilidade de redirecionar os recursos do acordo com a mineradora Vale para outras obras de interesse, dentre elas a expansão do metrô de Belo Horizonte. Uma decisão que pode fazer sentido em termos práticos, mas que também seria para toda a Região Metropolitana de Belo Horizonte prejuízo irreparável.

Com investimento total estimado em R$ 5 bilhões, o Rodoanel deveria estar em construção desde outubro passado, o que não aconteceu por conta de entraves no licenciamento ambiental, demandas judiciais e desacordos com relação ao traçado. Além dos benefícios diretos por conta das melhorias na mobilidade, estudos de viabilidade econômica indicam que o empreendimento teria grande potencial para atração de investimentos no eixo metropolitano, além da consolidação dos já existentes, o que significa objetivamente que poderia elevar entre 7% e 13% o Produto Interno Bruto (PIB) da região, com crescimento da produção entre 8% e 1,3% ao longo de 10 anos, além de gerar durante a construção 10 mil empregos.

São argumentos mais que suficientes para levar ao entendimento de que não há como retroceder, não há como renunciar à concretização de antigo sonho ou aceitar que obra de tamanha envergadura, com recursos assegurados para ser levada adiante, o que também não é nada comum, seja abandonada, ou inviabilizada, por questões que certamente não dizem respeito ao interesse comum.

Assim, cabe esperar que a Justiça seja sensível aos interesses que estão em jogo, saiba avaliar a precisa dimensão do Rodoanel para toda a Região Metropolitana de Belo Horizonte, para Minas Gerais e, simplesmente, decida em favor do progresso e do interesse da maioria. %

Diário do Comércio

FUNDADO EM 18 DE OUTUBRO DE 1932
Fundador
José Costa

PRESIDENTE DO CONSELHO GESTOR
Luiz Carlos Motta Costa
conselho@diariodocomercio.com.br

PRESIDENTE E DIRETORA EDITORIAL
Adriana Muls
adriana.muls@diariodocomercio.com.br

DIRETOR EXECUTIVO E DE MERCADO
Yvan Muls
yvan.muls@diariodocomercio.com.br

CONSELHO CONSULTIVO
Antonieta Rossi
Enio Coradi
Juliana Costa Gonçalves
Tiago Fantini Magalhães

CONSELHO EDITORIAL
Adriana Machado
Claudio de Moura Castro
Lindolfo Paoliello
Teodomiro Diniz

DIÁRIO DO COMÉRCIO EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA.
Av. Américo Vespúcio, 1.660 CEP 31.230-250 - Caixa Postal: 456

REDAÇÃO
pauta@diariodocomercio.com.br

EDITORA-EXECUTIVA
Luciana Montes

EDITORES
Alexandre Horácio
Clério Fernandes
Rafael Tomaz
Cláudia Duarte

EDITORA/PRODUÇÃO DE PROJETOS ESPECIAIS
Mara Bianchetti

TELEFONES
Atendimento Geral 3469-2000
Administração 3469-2004
Redação 3469-2040
Comercial 3469-2007
Industrial 3469-2085 / 3469-2092

GERENTE INDUSTRIAL
Manoel Evandro do Carmo
industrial@diariodocomercio.com.br

ASSINATURA (impresso + digital)
assinaturas@diariodocomercio.com.br
SEMESTRAL R$ 396,90
Belo Horizonte, Região Metropolitana
ANUAL R$ 793,80
Belo Horizonte, Região Metropolitana
PREÇO DO EXEMPLAR AVULSO: R$ 3,50
Demais regiões, consulte nossa Central de Atendimento.
DISTRIBUIDOR AUTORIZADO:
viasuperlog
Oséias Ferreira de Resende
Logística de transporte e distribuição
(31) 98302-1231

FILIADO À
ANJ Associação Nacional de Jornais
SINDIJORI Sindicato dos Proprietários de Jornais, Revistas e Similares do Estado de Minas Gerais
abra legal Associação Brasileira das Agências e Veículos Especializados em Publicidade Legal

diariodocomercio.com.br
diariodocomercio
@diariodocomercio

Os artigos assinados refletem a opinião do autor. O Diário do Comércio não se responsabiliza e nem poderá ser responsabilizado pelas informações e conceitos emitidos e seu uso incorreto.

Anexo SENAD_compressed (35683144) SEI 08129.003746/2026-88 / pg. 68

ECONOMIA

Gasto com medicamentos aumenta 11,1% em Minas

% CONSUMO **População realizou compras no valor de R$ 26,5 bilhões no ano passado no Estado, revela a Pesquisa IPC Maps**

ANDERSON GONÇALVES

A população de Minas Gerais fez uso intenso de medicamentos para tratamentos médicos em 2025. Segundo dados da Pesquisa IPC Maps, especializada em potencial de consumo, no ano passado os mineiros gastaram R$ 26,5 bilhões em compras de medicamentos (alta de 11,1% em relação a 2024), tornando o Estado o segundo maior consumidor do País. São Paulo ficou em primeiro lugar, com R$ 67 bilhões em gastos.

No total nacional, as famílias brasileiras gastaram 10,7% a mais com remédios do que em 2024, passando de R$ 216 bilhões para R$ 238,9 bilhões. E a conta pode ficar ainda mais salgada em breve: no dia 1º de abril deve entrar em vigor um reajuste de preços, e a tendência é que o valor gasto com remédios seja ainda maior em 2026.

Segundo Felipe Almeida de Araújo Lima, fundador das empresas Farmacêutica Now e Nexus Treinamentos, esse movimento de remarcação de preços é quase natural nessa época do ano, pois antecipa o novo ano fiscal da indústria farmacêutica. "É comum chamarmos o mês de março de 'pré-alta', pois ele antecede o período de reajuste de preços dos medicamentos no Brasil, que ocorre anualmente em abril. No entanto, esse termo não é oficial do ponto de vista regulatório - trata-se de uma nomenclatura utilizada pelo mercado para descrever um comportamento comercial e estratégico", explica.

Quem define efetivamente o reajuste de preços é a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (Cmed), órgão vinculado à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), responsável por publicar o percentual máximo de reajuste permitido. Segundo Felipe Almeida, nos últimos anos esse percentual tem ficado entre 2% e 5%, em média, em razão do encarecimento de insumos - o que impacta diretamente o orçamento das famílias.

É nesse contexto que o conceito de «pré-alta» ganha relevância. Em março, distribuidores, farmácias e até consumidores finais tendem a antecipar compras para evitar pagar preços mais altos após o reajuste, gerando um aumento de demanda no período.

O crescimento no consumo de remédios no Brasil tem como principal fator a melhoria no acesso por parte da população, impulsionada por um cenário econômico mais favorável, que permitiu a uma parcela maior dos brasileiros adquirir medicamentos para tratamentos diários e pontuais.

"O aumento do consumo de medicamentos no Brasil é multifatorial e reflete mudanças estruturais no acesso à saúde. O acesso hoje está facilitado, com maior disponibilidade de medicamentos no mercado — especialmente com a ampliação dos genéricos, que aumentam a concorrência e facilitam o acesso ao tratamento. Com mais indústrias produzindo, esse acesso se torna mais expressivo para a população", afirma o coordenador do curso de Farmácia do Centro Universitário Newton Paiva, Guilherme Vaz de Melo Trindade.

Outro fator relevante é a ampliação de políticas públicas, subsídios e sistemas de coparticipação e copagamento, nos quais o governo investe maciçamente, oferecendo mais moléculas e alternativas terapêuticas, o que reduz a barreira econômica para as famílias que aderem a um tratamento medicamentoso.

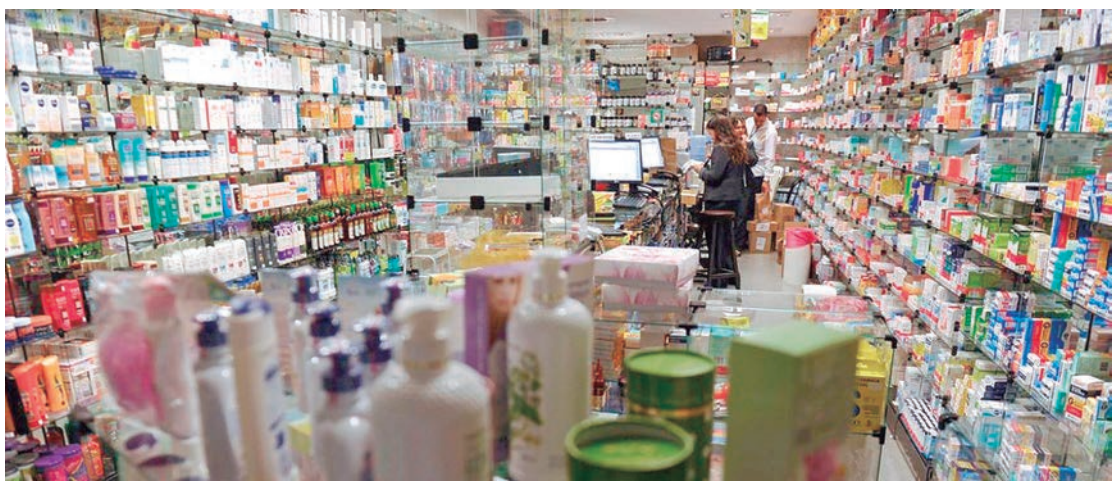
"O aumento do consumo de medicamentos é multifatorial e reflete mudanças estruturais no acesso à saúde"
Guilherme Vaz de Melo Trindade

Contribuem ainda para esse cenário o crescimento da população idosa no Brasil e o aumento de doenças crônicas, como obesidade e hipertensão. A obesidade, por exemplo, atinge 31% dos brasileiros, impulsionando o uso contínuo de medicamentos para tratar essas condições.

Genéricos - Para mitigar o impacto no orçamento familiar nas próximas compras de remédios, algumas medidas são essenciais, segundo o professor Guilherme Vaz. "O uso de medicamentos genéricos é um dos principais caminhos, pois oferece menor custo com a mesma eficácia. Programas de acesso da indústria, o Farmácia Popular e o SUS também são fundamentais para garantir a continuidade do tratamento", explica.

Araújo Lima indica estratégias práticas para amenizar o impacto do reajuste que se aproxima. "A antecipação de compras antes do reajuste, a comparação de preços entre farmácias e uma prescrição mais racional ajudam a reduzir custos e melhorar a adesão ao tratamento", diz.

"Antes de comprar um medicamento de marca, o cidadão deve buscar o genérico equivalente e verificar se ele não está disponível no SUS ou no Programa Farmácia Popular, onde há subsídio que permite economizar e manter o tratamento médico", conclui o coordenador de Farmácia do Centro Universitário Newton Paiva. **%**



Minas é o segundo estado que mais usa medicamentos no País FOTO: JEFFERSON RUBY / AGÊNCIA SENADO

% COMÉRCIO EXTERIOR

Camex zera o Imposto de Importação para bens de capital e produtos de informática

Brasília - Cerca de 200 bens de capital (máquinas e equipamentos usados na produção) e de informática que tiveram o Imposto de Importação elevado em fevereiro terão a alíquota zerada por quatro meses, decidiu ontem o Comitê-Executivo de Gestão (Gecex) da Câmara de Comércio Exterior (Camex).

A decisão busca reduzir custos para a indústria e garantir o abastecimento de itens sem produção nacional equivalente.

Na reunião de ontem, a Camex zerou a alíquota de 970 produtos. Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), 779 contavam com concessões anteriores, renovadas em decisão considerada rotineira pela pasta.

Os 191 itens restantes fazem parte de uma reversão das tarifas elevadas neste ano para mais de 1,2 mil produtos eletrônicos, que incluíam *smartphones*, itens de informática e componentes eletrônicos. Em fevereiro, o governo havia zerado a cobrança para 105 desses itens.

De acordo com o Mdic, a redução foi concedida após pedidos de empresas que alegaram ausência de produção nacional ou oferta insuficiente no mercado interno. As solicitações passam por análise do governo, com prazo de até quatro meses para decisão definitiva.

O período para novos pedidos segue aberto até 30 de março, o que permite novas revisões na lista de produtos beneficiados.

A Camex também zerou a tarifa de importação para diversos produtos de outros setores considerados estratégicos. Entre eles, estão medicamentos utilizados no tratamento de doenças como diabetes, Alzheimer, Parkinson e esquizofrenia.

Também foram contemplados insumos agrícolas, como fungicidas e inseticidas, além de itens usados na indústria têxtil, nutrição hospitalar e até lúpulo para a fabricação de cerveja.

Impacto - Segundo o governo, a iniciativa busca reduzir custos de produção, conter pressões inflacionárias e evitar gargalos no abastecimento, especialmente em setores dependentes de insumos importados.

Ao mesmo tempo, a medida reequilibra decisões anteriores de elevação tarifária, adotadas como forma de estimular a produção nacional, mas que acabaram gerando demandas por revisão por parte do setor produtivo.

A Camex também decidiu aplicar tarifa *antidumping* definitiva, por cinco anos, para etanolaminas (composto usado em cosméticos como tinturas e alisadores de cabelo) da China e de resinas de polietileno (tipo de plástico) produzidas nos Estados Unidos e no Canadá.

Prática regulamentada pela Organização Mundial do Comércio (OMC), a imposição de sobretaxas *antidumping* ocorre quando um país consegue comprovar que produtos estão sendo importados com preços abaixo do custo de produção, prejudicando a indústria nacional.

Em relação ao polietileno, a Camex, apesar da aplicação definitiva do direito *antidumping*, decidiu fixar a sobretaxa nos níveis provisórios que vigoraram nos últimos seis meses.

Segundo o Mdic, a redução não traz impacto adicional para as etapas posteriores da cadeia produtiva, o que atende ao interesse público porque o produto é bastante usado na fabricação de embalagens, de brinquedos e de produtos industriais. **(ABr) %**

GIRO PELO MUNDO



STEFAN SALEJ

Ex-presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg), empresário, analista da política internacional e presidente da Slovenian Global Business Network

Do primeiro de maio europeu

Acabaram as conversas, começa o trabalho.No dia 1° de maio de 2026, Dia doTrabalhador e de São José marceneiro, entra em vigor de forma provisória o acordo Mercosul-União Europeia. Os parlamentos dos quatro países sul-americanos já ratificaram o acordo e a Comissão Europeia decidiu,independentemente do processo que corre no Tribunal da União Europeia de avaliação do acordo, pedido pelo Parlamento Europeu, colocar o acordo, de forma provisória, em marcha. Os protestos dos agricultores europeus, em especial os franceses, obtiveram resultados parciais, mas, mesmo com a força que tiveram as revoltas, não conseguiram paralisar o acordo. Bem, mas levou um quarto do século para ser concluído.

A União Europeia, por mais que seja criticada pela lentidão de suas decisões, e excesso de burocracia, por outro lado reagiu às ameaças norte-americanas no comércio, rápido. Aliás, muito mais rápido do que agem e reagem os cinco países sócios do Mercosul.Os europeus fecharam, além do acordo com o Mercosul, logo em seguida com a Índia e, nesta semana, com a Austrália. Nos três acordos o tema agro foi uma pedra no sapato nas negociações, mas, com a experiência com o Mercosul, as negociações com a Índia e a Austrália foram bem mais eficazes. Também no caso desses dois países, a grande diferença foi que não havia a divergência que existe entre os países do Mercosul, onde absurdamente dois dos presidentes dos maiores países nem conversam entre si e mal se cumprimentam. A Índia e a Austrália uniram até a oposição interna a favor do acordo por ser projeto do estado e não do governo.

A União Europeia agora tem mercados abertos que vão desde a América do Sul até a Oceania. Mais de um bilhão e oitocentos milhões de consumidores, sendo a Índia com enorme potencial de crescimento e mão de obra altamente qualificada, a Austrália sólida e competitiva, e o Mercosul é o que é, mas bom mercado. Efetivamente esses dois novos acordos são para as empresas europeias, em especial em investimentos, muito mais interessantes do que o com o Mercosul. Por aqui o crescimento é menor, a estabilidade política é menor, a burocracia mesmo comparada com indiana, é a pior do mundo e as relações de trabalho bem complexas. Entre as três opções, provavelmente o Mercosul passou a ser última.

Como já dissemos nesta coluna várias vezes, tem que correr com o planejamento para a conquista do mercado europeu. Quem exporta são empresas e não o estado e muito menos os políticos. Esta semana esteve em Roma uma missão de deputados, tudo pago pelos contribuintes, e duvido que venderam sequer um quilo de café. Quem devia estar lá são os empresários. O papel das entidades empresariais e também da Apex tem que ser revisto e planejado, mirando a exportação.Ninguem responde à simples pergunta: com esse acordo quanto mais vamos exportar, além de frases de efeito, que temos janela de oportunidade, para onde e como. **%**

Anexo SENAD_compressed (35683144) SEI 08129.003746/2026-88 / pg. 69

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.
Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site:
diariodocomercio.com.br/publicidade-legal - Acesse também através do QR CODE ao lado.

GERDAU
O futuro se molda

GERDAU AÇOMINAS S.A.

COMPANHIA FECHADA
CNPJ Nº 17.227.422/0001-05

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Gerdau Açominas S.A. apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, referentes ao exercício social de 2025.

Em atendimento ao disposto no Artigo 133, § 6º, da Lei Nº 6.404/1976, informamos que a Companhia adota a Política de Direitos Humanos, Diversidade, Equidade & Inclusão e Responsabilidade Social estabelecida por sua controladora, Gerdau S.A., a qual estabelece as diretrizes voltadas à promoção da diversidade e da igualdade de oportunidades em todas as instâncias organizacionais.

No que se refere à composição do órgão de Administração, ao término do exercício de 2025, a Companhia apresentava um percentual de 11% de participação feminina em sua Diretoria (em comparação com 11% em 31 de dezembro de 2024).

As informações detalhadas sobre os dados consolidados de diversidade por gênero exigidos pelo Artigo 133, § 6º, da Lei Nº 6.404/1976 podem ser consultadas no site de Relações com Investidores da Gerdau S.A. (<https://ri.gerdau.com/>), na seção "Assembleias e Reuniões" e "Proposta da Administração".

As vendas atingiram 2,3 milhões de toneladas no ano de 2025, enquanto a receita líquida de vendas alcançou R$ 13,2 bilhões, 3,0% inferior ao ano de 2024. Nesse cenário, a margem bruta (lucro bruto dividido pela receita líquida de vendas) foi de 3,8%.

A Companhia apurou prejuízo de R$ 412,5 milhões em 2025, principalmente por itens não recorrentes no valor de R$ 757,8 milhões, em virtude da falta de expectativa de utilização futura de alguns ativos de suas plantas industriais reconhecidos como perdas pela não recuperabilidade do imobilizado, conforme divulgado na Nota Explicativa Nº 9 das Demonstrações Financeiras.

Em 31 de dezembro de 2025, o Patrimônio Líquido da Companhia era de R$ 10,8 bilhões, representando um valor patrimonial de R$ 6.529,06 por ação.

A dívida bruta da Companhia era de R$ 1.811,4 milhões, considerando empréstimos, financiamentos e debêntures em dezembro de 2025, sendo 18,2% no curto prazo e 81,8% no longo prazo. Em 31 de dezembro de 2025, o montante de caixa e equivalentes de caixa e as aplicações financeiras era de R$ 172,7 milhões.

Por fim, a Companhia quer registrar seus agradecimentos aos clientes, acionistas, fornecedores, representantes, instituições financeiras e órgãos governamentais pelo apoio recebido, bem como à equipe de colaboradores e colaboradoras, pelo empenho e dedicação dispensados.

Ouro Branco, 25 de março de 2026.

A ADMINISTRAÇÃO

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	2025	2024
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	172.653	194.653
Contas a receber de clientes	4	1.255.071	1.345.741
Estoques	5	2.845.005	3.532.436
Créditos tributários	6	557.295	443.093
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		2.225	4.683
Outros ativos circulantes		95.972	46.210
		4.928.221	5.566.816
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Créditos tributários	6	366.491	482.861
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	395.465	139.882
Depósitos judiciais	16	41.839	68.726
Outros ativos não circulantes		38.979	60.568
Gastos antecipados com plano de pensão		3.591	3.227
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	8	13.476	-
Arrendamento mercantil - direito de uso de ativos	11	151.542	237.610
Outros intangíveis	10	26.956	27.056
Imobilizado	9	13.105.959	11.868.036
		14.144.298	12.887.966
TOTAL DO ATIVO		19.072.519	18.454.782

PASSIVO

	Nota	2025	2024
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores mercado doméstico	12	865.877	1.013.356
Fornecedores risco sacado	12	115.864	126.372
Fornecedores importação	12	736.325	989.953
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	330.420	1.370
Impostos e contribuições a recolher	15	104.556	94.933
Imposto de renda e contribuição social a recolher		823	45.878
Salários a pagar		142.728	155.238
Provisão para passivos ambientais	19	23.631	32.751
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		426	664
Arrendamento mercantil a pagar	11	48.939	112.015
Outros passivos circulantes	20	607.106	927.315
		2.976.695	3.499.845
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	1.481.002	1.860.850
Partes relacionadas	17	2.249.234	1.264.597
Provisão para passivos tributários, cíveis e trabalhistas	16	1.288.771	1.212.642
Provisão para passivos ambientais	19	84.500	81.750
Arrendamento mercantil a pagar	11	122.857	150.448
Adiantamento para futuro aumento de capital	17	-	1.350.000
Outros passivos não circulantes		20.137	29.745
		5.246.501	5.950.032
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21		
Capital social		6.454.243	4.054.243
Reservas de capital		877.024	877.024
Reservas de lucros		3.315.421	3.868.983
Ajustes de avaliação patrimonial		202.635	204.655
		10.849.323	9.004.905
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		19.072.519	18.454.782

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros – Reserva Legal	Reservas de lucros – Reserva de Incentivos fiscais	Reservas de lucros – Reserva de Investimentos e capital de giro	Lucros (Prejuízos) acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 01/01/2024	4.054.243	877.024	343.694	1.342.428	2.188.166	-	192.979	8.998.534
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	465.967	-	465.967
Outros resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	-	-	(261)	(261)
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	-	465.967	(261)	465.706
Efeitos com plano de incentivo de longo prazo	-	-	-	-	-	-	11.937	11.937
Juros sobre capital próprio distribuídos com base em reservas	-	-	-	-	(244.102)	-	-	(244.102)
Destinações propostas em Assembleia Geral:								
Reserva para investimentos e capital de giro	-	-	-	-	238.797	(238.797)	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(227.170)	-	(227.170)
Saldos em 31/12/2024 (Nota 21)	4.054.243	877.024	343.694	1.342.428	2.182.861	-	204.655	9.004.905
Saldos em 01/01/2025	4.054.243	877.024	343.694	1.342.428	2.182.861	-	204.655	9.004.905
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(412.463)	-	(412.463)
Outros resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	-	-	16	16
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	-	(412.463)	16	(412.447)
Aumento de capital	2.400.000	-	-	-	-	-	-	2.400.000
Efeitos com plano de incentivo de longo prazo	-	-	-	-	-	-	(2.036)	(2.036)
Destinações propostas em Assembleia Geral:								
Absorção de prejuízos	-	-	-	-	(412.463)	412.463	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(141.099)	-	-	(141.099)
Saldos em 31/12/2025 (Nota 21)	6.454.243	877.024	343.694	1.342.428	1.629.299	-	202.635	10.849.323

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

	Nota	2025	2024
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	23	13.150.175	13.554.318
Custo das vendas	24	(12.654.265)	(12.050.969)
LUCRO BRUTO		495.910	1.503.349
Despesas com vendas	24	(23.377)	(31.996)
Despesas gerais e administrativas	24	(156.722)	(163.282)
Outras receitas operacionais	24	43.428	19.799
Outras despesas operacionais	24	(197.391)	(119.044)
Perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros	24	(2.733)	(11.474)
Perdas pela não recuperabilidade de ativos	24	(757.857)	-
Resultado da equivalência patrimonial	8	3.060	-
(PREJUÍZO) LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS		(595.682)	1.197.352
Receitas financeiras	25	56.160	67.520
Despesas financeiras	25	(340.545)	(313.895)
Variação cambial, líquida	25	254.547	(505.043)
Perdas com instrumentos financeiros, líquido	25	(42.313)	(40.512)
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS		(667.833)	405.422
Corrente	7	(213)	(75.869)
Diferido	7	255.583	136.414
Imposto de renda e contribuição social		255.370	60.545
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(412.463)	465.967
Resultado por ação (em R$) - básico e diluído	22	(251,13)	330,24

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
(Prejuízo) Lucro líquido apurado na Demonstração dos Resultados	(412.463)	465.967
Valores potencialmente não reclassificáveis para a Demonstração dos Resultados no futuro		
Remensurações com planos de benefícios a empregados	16	(261)
Outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	16	(261)
Resultado abrangente para o exercício, líquido de impostos	(412.447)	465.706

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa da atividade operacional			
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		(412.463)	465.967
Ajustes para reconciliar o (prejuízo) lucro líquido no fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Depreciação, exaustão e amortização	24	1.118.475	967.467
Perdas pela não recuperabilidade de ativos	24	757.857	-
Resultado da equivalência patrimonial	8	(3.060)	-
Variação cambial, líquida	25	(254.547)	505.043
Perdas com instrumentos financeiros, líquido	25	42.313	40.512
Benefícios pós-emprego		19.324	17.876
Imposto de renda e contribuição social	7	(255.370)	(60.545)
Perdas na alienação de imobilizado		83.918	23.171
Perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros	4	2.733	11.474
Provisão para passivos tributários, trabalhistas, cíveis e ambientais	16 e 19	69.759	95.425
Receita de juros de aplicações financeiras		(14.504)	(17.637)
Despesa de juros sobre dívidas financeiras	25	103.628	110.575
Despesa de juros sobre arrendamento mercantil		22.975	30.942
Juros sobre mútuos com empresas ligadas	17	91.220	59.338
Reversão (Provisão) para ajuste ao valor líquido realizável de estoque	5	30.148	(30.846)
		1.402.406	2.218.762
Variação de ativos e passivos			
Redução (Aumento) de contas a receber		75.130	(12.384)
Redução (Aumento) de estoques		656.990	(20.107)
Redução de contas a pagar		(333.065)	(426.161)
Outras contas da atividade operacional		4.564	(326.147)
Aplicações financeiras		(3.495)	(649.559)
Resgate de aplicações financeiras		17.998	1.083.056
Caixa gerado pelas atividades operacionais		1.820.528	1.867.460
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos e debêntures		(229.686)	(207.935)
Pagamento de juros de arrendamento mercantil	11	(22.975)	(30.942)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(26.089)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		1.541.778	1.628.583
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições de imobilizado	9	(3.313.812)	(3.047.251)
Recebimento pela venda de imobilizado		9.002	3.299
Adições de outros ativos intangíveis	10	(16.989)	(14.447)
Aquisição de controlada	8	(10.416)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(3.332.215)	(3.058.399)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital	17	1.050.000	1.350.000
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(119.921)	(400.529)
Empréstimos e financiamentos obtidos		5.723.975	7.877.532
Pagamentos de empréstimos e financiamentos		(5.788.376)	(7.214.408)
Financiamentos com empresas ligadas, líquido		1.020.568	(53.065)
Pagamentos de arrendamento mercantil		(117.809)	(108.787)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		1.768.437	1.450.743
Efeito de variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa			
(Redução) Aumento do caixa e equivalentes de caixa		(22.000)	20.927
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		194.653	173.726
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		172.653	194.653

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

1 - INFORMAÇÕES GERAIS

Gerdau Açominas S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Ouro Branco, estado de Minas Gerais. A Gerdau Açominas S.A. é uma empresa controlada pela Gerdau S.A., a qual, em conjunto com suas outras controladas, é líder no segmento de aços longos nas Américas e uma das principais fornecedoras de aços especiais do mundo. No Brasil, também produz aços planos, e minério de ferro para consumo próprio. Além disso, a Gerdau S.A. e suas controladas acreditam ser a maior recicladora da América Latina e, no mundo, transformam, anualmente, milhões de toneladas de sucata em aço, reforçando seu compromisso com o desenvolvimento sustentável das regiões onde atua. As ações das empresas Gerdau estão listadas nas bolsas de valores de São Paulo e Nova Iorque. As Demonstrações Financeiras da Gerdau Açominas S.A. foram aprovadas pela Administração em 25/03/2026.

2 - POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

2.1 - Base de elaboração e apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas e julgamentos contábeis críticos por parte da Administração da Companhia. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as Demonstrações Financeiras, estão demonstradas na Nota 2.17. As Demonstrações Financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31/12/2025. A Companhia elaborou suas Demonstrações Financeiras Consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e apresentadas separadamente dessas Demonstrações Financeiras Individuais, as quais devem ser lidas em conjunto. **2.2 - Conversão de saldos em moeda estrangeira: a) Moeda funcional e de apresentação:** É a moeda do ambiente econômico primário em que a Companhia opera. As Demonstrações Financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **b) Transações e saldos:** As transações em moeda estrangeira são convertidas para Reais (R$) usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, no encerramento do exercício, e a conversão dos valores das transações, são reconhecidos na Demonstração do Resultado. **c) Investimentos:** Os resultados e a posição financeira de todos os investimentos avaliados por equivalência patrimonial, que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação, são convertidos para Reais (R$). **2.3 - Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é mensurado a valor justo e, subsequentemente, classificado como mensurado: a) a custo amortizado, b) a valor justo por meio do resultado ou c) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros. A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. **a) Ativos financeiros ao custo amortizado:** Ativos classificados nesta categoria são mensurados utilizando o método da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Ativos classificados nesta categoria são mensurados ao valor justo, sendo as variações, incluindo juros, reconhecidos diretamente no resultado. **c) Redução ao valor recuperável dos ativos financeiros:** A Companhia mensura as perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do ativo. Ao avaliar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo para obtê-las. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. As perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros foram calculadas com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber, além de uma avaliação prospectiva que leva em consideração a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos que afetam as perdas esperadas de crédito, as quais serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. A Companhia apresenta a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros na linha Perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros na Demonstração do Resultado. **d) Desreconhecimento:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **e) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no Balanço Patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **f) Mensuração dos instrumentos financeiros:** Um ativo financeiro é mensurado, subsequente ao reconhecimento inicial, ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Essa escolha é feita individualmente por investimento. A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. **g) Avaliação se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. **2.4 - Estoques:** São avaliados com base no menor valor entre o custo histórico de aquisição e produção e o valor líquido realizável. O custo de aquisição e produção é acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. O valor líquido realizável é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados para conclusão e despesas de vendas diretamente relacionadas. Informações referentes à abertura do valor líquido realizável estão demonstradas na Nota 5. **2.5 - Imobilizado:** A Companhia mensura o imobilizado pelo seu custo histórico deduzido das respectivas depreciações, à exceção dos terrenos, que não são depreciados. A Companhia agrega mensalmente ao custo de construção de ativos qualificáveis, que são ativos que, necessariamente, demandam um período de tempo substancial para ficarem prontos para seu uso pretendido, os custos de empréstimos e financiamentos considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) o período de capitalização ocorre quando o imobilizado encontra-se em fase de construção, sendo encerrada a capitalização dos custos de empréstimos quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) os custos de empréstimos são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes da data da capitalização ou a taxa específica, no caso de empréstimos para a aquisição de imobilizado; (c) os custos de empréstimos capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os custos de empréstimos capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado ao qual foram incorporados. A depreciação é calculada pelo método linear ajustado pelo nível de utilização de certos ativos, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens e o valor residual estimado dos ativos no final de sua vida útil. O valor residual ao final da vida útil e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. Gastos com exploração de ativos minerários são reconhecidos como despesas até se estabelecer a viabilidade da atividade de mineração e após esse período os custos subsequentes são capitalizados. Custos para o desenvolvimento de novas jazidas de minério, ou para a expansão da capacidade das minas em operação são capitalizados. A amortização é feita com base na quantidade de minério extraída. Os gastos de remoção de estéril (custos associados com remoção de estéril e outros materiais residuais), incorridos durante a fase de desenvolvimento de uma mina, antes da fase de produção, são contabilizados como parte dos custos depreciáveis de desenvolvimento. Subsequentemente, estes custos são depreciados com base na quantidade de minério extraída. Os gastos com remoção de estéril, após o início da fase produtiva da mina, são tratados como custo de produção. A exaustão das minas é calculada com base na quantidade de minério extraída. O valor residual dos itens do imobilizado é reduzido imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável. **2.6 - Outros ativos intangíveis:** São avaliados ao custo de aquisição e subsequentemente deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. São compostos por desenvolvimento de *software* e estes gastos são capitalizados, quando atendidos todos os aspectos da norma, em especial, a viabilidade técnica para concluir o ativo de forma que ele seja disponibilizado para uso. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita o benefício econômico do ativo intangível. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (Nota 2.7). A Companhia revisa o período de amortização e o método de amortização para seus ativos intangíveis com vida útil definida ao final de cada exercício. **2.7 - Perda para redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros e reversão de perdas:** Na data de cada Demonstração Financeira, a Companhia analisa se existem indicadores de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifiquem tais indicadores, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (a) seu valor justo menos custos estimados de venda e (b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*). A redução no valor recuperável dos ativos é registrada no resultado do exercício. A reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida, limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a perda original não tivesse sido registrada. A Companhia não acredita que existam indicativos de uma alteração material nas estimativas e premissas usadas no cálculo de perdas por recuperabilidade de ativos de vida longa. Entretanto, se os resultados atuais ou futuros não forem consistentes com as estimativas e premissas usadas nos fluxos de caixa futuros estimados e valor justo dos ativos, a Companhia pode estar exposta a perdas que podem ser materiais. **2.8 - Investimentos:** Os investimentos em empresas controladas, coligadas e controladas em conjunto são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial desde a data que o investimento foi adquirido. De acordo com este método, as participações sobre os investimentos são reconhecidas no Balanço Patrimonial ao custo, e são ajustadas subsequentemente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos destes em contrapartida de resultado da equivalência patrimonial e por outras variações ocorridas nos ativos líquidos adquiridos. Adicionalmente, as participações poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade do investimento (*impairment*). Os dividendos recebidos destas empresas são registrados como uma redução do valor dos investimentos. **2.9 - Passivos financeiros e instrumentos patrimoniais: a) Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente a valor justo e, subsequentemente, classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado se for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. **b) Desreconhecimento:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **2.10 - Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das Demonstrações Financeiras. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, ou diretamente reconhecidos no Patrimônio Líquido ou em Outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, com base nas alíquotas de impostos com vigência na data base das Demonstrações Financeiras, podendo incluir qualquer ajuste decorrente de exercícios anteriores. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes a valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. Os créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização. **2.11 - Benefícios a empregados:** A Companhia possui planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e aposentadoria, participação nos lucros e bônus. Eventuais superávits com planos de benefícios de contribuição definida a empregados são reconhecidos até o montante provável de redução nas contribuições futuras da patrocinadora para estes planos. As remensurações atuariais geradas por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria são reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados Abrangentes. Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego são usadas várias estatísticas e outros fatores, na tentativa de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e da obrigação relacionada com os planos. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano e taxa de aumentos futuros de remuneração. Adicionalmente, a Companhia e seus consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais, taxas de desligamento maiores ou menores ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes. **2.12 - Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos (passivos). **2.13 - Transações com partes relacionadas:** Os contratos de mútuos são atualizados pelos encargos contratados mais variação cambial, quando aplicável. Estes contratos possuem data de vencimento, com possibilidade de extensão de prazo mediante acordo entre as partes. As transações de compras e vendas de insumos e produtos são efetuadas em condições e prazos pactuados entre as partes. **2.14 - Dist

GERDAU
O futuro se molda

GERDAU AÇOMINAS S.A.

COMPANHIA FECHADA
CNPJ Nº 17.227.422/0001-05

CONTINUAÇÃO

contábeis críticos: Na elaboração das Demonstrações Financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das Demonstrações Financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As Demonstrações Financeiras incluem, portanto, estimativas referentes, principalmente, ao momento do reconhecimento da receita de vendas (Nota 2.15), à estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa (Nota 9), provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas (Nota 16), recuperabilidade de tributos diferidos ativos (Nota 7). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização pode divergir das estimativas. **2.18 - Operações de arrendamento mercantil:** A Companhia, na qualidade de arrendatária, reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A Companhia reconhece novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais. A Companhia reconhece uma depreciação de ativos de direito de uso e despesa financeira sobre obrigações de arrendamento. As taxas de desconto utilizadas pela Companhia foram obtidas de acordo com as condições de mercado. **2.19 - Fornecedores (Fornecedores mercado doméstico, Fornecedores risco sacado e Fornecedores importação):** Os saldos de fornecedores são obrigações a pagar pela aquisição de bens ou serviços no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivo circulante devido ao vencimento em até um ano no Balanço Patrimonial e no Fluxo de Caixa as variações são apresentadas como aumento ou redução de contas a pagar. Estes valores são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. A Companhia oferece aos seus fornecedores a opção de recebimento por meio de uma operação de risco sacado por instituições financeiras. A operação de risco sacado é um acordo de financiamento de fornecedores, em que a instituição financeira quita os valores que a Companhia deve a seus fornecedores e a Companhia concorda em pagar a instituição financeira conforme os termos e condições do acordo. A transferência do direito de recebimento dos títulos da Companhia, a critério do fornecedor, não muda o prazo de pagamento como também não implica no pagamento de juros por parte da Companhia, na medida que o custo financeiro de tal transferência é de responsabilidade do fornecedor. Nas operações de importação de carvão e outros insumos no exterior, o fornecedor pode requerer a emissão de carta de crédito ou instrumento semelhante de mitigação de riscos para realizar o embarque dos produtos, sendo os custos associados a emissão da carta de crédito reconhecidos como despesa financeira. A composição dos saldos de fornecedores é apresentada na Nota 12. **2.20 - Passivos tributários:** A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos envolvendo questões tributárias, conforme divulgado na Nota 16. Na Nota 2.17, a Companhia divulga que as provisões para passivos tributários requerem o uso de julgamentos e estimativas. A Companhia divulga diversos tributos relacionados a impostos indiretos (ICMS, IPI, PIS e COFINS) que se enquadram no escopo do CPC 25, o qual estabelece que um passivo é uma obrigação presente da entidade decorrente de eventos passados e cuja liquidação se espera que resulte em uma saída de recursos econômicos da entidade. Nessas discussões fiscais, eventos passados dão origem a obrigações presentes, que com base em todas as evidências disponíveis, resultaram em uma obrigação provável. Passivos contingentes não são reconhecidos, uma vez que a possibilidade de uma saída de recursos econômicos não é provável. Uma vez que os passivos contingentes podem se desenvolver de forma não esperada inicialmente, eles são avaliados continuamente para determinar se uma saída de recursos econômicos se tornou provável. Se for provável que uma saída de recursos econômicos futuros seja exigida para um item anteriormente tratado como um passivo contingente, uma provisão é reconhecida nas Demonstrações Financeiras do exercício em que a mudança na probabilidade ocorre. As divulgações de passivos contingentes relacionados ao imposto de renda (IRPJ e CSLL) também se enquadram no escopo do CPC 25, enquanto as provisões fiscais relacionadas ao imposto de renda se enquadram no escopo do CPC 32. A Administração considera a orientação da ICPC 22, com o auxílio de seus consultores jurídicos, para registrar provisões fiscais de acordo com as leis aplicáveis e considerar adequadamente as incertezas sobre o imposto de renda para fins de reconhecimento e mensuração. A avaliação feita pela Companhia nesses casos considera se é provável que uma autoridade fiscal aceite um tratamento tributário incerto e uma provisão é reconhecida quando o tratamento tributário incerto não for mais provável de ser aceito pela autoridade fiscal. A cada exercício, a Companhia reavalia seus julgamentos e estimativas para verificar se os fatos e circunstâncias nos quais o julgamento ou estimativa foi baseado mudaram em decorrência de novas informações que afetem o julgamento ou estimativa. **2.21 - Novos pronunciamentos:** As emissões/alterações de pronunciamentos efetuados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC que são efetivos para o exercício iniciado em 2025 não tiveram impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia. Adicionalmente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu/revisou alguns pronunciamentos e normas, as quais tem sua adoção para o exercício de 2026 ou após. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras em decorrências destes pronunciamentos. **2.22 - Reforma tributária:** Em 16/01/2025 foi sancionado o Projeto de Lei Complementar ("PLP") 68/2024, convertido na Lei Complementar 214/25, que regulamenta a Reforma Tributária do Consumo prevista pela Emenda Constitucional ("EC") Nº 132/2023. O novo modelo está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Em 13/01/2026 foi publicada a Lei Complementar Nº 227, que institui o Comitê Gestor do IBS, além de definir diretrizes relativas ao processo administrativo fiscal e distribuição da arrecadação do IBS entre os entes federativos, em nada alterando o modelo previamente definido, inclusive, mantendo-se o período de transição entre 2026 até 2032 (sendo 2026 período de teste e adaptação - sem cobrança de IBS e CBS). Mesmo com a publicação da mencionada lei complementar, ainda existem inúmeros aspectos da reforma que requerem regulamentação. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas Demonstrações Financeiras da Companhia em 31/12/2025. **2.23 - Riscos de conflitos internacionais:** Conflitos internacionais podem ter um efeito material adverso no ambiente macroeconômico geral, que pode incluir a demanda por aço e minério de ferro e os preços, bem como o aumento dos custos de energia. Tanto um conflito em si quanto as sanções impostas (e outras sanções adicionais que podem vir a ser impostas), bem como as possíveis respostas às sanções, podem ter mais efeitos desestabilizadores nos mercados financeiros e em certos mercados de *commodities*. Um conflito pode escalar militarmente tanto regional quanto globalmente; qualquer escalada substancial teria um efeito material adverso nas condições macroeconômicas. Além disso, as sanções podem permanecer em vigor além da duração de um conflito militar e ter um impacto duradouro tanto na região do conflito quanto globalmente, podendo afetar negativamente os resultados operacionais e a condição financeira da Companhia e outras partes relacionadas com as quais mantém transações. **2.24 - Riscos climáticos:** Um número substancial de cientistas, ambientalistas, organizações internacionais, reguladores e outros analistas defendem que as mudanças climáticas globais contribuíram, e seguirão contribuindo, para o aumento da imprevisibilidade, frequência e gravidade dos desastres naturais (entre eles, mas não limitados a furacões, secas, tornados, congelamentos, outras tempestades e incêndios) em algumas partes do mundo. Com isso, diversas medidas legais e regulatórias, além de medidas sociais, foram implantadas em diversos países visando reduzir as emissões de dióxido de carbono e de outros gases do efeito estufa, além de combater as mudanças climáticas globalmente. Tais reduções das emissões de gases do efeito estufa poderiam levar a um aumento dos custos de energia, transporte e insumos, além de exigir que a Companhia realize investimentos adicionais em instalações e equipamentos. Embora não seja possível prever o impacto das mudanças climáticas globais sem certas suposições, ou de medidas legais, regulatórias e sociais em resposta às preocupações sobre mudanças climáticas, quaisquer dessas ocorrências poderiam afetar negativamente os negócios, condição financeira, resultados operacionais e fluxo de caixa da Companhia. **2.25 - Aumento de tarifas sobre exportações para os Estados Unidos:** A partir do anúncio feito pelo governo dos Estados Unidos, de aumento nas tarifas sobre as exportações de produtos do Brasil, a Companhia vem acompanhando, com cautela, os possíveis impactos que as tarifas dos Estados Unidos sobre o Brasil podem ter na indústria local, que poderiam ter um efeito cascata no consumo de aço no Brasil.

3 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	2025	2024
Caixa	554	526
Bancos e aplicações de liquidez imediata	172.099	194.127
Caixa e equivalentes de caixa	172.653	194.653

Aplicações de liquidez imediata incluem investimentos com prazo de vencimento de até 90 dias ou prontamente resgatáveis, ou seja, que possuem liquidez imediata e baixo risco de variação do valor justo.

4 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2025	2024
Contas a receber de clientes	1.264.904	1.363.417
(-) Perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros	(9.833)	(17.676)
	1.255.071	1.345.741

A composição de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	2025	2024
Valores a vencer	1.173.272	1.247.130
Vencidos:		
Até 30 dias	76.565	94.239
Entre 31 e 60 dias	9.965	9.878
Entre 61 e 90 dias	1.329	328
Entre 91 e 180 dias	371	43
Entre 181 e 360 dias	3.201	626
Acima de 360 dias	201	11.173
(-) Perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros	(9.833)	(17.676)
	1.255.071	1.345.741

A movimentação das perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros está demonstrada abaixo:

Saldo em 01/01/2024	(8.471)
Créditos provisionados no exercício	(16.904)
Créditos recuperados no exercício	5.430
Créditos baixados definitivamente da posição	2.269
Saldo em 31/12/2024	(17.676)
Créditos provisionados no exercício	(5.515)
Créditos recuperados no exercício	2.782
Créditos baixados definitivamente da posição	10.576
Saldo em 31/12/2025	(9.833)

A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia, líquida da provisão para risco de crédito, é o valor das contas a receber. A qualidade do crédito do contas a receber a vencer é considerada adequada, sendo que o valor do risco efetivo de eventuais perdas no contas a receber de clientes encontra-se apresentado como perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros.

5 - ESTOQUES

	2025	2024
Produtos em elaboração	970.425	1.390.391
Matérias-primas	767.200	874.114
Produtos prontos	825.875	756.970
Importações em andamento	199.528	383.217
Materiais de almoxarifado	115.831	131.450
(-) Provisão para ajuste ao valor líquido realizável	(33.854)	(3.706)
	2.845.005	3.532.436

Os saldos da provisão para ajuste ao valor líquido realizável de estoques, cuja provisão e reversão tem como contrapartida o custo das vendas, estão demonstrados abaixo:

Saldo em 01/01/2024	(34.552)
Provisão para ajuste ao valor líquido realizável	(15.787)
Reversão de ajuste ao valor líquido realizável	46.633
Saldo em 31/12/2024	(3.706)
Provisão para ajuste ao valor líquido realizável	(32.880)
Reversão de ajuste ao valor líquido realizável	2.732
Saldo em 31/12/2025	(33.854)

6 - CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

	2025	2024
Circulante		
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	379.230	273.432
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	129.613	101.224
Programa de Integração Social	42.422	60.166
Outros	6.030	8.271
	557.295	443.093
Não circulante		
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	202.642	277.683
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	152.770	145.200
Programa de Integração Social	11.079	59.978
	366.491	482.861
	923.786	925.954

A expectativa de realização dos créditos tributários de longo prazo é a seguinte:

	2025	2024
2026	-	112.460
2027	298.598	86.470
2028	55.382	149.329
2029 em diante	12.511	134.602
	366.491	482.861

7 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Os impostos sobre a renda incluem o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL). As alíquotas oficiais para imposto de renda e contribuição social aplicáveis são de 25% e de 9%, respectivamente, para os exercícios findos em 31/12/2025 e 31/12/2024. **a) Reconciliação dos ajustes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) no resultado:**

	2025	2024
(Prejuízo) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(667.833)	405.422
Alíquotas nominais	34%	34%
Benefício (Despesa) de imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	227.063	(137.843)
Ajustes dos impostos referente:		
- equivalência patrimonial	1.040	-
- juros sobre o capital próprio	47.974	160.232
- inconstitucionalidade da incidência de IRPJ e CSLL relativos a Selic em razão de repetição de indébito tributário	7.806	6.112
- incentivos fiscais	-	10.283
- não constituição de ativos fiscais diferidos / realização, líquidos	(18.914)	25.857
- diferenças permanentes (líquidas)	(9.599)	(4.096)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	255.370	60.545
Corrente	(213)	(75.869)
Diferido	255.583	136.414

b) Composição e movimentação dos ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos, constituídos às alíquotas nominais:

	Saldo em 01/01/2024	Reconhecido no resultado	Outros	Saldo em 31/12/2024
Prejuízos fiscais	-	27.977	(27.977)	-
Provisão para passivos tributários, cíveis e trabalhistas	216.858	41.092	-	257.950
Outras diferenças temporárias	(214.236)	(63.702)	-	(277.938)
Efeito de variação cambial diferida	(7.225)	144.122	-	136.897
Provisão para perdas	36.048	(13.075)	-	22.973
	31.445	136.414	(27.977)	139.882
Ativo não circulante	31.445			139.882

	Saldo em 31/12/2024	Reconhecido no resultado	Saldo em 31/12/2025
Prejuízos fiscais	-	94.357	94.357
Base negativa da contribuição social	-	40.778	40.778
Provisão para passivos tributários, cíveis e trabalhistas	257.950	25.883	283.833
Outras diferenças temporárias	(277.938)	(37.983)	(315.921)
Efeito de variação cambial diferida	136.897	(118.641)	18.256
Provisão para perdas	22.973	251.189	274.162
Ativo não circulante	139.882	255.583	395.465
	139.882		395.465

c) Estimativa de recuperação de créditos de imposto de renda e contribuição social:

	Ativo	
	2025	2024
2025	-	76.632
2026	43.389	59.097
2027	43.388	1.039
2028	57.939	1.039
2029	92.117	1.039
2030 em diante	158.632	1.036
	395.465	139.882

d) Ativos fiscais não contabilizados: Devido à falta de oportunidade de uso dos prejuízos fiscais não operacionais, a Companhia não contabilizou uma parcela de ativo fiscal de R$ 100.641 (R$ 81.727 em 31/12/2024), os quais não têm uma data final para expirar.

8 - INVESTIMENTOS AVALIADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

	Classificação	Saldo em 31/12/2024	Resultado da equivalência patrimonial	Aquisição de controlada	Saldo em 31/12/2025
Gerdau Açominas Overseas Ltd.	Controlada	-	3.060	10.416	13.476
		-	3.060	10.416	13.476

Em 30/06/2025, a Companhia efetuou a aquisição de 100% do capital da Gerdau Açominas Overseas Ltd., detida pela Gerdau Aços Longos S.A., pelo preço de aproximadamente R$ 10,4 milhões. O preço de aquisição foi pago à vista com recursos próprios disponíveis. A transação refere-se à aquisição de participação societária entre entidades sob controle comum, uma vez que tanto a adquirente quanto a adquirida são controladas, direta ou indiretamente, pela Gerdau S.A., antes e após a transação.

9 - IMOBILIZADO

a) Síntese da movimentação do ativo imobilizado:

Custo do imobilizado bruto	Terrenos, prédios e construções	Máquinas, equipamentos e outros	Imobilizações em andamento	Total
Saldo em 01/01/2024	4.110.253	12.706.690	3.106.264	19.923.207
Adições	-	29.970	3.315.453	3.345.423
Juros capitalizados	-	-	63.823	63.823
Transferências	226.588	1.033.607	(1.260.195)	-
Baixas	(10)	(11.802)	(9)	(11.821)
Saldo em 31/12/2024	4.336.831	13.758.465	5.225.336	23.320.632
Adições	20.750	45.097	2.861.272	2.927.119
Juros capitalizados	-	-	137.247	137.247
Transferências	487.680	2.253.344	(2.741.024)	-
Baixas	(56.758)	(168.534)	-	(225.292)
Perdas pela não recuperabilidade de ativos [c]	(181.616)	(576.241)	-	(757.857)
Saldo em 31/12/2025	(4.606.887)	15.312.131	5.482.831	25.401.849

Depreciação e exaustão acumulada	Terrenos, prédios e construções	Máquinas, equipamentos e outros	Imobilizações em andamento	Total
Saldo em 01/01/2024	(2.501.716)	(8.140.045)	-	(10.641.761)
Depreciação e exaustão	(160.923)	(654.001)	-	(814.924)
Transferências	757	(757)	-	-
Baixas	-	4.089	-	4.089
Saldo em 31/12/2024	(2.661.882)	(8.790.714)	-	(11.452.596)
Depreciação e exaustão	(170.598)	(817.577)	-	(988.175)
Transferências	-	-	-	-
Baixas	879	144.002	-	144.881
Saldo em 31/12/2025	(2.831.601)	(9.464.289)	-	(12.295.890)
Imobilizado líquido				
Saldo em 31/12/2024	1.674.949	4.967.751	5.225.336	11.868.036
Saldo em 31/12/2025	1.775.286	5.847.842	5.482.831	13.105.959

A taxa média de capitalização de juros no exercício de 2025 é de 13,5% a.a. (11,4% a.a. em 2024).
As seguintes vidas úteis são utilizadas para cálculo da depreciação:

	Vida útil dos ativos imobilizados
Prédios e construções	10 a 25 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	10 a 20 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos eletrônicos de dados	2,5 a 5 anos

b) Valores oferecidos em garantia: Não foram oferecidos bens do ativo imobilizado em garantia de empréstimos e financiamentos em 2025 e 2024. **c) Perdas pela não recuperabilidade do imobilizado:** No quarto trimestre de 2025, em virtude da revisão do plano de investimentos em Capex de suas plantas industriais, representando uma significativa redução em relação aos últimos anos, nível de utilização de ativos de certas plantas industriais no segmento Brasil e expectativa de deterioração de condições econômicas numa intensidade maior que aquela contemplada nos cenários de períodos anteriores, os testes realizados em outros ativos de vida longa identificaram perdas pela não recuperabilidade no imobilizado no montante de R$ 757.857, decorrentes de valor recuperável abaixo do valor contábil. Estas perdas foram determinadas com base na diferença entre o valor contábil e o valor recuperável destes ativos que representa o seu valor em uso (maior entre o valor justo líquido de despesa de alienação ou seu valor em uso) e foram registradas na linha de Perdas pela não recuperabilidade de ativos na Demonstração do Resultado. As taxas de desconto após o imposto de renda utilizadas para este teste foram de 11,75%. **d)** As adições de imobilizado em 2025 incluem efeito não caixa de R$ 386.693 em virtude de desembolsos de caixa acima das adições de imobilizado (desembolsos de caixa abaixo das adições de imobilizado de R$ 298.172 em 2024).

10 - OUTROS INTANGÍVEIS

Referem-se, substancialmente, ao desenvolvimento de *software* com aplicação na gestão do negócio:

Saldo em 01/01/2024	52.075
Aquisição	14.447
Amortização	(39.352)
Baixa	(114)
Saldo em 31/12/2024	27.056
Aquisição	16.989
Amortização	(17.090)
Saldo em 31/12/2025	26.956
Vida útil estimada	Até 3 anos

11 - ARRENDAMENTO MERCANTIL

a) Síntese da movimentação do direito de uso de ativos de arrendamento mercantil:

Arrendamento mercantil bruto	Terrenos, prédios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos	Total
Saldo em 01/01/2024	1.489	357.650	22.607	381.746
Adições	-	98.555	-	98.555
Baixas	-	(24.183)	-	(24.183)
Remensurações	55	(5.545)	(471)	(5.961)
Saldo em 31/12/2024	1.544	426.477	22.136	450.157
Baixas	-	(82.548)	-	(82.548)
Remensurações	48	8.298	18.796	27.142
Saldo em 31/12/2025	1.592	352.227	40.932	394.751

Depreciação acumulada	Terrenos, prédios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos	Total
Saldo em 01/01/2024	(101)	(112.692)	(10.746)	(123.539)
Depreciação	(308)	(107.651)	(5.232)	(113.191)
Baixas	-	24.183	-	24.183
Saldo em 31/12/2024	(409)	(196.160)	(15.978)	(212.547)
Depreciação	(318)	(107.237)	(5.655)	(113.210)
Baixas	-	82.548	-	82.548
Saldo em 31/12/2025	(727)	(220.849)	(21.633)	(243.209)
Arrendamento mercantil líquido				
Saldo em 31/12/2024	1.135	230.317	6.158	237.610
Saldo em 31/12/2025	865	131.378	19.299	151.542

b) Arrendamento mercantil a pagar: Os montantes de desembolsos de arrendamento mercantil são apresentados na Demonstração dos Fluxos de Caixa. Os passivos apresentados no Balanço Patrimonial estão ajustados a valor presente, com base nas taxas de juros livres de risco observadas onde a Companhia tem operações, ajustadas pelo *spread* de crédito da Companhia, onde em 31/12/2025 as taxas de desconto se situaram entre 12,7% a.a. a 15,2% a.a., (12,7% a.a. a 13,1% a.a. em 31/12/2024), variando conforme o prazo de duração do arrendamento mercantil.

Vencimento arrendamento mercantil	2025	2024
2025	-	112.015
2026	48.939	37.570
2027	33.036	23.753
2028	24.776	21.169
2029	8.193	6.116
2030 em diante	56.852	61.840
	171.796	262.463
Arrendamento mercantil a pagar		
Passivo Circulante	48.939	112.015
Passivo Não Circulante	122.857	150.448
Despesa de juros do exercício	22.975	30.942

12 - FORNECEDORES (Fornecedores mercado doméstico, Fornecedores risco sacado e Fornecedores importação)

	2025	2024
Fornecedores mercado doméstico	865.877	1.013.356
Fornecedores risco sacado	115.864	126.372
Fornecedores importação	736.325	989.953
	1.718.066	2.129.681

Em "Fornecedores mercado doméstico" a Companhia apresenta os saldos a pagar oriundos de aquisições de bens e serviços no mercado doméstico onde a Companhia opera. A Companhia possui contratos junto a instituições financeiras com objetivo de permitir aos seus fornecedores a antecipação de seus recebíveis através de operação denominada "Fornecedores risco sacado". Nessa operação os fornecedores podem transferir a seu critério, o direito de recebimento dos títulos para uma instituição financeira, que por sua vez, passa a ser a detentora dos direitos dos recebíveis dos fornecedores. A taxa média de desconto nas operações de risco sacado realizadas por nossos fornecedores junto às instituições financeiras foi realizada conforme condições de mercado. A transferência do direito de recebimento dos títulos da Companhia, a critério do fornecedor, não muda o prazo de pagamento como também não implica no pagamento de juros por parte da Companhia, na medida que o custo financeiro de tal transferência é de responsabilidade do fornecedor desta forma, o prazo de pagamento dos fornecedores risco sacado varia entre 7 e 132 dias, sendo o mesmo prazo de pagamento para os fornecedores que não optam por antecipar seus recebíveis através da operação denominada "Fornecedores risco sacado".

	31/12/2025	31/12/2024	01/01/2024
Saldo de Fornecedores risco sacado	115.864	126.372	172.965
Valores recebidos pelos fornecedores junto às instituições financeiras que fazem parte do acordo de financiamento - risco sacado, em relação ao saldo em aberto mencionados	112.521	123.351	169.163

Os valores contábeis dos passivos sob o acordo de financiamento do fornecedor são considerados aproximações razoáveis de seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo. Os saldos apresentados como "Fornecedores importação" referem-se substancialmente a compra de carvão e outros insumos no exterior, onde nas transações comerciais o fornecedor pode requerer a emissão de carta de crédito ou instrumento semelhante de mitigação de riscos para realizar o embarque dos produtos. Em 31/12/2025, os contratos negociados via carta de crédito possuíam prazo de pagamento de até 180 dias e taxas que também variavam, conforme condições de mercado. A Companhia mantém permanente acompanhamento da composição da carteira e das condições estabelecidas com os fornecedores, as quais não sofreram alterações significativas em relação ao que vinha sendo praticado historicamente.

13 - EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	2025	2024
Empréstimos e financiamentos (BRL)	542.257	191.078
Debêntures (BRL)	1.269.165	1.671.142
Total dos empréstimos, financiamentos e debêntures	1.811.422	1.862.220
Circulante	330.420	1.370
Não circulante	1.481.002	1.860.850
Valor do principal	1.800.826	1.860.850
Valor dos juros	10.596	1.370
Total dos empréstimos, financiamentos e debêntures	1.811.422	1.862.220

Os empréstimos e financiamentos, denominados em reais, são corrigidos por taxa fixa ou indexados conforme os seguintes indicadores: Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As debêntures, denominadas em reais, são indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI). A taxa média ponderada nominal de juros dos empréstimos e financiamentos em 31/12/2025 é de 12,45% (13,11% em 31/12/2024). A Companhia possui debêntures denominadas em reais, sem preferência e não conversíveis em ações, com juros variáveis a um percentual da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário). O vencimento destas debêntures é em 30/08/2034. Em 31/12/2025, a Companhia possui 59.775 debêntures em circulação, as quais foram captadas pela sua controladora Gerdau S.A., no montante de R$ 1.269.164 (R$ 1.671.142 em 31/12/2024). A taxa média ponderada nominal de juros das debêntures em 31/12/2025 é de 14,32% (10,88% em 31/12/2024.) O cronograma de pagamento da parcela de longo prazo dos empréstimos, financiamentos e debêntures é o seguinte:

	2025	2024
2026	-	189.708
2027	14.169	-
2028	14.169	-
2029	14.169	-
2030 em diante	1.438.495	1.671.142
	1.481.002	1.860.850

a) Linhas de crédito e contas garantidas: Em setembro de 2022, a controladora Gerdau S.A. concluiu a renovação da Linha de Crédito *Revolver* Global no valor total de US$ 875 milhões (equivalentes a R$ 4.815 milhões em 31/12/2025) que possui vencimento em setembro de 2027. A operação visa prover liquidez às unidades da América do Norte e América Latina, incluindo o Brasil. As empresas Gerdau S.A., Gerdau Aços Longos S.A. e a Companhia prestam garantia nesta transação. Em 31/12/2025, não havia saldo devedor desta operação. A Companhia não está sujeita a cláusulas de *default* (*covenants*) atreladas a índices financeiros. As cláusulas não-financeiras de performance vêm sendo cumpridas. **b) Principais captações em Empréstimos e Financiamentos:** Em fevereiro de 2025, a Companhia realizou captação de dívida no valor de R$ 1.165 milhões junto a uma instituição financeira de primeira linha, com vencimento em dezembro de 2025. Em abril de 2025, a Companhia realizou a captação de dívida lastreada em contratos de exportação no valor principal de US$ 50 milhões (equivalente a aproximadamente R$ 303 milhões na data de captação) junto a uma instituição financeira de primeira linha, com vencimento em dezembro de 2025. Em agosto de 2025, a Companhia realizou captação de dívida de curto prazo junto a instituições financeiras de primeira linha, no valor total de R$ 150 milhões e com vencimento previsto em 6 meses. Esta captação foi feita em conjunto com um instrumento financeiro derivativo protetivo, cujo objetivo é representar, no conjunto das duas operações, um custo indexado ao CDI. Ao longo do último trimestre de 2025, a Companhia concluiu a contratação de financiamentos junto ao BNDES, totalizando R$ 353 milhões. Desse montante, já foram desembolsados R$ 214 milhões. Os recursos são destinados ao apoio e desenvolvimento de iniciativas sustentáveis, alinhadas às diretrizes ambientais do programa. Os contratos possuem vencimentos previstos para 2035 e 2041, respectivamente. **c) Principais liquidações em Empréstimos e Financiamentos:** A Companhia realizou a liquidação de financiamento no montante de R$ 1.165 milhões, bem como a liquidação de dívida lastreada em contratos de exportação no valor aproximado de US$ 50 milhões (equivalente a aproximadamente R$ 275 milhões na data da liquidação), ambos junto a instituições financeiras de primeira linha.

14 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais: A Gerdau Açominas S.A. mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos de mercado são administrados através de estratégias de mercado discutidas e compartilhadas com a alta gestão e conforme as diretrizes internas e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas a Aplicações financeiras, Contas a receber de clientes, Fornecedores mercado doméstico, Fornecedores risco sacado, Empréstimos, financiamentos e debêntures, Partes relacionadas, Outros ativos circulantes, Outros ativos não circulantes, Outros passivos circulantes e Outros passivos não circulantes. **b) Valor justo:** O valor justo de Empréstimos, financiamentos e debêntures são baseados em premissas de mercado, que podem levar em consideração fluxos de caixa descontados usando taxas de mercado equivalentes e taxas de crédito. Todos os demais instrumentos financeiros, que são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras pelo seu valor de livros, são substancialmente similares a aqueles que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Entretanto, uma vez que não existe mercado ativo para estes instrumentos, diferenças podem existir se forem liquidados antecipadamente. **c) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia: Risco de preço das *commodities*:** É o risco do efeito de flutuações nos preços dos produtos que a Companhia vende ou no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção. Em razão de operar em um mercado de *commodities*, a Companhia poderá ter sua receita de vendas e seu custo dos produtos vendidos afetados por alterações nos preços internacionais de seus produtos ou matérias-primas. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preços no mercado nacional e internacional. Ademais, a Companhia pode contratar derivativos com objetivo de reduzir este risco. **Risco de taxas de juros:** É o risco do efeito de flutuações de taxas de juros no valor dos ativos e passivos financeiros da Companhia ou de fluxos de caixa e receitas futuros. A Companhia avalia sua exposição a estes riscos: (i) comparando ativos e passivos financeiros denominados em taxas de juros fixas e flutuantes e (ii) monitorando os movimentos de taxas de juros como *Secured Overnight Financing Rate* (*SOFR*) e CDI. Desta forma, a Companhia pode contratar *swaps* de taxas de juros com objetivo de reduzir este risco. **Risco de taxas de câmbio:** É o risco do efeito de flutuações das taxas de câmbio no valor dos ativos e passivos financeiros da Companhia ou de fluxos de caixa e receitas futuros. A Companhia avalia sua exposição cambial mensurando a diferença entre o valor de seus ativos e de seus passivos em moeda estrangeira. A Companhia entende que as contas a receber originadas por exportações, seu caixa e equivalentes de caixa denominados em moeda estrangeira, a geração de caixa em sua controlada e os investimentos no exterior compensam a exposição gerada por seus passivos denominados em moeda estrangeira. Mas como o gerenciamento destas exposições ocorre também a nível de cada operação, podendo haver um descasamento entre os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira, a Companhia pode contratar instrumentos financeiros derivativos, com o objetivo de mitigar o efeito das flutuações de taxa de câmbio. **Risco de crédito:** Esse risco advém de a possibilidade da Companhia não receber valores de terceiros decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos junto a instituições financeiras gerados por operações financeiras. Para atenuar esse risco é feita a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de limites de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. As operações financeiras são realizadas em instituições de primeira linha e com baixo risco de crédito, conforme avaliação de agências de *rating* e parâmetros de mitigação de risco definidos na diretriz interna da Companhia. **Risco de liquidez:** Diretrizes internas da Companhia preveem limites de carência e determina a utilização de linhas compromissadas e

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.
Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal - Acesse também através do QR CODE ao lado.

GERDAU
O futuro se molda

GERDAU AÇOMINAS S.A.

COMPANHIA FECHADA
CNPJ Nº 17.227.422/0001-05

CONTINUAÇÃO

d) Instrumentos financeiros por categoria:

	2025						
Ativos	**Custo amortizado**	**Ativos a valor justo por meio do resultado**	**Total**	**Passivos**	**Custo amortizado**	**Passivos a valor justo por meio do resultado**	**Total**
Contas a receber de clientes	1.255.071	-	1.255.071	Fornecedores mercado doméstico	865.877	-	865.877
Outros ativos circulantes	95.972	-	95.972	Fornecedores risco sacado	115.864	-	115.864
Outros ativos não circulantes	22.469	16.510	38.979	Fornecedores importação	736.325	-	736.325
				Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.811.422	-	1.811.422
				Partes relacionadas	2.249.234	-	2.249.234
				Outros passivos circulantes	606.011	1.095	607.106
				Outros passivos não circulantes	20.137	-	20.137
	1.373.512	16.510	1.390.022		6.404.870	1.095	6.405.965

	2024						
Ativos	**Custo amortizado**	**Ativos a valor justo por meio do resultado**	**Total**	**Passivos**	**Custo amortizado**	**Passivos a valor justo por meio do resultado**	**Total**
Contas a receber de clientes	1.345.741	-	1.345.741	Fornecedores mercado doméstico	1.013.356	-	1.013.356
Outros ativos circulantes	46.210	-	46.210	Fornecedores risco sacado	126.372	-	126.372
Outros ativos não circulantes	24.621	35.947	60.568	Fornecedores importação	989.953	-	989.953
				Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.862.220	-	1.862.220
				Partes relacionadas	1.264.597	-	1.264.597
				Outros passivos circulantes	927.315	-	927.315
				Outros passivos não circulantes	27.998	1.747	29.745
	1.416.572	35.947	1.452.519		6.211.811	1.747	6.213.558

e) Operações com instrumentos financeiros derivativos: Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos: A fim de executar sua estratégia de crescimento sustentável, a Companhia implementa estratégias de gerenciamento de risco com o objetivo de mitigar os riscos de mercado. O objetivo da Companhia ao contratar operações de derivativos está sempre relacionado à minimização dos riscos de mercado, identificados em nossas políticas e diretrizes. Todos os instrumentos derivativos em vigor são revisados mensalmente pelo Comitê de Riscos Financeiros, que valida o valor justo de tais instrumentos. Todos os ganhos e perdas dos instrumentos derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo nas Demonstrações Financeiras da Companhia na linha de Perdas com instrumentos financeiros, líquido. **Política de uso de derivativos:** A Companhia está exposta a vários riscos de mercado, entre os quais, a flutuação das taxas de câmbio, taxas de juros e preços de *commodities*. A Companhia utiliza derivativos e outros instrumentos financeiros para reduzir o impacto de tais riscos no valor de seus ativos e passivos financeiros ou fluxo de caixa e receitas futuros. A Companhia estabeleceu diretrizes para verificar os riscos de mercado e para aprovar a utilização de operações de instrumentos financeiros derivativos relacionados a estes riscos. A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos exclusivamente para gerenciar os riscos de mercado mencionados acima e nunca com propósitos especulativos. Instrumentos financeiros derivativos são somente utilizados quando eles possuem uma posição correspondente (ativo ou passivo descoberto), proveniente das operações de negócios, investimentos e financiamentos da Companhia. **Política de apuração do valor justo**: O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado por meio de modelos e outras técnicas de valoração, dentre as quais preços futuros e curvas de mercado. As operações de derivativos podem incluir: *swaps* de taxas de juros e/ou de moeda, contratos futuros ou a termo e contratos de opções. **f) Mensuração do valor justo:** Os CPCs definem o valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A norma também estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela empresa, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não-observáveis. Os CPCs descrevem os três níveis de informações que devem ser utilizados na mensuração ao valor justo: Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos. Nível 3 - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos. Conforme detalhado na Nota 14.d, em 31/12/2025 e 31/12/2024, a Companhia mantinha certos ativos classificados como Ativos a valor justo por meio do resultado e passivos classificados como Passivos a valor justo por meio do resultado, cuja mensuração ao valor justo é requerida em bases recorrentes. Os ativos e passivos financeiros da Companhia mensurados a valor justo em bases recorrentes, são mensurados por técnica de avaliação que utiliza apenas dados observáveis de mercado (Nível 2). **g) Movimentação dos passivos do Fluxo de caixa das atividades de financiamento:** Conforme requerido pelo CPC 03, a Companhia demonstra a seguir a movimentação dos passivos do Fluxo de caixa das atividades de financiamento, da sua Demonstração dos Fluxos de Caixa:

		Alterações caixa		Alterações não caixa		
	Saldo em 01/01/2024	**Recebidos (pagos) de atividade de financiamento**	**Pagamento de juros**	**Despesa de juros sobre dívidas e Juros sobre mútuos**	**Variação cambial e outros**	**Saldo em 31/12/2024**
Empréstimos, financiamentos e debêntures, e Valor justo de derivativos	1.115.287	663.124	(207.935)	110.575	181.169	1.862.220
Arrendamento mercantil a pagar	278.656	(108.787)	(30.942)	30.942	92.594	262.463
Partes relacionadas, líquidas	988.125	(53.065)	-	59.338	270.199	1.264.597

		Alterações caixa		Alterações não caixa		
	Saldo em 31/12/2024	**Recebidos (pagos) de atividade de financiamento**	**Pagamento de juros**	**Despesa de juros sobre dívidas e Juros sobre mútuos**	**Variação cambial e outros**	**Saldo em 31/12/2025**
Empréstimos, financiamentos e debêntures, e Valor justo de derivativos	1.862.220	(64.401)	(229.686)	103.628	139.661	1.811.422
Arrendamento mercantil a pagar	262.463	(117.809)	(22.975)	22.975	27.142	171.796
Partes relacionadas, líquidas	1.264.597	1.020.568	-	91.220	(127.151)	2.249.234

15 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	2025	2024
Circulante		
Encargos sociais sobre folha de pagamento	31.531	38.298
Imposto Sobre Serviços retido na fonte	14.299	16.811
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	20.463	14.031
Imposto sobre Produtos Industrializados	16.624	11.377
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	3.531	3.655
Outros	18.108	10.761
	104.556	94.933

16 - PASSIVOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia é parte em ações judiciais e administrativas de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, baseada na opinião de seus consultores legais, acredita que a provisão para estas ações judiciais e administrativas é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como que as decisões definitivas não terão efeitos significativos na posição econômico-financeira da Companhia. A provisão foi constituída considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas. Os saldos das provisões são os seguintes:

I) Provisões

	2025	2024
a) Provisões tributárias	1.159.624	1.050.294
b) Provisões trabalhistas	121.816	127.788
c) Provisões cíveis	7.331	34.560
	1.288.771	1.212.642

a) Provisões tributárias: As provisões tributárias referem-se, substancialmente, às discussões relativas à ICMS, IPI, Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, contribuições previdenciárias, compensação de créditos de PIS e COFINS e incidência de PIS e COFINS sobre outras receitas. **b) Provisões trabalhistas:** A Companhia é parte em um grupo de ações judiciais e/ou administrativas de natureza trabalhista, individuais e coletivas, que envolvem verbas trabalhistas diversas e a provisão decorre de decisões desfavoráveis e/ou de probabilidade de perda provável no curso normal dos processos com expectativa de saída de recurso financeiro pela Companhia. **c) Provisões cíveis:** A Companhia é parte em um grupo de ações judiciais, arbitrais e/ou administrativas de natureza cível que envolvem pedidos diversos e a provisão decorre de decisões desfavoráveis e/ou de probabilidade de perda provável no curso normal dos processos com expectativa de saída de recurso financeiro pela Companhia. A movimentação da provisão para passivos tributários, cíveis e trabalhistas está demonstrada abaixo:

	2025	2024
Saldo no início do exercício	1.212.642	1.112.103
(+) Adições	69.978	89.086
(+) Atualização Monetária	70.298	76.965
(-) Reversão de valores provisionados	(64.147)	(65.512)
Saldo no final do exercício	1.288.771	1.212.642

II) Passivos contingentes não provisionados: Considerando a opinião dos Assessores Jurídicos e a avaliação da Administração, os processos relacionados a seguir possuem expectativa de perda avaliada como possível (mas, não provável) e devido a esta classificação não são efetuadas provisões contábeis de acordo com as normas do CPC. **a) Contingências tributárias: a.1)** A Companhia é parte em discussões que tratam de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI; Contribuições Previdenciárias; compensação de créditos de PIS e COFINS; e outros tributos, no total atualizado de R$ 916.736 (R$ 938.363 em 31/12/2024). **a.2)** A Companhia é parte em processo judicial relativo à glosa da dedutibilidade do ágio gerado nos termos dos artigos 7º e 8º da Lei Nº 9.532/97, da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, decorrente da reorganização societária realizada em 2004/2005. O valor total atualizado da autuação importa em R$ 1.883.441 (R$ 1.787.543 em 31/12/2024), correspondente a um processo que se encontra atualmente em fase de cobrança judicial, tendo a Companhia ofertado garantia judicial, mediante Seguro Garantia, e iniciado as discussões judiciais em Embargos à Execução proposta pela Fazenda Nacional, os quais se encontram pendentes de julgamento. **b) Contingências cíveis:** A Companhia é parte em outras demandas de natureza cível que possuem em conjunto um montante em discussão de aproximadamente R$ 466.913 (R$ 172.056 em 31/12/2024). Para tais demandas não foi efetuada provisão contábil, pois estas foram consideradas como de perda possível, com base na opinião de seus consultores legais. **c) Contingências trabalhistas:** A Companhia é parte em outras demandas de natureza trabalhista que possuem em conjunto um montante em discussão de aproximadamente R$ 574.835 (R$ 629.455 em 31/12/2024). Para tais demandas não foi efetuada provisão contábil, pois estas foram consideradas como de perda possível, com base na opinião de seus consultores legais. **III) Depósitos judiciais:** A Companhia mantém depósitos judiciais vinculados às provisões tributárias, trabalhistas e cíveis, e estão assim demonstrados:

	2025	2024
Tributários	29.441	52.604
Trabalhistas	7.775	12.619
Cíveis	4.623	3.503
	41.839	68.726

17 - SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Composição dos saldos de empréstimos/financiamentos

	2025	2024
Mútuos passivos		
Empresa controladora		
Gerdau S.A.	-	(6)
Empresa controlada		
Gerdau Açominas Overseas Ltd.	(2.249.143)	-
Outras partes relacionadas		
Gerdau Aços Longos S.A.	(91)	(606)
Gerdau USA Inc.	-	(630.305)
GNA Financing, Inc.	-	(633.680)
	(2.249.234)	(1.264.597)
Despesas financeiras, líquidas	(91.220)	(59.338)

b) Operações Comerciais

			2025	2024
	Compras	**Vendas**	**Contas a receber (a pagar)**	**Contas a receber (a pagar)**
Empresa controladora				
Gerdau S.A.	19.153	35.777	(8.781)	105.319
Outras partes relacionadas				
Gerdau Summit Aços Fundidos e Forjados S.A.	7.116	-	-	(613)
Gerdau Aços Longos S.A.	146.926	2.954.032	275.900	335.434
Comercial Gerdau Aços Planos Ltda.	-	38.975	15.850	-
Gerdau Laisa S.A.	-	1.622	-	118
Empresa Siderúrgica Del Peru S.A.A.	393	345.767	111.972	-
Sipar Aceros S.A.	-	114.749	9.758	26.435
G2L Logística S.A.	151.288	-	(4.561)	(4.682)
G2Base Fundações e Contenções Ltda.	2.211	-	(337)	(247)
G2 Adições Minerais e Químicas S.A	356	1.873	160	782

c) Condições de preços e encargos: Os contratos de empréstimos entre as partes relacionadas são atualizados por taxas fixas e/ou de mercado, como *SOFR*, mais variação cambial, quando aplicável. As transações de compras e vendas de insumos e produtos são efetuadas em condições e prazos pactuados entre as partes. **d) Debêntures:** Em 31/12/2025, a Companhia tem debêntures emitidas, as quais foram captadas pela sua controladora Gerdau S.A., no montante de R$ 1.269.165 (R$ 1.671.142 em 31/12/2024) e que geraram despesa financeira de R$ 60.898 no exercício de 2025 (R$ 89.580 no exercício de 2024). **e) Avais concedidos:** A Companhia, em conjunto com as empresas Gerdau Aços Longos, e a controladora Gerdau S.A., prestam garantia às partes relacionadas Gerdau Trade Inc. e GUSAP III LP, nas emissões de *bonds* com vencimento em 2027, 2035 e 2044 no montante de R$ 7,2 bilhões em 31/12/2025 (R$ 8,6 bilhões em 31/12/2024). **f) Avais recebidos:** A Companhia, em conjunto com a empresa Gerdau Aços Longos, receberam garantia da controladora Gerdau S.A. em contratos de venda e compra de energia elétrica e gás natural, no montante de R$ 731 milhões em 31/12/2025 (R$ 121,2 milhões em 31/12/2024). **g) Remuneração da Administração:** No exercício findo em 31/12/2025, o custo com remuneração da Administração, em salários, remuneração variável, benefícios, plano de contribuição definida e planos de incentivos de longo prazo foi de R$ 13.473 (R$ 13.637 em 31/12/2024). O custo com encargos sociais da Administração totalizou R$ 3.114 em 31/12/2025 (R$ 2.911 em 31/12/2024). **h) Adiantamento para futuro aumento de capital**: Em 20/12/2024 a controladora Gerdau S.A. efetuou um adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R$ 1.350 milhões, o qual está reconhecido no passivo não circulante da Companhia em 31/12/2024. Em 25/02/2025 a controladora Gerdau S.A. efetuou um adiantamento adicional para futuro aumento de capital no valor de R$ 1.050 milhões. Estes adiantamentos no total de R$ 2.400 milhões, foram objeto de capitalização por ocasião da realização da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia em 25/04/2025.

18 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

a) Plano de pensão com benefício definido - pós-emprego: A Companhia patrocina plano de pensão de benefício definido, administrados pela Gerdau - Sociedade de Previdência Privada (GPrev), entidade fechada de previdência complementar, que foram saldados no ano de 2010 e inclui somente os participantes que decidiram não transferir a reserva para um novo plano de contribuição definida e, desta forma, optaram por manter o benefício saldado no plano de benefício definido que vem sendo corrigido pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). O saldo acumulado reconhecido nos resultados abrangentes para os benefícios a empregados é um ganho de R$ 16 em 31/12/2025 (perda de R$ 261 em 31/12/2024). **b) Plano de pensão com contribuição definida - pós-emprego:** A Companhia mantém um plano de pensão definida para o qual são feitas contribuições pela patrocinadora numa proporção da contribuição feita pelos empregados optantes. O total do custo nesta modalidade foi de R$ 22.597 em 2025 (R$ 20.835 em 2024). Saldo reconhecido como Ganhos antecipados com plano de pensão em 31/12/2025 foi R$ 3.591 (R$ 3.227 em 31/12/2024).

19 - PROVISÃO PARA PASSIVOS AMBIENTAIS

A Administração da Companhia reconheceu, na linha de "Provisão para passivos ambientais", com base na melhor estimativa do custo, valores para investigação, tratamento e limpeza de localidades potencialmente impactadas, que montam a R$ 108.131 em 31/12/2025, sendo R$ 23.631 no passivo circulante e R$ 84.500 no passivo não circulante (R$ 114.501 em 31/12/2024, sendo R$ 32.751 no passivo circulante e R$ 81.750 no passivo não circulante). A Companhia utilizou premissas e estimativas para determinar os montantes envolvidos, que podem variar no futuro, em decorrência da finalização da investigação e determinação do real impacto ambiental.

20 - OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES

Os outros passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas e se referem, substancialmente, a contas a pagar por aquisição de imobilizado no montante de R$ 412.014 (R$ 601.810 em 31/12/2024).

21 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: Em 31/12/2025 estão subscritas e integralizadas 1.787.051 ações, sendo 1.786.951 ações ordinárias e 100 ações preferenciais, todas sem valor nominal, totalizando o capital social realizado de R$ 6.454.243 (em 31/12/2024, estavam subscritas e integralizadas 1.410.993 ações, sendo 1.410.914 ações ordinárias e 79 ações preferenciais, todas sem valor nominal, totalizando o capital social realizado de R$ 4.054.243). Conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25/04/2025, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor total de R$ 2.400 milhões, passando de R$ 4.054.243 para R$ 6.454.243, mediante a emissão de 376.037 novas ações ordinárias e 21 novas ações preferenciais, todas sem valor nominal, mediante capitalização de Adiantamentos para futuro aumento de capital. As ações preferenciais não têm direito a voto, não podem ser resgatadas e participam em igualdade de condições em relação às ações ordinárias na distribuição de lucros, além de ter prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da Companhia. **b) Reserva de capital:** Refere-se principalmente à reserva de ágio, relativo à reorganização societária realizada em 2005 gerada nos termos dos artigos 7º e 8º da Lei nº 9.532/97. **c) Reservas de lucros: I) Legal -** Pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% do capital social. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos. **II) Incentivos fiscais -** Pela legislação societária brasileira, a Companhia pode destinar, para a reserva de incentivos fiscais, a parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo dos dividendos. A reserva se refere a incentivos fiscais de natureza estadual. **III) Investimentos e capital de giro -** Reserva estatutária composta pela parcela de lucros não distribuída aos acionistas, prevista no Estatuto Social da Companhia. O Conselho de Administração pode propor aos acionistas a transferência de pelo menos 5% do lucro líquido de cada ano para uma reserva estatutária (Reserva de investimentos e capital de giro). A reserva é criada somente após considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital integralizado. A reserva pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações. **d) Ajustes de avaliação patrimonial:** A Companhia reconhece nesta rubrica os ganhos e perdas não realizados em instrumentos financeiros derivativos até o momento em que estes são realizados, efeitos atuariais com planos de incentivo de longo prazo e a despesa com plano de pensão de benefício definido. **e) Dividendos e juros sobre o capital próprio:** Os acionistas têm direito a receber, em cada exercício, um dividendo mínimo obrigatório de 30% do lucro líquido ajustado. A Companhia efetuou no exercício, o cálculo de juros sobre o capital próprio dentro dos limites estabelecidos pela Lei nº 9.249/95. O valor correspondente foi contabilizado como despesa financeira para fins fiscais. Para efeito de apresentação desse valor foi demonstrado como dividendos, não afetando o resultado. O prejuízo líquido do exercício será objeto de proposta da Administração para absorção pela reserva de lucros - investimentos e capital de giro, conforme demonstrado a seguir:

	2025	2024
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(412.463)	465.967
Juros sobre capital próprio	-	(227.170)
(Prejuízo) Lucro líquido remanescente	(412.463)	238.797
Constituição de reserva de investimento e capital de giro	-	(238.797)
Absorção do prejuízo do exercício pela reserva de lucros - investimento e capital de giro	412.463	-

No exercício de 2025, a Companhia distribuiu R$ 141.099 juros sobre capital próprio com base nos lucros obtidos nos primeiros três meses de 2025. Em decorrência do prejuízo líquido apurado no exercício, a Administração proporá na Assembleia Geral Ordinária de Acionistas que o valor seja considerado como distribuído utilizando saldo da Reserva de Investimentos e Capital de Giro.

Natureza	**R$/ação**	**Ações em circulação (mil)**	**Crédito**	**Pagamento**	**2025**	**2024**
Juros sobre capital próprio	100,00	1.411	21/03/25	31/03/25	141.099	105.825
Juros sobre capital próprio					-	121.345
Total					141.099	227.170
Crédito por ação (R$)					100,00	161,00

Em 2024 foram distribuídos Juros sobre capital próprio com base em reserva de investimento e capital de giro no montante de R$ 244.102.

22 - RESULTADO POR AÇÃO

	2025			2024		
	Ordinárias	**Preferenciais**	**Total**	**Ordinárias**	**Preferenciais**	**Total**
	(Em milhares, exceto ações e dados por ação)			(Em milhares, exceto ações e dados por ação)		
Numerador						
(Prejuízo) Lucro líquido alocado disponível para acionistas ordinários e preferenciais	(412.440)	(23)	(412.463)	465.941	26	465.967
Denominador						
Média ponderada de ações	1.642.321	92		1.410.914	79	
Resultado por ação (em R$) - básico e diluído	(251,13)	(251,13)		330,24	330,24	

23 - RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	2025	2024
Receita bruta de vendas	15.102.327	15.645.039
Impostos incidentes sobre vendas	(1.908.262)	(2.042.289)
Descontos	(43.890)	(48.432)
Receita líquida de vendas	13.150.175	13.554.318

24 - DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a Demonstração do Resultado por função. Conforme requerido pelo CPC 26, apresenta, a seguir, o detalhamento da Demonstração do Resultado por natureza:

	2025	2024
Depreciação, exaustão e amortização	(1.118.475)	(967.467)
Salários, encargos sociais e benefícios	(1.181.444)	(1.101.313)
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(9.636.125)	(9.343.184)
Fretes	(718.221)	(639.005)
Perdas pela não recuperabilidade de ativos	(757.857)	-
Outras despesas/receitas	(336.795)	(305.997)
	(13.748.917)	(12.356.966)
Classificados como:		
Custo dos produtos vendidos	(12.654.265)	(12.050.969)
Despesas com vendas	(23.377)	(31.996)
Despesas gerais e administrativas	(156.722)	(163.282)
Outras receitas operacionais	43.428	19.799
Outras despesas operacionais	(197.391)	(119.044)
Perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros	(2.733)	(11.474)
Perdas pela não recuperabilidade de ativos	(757.857)	-
	(13.748.917)	(12.356.966)

25 - RESULTADO FINANCEIRO

	2025	2024
Rendimento de aplicações financeiras	18.513	20.453
Juros recebidos e outras receitas financeiras	37.647	47.067
Total Receitas financeiras	56.160	67.520
Juros sobre a dívida	(103.628)	(110.575)
Variações monetárias e outras despesas financeiras	(236.917)	(203.320)
Total Despesas financeiras	(340.545)	(313.895)
Variação cambial, líquida	254.547	(505.043)
Perdas com instrumentos financeiros, líquidos	(42.313)	(40.512)
Resultado financeiro, líquido	(72.151)	(791.930)

26 - SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes determinados para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. Os estoques e ativos imobilizados estão segurados para incêndio, raio, vendaval, alagamento, quebra de máquinas, danos elétricos, explosão e lucros cessantes. As principais coberturas de seguro são nas modalidades de patrimônio, que cobrem ativos de até R$ 42.362.261 e lucros cessantes de até R$ 1.516.829.

27 - EVENTO SUBSEQUENTE

I) Em 06/02/2026 a Companhia recebeu da controladora Gerdau S.A. um adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R$ 1.200 milhões, o qual será objeto de capitalização por ocasião da próxima Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Gerdau Açominas S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Gerdau Açominas S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Demonstrações financeiras consolidadas

Conforme descrito na Nota 2.1, a Companhia elaborou suas demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, apresentadas separadamente dessas demonstrações financeiras individuais, sobre as quais emitimos relatório de auditoria, sem modificação, com data de 25 de março de 2026. Essas demonstrações financeiras individuais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 25 de março de 2026

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-6

Emerson Lima de Macedo
Contador CRC 1BA022047/O-1

DIRETORIA

Diretor Presidente
GUSTAVO WERNECK DA CUNHA

Diretores Vice-Presidentes
MARCOS EDUARDO FARACO WAHRHAFTIG
MAURÍCIO METZ
RAFAEL DORNELES JAPUR

Diretores
CESAR OBINO DA ROSA PERES
FLÁVIA DIAS DA SILVA DE SOUZA
WENDEL GOMES DA SILVA

Contador
CLEMIR ÜHLEIN
CRC RS 044.845/O-8-S-MG
CPF nº 424.614.210-72

Anexo SENAD_compressed (35683144) SEI 08129.003746/2026-88 / pg. 72

BH Airport

Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.

CNPJ/MF nº 19.674.909/0001-53

Relatório da Administração *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Sobre a Companhia: 1.1 Aos acionistas: É com grande satisfação que submetemos à apreciação, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do BH Airport, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhado do Relatório dos Auditores Independentes. Desde 2014, o terminal é administrado por uma concessão, formada pela Motiva, uma das maiores companhias de concessão de infraestrutura da América Latina, e por Zurich Airport, operador do Aeroporto de Zurich, o principal hub aéreo da Suíça e considerado um dos melhores aeroportos do mundo, além da Infraero, estatal com experiência de mais de 40 anos na gestão de aeroportos no Brasil. **1.2 Apresentação:** Com o propósito de encurtar distâncias e conectar destinos, o BH Airport é um aeroporto internacional que promove a conectividade do estado de Minas Gerais com o Brasil e o mundo. Um dos principais hubs aeroportuários do país, o BH Airport atende cerca de 63 destinos nacionais e internacionais, sendo o terceiro maior do Brasil em quantidade de destinos. Com localização estratégica, na região metropolitana de Belo Horizonte, em Minas Gerais, região Sudeste do Brasil, o BH Airport está no centro do país, abrangendo cerca de 90% do PIB dos principais centros econômicos do Brasil, a apenas uma hora e meia de voo. Também faz parte de um complexo de integração intermodal que contempla importantes rodovias de acesso a Belo Horizonte, a capital mineira. Referência nacional e internacional na qualidade de prestação de serviços, o BH Airport busca oferecer a melhor experiência aeroportuária aos clientes, tendo a mineiridade, a segurança, o pioneirismo, a praticidade e a paixão como valores organizacionais, além do forte compromisso com o desenvolvimento socioeconômico da região onde está inserido. **1.3 Mensagem da Diretoria:** 2025 foi um ano de consolidação, recordes e avanço estratégico para o BH Airport. Encerramos o período com 13.3 milhões passageiros, o maior volume da nossa história e um avanço de 7,8% em relação a 2024, reafirmando nosso papel como um dos principais hubs de conexão do país. Esse desempenho foi sustentado por uma malha robusta, com 63 destinos atendidos e seis operações internacionais diretas, incluindo Lisboa, Cidade do Panamá, Orlando, Santiago, Buenos Aires e a rota sazonal para Bariloche. Além disso, permanecemos em negociação ativa para ampliar opções na América do Norte, América Latina e Europa, alinhados à estratégia de expansão internacional. Na operação, conquistamos visibilidade global: o BH Airport integrou o Top 10 dos aeroportos mais pontuais do mundo em 2025, segundo o ranking internacional Cirium OTP, atingindo 83,57% de partidas no horário na categoria de aeroportos de médio porte. Esse resultado comprova nosso compromisso permanente com a eficiência, inovação tecnológica e melhoria contínua em parceria com as companhias aéreas. O Hub Logístico Multimodal seguiu trajetória ascendente. No primeiro semestre, movimentamos 10,6 mil toneladas em cargas, o que representou um crescimento de 18% em relação a 2024, e alcançamos R$ 9,6 bilhões em valor de mercadorias, um avanço de 26% no mesmo período. Esses resultados foram impulsionados por soluções integradas que conectam os modais aéreo, marítimo e rodoviário. Mantivemos também a liderança no processamento de cargas sensíveis, como vacinas e itens farmacêuticos, reforçando nossa relevância no segmento de Ciências da Vida. Nossa agenda ESG permaneceu como eixo estruturante. Recebemos, pela terceira vez consecutiva, o selo Aeroportos Sustentáveis da ANAC, com destaque nas categorias Sociedade e Externalidades, referentes ao engajamento social, gestão de emissões e controle de ruído. Também renovamos o Airport Carbon Accreditation Nível 3+, permanecendo como o primeiro e único aeroporto carbono neutro do Brasil. A experiência dos nossos passageiros seguiu evoluindo com mais de 100 operações comerciais entre lojas, alimentação e serviços, reforçando o aeroporto como um ambiente completo, moderno e conveniente para passageiros e visitantes. A excelência da nossa operação internacional rendeu ainda o Prêmio Excelência Turística, concedido na ABAV Expo, pela expansão da capacidade aérea internacional do terminal. E 2025 também foi um ano de reconhecimento interno e cultural: conquistamos pela primeira vez o selo Great Place to Work (GPTW), reafirmando que nosso crescimento só é possível porque construímos, juntos, um ambiente humano, respeitoso, diverso e alinhado aos nossos valores. Mais do que uma certificação, o GPTW reforça que nossa cultura, baseada na mineiridade, na paixão, no pioneirismo, na segurança e na praticidade é vivida diariamente pelo nosso time. Fechamos 2025 conscientes do impacto positivo que geramos para Minas Gerais e para o Brasil: mais conectividade, mais desenvolvimento econômico, mais inovação, mais sustentabilidade e mais oportunidades. **1.4 Destaques do ano de 2025: Consolidação da movimentação:** O BH Airport registrou 13,32 milhões de passageiros em 2025, um milhão a mais de passageiros que o ano de 2024. Este desempenho demonstra a consolidação do fluxo de passageiros do terminal, impulsionado pela retomada do turismo e pela expansão de rotas para cerca de 63 destinos. **Investimentos em infraestrutura:** No ano de 2025, tivemos R$ 58,8 milhões em infraestrutura, os principais destaques foram os E-gates do Embarque Internacional, finalização da reforma do Desembarque 01 e os ônibus elétricos. **Mix de lojas em expansão:** Em 2025 inauguramos 12 novas operações com destaque para as duas salas VIP BRT, sendo uma no airside e outra no mezanino (primeira sala VIP na área pública) e também o SPOLLETO. Tivemos também 03 retrofits, com destaque para o BOB's e Forneria Ouro Preto. Também estamos viabilizando a construção de um hotel indoor, que deve oferecer cerca de 45 leitos e ficará próximo ao nosso terraço panorâmico. **Relatório de sustentabilidade:** Em 2025 o BH Airport seguiu publicando o seu relatório de sustentabilidade, reunindo projetos, iniciativas e resultados que foram destaques em 2024 (último ciclo completo de dados), seguindo as melhores práticas de mercado. A publicação apresenta os fatos mais relevantes da gestão focada no desenvolvimento sustentável no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2024. **Segurança é a principal regra do jogo:** Ao longo de todo o ano, foram realizadas diversas ações para fortalecer a cultura de segurança no BH Airport. Além das campanhas internas de conscientização, investimos em ações preventivas com o objetivo de reduzir riscos de acidentes e promover o bem-estar dos colaboradores. No ano de 2025 foi registrado um acidente do trabalho com afastamento, garantindo assim uma Taxa de Frequência de Acidentes com Afastamento (TFCA) de 3,73. **Recorde nas reservas on-line:** a plataforma reservas on-line de estacionamento (vendasonline.bh-airport.com.br) do BH Airport, fechou 2025 com 91 mil reservas efetuadas, gerando uma receita 19% acima do ano anterior. Entre os benefícios para passageiros e visitantes está o acesso a preços exclusivos oferecidos pela ferramenta, que tem desconto de até 70%. **2. Governança, Gestão e Estratégia Corporativa: 2.1 Administração:** O BH Airport possui uma estrutura de governança corporativa que inclui o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal; Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração (Compliance, Gestão de Pessoas, Financeiro e Infraestrutura) e Diretoria-Executiva. Mensalmente, são realizadas reuniões de alinhamento com o corpo executivo, contemplando assuntos, como: financeiro, desenvolvimento de negócios e governança. Mensalmente, todos os colaboradores participam de reunião sobre a divulgação dos resultados do trimestre e alinhamentos gerais. A governança corporativa tem como principal objetivo conduzir, continuamente, os processos decisórios e de gestão, garantindo qualidade e respeito aos interesses dos acionistas e demais partes interessadas, visando promover equilíbrio, igualdade de interesses e transparência nos processos de tomada de decisão. O Conselho de Administração é hoje composto por seis membros eleitos pela Assembleia Geral, sendo quatro membros indicados pela Motiva e por Zurich Airport, e dois membros indicados pela Infraero. Todos têm prazo de gestão por dois anos, sendo admitida a reeleição. De acordo com o Estatuto Social, a Diretoria executiva é composta pelas Diretorias Administrativa-Financeira, Comercial, Operações e Infraestrutura, bem como a Presidência, cujos representantes são eleitos pelo Conselho de Administração, com prazos de gestão de dois anos, permitidas reeleições. O Conselho Fiscal, de caráter permanente, compõe-se de três membros efetivos e igual número de suplentes, sendo dois indicados pela Motiva e por Zurich Airport, e um indicado pela Infraero. **2.2 Gestão da Ética e Programa de Integridade:** O BH Airport trabalha ativamente para que todos os relacionamentos estejam baseados em ética e a integridade, sejam eles com o setor público ou privado, internos ou externos. O Programa de Integridade, estruturado no Código de Conduta e Ética e nas Políticas de Compliance, prioriza o relacionamento ético interno e externo (setores público e privado), deixando claro que o BH Airport não tolera qualquer forma de violação aos direitos humanos, como o uso de mão de obra infantil, escrava ou análoga à escravidão, desrespeito, discriminação, agressão ou preconceito. O Programa de Integridade da Concessionária é acompanhado pelo Comitê de Compliance, composto pela Diretoria-Executiva e pelos representantes dos acionistas. O órgão monitora a execução do Programa e analisa os desvios críticos, deliberando sobre ações e medidas disciplinares a serem aplicadas. As relações contratuais com os stakeholders em todos os âmbitos passam pelo processo de due diligence da empresa. As parcerias comerciais do BH Airport estão embasadas em instrumentos jurídicos formais e bilaterais (contratos, termos de parcerias, dentre outros), de forma a garantir a segurança jurídica de todo o processo, em atendimento às políticas de segurança operacional e gestão integrada e ao Código de Conduta e Ética. **2.3 Governança e Gestão de Riscos Corporativos:** O BH Airport mantém uma Política Corporativa de Gestão de Riscos, aprovada pela Diretoria, que orienta a identificação, avaliação, tratamento e monitoramento contínuo dos riscos relevantes, de forma integrada à estratégia e à gestão do negócio. Em 2025, a Companhia fortaleceu sua estrutura de riscos corporativos por meio da revisão do portfólio de riscos estratégicos e operacionais, do início do mapeamento de riscos dos processos e da implantação da gestão de riscos de terceiros. Também foram aprimorados os critérios de avaliação de impacto e probabilidade, elevando a consistência metodológica e a qualidade das decisões. Houve, ainda, avanço na integração da gestão de riscos ao planejamento estratégico e na consolidação do Sistema de Gestão de Continuidade de Negócios, com a formalização do Plano de Continuidade de Negócios, alinhado às normas ISO e ao framework COSO ERM. **Principais riscos materiais e ações em 2025:** A Administração monitora de forma prioritária os riscos com maior potencial de impacto sobre a continuidade operacional, a conformidade regulatória, a reputação e o desempenho econômico-financeiro da Concessionária. Em 2025, destacam-se:

Risco Corporativo	Descrição/Impacto Potencial	Principais Ações em 2025
Cadeia de suprimentos e gestão de terceiros	Complexidade inerente aos processos de compras, contratos e gestão de fornecedores, com potencial impacto em eficiência operacional, governança e desempenho financeiro.	Realização de auditoria independente baseada em riscos nos processos de suprimentos; implantação da gestão de riscos de terceiros, com classificação de criticidade, *due diligence* e análise econômico-financeira para fornecedores críticos.
Capacidade operacional e balanceamento dos terminais	Dependência de cronogramas de terceiros e do poder público para a ampliação da capacidade, com potencial impacto na fluidez operacional e na experiência do passageiro.	Conclusão das obras do Desembarque 1, contribuindo para o melhor balanceamento entre terminais e mitigação de riscos operacionais e regulatórios (1).
Conformidade regulatória	Atuação em ambiente altamente regulado, que demanda monitoramento contínuo para assegurar conformidade e continuidade operacional.	Manutenção de elevados níveis de aderência nos processos de vigilância continuada da ANAC, com reforço dos controles operacionais e práticas de melhoria contínua.
Segurança da informação e sistemas operacionais	Crescente digitalização dos processos, com potencial exposição a riscos de indisponibilidade de sistemas, segurança da informação e proteção de dados.	Fortalecimento dos controles de acesso, monitoramento dos ambientes tecnológicos, políticas de segurança da informação e planos de continuidade de TI.
Pessoas, processos e maturidade em riscos	Evolução contínua da cultura de riscos em ambiente operacional complexo e dinâmico.	Integração da gestão de riscos ao *onboarding*, início do mapeamento dos riscos dos processos e estruturação da expansão da cultura de riscos para 2026.

(1) - A assunção, pela Concessionária, dos investimentos relacionados ao Desembarque 1 originalmente atribuídos ao Poder Público implica maior exposição a riscos regulatórios, em razão dos potenciais efeitos sobre o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. Tais investimentos integram o Anexo 3 do Contrato de Concessão e estavam previstos para entrega pelo Poder Público antes do início da concessão. As ações implementadas em 2025 reforçam a integração da gestão de riscos à estratégia e à operação do BH Airport, ampliando a capacidade da Concessionária de antecipar eventos, proteger valor e sustentar o crescimento de forma segura e sustentável. **2.4 Gente e Gestão:** Ao longo do exercício, a Companhia avançou de forma consistente na agenda de Gente e Gestão, consolidando iniciativas voltadas à atração, engajamento e desenvolvimento de talentos, bem como ao fortalecimento da cultura organizacional e da liderança. No eixo de atração e engajamento, destacam-se os avanços em diversidade e inclusão, com acompanhamento estruturado de indicadores de gênero, idade, raça, pessoas com deficiência e liderança feminina, além do direcionamento estratégico para ampliar a representatividade em posições de liderança. A Companhia monitorou indicadores de turnover e reforçou práticas voltadas à retenção de talentos, especialmente em funções críticas e estratégicas. A Pesquisa de Clima Organizacional (GPTW) foi realizada com ampla mobilização da liderança e dos colaboradores, acompanhada de ações estruturadas de comunicação, sensibilização e engajamento. Como resultado, a Companhia foi certificada pelo *Great Place to Work* (GPTW), reconhecimento que reflete o nível de confiança, engajamento e percepção positiva dos colaboradores em relação ao ambiente de trabalho e às práticas de gestão de pessoas. O Programa VOE permaneceu como pilar central da estratégia de cultura e engajamento, estruturado em diferentes frentes que integram bem-estar, desenvolvimento, liderança, colaboração e crescimento profissional, contribuindo para a consolidação de um ambiente organizacional saudável, colaborativo e orientado ao desenvolvimento contínuo. A Companhia reforçou seu compromisso com a saúde, segurança e bem-estar de seus colaboradores e parceiros, mantendo uma gestão orientada à prevenção de riscos e ao cumprimento da legislação aplicável, bem como às melhores práticas de mercado. No período, foram implementadas ações relevantes como a CIPA integrada, a realização de workshops de desenvolvimento para membros das CIPAs e profissionais de SST das empresas contratadas, além da execução de auditorias internas de gestão de Saúde e Segurança do Trabalho, abrangendo fornecedores e prestadores de serviços. Destacam-se também projetos específicos de mobilização em SST, campanhas educativas contínuas ao longo do ano, realização de eventos integrados de prevenção, além da SIPATMA, que contou com ampla participação da comunidade interna, além de representantes da comunidade aeroportuária essas ações contribuíram para o fortalecimento da cultura de segurança e conscientização sobre riscos no ambiente de trabalho. No âmbito regulatório, a Companhia realizou a avaliação e o monitoramento de requisitos legais aplicáveis à saúde e segurança, com revisão e atualização de documentos, garantindo a conformidade legal e a melhoria dos controles internos relacionados à gestão de SST. **2.5 Partes Relacionadas:** De acordo com o contrato de concessão, entende-se por parte relacionada referente à concessionária e ao Acionista Privado, qualquer controladora, coligada e respectivas controladas, bem como aquelas assim consideradas pelas normas contábeis em vigor. De forma a garantir a governança em suas transações comerciais com partes relacionadas, cuja finalidade principal é garantir a lisura nos procedimentos, o cumprimento das cláusulas contratuais e a proteção ao acionista não controlador, os acionistas da companhia estabeleceram no Estatuto Social que a Infraero possui voto de qualidade nessas matérias. Todo e qualquer contrato a ser realizado com parte relacionada deverá ser previamente submetido à análise da Infraero e somente poderá ser aprovado mediante consentimento expresso dela, conforme Protocolo de Práticas de Governança Corporativa: Transações com Partes Relacionadas. Além disso, de forma a salvaguardar o cumprimento do preceito supracitado, o Acordo de Acionistas estabelece alguns procedimentos específicos que deverão ser observados nas contratações com partes relacionadas, cuja finalidade é garantir que todas as contratações feitas nessas condições sejam transparentes e estejam dentro dos parâmetros de mercado. **3. Desempenho Econômico e Financeiro: 3.1 Mercado Aeroportuário Brasileiro:** Em 2025, o mercado aeroportuário brasileiro teve um bom desempenho, crescendo 9% em relação à movimentação de passageiros de 2019, o que mostra que a malha aérea brasileira já está consolidada novamente para as três principais companhias aéreas domésticas. Embora os efeitos da pandemia da COVID-19 ainda tenham impactado a disponibilidade de aeronaves, as companhias aéreas priorizaram a eficiência operacional. Como resultado, a utilização das aeronaves foi maximizada, e o load factor foi significativamente otimizado (acima de 80%). **3.2 Desempenho:** Em 2025, o BH Airport apresentou um desempenho consistente, marcado por consolidação operacional e avanços estratégicos. O período foi encerrado com 13,3 milhões de passageiros, o maior volume histórico, o que representa um crescimento de 7,8% em relação a 2024 e de 19,2% frente a 2019, último exercício anterior à pandemia, reafirmando sua relevância como um dos principais hubs de conexão do país. Esse desempenho foi sustentado por uma malha robusta, com 63 destinos atendidos e oito operações internacionais diretas, incluindo Lisboa, Cidade do Panamá, Orlando, Santiago, Buenos Aires e as rotas sazonais para Bariloche e Curaçao. Além disso, permanecemos em negociação ativa para ampliar opções na América do Norte, América Latina e Europa, alinhados à estratégia de expansão internacional. No segmento de cargas, o desempenho da receita foi 41 % superior ao de 2024, impulsionado pela captação de novos clientes no Terminal de Cargas e pelo aumento na movimentação de clientes ativos, reflexo do trabalho estratégico da gestão comercial do aeroporto. Em 2025, o terminal recebeu mais de 33.066 mil operações de importação de cargas, um crescimento de 9,78% em relação ao ano anterior. Além disso, o valor das cargas importadas este ano também aumentou significativamente. Se em 2024 elas representavam cerca de R$ 11,1 bilhões, em 2025[DM2.1] esse valor subiu para R$13,5 bilhões, um salto de 19,4%, que evidencia o potencial do terminal para o recebimento de importações de alto valor agregado.

Indicadores Operacionais	2025	2024	Variação
Número de Passageiros Totais	13.321	12.357	8%
Movimentação Total de Aeronaves (MTA)	118,31	114,19	4%
Volume de Carga (TONS) [1]	12.162	9.958	22%

EXPORTAÇÃO saída EXP / IMPORTAÇÃO saída IMP - aéreo + DTA
1. A tonelagem apresentada contempla apenas cargas reguladas (tarifadas) no Terminal de Cargas, excluindo cargas domésticas.

3.2.1 Receitas Consolidadas: A receita líquida da Companhia totalizou R$ 493.460 em 2025 desconsiderando o efeito do reequilíbrio, representando crescimento de 18% em relação ao exercício anterior. Esse desempenho foi impulsionado pelo aumento do volume de passageiros, pela maior ocupação das aeronaves e pela evolução do mix de passageiros local - caracterizado pela maior participação de passageiros ponto-a-ponto ao longo do exercício. Além da evolução do mix de passageiros e de cargas, as receitas tarifárias e não tarifárias foram impactadas positivamente pela variação do IPCA e pelo aumento da movimentação no período. Destacaram-se as receitas não tarifárias, que representaram, em média, 50% da receita total, impulsionadas pela implementação de novas operações comerciais e pelo desempenho dos serviços de Mobilidade, Produtos e Serviços Aeroportuários e Publicidade, contribuindo para a diversificação das fontes de receita e para a mitigação dos riscos associados às oscilações do mercado aéreo.

Receitas Operacionais	2025	2024	Variação
Receitas Tarifárias	**281.386**	**240.794**	**17%**
Receitas Não Tarifárias	**277.174**	**231.886**	**20%**
Receita de Reequilíbrio[1]	6.008	9.550	-37%
Cancelamentos	(2.626)	(3.124)	-16%
Receita Bruta[2]	**561.942**	**479.106**	**17%**
Deduções de Receita Bruta (-)	(63.030)	(53.654)	17%
Deduções de Receita Bruta (-) (Sem Reeq)	**(62.474)**	**(52.771)**	**18%**
Receita Líquida	498.912	425.452	17%
Receita Líquida (Sem Reeq)	**493.460**	**416.785**	**18%**

1. Receita de reequilíbrio para compensação de custos adicionais supervenientes ao escopo original da concessão impostos por nova legislação migratória no embarque internacional. 2. Desconsidera os impactos a receita de construção.

3.2.2 Geração de Valor: Em 2025, o BH Airport manteve uma trajetória consistente de geração de valor, sustentada por disciplina operacional, eficiência na gestão de custos e crescimento equilibrado das receitas. A adoção de controles mais eficientes, a revisão de contratos, a redução da inadimplência e a captura de economias estruturais permitiram mitigar pressões pontuais de custos e ampliar ganhos operacionais.
A combinação da eficiência operacional com o sólido desempenho das receitas resultou na manutenção de níveis elevados de rentabilidade ao longo do exercício. O EBITDA apresentou expansão de 2,6 pontos percentuais em relação a 2024, consolidando uma margem de 62,7%, o que evidencia a resiliência do modelo de negócios, a qualidade da execução e a capacidade do BH Airport de gerar valor de forma recorrente, mesmo em um ambiente operacional desafiador.

DRE	2025	2024	Δ %
(=) Receita Líquida	**498.913**	**425.438**	**17%**
(-) OPEX	**(184.642)**	**(166.599)**	**11%**
(=) EBITDA	**314.835**	**259.038**	**22%**
Margem EBITDA	**62,7%**	**60,0%**	**2%**
(=) EBITDA S/ Reequilíbrio	**309.383**	**250.372**	**24%**
Margem EBITDA	**62,0%**	**60,1%**	**2%**
(=) EBIT	**240.392**	**188.351**	**28%**
Margem EBIT	**48,2%**	**44,3%**	**4%**

Dentre as ações voltadas à eficiência operacional, destacamos a revisão do tratamento contábil das taxas administrativas cobradas pelas companhias aéreas. Em 2025, alteramos o critério de reconhecimento desses valores, que até então eram registrados como OPEX, passando a tratá-los como dedução da receita. Essa reclassificação resultou em uma economia no OPEX de R$ 1,6 milhão e, consequentemente, menor desembolso com impostos. Reforçando o compromisso com a sustentabilidade do negócio, mantivemos em 2025 as ações de gestão da inadimplência iniciadas em 2024, as quais continuam apresentando efeitos positivos na recuperação de recebíveis. Essas iniciativas contribuíram para a redução do risco de crédito em 82% e para a mitigação das provisões para perdas com clientes, fortalecendo a qualidade dos ativos e a previsibilidade dos resultados. **Dívida:** Em 24 de agosto de 2018, foi assinado o contrato de financiamento mediante abertura de crédito com o BNDES, no valor de R$ 508 milhões, em 201 parcelas, com custo de TJLP + 2,31 % ao ano, com vencimento em 15 de dezembro de 2035, dividido em dois subcréditos, sendo R$ 381 milhões correspondentes ao subcrédito "A" e R$ 127 milhões ao subcrédito "B". Em 16 de novembro de 2018 foi efetuada a liquidação da dívida do empréstimo-ponte no valor de R$ 418 milhões. Em 21 de novembro de 2019, houve o segundo desembolso do contrato de financiamento no valor de R$ 14,6 milhões, sendo R$ 10,9 milhões (75%) referente ao subcrédito "A" e R$ 3,7 milhões (25%) referente ao subcrédito "B". Em 15 de abril de 2020, ocorreu a suspensão dos pagamentos das parcelas de principal e dos juros remuneratórios dos subcréditos A e B do contrato de financiamento por seis meses, no período compreendido entre 15 de abril de 2020 e 15 de setembro de 2020, por meio do programa de *standstill* do BNDES, devido à pandemia. Em 15 de setembro de 2020 houve a prorrogação do programa por mais seis meses no período de 15 de setembro de 2020 a 15 de março de 2021. No dia 17 de setembro de 2021, foi pactuado Termo Aditivo n.º 3 ao contrato de financiamento no qual foi acordado entre o BNDES e a concessionária quanto à suspensão do pagamento das parcelas de principal e dos juros remuneratórios por nove meses, no período compreendido entre 15 de abril 2021 e 15 de dezembro de 2021, sem alterações na taxa de juros, modificando o método de amortização do contrato de SAC para Price. No ano de 2022, após encerramento do Standstill, a Companhia retomou o fluxo de pagamentos mensais e, conforme pactuado, restabeleceu a conta reserva usada como garantia contratual ao financiamento. **4. Sustentabilidade: 4.1 Desempenho Ambiental:** Continuamente, o BH Airport busca se fortalecer como o aeroporto mais sustentável do país. Nesse sentido, tem o ESG como estratégia, com foco em ações ambientais, sociais e de governança. Ao longo do ano de 2025 foram colocadas em prática diversas iniciativas que demonstram o compromisso do aeroporto com o tema. **Monitoramento e manutenção da Passagem de Fauna sob a Rodovia LMG 800, dentro do Sitio Aeroportuário:** O BH Airport monitora e mantém uma passagem de fauna localizada dentro do sítio aeroportuário sob a Rodovia LMG 800. No local, que liga dois importantes fragmentos florestais, já foram identificadas 16 espécies de animais silvestres. A estrutura evita o atropelamento de animais na região, sendo uma importante ferramenta de proteção à Biodiversidade local. **Manejo de Fauna como proteção à biodiversidade local e garantia de segurança das operações:** Durante todo o ano de 2025, foram capturados 253 animais no sítio aeroportuário. Esses animais foram realocados e soltos em locais seguros, afastados do aeroporto em áreas preservadas. Além disso, foram realizadas 6994 dispersões de fauna. O BH Airport registrou resultado de 1,94 eventos de colisões com fauna a cada 10.000 movimentos de aeronaves (1,94 colisões a cada 10.000 ATM) sendo o segundo melhor resultado da série histórica e dentro dos parâmetros aceitáveis de segurança. **Programa de Coleta Seletiva Solidária:** O BH Airport alcançou a marca de 3,9 mil toneladas de resíduos destinados ao Programa de Coleta Seletiva. Desde 2014, a parceria com a Ascamare, associação de catadores de Lagoa Santa, promove a conscientização sobre o descarte correto de materiais recicláveis, reduzindo resíduos em aterros e gerando emprego e renda. Atualmente, 16 famílias são beneficiadas. A Ascamare garante segurança e organização no processo, contribuindo para melhorias na qualidade de vida dos associados. **Descarbonização da Frota BH Airport:** O BH Airport avança na descarbonização, alinhado à sua Estratégia Corporativa. Em 2025, adquiriu dois ônibus elétricos da Marcopolo para substituir modelos a combustão, reduzindo cerca de 42,1 toneladas de CO2 equivalentes por ano. Além disso, foram implantados quatro veículos elétricos da BYD além de duas caminhonetes Fiat TORO Flex. Ainda, houve a implementação de procedimento interno que prioriza o abastecimento com Etanol para toda a frota Flex. Desta maneira houve uma redução de 8,2% nas emissões relacionadas a combustão móvel. **Ações sociais:** Em 2025, o BH Airport intensificou sua atuação social e ampliou seu alcance junto às comunidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte, fortalecendo o compromisso público de contribuir para o desenvolvimento humano, educacional e econômico do entorno. Ao longo do ano, os projetos sociais do terminal impactaram diretamente mais de 3.700 pessoas, considerando iniciativas próprias, ações voluntárias, programas institucionais e parcerias estruturadas com organizações da sociedade civil e instituições públicas, conforme projetos listados abaixo: **Projeto Educacional Ninho:** Em 2025, destaca se o Dia do Voluntariado, que mobilizou cerca de 500 participantes e beneficiou 130 crianças e adolescentes por meio de atividades educativas e de integração comunitária. No período natalino, uma mobilização solidária dos colaboradores do aeroporto beneficiou mais de 200 crianças, alcançando aproximadamente 700 pessoas da comunidade, por meio da doação de brinquedos, livros e materiais educativos. **Programa de Visitas Embarque Imediato**: em 2025, o programa manteve seu papel educacional ao abrir o aeroporto a diferentes públicos. Ao longo do ano, 1.331 pessoas participaram das visitas, incluindo estudantes, instituições, projetos sociais, representantes da comunidade aeroportuária e visitantes em geral, com predominância de participantes de instituições públicas de ensino. **Parceria com a Fundação da Gide**: Em 2025, o BH Airport, em conjunto com a Prefeitura de Confins e a Fundação da Gide, formalizou parceria voltada ao fortalecimento da gestão educacional de duas escolas municipais. Foi aplicada a metodologia de Gestão Integrada da Educação, com foco no diagnóstico de desafios e na melhoria do desempenho escolar. Os resultados superaram as metas estabelecidas, com avanços consistentes nos indicadores das duas instituições atendidas. **Feirão de Empregos:** Em 2025, o BH Airport promoveu o Feirão de Empregos em Pedro Leopoldo, iniciativa voltada ao fortalecimento da empregabilidade e da qualificação profissional na região. O evento reuniu mais de 800 candidatos, contou com a oferta de mais de 200 vagas e a participação de 35 empresas, alcançando seis municípios e resultando em cerca de 100 contratações efetivadas. Além das oportunidades de emprego, a ação incluiu palestras sobre saúde, segurança e qualificação profissional. A atuação social também se estendeu à **Associação Somos Mais**, que impactou 109 pessoas ao longo de 2025, fortalecendo ações de inclusão, acolhimento e integração comunitária por meio de doações de brinquedos para as crianças que estão em situação de vulnerabilidade social. **BH Airport Day:** Em 2025, o programa institucional BH Airport Day promoveu a aproximação com formadores de opinião e stakeholders estratégicos, com a realização de sete edições, que receberam 162 participantes. O programa reforça pilares como conectividade, ESG, infraestrutura e operações comerciais, ampliando o diálogo e a transparência com diferentes públicos. As iniciativas sociais desenvolvidas em 2025 reforçam o compromisso do BH Airport com a geração de impacto positivo no entorno, contribuindo para a educação, a ampliação de oportunidades e o desenvolvimento local. A responsabilidade social consolida se, assim, como elemento estratégico da atuação do aeroporto e do seu compromisso com a sustentabilidade de longo prazo. **5. Reconhecimentos e Prêmios: Reconhecimento como Aeroporto Verde pelo Programa "Green Airport" do Conselho Internacional de Aeroportos (ACI):** Em 2025, o BH Airport foi premiado pelo quinto ano consecutivo como "Aeroporto Verde" pelo ACI, através do projeto Passagem de fauna, instalada dentro do sítio aeroportuário, sob a LMG 800, que evita o atropelamento de animais, ligando dois fragmentos florestais dos Biomas Mata Atlântica e Cerrado, onde já foram registradas 16 espécies de mamíferos silvestres, alguns deles vulneráveis quanto ao risco de extinção. **Renovação do Nível 3+ do Programa Airports Carbon Accreditation (ACA) do Conselho Internacional de Aeroportos (ACI):** O BH Airport foi o primeiro aeroporto neutro em carbono no Brasil, alcançando os níveis 3 (Engajamento) e 3+ (Neutralidade) do Programa ACA do ACI.. Em 2025 foram cumpridos todos os requisitos para renovação da certificação, através de auditoria independente. **ANAC - Aeroportos Sustentáveis:** O BH Airport foi reconhecido pela Anac, pelo terceiro ano consecutivo, com o Selo Aeroportos Sustentáveis, destacando-se nacionalmente nas categorias Sociedade e Externalidades, que avaliam governança, engajamento social e gestão ambiental. **ISO 14064:** O BH Airport é certificado pela ISO 14064:2018 para gerenciar e reduzir emissões de GEE. Em 2025, passou por auditoria independente da SGS del Peru, que verificou suas ações de descarbonização. **TOP 10 aeroportos mais pontuais do mundo:** o BH Airport integrou o Top 10 dos aeroportos mais pontuais do mundo em 2025, segundo o ranking internacional Cirium OTP, atingindo 83,57% de partidas no horário na categoria de aeroportos de médio porte. **Prêmio de Excelência Turística:** Reconhece a expansão da capacidade aérea internacional do BH Airport, resultado da estratégia de captação de novas rotas e do fortalecimento da conectividade do aeroporto. **Renovação *Customer Experience Accreditation*:** O BH Airport teve sua certificação nível 2 do Airport *Customer Experience Accreditation*, renovada, destacando sua estratégia de experiência do cliente. É o único aeroporto no Brasil a atingir esse nível. **6. Considerações finais: 6.1 Agradecimentos:** A Administração do BH Airport agradece aos seus acionistas, aos diversos órgãos do poder público, à Agência Nacional de Aviação Civil, aos usuários, financiadores e às instituições financeiras e parceiros, pelo apoio, confiança, empenho e comprometimento. O nosso muito obrigado também aos nossos colaboradores pelo trabalho, pela paixão, e pelo espírito colaborativo. **6.2 Auditores Independentes:** No relacionamento com o auditor independente, buscou-se avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses. As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira e foram elaboradas a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objetos de auditoria por parte dos Auditores independentes.

Confins, 26 de março de 2026.
A Administração.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2025	2024
Circulante		**193.171**	**144.673**
Caixa e equivalentes de caixa	6	100.024	52.114
Contas a receber das operações	7.1	49.646	49.905
Contas a receber de partes relacionadas	10	5	12
Tributos a recuperar	8	35.515	35.389
Adiantamentos a fornecedores		245	29
Estoque		5.393	4.487
Despesas antecipadas e outros créditos		2.343	2.737
Não circulante		**2.861.940**	**2.853.445**
Contas a receber de partes relacionadas	10	-	52.352
Aplicações financeiras - conta reserva	6	15.279	14.419
Contas a receber das operações	7.1	30	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.2	587.298	556.469
Tributos a recuperar	8	30.489	30.706
Estoque		3.978	3.480
Despesas antecipadas e outros créditos		1.997	2.015
Imobilizado	11	15.043	10.498
Intangível	12	2.067.483	2.127.295
Infraestrutura em construção	12	140.343	56.211
Total do ativo		**3.055.111**	**2.998.118**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2025	2024
Circulante		**213.497**	**353.200**
Financiamentos	13	28.123	25.482
Fornecedores	15	30.516	21.832
Contas a pagar a partes relacionadas	10	654	5.679
Impostos e contribuições a recolher		8.492	6.578
Obrigações sociais e trabalhistas		11.724	10.464
Obrigações com o Poder Concedente	20	126.306	279.129
Outras obrigações		7.682	4.036
Não circulante		**3.103.333**	**2.845.906**
Financiamentos	13	368.586	385.679
Fornecedores	15	554	332
Obrigações com o Poder Concedente	20	2.728.892	2.454.805
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	14	5.003	5.090
Outras obrigações		298	-
Patrimônio líquido		**(261.719)**	**(200.988)**
Capital social		906.940	906.940
Prejuízos acumulados		(1.168.659)	(1.107.928)
Total do passivo e patrimônio líquido		**3.055.111**	**2.998.118**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

| | Nota | 2025 | 2024 |

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.
Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

continuação

Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A.

às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando for provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras. O imposto diferido não é reconhecido para: • diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e • diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio. **3.13. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 - R1):** A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome Poder Concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado. Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero. O direito de exploração da infraestrutura também pode ser oriundo de pagamentos ao Poder Concedente em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Dispêndios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro são registrados como custo quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo intangível. Em função dos contratos de concessão serem executórios, construções de obras de melhoria da infraestrutura são reconhecidas contabilmente apenas quando da sua execução física. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização. **3.14. Demonstração do valor adicionado:** A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras. **3.15. Adoção inicial de normas novas e alterações:** A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2025, novas normas que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2025: • Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade; • Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial; e • OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (*allowances*) e Crédito de Descarbonização (CBIO). **3.16. Novas normas ainda não efetivas:** Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2025 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. **Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O CPC 51 substituirá o CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na Demonstração do Resultado, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da Demonstração do Resultado da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'. **Outras Normas Contábeis:** As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações CPC 40 e CPC 48); e • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 40 e CPC 48). **3.17. Reforma tributária:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, baseada no modelo de IVA Dual: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS - Federal) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS - Subnacional). Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025 (originada do PLP 68/2024), regulamentando os principais dispositivos do novo regime e do Imposto Seletivo (IS). A transição para o novo sistema ocorrerá entre 2026 e 2032. Dada a atual fase de transição e a dependência de definições infralegais, os efeitos quantitativos da Reforma na apuração dos tributos ainda não podem ser estimados com precisão. Consequentemente, não houve impactos mensuráveis nestas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025. A Administração ressalta que o contrato de concessão operado pela Companhia prevê cláusulas de reequilíbrio econômico-financeiro, diferente de impostos sobre a renda. Dessa forma, eventuais aumentos nos custos tributários decorrentes da transição deverão ser objeto de reequilíbrio econômico-financeiro.

4. Determinação dos valores justos: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.
• Caixa e bancos: Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata. • Aplicações financeiras: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. • Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg). Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

5. Gerenciamento de riscos financeiros: 5.1. Visão Geral: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; c) Risco de taxa de câmbio; e d) Risco financeiro e liquidez. A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. **a. Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nºs 6, 7,10, 13 e 19. **b. Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI); (2) Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) relativo ao ônus da concessão; e (3) Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou IGP-M relativo à tarifa básica de pedágio. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nºs 6, 10, 13 e 19. **c. Risco de taxas de câmbio:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros, com a finalidade de se proteger dos valores a pagar em moedas estrangeiras. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos. **d. Risco financeiro e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. A Companhia conta com o suporte financeiro da acionista controladora final Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A.. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidos nas respectivas notas explicativas. O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Financiamentos (a)	57.843	-	-	-	-
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	654	-	-	-	-
Fornecedores e outras obrigações	38.198	852	-	-	-
Obrigações com o Poder Concedente	170.804	170.804	170.804	170.804	3.001.186

(a) Valores brutos dos custos de transação.

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa	2025	2024
Caixa e bancos	5.496	4.061
Aplicações financeiras enquadradas com equivalentes de caixa (a)	94.528	48.053
Total	**100.024**	**52.114**

Aplicações financeiras	2025	2024
Não Circulante	**15.279**	**14.419**
Conta reserva (b)	15.279	14.419

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,89% do CDI, equivalente a 14,30% a.a. em 31 de dezembro de 2025 (100,07% do CDI, equivalente a 10,88% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2024). (a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo e CDB; e (b) Destinada a atender obrigações contratuais de longo prazo relacionadas a financiamentos (vide nota explicativa n.º 13).

7. Contas a receber das operações: 7.1. Contas a receber líquidas:

	2025	2024
Circulante	**49.646**	**49.905**
Contas a receber das operações (a)	49.809	50.534
Provisão para perda esperada (b)	(163)	(629)
Não circulante	**30**	**-**
Contas a receber das operações (a)	30	-
Total	**49.676**	**49.905**

(a) Créditos a receber decorrentes de tarifas aeroportuárias, tais como tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem, capatazia, receitas acessórias como estacionamento, locação de espaço físico, direito de acesso ao terminal e outros serviços de apoio; e (b) Reflete a perda esperada das operações, referentes aos créditos a receber citados no item (a).

7.2. Aging do contas a receber

Idade de vencimentos dos títulos	2025	2024
Créditos a vencer	49.505	46.123
Créditos vencidos até 60 dias	163	3.680
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	8	102
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	73	62
Créditos vencidos há mais de 181 dias	90	567
Total	**49.839**	**50.534**

8. Tributos a recuperar

	2025	2024
Circulante	**35.515**	**35.389**
IRRF	5.010	3.055
Cofins	23.691	24.587
Pis	5.143	5.338
ISS	175	168
IRPJ e CSLL	948	1.699
Outros	548	542
Não circulante	**30.489**	**30.706**
IRPJ e CSLL	12	-
Cofins	25.035	25.224
Pis	5.442	5.482
Total	**66.004**	**66.095**

9. Imposto de renda e contribuição social: 9.1. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos: A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Conciliação do imposto de renda e contribuição social	2025	2024
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	**(91.560)**	**(98.408)**
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	**31.130**	**33.459**
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(340)	(337)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(136)	(99)
Atualização monetária sobre créditos tributários (Selic)	175	107
Outros ajustes tributários	-	13
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**30.829**	**33.143**
Impostos correntes	-	12
Impostos diferidos	30.829	33.131
Aliquota efetiva de impostos	**34%**	**34%**

9.2. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

Imposto de renda e a contribuição social diferidos	2025	2024
Ativo	**605.111**	**574.950**
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	457.634	449.145
Ajuste a valor presente	143.875	122.186
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	1.701	1.730
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.845	1.675
Provisão para perda esperada	55	214
Variação cambial	1	-
Compensação de imposto ativo	**(17.813)**	**(18.478)**
Impostos ativos após compensação	**587.298**	**556.472**
Passivo	**(17.813)**	**(18.481)**
Arrendamento - CPC 06	-	(3)
Capitalização de juros	(17.546)	(18.158)
Custo de transação de empréstimos	(267)	(320)
Compensação de imposto passivo	**17.813**	**18.478**
Imposto diferido líquido	**587.298**	**556.469**

Movimentação do imposto diferido	2025	2024
Saldos em 1º de janeiro	**556.469**	**523.338**
Reconhecimento no resultado	30.829	33.131
Saldos em 31 de dezembro	**587.298**	**556.469**

(a) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios, podendo a recuperação ser realizada em prazo diferente, em função de eventuais reorganizações societárias e de estrutura de capital:

2027	2.848
2028	7.572
2029	12.523
de 2030 em diante	434.691
Total	**457.634**

10. Partes relacionadas: Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

	2025				2024			
Saldos	Controladora	Controladora indireta	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Controladora indireta	Outras partes relacionadas	Total
Ativo	**-**	**-**	**398**	**398**	**52.352**	**-**	**22**	**52.374**
Bancos conta movimento	**-**	**-**	**40**	**40**	**-**	**-**	**10**	**10**
Itau Unibanco S.A.	-	-	40	**40**	-	-	10	**10**
Contas a receber	**-**	**-**	**5**	**5**	**52.352**	**-**	**12**	**52.364**
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuaria - Infraero (a)	-	-	-	-	52.352	-	12	**52.364**
Tecnologia Bancária S.A.	-	-	5	**5**	-	-	-	-
Outros créditos	**-**	**-**	**353**	**353**	**-**	**-**	**-**	**-**
Itaú Vida e Previdência S.A.	-	-	353	**353**	-	-	-	-
Passivo	**-**	**542**	**510**	**1.052**	**-**	**5.507**	**172**	**5.679**
Contas a pagar	**-**	**542**	**112**	**654**	**-**	**5.507**	**172**	**5.679**
Itaú Vida e Previdência S.A.	-	-	24	**24**	-	-	24	**24**
Ticket Servicos S.A.	-	-	88	**88**	-	-	147	**147**
Concessionaria do Bloco Central S.A.	-	-	-	**-**	-	-	1	**1**
Motiva Infrastrutura de Mobilidade S.A.	-	542	-	**542**	-	5.507	-	**5.507**
Outras contas a pagar	**-**	**-**	**398**	**398**	**-**	**-**	**-**	**-**
Itaú Unibanco S.A.	-	-	398	**398**	-	-	-	-

	2025				2024			
Transações	Controladora	Controladora indireta	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Controladora indireta	Outras partes relacionadas	Total
Custos/Despesas serviços prestados - CSC	**-**	**(4.949)**	**-**	**(4.949)**	**-**	**(5.466)**	**-**	**(5.466)**
Motiva Infrastrutura de Mobilidade S.A.	-	(4.949)	-	**(4.949)**	-	(5.466)	-	**(5.466)**
Custos/Despesas - outros gastos gerais	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**7**	**7**
Tecnologia Bancária S.A.	-	-	-	**-**	-	-	7	**7**
Custos/Despesas de infraestrutura utilizada	**-**	**-**	**11**	**11**	**-**	**-**	**2**	**2**
Tecnologia Bancária S.A.	-	-	11	**11**	-	-	2	**2**
Custos/Despesas - serviços de suporte e manutenção de tecnologia	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(194)**	**(194)**
Itau Unibanco Holding S.A.	-	-	-	**-**	-	-	(194)	**(194)**
Custos/Despesas - benefício da previdência privada de colaboradores	**-**	**-**	**(291)**	**(291)**	**-**	**-**	**(146)**	**(146)**
Itaú Vida e Previdência S.A.	-	-	(291)	**(291)**	-	-	(146)	**(146)**
Custos/Despesas - serviços de treinamento de pessoal	**-**	**-**	**-**	**-**	**(2)**	**-**	**-**	**(2)**
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuaria - Infraero	-	-	-	**-**	(2)	-	-	**(2)**
Custos/Despesas - serviços de campanhas e eventos promocionais	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(95)**	**(95)**
Itau Unibanco Holding S.A.	-	-	-	**-**	-	-	(95)	**(95)**
Custos/Despesas - benefício em vales a colaboradores	**-**	**-**	**(5.391)**	**(5.391)**	**-**	**-**	**(5.095)**	**(5.095)**
Ticket Servicos S.A.	-	-	(5.391)	**(5.391)**	-	-	(5.095)	**(5.095)**
Despesas financeiras - juros, variações cambiais e monetárias	**(5.162)**	**-**	**(46)**	**(5.208)**	**(3.124)**	**-**	**(45)**	**(3.169)**
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuaria - Infraero	(5.162)	-	-	**(5.162)**	(3.124)	-	-	**(3.124)**
Itaú Corretora de Valores S.A.	-	-	(27)	**(27)**	-	-	(26)	**(26)**
Itaú Unibanco S.A.	-	-	(19)	**(19)**	-	-	(19)	**(19)**
Repasse de custos e despesas de colaboradores	**-**	**11**	**-**	**11**	**-**	**-**	**-**	**-**
Motiva Infrastrutura de Mobilidade S.A.	-	11	-	**11**	-	-	-	-
Receita de venda de ativo imobilizado	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**138**	**138**
Concessionaria do Bloco Central S.A.	-	-	-	**-**	-	-	73	**73**
Concessionaria do Bloco Sul S.A.	-	-	-	**-**	-	-	65	**65**
Receita de mútua cooperação	**-**	**-**	**104**	**104**	**-**	**-**	**8**	**8**
Itaú Unibanco S.A.	-	-	104	**104**	-	-	8	**8**
Receita de prestação de serviço de partes relacionadas	**-**	**-**	**55**	**55**	**-**	**-**	**133**	**133**
Tecnologia Bancária S.A.	-	-	55	**55**	-	-	133	**133**

(a) Saldos reclassificados para o ativo intangível.

10.1. Profissionais-chave da administração	Diretória - estatutária e conselheiros	
Despesas com profissionais-chave	**2025**	**2024**
Remuneração (a) (b)	**2.949**	**1.791**
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	**1.898**	**1.678**
Outros benefícios:	**1.051**	**113**
Provisão de participação no resultado		
Provisão para remuneração variável do ano	1.012	208
Reversão/Complemento de provisão de PPR do ano anterior pago no ano (c)	(37)	(166)
Previdência privada	72	66
Seguro de vida	4	5

Saldos a pagar aos profissionais-chave	Diretória - estatutária e conselheiros	
	2025	2024
Remuneração dos administradores (a)	1.182	955

(a) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria; (b) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi repassado através de rateio da Controladora o montante de R$ 56, referente as despesas e pagamentos de PPR com profissionais chave; e (c) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram efetuados pagamentos de PPR no montante de R$ 788. Na AGO realizada em 30 de abril de 2025, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R$ 2.901, não incluídos os valores referentes a encargos sociais que forem devidos.

11. Ativo Imobilizado

	Imobilizado					
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total em operação	Imobilizações em andamento	Total Imobilizado
Saldo em 1º de janeiro de 2024	**757**	**3.485**	**2.017**	**6.259**	**3.789**	**10.048**
Adições	-	-	-	-	2.776	2.776
Transferências	-	1.728	-	1.728	(1.730)	(2)
Depreciação	(265)	(1.430)	(551)	(2.246)	-	(2.246)
Outros	-	(78)	-	(78)	-	(78)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**492**	**3.705**	**1.466**	**5.663**	**4.835**	**10.498**
Custo	3.421	16.566	19.775	39.762	4.835	44.597
Depreciação acumulada	(2.929)	(12.861)	(18.309)	(34.099)	-	(34.099)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**492**	**3.705**	**1.466**	**5.663**	**4.835**	**10.498**
Adições	-	-	-	-	6.812	6.812
Transferências	135	224	2.248	2.607	(2.607)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	(17)	-	(17)	-	(17)
Depreciação	(238)	(1.235)	(613)	(2.086)	-	(2.086)
Outros (a)	(1)	(5)	(158)	(164)	-	(164)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**388**	**2.672**	**2.943**	**6.003**	**9.040**	**15.043**
Custo	3.520	15.815	21.637	40.972	9.040	50.012
Depreciação acumulada	(3.132)	(13.143)	(18.694)	(34.969)	-	(34.969)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**388**	**2.672**	**2.943**	**6.003**	**9.040**	**15.043**
Taxa média anual de depreciação %						
Em 31 de dezembro de 2025	10	14	21			

Refere-se à créditos do PIS e da COFINS.

12. Intangível e infraestrutura em construção

	Intangível					
	Exploração da infraestrutura concedida	Uso de sistemas informatizados	Sistemas informatizados em andamento	Total em operação	Infraestrutura em construção	Total do Intangível
Saldo em 1º de janeiro de 2024	**2.165.548**	**864**	**372**	**2.166.784**	**53.360**	**2.220.144**
Adições	-	-	4.000	4.000	35.306	39.306
Transferências	26.513	272	(272)	26.513	(26.511)	2
Amortização	(67.928)	(514)	-	(68.442)	-	(68.442)
Outros	(1.536)	(24)	-	(1.560)	(5.944)	(7.504)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**2.122.597**	**598**	**4.100**	**2.127.295**	**56.211**	**2.183.506**
Custo	2.498.748	28.634	4.100	2.531.482	56.211	2.587.693
Amortização acumulada	(376.151)	(28.036)	-	(404.187)	-	(404.187)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**2.122.597**	**598**	**4.100**	**2.127.295**	**56.211**	**2.183.506**
Adições	-	-	204	204	55.934	56.138
Baixas	(3)	-	-	(3)	-	(3)
Transferências	13.166	16	-	13.182	(13.182)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	-	-	17	17
Amortização	(72.041)	(316)	-	(72.357)	-	(72.357)
Outros (b)	(838)	-	-	(838)	41.363	40.525
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**2.062.881**	**298**	**4.304**	**2.067.483**	**140.343**	**2.207.826**
Custo	2.511.072	29.443	4.304	2.544.819	140.343	2.685.162
Amortização acumulada	(448.191)	(29.145)	-	(477.336)	-	(477.336)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**2.062.881**	**298**	**4.304**	**2.067.483**	**140.343**	**2.207.826**
Taxa média anual de amortização %						
Em 31 de dezembro de 2025	(a)	20	-			

(a) Amortização pela curva do benefício econômico; e (b) Em 31 de dezembro de 2025 do montante R$ 40.525: (i) R$ 5.157 refere-se à ativo financeiro e (ii) R$ 727 à créditos do PIS e da COFINS.

Infraestrutura em construção: O montante de infraestrutura em construção em 31 de dezembro de 2025, refere-se, principalmente, às obras detalhadas a seguir:

BH Airport	**91.966**
Melhorias nos terminais de passageiros	41.471
Melhorias nos equipamentos e instalações	31.858
Melhorias nos terminais de carga	5.915
Revitalização do ambiente de virtualização de servidores	5.661
Aquisição de equipamentos para os terminais de passageiros	4.279
Recuperação de taludes e plantio de grama na rodovia LMG-800, no trecho pertencente ao sítio aeroportuário	2.782

13. Financiamentos

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2025	2024	
BNDES - TJLP (SubCrédito A e B)	TJLP + 2,31% a.a.	2,3814% (a)	Dezembro de 2035	2.164	785	396.709	411.161	(b) (c) (d) (e)

	2025	2024
Circulante	**28.123**	**25.482**
Financiamentos	28.267	25.639
Custos de transação	(144)	(157)
Não Circulante	**368.586**	**385.679**
Financiamentos	369.227	386.464
Custos de transação	(641)	(785)
Total geral	**396.709**	**411.161**

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada; **Garantias:** (b) Cessão de contas bancárias, indenizações e recebíveis; (c) Aval/fiança corporativa da Controladora Motiva, na proporção de sua participação acionária indireta; (d) Garantia real; e (e) Aval/fiança corporativa do outro sócio da concessionária, na proporção de sua participação cionária indireta.

Cronograma de desembolsos (não circulante)	2025
2027	29.187
2028	31.612
2029	34.239
2030	37.085
2031 em diante	237.104
(-) Custo de transação	(641)
Total	**368.586**

A Companhia possui contrato de financiamento com o BNDES, que contém condição geral de cross default com outras empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico da Companhia, ou seja, que estabelece a possibilidade de o BNDES vencer a dívida da Companhia antecipadamente, caso haja inadimplemento de outras dívidas perante o BNDES, firmadas por empresas do mesmo grupo econômico da Companhia. Especificamente no que tange à apuração do índice Dívida Líquida/EBITDA ajustado, superior ao máximo estabelecido no contrato de financiamento da Companhia com o BNDES de 3,5. As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente. Não há quebra de covenants relacionados aos financiamentos.

14. Riscos cíveis e trabalhistas: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas. **14.1. Processos com prognóstico de perda provável:** A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes, e (iii) experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**198**	**4.892**	**5.090**
Constituição	40	1.521	1.561
Reversão	(4)	(1.241)	(1.245)
Pagamentos	(34)

ITACATU S.A.

CNPJ nº 23.160.658/0001-66

RESULTADOS 2025

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Senhores cotistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais de 2025 e 2024. Colocamo-nos à disposição dos senhores cotistas para esclarecimentos porventura necessários. Cataguases, 27 de março de 2026.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2025 *(Em milhares de reais)*

Ativo	Nota	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	731	497
Títulos e valores mobiliários		1.913	1.913
Tributos a recuperar		3	2
Dividendos a receber		-	20.209
Total do circulante		**2.647**	**22.621**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Tributos a recuperar		49	44
Dividendos a receber		81.059	-
Investimentos	5	3.350.816	2.619.777
Total do não circulante		**3.431.924**	**2.619.821**
Total do ativo		**3.434.571**	**2.642.442**

Passivo	Nota	2025	2024
Circulante			
Impostos e contribuições sociais		1	-
Dividendos a pagar	6.7	-	20.397
Total do circulante		**1**	**20.397**
Não circulante			
Dividendos a pagar	6.6	81.024	-
Total do não circulante		**81.024**	**-**
Patrimônio líquido			
Capital social	6.1	1.098.921	884.000
Reserva de capital	6.2	513.275	3.038
Reserva de legal	6.3 e 6.7	165.832	146.878
Reserva de lucros	6.4	1.222.594	1.166.966
Reserva especial de dividendos	6.6	366.265	438.260
Outros resultados abrangentes	6.8	(13.341)	(17.097)
Total do patrimônio líquido		**3.353.546**	**2.622.045**
Total do passivo e patrimônio líquido		**3.434.571**	**2.642.442**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 *(Em milhares de reais)*

	Nota	Capital Social	Outras reservas de capital	Reserva de Lucros – Reserva legal	Reserva de Lucros – Retenção de Lucros	Reserva especial de dividendos	Lucros acumulados	Outros resultados acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024		**754.000**	**261.325**	**118.633**	**893.833**	**344.459**	**-**	**(23.458)**	**2.348.792**
Aumento de capital com reserva de retenção de lucros, conforme AGOE de 30/04/2024	6.1	130.000	-	-	(130.000)	-	-	-	-
Transações entre sócios	6.2	-	(255.704)	-	-	-	-	-	**(255.704)**
Transações de capital - Instrumento financeiros MTM - reflexo de controlada	6.2	-	(2.787)	-	-	-	-	-	**(2.787)**
Programa de remuneração variável (ILP) - reflexo	6.2	-	204	-	-	-	-	-	**204**
Dividendos prescritos reflexos	6.7	-	-	-	-	-	873	-	**873**
Reclassificação ORA - ganhos e perdas atuariais - reflexo	6.7	-	-	-	-	-	(15)	15	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	564.898	-	**564.898**
Proposta de destinação do lucro líquido:									
. Reserva Legal	6.3 e 6.7	-	-	28.245	-	-	(28.245)	-	-
. Dividendos	6.7	-	-	-	-	-	(40.577)	-	**(40.577)**
. Retenção de lucros	6.4 e 6.7	-	-	-	403.133	-	(403.133)	-	-
. Reserva especial de dividendos	6.6 e 6.7	-	-	-	-	93.801	(93.801)	-	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos	6.8	-	-	-	-	-	-	6.346	**6.346**
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**884.000**	**3.038**	**146.878**	**1.166.966**	**438.260**	**-**	**(17.097)**	**2.622.045**
Aumento de capital com reserva de retenção de lucros, conforme AGOE de 30/04/2025	6.1	214.921	-	-	(214.921)	-	-	-	-
Dividendos a pagar com reserva especial de dividendos conf. AGOE 22/12/2025	6.6	-	-	-	-	(81.024)	-	-	**(81.024)**
Transações entre sócios	6.2	-	508.452	-	-	-	-	-	**508.452**
Programa de remuneração variável (ILP) - reflexo	6.2	-	1.785	-	-	-	-	-	**1.785**
Dividendos prescritos reflexos	6.7	-	-	-	-	-	609	-	**609**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	379.077	-	**379.077**
Proposta de destinação do lucro líquido:									
. Reserva Legal	6.3 e 6.7	-	-	18.954	-	-	(18.954)	-	-
. Dividendos	6.7	-	-	-	-	-	(81.154)	-	**(81.154)**
. Retenção de lucros	6.4 e 6.7	-	-	-	270.549	-	(270.549)	-	-
. Reserva especial de dividendos	6.6 e 6.7	-	-	-	-	9.029	(9.029)	-	-
Outros resultados abrangentes, líquidos de tributos	6.8	-	-	-	-	-	-	3.756	**3.756**
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**1.098.921**	**513.275**	**165.832**	**1.222.594**	**366.265**	**-**	**(13.341)**	**3.353.546**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)*

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Itacatu S/A ("Companhia"), é uma sociedade por ações que tem por objeto social a participação no capital de outras empresas comerciais de qualquer ramo de atividade, a intermediação de negócios mercantis, a indústria de construção civil e a aplicação de recursos em empreendimentos ou bens que produzam renda. A Companhia possui sede na cidade de Cataguases, estado de Minas Gerais.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a *IFRS Accounting Standards* emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), que compreendem, os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. Em 27 de março de 2026 os membros da Diretoria em exercício analisaram as contas da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e por unanimidade de votos decidiram por aprovar a publicação das referidas contas da administração e as demonstrações financeiras, para a submissão das mesmas à Assembleia Geral Ordinária da Companhia, recomendando a sua aprovação. **2.2. Moeda funcional e base de mensuração:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia, e foram elaboradas com base no custo histórico. **2.3. Julgamentos, estimativas e premissas:** A elaboração das demonstrações financeiras, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS E NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

As políticas contábeis materiais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **3.1. Políticas contábeis materiais: a. Caixa e equivalentes de caixa** – os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em montante conhecido, sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação; **b. Instrumentos financeiros:** ***Ativos financeiros:*** *Reconhecimento inicial e mensuração* - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento. Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. *Mensuração subsequente* - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração – CPC 48/IFRS 9:

Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio: A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira por refletir melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos, baseados na performance de um ativo. ***Passivos financeiros:*** São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue: **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado** - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao custo amortizado** - após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado; **c. Investimentos** – os investimentos em controlada foi avaliado pelo método de equivalência patrimonial, tomando-se por base o patrimônio líquido da controlada na data do balanço; **d. Créditos tributários, tributos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente** – os tributos correntes sobre o lucro são mensurados pelo valor esperado recuperado ou pago às autoridades fiscais, aplicando-se as alíquotas e a legislação tributária vigentes ou substancialmente promulgadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R$ 240 mil no período de apuração. A contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, após as adições e exclusões previstas na legislação tributária. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos na extensão em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros suficientes para a realização das diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A realização dos ativos fiscais diferidos é revisada ao final de cada exercício social e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis em montante suficiente para permitir a compensação total ou parcial desses ativos, o saldo é reduzido ao valor recuperável. Ativos e passivos fiscais correntes são apresentados líquidos no balanço patrimonial quando a Companhia possui o direito legal de compensá-los perante a mesma autoridade tributária e a legislação tributária permite a liquidação pelo montante líquido. A Companhia tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionam com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e quando há intenção de liquidá-los em base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Em conformidade com o ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que a autoridade tributária aceitará determinado tratamento tributário adotado. Quando se conclui que a aceitação do tratamento tributário é improvável, o efeito da incerteza sobre os tributos correntes ou diferidos é refletido no resultado do exercício pelo método que melhor estime a resolução da incerteza; **e. Dividendos** - os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação; **f. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** – os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço; e **g. Demonstração do valor adicionado** – preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras. **3.2. Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB – International Accounting Standards Board:**

(i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados a partir de 1º de janeiro de 2025

Pronunciamentos novos ou revisados	Natureza da revisão/emissão
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto	A principal alteração na revisão do CPC 18 (R3) é relacionado à aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações financeiras individuais. Tal método já era permitido por lei no Brasil, houve apenas a adição de texto em convergência às normas internacionais. Portanto, não houve impacto material em relação à norma vigente nas demonstrações financeiras.
Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As alterações ao CPC 02 (R2) incorporam as alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability*, emitido pelo IASB, que define o conceito de moeda conversível, e orienta para procedimentos de moedas não conversíveis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras.
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	A orientação técnica direciona o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro. A orientação técnica não produziu impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(ii) **Pronunciamentos novos ou revisados emitidos, ainda não vigentes**

Pronunciamentos ainda não vigentes	Exercícios anuais com início em ou após	Natureza da revisão/emissão
CPC 51 (IFRS 18) – Apresentação e divulgação nas demonstrações contábeis	1º de janeiro de 2027	O CPC 51 substituirá o pronunciamento técnico CPC 26 (R1), e tem como principais objetivos e mudanças: (i) aprimorar a apresentação das demonstrações financeiras; (ii) exigir a divulgação em notas explicativas de medidas de desempenho definidas pela Administração, e (iii) introduzir novos princípios de agregação e desagregação de informações. As alterações trarão impactos para as demonstrações financeiras referentes a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, bem como informações comparativas (aplicação retrospectiva). Tais impactos estão sendo avaliados pela Administração da Companhia, em processo de implementação durante o exercício corrente de 2026.
IFRS 19 – Subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações	1º de janeiro de 2027	A norma permite que entidades controladas, que não possuam responsabilidade pública, e que possuam uma controladora final ou intermediária que prepare demonstrações financeiras consolidadas, optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. As aplicações serão avaliadas pela Administração.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à classificação e mensuração de instrumentos financeiros	1º de janeiro de 2026	As alterações nas normas indicam modificações relevantes nos requisitos de classificação, mensuração e divulgação dos instrumentos financeiros. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos referenciando a eletricidade dependente de condições naturais	1º de janeiro de 2026	As alterações se aplicam a contratos que façam referência a eletricidade dependente de fatores naturais, esclarecendo a aplicação dos requisitos de "uso próprio", entre outras definições. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	132	2
Aplicações financeiras de liquidez imediata	599	495
Total – circulante	**731**	**497**

5. INVESTIMENTOS

	2025 – Informações sobre a controlada								
Controlada	Capital Social	Nº ações/ cotas detidas	%	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Equivalência patrimonial	Investimentos
Nova Gipar	1.677.221	222.080.242	66,51%	5.159.885	121.874	5.038.011	569.338	378.668	3.350.816

	2024 – Informações sobre a controlada								
Controlada	Capital Social	Nº ações/ cotas detidas	%	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Equivalência patrimonial	Investimentos
Nova Gipar	1.374.828	222.080.242	66,51%	3.969.308	30.385	3.938.923	845.579	564.689	2.619.777

Movimentação do investimento:

Controlada	2024	Transações entre sócios (1)	Outros Resultados Abrangentes	Dividendos	Equivalência patrimonial	2025
Nova Gipar	2.619.777	510.237	3.756	(161.622)	378.668	3.350.816

Controlada	2023	Transações entre sócios (1)	Outros Resultados Abrangentes	Dividendos	Equivalência patrimonial	2024
Nova Gipar	2.346.575	(258.287)	6.346	(39.546)	564.689	2.619.777

(1) Vide nota explicativa 6.2.

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

6.1. Capital social: O capital social subscrito e integralizado de R$1.098.921 (R$884.000 em 2024), está representado por 21.698.982 (21.698.982 em 2024) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2025, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R$214.921, sem emissão de novas ações, mediante a capitalização de parcela do saldo da reserva de retenção de lucros, passando o capital social da Companhia para R$1.098.921, representado por 21.698.982 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

6.2. Reserva de capital – transações entre sócios

	2025	2024
Saldos em 2024 e 2023	**3.038**	**261.325**
Transações entre sócios – reflexo (1)	-	(2.787)
Efeitos de transações com participações em controladas diretas e indiretas (2)	510.237	(255.500)
Saldos em 2025 e 2024	**513.275**	**3.038**

(1) Inclui parcela reflexa do percentual de participação da Energisa na controlada Denerge, referente ao instrumento financeiro derivativo – MTM; (2) A Companhia contabilizou no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 efeitos de R$510.237 (R$255.500 em 2024 de perda), sendo: (i) perda de R$89.403 (perda de R$286.601 em 2024) de investimentos reflexo da controlada Nova Gipar, realizado pelo acionista minoritário da Gipar; (ii) perda de R$7.863 (ganho de R$8.940 em 2024) referente as transações com investimentos referentes a distribuição de dividendos com sócios reflexo da controlada na Gipar que controla a Energisa; (iii) ganho de R$743.160 (ganho de R$22.161 em 2024) referente a mudança de percentual, aumento de capital e recálculo de equivalência reflexo; e (iv) perda de R$135.657 apurado em transações de investimentos MTM e contingência fiscal reflexo da controlada Gipar. **6.3. Reserva de lucros – reserva legal:** Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social. **6.4. Reserva de lucros - reserva de retenção de lucros:** Do lucro líquido do exercício, R$270.549 (R$403.133 em 2024) foi destinado para a reserva de retenção de lucros com base em orçamento de capital a ser aprovado em Assembleia Geral Ordinária. Em 30 de abril de 2025 foi capitalizado parte do saldo da reserva no montante de R$214.921 e utilizado para aumento de capital social da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da reserva é de R$1.209.985 (R$1.166.966 em 2024). **6.5. Limite da reserva de lucros:** A Diretoria destinou para capitalização o excesso das reservas de lucro em 31 de dezembro de 2024, na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2025, o montante de R$214.921, mediante a utilização de parcela da reserva de retenção de lucros, de modo que o saldo das reservas de lucros não ultrapasse o capital social, conforme estabelecido no art. 199 da Lei nº 6.404/76. Em decorrência dessa deliberação, o capital social passou a R$ 1.098.921, sem alteração na quantidade de ações. Da mesma forma, o excesso das reservas de lucros apurado no período findo em 31 de dezembro de 2025 será destinado para aumento de capital, a ser deliberado na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em abril de 2026. **6.6. Reserva especial de dividendos**: A parcela destinada aos dividendos mínimos obrigatórios calculados a razão de 25% do lucro líquido ajustado apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 no montante de R$9.029 (R$93.801 em 2024), foram destinados a reserva especial de dividendos de acordo com os termos do art. 202 §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76 que, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que a situação financeira da Companhia permitir. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2025, foi aprovado a distribuição dos dividendos calculados sobre o saldo da reserva especial de dividendos contantes na demonstração financeira referentes ao exercício social de 2024, no valor de R$81.024, correspondente a R$3,73 (reais) por ação do capital social. Os pagamentos serão efetuados em 04 (quatro) parcelas iguais cada uma no montante de R$20.256, a serem pagas em março/2027, setembro/2027, março/2028 e setembro/2028, com base na posição acionária da Companhia na presente data, em atenção as regras de transição temporal vigentes nesta data. Os referidos dividendos poderão ser antecipados, a depender de deliberação da Administração. **6.7. Dividendos:** O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado, após as deduções da reserva legal, nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404, de 15/12/76. A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	379.077	564.898
Dividendos prescritos - reflexo	609	873
Reclassificação ORA – ganhos e perdas atuariais - reflexo	-	(15)
Reserva legal	(18.954)	(28.245)
Lucro líquido ajustado	**360.732**	**537.511**
Valores pagos em 28 de agosto de 2024 – R$0,93 (reais) por ação (1)	-	20.180
Valores pagos em 28 de março de 2025 - R$0,94 (reais) por ação (1)	-	20.397
Valores pagos em 26 de setembro de 2025 – R$0,94 (reais) por ação (2)	20.397	-
Valores pagos em 19 de dezembro de 2025 – R$2,80 (reais) por ação (2)	60.757	-
Reserva especial de dividendos (3)	9.029	93.801
Total dos dividendos	**90.183**	**134.378**
% sobre o lucro líquido ajustado	25%	25%

(1) Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2025, foi aprovado a destinação dos dividendos referente ao exercício de 2024, dos quais R$40.577 foram pagos antecipados em 28 de agosto de 2024 e integralmente quitados em 28 de março de 2025; (2) Os dividendos antecipados aprovados nas Reuniões da Diretoria de 26 de setembro e 18 de dezembro de 2025 foram calculados sobre o resultado apurado com base no balanço patrimonial de 30 de junho e 30 de setembro de 2025, respectivamente; (3) O saldo remanescente dos dividendos mínimos obrigatórios foi destinado para reserva especial de dividendos nos termos do art. 202, §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, que se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que a situação financeira da Companhia permitir. **6.8. Outros resultados abrangentes - reflexo:** Em 31 de dezembro de 2025, refere-se à contabilização do plano de benefício a empregados líquidos de impostos, reflexo da contabilização no patrimônio líquido da controlada Nova Gipar S/A. Os referidos saldos estão contabilizados como outros resultados abrangentes em atendimento ao CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis. Segue movimentação realizada nos exercícios:

	2025	2024
Saldos em 2024 e 2023	**(17.097)**	**(23.458)**
Ganho e perda atuarial – benefícios pós emprego líquidos de impostos - reflexo	3.756	6.361
Saldos em 2025 e 2024	**(13.341)**	**(17.097)**

7. DESPESAS DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE

	2025	2024
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	379.086	564.902
Alíquota fiscal combinada nominal	24%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas fiscais nominais	**(90.981)**	**(192.067)**
Ajustes:		
Resultado de equivalência patrimonial	90.881	191.994
Créditos tributários líquidos constituídos no exercício	4	1
Outros ajustes	87	68
Imposto de renda e contribuição social	**(9)**	**(4)**

8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em função da natureza dos instrumentos financeiros da Companhia: depósitos bancários, aplicações financeiras, avaliadas ao valor justo por meio do resultado, com instituição financeira de grande porte e contas a receber, a Companhia entende não estar exposta a riscos significativos vinculados a instrumentos financeiros tais como: juros, crédito ou liquidez. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possui e nem operou com instrumentos financeiros derivativos.

9. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia são:

	2025	2024
Atividades de financiamento		
Aumento de Capital	214.921	130.000

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 *(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)*

	Nota	2025	2024
Resultado de participações societárias:			
Equivalência patrimonial	5	378.668	564.689
Receitas (despesas) operacionais:			
Outras receitas (despesas) operacionais		(15)	(22)
Receitas (despesas) financeiras		433	235
		418	**213**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**379.086**	**564.902**
Imposto de renda e contribuição social corrente	7	(13)	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	7	4	(4)
Lucro líquido do exercício		**379.077**	**564.898**
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R$		**17,47**	**26,03**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 *(Em milhares de reais)*

	Nota	2025	2024
Lucro líquido do exercício		**379.077**	**564.898**
**Itens que não serão reclassificados para a demon

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.
Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site:
diariodocomercio.com.br/publicidade-legal - Acesse também através do QR CODE ao lado.

SANTANDER CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

(Anteriormente denominada Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

CNPJ: 29.162.769/0001-98

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos Acionistas da
Santander Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (antiga Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)
Belo Horizonte - MG

A aquisição do controle da Santander Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A ("Santander CTVM"), antiga Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A ("Toro CTVM"), em 2021 pelo Banco Santander foi uma oportunidade para que o Santander passasse a atuar de forma mais ativa e diversificada no mercado de corretagem de títulos e valores mobiliários e no desenvolvimento de uma plataforma de investimentos mais completa, atualizada e flexível, ampliando a sua oferta de produtos e serviços em investimentos, bem como atuação nos segmentos de educação financeira e de análise de investimentos. A posterior aquisição da totalidade das ações da Santander CTVM em 2024 possibilitou a consolidação mais acelerada dessa estratégia de diversificação no mercado de plataforma de investimentos pelo Grupo, aumentando a sinergia entre a Corretora e o Banco Santander mediante: ampliação da oferta de produtos. A utilização da Corretora como um canal adicional de distribuição e captação de clientes e integração tecnológica das plataformas, o que permite maior fluidez na experiência do cliente e eficiência operacional. Nesse sentido, a partir de 2024 iniciou-se a integração mais intensa da Corretora e suas empresas ligadas com a estrutura do conglomerado Santander, buscando uma maior sinergia entre as empresas e alinhamento de estratégias. Parte dessa integração contempla o tombamento dos clientes varejo da Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A, corretora do conglomerado Santander, com código 027, para a Santander CTVM, com código 4090 (antiga Toro), de forma a levar os clientes para a plataforma de investimento com experiência e tecnologia atualizadas. O tombamento de clientes da 027 para a 4090, bem como de seus ativos sob custodia, iniciou em 2025 e deve finalizar no 1º semestre de 2026. Como parte do projeto de tombamento, estava prevista a troca de marca e razão social da antiga Toro, hoje denominada Santander Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Em 2025 a Santander Corretora consolidou ainda mais a sua busca por inovação, alcançando uma operação mais escalável e eficiente, no qual permitiu um crescimento de todas as linhas de receita.

DRE - R$ mil	31/12/2025	31/12/2024	Var R$	Var %
Resultado da intermediação	49.879	38.996	10.883	28%
Receita de prestação de serviço	179.816	171.475	8.341	5%
Outra receitas	69.862	22.147	47.715	215%
	299.557	232.618	66.939	29%

A taxa básica de juros do Brasil continua alta, favorecendo receitas atreladas aos produtos de renda fixa. O *trading* permanece sendo uma fortaleza da Corretora. Apesar de termos visto uma queda na quantidade de transações (ordens e minicontratos negociados), o número de clientes permaneceu estável e o patrimônio sob custódia teve um aumento relevante, principalmente beneficiado pelo tombamento dos clientes da Santander Corretora (027) para a Santander Corretora CTVM 4090 (antiga Toro CTVM). Continuamos fazendo investimentos em tecnologia: inovando na experiência na nossa plataforma de investimentos, investindo em segurança e em melhoria na latência para atender cada vez melhor o nosso cliente. E mesmo diante desse crescimento, temos tornado a nossa operação mais eficiente, visto que vimos uma redução das despesas totais quando comparada a 2024. As estratégias de aquisição de clientes, principalmente através da mídia digital, é uma fortaleza do grupo e foi potencializada pela evolução diária das análises de dados e iniciativas de conversão. Esse foco analítico no funil de aquisição garantiu que a Toro mantivesse o volume de novos clientes observada nos anos anteriores. Visto que, em 2025 investimos R$38,6 milhões em marketing, gerando mais de 161 mil contas abertas e 85 mil contas ativadas. A fortaleza da nossa tecnologia e inovação é sentida pelo nosso cliente. Fomos uma das empresas brasileiras com o melhor nível de satisfação dos nossos clientes no setor, demonstrado pelos indicadores de NPS (Net Promoter Score) atingindo a nota 81 e as notas de avaliação nas lojas Google e Apple, atingiram 4,7 e 4,6, respectivamente. As informações de política de equidade, relativas ao § 6º do art. 133, da Lei nº 6.404 de 1976, serão publicadas no Relatório da Administração do controlador Banco Santander, a ser disponibilizado aos acionistas na data da convocação da Assembleia Geral Ordinária, nos termos do art. 133 da Lei nº 6.404/76. Encerramos o ano de 2025 com uma empresa mais sólida e madura, alinhada às estratégias da vertical de investimentos do conglomerado Santander. Para o ano de 2026, continuamos com planos de crescimento audacioso de resultados, inovação em produtos, tecnologia e atendimento para os nossos clientes.

Belo Horizonte, 23 de março de 2026.
A Diretoria.
Maria Carolina Barbosa Costa - Diretora
Felipe Silveira Borges - Diretor

BALANÇO PATRIMONIAL
Em 31 de dezembro de 2025 *(Em milhares de reais)*

Ativo	Nota	2025
Disponibilidades	4	16.734
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		69.743
Títulos e valores mobiliários	6a	69.743
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		118.464
Títulos e valores mobiliários	6a	118.464
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		356.995
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4, 5a	356.995
Outros ativos		73.632
Negociação e intermediação de valores	8	33.825
Impostos e contribuições a compensar	9	7
Valores a receber de sociedades ligadas	27a	1.707
Despesas antecipadas	10	37.983
Diversos	11	110
Ativo fiscal diferido	15b, 15c	36.085
Investimentos	12	226.010
Imobilizado de uso	13	410
Intangível	14	11.705
(-) Depreciação e amortização	13, 14	(10.518)
Total do ativo		899.260

Passivo	Nota	2025
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		430.801
Depósitos	16	301.313
Obrigações por empréstimos	17	129.488
Outros passivos		90.189
Negociação e intermediação de valores	8	34.222
Obrigações sociais e estatutárias	29	24.031
Fiscais e previdenciárias	18	6.822
Provisões e contingências passivas	28b	618
Outras provisões	19	24.496
Patrimônio líquido		378.270
Capital social	20a	230.536
Aumento de capital	20b	62.346
Ajustes de avaliação patrimonial	20e	140.616
Prejuízos acumulados		(55.228)
Total do passivo e patrimônio líquido		899.260

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2º Semestre 2025	Exercício 2025
Receitas da intermediação financeira		35.987	66.551
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	5b	22.294	38.405
Resultado com títulos e valores mobiliários	6b	13.699	28.159
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7a	(6)	(13)
Despesas da intermediação financeira		(9.185)	(16.672)
Operações de empréstimos e repasses	17b	(9.185)	(16.672)
Resultado bruto da intermediação financeira		26.802	49.879
Outras receitas (despesas) operacionais		(6.756)	(31.559)
Receitas de prestação de serviços	21	101.346	179.816
Despesas de pessoal	23	(30.231)	(60.446)
Outras despesas administrativas	25	(89.147)	(178.586)
Resultado de participações	12b	(10.883)	(17.895)
Despesas tributárias	24	(9.925)	(17.709)
Outras receitas operacionais	22	36.315	69.862
Outras despesas operacionais	26	(4.231)	(6.601)
Resultado operacional		20.046	18.320
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		20.046	18.320
Imposto de renda e contribuição social	15d	(6.681)	(11.942)
Imposto de renda		(5.549)	(5.946)
Contribuição social		(3.378)	(3.626)
Tributos diferidos		2.246	(2.370)
Participação de empregados no resultado		(6.577)	(11.630)
Lucro (prejuízo) líquido do semestre/exercício		6.788	(5.252)
Lucro (prejuízo) líquido por ação (R$)		0,16	(0,12)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	2º Semestre 2025	Exercício 2025
Resultado do semestre/exercício	6.788	(5.252)
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(40)	(3)
Variação de valor justo	(42)	-
Efeito fiscal	2	(3)
Total do resultado abrangente do semestre/exercício	6.748	(5.255)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Semestre e exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	230.536	-	140.619	(49.976)	321.179
Aumento de capital (Nota 20b)	-	62.346	-	-	62.346
Ajustes de avaliação patrimonial - títulos e valores mobiliários	-	-	(3)	-	(3)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(5.252)	(5.252)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	230.536	62.346	140.616	(55.228)	378.270
Mutações em 31 de dezembro de 2025	-	62.346	(3)	(5.252)	57.091
Saldos em 30 de junho de 2025	230.536	-	140.656	(62.016)	309.176
Aumento de capital (Nota 20b)	-	62.346	-	-	62.346
Ajustes de avaliação patrimonial - títulos e valores mobiliários	-	-	(40)	-	(40)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	6.788	6.788
Saldos em 31 de dezembro de 2025	230.536	62.346	140.616	(55.228)	378.270
Mutações no 2º semestre de 2025	-	62.346	(40)	6.788	69.094

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Semestre e exercício findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	2º Semestre 2025	Exercício 2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) líquido do semestre/exercício	6.788	(5.252)
Ajuste ao lucro (prejuízo) líquido		
IR e CSLL diferido	(2.246)	2.370
Depreciações e amortizações	1.183	2.370
Resultado de participações em controladas	10.883	17.895
Provisão para contingências	276	255
Variações dos ativos e passivos operacionais	(13.743)	252.314
Títulos e valores mobiliários	(69.275)	147.752
Outros ativos	(6.060)	(13.988)
Depósitos	67.515	85.215
Outros passivos	(5.923)	33.335
Caixa líquido originado (aplicado) em atividades operacionais	3.141	269.952
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	62.346	62.346
Captação de empréstimos	65.000	120.000
Amortização de empréstimos	(62.877)	(102.217)
Juros pagos	9.185	16.672
Caixa líquido originado em atividades de financiamento	73.654	96.801
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	76.795	366.753
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício (Nota 4)	296.934	6.976
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício (Nota 4)	373.729	373.729

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)*

1. Contexto operacional

A Santander Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Santander CTVM"), anteriormente denominada Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A, é uma sociedade anônima, constituída em 28 de novembro de 2017, sediada na Rua Bernardo Guimarães, 166, 7º ao 9º andar, Bairro Funcionários, em Belo Horizonte – MG. Instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Banco Central") a partir de 10 de janeiro de 2018, tem como objetivo social a intermediação de títulos e valores mobiliários por conta própria e de terceiros e que efetua as operações no âmbito da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3 S.A"). A Santander CTVM, empresa do grupo Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco Santander"), possui como acionistas, o controlador Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Santander Distribuidora") e o Banco Santander, detendo 50,09% e 49,91%, respectivamente, do capital total da Santander CTVM. A Santander CTVM, anteriormente denominada Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A, em 04 de novembro de 2025, deliberou em Assembleia Geral Extraordinária a alteração da sua denominação social para Santander Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. O requerido ato foi registrado em 02 de fevereiro de 2026 na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais. A Santander CTVM é controladora diretamente da Santander Investimentos Sociedade Prestadora de Serviços de Ativos Virtuais S.A. ("Santander Investimentos"), anteriormente denominada Toro Investimentos S.A., detendo 86,77% do capital total, a qual possui também como acionista o Santander Distribuidora, detendo 13,23% do capital total da Santander Investimentos.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Santander CTVM são de responsabilidade da Administração e foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central e são apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Elas evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020, estabeleceu critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. A norma prevê diretrizes, incluindo divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente, abertura dos saldos no Balanço Patrimonial de provisões, depreciações e amortizações, divulgação de resultados não recorrentes. A Resolução BCB nº 352, de 23 de novembro de 2023, a qual entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, estabeleceu novos conceitos e critérios contábeis a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Houve alterações nos critérios contábeis de classificação, mensuração e reconhecimento de instrumentos financeiros. A classificação de ativos financeiros ocorreu pelo modelo de negócios, que define a forma como os instrumentos financeiros são gerenciados, com vistas a atingir seus objetivos econômicos de curto, médio e longo prazo, bem como, as características dos fluxos de caixa contratuais, com o objetivo de identificar especificamente se este atende ao critério de "somente principal e juros". Com base nesses dois critérios, os ativos poderão ser classificados como i) custo amortizado, ii) valor justo por meio do resultado ou iii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Na aquisição de títulos privados não haverá incremento de provisão, haja vista que as instituições financeiras onde a Santander CTVM possui recursos aplicados estão classificadas como instituições com grau de investimento com qualidade alta. O provisionamento ocorrerá quando for identificado fatores que indiquem perda da qualidade creditícia das instituições financeiras contrapartes, através das análises de riscos. A Resolução BCB nº 352, de 23 de novembro de 2023 dispensou a apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores. As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela Administração em 23 de março de 2026.

3. Resumos das principais políticas contábeis

(a) **Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. (b) **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem disponibilidades e quaisquer outras aplicações de curto prazo que possuam alta liquidez, que sejam prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que não estejam sujeitas a um risco significante de mudança de valor, bem como que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e, não, para investimentos ou outros propósitos. **(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** Registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. (d) **Instrumentos financeiros: Classificação de ativos e passivos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros estão avaliados de acordo com as diretrizes contábeis estabelecida pela Resolução BCB nº 352, de 23 de novembro de 2023, e são classificados na categoria ao custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes, em acordo com os modelos de negócio estabelecidos: • **Custo amortizado**: Incluem instrumentos financeiros para os quais a instituição tem como modelo de negócio manter o ativo para receber os fluxos de caixa contratuais (que consistem apenas em pagamentos de principal e juros). São contabilizados pelo seu custo de aquisição ou valor justo inicial, ajustados pelos custos de transação e subsequentemente mensurados pelo método da taxa de juros efetiva. • **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes** (VJORA): Estes instrumentos financeiros são aqueles cujo modelo de negócio da instituição é tanto receber os fluxos de caixa contratuais (apenas principal e juros) quanto a venda do ativo. São ajustados ao valor justo na data do balanço. As variações no valor justo (ganhos e perdas não realizados) são registradas em conta destacada no Patrimônio Líquido, dentro de Outros Resultados Abrangentes (ORA), líquidos dos efeitos tributários. Quando o ativo é baixado, os ganhos e perdas acumulados no ORA são reclassificados para o resultado do período. • **Valor justo por meio do resultado:** Compreendem os instrumentos financeiros que não se enquadram nas categorias de Custo Amortizado ou VJORA. São contabilizados pelo seu valor justo, e tanto as variações no valor justo, quanto as baixas realizadas, sejam ganhos ou perdas, são reconhecidas diretamente na demonstração do resultado do período. **(e) Empréstimos de ações e posição vendida em ações:** Empréstimo de ações (posição tomadora) e posição vendida em ações são realizadas em bolsa de valores e mercadorias (B3 S.A.) e são valorizados aos preços médios de venda dos respectivos ativos praticados no mercado, com base nos dados divulgados pelas diversas associações de classe e bolsas de valores, mercadorias e futuros, acrescidas, quando aplicável, de comissões, custos e encargos financeiros incorridos até a data do balanço. Os juros decorrentes do aluguel de ações são reconhecidos em conta específica no resultado. **(f) Negociação e intermediação de valores (valores a pagar e a receber):** Representadas por operações na B3 S.A., por conta e ordem de terceiros. As corretagens sobre essas operações são classificadas como receitas e as despesas de prestação de serviços e reconhecidas por ocasião da realização das operações. Este grupo contábil encontra-se subdividido nas seguintes rubricas: • **Caixa de registro e liquidação**: representada pelo registro das operações realizadas nas bolsas de valores por conta própria e de clientes. • **Devedores/Credores conta liquidação pendente:** representado pelos saldos devedores ou credores de clientes, face à realização de operações com títulos de renda fixa, ações, mercadorias e ativos financeiros, pendentes de liquidação na data do balanço. • **Depósito de clientes por conta de operações de bolsa e investimentos**: representados por depósitos de clientes por conta de operações de bolsa e investimentos a realizar junto à Santander CTVM. Estão apresentados pelo valor do efetivo depósito, deduzidos dos pagamentos já efetuados de bolsa e investimentos, não sofrendo correção. **(g) Despesas antecipadas:** Referem-se a valores pagos cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no ativo e apropriadas ao resultado de acordo com o princípio da competência. (h) Investimentos: Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de aquisição, e posteriormente avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os resultados apurados são reconhecidos em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos são avaliados ao custo, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável. **(i) Imobilizado:** O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear à taxa de 10% a.a. para móveis e equipamentos, e 20% a.a. para sistemas de comunicação e sistemas de processamento de dados. **(j) Redução ao valor recuperável de ativos:** Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao final de cada período, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo, líquido, de despesa de venda e o seu valor em uso. (k) Intangível: O ativo intangível é registrado ao custo de aquisição. A amortização é calculada pelo método linear à taxa de 20% a.a. O ágio é apurado com base na diferença entre o valor pago na aquisição e o valor contábil líquido. O ágio, cujo fundamento é baseado na previsão de resultados futuros da empresa adquirida, é amortizado em consonância com os prazos de projeções que o justificaram ou, quando baixado o investimento, por alienação ou perda, antes de cumpridas as previsões. (l) Outros passivos: Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. **(m) Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, da seguinte forma: • **Ativos contingentes:** não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabe mais nenhum recurso. • **Provisões para riscos:** são avaliados por assessores jurídicos e pela Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa que possa gerar uma saída de recursos que seja mensurável com suficiente segurança. São constituídas provisões para os processos classificados como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e divulgados em notas explicativas. • **Passivos contingentes:** são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota. • **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias):** referem-se a obrigações contratuais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, provisionado e atualizado mensalmente. **(n) Imposto de renda e contribuição social:** Na apuração do imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido, foram aplicadas as regras do regime de tributação com base no lucro real. O imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro excedente previsto na legislação. A contribuição social é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. Na apuração do lucro tributável são consideradas as adições e exclusões previstas na legislação tributária. Os créditos tributários são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais e a base negativa da contribuição social, com base nas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo. **(o) Ativos e passivos fiscais correntes e diferidos:** A Resolução CMN nº 4.842, de 30 de julho de 2020 consolidou os critérios gerais para mensuração e reconhecimento de ativos e passivos fiscais, correntes e diferidos, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e a Resolução BCB nº 15, de 17 de setembro de 2020, consolidou os procedimentos a serem observados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na constituição ou baixa do ativo fiscal diferido e na divulgação de informações sobre ativos ou passivos fiscais diferidos em notas explicativas. (p) **Lucro (prejuízo) por ação:** O lucro (prejuízo) por ação apresentado na demonstração do resultado é calculado com base na média ponderada da quantidade de ações em poder dos acionistas no período das demonstrações financeiras. **(q) Corretagem com operações em bolsa:** A receita de corretagem com operações em bolsa é gerada através de serviços de corretagem baseados em cada transação realizada pelo cliente na data da negociação. **(r) Distribuição de fundos e títulos:** As receitas de comissões de fundos referem-se à distribuição por conta e ordem. As receitas de comissões de títulos referem-se à distribuição de títulos de renda fixa dos emissores. **(s) Estimativas contábeis:** A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para contingências, a realização dos créditos tributários e a valorização de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Santander CTVM revisa as estimativas e premissas periodicamente. (t) **Resultado recorrente e não recorrente:** A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que: I – não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II – não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. A natureza e o efeito contábil dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na Nota Explicativa 32.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2025
Disponibilidades	16.734
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	356.995
Total	373.729

(a) São consideradas caixa e equivalente de caixa as aplicações interfinanceiras de liquidez (compromissadas) lastreadas em títulos públicos de liquidez imediata.

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

(a) Aplicações no mercado aberto

Posição bancada	2025
Notas do Tesouro Nacional	256.995
Letras do Tesouro Nacional	100.000
Total	356.995
Circulante	356.995

(b) Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Posição bancada	2º Semestre	2025
Letras Financeiras do Tesouro	4.504	8.736
Letras do Tesouro Nacional	14.239	23.015
Notas do Tesouro Nacional	3.551	6.654
Total	22.294	38.405

6. Títulos e Valores Mobiliários

(a) Resumo da carteira por categorias

2025	Sem vencimento	Até 03 meses	Acima de 12 meses	Valor a mercado	Custo
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes					
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	118.464	118.464	118.457
Valor justo por meio do resultado					
Cotas de Fundos de Investimento (a)	69.743	-	-	69.743	69.743
Total	69.743	-	118.464	188.207	188.200

(a) Correspondem a Fundos de Investimento de Renda Fixa, com liquidez imediata, cuja rentabilidade é a variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores ou modelos de precificações. Os títulos e valores mobiliários, incluindo os instrumentos financeiros derivativos e as aplicações interfinanceiras de liquidez, estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC ou B3 S.A., exceto cotas de investimento, cujos registros são mantidos pelo administrador do fundo. Os títulos vinculados à prestação de garantias estão relacionados às operações realizadas na B3 S.A., exceto vinculados ao Banco Central, cuja finalidade é o aumento de capital social.

(b) Resultado com títulos e valores mobiliários

	2º Semestre	2025
Títulos de renda fixa	6.297	13.568
Títulos de renda variável	(38)	(24)
Cotas de fundos de investimento de renda fixa	7.440	14.615
Total	13.699	28.159

(c) Estimativa do valor justo: A hierarquia de valor justo abaixo classifica os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue: Nível 1 - O valor justo dos ativos negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Nível 2 - O valor justo dos ativos e passivos que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo de um ativo ou passivo puderem ser observadas no mercado, ele estará incluído no Nível 2. Nível 3 - Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, como por exemplo, investimentos em ações ou dívidas não cotadas, o ativo ou passivo estará incluído no Nível 3. A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2025:

2025 Ativo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Valor justo por meio do resultado				
Títulos e valores mobiliários	-	69.743	-	69.743
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Títulos e valores mobiliários	118.464	-	-	118.464
Custo amortizado				
Aplicações interfinanceiras de liquidez	356.955	-	-	356.995
Total	475.419	69.743	-	545.202

Passivo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Custo amortizado				
Depósitos	-	301.313	-	301.313
Obrigações por empréstimos	-	129.488	-	129.488
Total	-	430.801	-	430.801

7. Instrumentos financeiros derivativos

Os contratos derivativos têm seus valores base registrados em contas de compensação e os ganhos e as perdas registrados em contas patrimoniais em contrapartida a contas de resultado. O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos, compostos por operações de futuros, opções e certificados de operações estruturadas são apurados de acordo com os seguintes critérios: • **Futuros** - com base nos ajustes apropriados/pagos diariamente. • **Opções** – com base nos ajustes apropriados/pagos diariamente. • **Certificados de operações estruturadas** - com base nos ajustes apropriados/pagos diariamente.

(a) **Resultado em operações com derivativos**

	2º Semestre	2025
Futuro	(5)	(10)
Opções - ações	(1)	(3)
Total	(6)	(13)

8. Negociação e intermediação de valores

Os saldos estão representados por operações na B3 S.A., por conta e ordem de terceiros, com prazo operacional de liquidação entre D+1 e D+2.

	2025 Ativo	Passivo
Caixa e registro de liquidação	-	2.728
Devedores/credores por liquidação pendente	33.825	31.494
Total	33.825	34.222
Circulante	33.825	34.222

9. Impostos e contribuições a compensar

	2025
IRRF sobre folha de pagamento	7
Total	7
Circulante	7

10. Despesas antecipadas

	2025
Prêmios de seguros	135
PAT - programa de alimentação do trabalhador	218
Assistência médica e odontológica	163
Licenças de uso de software	1.264
Farmácia	3
Taxas de supervisão (a)	11
Marketing	36.189
Total	37.983
Circulante	24.862
Não Circulante	13.121

(a) Custos operacionais cobrados das instituições financeiras participantes para financiar as atividades de autorregulação, monitoramento e fiscalização do mercado financeiro brasileiro.

11. Diversos

	2025
Adiantamentos e antecipações salariais	110
Total	110
Circulante	110

12. Investimentos

(a) Composição do investimento

2025	% de Participação	PL da investida	Resultado da investida	Valor de participação societária	Amortização do ágio acumulada (a)	Valor do investimento 2025
Santander Investimentos	86,77%	320.196	(5.458)	277.849	(51.839)	226.010
Total	86,77%	320.196	(5.458)	277.849	(51.839)	226.010

(b) **Movimentação do investimento**

2025	Valor do investimento 2024	Amortização do ágio (a)	Resultado da equivalência patrimonial	Valor do Investimento 2025
Santander Investimentos	243.905	(13.159)	(4.736)	226.010
Total	243.905	(13.159)	(4.736)	226.010

(a) Refere-se ao ajuste da amortização do ágio no valor de R$ 79.508 registrado na Santander Investimentos (anteriormente denominada "Toro Investimentos), relativo ao resultado da diferença entre o preço pago e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos pela investida nas aquisições das empresas Toro Asset Management S.A. e Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda, elaborados no PPA (Purchase Price Allocation) com base na Lei nº 12.973/2014 e IN nº 1.700/2017, para fins de equalização com as práticas contábeis aplicáveis às instituições a funcionar pelo BACEN.

13. Imobilizado de uso

	Mobiliário	Equip. para processam. de dados	Sistema de comunicação	Outros equipamentos	Total
Custo	61	265	24	60	410
Depreciações acumuladas	(53)	(265)	(24)	(41)	(383)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2025	8	-	-	19	27

14. Intangível

	Sistemas adquiridos	Sistemas gerados internamente	Total
Custo	11.614	91	11.705
Amortizações acumuladas	(10.082)	(53)	(10.135)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2025	1.532	38	1.570

15. Imposto de renda e contribuição social

**(a) Ativos fi

SANTANDER CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
(Anteriormente denominada Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)
CNPJ: 29.162.769/0001-98

Continuação... NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)*

considerados aceitáveis pela instituição e atender a estratégia de negócios e limites definidos pelo Comitê de Risco. Com as regras formalizadas, o departamento de risco tem o objetivo de controlar, acompanhar e assegurar o enquadramento dos limites pré-estabelecidos, podendo recusar-se, total ou parcialmente, a receber e/ou executar as operações solicitadas, mediante a imediata comunicação aos clientes, além de intervir em casos de desenquadramento e o de reportar ao Comitê todos os eventos atípicos. A descrição completa da estrutura de gerenciamento de risco de mercado encontra-se disponível no site eletrônico: www.toroinvestimentos.com.br. (b) **Risco de liquidez:** A Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez foi estabelecida com base nas diretrizes do Banco Central, procurando proporcionar a permanente adequação do gerenciamento à natureza das operações, à complexidade dos produtos e à dimensão da exposição ao risco de liquidez da Instituição. O processo de gerenciamento do risco de liquidez prevê procedimentos de identificação, mensuração e controle à exposição ao risco de liquidez, levando em consideração as condições de mercado atuais e previsões futuras na elaboração de cenários para projeções dos fluxos de caixa em diferentes horizontes de tempo. A descrição completa da estrutura de gerenciamento de risco de liquidez encontra-se disponível no site eletrônico: www.toroinvestimentos.com.br. **(c) Risco de cr**édito: O gerenciamento do risco de crédito é de responsabilidade da área de risco da Santander CTVM que visa garantir o cumprimento do determinado na política de crédito e assegura que os limites operacionais estabelecidos sejam executados. A política de gestão de risco estabelece a composição da carteira por título, por rating interno de emissor e emissão, na atividade econômica, entre outros. A descrição completa da estrutura de gerenciamento de risco de crédito encontra-se disponível no site eletrônico: www.toroinvestimentos.com.br. (d) **Risco operacional:** Atendendo à Resolução CMN 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, a Instituição implementou uma estrutura de gerenciamento de risco operacional compatível com a natureza e complexidade de seus produtos, serviços e atividades, processos e sistemas. A administração do risco é feita através da identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco operacional e perdas relacionadas, bem como pela elaboração e disseminação da política de risco operacional e do processo de comunicação e informação, além da elaboração do Plano de Contingência e de Relatórios para a Alta Administração e Conselho Administrativo com todas as deficiências encontradas. A descrição completa da estrutura de gerenciamento de risco operacional encontra-se disponível no site eletrônico: www.toroinvestimentos.com.br. (e) **Gerenciamento da estrutura de capital:** O gerenciamento de capital tem como objetivo a constante avaliação de nossa disponibilidade de recursos financeiros e patrimoniais necessários às atividades operacionais, atendendo à Resolução CMN 4.557, de 23 de fevereiro de 2017. Define-se gerenciamento de risco de capital como o processo contínuo de monitoração e controle de capital mantido pela instituição, avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que a instituição está sujeita e planejamento de metas e de necessidade de capital considerando os objetivos estratégicos da instituição.

32. Resultado não recorrente

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Santander CTVM não incorreu em qualquer "Resultado não recorrente" que requeresse divulgação em separado em suas demonstrações financeiras.

* * *

Felipe Silveira Borges
Diretor

Maria Carolina Barbosa Costa
Diretora

Hélio Mayorca Filho
Contador - CRC SC 021798/O-3-S-MG

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Santander Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
(Anteriormente denominada Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Santander Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (anteriormente denominada Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.) ("Corretora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Informações comparativas: Chamamos a atenção para a Nota 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme previsto na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Corretora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Corretora é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Corretora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das **demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da controlada como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Corretora. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 25 de março de 2026.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda
CRC 2SP000160/F-5

Luís Carlos Matias Ramos
Contador CRC 1SP171564/O-1

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.
Circulação diária em bancas e assinantes.
As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

Inadimplência atinge 74 milhões de pessoas

% INDICADOR Levantamento da CNDL mostra que 86% dos negativados já tinham dívidas recentes, em cenário de juros altos e renda pressionada

ANDERSON GONÇALVES

A Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) realizou um "raio-x" do devedor brasileiro neste começo de 2026 e o número impressiona: quase 74 milhões de pessoas estão com débitos em atraso no País. Em fevereiro, o Indicador de Reincidência de Pessoas Físicas, apurado pela CNDL e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil), revelou que, do total de negativações, 86,41% foram de devedores reincidentes - ou seja, consumidores que já haviam aparecido no cadastro de inadimplentes nos últimos 12 meses.

As regiões mais devedoras do País, em números absolutos, são Sudeste, com 31 milhões de pessoas em débito, Nordeste (19 milhões), Sul (9,5 milhões), Norte (6,65 milhões) e Centro-Oeste (6,25 milhões).

Todavia, quando se observa o percentual da população endividada, Centro-Oeste (47,62%) e Norte (47,25%) lideram o *ranking*. Sudeste (44,36%) e Nordeste (44,85%) vêm em seguida. A região Sul tem a menor taxa nacional de endividados em relação à sua população, com 39,75% de pessoas com contas vencidas há mais de 30 dias.

Para a especialista em finanças da CNDL, Merula Borges, existe uma combinação de fatores para que haja um volume tão grande de inadimplentes no País. "A inflação, por exemplo, está um pouco mais controlada, mas os preços ficaram em um patamar elevado e comprometem uma boa parte do orçamento das famílias. Então, também fica difícil fechar as contas e pagar as dívidas. Outro ponto é a taxa de juros, que também está muito alta. Aí, as contas que antes tinham parcelas mais baratas ficam mais caras", explica Merula Borges, que alertou para o prolongamento das dívidas pelos brasileiros.

"O endividamento das famílias vem se arrastando há bastante tempo. E normalmente havia um respiro no final do ano, com o 13º salário e o trabalho temporário. Mas não houve esse 'respiro' do fim de 2025 para o início de 2026. Assim, percebemos uma dificuldade do consumidor de sair da inadimplência", completa.

Renda - A liderança na proporção de endividados em relação à população nas regiões Norte e Centro-Oeste, acima da média nacional, pode indicar uma circulação menor de renda, reduzindo a capacidade das pessoas de quitar seus compromissos financeiros em dia.

Merula Borges afirma que a renda *per capita* mais baixa nessas regiões afeta muito o poder de manter as contas sem débitos. "Qualquer imprevisto ou qualquer aumento de preço nos alimentos - que tiveram uma alta expressiva nos últimos anos - acaba comprometendo os itens básicos da família, e fica mais difícil fechar as contas", comenta.

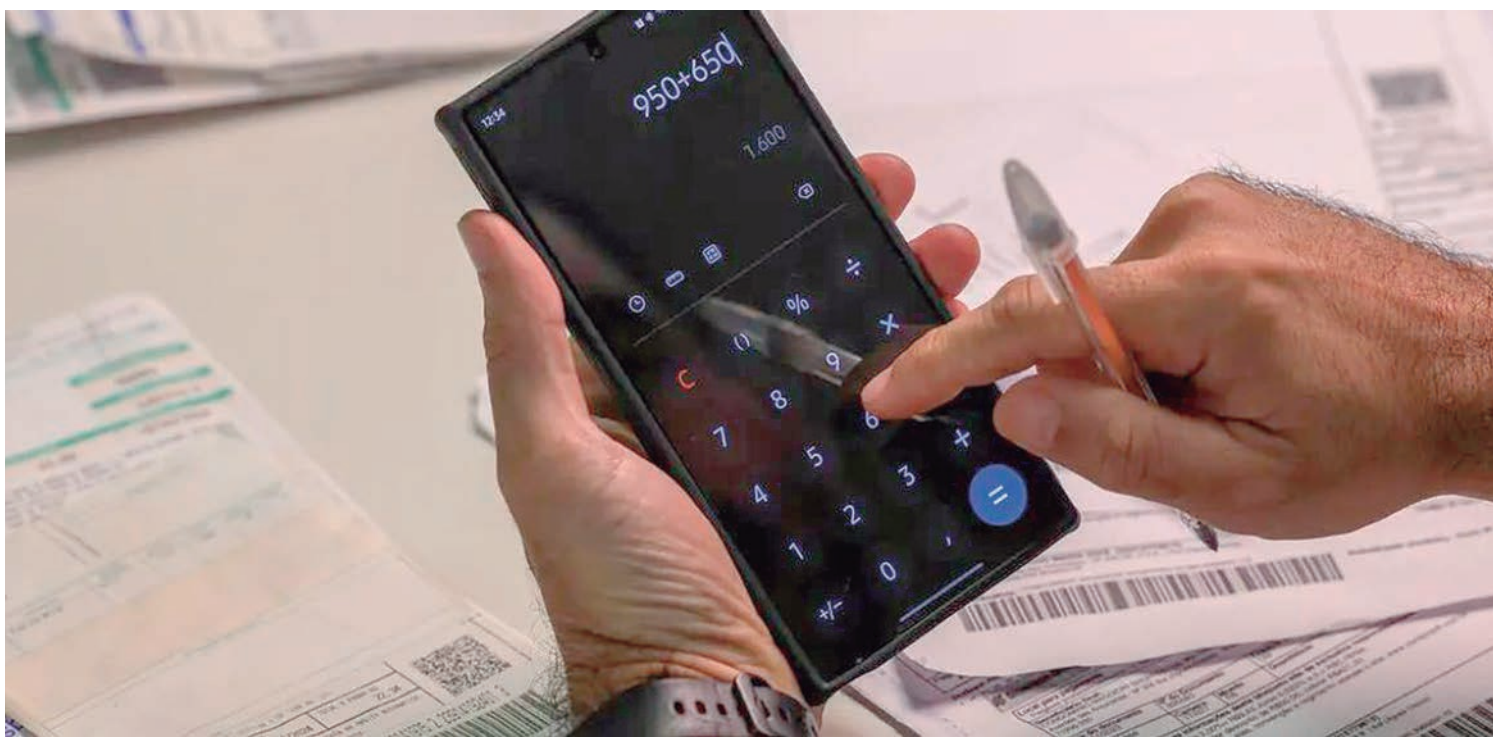
No Sul e no Sudeste, que têm uma renda per capita maior, a possibilidade de geração de novas receitas é maior, criando um cenário mais sustentável para o pagamento de dívidas no prazo ou com renegociações.

"As menores rendas não são as que estão mais inadimplentes", disse a especialista em finanças da CNDL, Merula Borges. E isso não se deve à dificuldade do dia a dia, mas sim à dificuldade de acesso ao crédito. As pessoas com rendas menores têm menos acesso ao crédito e, por isso, não são as mais endividadas.

Entretanto, para que o índice de inadimplentes seja reduzido, uma série de medidas deve ser tomada - desde um "choque de gestão" doméstico, buscando gastar apenas o que o orçamento prevê, até mudanças mais estruturais no cenário econômico brasileiro.

"A queda do endividamento passa por uma solução conjunta: tanto de organização fiscal do governo, para que a taxa de juros possa cair, como do consumidor, em buscar boas opções de crédito quando necessário, fazer um planejamento financeiro e organizar suas finanças - mesmo que as contas básicas representem a maior parte do orçamento familiar", finaliza Merula. %

"O endividamento das famílias vem se arrastando há bastante tempo. E normalmente havia um respiro no final do ano, com o 13º salário e o trabalho temporário"
Merula Borges



Consumidores enfrentam dificuldade para manter contas em dia diante de juros elevados FOTO: JOEDSON ALVES / AGÊNCIA BRASIL

% TRIBUTOS

Impostômetro soma R$ 1 trilhão mais cedo

São Paulo - O Impostômetro de 2026 deve atingir a marca de R$ 1 trilhão em impostos arrecadados hoje, às 12h17, conforme a Associação Comercial de São Paulo (ACSP). A marca representa alta de 2,9% em relação ao mesmo período de 2025, quando estava em R$ 972 bilhões. Neste ano, o nível trilionário será alcançado três dias antes, sinalizando aceleração no ritmo de arrecadação.

"Deve-se ao avanço da atividade econômica, que amplia a base de arrecadação, bem como à inflação, já que grande parte dos impostos incide sobre bens e serviços", explica o economista Ulisses Ruiz de Gamboa, da ACSP.

A receita de R$ 1 trilhão estimada para ser atingida hoje equivale ao total de tributos, taxas e contribuições pagos por contribuintes aos governos federal, estadual e municipal desde o início do ano, incluindo multas, juros e correção monetária. O painel está instalado na sede da ACSP, no Centro Histórico da capital paulista.

A antecipação da arrecadação de impostos estimada ainda reflete mudanças recentes como tributação de fundos exclusivos e *offshores*, alta na tributação dos juros sobre capital próprio, alterações na tributação de incentivos (subvenções) estaduais, a retomada da tributação sobre combustíveis, a tributação das apostas (*bets*), entre outros.

Para registrar o nível arrecadado na sexta-feira, o Impostômetro será congelado por alguns segundos. Os dados podem ser acompanhados em tempo real pelo *site* impostometro.com.br.

Paralelamente, a plataforma Gasto Brasil, que compartilha o painel com o Impostômetro, busca dar transparência ao uso do dinheiro público. De acordo com a iniciativa, enquanto a arrecadação se aproxima de R$ 1 trilhão, as despesas não financeiras (primárias) do setor público, somadas em todas as esferas de governo, já ultrapassam R$ 1,29 trilhão.

Para Gamboa, a diferença acende um alerta fiscal. "Esse desequilíbrio entre arrecadação e despesas primárias é preocupante, porque mostra que o Brasil está operando no vermelho mesmo antes de pagar os juros da dívida. Isso compromete a sustentabilidade fiscal e pressiona ainda mais a necessidade de ajustes estruturais nas contas públicas", avalia. **(Estadão Conteúdo) %**



Marca será alcançada três dias antes, com alta de 2,9% na arrecadação FOTO: DIVULGAÇÃO / ACSP

Anexo SENAD_compressed (35683144) SEI 08129.003746/2026-88 / pg. 77

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.
Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site:
diariodocomercio.com.br/publicidade-legal - Acesse também através do QR CODE ao lado.

SANTANDER INVESTIMENTOS SOCIEDADE PRESTADORA DE SERVIÇOS DE ATIVOS VIRTUAIS S.A.

(Anteriormente denominada Toro Investimentos S.A.)

CNPJ: 12.455.479/0001-30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos Acionistas da Santander Investimentos Sociedade Prestadora de Serviços de Ativos Virtuais S.A. (antiga Toro Investimentos S.A.)
Belo Horizonte – MG

A aquisição do controle da Santander Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Santander CTVM"), antiga Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Toro CTVM") em 2021, pelo Banco Santander foi uma oportunidade para que o Santander passasse a atuar de forma mais ativa e diversificada no mercado de corretagem de títulos e valores mobiliários e no desenvolvimento de uma plataforma de investimentos mais completa, atualizada e flexível, ampliando a sua oferta de produtos e serviços em investimentos, bem como atuação nos segmentos de educação financeira e de análise de investimentos. A posterior aquisição da totalidade das ações da Santander CTVM em 2024 possibilitou a consolidação mais acelerada dessa estratégia de diversificação no mercado de plataforma de investimentos pelo Grupo, aumentando a sinergia entre a Corretora e o Banco Santander mediante: ampliação da oferta de produtos. A utilização da Corretora como um canal adicional de distribuição e captação de clientes e integração tecnológica das plataformas, o que permite maior fluidez na experiência do cliente e eficiência operacional.Nesse sentido, a partir de 2024 iniciou-se a integração mais intensa da Corretora e suas empresas ligadas com a estrutura do conglomerado Santander, buscando uma maior sinergia entre as empresas e alinhamento de estratégias. Parte dessa integração contempla o tombamento dos clientes varejo da Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., corretora do conglomerado Santander, com código 027, para a Santander CTVM, com código 4090 (antiga Toro), de forma a levar os clientes para a plataforma de investimento com experiência e tecnologia atualizadas. O tombamento de clientes da 027 para a 4090, bem como de seus ativos sob custodia, iniciou em 2025 e deve finalizar no 1° semestre de 2026. Como parte do projeto de tombamento, estava prevista a troca de marca e razão social da antiga Toro, hoje denominada Santander Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.A Santander Investimentos Sociedade Prestadora de Serviços de Ativos Virtuais S.A. ("Santander Investimentos"), anteriormente denominada Toro Investimentos S.A. A Santander Investimentos, controlada pela Santander Corretora S.A., é a empresa do Grupo responsável pelo desenvolvimento de tecnologia, e nesse sentido se alavanca no crescimento da Corretora. Em 2025 a empresa, consolidou ainda mais a posição como protagonistas em tecnologia, entregando soluções de ponta que permitiram à Corretora sustentar uma operação escalável e eficiente. As estratégias de aquisição de clientes, principalmente através da mídia digital, é uma fortaleza do grupo e foi potencializada pela evolução diária das análises de dados e iniciativas de conversão. Esse foco analítico no funil de aquisição garantiu que a Empresa mantivesse o volume de novos clientes observada nos anos anteriores. Apesar de termos visto uma queda na quantidade de transações (ordens e minicontratos negociados), o número de clientes permaneceu estável e o patrimônio sob custódia teve um aumento relevante, principalmente beneficiado pelo tombamento dos clientes da Santander Corretora (027) para a Santander Corretora CTVM 4090 (antiga Toro CTVM). A Santander Investimentos, protagonista em tecnologia, entregou serviços e tecnologia de ponta para que a Corretora suportasse tamanho crescimento. Nesse sentido, o crescimento das despesas com pessoas (aumento de 20% versus 2024) e da amortização (essencialmente fruto de *capex* de tecnologia) se deriva de tal investimento. As informações de política de equidade, relativas ao § 6º do art. 133, da Lei nº 6.404 de 1976, serão publicadas no Relatório da Administração do controlador Banco Santander, a ser disponibilizado aos acionistas na data da convocação da Assembleia Geral Ordinária, nos termos do art. 133 da Lei nº 6.404/76. Encerramos o ano de 2025 com uma empresa mais sólida e madura, alinhada às estratégias da vertical de investimentos do conglomerado Santander. Para o ano de 2026, continuamos com planos de crescimento audacioso de resultados, inovação em produtos, tecnologia e atendimento para os nossos clientes.

Belo Horizonte, 23 de março de 2026.
A Diretoria.
Maria Carolina Barbosa Costa - Diretora
Fabrício Navega Duarte - Diretor

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 *(Em milhares de reais)*

Ativo	Nota	2025	2024
Circulante		78.145	71.893
Caixa e equivalente de caixa	4	41.020	38.130
Contas a receber	5	3.135	6.158
Adiantamentos	6	309	420
Contas a receber com partes relacionadas	9a	6.136	6.733
Impostos e contribuições a compensar	7a	1.843	853
Crédito tributário	7b	4.574	2.817
Outros ativos	8	21.128	16.782
Não circulante		292.444	299.882
Crédito tributário	7b	19.269	20.796
Outros ativos	8	450	477
Investimentos	10a	-	52.323
Imobilizado	11	3.735	4.494
Intangível	12	268.901	221.595
Direito de uso de arrendamento	13	89	197
Total do ativo		370.589	371.775

Passivo	Nota	2025	2024
Circulante		50.248	46.004
Fornecedores	14	2.208	5.639
Arrendamentos	17	89	203
Obrigações trabalhistas	15	44.020	36.539
Obrigações tributárias	16	2.443	2.969
Contas a pagar com partes relacionadas	9a	1.485	334
Outros passivos	18	3	320
Não circulante		145	117
Provisões e contingências passivas	19a	145	117
Patrimônio líquido		320.196	325.654
Capital social	20a	283.300	283.300
Reservas de capital	20c	58.372	58.372
Prejuízos acumulados		(21.476)	(16.018)
Total do passivo e patrimônio líquido		370.589	371.775

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	21	86.084	91.669
Lucro bruto		86.084	91.669
Receitas (despesas) operacionais		(94.995)	(66.311)
Despesas com vendas	24	(16.114)	(17.192)
Despesa com pessoal	22	(30.288)	(28.719)
Despesas gerais e administrativas	25	(96.332)	(73.325)
Outras receitas (despesas) operacionais	26	47.976	50.982
Resultado da equivalência patrimonial	10b	(237)	1.943
Resultado antes do resultado financeiro		(8.911)	25.358
Receitas financeiras	27	6.106	3.292
Despesas financeiras	27	(951)	(430)
Receitas não operacionais		5	-
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(3.751)	28.220
Imposto de renda e contribuição social		(1.707)	12.841
Tributos correntes	7d	(1.915)	(7.749)
Tributos diferidos	7d	208	20.590
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(5.458)	41.061
Lucro (prejuízo) líquido por ação (R$)		(0,02)	0,12

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital	Reservas de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	248.300	-	58.372	(57.079)	249.593
Aumento de capital (nota 20b)	-	35.000	-	-	35.000
Capital integralizado	35.000	(35.000)	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	41.061	41.061
Saldos em 31 de dezembro de 2024	283.300	-	58.372	(16.018)	325.654
Mutações do exercício	35.000	-	-	41.061	76.061
Saldos em 31 de dezembro de 2024	283.300	-	58.372	(16.018)	325.654
Resultado do exercício	-	-	-	(5.458)	(5.458)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	283.300	-	58.372	(21.476)	320.196
Mutações do exercício	-	-	-	(5.458)	(5.458)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(5.458)	41.061
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	(5.458)	41.061

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de reais)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(5.458)	41.061
Ajustes ao lucro (prejuízo) líquido:		
IR e CSLL diferido	(208)	(20.590)
Depreciações e amortizações	55.075	41.745
(Lucro) da alienação de imobilizado	(5)	-
Resultado da equivalência patrimonial	237	(1.943)
Compartilhamento gastos de depreciação	501	383
Despesa amortização tecnologias controladas	5.621	6.098
Provisões e contingências passivas	28	(15)
Efeito fiscal diferido incorporação	(22)	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais	(1.579)	(2.758)
Contas a receber	3.023	(6.145)
Adiantamentos	111	(231)
Contas a receber com partes relacionadas	597	2.419
Impostos e contribuições a compensar	(990)	(520)
Outros ativos	(4.320)	1.719
Aumento (redução) nos passivos operacionais	4.244	(4.822)
Fornecedores	(3.431)	3.868
Arrendamento mercantil	(114)	203
Obrigações trabalhistas	7.481	1.461
Obrigações tributárias	(526)	(680)
Contas a pagar com partes relacionadas	1.151	35
Outros passivos	(317)	(9.709)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	58.434	59.160
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de imobilizados	(1.030)	(988)
Aquisições de ativos intangíveis	(69.118)	(71.134)
Incorporação de controlada	5.575	7.243
Alienação de intangível	8.979	-
Alienação de imobilizado	50	-
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(55.544)	(64.879)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	-	35.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	-	35.000
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	2.890	29.281
Caixa e equivalente de caixa no início do período (nota 4)	38.130	8.849
Caixa e equivalente de caixa no final do período (nota 4)	41.020	38.130

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)*

1. Contexto operacional

A Santander Investimentos Sociedade Prestadora de Serviços de Ativos Virtuais S.A. ("Santander Investimentos"), anteriormente denominada Toro Investimentos S.A., é uma empresa de tecnologia, constituída em 27 de agosto de 2010 como sociedade empresária limitada e transformada em sociedade anônima de capital fechado em 23 de janeiro de 2017, sediada na Rua Bernardo Guimarães, 166, 7º e 8º andar, Bairro Funcionários, em Belo Horizonte – MG. A Santander Investimentos tem como objeto social o desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis e não-customizáveis, além da intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de sociedades que atuam integralmente em diversos produtos financeiros, conteúdo digital, planejamento financeiro, desenvolvimento e licenciamento de softwares customizáveis e não customizáveis ao mercado financeiro. A Santander Investimentos, empresa do grupo Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco Santander"), possui como acionistas, o controlador Santander Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Santander CTVM"), anteriormente denominada Toro Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Toro CTVM"), e o Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Santander Distribuidora"), detendo 86,77% e 13,23%, respectivamente, do capital total da Santander Investimentos. Em 07 de junho de 2023, a Santander Distribuidora, subsidiária do Banco Santander (Brasil) S.A., celebrou junto aos acionistas da Toro Participações, um contrato para aquisição da totalidade das ações da Toro Participações, de forma que, uma vez efetivada a operação, passou a deter a titularidade de 100% do capital social da Santander CTVM (anteriormente denominada "Toro CTVM" e da Santander Investimentos (anteriormente denominada "Toro Investimentos"). A transferência do controle societário foi aprovada em assembleia extraordinária de 03 de janeiro de 2024 e registrada em 26 de janeiro de 2024 na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais. A Santander Investimentos, anteriormente denominada Toro Investimentos S.A., em 30 de junho de 2024, deliberou em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da Mobills Labs Soluções em Tecnologia Ltda ("Mobills Labs"), na qual tinha 100% do capital social. A incorporação resultou na extinção da Mobills Labs, e passou a ser sucedida pela Santander Investimentos em todos os seus bens, direitos e obrigações. O requerido ato de incorporação foi registrada em 12 de julho de 2024 na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, efeitos do registro em 30 de junho de 2024. A Santander Investimentos, anteriormente denominada Toro Investimentos S.A., em 15 de dezembro de 2025, deliberou em Assembleia Geral Extraordinária a alteração da sua denominação social para Santander Investimentos Sociedade Prestadora de Serviços de Ativos Virtuais S.A. O requerido ato foi registrado em 02 de fevereiro de 2026 na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais. A Santander Investimentos, em 31 de dezembro de 2025, deliberou em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da Toro Asset Management S.A. ("Toro Asset"), na qual tinha 100% do capital social. A incorporação resultou na extinção da Toro Asset, e passou a ser sucedida pela Santander Investimentos em todos os seus bens, direitos e obrigações. O requerido ato de incorporação foi registrada em 03 de fevereiro de 2026 na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, efeitos do registro em 31 de dezembro de 2025.

2. Base de elaboração das demonstrações financeiras

(a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão, que incluem estimativas e premissas, portanto os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas. As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela Administração em 23 de março de 2026. (b) Bases de elaboração: As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também o exercício de julgamento por parte da administração da Santander Investimentos no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras. (c) Moeda Funcional: A moeda funcional da Santander Investimentos e a moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real ("R$"). As informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto onde indicado de outra forma, e foram arredondadas para a casa de milhar mais próxima. (d) Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas: A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue julgamentos, elabore estimativas e adote premissas baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, bem como os valores das receitas, custos e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos registrados nas demonstrações financeiras.Estimativas e premissas significativas são utilizadas principalmente na: (i) definição da vida útil e do valor residual dos ativos imobilizado e intangível; (ii) contabilização de provisão para contingências; (iii) realização dos créditos tributários; e (iv) mensuração de provisões para perdas de créditos a receber. A Santander Investimentos revisa suas estimativas e premissas de forma contínua e, pelo menos, anualmente. Os efeitos decorrentes dessas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e alteradas.

3. Resumos das principais práticas contábeis

(a) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, saldos bancários em contas correntes e aplicações financeiras. Os saldos das aplicações financeiras contemplam rendimentos e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, e são utilizadas para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. (b) Contas a receber: O faturamento é efetuado com base em prazos normais e de crédito, e as contas a receber não estão sujeitas a juros. Ao final de cada período de relatório, os valores contábeis de contas a receber de clientes e outras são revistos para determinar se há qualquer evidência objetiva de que os valores não são recuperáveis. Se houver uma perda por redução ao valor recuperável, é reconhecida em lucros ou perdas. (c) Despesas antecipadas: Referem-se a valores pagos cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no ativo e apropriadas ao resultado de acordo com o prazo de benefício econômico estimado. (d) Imobilizado de uso: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo, menos depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A depreciação é reconhecida de modo a alocar o custo dos ativos, menos os seus valores residuais ao longo de suas vidas úteis. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para máquinas de processamento de dados; 10% a.a. para máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, e equipamentos de telefonia; e 4% a.a. para benfeitorias em imóveis de terceiros, exceto quando o prazo de contrato do imóvel for menor, neste caso, adotamos o prazo do contrato como base para cálculo da depreciação. (e) Intangível: Compreende o direito de uso de softwares adquiridos para uso no processo operacional, classificados como ativos intangíveis com vida útil definida. Compreende também programas de computador customizáveis e não customizáveis desenvolvidos internamente, conforme objeto social da Santander Investimentos, e que passam por avaliação técnica quanto sua vida útil. Há ainda ativos intangíveis relacionados a marcas, sem vida útil definida, mas testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. A prática contábil adotada pela Santander Investimentos é de registrar os ativos intangíveis com vida útil definida ou indefinida, adquiridos separadamente ou gerados internamente, ao custo deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. (e) Investimentos: Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de aquisição, e posteriormente avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os resultados apurados são reconhecidos em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável. (f) Arrendamento mercantil: Os ativos de direito de uso são reconhecidos na data de início do arrendamento (ou seja, a data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados pelo custo, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer remensuração dos passivos de arrendamento mercantil. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento mercantil reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos da locação fixos efetuados. Os ativos de direito de uso reconhecidos são depreciados linearmente pelo período mais curto de sua vida útil estimada e pelo prazo do arrendamento, e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Nas locações de curto prazo e locações de baixo valor, aplicam-se a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de propriedades de curto prazo (ou seja, aqueles que possuem um prazo de arrendamento igual ou inferior a 12 (doze) meses a partir da data de início e não contêm uma opção de compra). Os pagamentos de arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa de maneira linear pelo prazo do arrendamento. (g) Fornecedores: Correspondem aos valores a pagar a fornecedores que suportam as operações de serviços e materiais de acordo com a sazonalidade. A Santander Investimentos não calcula e reconhece o ajuste a valor presente de tal obrigação, pelo fato da liquidação (pagamento), ocorrer em até 90 (noventa) dias, prazo em que não há a obrigatoriedade do cálculo e reconhecimento dos referidos ajustes. (h) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido: Na apuração do imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido, foram aplicadas as regras do regime de tributação com base no lucro real. O imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% previsto na legislação. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. Na apuração do lucro tributável são consideradas as adições e exclusões previstas na legislação tributária. Os impostos diferidos foram constituídos, sobre as diferenças temporárias, com base na alíquota para o imposto de renda de 25% e ajustados para a contribuição social de 9%. (i) Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes: • Ativos contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabe mais nenhum recurso.• Provisões para riscos – são avaliados por assessores jurídicos e pela Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa que possa gerar uma saída de recursos que seja mensurável com suficiente segurança. São constituídas provisões para os processos classificados como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e divulgados em notas explicativas. • Passivos contingentes – são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota. • Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) – referem-se a obrigações contratuais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, provisionado e atualizado mensalmente. (j) Outras Provisões: A Santander Investimentos adota a prática de reconhecer provisões para obrigações presentes resultantes de eventos passados, para as quais seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável ou, ainda, que decorram de obrigação legal de pagar. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. A efetiva liquidação das provisões poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras. (k) Redução ao valor recuperável (impairment): Os ativos não financeiros são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando esse for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não foram identificadas necessidades de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável. (l) **Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos da diferença do seu valor justo, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.Ativos financeiros: (i) caixa e equivalentes de caixa incluem os montantes em caixa, contas correntes e aplicações em fundos de investimento em renda fixa. O caixa e equivalentes de caixa são classificados na categoria "ao custo amortizado" sendo avaliados, após o reconhecimento inicial, ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, quando aplicável, que não excederem o seu valor de mercado ou de realização; (ii) contas a receber reconhecidas pelo valor justo e deduzidas da provisão para redução ao valor recuperável, caso houver. Passivos financeiros: são classificados no momento de seu reconhecimento inicial, quando a Santander Investimentos se torna parte das disposições contratuais do instrumento, em uma das duas categorias a seguir: (i) passivos financeiros a valor justo por meio do resultado; e (ii) outros passivos financeiros. **(m) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras são compostas, substancialmente, por rendimentos sobre aplicações financeiras de liquidez imediata. As despesas financeiras incluem juros passivos, multas de mora, despesas bancárias e impostos sobre operações financeiras. Essas despesas são reconhecidas pelo regime de competência. (n) Reconhecimento da receita: As receitas operacionais preponderantes da Santander Investimentos têm origem em contratos firmados com os usuários do sistema e parte relacionada, e são reconhecidas com base nos serviços realizados em cumprimento às performances contidas nos respectivos contratos. Constitui ainda receitas da Santander Investimentos o licenciamento da marca "Santander Investimentos" e o licenciamento da plataforma de corretora de valores. Estas receitas são oriundas de contrato firmado entre partes relacionadas detalhadas. Além disso, há receitas com planos de assinatura dos aplicativos, publicidade e venda de planejamento financeiro. As receitas operacionais oriundas da incorporação da Mobills Labs são de assinaturas de aplicativos de planejamento financeiro e venda de mídia em seu rol de aplicativos desenvolvidos internamente, sendo reconhecidas com base nos serviços realizados em cumprimento às performances contidas nos respectivos contratos, e apropriadas em receita do período pelo regime de competência.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Bancos (a)	5.576	132
Fundos de investimento de renda fixa (b)	35.444	37.998
Total	41.020	38.130

(a) O saldo da rubrica "Bancos" é constituído por valores disponíveis em contas bancárias no Brasil. (b) As aplicações financeiras são denominadas em reais, correspondendo a Fundos de Investimento de Renda Fixa, com liquidez imediata, cuja taxa é a variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

5. Contas a receber

	2025	2024
Contas a receber de clientes	3.135	6.158
Total	3.135	6.158
Circulante	3.135	6.158

6. Adiantamentos

Ativo	2025	2024
Adiantamento de férias	288	259
Adiantamento de salário	17	6
Adiantamento a fornecedores	4	155
Total	309	420
Circulante	309	420

7. Imposto de renda e contribuição social

(a) Impostos e contribuições a compensar

	2025	2024
Imposto de renda a compensar	1.514	500
Contribuição social a compensar	100	156
Outros impostos a compensar	229	197
Total	1.843	853
Circulante	1.843	853

(b) Movimentação dos créditos tributários diferidos

	2024	Const./ (realiz.)	2025
Provisão de participação nos lucros e resultados	2.082	74	2.156
Provisão de prêmios	1.201	1.143	2.344
Provisão de abono	47	-	47
Passivos fiscais	34	-	34
Passivos trabalhistas	4	-	4
Passivos cíveis	2	9	11
Prejuízo fiscal e base negativa	20.243	(996)	19.247
Total de créditos tributários	23.613	230	23.843

(c) Previsão de realização dos créditos tributários diferidos

Imposto de renda e contribuição social	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total do Diferido
Até 2026	3.363	1.211	4.574
Até 2027	1.749	1.044	2.793
Até 2028	3.515	2.109	5.624
Até 2029	3.621	1.947	5.568
Até 2030	3.730	-	3.730
Até 2031	1.554	-	1.554
Total	17.532	6.311	23.843

(d) Conciliação do imposto de renda e contribuição social

	2025	2024
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	10.172	41.216
Participação de empregados nos lucros e resultados	(13.923)	(12.996)
Lucro antes de IR/CSLL apurado pelo lucro real	(3.751)	28.220
Encargo total de IRPJ/CSLL	1.276	(9.594)
Resultado de participações em coligadas e controladas	(81)	660
Adições permanentes	(3.292)	(1.912)
IRPJ/CSLL sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais	-	23.601
Demais ajustes	390	86
Total	(1.707)	12.841
Corrente	1.915	7.749
Diferido	(208)	(20.590)
Total	1.707	(12.841)

8. Outros ativos

	2025	2024
Depósito caução locatícias	-	23
Despesas antecipadas (a)	21.525	17.236
Negociação e intermediação de valores (b)	48	-
Pagamentos de acordos a restituir (c)	3	-
Devedores diversos (d)	2	-
Total	21.578	17.259
Circulante	21.128	16.782
Não Circulante	450	477

(a) Referem-se as despesas de seguros, programa de alimentação do trabalhador, assistência médica, licenças de sistemas, participação nos lucros e resultados a colaboradores de tecnologia das plataformas, e prêmios para colaboradores de tecnologia das plataformas, apropriadas no resultado conforme o regime de competência. (b) Refere-se a depósito de terceiros para liquidação de operações. (c) Refere-se a valores a serem reembolsados por fornecedores em acordos comerciais firmados. (d) Refere-se a operações de clientes pendentes de liquidação.

9. Partes relacionadas

(a) Transações comerciais e contratuais com partes relacionadas: A Santander Investimentos realizou com a Santander CTVM, Toro Asset, Banco Santander, Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Aymoré"), F1rst Tecnologia e Inovação Ltda ("F1rst Tecnologia"), Santander Global Technology and Operations Brasil Ltda ("Santander Technology"), Esfera Fidelidade S.A ("Esfera Fidelidade") e Santander Global Technology and Operations S.L.U ("Santander Technology Madrid") operações comerciais e financeiras. Essas operações incluem: (i) prestação de serviços de licenciamento de marca e de licenciamento de plataforma da corretora de valores, (ii) rateio de gastos, (iii) disponibilização de empréstimos consignados, (iv) aplicações em fundos de investimentos e (v) despesa de suporte técnico. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Santander Investimentos realizou as seguintes operações com partes relacionadas:

Ativo	2025	2024
Cotas de fundos de investimentos	35.444	37.998
Banco Santander - controladora	35.444	37.998
Licenciamento da marca	293	194
Licenciamento da plataforma corretora de valores	2.632	3.688
Rateio de gastos	3.211	2.851
Santander CTVM - controladora	6.136	6.733
Total	41.580	44.731

Passivo	2025	2024
Compartilhamento de infraestrutura	210	197
Compartilhamento de despesas administrativas	32	23
Suporte técnico de infraestrutura	2	-
Telefonia fixa e móvel	8	-
Repasse empréstimo consignado	-	114
Banco Santander - controladora	252	334
Cessão contratos mobapps	1.233	-
Esfera Fidelidade - coligada	1.233	-
Total	1.485	334

Resultado	2025	2024
Receita de licenciamento de marca	3.233	2.399
Receita de licenciamento da plataforma corretora de valores	39.261	65.894
Recuperação de rateio de gastos	36.056	28.600
Santander CTVM - controladora	78.550	96.893
Resultado de aplicações em fundo de investimentos	6.021	2.848
Receita de recuperação de despesas contrato escrow	44.000	46.113
Receita de desenvolvimento de software	13.061	-
Banco Santander - controladora	63.082	48.961
Despesa de compartilhamento de infraestrutura	(2.656)	(2.344)
Despesa de compartilhamento de despesas administrativas	(248)	(1.964)
Despesa de sistemas	(8.146)	(2.889)
Despesa de suporte técnico	(99)	-
Despesa de telefonia fixa e móvel	(26)	-
Banco Santander - controladora	(11.175)	(7.197)
Despesa de suporte técnico	(12)	(353)
Despesa de aluguel de equipamentos	(93)	(359)
F1rst Tecnologia - ligada	(105)	(712)
Despesa cessão de contratos mobapps	(3.360)	-
Esfera Fidelidade - ligada	(3.360)	-
Despesa de suporte técnico	(779)	-
Santander Technology Madrid - ligada	(779)	-
Despesa de suporte técnico	-	(77)
Santander Technology - ligada	-	(77)
Receita de indicação de clientes	1	1
Aymoré - ligada	1	1
Total	126.214	137.869

(b) Honorários da diretoria

Remuneração do pessoal-chave da administração	2025	2024
Honorários da diretoria	162	102
Total	162	102

10. Investimentos

(a) Composição do Investimento

	Participação societária	PL da investida	Resultado da investida	Valor da participação societária	Participação do ágio	Ágios por subscrição	Ágio parcela alocada	2024 Saldo dos investimentos 2024
Toro Asset	100%	7.473	(59)	7.473	15.263	24.656	4.931	52.323
Total		7.473	(

SANTANDER INVESTIMENTOS SOCIEDADE PRESTADORA DE SERVIÇOS DE ATIVOS VIRTUAIS S.A.
(Anteriormente denominada Toro Investimentos S.A.)
CNPJ: 12.455.479/0001-30

Continuação... NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)*

Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados e no cumprimento de obrigações acessórias, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos após as demais etapas de regulamentação legal e infralegal, que poderá incluir a edição de novas leis ordinárias (federais, estaduais e municipais), decretos, instruções normativas e notas técnicas. Como as alterações serão aplicadas de forma prospectiva, não há efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

30. Resultado não recorrente

Nos exercícios de 2025 e 2024 a Santander Investimentos não incorreu em qualquer "Resultado não recorrente" que requeresse divulgação em separado em suas demonstrações financeiras.

* * *

Fabrício Navega Duarte – Diretor
Maria Carolina Barbosa Costa – Diretora
Hélio Mayorca Filho
Contador - CRC SC 021798/O-3-S-MG

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Santander Investimentos Sociedade Prestadora de Serviços de Ativos Virtuais S.A.
(Anteriormente denominada Toro Investimentos S.A.)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santander Investimentos Sociedade Prestadora de Serviços de Ativos Virtuais S.A. (Anteriormente denominada Toro Investimentos S.A.) ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 25 de março de 2026.
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP000160/F-5
Luís Carlos Matias Ramos Contador - CRC 1SP171564/O-1

Vendas de aços planos devem cair 4,2% no 1º trimestre

% SIDERURGIA Estimativa é do Inda, que aponta as importações e os estoques elevados como causas do desempenho negativo

JULIANA SODRÉ

Em fevereiro, as vendas de aços planos contabilizaram alta de 1,1% quando comparadas a janeiro, atingindo o montante de 297,2 mil toneladas frente a 293,9 mil toneladas do primeiro mês do ano. A elevação, no entanto, não deve contribuir para um bom resultado no primeiro trimestre do ano, já que a expectativa do Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (Inda) é de queda de 4,2% nos três primeiros meses do ano em comparação ao mesmo período do ano passado.

Mesmo com projeção de crescimento de 15% nas vendas para março, a expectativa da entidade é de um trimestre com resultados aquém do ano passado. A justificativa do superintendente do instituto, Gilson Bertozzo, é que os estoques de aço no País seguem elevados, fato que tem preocupado o setor.

O volume acumulado gira em torno de 1,13 milhão de toneladas contra 1,12 milhão de toneladas no mês passado, um avanço de 0,8%, o que corresponde a quase quatro meses de comercialização. O nível que a entidade considera aceitável é de três meses de estoque.

Para Bertozzo, as vendas só melhorarão no segundo semestre, quando os estoques de aço que estão nas mãos dos importadores forem reduzidos. "Acredito que teremos uns três meses de expurgo que tirarão do mercado os aventureiros", afirmou.

O superintendente do Inda explica que a partir da redução dos estoques de importações, já com os efeitos das medidas *antidumping*, a indústria brasileira tem espaço para recuperar, ajustar preços e apresentar melhor desempenho.

"Estamos sustentando ainda que este ano será melhor do que 2025 e teremos um crescimento de 1,5%. Acreditamos que as medidas do governo foram acertadas e isso, a médio prazo, proporcionará um efeito positivo para nós", afirmou.

Ainda de acordo com os dados do Inda, as importações do aço no Brasil continuam em alta. No segundo mês do ano, o acréscimo foi de 91,7% se comparado ao mesmo mês do ano anterior.

Parte desse efeito foi justificada em função do calendário, já que o Carnaval do ano passado não ocorreu em fevereiro, deixando o mês de análise, em 2025, com mais dias úteis. Comparando as importações de fevereiro com janeiro deste ano, a alta foi de 79%, com volume total de 404,8 mil toneladas contra 225,6 mil.

Outro motivo apresentado pelo superintendente do Inda para a alta é o fato de as importadoras terem antecipado a nacionalização de muitos produtos. "Em função das ações *antidumping* aplicadas pelo governo, as importadoras anteciparam a nacionalização dos produtos que estavam nos estaleiros e nos portos. Além disso, soubemos que muitos navios ainda em trânsito também tiveram seus produtos nacionalizados pelas importadoras, com vista aos preços praticados antes do antidumping", comentou Bertozzo.

Oriente Médio - A escalada das tensões no Oriente Médio foi outro ponto comentado por Bertozzo. Segundo ele, o conflito já impactou o mercado do aço, mas a expectativa é de que esses impactos percam força nas próximas semanas.

De acordo com o superintendente do Inda, o aumento da insegurança internacional tem pressionado os custos de frete marítimo e contribuído para a alta dos preços do produto no exterior. "Se analisarmos os números, os preços das bobinas no mercado internacional já cresceram. O preço mundial subiu 5% e uma das causas é o reflexo da guerra", explicou.

Apesar da pressão atual, a expectativa do setor é de que o cenário seja temporário. "A expectativa é de que essa insegurança não dure mais que duas a quatro semanas em função dos prejuízos que esse conflito já está trazendo para os Estados Unidos", finalizou Bertozzo . **%**



Vendas de aços planos somaram 297,2 mil toneladas em fevereiro, o que representa aumento de 1,1% na comparação com o mês imediatamente anterior FOTO: ELVIRA NASCIMENTO / APERAM

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.

Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

% CONSTRUÇÃO

Setor está mais otimista no Brasil, aponta índice da FGV

São Paulo - O Índice de Confiança da Construção (ICST) subiu 2,1 pontos em março, para 93,6 pontos, recuperando parte da queda registrada em fevereiro (-2,5 pontos), segundo informações da Fundação Getulio Vargas. Na média móvel trimestral, o índice avançou 0,8 ponto.

"As empresas recuperam a confiança e o primeiro trimestre registra resultados mais favoráveis que os do último trimestre de 2025, confirmando projeções de retomada do crescimento. Na comparação com o último trimestre de 2025, houve avanço dos indicadores de forma disseminada entre os segmentos setoriais, alavancada, especialmente por um maior otimismo em relação à demanda esperada para os próximos meses", disse a coordenadora de Projetos da Construção do FGV Ana Maria Castelo, em relatório.

"O setor de infraestrutura mostrou maior otimismo, impulsionado pela expectativa de crescimento em 2026 com base em investimentos privados já contratados e no ciclo eleitoral. Entretanto, o cenário atual segue marcado por pessimismo moderado, com a escassez de mão de obra sendo um dos principais entraves aos negócios", destacou

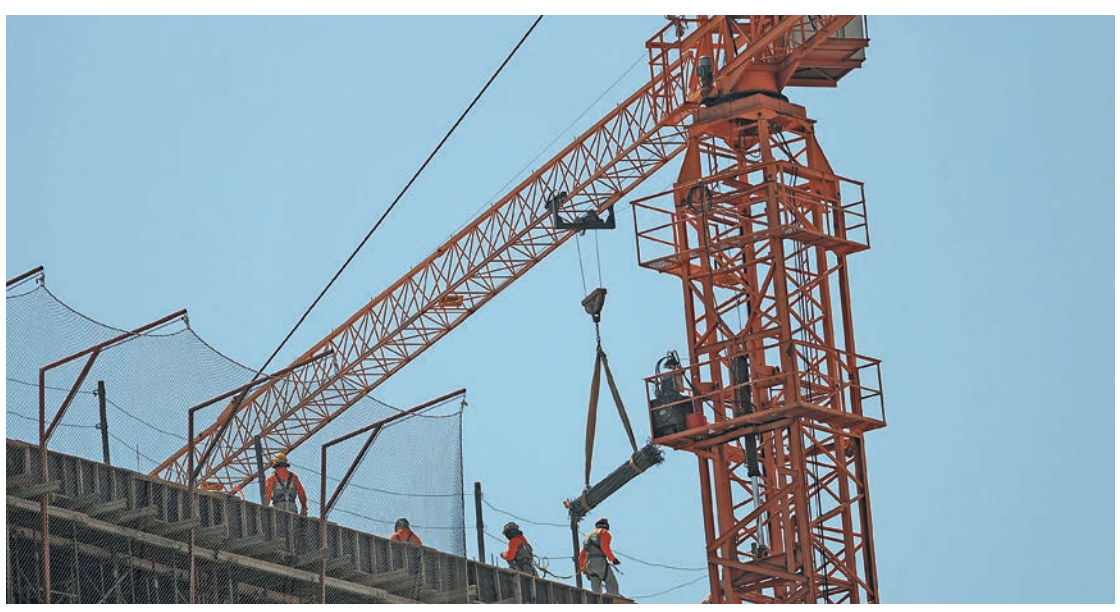
Em março, a melhora da confiança foi puxada tanto pela percepção sobre o momento atual quanto pelas expectativas. O Índice de Situação Atual (ISA-CST) aumentou 2,4 pontos, para 93,4 pontos - o maior nível desde março de 2025 (93,9 pontos). Já o Índice de Expectativas (IE-CST) avançou 1,9 ponto, para 94,0 pontos.

No recorte do momento presente, os dois componentes do ISA-CST também melhoraram: o indicador de situação atual dos negócios subiu 2,0 pontos, para 91,7 pontos, e o indicador de volume de carteira de contratos cresceu 2,8 pontos, alcançando 95,2 pontos.

Do lado das expectativas, o indicador de demanda prevista para os próximos três meses registrou alta de 2,5 pontos, para 96,9 pontos, enquanto o indicador de tendência dos negócios nos próximos seis meses teve avanço de 1,2 ponto, chegando a 91,0 pontos.

O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) da Construção subiu 0,5 ponto percentual em março, para 77,6%. O Nuci de Mão de Obra recuou 0,1 p.p., para 78,6%, enquanto o Nuci de Máquinas e Equipamentos avançou 0,6 p.p., para 72,3%.

Com o maior otimismo em relação à demanda, também aumentou a intenção de contratar. Em março, 26,8% das empresas informaram que pretendem ampliar o contingente de trabalhadores, contra 10,7% que indicaram redução. **(Estadão Conteúdo) %**



Em março, 26,8% das empresas informaram que pretendem ampliar o contingente de trabalhadores FOTO: DENIO SIMÕES / AGÊNCIA BRASIL

Anexo SENAD_compressed (35683144) SEI 08129.003746/2026-88 / pg. 79

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.
Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site:
diariodocomercio.com.br/publicidade-legal - Acesse também através do QR CODE ao lado.

MULTISETOR COMÉRCIO, INDÚSTRIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 20.286.787/0001-07

RESULTADOS 2025

Senhores cotistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais de 2025 e 2024. Colocamo-nos à disposição dos senhores cotistas para esclarecimentos porventura necessários. Cataguases, 27 de março de 2026.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2025 *(Em milhares de reais)*

Ativo	Nota	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.071	1.798
Dividendos a receber		-	24.893
Tributos a recuperar		44	45
Despesas pagas antecipadamente		1	3
Devedores diversos		-	2.911
Total do Circulante		**5.116**	**29.650**
Não circulante			
Tributos a recuperar		133	103
Dividentos a receber		99.277	-
Investimentos	5	4.183.288	3.275.617
Imobilizado		346	363
Total do não circulante		**4.283.044**	**3.276.083**
Total do Ativo		**4.288.160**	**3.305.733**

Passivo	Nota	2025	2024
Circulante			
Fornecedores		20	-
Dividendos a pagar		363	24.292
Impostos e contribuições		21	8
Outros passivos		1	3
Total do circulante		**405**	**24.303**
Não circulante			
Partes Relacionadas		40.000	40.396
Dividendos a pagar	6.6	98.751	-
Outros passivos		1	-
Total do não circulante		**138.752**	**40.396**
Patrimônio líquido			
Capital social	6.1	1.350.226	1.083.409
Reserva de capital	6.2	633.246	448
Reserva de lucros	6.3 e 6.4	1.706.868	1.617.142
Reserva especial de dividendos	6.6	464.430	550.486
Outros resultados abrangentes	6.8	(5.767)	(10.451)
Total do patrimônio líquido		**4.149.003**	**3.241.034**
Total do Passivo e patrimônio líquido		**4.288.160**	**3.305.733**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 *(Em milhares de reais)*

	Nota	Capital Social	Outras reservas de capital	Reserva de Lucros Legal	Retenção de Lucros	Retenção de lucro acumulados originado de mudança de prática contábil	Reserva especial de dividendos	Lucros acumulados	Outros resultados acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024		**928.409**	**312.143**	**134.730**	**1.035.709**	**67.578**	**432.122**	**-**	**(18.386)**	**2.892.305**
Aumento de capital com reserva de retenção de lucros, conforme AGOE de 29/04/2023	6.1	155.000	-	-	(155.000)	-	-	-	-	-
Transações entre sócios - reflexo de controladas	6.2	-	(308.465)	-	-	-	-	-	-	**(308.465)**
Transações de capital - Intrumento financeiro MTM reflexo de controlada	6.2	-	(3.491)	-	-	-	-	-	-	**(3.491)**
Programa de remuneração variável - (ILP) - reflexo	6.2	-	261	-	-	-	-	-	-	**261**
Dividendos prescritos	6.7	-	-	-	-	-	-	1.090		**1.090**
Reclassifiação ORA - ganhos e perdas atuariais	6.7	-	-	-	-	-	-	(19)	19	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	699.438	-	**699.438**
Proposta de destinação do lucro líquido:										-
• Reserva Legal	6.3 e 6.7	-	-	34.972	-	-	-	(34.972)	-	-
• Dividendos	6.7	-	-	-	-	-	-	(48.020)	-	**(48.020)**
• Retenção de lucros	6.4 e 6.7	-	-	-	499.153	-	-	(499.153)	-	-
• Reserva especial de dividendos	6.6 e 6.7	-	-	-	-	-	118.364	(118.364)	-	-
Outros resultados abrangentes - reflexo de controladas	6.8	-	-	-	-	-	-	-	7.916	**7.916**
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**1.083.409**	**448**	**169.702**	**1.379.862**	**67.578**	**550.486**	**-**	**(10.451)**	**3.241.034**
Aumento de capital com reserva de retenção de lucros, conf. AGOE de 30/04/2025	6.1	266.817	-	-	(266.817)	-	-	-	-	-
Dividendos a pagar com reserva especial, conforme AGE de 19/12/2025	6.6	-	-	-	-	-	(98.751)	-	-	**(98.751)**
Transações entre sócios - reflexo	6.2	-	630.571	-	-	-	-	-	-	**630.571**
Programa de remuneração variável - (ILP) - reflexo	6.2	-	2.227	-	-	-	-	-	-	**2.227**
Dividendos prescritos - reflexo	6.7	-	-	-	-	-	-	759	-	**759**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	466.850	-	**466.850**
Proposta de destinação do lucro líquido:										
• Reserva Legal	6.3 e 6.7	-	-	23.343	-	-	-	(23.343)	-	-
• Dividendos	6.7	-	-	-	-	-	-	(98.371)	-	**(98.371)**
• Retenção de lucros	6.4 e 6.7	-	-	-	333.200	-	-	(333.200)	-	-
• Reserva especial de dividendos	6.6 e 6.7	-	-	-	-	-	12.695	(12.695)	-	-
Outros resultados abrangentes - reflexo de controladas	6.8	-	-	-	-	-	-	-	4.684	**4.684**
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**1.350.226**	**633.246**	**193.045**	**1.446.245**	**67.578**	**464.430**	**-**	**(5.767)**	**4.149.003**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)*

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Multisetor Comércio, Indústria e Participações S/A ("Companhia") é uma sociedade por ações que tem por objeto social a participação no capital social de outras empresas comerciais de qualquer ramo de atividades, a indústria e o comércio de artesanato têxtil, a intermediação de negócios mercantis e a aplicação de recursos em empreendimentos ou bens que produzam renda. A Companhia possui sede na cidade de Cataguases, estado de Minas Gerais.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a *IFRS Accounting Standards* emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), que compreendem, os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. Em 27 de março de 2026 os membros da Diretoria em exercício analisaram as contas da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e por unanimidade de votos decidiram por aprovar a publicação das referidas contas da administração e as demonstrações financeiras, para a submissão das mesmas à Assembleia Geral Ordinária da Companhia, recomendando a sua aprovação. **2.2. Moeda funcional e base de mensuração:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia, e foram elaboradas com base no custo histórico. **2.3. Julgamentos, estimativas e premissas:** A elaboração das demonstrações financeiras, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS E NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

As políticas contábeis materiais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **3.1. Políticas contábeis materiais: a. Caixa e equivalentes de caixa** – os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em montante conhecido, sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação; **b. Instrumentos financeiros:** ***Ativos financeiros:*** *Reconhecimento inicial e mensuração* - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento. Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. *Mensuração subsequente* - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. **Segue abaixo resumo da classificação e mensuração – CPC 48/IFRS 9:**

Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio: A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira por refletir melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos, baseados na performance de um ativo. ***Passivos financeiros:*** São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue: Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao custo amortizado** - após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. Desreconhecimento: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **c. Investimentos** – os investimentos em controlada foi avaliado pelo método de equivalência patrimonial, tomando-se por base o patrimônio líquido das controladas na data do balanço; **d. Créditos tributários, tributos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente** – os tributos correntes sobre o lucro são mensurados pelo valor esperado recuperado ou pago às autoridades fiscais, aplicando-se as alíquotas e a legislação tributária vigentes ou substancialmente promulgadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R$ 240 mil no período de apuração. A contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, após as adições e exclusões previstas na legislação tributária. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos na extensão em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros suficientes para a realização das diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A realização dos ativos fiscais diferidos é revisada ao final de cada exercício social e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis em montante suficiente para permitir a compensação total ou parcial desses ativos, o saldo é reduzido ao valor recuperável. Ativos e passivos fiscais correntes são apresentados líquidos no balanço patrimonial quando a Companhia possui o direito legal de compensá-los perante a mesma autoridade tributária e a legislação tributária permite a liquidação pelo montante líquido. A Companhia tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionam com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e quando há intenção de liquidá-los em base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Em conformidade com o ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que a autoridade tributária aceitará determinado tratamento tributário adotado. Quando se conclui que a aceitação do tratamento tributário é improvável, o efeito da incerteza sobre os tributos correntes ou diferidos é refletido no resultado do exercício pelo método que melhor estime a resolução da incerteza. **e. Dividendos** - os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação; **f. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** – os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço; e **g. Cobertura de seguros** - A política de Seguros da Empresa baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que sejam civilmente responsáveis pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. **h. Demonstração do valor adicionado** – preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras. **3.2. Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB – International Accounting Standards Board: (i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados a partir de 1º de janeiro de 2025:**

Pronunciamentos novos ou revisados	Natureza da revisão/emissão
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto	A principal alteração na revisão do CPC 18 (R3) é relacionado à aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações financeiras individuais. Tal método já era permitido por lei no Brasil, houve apenas a adição de texto em convergência às normas internacionais. Portanto não houve impacto material em relação à norma vigente nas demonstrações financeiras.
Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As alterações ao CPC 02 (R2) incorporam as alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability*, emitido pelo IASB, que define o conceito de moeda conversível, e orienta para procedimentos de moedas não conversíveis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras.
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	A orientação técnica direciona o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro. A orientação técnica não produziu impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(ii) Pronunciamentos novos ou revisados emitidos, ainda não vigentes:

Pronunciamentos ainda não vigentes	Exercícios anuais com início em ou após	Natureza da revisão/emissão
CPC 51 (IFRS 18) – Apresentação e divulgação nas demonstrações contábeis	1º de janeiro de 2027	O CPC 51 substituirá o pronunciamento técnico CPC 26 (R1), e tem como principais objetivos e mudanças: (i) aprimorar a apresentação das demonstrações financeiras; (ii) exigir a divulgação em notas explicativas de medidas de desempenho definidas pela Administração, e (iii) introduzir novos princípios de agregação e desagregação de informações.
IFRS 19 – Subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações	1º de janeiro de 2027	A norma permite que entidades controladas, que não possuam responsabilidade pública, e que possuam uma controladora final ou intermediária que prepare demonstrações financeiras consolidadas, optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. As aplicações serão avaliadas pela Administração.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à classificação e mensuração de instrumentos financeiros	1º de janeiro de 2026	As alterações nas normas indicam modificações relevantes nos requisitos de classificação, mensuração e divulgação dos instrumentos financeiros. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos referenciando a eletricidade dependente de condições naturais	1º de janeiro de 2026	As alterações se aplicam a contratos que façam referência a eletricidade dependente de fatores naturais, esclarecendo a aplicação dos requisitos de "uso próprio", entre outras definições. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	3	1
Aplicações financeiras de liquidez imediata	5.068	1.797
Total – circulante	**5.071**	**1.798**

5. INVESTIMENTOS

	2025	2024
Participação em controladas	4.183.136	3.275.465
Outros investimentos – obra de arte	152	152
Total	**4.183.288**	**3.275.617**

	2025								
	Informações sobre a controlada								
Controlada	Capital Social	Nº ações/cotas detidas	%	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Equivalência patrimonial	Investimentos
Nova Gipar	1.677.221	111.821.349	33,49%	5.159.885	121.874	5.038.011	569.338	190.667	1.687.195
Itacatu	1.098.921	15.656.841	72,15%	3.434.571	81.025	3.353.546	379.077	273.521	2.419.740
Energisa	10.876.550	8.495.065	0,34%	33.042.732	13.844.151	19.198.581	2.214.439	7.483	64.872
Multiagro	14.484	10.543.195	56,44%	20.606	534	20.072	(1.229)	(693)	11.328
								470.978	**4.183.136**

	2024								
	Informações sobre a controlada								
Controlada	Capital Social	Nº ações/cotas detidas	%	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Equivalência patrimonial	Investimentos
Nova Gipar	1.374.828	111.821.349	33,49%	3.969.308	30.385	3.938.923	845.593	280.891	1.319.118
Itacatu	884.000	15.656.841	72,15%	2.642.442	20.397	2.622.045	564.898	407.600	1.891.929
Energisa	7.540.743	7.722.787	0,34%	30.074.954	12.795.456	17.279.498	3.789.678	12.804	58.388
Multiagro	14.484	10.543.195	72,79%	8.614	330	8.284	(452)	(350)	6.030
								700.945	**3.275.465**

Movimentação dos investimentos:

Controlada	2024	Transações entre sócios [1]	Outros Resultados Abrangentes	Dividendos	Equivalência patrimonial	2025
Nova Gipar	1.319.118	256.898	1.891	(81.379)	190.667	1.687.195
Itacatu	1.891.929	368.160	2.710	(116.579)	273.521	2.419.741
Energisa	58.388	1.748	83	(2.830)	7.483	64.872
Multiagro	6.030	5.991	-	-	(693)	11.328
	3.275.465	**632.797**	**4.684**	**(200.788)**	**470.978**	**4.183.136**

Controlada	2023	Subscrição de ações/adiantamento para futuro aumento de capital	Transações entre sócios [1]	Outros Resultados Abrangentes	Dividendos	Equivalência patrimonial	2024
Nova Gipar	1.141.610	40.000	(126.669)	3.196	(19.910)	280.891	1.319.118
Itacatu	1.694.764	-	(186.366)	4.580	(28.649)	407.600	1.891.929
Energisa	40.190	8.441	1.057	140	(4.244)	12.804	58.388
Multiagro	6.097	-	283	-	-	(350)	6.030
	2.882.661	**48.441**	**(311.695)**	**7.916**	**(52.803)**	**700.945**	**3.275.465**

[1] Vide nota explicativa 6.2.

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

6.1. Capital social: O capital social subscrito e integralizado de R$1.350.226 (R$1.083.409 em 2024), está representado por 1.519.246 (1.519.246 em 2024) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2025, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R$266.817, sem emissão de novas ações, mediante a capitalização de parcela do saldo da reserva de retenção de lucros, passando o capital social da Companhia para R$1.350.226, representado por 1.519.246 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **6.2. Reserva de capital – transações entre sócios:**

	2025	2024
Saldos em 2024 e 2023	**448**	**312.143**
Transações entre sócios – reflexo [1]	-	(3.491)
Efeitos de transações com participações em controladas diretas e indiretas [2]	632.798	(308.204)
Saldos em 2025 e 2024	**633.246**	**448**

[1] Inclui parcela reflexa do percentual de participação da Energisa na controlada Denerge, referente ao instrumento financeiro derivativo - MTM. [2] A Companhia contabilizou no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 os efeitos de R$626.806 (R$308.204 em 2024), sendo: (i) perda de R$177.239 (ganho de R$25.521 em 2024), em investimentos reflexo referente a reversão MTM das controladas Nova Gipar e Itacatu realizado pelo acionista minoritário da Gipar; (ii) ganho de R$8.045 em investimentos reflexo de reversão de contingência fiscal; (iii) perda de R$9.817 (ganho de R$13.634 em 2024) referente as transações de investimentos referentes a distribuição de dividendos com sócios reflexo das controladas Nova Gipar, Itacatu e Gipar que controla a Energisa; (iv) ganho de R$2.227 (perda de R$2.221 em 2024) das controladas referente a ILP reflexo; (v) ganho de R$283 em 2024 referente a reflexo da controlada Multiagro; (vi) perda de R$507 (perda de R$383.597 em 2024) referente a compra de ações; (vii) ganho de R$804.097 apurado em transações de investimentos das controladas em mudança de percentual, aumento/redução de capital reflexo; e (viii) ganho de R$38.176 em investimentos pela controlada Energisa em 2024. **6.3. Reserva de lucros – reserva legal:** Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social. **6.4. Reserva de lucros - reserva de retenção de lucros:** Do lucro líquido do exercício, R$333.200 (R$499.153 em 2024) foi destinado para a reserva de retenção de lucros com base em orçamento de capital a ser aprovado em Assembleia Geral Ordinária. Em 30 de abril de 2025 foi capitalizado parte do saldo da reserva no montante de R$266.817 e utilizado para aumento de capital social da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da reserva é de R$1.430.655 (R$1.379.862 em 2024). **6.5. Limite da reserva de lucros:** A Diretoria destinou para capitalização o excesso das reservas de lucro em 31 de dezembro de 2024, na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2025, o montante de R$266.817, mediante a utilização de parcela da reserva de retenção de lucros, de modo que o saldo das reservas de lucros não ultrapasse o capital social, conforme estabelecido no art. 199 da Lei nº 6.404/76. Em decorrência dessa deliberação, o capital social passou a R$1.350.226, sem alteração na quantidade de ações. Da mesma forma, o excesso das reservas de lucros apurado no período findo em 31 de dezembro de 2025 será destinado para aumento de capital, a ser deliberado na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em abril de 2026. **6.6. Reserva especial de dividendos:** A parcela destinada aos dividendos mínimos obrigatórios calculados a razão de 25% do lucro líquido ajustado apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 no montante de R$12.695 (R$118.364 em 2024), foram destinados a reserva especial de dividendos de acordo com os termos do art. 202 §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76 que, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que a situação financeira da Companhia permitir. Em ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de dezembro de 2025, foi aprovado a distribuição dos dividendos calculados sobre o saldo da reserva especial de dividendos contantes na demonstração financeira referentes ao exercício social de 2024, no valor de R$98.751, correspondente a R$65,00 (reais) por ação do capital social. Os pagamentos serão efetuados em 04 (quatro) parcelas iguais cada uma no montante de R$24.688, a serem pagas em março/2027, setembro/2027, março/2028 e setembro/2028, com base na posição acionária da Companhia na presente data, em atenção as regras de transição temporal vigentes nesta data. Os referidos dividendos poderão ser antecipados, a depender de deliberação da Administração. **6.7. Dividendos:** O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado, após as deduções da reserva legal, nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404, de 15/12/76.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 *(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)*

	Nota	2025	2024
Resultado de participações societarias			
Equivalência patrimonial	5	470.978	700.945
Receitas (despesas) operacionais:			
Despesas gerais e administrativas		(1.306)	(294)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos		**469.672**	**700.651**
Receitas financeiras		471	198
Despesas financeiras		(3.293)	(1.411)
Receitas financeiras líquidas		**(2.822)**	**(1.213)**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**466.850**	**699.438**
Imposto de renda e contribuição social corrente	7	-	-
Lucro líquido do exercício		**466.850**	**699.438**
Lucro liquido básico e diluído por ação ordinária - R$		**307,29**	**460,38**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 *(Em milhares de reais)*

	Nota	2025	2024
Lucro líquido do exercício		**466.850**	**699.438**
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Outros resultados abrangentes	6.8	4.684	7.935
Total do resultado abrangente do exercicio, liquido de impostos		**471.534**	**707.373**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 *(Em milhares de reais)*

	Nota	2025	2024
Atividades operacionais			
Lucro liquido do exercício		466.850	699.438
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:			
Resultado de equivalência patrimonial	5	(470.978)	(700.945)
Depreciação		17	56
**Redução (aumento

MULTISETOR COMÉRCIO, INDÚSTRIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 20.286.787/0001-07

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	466.850	699.438
Dividendos prescritos – reflexo	759	1.090
Reclassificação ORA – ganhos e perdas atuariais – reflexo	-	(19)
Reserva legal	(23.343)	(34.972)
Lucro líquido ajustado	**444.266**	**665.537**
- Valores pagos em 28 de agosto e 07 de outubro de 2024 – R$15,86 (reais) por ação [1]	-	24.092
- Valores pagos em 28 de março de 2025 - R$15,75 (reais) por ação [1]	-	23.928
- Valores pagos em 26 de setembro de 2025 – R$15,75 (reais) por ação [2]	23.928	-
- Valores pagos em 19 de dezembro de 2025 – R$49,00 (reais) por ação [2]	74.443	-
- Reserva especial de dividendos [3]	12.695	118.364
Total dos dividendos	**111.066**	**166.384**
% sobre o lucro líquido ajustado	25%	25%

[1] Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2025, foi aprovado a destinação dos dividendos referente ao exercício de 2024, dos quais R$48.020 foram pagos antecipados em 28 de agosto e em 07 de outubro de 2024 e integralmente quitados em 28 de março de 2025; [2] Os dividendos antecipados aprovados nas Reuniões da Diretoria de 26 de setembro e 18 de dezembro de 2025 foram calculados sobre o resultado apurado com base no balanço patrimonial de 30 de junho e 30 de setembro de 2025, respectivamente; [3] O saldo remanescente dos dividendos mínimos obrigatórios foi destinado para reserva especial de dividendos nos termos do art. 202, §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, que se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que a situação financeira da Companhia permitir. **6.8. Outros resultados abrangentes – reflexo:** Em 2025, refere-se à contabilização do plano de benefício a empregados líquidos de impostos, reflexo da contabilização no patrimônio líquido da controlada Itacatu S/A. Os referidos saldos estão contabilizados como outros resultados abrangentes em atendimento ao CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis. Segue movimentação realizada nos exercícios:

	2025	2024
Saldos em 2024 e 2023	**(10.451)**	**(18.386)**
Ganho e perda atuarial – benefícios pós emprego líquidos de impostos - reflexo	4.684	7.935
Saldos em 2025 e 2024	**(5.767)**	**(10.451)**

7. DESPESAS DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE

	2025	2024
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	466.850	699.438
Alíquotas fiscais combinadas	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	**(158.729)**	**(237.809)**
Ajustes:		
Resultado de equivalência patrimonial	160.133	238.322
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa, etc)	(14)	24
Créditos tributários não constituídos no exercício	(1.366)	(537)
Outros	(24)	-
Imposto de renda e contribuição social	-	-

8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em função da natureza dos instrumentos financeiros da Companhia: depósitos bancários, aplicações financeiras, avaliadas ao valor justo por meio do resultado, com instituição financeira de grande porte e contas a receber, a Companhia entende não estar exposta a riscos significativos vinculados a instrumentos financeiros tais como: juros, crédito ou liquidez. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possui e nem operou com instrumentos financeiros derivativos.

9. COBERTURA DE SEGUROS

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual 2025	Prêmio Anual 2024
Auto Frota	23/10/2026	Até 1.000/ Veiculos	1	4
			1	4

10. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia são:

	2025	2024
Atividades de financiamento		
Aumento de Capital	266.817	155.000

Diretoria

Ivan Müller Botelho – Presidente
Maurício Perez Botelho – Diretor
Stella Perez Botelho – Diretora
Ricardo Perez Botelho – Diretor

Contador

Rodolfo da Paixão Lima
CRC-RJ 107.310/O-0



Dos 120 mil m² de terreno, 19,7 mil m² são de área construída, incluindo galpão multiúso e estruturas de apoio em Juiz de Fora FOTO: REPRODUÇÃO / SITE CODEMGE

Prejuízo levou Codemge a vender ativo para a Fiemg

% EXPOMINAS JUIZ DE FORA Perda por ano para os cofres públicos era de R$ 1,3 milhão; entidade fará diagnóstico para avaliar as possibilidades de uso do terreno com foco na transformação do espaço

LEONARDO MORAIS

A Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (Codemge) formalizou a venda do Expominas Juiz de Fora para a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) por R$ 39,6 milhões. Após a aquisição, a entidade deve investir no projeto, transformando o espaço ocioso em um dos principais polos para o setor produtivo da Zona da Mata.

A assinatura do documento foi realizada ontem (26), na sede da federação e contou com a presença do presidente da Fiemg, Flávio Roscoe, e da diretora-presidente da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (Codemge), Luísa Barreto. A venda do ativo está atrelada ao prejuízo de R$ 1,3 milhão por ano aos cofres públicos, já que o terreno, de 120 mil metros quadrados (m²), estava subutilizado.

Segundo Luísa Barreto, a concretização da venda foi realizada após três tentativas frustradas de negociações. A companhia buscava uma entidade capaz de explorar melhor o centro de exposições e ampliar o uso, já que essa não é a atividade principal da Codemge, o que limitava a capacidade de contribuir para o desenvolvimento da região.

"A gente tem certeza de que, com uma boa gestão dos ativos, é possível transformar o espaço, agregando o turismo de negócios com uso múltiplo do espaço, permitindo encontros entre empresários e ações educativas", destaca a diretora da companhia.

Para Roscoe, o Expominas em Juiz de Fora é um ativo estratégico para a Fiemg, tanto na regional da Zona da Mata, quanto para Minas Gerais. Com ampla articulação com o setor produtivo, o dirigente espera ter condições de impulsionar o complexo e ampliar finalidades, mantendo a vocação natural que é ser um centro de eventos.

Um dos potenciais destacados é o fato da cidade mineira estar situada em uma localização geográfica estratégica, próxima aos principais centros urbanos do País, como Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo. "O Expominas tem potencial para sediar até eventos de alcance nacional e desafio é fazer isso acontecer. O ativo está em bom estado de conservação, mas, naturalmente, sempre demanda melhorias", pontua Roscoe.

Mais investimentos - Após a aquisição, a Fiemg iniciará um diagnóstico para avaliar as possibilidades de uso do terreno com foco na transformação do espaço em um polo atrativo do setor produtivo. "É um projeto mais amplo, que envolve novos usos. Vamos realizar mais investimentos, com novas construções", acrescenta o dirigente. O aporte projetado para melhorias e novas infraestruturas ainda não foi revelado.

Localizado às margens da BR-040, em Juiz de Fora, o Expominas é um dos principais espaços destinados à realização de feiras, congressos e eventos corporativos da região. Dos 120 mil m² de terreno, 19,7 mil m² são de área construída, incluindo galpão multiuso e estruturas de apoio.

O complexo dispõe de galpão multiuso e áreas de apoio para eventos de natureza empresarial, industrial, educacional e institucional. A capacidade é de até 13 mil pessoas ao mesmo tempo, com possibilidade de realização de até seis eventos no espaço. %

"Segundo Luísa Barreto, a concretização da venda foi realizada após três tentativas frustradas de negociações"

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.

Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

% LOGÍSTICA

Frasle inaugura sistema de automação

A Frasle Mobility inaugurou ontem um sistema de automação logística que utiliza robôs autônomos sobre trilhos para a coleta dos produtos no centro de distribuição da companhia em Extrema, no Sul de Minas.

A empresa, que não revelou detalhes financeiros do investimento, disse que a nova estrutura reduzirá para aproximadamente 30 minutos os processos de localização e separação que anteriormente podiam levar entre quatro e seis horas.

Com a nova estrutura, que ocupa 30% da área anteriormente necessária, as peças automotivas passam a ser organizadas em caixas modulares, que são armazenadas verticalmente em uma estrutura onde robôs circulam sobre trilhos na parte superior, localizando e transportando os itens até estações de separação.

De acordo com a empresa, são 25 robôs operando simultaneamente em um conjunto de 35 mil caixas instaladas em uma estrutura com capacidade de expansão para até 50 mil caixas e 100 robôs.

Com isso, o grupo espera que 70% dos volumes operacionais sejam processados pela automação e 30% no modelo convencional.

"Em um modelo manual, um operador separa cerca de 200 linhas por dia...Com o sistema automatizado, cada estação pode alcançar aproximadamente 200 linhas por hora, o equivalente a mais de 1.500 linhas por operador em um turno", o disse o gerente de *supply chain*, Alexandro de Abreu Barbosa.

Apesar da tecnologia já ser aplicada no setor de *e-commerce*, trata-se da primeira operação dedicada ao segmento de reposição automotiva no Brasil e na América Latina, acrescentou o grupo controlado pela Randoncorp. **(Reuters) %**



Nova estrutura em MG reduzirá para cerca 30 minutos os processos de localização e separação que anteriormente podiam levar entre quatro e seis horas FOTO: REPRODUÇÃO / SITE FRASLE MOBILITY

Anexo SENAD_compressed (35683144) SEI 08129.003746/2026-88 / pg. 81

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.
Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site:
diariodocomercio.com.br/publicidade-legal - Acesse também através do QR CODE ao lado.

NOVA GIPAR HOLDING S.A.

CNPJ nº 16.674.735/0001-30

RESULTADOS 2025

Relatório da Administração: Senhores cotistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais de 2025 e 2024. Colocamo-nos à disposição dos senhores cotistas para esclarecimentos porventura necessários. Cataguases, 27 de março de 2026.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2025 — *(Em milhares de reais)*

Ativo	Nota	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	284	442
Tributos a recuperar		2	2
Dividendos a receber		-	30.448
Total do circulante		**286**	**30.892**
Não circulante			
Tributos a recuperar		9	7
Dividendos a receber		121.793	-
Investimentos	5	5.037.797	3.938.409
Total do não circulante		**5.159.599**	**3.938.416**
Total do Ativo		**5.159.885**	**3.969.308**

Passivo	Nota	2025	2024
Circulante			
Dividendos a pagar	6.7	-	30.385
Total do circulante		-	**30.385**
Não circulante			
Dividendos a pagar	6.7	121.874	-
Total do não circulante		**121.874**	-
Patrimônio líquido			
Capital social	6.1	1.677.221	1.374.828
Reserva de capital	6.2	725.409	(41.694)
Reserva de lucros	6.3 e 6.4	2.112.027	1.979.613
Reserva especial de dividendos	6.6	535.879	644.348
Outros resultados abrangentes	6.8	(12.525)	(18.172)
Total do patrimônio líquido		**5.038.011**	**3.938.923**
Total do Passivo e patrimonio liquido		**5.159.885**	**3.969.308**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 — *(Em milhares de reais)*

	Nota	Capital Social	Reservas de Capital – Transação entre sócios	Reservas de lucros – Legal	Reservas de lucros – Retenção de lucros	Reserva especial de dividendos	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024		**1.142.828**	**343.356**	**153.003**	**1.372.876**	**503.967**	**-**	**(27.737)**	**-**	**3.488.293**
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	-	-	-	-	40.000	**-**
Aumento de capital com reserva de retenção de lucros, conforme AGE de 30/04/2024	6.1	192.000	-	-	(192.000)	-	-	-	-	**-**
Aumento de capital com AFAC, conforme AGE de 04/06/2024	6.1	40.000	-	-	-	-	-	-	(40.000)	**40.000**
Transações entre sócios	6.2	-	(381.158)	-	-	-	-	-	-	**(381.158)**
Transações de capital - instumento financeiro MTM - reflexo de controlada	6.2	-	(4.205)	-	-	-	-	-	-	**(4.205)**
Programa de remuneração variável (ILP) - reflexo	6.2	-	313	-	-	-	-	-	-	**313**
Dividendos prescritos - reflexo	6.7	-	-	-	-	-	1.315	-	-	**1.315**
Reclassificação ORA - ganhos e perdas atuariais - reflexo	6.7	-	-	-	-	-	(23)	23	-	**-**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	845.593	-	-	**845.593**
Proposta de destinação do lucro líquido:										**-**
. Reserva Legal	6.3 e 6.7	-	-	42.280	-	-	(42.280)	-	-	**-**
. Dividendos	6.7	-	-	-	-	-	(60.770)	-	-	**(60.770)**
. Retenção de lucros	6.4 e 6.7	-	-	-	603.454	-	(603.454)	-	-	**-**
. Reserva especial de dividendos	6.6 e 6.7	-	-	-	-	140.381	(140.381)	-	-	**-**
Outros resultados abrangentes - reflexo de controlada	6.8	-	-	-	-	-	-	9.542	-	**9.542**
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**1.374.828**	**(41.694)**	**195.283**	**1.784.330**	**644.348**	**-**	**(18.172)**	**-**	**3.938.923**
Aumento de capital com reserva de retenção de lucros, conforme AGOE de 30/04/2025	6.1	302.393	-	-	(302.393)	-	-	-	-	**-**
Dividendos a pagar com reserva especial, conforme AGE de 19/12/2025	6.1	-	-	-	-	(121.874)	-	-	-	**(121.874)**
Transações entre sócios	6.2	-	764.419	-	-	-	-	-	-	**764.419**
Programa de remuneração variável (ILP) - reflexo	6.2	-	2.684	-	-	-	-	-	-	**2.684**
Dividendos prescritos - reflexo	6.7	-	-	-	-	-	915	-	-	**915**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	569.338	-	-	**569.338**
Proposta de destinação do lucro líquido:										
. Reserva Legal	6.3 e 6.7	-	-	28.467	-	-	(28.467)	-	-	**-**
. Dividendos	6.7	-	-	-	-	-	(122.041)	-	-	**(122.041)**
. Retenção de lucros	6.4 e 6.7	-	-	-	406.340	-	(406.340)	-	-	**-**
. Reserva especial de dividendos	6.6 e 6.7	-	-	-	-	13.405	(13.405)	-	-	**-**
Outros resultados abrangentes - reflexo de controlada	6.8	-	-	-	-	-	-	5.647	-	**5.647**
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**1.677.221**	**725.409**	**223.750**	**1.888.277**	**535.879**	**-**	**(12.525)**	**-**	**5.038.011**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 — *(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário).*

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Nova Gipar Holding S/A ("Companhia"), é uma sociedade por ações que tem por objeto social a participação no capital de outras sociedades, na qualidade de sócia, quotista ou acionista, especialmente naquelas que tenham como objeto principal a distribuição, comercialização e geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis, bem como outras atividades correlatas ao ramo de energia elétrica e à administração de negócios correlatos ao ramo de energia elétrica. A Companhia possui sede na cidade de Cataguases, estado de Minas Gerais.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a *IFRS Accounting Standards* emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), que compreendem, os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. Em 27 de março de 2026 os membros da Diretoria em exercício analisaram as contas da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e por unanimidade de votos decidiram por aprovar a publicação das referidas contas da administração e as demonstrações financeiras, para a submissão das mesmas à Assembleia Geral Ordinária da Companhia, recomendando a sua aprovação. **2.2. Moeda funcional e base de mensuração:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia, e foram elaboradas com base no custo histórico. **2.3. Julgamentos, estimativas e premissas:** A elaboração das demonstrações financeiras, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS E NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

As políticas contábeis materiais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **3.1. Políticas contábeis materiais: a. Caixa e equivalentes de caixa** - os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em montante conhecido, sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação; **b. Instrumentos financeiros:** ***Ativos financeiros:*** *Reconhecimento inicial e mensuração* - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento. Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio: A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira por refletir melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos, baseados na performance de um ativo. ***Passivos financeiros:*** São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue: **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado** - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao custo amortizado -** após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado; **c. Investimentos** - os investimentos em controlada foi avaliado pelo método de equivalência patrimonial, tomando-se por base o patrimônio líquido da controlada na data do balanço; **d. Créditos tributários, tributos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente** - os tributos correntes sobre o lucro são mensurados pelo valor esperado recuperado ou pago às autoridades fiscais, aplicando-se as alíquotas e a legislação tributária vigentes ou substancialmente promulgadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R$ 240 mil no período de apuração. A contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, após as adições e exclusões previstas na legislação tributária. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos na extensão em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros suficientes para a realização das diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A realização dos ativos fiscais diferidos é revisada ao final de cada exercício social e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis em montante suficiente para permitir a compensação total ou parcial desses ativos, o saldo é reduzido ao valor recuperável. Ativos e passivos fiscais correntes são apresentados líquidos no balanço patrimonial quando a Companhia possui o direito legal de compensá-los perante a mesma autoridade tributária e a legislação tributária permite a liquidação pelo montante líquido. A Companhia tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionam com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e quando há intenção de liquidá-los em base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Em conformidade com o ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que a autoridade tributária aceitará determinado tratamento tributário adotado. Quando se conclui que a aceitação do tratamento tributário é improvável, o efeito da incerteza sobre os tributos correntes ou diferidos é refletido no resultado do exercício pelo método que melhor estime a resolução da incerteza; **e. Dividendos** - os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação; **f. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço; e **g. Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras. **3.2. Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB -** ***International Accounting Standards Board:*** (i) **Pronunciamentos novos ou revisados aplicados a partir de 1º de janeiro de 2025**

Pronunciamentos novos ou revisados	Natureza da revisão/emissão
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto	A principal alteração na revisão do CPC 18 (R3) é relacionado à aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações financeiras individuais. Tal método já era permitido por lei no Brasil, houve apenas a adição de texto em convergência às normas internacionais. Portanto não houve impacto material em relação à norma vigente nas demonstrações financeiras.
Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As alterações ao CPC 02 (R2) incorporam as alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability*, emitido pelo IASB, que define o conceito de moeda conversível, e orienta para procedimentos de moedas não conversíveis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras.
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	A orientação técnica direciona o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro. A orientação técnica não produziu impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(ii) Pronunciamentos novos ou revisados emitidos, ainda não vigentes

Pronunciamentos ainda não vigentes	Exercícios anuais com início em ou após	Natureza da revisão/emissão
CPC 51 (IFRS 18) - Apresentação e divulgação nas demonstrações contábeis	1º de janeiro de 2027	O CPC 51 substituirá o pronunciamento técnico CPC 26 (R1), e tem como principais objetivos e mudanças: (i) aprimorar a apresentação das demonstrações financeiras; (ii) exigir a divulgação em notas explicativas de medidas de desempenho definidas pela Administração, e (iii) introduzir novos princípios de agregação e desagregação de informações. As alterações trarão impactos para as demonstrações financeiras referentes a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, bem como informações comparativas (aplicação retrospectiva). Tais impactos estão sendo avaliados pela Administração da Companhia, em processo de implementação durante o exercício corrente de 2026.
IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações	1º de janeiro de 2027	A norma permite que entidades controladas, que não possuam responsabilidade pública, e que possuam uma controladora final ou intermediária que prepare demonstrações financeiras consolidadas, optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. As aplicações serão avaliadas pela Administração.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à classificação e mensuração de instrumentos financeiros	1º de janeiro de 2026	As alterações nas normas indicam modificações relevantes nos requisitos de classificação, mensuração e divulgação dos instrumentos financeiros. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos referenciando a eletricidade dependente de condições naturais	1º de janeiro de 2026	As alterações se aplicam a contratos que façam referência a eletricidade dependente de fatores naturais, esclarecendo a aplicação dos requisitos de "uso próprio", entre outras definições. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	284	442
Total - circulante	**284**	**442**

5. INVESTIMENTOS

	2025 – Informações sobre a controlada								
Controlada	Capital Social	Nº ações/cotas detidas	%	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Equivalência patrimonial	Investimentos
Gipar	1.789.063	338.310.765	100%	5.481.586	443.788	5.037.797	569.307	569.307	5.037.797

	2024 – Informações sobre a controlada								
Controlada	Capital Social	Nº ações/cotas detidas	%	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Equivalência patrimonial	Investimentos
Gipar	1.487.004	338.310.765	100%	4.420.412	482.002	3.938.410	845.579	845.579	3.938.409

Movimentação do investimento:

Controlada	2024	Transações entre sócios (1)	Outros Resultados Abrangentes	Dividendos	Equivalência patrimonial	2025
Gipar	3.938.409	767.103	5.647	(242.669)	569.307	5.037.797

Controlada	2023	Subscrição de ações/adiantamento para futuro aumento de capital	Transações entre sócios (1)	Outros Resultados Abrangentes	Dividendos	Equivalência patrimonial	2024
Gipar	3.487.977	40.000	(385.050)	9.542	(59.639)	845.579	3.938.409

(1) Vide nota explicativa 6.2.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 — *(Em milhares de reais)*

	Nota	2025	2024
Resultado de participações societárias:			
Resultado de equivalência patrimonial	5	569.307	845.579
Despesas operacionais:			
Despesas gerais e administrativas		(12)	(15)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos		**569.295**	**845.564**
Receitas financeiras		50	32
Receitas financeiras líquidas		**50**	**32**
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**569.345**	**845.596**
Imposto de renda e contribuição social corrente	7	(7)	(3)
Lucro líquido do exercício		**569.338**	**845.593**
Lucro liquido básico e diluído por ação ordinária - R$		**1,71**	**2,53**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 — *(Em milhares de reais)*

	Nota	2025	2024
Lucro líquido do exercício		**569.338**	**845.593**
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado		**-**	**-**
Outros resultados abrangentes	6.8	5.647	9.565
Total do resultado abrangente do exercício, líquido de impostos		**574.985**	**855.158**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 — *(Em milhares de reais)*

	Nota	2025	2024
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		569.338	845.593
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:			
Despesas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro		7	3
Resultado de equivalência patrimonial	5	(569.307)	(845.579)
Redução (aumento) dos ativos			
Tributos a recuperar		(2)	3
Aumento (redução) dos passivos			
Impostos e contribuições sociais		(7)	(3)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais		**29**	**17**
Atividades de investimentos			
Recebimento de dividendos		151.324	59.294
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos		**151.324**	**59.294**
Atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos		(151.511)	(59.111)
Caixa Líquido consumido nas atividades de financiamento		**(151.511)**	**(59.111)**
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa		**(158)**	**200**
Caixa e equivalentes de caixa iniciais	4	442	242
Caixa e equivalentes de caixa finais	4	284	442
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa		**(158)**	**200**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – DVA

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 — *(Em milhares de reais)*

	Nota	2025	2024
Geração do valor adicionado:			
Materiais e serviços de terceiros		(2)	-
Outras despesas operacionais		(11)	(15)
Valor adicionado bruto		(13)	(15)
Valor adicionado líquido		(13)	(15)
Valor adicionado recebido em transferência			
Resultado de equivalência patrimonial	5	569.307	845.579
Receita Financeira		50	32
Valor adicionado total a distribuir		**569.344**	**845.596**
Distribuição do valor adicionado:			
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		6	3
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos	6.7	134.531	59.478
Lucros retidos		434.807	786.115
		569.344	**845.596**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

6.1. Capital social: O capital social subscrito e integralizado de R$1.677.221 (R$1.374.828 em 2024), está representado por 333.901.591 (333.901.591 em 2024) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2025, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R$302.393, sem emissão de novas ações, mediante a capitalização de parcela do saldo da reserva de retenção de lucros, passando o capital social da Companhia para R$1.677.221, representado por 333.901.591 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **6.2. Reserva de capital - transações entre sócios**

	2025	2024
Saldos em 2024 e 2023	**(41.694)**	**343.356**
Transações entre sócios - instrumento financeiro MTM - reflexo (1)	-	(4.205)
Efeitos de transações com participações em controladas diretas e indiretas (2)	767.103	(380.845)
Saldos em 2025 e 2024	**725.409**	**(41.694)**

(1) Inclui parcela reflexa do percentual de participação da Energisa na controlada Denerge, referente ao instrumento financeiro derivativo - MTM; (2) A Companhia contabilizou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os efeitos de R$767.106 (R$380.845 em 2024) referente a: (i) perda de R$203.963 apurada em transações de investimentos com reversão MTM e contingencia fiscal da controlada; (ii) ganho de R$468.923 (perda de R$446.269 2024) em investimentos por subscrição de ações e mudança de percentual de participação; (iii) ganho de R$2.684 (ganho de R$313 em 2024) em programa de remuneração variável - ILP e em ações em tesouraria, contabilizado pela controlada indireta Energisa; (iv) perda de R$11.824 (ganho de R$16.437 em 2024) referente as transações de investimentos referentes a distribuição de dividendos com sócios reflexo da controlada Gipar que controla a Energisa; (v) perda de R$136.491 em recursos reflexo da controlada Gipar que controla a Energisa; (vi) ganho de R$5.641 em 2024 por aumento de capital em transações com investimentos reflexo da controlada; (vii) ganho de R$46.026 apurado em transações de investimentos da controlada em 2024; (viii) perda de R$2.993 em custo com captação de recursos reflexo da controlada Gipar que controla a Energisa; e (ix) ganho de R$650.770 por mudança de percentual reflexo da controlada Gipar na Energisa S/A. **6.3. Reserva de lucros - reserva legal:** Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social. A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social. **6.4. Reserva de lucros - reserva de retenção de lucros:** Do lucro líquido do exercício, R$406.340 (R$603.454 em 2024) foi destinado para a reserva de retenção de lucros com base em orçamento de capital a ser aprovado em Assembleia Geral Ordinária. Em 30 de abril de 2025 foi capitalizado parte do saldo da reserva no montante de R$302.393 e utilizado para aumento de capital social da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da reserva é de R$1.888.277 (R$1.784.330 em 2024). **6.5. Limite da reserva de lucros:** A Diretoria destinou para capitalização o excesso das reservas de lucro em 31 de dezembro de 2024 na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2025, o montante de R$302.393, mediante a utilização de parcela da reserva de retenção de lucros, de modo que o saldo das reservas de lucros não ultrapasse o capital social, conforme estabelecido no art. 199 da Lei nº 6.404/76. Em decorrência dessa deliberação, o capital social passou a R$1.677.221, sem alteração na quantidade de ações. Da mesma forma, o excesso das reservas de lucros apurado no período findo em 31 de dezembro de 2025 será destinado para aumento de capital, a ser deliberado na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em abril de 2026. **6.6. Reserva especial de dividendos:** A parcela destinada aos dividendos mínimos obrigatórios calculados a razão de 25% do lucro líquido ajustado apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 no montante de R$7.086 (R$140.381 em 2024), foram destinados a reserva especial de dividendos de acordo com os termos do art. 202 §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76 que, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que a situação financeira da Companhia permitir. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de dezembro de 2025, foi aprovado a distribuição dos dividendos calculados sobre o saldo da reserva especial de dividendos contantes na demonstração financeira referentes ao exercício social de 2024, no valor de R$121.874, correspondente a R$0,3650 (reais) por ação do capital social. Os pagamentos serão efetuados em 04 (quatro) parcelas iguais cada uma no montante de R$30.469, a serem pagas em março/2027, setembro/2027, março/2028 e setembro/2028, com base na posição acionária da Companhia na presente data, em atenção as regras de transição temporal vigentes nesta data. Os referidos dividendos poderão ser antecipados, a depender de deliberação da Administração. **6.7. Dividendos:** O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado, após as deduções da reserva legal, nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404, de 15/12/76. A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	569.338

Isenção de IPTU pode chegar a mais de 4,6 mil imóveis em BH

% IMPOSTO Proposta, que contempla moradores de baixa renda em bairros próximos ao hipercentro da capital mineira, deve ser votada em 1º turno na CMBH na próxima segunda-feira

DANIEL DE ANDRADE

Moradores de baixa renda em bairros próximos ao hipercentro da capital mineira poderão ficar até oito anos sem pagar o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Nova proposta da Operação Urbana Simplificada (OUS) Somos Centro, enviada à Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH) na última terça-feira (24), pretende ampliar de cerca de 500 para 4.612 o número de residências aptas à isenção do tributo.

A medida, que será votada em 1º turno na CMBH na próxima segunda-feira (30), é um substitutivo ao Projeto de Lei (PL) 574/25, que amplia os incentivos à produção de habitação popular na Capital.

Os bairros contemplados são Colégio Batista (região Nordeste), Floresta (Centro-Sul), além de Lagoinha, Bonfim e Carlos Prates, todos situados na região Noroeste.

Para terem direito ao benefício tributário, os imóveis devem ter valor venal — índice disponível na guia do IPTU — de até R$ 140 mil, segundo o secretário municipal de Política Urbana, Leonardo Castro. "A isenção terá validade de quatro anos, podendo ser renovada por mais quatro", destaca.

Caso a legislação seja aprovada pela Câmara nos dois turnos previstos, a isenção será concedida automaticamente nas guias de IPTU dos proprietários com vencimento em janeiro de 2027.

Especulação imobiliária - De acordo com Castro, a proposta de isentar o IPTU de parte das residências surgiu como resposta direta da Prefeitura às preocupações dos moradores diante de uma possível valorização imobiliária provocada pelo programa Somos Centro.

Lançado em março de 2023, o projeto investe na requalificação de espaços públicos, como a reforma das praças da Rodoviária e da Estação.

"Por meio de conversas e audiências públicas com os moradores, percebemos que muitos deles passaram a temer que as melhorias do hipercentro contribuíssem para aumentar o custo de vida no entorno, a ponto de não conseguirem permanecer nessas regiões. Nesse sentido, o prefeito Álvaro Damião encontrou na isenção do IPTU uma forma de combater a percepção de especulação imobiliária e assegurar que os residentes com condições financeiras mais humildes permaneçam e sejam beneficiados pelas melhorias", diz.

O secretário de Política Urbana afirma que, nos próximos 12 anos do projeto Somos Centro, há previsão de lançamento de até 25 mil novas unidades habitacionais na região central.

A proposta também pretende estimular a ocupação de imóveis atualmente subutilizados, incluindo cerca de 1.200 galpões, além de priorizar a construção de habitações de interesse social e promover a revitalização do centro de Belo Horizonte.

O projeto busca ainda melhorar a mobilidade e o meio ambiente, incentivando a moradia próxima ao trabalho e aos serviços, reduzindo deslocamentos longos de carro, o trânsito e as emissões de poluentes, além de fortalecer o uso da infraestrutura existente e do transporte coletivo.

Entre as novidades, está a criação do Fundo da OUS Somos Centro, que financiará ações voltadas à política municipal de habitação, investimentos em qualificação urbana, economia popular, cultura e fortalecimento de comunidades tradicionais.

O texto enviado à CMBH também institui o Aporte para Moradia de Interesse Social (AMIS), mecanismo que vincula parte da valorização imobiliária à produção de habitação de baixa renda. Os recursos poderão ser convertidos em unidades habitacionais ou destinados ao fundo para programas como locação social.

O projeto amplia ainda os tipos de empreendimentos incentivados, incluindo *retrofit*, reconversão de edificações e recuperação de imóveis degradados, e autoriza a regularização fundiária simplificada em áreas específicas da região Central.%

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.

Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal Acesse também através do QR CODE ao lado.

CIMCOP S/A - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES
CNPJ/MF 17.161.464/0001-82 - NIRE 3130004265-1
Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação

Pelo presente ficam os senhores acionistas da CIMCOP S/A – ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES convocados para a Assembléia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 14 de Abril de 2026, às 13 h. (treze horas) em primeira convocação, ou às 13h30min (treze horas e trinta minutos) em segunda convocação, em sua sede social à Rua Walfrido Mendes, nº 400 – Bairro Califórnia, nesta Capital, a fim de deliberarem sobre as seguintes pautas: **A)** Alteração do estatuto da companhia; **B)** Outros assuntos de interesse da sociedade.
Belo Horizonte, 24 de Março de 2026. Roberta Miraglia de Souza Martins - Presidente do Conselho de Administração

CIMCOP S/A - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES
CNPJ/MF 17.161.464/0001-82 - NIRE 3130004265-1
Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação

Pelo presente ficam os senhores acionistas da CIMCOP S/A – ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES convocados para a Assembléia Geral Ordinária a ser realizada no dia 14 de Abril de 2026, às 09 h. (nove horas) em primeira convocação, ou às 09h30min (nove horas e trinta minutos) em segunda convocação, em sua sede social à Rua Walfrido Mendes, nº 400 – Bairro Califórnia, nesta Capital, a fim de deliberarem sobre as seguintes pautas: **A)** Exame, discussão e votação do Relatório da Diretoria, Balanço Geral e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025; **B)** Destinação do saldo à disposição da Assembléia; **C)** Fixação de remuneração e premiação da Diretoria; **D)** Outros assuntos de interesse da sociedade.Belo Horizonte, 24 de Março de 2026. Roberta Miraglia de Souza Martins - Presidente do Conselho de Administração.

CIMCOP S/A - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES
CNPJ/MF 17.161.464/0001-82 - NIRE 3130004265-1
Assembléia Especial de Preferencialistas - Edital de Convocação

Pelo presente ficam os senhores acionistas da CIMCOP S/A – ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES convocados para a Assembléia Especial de Preferencialistas a ser realizada no dia 14 de Abril de 2026, às 08 h. (oito horas) em primeira convocação, ou às 08h30min (oito horas e trinta minutos) em segunda convocação, em sua sede social à Rua Walfrido Mendes, nº 400 – Bairro Califórnia, nesta Capital, a fim de deliberarem sobre as seguintes pautas: **A)** alteração das preferências das ações preferenciais de emissão da Companhia; e **B)** alteração do Artigo 7º do Estatuto Social da Companhia para refletir as novas preferências das ações preferenciais.
Belo Horizonte, 24 de Março de 2026. Roberta Miraglia de Souza Martins - Presidente do Conselho de Administração.

Cia. Agropecuária Monte Alegre
CNPJ/ME: 19.053.206/0001-08
Aviso Aos Acionistas

A diretoria da Cia. Agropecuária Monte Alegre comunica que se encontram à disposição dos Srs. Acionistas, na sede social, Fazenda Monte Alegre S/N, Zona rural, município de Monte Belo - MG os documentos relacionados no artigo 133, da Lei 6.404/76, referentes ao exercício findo em 31/12/2025, a saber:
I. Relatório da Administração;
II. Cópia das demonstrações financeiras; e
III. Parecer dos auditores independentes.
Monte Belo - MG, 27 de março de 2026
A Diretoria

Monte Alegre Participações S/A
CNPJ/ME: 19.019.512/0001-28
Aviso Aos Acionistas

A diretoria da Monte Alegre Participações S/A comunica que se encontram à disposição dos Srs. Acionistas, na sede social, Fazenda Monte Alegre S/N, Zona rural, município de Monte Belo - MG os documentos relacionados no artigo 133, da Lei 6.404/76, referentes ao exercício findo em 31/12/2025, a saber:
I. Relatório da Administração;
II. Cópia das demonstrações financeiras; e
III. Parecer dos auditores independentes.
Monte Belo - MG, 27 de março de 2026
A Diretoria

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAS ALTAS DA NORUEGA MG
Contrato firmado entre o Município de Catas Altas da Noruega MG e LM CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÕES EIRELI com Objeto: Contratação de empresa para execução de pavimentação de vias públicas no Município de Catas Altas da Noruega e o regime de Execução será por empreitada por preço Global no Valor de R$ 547.000,00 com Vigência de 12 (doze) meses a contar da Ordem de Serviço. Fundamento: Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAS ALTAS DA NORUEGA/MG
Termo de homologação a Concorrência Eletrônica - Após averiguar a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Sr(a) PAULO LADISLAU BATISTA Prefeito Municipal, **HOMOLOGA** a adjudicação referente a Concorrência Nº 0002/2026. **Homologação -Processo** 00022026. **Autoridade** Paulo Ladislau Batista. **Data homologação** 24/03/2026. **Item** 1. **Produto** GLOBAL. Fornecedor LM Construções e Pavimentações Eireli. **Marca** -. **Melhor oferta** 547.000,0000. **Estimado** 686.494,93. **Economia** 20,32%. **Data adjudicação** 24/03/2026. Catas Altas da Noruega, 24 de março de 2026. Paulo Ladislau Batista - CPF ***.261.346-** - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES/MG
EXTRATO DE EDITAIS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026
REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/206 - UASG 984305 - PE 90010

Tipo: Menor preço por item. Objeto: Registrar preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de Glicosímetros Digitais e Tiras Reagentes para atender às demandas da Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Cataguases/MG. Data de realização: 15/04/2026 às 09h. Valor estimado: R$ 2.165.472,00. Fundamentação Legal: 14.133 de 01 de abril de 2021. Disponibilidade do Edital: pregaocataguases@gmail.com, no site da Prefeitura de Cataguases: www.cataguases.mg.gov.br e pelo portal de compras do Governo Federal: www.comprasgovernamentais.gov.br. Esclarecimentos pelo tel: (32) 3429-2500 ou através do e-mail: pregaocataguases@gmail.com. Cataguases, 26 de março de 2026. José Henriques - Prefeito de Cataguases.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAS ALTAS DA NORUEGA/MG
Termo de Adjudicação da Concorrência Eletrônica Nº 0002/2026 - Após averiguar o resultado da Concorrência n°0002/2026 referente ao processo 00001726, a autoridade competente, Sr(a) PAULO LADISLAU BATISTA Prefeito Municipal, **ADJUDIC**A aos licitantes vencedores os respectivos itens, conforme indicado no quadro Resultado da Adjudicação. **Resultado da Adjudicação**. **Item** 1. **Produto** GLOBAL. Fornecedor LM Construções e Pavimentações Eireli. **Marca** -. **Melhor oferta** 547.000,0000. **Estimado** 686.494,93. **Economia** 20,32%. **Data adjudicação** 24/03/2026. Catas Altas da Noruega, 25 de março de 2026. Paulo Ladislau Batista - CPF: ***.261.346-** - Prefeito Municipal

TSA - TECNOLOGIA DE SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO S/A. CNPJ: 41.857.780/0001-78

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - Senhores acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias, temos a prazer de submeter à apreciação de V. Sas. as demonstrações contábeis para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, para exame e a aprovação. Informamos na oportunidade que as questões operacionais da empresa tiveram andamento normal no exercício a que se refere os aludidos documentos. A diretoria e conselho de administração coloca-se à disposição de V. Sas. para quaisquer esclarecimentos que eventualmente consideram necessários.
Belo Horizonte, 27 de março de 2026. Maria Virgínia Fróes Schettino - Diretora Presidente.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - CONTROLADORA E CONSOLIDADO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Circulante					
Disponibilidades	6	302	105	488	180
Aplicações financeiras	6	11.873	17.500	25.002	29.368
Contas a receber de clientes	7	42.571	55.116	82.350	72.457
Estoques	8	5.483	5.024	7.204	6.119
Impostos a recuperar	9	6.709	3.741	8.035	4.909
Adiantamentos	10	5.999	3.277	10.039	5.431
Despesas antecipadas		1.005	728	1.647	1.100
Total do ativo circulante		73.942	85.491	134.765	119.564
Não circulante					
Créditos com empresas ligadas	23	4.300	914	100	414
Incentivos fiscais		35	35	35	35
Cauções e garantias	11	188	162	386	332
Depósitos judiciais	11	221	1.024	221	1.024
Investimentos	12	30.994	17.812	66	66
Imobilizado	13	3.775	4.470	4.687	5.273
Intangível	14	159	241	166	251
Total do ativo não circulante		39.672	24.658	5.661	7.395
Total do ativo		113.614	110.149	140.426	126.959

PASSIVO	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Circulante					
Fornecedores	15	2.890	12.955	4.207	14.633
Empréstimos e financiamentos	16	1.148	564	1.148	564
Obrigações sociais e trabalhistas	17	6.026	4.887	8.489	6.587
Provisões trabalhistas e encargos	18	8.446	6.725	11.388	8.652
Obrigações fiscais e tributárias	19	3.771	6.003	10.197	9.192
Parcelamentos tributários	20	427	383	490	412
Adiantamentos de clientes	21	1.028	2.977	1.041	2.996
Créditos de acionistas	22	5.659	716	7.459	1.066
Créditos de terceiros		16	6	17	6
Total do passivo circulante		29.411	35.216	44.436	44.108
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	2.628	3.662	2.628	3.662
Parcelamentos tributários	20	1.014	1.325	1.150	1.425
Provisão para contingências	24	2.343	2.445	2.734	2.836
Total do passivo não circulante		5.985	7.432	6.512	7.923
Patrimônio líquido	25				
Capital social	25.1	68.711	3.000	68.711	3.000
Reserva legal	25.2	1.702	600	1.702	600
Reserva de contingência	25.3	275	275	275	275
Reserva de lucros retidos	25.4	7.530	63.626	7.530	63.626
Participação minoritária no patrimônio líquido consolidado		-	-	11.260	7.427
Total do patrimônio líquido		78.218	67.501	89.478	74.928
Total do passivo e do patrimônio líquido		113.614	110.149	140.426	126.959

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA E CONSOLIDADO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de contingência	Lucros Retidos	Lucros Acumulados	Total da Controladora	Participação de acionistas não controladores	Total do consolidado
		Reservas de lucros						
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.000	600	275	62.600	-	66.475	9.195	75.670
Ajuste de Correção - CPC 23 (Nota 25.5)	-	-	-	1.295	-	1.295	-	1.295
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	17.853	17.853	3.857	21.710
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	-	(18.122)	-	(18.122)	(5.625)	(23.747)
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	17.853	(17.853)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	3.000	600	275	63.626	-	67.501	7.427	74.928
Ajuste de Correção - CPC 23 (Nota 25.5)	-	-	-	(629)	-	(629)	-	(629)
Aumento de capital	65.711	-	-	(65.711)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	22.033	22.033	7.883	29.916
Constituição da reserva Legal	-	1.102	-	-	(1.102)	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	-	(10.687)	-	(10.687)	(4.050)	(14.737)
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	20.931	(20.931)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	68.711	1.702	275	7.530	-	78.218	11.260	89.478

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS - CONTROLADORA E CONSOLIDADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Receita operacional bruta	26	160.933	154.046	267.887	217.485
(-) Deduções da receita bruta		(23.002)	(23.636)	(33.194)	(29.419)
Receita operacional líquida	26	137.931	130.410	234.693	188.066
(-) Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	27	(121.279)	(103.887)	(172.688)	(139.501)
Lucro bruto		16.652	26.523	62.005	48.565
Receitas (despesas) operacionais:					
Comerciais	(80)	(139)	(391)	(177)	
Administrativas	28	(16.854)	(14.294)	(21.217)	(17.863)
Gerais	29	(3.503)	(2.891)	(4.252)	(3.505)
Tributárias		(493)	(559)	(700)	(627)
Outras receitas operacionais		2.423	1.433	2.243	1.071
		(18.507)	(16.450)	(24.317)	(21.101)
Lucro (prejuízo) do exercício antes do resultado das participações societárias		(1.855)	10.073	37.688	27.464
Resultado das participações societárias	12	22.631	9.310	-	(6)
Lucro do exercício antes do resultado financeiro		20.776	19.383	37.688	27.458
Receitas financeiras	30	2.502	2.612	3.550	3.748
(Despesas) financeiras	30	(1.245)	(425)	(1.470)	(635)
Resultado financeiro líquido	30	1.257	2.187	2.080	3.113
Lucro do exercício antes do imposto de renda, da contribuição social e da participação minoritária		22.033	21.570	39.768	30.571
Provisão para imposto de renda	31	-	(2.727)	(7.152)	(6.428)
Provisão para contribuição social	31	-	(990)	(2.700)	(2.433)
Participação minoritária no resultado do exercício		-	-	(7.883)	(3.857)
Lucro líquido do exercício		22.033	17.853	22.033	17.853
Lucro por ação (Em reais)		1,35	22,05	1,35	22,05

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES CONTROLADORA E CONSOLIDADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Controladora/consolidado 2025	Controladora/consolidado 2024
Lucro líquido do exercício	22.033	17.853
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	22.033	17.853

As notas explicativas anexas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - CONTROLADORA E CONSOLIDADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Lucro líquido do exercício	22.033	17.853	22.033	17.853
Ajustes para conciliar o lucro líquido com o caixa gerado pelas atividades operacionais:				
- Depreciações e amortizações	282	550	547	748
- Resultado de equivalência patrimonial em empresas controladas	(22.631)	(9.310)	-	6
- Participação minoritária no patrimônio líquido consolidado	-	-	3.833	(1.768)
- Valor residual do ativo permanente baixado	1.538	325	1.658	404
	1.222	9.418	28.071	17.243
Redução (Aumento) nos ativos operacionais:				
- Contas a receber de clientes	12.545	(9.415)	(9.893)	3.797
- Estoques	(459)	(1.058)	(1.085)	(1.173)
- Impostos a recuperar	(2.968)	(92)	(3.126)	(460)
- Créditos com empresas ligadas	(3.386)	(488)	314	-
- Adiantamentos	(2.722)	(1.968)	(4.608)	(2.997)
- Despesas antecipadas	(277)	(382)	(546)	(608)
- Cauções e depósitos judiciais	777	(253)	749	(276)
Aumento (Redução) nos passivos operacionais:				
- Fornecedores	(10.065)	8.985	(10.426)	8.842
- Obrigações sociais trabalhistas	1.139	823	1.902	1.447
- Obrigações fiscais e tributárias	(2.232)	(467)	1.005	167
- Provisões trabalhistas	1.721	1.055	2.736	1.581
- Adiantamentos de clientes	(1.949)	(2.737)	(1.955)	(2.738)
- Créditos de acionistas	4.943	-	6.393	-
- Parcelamento de impostos e contribuições	(267)	120	78	(4)
- Provisão para contingências	(102)	-	(102)	-
- Outras contas a pagar	10	(333)	(265)	254
	(3.292)	(6.210)	(18.829)	7.832
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(2.070)	3.208	9.242	25.075
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:				
- (Aquisições) baixas de investimentos	9.450	13.025	-	-
- (Aquisições) de ativo imobilizado e intangível	(1.044)	(3.316)	(1.534)	(3.880)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	8.406	9.709	(1.534)	(3.880)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:				
- Empréstimos e financiamentos - Valores líquidos	(450)	4.224	(450)	3.843
- Dividendos e juros sobre o capital próprio	(10.687)	(18.122)	(10.687)	(18.122)
- Ajuste de correção - CPC 23	(629)	1.295	(629)	1.295
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(11.766)	(12.603)	(11.766)	(12.984)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(5.430)	314	(4.058)	8.211
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa:				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	17.605	17.291	29.548	21.337
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	12.175	17.605	25.490	29.548
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(5.430)	314	(4.058)	8.211

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional - 1.1. - Controladora e controladas diretas - A **TSA - Tecnologia de Sistemas de Automação S.A.** é uma Sociedade Anônima de capital fechado, e tem como objeto social: a prestação de serviços de engenharia compreendendo: estudos, projetos, cálculos, supervisão, consultoria, gerenciamento de projetos, suprimentos e implantação de projetos; a prestação de serviços de automação e informática, fornecimento de sistemas (serviços e equipamentos) para instalações indústrias, desenvolvimento e fornecimento de software, comércio e representação de por conta de terceiro de bens e serviços para instalações industriais e importação e exportação de bens e serviços para instalações industriais; fabricação de aparelhos e equipamentos para automação industrial, distribuição e controle de energia elétrica; integração de equipamentos e sistemas industriais; industrialização de insumos e matérias primas para equipamentos de automação industrial e elétricos; montagem e/ou instalação de equipamentos elétricos e de automação industrial; execução de obras de engenharia, diretamente, por administração, empreitada ou subempreitada, incluindo a construção de edificações, montagens industriais e a execução de obras de infraestrutura. Em 31 de dezembro de 2025, as principais participações societárias e suas respectivas áreas de atuação são: **- LYNX Otimização de Processos S.A. -** (**70,00% das quotas representativas do capital social**). A **LYNX Otimização de Processos S.A.** tem sede e foro no município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com objeto social: serviços de otimização de logística e processos industriais; desenvolvimento e licenciamento de softwares; desenvolvimento e comercialização de hardwares; importação de software; importação e comercialização de instrumentos e componentes eletrônicos, treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial relacionado à área de automação. **- TSA Service Ltda. -** (**100,00% das quotas representativas do capital social**) - A **TSA Service Ltda.** tem sede e foro no município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com objeto social de construção e manutenção de estações de redes de distribuição de energia elétrica e de redes de telecomunicações, instalações e manutenção elétrica, construção de redes de transporte por dutos, incluindo minerodutos, incluindo todas as etapas de execução de uma obra, através de contratos por empreitada global, parcial ou administração. As demonstrações financeiras da empresa controlada **TSA Digital Ltda.**, cuja participação acionária da Companhia é de 100% (cem por cento), não foram incluídas para fins de consolidação por apresentar valores irrelevantes de resultados operacionais em 2025 e 2024, bem como de participação societária. **2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas -** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards"IFRS") emitidos pela International Accounting Standards Board "IASB" e interpretações emitidas pela International Financial Reporting Interpretations Committee "IFRIC", implantados no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis "CPC" e suas interpretações "ICPC" e orientações "OCPC", aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários "CVM". As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão consistentes com as práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras, para fins de comparabilidade, com o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

34. Eventos subsequentes - Em 29 de janeiro de 2026, foi realizada AGE - Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas da Companhia, que por unanimidade, deliberaram e aprovaram a distribuição de dividendos a serem pagos até 29 de dezembro de 2028, utilizando a reserva de lucros a realizar.

Maria Virgínia Fróes Schettino Diretora - Presidente
Hudson da Silva Moisés Contador - CRCMG 069132/O3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da TSA - TECNOLOGIA DE SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO S.A. **Belo Horizonte - MG**. **Opinião -** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **TSA - Tecnologia de Sistemas de Automação S.A. ("Companhia")**, identificadas como "Controladora" e "Consolidado", respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos resultados abrangentes e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da TSA - **Tecnologia de Sistemas de Automação S.A. ("Companhia")** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações - financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor -** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas -** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da Companhia e de suas controladas ou atividades de negócios do Grupo TSA para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo TSA e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte - MG, 23 de março de 2026.

PARECER AUDITORES E CONSULTORES S.S.
**CRC - MG 10.656



Número de empregos formais em MG vinha de trajetória de queda, mas em janeiro houve primeiro saldo positivo FOTO: NEXA / ADOBE STOCK

ALMG aprova projeto que cria diretrizes para geração de vagas

% MERCADO DE TRABALHO Atuação do Estado terá foco em segmentos mais vulneráveis, como trabalhadores informais, dentre outros

ANA LUISA SALES

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais aprovou, em definitivo, na última quarta-feira (25), o Projeto de Lei (PL) 3.383/21, que estabelece diretrizes para ações emergenciais de geração de trabalho e renda no Estado. A proposta é de autoria do deputado Celinho Sintrocel (PCdoB).

Durante a tramitação, parlamentares apontaram melhora recente nos indicadores de ocupação no País, mas destacaram que a recuperação do mercado de trabalho ocorre de forma desigual entre diferentes grupos populacionais.

O número de empregos formais em Minas Gerais vinha de uma trajetória de queda, mas, em janeiro deste ano, teve o primeiro saldo positivo em três meses. Na ocasião, foi registrado um superávit de 7.425 vagas, impulsionado pela retomada de setores como indústria e construção civil.

O texto aprovado na ALMG prevê a atuação do Estado com foco em segmentos mais vulneráveis, como trabalhadores informais, pessoas com baixa escolaridade, mulheres, negros, jovens e idosos. A proposta passou por alterações ao longo da tramitação até chegar à versão final aprovada em plenário.

Durante as análises da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária no 1° turno, o colegiado entendeu que o texto original criava despesas sem apresentar estimativa de impacto nem comprovação de compatibilidade com o orçamento do Estado. Segundo o parecer, a previsão de benefícios como auxílio financeiro, cesta básica e seguro de acidentes aos participantes das frentes de trabalho configurava obrigação sem atendimento às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Dessa forma, para corrigir o problema, foi apresentado o substitutivo nº 1, que suprimiu o artigo que detalhava a execução das frentes de trabalho. Com a alteração, o projeto deixou de estabelecer medidas operacionais e passou a se limitar à definição de diretrizes gerais.

Frentes - Entre as diretrizes das ações estabelecidas na norma está a adoção de frentes de trabalho como medida emergencial e assistencial para assegurar trabalho e renda a pessoas em situação de desemprego e vulnerabilidade social no Estado.

Além disso, estão previstos o fortalecimento das ações de qualificação profissional, a intermediação de trabalhadores autônomos, programas de inserção no mercado de trabalho voltados aos públicos prioritários e a articulação entre os setores do governo estadual e os municípios para implementação de medidas emergenciais.

O PL ainda prevê a reserva de vagas de trabalho para pessoas com deficiência e egressos do sistema prisional e o fomento aos municípios para a criação de frentes de trabalho como estratégia de enfrentamento ao desemprego. %

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.

Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal Acesse também através do QR CODE ao lado.

SOCIEDADE DE PARTICIPAÇÃO NO AEROPORTO DE CONFINS S.A.

CNPJ/MF nº 19.604.353/0001-29

Relatório da Administração *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Confins, 26 de março de 2026. A Administração.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2025	2024
Circulante		**205**	**260**
Caixa e equivalentes de caixa	6	37	41
Aplicações financeiras	6	158	213
Tributos a recuperar		7	6
Outras contas a receber		3	-
Total do ativo		**205**	**260**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2025	2024
Circulante		**-**	**1**
Obrigações fiscais federais		-	1
Não circulante		**133.476**	**102.503**
Provisão para passivo a descoberto	8.1	133.476	102.503
Patrimônio líquido	9	**(133.271)**	**(102.244)**
Capital social		474.869	474.869
Prejuízos acumulados		(608.140)	(577.113)
Total do passivo e patrimônio líquido		**205**	**260**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo à descoberto) para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	**474.869**	**(543.756)**	**(68.887)**
Prejuízo do exercício	-	(33.357)	**(33.357)**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**474.869**	**(577.113)**	**(102.244)**
Prejuízo do exercício	-	(31.027)	**(31.027)**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**474.869**	**(608.140)**	**(133.271)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2025	2024
Despesas operacionais			
Despesas gerais administrativas		**(83)**	**(101)**
Serviços		(62)	(64)
Gastos gerais		(21)	(37)
Resultado de equivalência patrimonial	8.1	**(30.973)**	**(33.285)**
Resultado antes do resultado financeiro		**(31.056)**	**(33.386)**
Resultado financeiro	10	29	29
Prejuízo do exercício		**(31.027)**	**(33.357)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	2025	2024
Prejuízo do exercício	(31.027)	(33.357)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**(31.027)**	**(33.357)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	2025	2024
Prejuízo do exercício		**(31.027)**	**(33.357)**
Ajustes por:			
Equivalência patrimonial	8.1	30.973	33.285
Rendimento de aplicação financeira		(24)	(24)
Variações nos ativos e passivos			
Redução (aumento) dos ativos			
Impostos a recuperar		(1)	9
Outras contas a receber		(3)	-
(Aumento) redução dos passivos			
Fornecedores		-	(1)
Pagamentos com imposto de renda e contribuição social		(1)	-
Outras obrigações		-	(1)
Caixa líquido usado nas atividades operacionais		**(83)**	**(89)**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Resgates/Aplicações	6	79	110
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos		**79**	**110**
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa		**(4)**	**21**
Demonstração (da redução) do aumento do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		41	20
No final do exercício		37	41
		(4)	**21**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: O consórcio AeroBrasil, criado pelas empresas Companhia de Participações em Concessões (CPC) (75%), e pela operadora aeroportuária Zurich Airport International AG (25%) controlada pela Flughafen Zurich AG, foi o vencedor da concessão do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, também conhecido como Aeroporto de Confins. Em conformidade com as regras do edital de licitação, as empresas integrantes do Consórcio AeroBrasil constituíram uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), em 21 de janeiro de 2014, denominada Sociedade de Participação no Aeroporto de Confins S.A. (SPAC), na forma de sociedade por ações e de acordo com as leis brasileiras. A Companhia, localizada na cidade de Confins do estado de Minas Gerais, no Aeroporto Internacional Tancredo Neves, Prédio da Administração, Mezanino, Sala B13, posteriormente, e ainda de acordo com as regras do edital de licitação, em 10 de março de 2014, associou-se à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO e, juntas, constituíram, também na forma de uma Sociedade de Propósito Específico - SPE, a empresa Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A. ("BH Airport") que é responsável pela execução do objeto do contrato de concessão do Aeroporto Internacional Tancredo Neves por 30 anos, prorrogáveis por até 5 anos, uma única vez, para fins de recomposição do equilíbrio-financeiro. O contrato de concessão foi assinado no dia 07 de abril de 2014 e a sua eficácia ocorreu no dia 07 de maio de 2014.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC): As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras consolidadas não estão sendo apresentadas pela Companhia de acordo com os requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas por enquadrar-se no item 4A desse Pronunciamento. Além disso, sua controladora direta Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A. já apresenta demonstrações consolidadas. Em 26 de março de 2026, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. **Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas notas explicativas: 10. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo: premissas para mensuração do valor justo, com base em dados observáveis. **3. Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais descritas têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1. Investimentos:** Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controlada. **Controladas:** A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. **3.2. Instrumentos financeiros: Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento: Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando: • os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou • transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: • substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou • a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.3. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo. Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação. **Aplicações financeiras:** Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados. **3.4. Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. **3.5. Adoção inicial de normas novas e alterações:** A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2025, novas normas que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2025: • Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. **3.6. Novas normas ainda não efetivas:** Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2025 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. **Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O CPC 51 substituirá o CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'. **Outras Normas Contábeis:** A seguinte norma alterada não deverá ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros. **3.7. Reforma tributária:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, baseada no modelo de IVA Dual: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS - Federal) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS - Subnacional). Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025 (originada do PLP 68/2024), regulamentando os principais dispositivos do novo regime e do Imposto Seletivo (IS). A transição para o novo sistema ocorrerá entre 2026 e 2032. Dada a atual fase de transição e a dependência de definições infralegais, os efeitos quantitativos da Reforma na apuração dos tributos ainda não podem ser estimados com precisão. Consequentemente, não houve impactos mensuráveis nestas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025. A Administração ressalta que o contrato de concessão operado pela Companhia prevê cláusulas de reequilíbrio econômico-financeiro, diferente de impostos sobre a renda. Dessa forma, eventuais aumentos nos custos tributários decorrentes da transição deverão ser objeto de reequilíbrio econômico-financeiro.

4. Determinação dos valores justos: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. • Caixa e bancos: Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata. • Aplicações financeiras: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. • Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg). Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

5. Gerenciamento de riscos financeiros: 5.1. Visão Geral: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; e c) Risco financeiro e liquidez. A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nºs 6 e 11. **b) Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento das perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nºs 6 e 11. As tarifas da Companhia são reajustadas por índices de inflação. **c) Risco financeiro e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui passivo à descoberto de R$ (133.476) substancialmente composto pelo reflexo dos investimentos, detalhado na nota explicativa n.º 8. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade. Em vista do exposto, apesar do saldo do Passivo Circulante superior ao Ativo Circulante e apuração de sucessivos prejuízos nos últimos exercícios, situação que poderia levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia, as informações contábeis anuais foram elaboradas levando em consideração o pressuposto de continuidade e, portanto, elas devem ser lidas nesse contexto.

6. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa	2025	2024
Caixa e bancos	8	11
Aplicações financeiras enquadradas como equivalentes de caixa (a)	29	30
Total	**37**	**41**

Aplicações financeiras	2025	2024
Circulante	**158**	**213**
Aplicações financeiras (a)	158	213
Total	**158**	**213**

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,19% do CDI, equivalente a 14,20% a.a., em 31 de dezembro de 2025 (95,14% do CDI, equivalente a 10,35% a.a, em média, em 31 de dezembro de 2024). (a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo.

7. Partes relacionadas: O saldo de ativo em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia e outras partes relacionadas.

	2025		2024	
Saldos	**Outras partes relacionadas**	**Total**	**Outras partes relacionadas**	**Total**
Ativo	**8**	**8**	**11**	**11**
Bancos conta movimento	8	**8**	11	**11**

8. Investimentos: 8.1. Composição da provisão para passivo a descoberto

Controlada	Atividade principal	% de participação em 31/12/2025	provisão para passivo a descoberto 2025	provisão para passivo a descoberto 2024	Resultado da equivalência patrimonial 2025	Resultado da equivalência patrimonial 2024
BH Airport	Serviços	51	(133.476)	(102.503)	(30.973)	(33.285)
Total			**(133.476)**	**(102.503)**	**(30.973)**	**(33.285)**

8.2. Movimentação do passivo a descoberto

	2025	2024
Saldos em 1º de janeiro	**(102.503)**	**(69.218)**
Resultado de equivalência patrimonial	(30.973)	(33.285)
Saldos em 31 de dezembro	**(133.476)**	**(102.503)**

8.3. Informações financeiras resumidas da controlada

	2025			2024			2025		2024	
Controlada	Ativo circulante e não circulante	Passivo circulante e não circulante	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Ativo circulante e não circulante	Passivo circulante e não circulante	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Total das receitas brutas do exercício	Prejuízo do exercício	Total das receitas brutas do exercício	Prejuízo do exercício
BH Airport	3.055.111	(3.316.830)	(261.719)	2.998.104	(3.199.092)	(200.988)	617.174	(60.731)	513.449	(65.265)
Total	**3.055.111**	**(3.316.830)**	**(261.719)**	**2.998.104**	**(3.199.092)**	**(200.988)**	**617.174**	**(60.731)**	**513.449**	**(65.265)**

9. Patrimônio líquido: 9.1. Capital social: O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 474.869, composto por 474.868.636 ações ordinárias e sem valor nominal, conforme abaixo:

	Participação acionária	2025 Quotas integralizadas	2024 Quotas integralizadas
Companhia de Participações em Concessões	75%	356.151.477	356.151.477
Zurich Airport Internacional AG	25%	118.717.159	118.717.159
Total geral		**474.868.636**	**474.868.636**

10. Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras	**29**	**29**
Rendimento sobre aplicações financeiras	28	28
Juros e outras receitas financeiras	1	1
Resultado financeiro líquido	**29**	**29**

11. Instrumentos financeiros: 11.1. Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo: A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo o seu nível na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Nível	2025	2024
Ativos		**195**	**254**
Valor justo através do resultado		**195**	**254**
Caixa e bancos	Nível 2	8	11
Aplicações financeiras	Nível 2	187	243
Total		**195**	**254**

11.2. Análise de sensibilidade: As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável. **11.2.1. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre o contrato de aplicação financeira com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2026 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

		Efeito em R$ no resultado		
Risco	Exposição em R$ (3) (4)	Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
CDI	189	28	21	14
Efeito sobre as aplicações financeiras		**28**	**21**	**14**
Total do efeito líquido de ganho		**28**	**21**	**14**
A taxa de juros considerada foi (1):	CDI (2)	14,9000%	11,1750%	7,4500%

(1) A taxa apresentada acima serviu como base para o cálculo, sendo a mesma utilizada nos 12 meses do cálculo: Nos itens (2) a (4) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção da taxa do cenário provável: (2) Taxa de 31/12/2025, divulgada pela B3; (3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação, e não consideram os saldos de juros em 31/12/2025, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e (4) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação do fator de risco (CDI).

Composição do Conselho de Administração

Monique Henriques Barbato de Souza	Presidente
Johann Georg Erwin Gigl	Membro Efetivo
Marcos Brandão	Membro Efetivo
Marcus Vinícius Vieira Macedo	Membro Efetivo
Roberto Penna Chaves Neto	Membro Efetivo
Waldo Edwin Pérez Leskovar	Membro Efetivo

Composição da Diretoria

Waldo Edwin Pérez Leskovar	Diretor-Presidente
Marcus Vinícius Vieira Macedo	Diretor

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190868/O-0 "S" MG

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos acionistas e administradores da
Sociedade de Participação no Aeroporto de Confins S.A.
Confins - MG

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Sociedade de Participação no Aeroporto de Confins S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Sociedade de Participação no Aeroporto de Confins S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conform

ONS avalia acionar plano emergencial na Semana Santa

% SETOR ELÉTRICO Operador vai monitorar comportamento da carga de energia durante feriado prolongado

São Paulo - O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) vai monitorar o comportamento da carga de energia ao longo da Semana Santa, diante do risco de que o consumo de eletricidade caia a níveis mínimos, que exijam o acionamento do Plano Emergencial de Gestão de Excedentes de Energia, disseram no período da tarde de ontem técnicos da instituição, durante reunião do Programa Mensal de Operação (PMO) para o mês de abril.

Esse plano, elaborado no ano passado, mas que até agora nunca foi acionado, prevê a possibilidade de cortes de geração (*curtailment,* no jargão setorial) de usinas "Tipo III", ou seja, usinas que não são operadas pelo ONS, pois são conectadas diretamente nas distribuidoras, como Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), usinas a biomassa, eólicas e solares de pequeno porte.

O plano foi elaborado após ONS ter chegado muito próximo de seu limite operativo para conter o excesso de energia no Sistema Interligado Nacional (SIN) em 10 de agosto, Dia dos Pais. Naquela ocasião, havia baixa demanda por eletricidade combinada com boa condição de geração renovável, fazendo com que a oferta superasse significativamente o consumo, em especial no meio do dia, quando a geração solar é mais intensa. Isso exigiu intervenções operacionais severas por parte do ONS, que chegou a cortar 98,5% do potencial de geração das fontes eólica e solar centralizadas para manter o equilíbrio do sistema.

A situação acendeu o alerta no ONS sobre a possibilidade de ficar sem mecanismos suficientes para conter o excesso de geração no sistema, o que poderia provocar uma sobrecarga na rede nacional, com a consequente falha no fornecimento de eletricidade no País. Por isso, trabalhou junto às demais autoridades setoriais e empresas de energia para estabelecer um plano emergencial.

Durante as festas de fim de ano, o Operador acendeu o sinal amarelo para um possível acionamento do plano, mas a medida não foi tomada.

Segundo técnicos do ONS, tem-se observado carga mínima reduzida aos domingos, por isso será feito um acompanhamento maior seja na próxima semana, quando haverá o feriado de Páscoa, seja nas semanas seguintes de abril e maio. **(Estadão Conteúdo) %**

"Segundo técnicos do ONS, tem-se observado carga mínima reduzida aos domingos, por isso será feito um acompanhamento maior no feriado de Páscoa (...)"

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.

Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal Acesse também através do QR CODE ao lado.

RCS SOLUÇÕES MÉDICAS S/A

CNPJ nº 17.836.262/0001-93 - NIRE – JUCEMG Nº 31300133702

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2025

ATIVO (EM R$)

	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE	24.288	21.968
Disponibilidades	9.852	12.383
Caixa Geral	14	-
Bancos Conta Movimento	6	16
Valores Mobiliários-Aplic. Financeiras	9.832	12.367
Créditos Realizáveis a Curto Prazo	14.414	9.569
Duplicatas a Receber	3.294	905
Tributos a Recuperar/Compensar	5.992	4.710
Créditos de Funcionários	8	3
Outros Créditos	5.120	3.951
Despesas do Exercício Seguinte	23	16
Despesas do Exercício Seguinte	23	16
ATIVO NÃO CIRCULANTE	10.806	11.124
Realizável a Longo Prazo	2.432	2.305
Créditos e Valores	963	845
Valores Mobiliários - No País	17	17
Créditos em Contencioso	1.424	1.415
Despesas Pagas Antecipadamente-Longo P.	27	27
Investimentos	99	20
Partic. Permanentes em Sociedades no País	99	20
Imobilizado	137	661
Imobilizado - Aquisição	692	1.165
(-) Depreciação Acumulada	(551)	(500)
(-) Amortização Acumulada	(3)	(3)
Intangível	8.138	8.138
Ativos Intangíveis	8.158	8.158
(-) Amortização Acumulada	(20)	(20)
ATIVO	35.095	33.092

PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO (EM R$)

	31/12/2025	31/12/2024
PASSIVO CIRCULANTE	7.499	8.099
Fornecedores	3.471	3.991
Fornecedores no País	3.471	3.991
Contas a Pagar	3	20
Adiantamento de Clientes no País	3	20
Empréstimo e Financiamento	1.944	2.362
Empréstimo ou Financiamento no País	1.944	2.362
Obrigações Trabalhistas	328	324
Benefícios e Encargos Sociais	328	324
Obrigações Tributárias	1.749	1.390
Obrigações Fiscais Circulante	1.749	1.390
Outras Obrigações	5	11
Cartão de Crédito Empresarial	5	-
Outras Contas a Pagar - Matriz	-	11
Passivo Não Circulante	7.387	10.565
Exgível a Longo Prazo	7.387	10.565
Empréstimo e Financiamento no País	1.068	3.122
Fornecedores no País	586	586
Outras Obrigações - Longo Prazo	5.733	6.857
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20.208	14.429
Capital Social	5.000	482
Reserva de Lucros	7.071	5.809
Reserva de Lucros	7.071	5.809
Ajuste de Avaliação Patrimonial	8.137	8.137
Ajuste de Avaliação Patrimonial	8.137	8.137
PASSIVO	35.095	33.092

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)

	Capital Social	Reserva de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Resultado do Exercício	Total
Saldas em 31 dezembro de 2023	482	2.147	8.137	-	10.766
Lucro liquido do exercicio	-	-	-	4.052	4.052
Destinação do Lucro	-	4.052	-	(4.052)	-
Distribuição de Lucros	-	(390)	-	-	(390)
Constituição de Reservas	-	-	-	-	-
Saldos em 31 dezembro de 2024	482	5.809	8.137	-	14.429
Ajustes	-	22	-	-	22
Aumento de Capital c/Lucros	4.518	(4.518)	-	-	-
Lucro liquido do exercício	-	-	-	6.033	6.033
Destinação do Lucro	-	6.033	-	(6.033)	-
Distribuição de Lucros	-	(276)	-	-	(276)
Constituição de Reserva Legal	-	(302)	-	302	-
Saldos em 31 dezembro de 2025	5.000	6.769	8.137	302	20.208

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

1 - CONTEXTO OPERACIONAL - A empresa RCS SOLUCOES MEDICAS S/A, iniciou suas atividades em 27/02/2013 e tem por objetivo social a atividade de prestação de serviços médicos; serviços médicos ambulatoriais; serviços de telemedicina e telesaúde; serviços de apoio e gestão de saúde; consultas e tratamento odontológico, de qualquer tipo, prestadas a pacientes em clínicas e consultórios odontológicos, em hospitais, em clínicas de empresas, bem como, no domicilio do paciente; serviços de práticas integrativas e complementares em saúde humana; participação em outras sociedades, como quotista e/ou acionista; desenvolvimento de software e implementação de projetos de desenvolvimento, planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa de serviços médicos e serviços de teleatendimento.

2 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - As Demonstrações Financeiras são elaboradas em obediência aos preceitos da Legislação Comercial e nas normas previstas na NBC TG 1000; e aos Princípios de Contabilidade. As principais práticas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes: (a) Apuração do Resultado: o reconhecimento das despesas e receitas se dá pelo regime contábil de competência e o regime tributário adotado é o Lucro Real. (b) Caixa e Equivalentes de caixa: compreendem os saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras. (c) Créditos a receber: são apresentados ao valor líquido de realização, acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. (d) Ativo Imobilizado: é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada que se inicia quando os bens estão prontos para utilização. A empresa utiliza o método linear de depreciação definida com base na vida útil estimada de cada ativo e na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto terrenos que não são depreciados. A estimativa de vida útil é demonstrada a seguir.

Descrição	Vida Útil (Anos)
Máquinas, Equipamentos e Instalações Industriais	10 anos
Móveis, Utensílios e Instalações Comerciais	10 anos
Veículos	5 anos
Computadores e Periféricos	5 anos
Ferramentas e Aparelhos	5 anos
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	3 anos
Máquinas e Equipamentos – 20%	5 anos
Telefones e Aparelhos – 20%	5 anos

(e) Ativo Intangível: são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. (f) Passivo Circulante e não Circulante: são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. (g) As alterações no Patrimônio Líquido são decorrentes da apuração do resultado do próprio exercício, o Aumento de Capital e constituição da Reserva Legal foram deliberados na AGE de 22 de dezembro de 2025 e do Ajuste de Avaliação Patrimonial aprovado pela AGE de 1º de Dezembro de 2022 registrada na JUCEMG sob o nº 9840927, com base em Laudo Técnico próprio, distribuição de resultado aos sócios. Desta forma a empresa não possui nenhum outro item de resultado abrangente nos períodos para os quais as demonstrações contábeis são apresentadas: neste caso será apresentada a Demonstração de Resultados, Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido em substituição à Demonstração de Resultado Abrangente.

3 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (a) Capital Social: O capital social representado em 31 de dezembro de 2025 é de R$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), representado em ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional. O preço de emissão é o valor unitário de 1,00 (Hum Real). (b) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22/12/2025, foi aprovado o aumento de capital no montante de R$4.517.600,00 (quatro milhões, quinhentos e dezessete mil e seiscentos reais), mediante capitalização de lucros/reservas de lucros, sem emissão de novas ações. (c) Reserva de Lucros: De acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, a Companhia destinou 5% do lucro líquido do exercício de 2025, no montante de R$301.648,35 (trezentos e um, seiscentos e quarenta e oito reais e trinta e cinco centavos), para constituição da Reserva Legal, até o limite de 20% do capital social. (d) Ajuste de Avaliação Patrimonial: Em 30 de novembro de 2022 foi registrado no Patrimônio Líquido o valor de R$8.137.325,32 (Oito milhões, cento e trinta e sete mil, trezentos e vinte e cinco reais e trinta e dois centavos) aprovado, pela AGE de 1º de Dezembro de 2022, registrada na JUCEMG sob o nº 9840927, com base em Laudo Técnico próprio. (c) Demais contas: o Patrimônio Líquido em 31/12/2025 está demonstrado a seguir:

PATRIMONIO LÍQUIDO	R$ 20.207.841,37
CAPITAL SOCIAL	R$ 5.000.000,00
RESERVA LEGAL	R$ 398.128,35
RESERVA DE LUCROS	R$ 6.672.387,74
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	R$ 8.137.325,32

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31/12/2025
(EM MILHARES DE REAIS)

	EM 2025	EM 2024
Receita Operacional Bruta	274.816	236.567
Receita de Serviços Prestados	274.816	236.567
(-) Deduções da Receita Bruta	(31.128)	(27.225)
(-) Impostos Incidentes sobre Serviços	(31.128)	(27.225)
Receita Líquida	243.688	209.342
(-) Custo dos Serviços Prestados	(216.755)	(185.642
(-) Custo dos Serviços Prestados	(216.755)	(185.642)
Lucro Bruto	26.932	23.700
(-) Despesas Operacionais	(17.499)	(16.572)
(-) Despesas Administrativas	(17.474)	(16.341)
(-) Despesas Tributárias	(104)	(163)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	78	(68)
Resultado Operacional	9.434	7.128
(+/-) Resultado Financeiro	(2)	(643)
(+) Receita financeira	1.118	680
(-) Despesa financeira	(1.120)	(1.323)
Resultado antes do IR e da CSLL	9.431	6.485
(-) Provisão para Pgto. de IR e CSLL	(3.399)	(2.433)
(-) Imposto de Renda	(2.476)	(1.773)
(-) Contribuição Social	(922)	(660)
Resultado Líquido do Exercício	6.033	4.052

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	6.033	4.052
Ajustes para conciliar o Lucro ao Caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	50	91
Juros incorridos	8	(187)
Despesas financiamentos apropriadas	183	869
Despesas processos depósito judicial	-	81
Outras perdas	47	252
Equivalência patrimonial	(79)	81
Outras receitas operacionais	(28)	6
	6.215	5.245
Aumento/(redução) nos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	(2.389)	205
Adiantamentos diversos	137	-
Outros ativos	(1.414)	(2.268)
Despesas Antecipadas	(6)	4
	(3.672)	(2.059)
Aumento/(redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	521	(764)
Imposto de Renda e Contribuição Social	80	(151)
Outras obrigações tributárias	279	(40)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	21	73
Provisões de Férias	(18)	79
Ajustes de Exercícios Anteriores		
Outros passivos	(1.148)	(1.474)
	(265)	(2.277)
Caixa líquido das atividades operacionais	2.278	909
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens para o imobilizado e intangível	473	(506)
Aquisições de investimentos líquidos das transações	(2.535)	2.243
Caixa líquido das atividades de investimentos	(2.062)	1.737
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos, líquidos das transações.	(2.471)	30
Reversão/Distribuição de lucros	(276)	(390)
Caixa líquido gerado/(aplicado) nas atividades de financiamentos	(2.747)	(360)
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	(2.531)	2.286
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	12.383	10.097
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	9.852	12.383
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	(2.531)	2.286

Barbara Lorene Alvarenga - Diretora Administrativo
Vicente Eustáquio Mascarenhas - Diretor Financeiro

Contabilidade José Flávio Fonseca Ltda CRC- MG 6356
Lucas Bruschi Andrade Fonseca - CRC-MG 119000/O-9

SANKYU

CNPJ 43.211.325/0001-26

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em reais - R$)

ATIVOS	Nota explic.	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	3	39.662.938	55.550.062
Aplicações financeiras	4	3.502.078	13.885.335
Contas a receber de clientes	5	61.862.585	46.774.122
Impostos e contribuições a recuperar	6	1.768.112	9.039.392
Outros ativos circulantes		5.296.082	5.178.577
Total dos ativos circulantes		112.091.795	130.427.488
NÃO CIRCULANTES			
Contas a receber de clientes	5	352.887	352.887
Depósitos judiciais	12	28.165.619	16.418.662
Impostos e contribuições a recuperar	6	6.529.285	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	27.306.305	34.219.484
Outros ativos não circulantes		142.100	134.300
Investimentos	7	54.558.962	48.700.345
Imobilizado	8	17.072.502	15.193.720
Direito de uso		67.037	55.032
Intangível	9	286.661	238.705
Total dos ativos não circulantes		134.481.358	115.313.136
TOTAL DOS ATIVOS		246.573.153	245.740.624

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explic.	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTES			
Fornecedores	19	4.293.053	5.637.032
Salários e obrigações sociais	10	14.695.694	17.631.219
Impostos a recolher	11	4.026.836	3.315.110
Dividendos mínimos obrigatórios		-	1.614.980
Arrendamento		67.037	55.032
Outras contas a pagar		4.777.571	4.434.227
Total dos passivos circulantes		27.860.191	32.687.600
NÃO CIRCULANTES			
Provisões para riscos	12	15.444.703	11.008.715
Fornecedores	19	400.000	800.000
Total dos passivos não circulantes		15.844.704	11.808.715
Total dos passivos		43.704.894	44.496.315
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13		
Capital social		174.366.750	174.366.750
Reservas de capital		550.433	550.433
Ajustes de avaliação patrimonial		(46.728.566)	(50.595.253)
Reservas de lucros		74.679.642	76.922.379
Total do patrimônio líquido		202.868.259	201.244.308
Total dos Passivos e do Patrimônio Líquido		246.573.153	245.740.624

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Pezados Acionista: Dando cumprimento às Determinações Legais, temos o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Colocamo-nos à interia disposição de V.Sas., para os esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários. Belo Horizonte, 17 de março de 2026.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em reais - R$)

	Nota explic.	31/12/2025	31/12/2024
Receita Líquida	14	180.705.065	168.800.160
Custos dos Serviços Prestados	15	(173.387.958)	(166.144.370)
Lucro Bruto		7.317.107	2.655.790
Receitas (Despesas) Operacionais			
Gerais e administrativas	15	(18.628.876)	(14.268.688)
Outras receitas operacionais, líquidas	15	4.488.088	7.535.594
Prejuízo Antes do Resultado Financeiro		(6.823.680)	(4.077.304)
Receitas financeiras	16	12.004.787	11.084.972
Despesas financeiras	16	(398.112)	(867.751)
	16	11.606.675	10.217.222
Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		4.782.994	6.139.917
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Corrente	18	(2.104.481)	-
Diferido	18	(4.921.249)	320.004
		(7.025.730)	320.004
Lucro (Prejuízo) do Exercício		(2.242.736)	6.459.921
Quantidade de Ações		24.370.316	24.370.316
Ordinárias		19.015.465	19.015.465
Preferenciais		5.354.851	5.354.851
Lucro (Prejuízo) Líquido Básico Diluído Por Ação		(0,0921)	0,2746

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em reais - R$)

	Nota explic.	31/12/2025	31/12/2024
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício		(2.242.736)	6.459.921
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a apuração do resultado:			
Ajuste a valor justo de ações	7	3.866.687	(23.442.497)
Resultado Abrangente Total do Exercício		1.623.951	(16.982.576)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Valores expressos em reais - R$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de capital: Para futuro aumento de capital	Reservas de capital: Doações e subvenções para investimentos	Reservas de lucros: Lucros	Reservas de lucros: Legal	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		171.107.448	3.259.302	550.433	69.100.432	2.977.005	(27.152.756)	-	219.841.864
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	6.459.921	6.459.921
Destinação do resultado o exercício	13.d)	-	-	-	-	322.996	-	(322.996)	-
Ajuste de avaliação patrimonial	7	-	-	-	-	-	(23.442.497)	-	(23.442.497)
Dividendos	13.d)	-	-	-	-	-	-	(1.614.980)	(1.614.980)
Aumento de capital	13.b)	3.259.302	(3.259.302)	-	-	-	-	-	-
Transferência para reserva de lucros	13.d)	-	-	-	4.521.945	-	-	(4.521.945)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		174.366.750	-	550.433	73.622.377	3.300.001	(50.595.253)	-	201.244.308
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	(2.242.736)	(2.242.736)
Ajuste de avaliação patrimonial	7	-	-	-	-	-	3.866.687	-	3.866.687
Transferência para reserva de lucros	13.c)	-	-	-	(2.242.736)	-	-	2.242.736	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		174.366.750	-	550.433	71.379.641	3.300.001	(46.728.566)	-	202.868.259

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Valores expressos em reais - R$)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Nota explic.	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		4.782.994	6.139.918
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação/amortização do imobilizado e do intangível	8, 9 e 15	4.531.834	3.616.656
Amortização direito de uso arrendamento		12.005	62.963
Resultado na alienação de ativo imobilizado	15	(2.895.163)	(626.083)
Juros e variação cambial entre controladora e controlada	17	571.368	(570.806)
Dividendos e JCP - investimento a valor justo		-	(2.355.791)
Provisão para riscos e atualização monetária	12	7.616.312	4.500.279
		14.619.350	10.767.136
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes		(15.088.463)	19.675.398
Impostos e contribuições a recuperar		(4.717.569)	(802.358)
Depósitos judiciais		(11.746.957)	(8.588.798)
Outros ativos circulantes e não circulantes		(125.305)	355.667
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(1.988.736)	732.198
Salários e obrigações sociais		(2.935.525)	2.966.421
Impostos a recolher		4.452.213	(4.757.550)
Outros passivos		(228.024)	1.392.015
Pagamento de provisão para riscos	12	(3.180.324)	(7.438.832)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) nas atividades operacionais		(20.939.339)	14.301.297
Pagamento de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro		(385.)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) nas atividades operacionais		(21.324.742)	14.301.297
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Aplicações financeiras		10.383.257	(2.557.246)
Adições ao imobilizado e intangível	8 e 9	(6.413.826)	(5.731.154)
Recebimento dos dividendos e JCP - investimento a valor justo	16	-	2.355.791
Caixa recebido na alienação de ativos		3.095.172	775.000
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		7.064.603	(5.157.609)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Pagamento de arrendamento		(12.005)	(62.963)
Dividendos pagos a controlador	13	(1.614.980)	(1.614.980)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(1.626.985)	(1.677.943)
Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa		(15.887.124)	7.465.745
Caixa e Equivalentes de Caixa			
No início do exercício	3	55.550.062	48.084.317
No fim do exercício	3	39.662.938	55.550.062
Aumento (Redução) doSaldo de Caixa e Equivalentes de Caixa		(15.887.124)	7.465.745

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis e encontram-se disponíveis tanto na sede da companhia como na plataforma digital deste jornal em www.diariodocomercio.com.br.

Diretor Presidente:	Junji Shibata
Diretor Financeiro:	Shinsaku Koga
Diretor de Produção:	Carlos Takayuki Ito
Diretor de Produção:	Mamoru Miyata
Diretor sem Designação Especial:	Tatsuya Hirose
Gerente Geral:	Rayton Fernandes
Contador:	Carlos A. P. Gonçalves - (CRC/MG 065.489/O-4)

Companhia Brasileira de Planos Funerários S.A.

CNPJ/MF 26.366.052/0001-70

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	39.356	48.541	80.508	105.203
Contas a receber de clientes	6	13.214	10.987	55.379	49.430
Estoques	7	-	-	14.892	15.323
Impostos a recuperar		2.612	2.031	9.340	8.003
Outros ativos	8	3.204	3.352	15.958	7.562
Total do ativo circulante		58.386	64.911	176.077	185.521
Ativo não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber de clientes	6	-	-	20.569	19.571
Instrumentos financeiros derivativos	31	759	1.126	759	1.126
Ativo indenizatório	28	19.932	36.206	36.659	65.496
Impostos diferidos	29	-	-	64.754	61.268
Partes relacionadas	28	178.423	315.496	2.502	1.026
Outros ativos	8	5.813	7.805	9.204	10.921
		204.927	360.633	134.447	159.408
Investimentos	9	796.864	651.483	47.726	42.342
Ativo imobilizado	10	5.276	2.380	426.311	419.712
Ativo intangível	11	464.955	475.495	868.001	880.521
Direito de uso	12	-	-	68.467	37.573
Total do ativo não circulante		1.472.022	1.489.991	1.544.952	1.539.556
Total do ativo		1.530.408	1.554.902	1.721.029	1.725.077

Passivo	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Passivo circulante					
Fornecedores	13	6.006	6.363	17.380	17.159
Obrigações sociais e trabalhistas	14	12.950	11.250	37.041	34.625
Obrigações tributárias	15	3.889	4.193	12.398	12.640
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	-	5.117	5.073
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	38.940	86.579	38.940	86.579
Contas a pagar por aquisições de empresas	17	143	174	1.795	2.380
Adiantamento de clientes	18	88.605	76.461	88.605	76.461
Retenções contratuais	19	2.954	3.765	5.340	6.323
Benefícios a empregados	22	790	418	790	418
Passivo de arrendamento	12	-	-	19.144	6.209
Provisão para construção de jazigos	21	-	-	6.762	6.588
Dividendos a pagar	23 (d)	55.984	-	55.984	-
Outros passivos		11.320	7.295	15.006	9.860
Total do passivo circulante		221.581	196.498	304.302	264.315
Passivo não circulante					
Obrigações tributárias	15	327	555	1.324	1.768
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	139.908	150.457	139.908	150.457
Contas a pagar de aquisições de empresas	17	-	130	10.208	12.488
Retenções contratuais	19	1.492	4.832	4.280	10.490
Provisões para contingências	20	22.650	37.924	44.873	69.614
Benefícios a empregados	22	3.342	2.341	3.342	2.341
Passivo de arrendamento	12	-	-	55.438	36.241
Provisão para perda em investimentos	9	45	1.401	-	306
Partes relacionadas	28	-	-	3.818	1.553
Impostos diferidos	29	25.075	16.334	37.446	29.245
Outros passivos		4.804	160	4.906	1.989
Total passivo não circulante		197.643	214.134	305.543	316.492
Total do passivo		419.224	410.632	609.845	580.807
Patrimônio líquido					
Capital social	23 (a)	908.640	908.640	908.640	908.640
Ações em tesouraria	23 (a)	(19.758)	(14.097)	(19.758)	(14.097)
Reserva de capital	23 (b)	215.101	215.101	215.101	215.101
Reserva de lucros	23 (c)	7.201	34.626	7.201	34.626
Total do patrimônio líquido		1.111.184	1.144.270	1.111.184	1.144.270
Total do passivo e patrimônio líquido		1.530.408	1.554.902	1.721.029	1.725.077

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	Capital Social	Capital social: Custo na emissão de ações	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de retenção de lucros	Resultados acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023		919.394	(10.754)	(6.731)	217.775	2.099	32.120	-	1.153.903
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	41.830	41.830
Constituição de reserva legal	23(c)	-	-	-	-	2.092	-	(2.092)	-
Destinação para reserva de lucros	23(d)	-	-	-	-	-	30.435	(30.435)	-
Dividendos aprovados							(32.120)	(9.303)	(41.423)
Recompra de ações	23(a)	-	-	(22.367)	-	-	-	-	(22.367)
Entrega de ações em tesouraria	23(a)	-	-	15.001	(2.674)	-	-	-	12.327
Saldo em 31 de dezembro de 2024		919.394	(10.754)	(14.097)	215.101	4.191	30.435	-	1.144.270
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	58.310	58.310
Constituição de reserva legal	23(c)	-	-	-	-	2.915	-	(2.915)	-
Dividendos aprovados	23(d)	-	-	-	-	-	(30.435)	(55.300)	(85.735)
Recompra de ações	23(a)	-	-	(5.661)	-	-	-	-	(5.661)
Entrega de ações em tesouraria	23(a)	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação para reserva de lucros	23(c)	-	-	-	-	-

Distribuidoras subiram diesel mesmo com queda nos custos

Brasília - As fiscalizações sobre a alta abrupta do preço do diesel ocorrida entre o fim de fevereiro e início de março revelam que distribuidoras do combustível chegaram a vender o produto com alta de até R$ 1,75 por litro, mesmo quando seus custos permaneceram estáveis ou até caíram no mesmo período.A reportagem teve acesso a autos de infração que foram aplicados pela ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) em quatro distribuidoras, a Ipiranga, a ALE (Alesat), a SIM e a Nexta, as duas últimas controladas pelo Grupo Agenta.

O trabalho realizado em parceria com a Senacon (Secretaria Nacional do Consumidor) e a Polícia Federal se concentrou no período de 24 de fevereiro a 19 de março. Procuradas, as empresas afirmam que os dados não refletem todas as variáveis que mexem com valor repassado aos postos.

A Ipiranga foi alvo de duas autuações. Em Brasília, documentos colhidos pela fiscalização apontam que o custo do diesel pago pela empresa praticamente não se alterou nas semanas avaliadas, com alta de apenas R$ 0,0019 por litro no diesel tipo S10 e até queda de R$ 0,0399 no tipo S500. Os preços repassados pela empresa, porém, subiram R$ 0,8959 e R$ 0,8170, respectivamente.

Na base da empresa em São Caetano do Sul (SP), o cenário se repetiu. O custo do diesel poderia ter caído R$ 0,1171 por litro, acompanhando a redução do gasto registrado pela empresa. O valor que cobrou, no entanto, teve alta R$ 0,8825 por litro.

Um dos casos mais extremos encontrados pela fiscalização, segundo os autos de infração, é da Nexta Distribuidora, controlada pelo Grupo Agenta. A empresa registrou aumento de apenas R$ 0,0172 por litro no custo do diesel, mas elevou o preço de venda em R$ 1,75 por litro no mesmo período.

A SIM Distribuidora, que também é controlada pelo Grupo Agenta, apresentou documentos que apontam que o preço do diesel poderia ter caído R$ 0,0726 por litro, acompanhando o custo que a empresa teve com o combustível. O preço que ela aplicou no mercado, porém, subiu R$ 0,9012, ou seja, um aumento de margem de R$ 0,97 por litro.

Já na Alesat, dona da marca ALE, o custo do diesel para a empresa caiu R$ 0,0186 por litro, enquanto o preço de venda que ela praticou subiu R$ 1,1430 por litro. O reajuste levou a um aumento de margem de R$ 1,16 por litro, um dos mais elevados entre os casos analisados.

Como mostrou a Folha de S.Paulo, na última terça-feira (24), a Vibra Energia, antiga BR Distribuidora e ex-controlada da Petrobras, também foi autuada pela ANP após elevar o preço do diesel em cerca de R$ 1,06 por litro, enquanto seu custo subiu R$ 0,03 no período. A diferença, de cerca de 35 vezes, foi considerada um forte indício de prática abusiva. A empresa nega irregularidades.

Para os fiscais, a variação de todos esses preços não está distante de qualquer proporcionalidade com os custos dos insumos que as próprias empresas registram no período avaliado, ou seja, não havia ali nenhum efeito prático da crise internacional causada pela guerra no Oriente Médio, tampouco reflexo da alta dos preços da Petrobras ou dos subsídios e corte de impostos anunciados pelo governo federal.

Em todos os casos, a ANP comparou notas fiscais de entrada, que refletem o custo de aquisição dos combustíveis, com notas fiscais de saída, que indicam o preço praticado na venda para postos. Em todos os casos analisados, a conclusão técnica é de que houve descolamento generalizado entre o custo à distribuidora e seu preço de venda. **(André Borges e Marcos Hermanson/Folhapress) %**

Empresas autuadas se defendem

Por meio de nota, a Ipiranga declarou que "está comprometida com o abastecimento do mercado brasileiro e tem dedicado maiores esforços na importação de produtos, cujo custo subiu muito e abruptamente dado o cenário geopolítico". "A empresa possui processos robustos de governança e reitera seu compromisso com a transparência, lafirmou.

A SIM Distribuidora declarou que "tem ciência da fiscalização e que o tema está sendo tratado no referido procedimento, com a companhia reunindo os elementos necessários para apresentar sua manifestação técnica nos autos, em colaboração transparente" com as autoridades competentes. "A empresa reafirma que suas práticas comerciais seguem rigorosamente a legislação", disse.

A Nexta declarou que "atua em um mercado aberto, competitivo e sujeito a oscilações permanentes, no qual a formação de preços envolve um conjunto amplo de variáveis, e não apenas a leitura pontual de um único fator de custo. "A companhia ressalta que a análise em questão é parcial e amostral, ou seja, desconsidera esse ambiente de volatilidade e a combinação desses componentes que não traduzem de forma completa a dinâmica de precificação do setor de combustíveis ou refletem a política de preços da empresa", disse.

A Nexta afirmou que acompanha com atenção o processo de fiscalização em curso, respeita a atuação dos órgãos competentes e permanece à disposição para prestar os esclarecimentos necessários.

A ALE disse que "reafirma o compromisso com a transparência e a estrita legalidade em todas as suas operações" e que sua "composição dos custos de distribuição é diretamente impactada pela volatilidade nos preços de aquisição nas refinarias e pelas cotações internacionais do petróleo".

Processo administrativo - Com o auto de infração, é aberto um processo administrativo para que cada empresa passe a responder formalmente à acusação. A partir da notificação, elas são obrigadas a apresentar informações e documentos complementares, além de uma defesa administrativa.

A ANP julga o caso e decide se é caso de aplicação de multa. A lei prevê multas que podem variar de R$ 50 mil a R$ 500 milhões, conforme a gravidade do caso. **(Veja mais sobre diesel na pág. 31) %**

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.
Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

Concessionária Rodovias do Triângulo SPE S.A.

CNPJ/MF nº 48.127.012/0001-08

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo Relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://diariodocomercio.com.br/publicidade-legal/

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios Sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Valores expressos em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Balanço Patrimonial

Ativos	2025	2024
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	251.531	631.781
Aplicações financeiras	437.358	–
Aplicações financeiras vinculadas	42.627	36.873
Contas a receber	23.257	18.864
Valores a receber do poder concedente	1.040	900
Recursos vinculados	1.040	–
Partes relacionadas	–	310
Impostos a recuperar	11.965	19.456
Adiantamentos a fornecedores	298	640
Outros ativos	909	591
Total dos ativos circulantes	**770.025**	**709.415**
Não Circulante		
Realizável a longo prazo		
Aplicações financeiras vinculadas	51.082	44.379
Partes relacionadas	2.618	–
Impostos a recuperar	949	–
Recursos vinculados	10.163	4.172
Depósitos judiciais	36	33
Outros ativos	36	14
Total do realizável a longo prazo	**64.884**	**48.598**
Direito de uso em arrendamento	16.221	12.944
Imobilizado	4.405	4.176
Infraestrutura em construção	41.871	248.049
Intangível	1.056.540	744.485
	1.119.037	**1.009.654**
Total dos ativos não circulantes	**1.183.921**	**1.058.252**
Total dos Ativos	**1.953.946**	**1.767.667**

Passivos e Patrimônio Líquido	2025	2024
Circulante		
Fornecedores	34.981	33.790
Debêntures	33.686	27.552
Arrendamento mercantil a pagar	5.485	4.046
Obrigações sociais	5.156	4.262
Obrigações fiscais	6.894	3.155
Partes relacionadas	1.975	13.220
Credores pela concessão	68.360	63.001
Dividendos a pagar	24.600	15.671
Outros passivos	230	–
Total dos passivos circulantes	**181.367**	**164.697**
Não Circulante		
Debêntures	1.321.518	1.259.877
Arrendamento mercantil a pagar	11.954	9.628
Credores pela concessão	10.162	4.172
Imposto de renda e contribuição social diferidos	48.934	28.983
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	33	–
Outros passivos	690	–
Total dos passivos não circulantes	**1.393.291**	**1.302.660**
Total dos Passivos	**1.574.658**	**1.467.357**
Patrimônio Líquido		
Capital social	250.000	250.000
Reserva legal	8.478	3.299
Reserva de lucros	120.810	47.011
Total do patrimônio líquido	**379.288**	**300.310**
Total dos Passivos e Patrimônio Líquido	**1.953.946**	**1.767.667**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2024	**88.630**	**161.370**	**–**	**–**	**(5.919)**	**244.081**
Integralização de reserva de capital	161.370	(161.370)	–	–	–	–
Lucro líquido do exercício					71.900	71.900
Destinações do lucro do exercício:						
Constituição de reserva legal	–	–	3.299	–	(3.299)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	(15.671)	(15.671)
Constituição de reserva de lucros	–	–	–	47.011	(47.011)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**250.000**	**–**	**3.299**	**47.011**	**–**	**300.310**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	103.578	103.578
Destinações do lucro do exercício:						
Constituição de reserva legal	–	–	5.179	–	(5.179)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	(24.600)	(24.600)
Constituição de reserva de lucros	–	–	–	73.799	(73.799)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**250.000**	**–**	**8.478**	**120.810**	**–**	**379.288**

Demonstração do Resultado

	2025	2024
Receita operacional líquida	441.188	491.614
Custo dos serviços prestados	(200.345)	(293.347)
Lucro Bruto	**240.843**	**198.267**
Despesas gerais e administrativas	(29.823)	(20.147)
Outras receitas e despesas	1.103	3.899
Lucro Operacional	**212.123**	**182.019**
Receitas financeiras	99.119	43.856
Despesas financeiras	(154.286)	(119.330)
Resultado Financeiro	**(55.167)**	**(75.474)**
Lucro Operacional antes dos Impostos	**156.956**	**106.545**
Imposto de renda e contribuição social	**(53.378)**	**(34.645)**
Correntes	(33.427)	(3.829)
Diferidos	(19.951)	(30.816)
Lucro Líquido do Exercício	**103.578**	**71.900**
Resultado por Ação Básico e Diluído – R$	**0,1212**	**0,0458**

Demonstração do Resultado Abrangente

	2025	2024
Lucro Líquido do Exercício	103.578	71.900
Resultado Abrangente do Exercício	**103.578**	**71.900**

Demonstração do Valor Adicionado

	2025	2024
Receitas		
Receita de serviços prestados	358.904	324.818
Receita de serviços de construção	110.506	192.468
Desconto de usuário frequente	1.034	838
Resultado na baixa de ativos de direito de uso	40	–
Outras receitas	29	3.061
	470.513	**521.185**
Insumos Adquiridos de Terceiros		
Custo dos serviços prestados	(39.478)	(39.369)
Custo de serviços de construção	(110.506)	(192.468)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(24.010)	(10.391)
Custo da concessão	(7.871)	(7.614)
Outros custos	(5.604)	(11.198)
	(187.469)	**(261.040)**
Valor Adicionado Bruto	**283.044**	**260.145**
Depreciação e amortização	(21.315)	(22.513)
Valor Adicionado Líquido Produzido (retido)	**261.729**	**237.632**
Valor Adicionado Recebido em Transferência		
Receitas financeiras	99.119	43.856
Valor Adicionado Total a Distribuir	**360.848**	**281.488**
Distribuição do Valor Adicionado	**360.848**	**281.488**
Pessoal e encargos:	**20.583**	**24.018**
Remuneração direta	15.641	19.085
Benefícios	3.834	3.779
FGTS	1.108	1.154
Impostos, taxas e contribuições:	**81.861**	**60.532**
Federais (incluindo IOF)	66.830	46.892
Municipais	15.031	13.640
Remuneração de capitais de terceiros:	**258.404**	**196.938**
Juros e atualização monetária sobre debêntures	139.006	91.279
Aluguéis	800	5.921
Outras despesas financeiras	15.020	27.838
Lucros retidos	78.978	56.229
Dividendos	24.600	15.671

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2025	2024
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro antes dos tributos	156.956	106.545
Ajustes de:		
Juros e atualização monetária de debêntures	139.006	91.279
Amortização dos custos de captação de debêntures	3.938	10.275
Atualização monetária de ativo de delegação de serviços públicos	2.710	2.914
Ajuste a valor presente de ativo de delegação de serviços públicos	848	6.816
Ajuste a valor presente de arrendamento mercantil	1.593	1.840
Rendimento de aplicações financeiras	(71.743)	(1.802)
Atualização monetária de DUF	(85)	–
Atualização monetária de impostos	(1.547)	–
Atualização monetária de ressarcimento regulatório	–	(540)
Depreciação e amortização	21.315	22.513
Provisão de recursos vinculados	7.314	7.662
Provisão para participação nos lucros	1.912	551
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	33	(1)
Resultado na baixa de ativo de direito de uso	(40)	–
Perdas de arrecadação	229	4.872
Redução (aumento) dos ativos operacionais:		
Contas a receber	(4.622)	(216)
Valores a receber do poder concedente	(1.034)	(838)
Partes relacionadas	(2.308)	523
Impostos a recuperar	(8.228)	(6.703)
Adiantamentos a fornecedores	342	3.005
Depósitos judiciais	(3)	(33)
Outros ativos	(340)	560
Aumento (redução) dos passivos operacionais:		
Fornecedores	(1.768)	2.476
Obrigações sociais	(1.018)	(52)
Obrigações fiscais	39	(3.589)
Partes relacionadas	(11.873)	13.220
Credores pela concessão	760	(2.837)
Outros passivos	920	
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**233.306**	**258.440**
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(13.410)	(1.742)
Pagamento de juros sobre debêntures	(92.243)	(177.159)
Pagamento de arrendamento mercantil – juros	(1.593)	–
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**126.060**	**79.539**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Pagamento de ativo de delegação de serviços públicos	–	(140.755)
Aquisições de itens de infraestrutura em construção	(99.936)	(173.997)
Aquisições de itens de intangível	(729)	(287)
Aquisições de itens de imobilizado	(1.205)	(300)
Aplicações financeiras	(378.072)	(79.450)
Recursos vinculados	(6.335)	(4.172)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	**(486.277)**	**(398.961)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Pagamento de dividendos	(15.671)	–
Emissão de debêntures	–	1.300.000
Custos de captação de debêntures	–	(66.947)
Amortização de debêntures – principal	–	(700.000)
Pagamento de arrendamento mercantil – principal	(4.362)	(5.799)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento	**(20.033)**	**527.254**
Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equiv. de Caixa	**(380.250)**	**207.832**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	631.781	423.949
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Exercício	251.531	631.781

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional – A Concessionária Rodovias do Triângulo SPE S.A. ("Triângulo" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de propósito específico com registro de companhia aberta na categoria "B" perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Maranhão, nº 1.666, Bairro Umuarama, na cidade de Uberlândia, Estado de MG. Constituída em 13 de setembro de 2022, a Companhia tem por objeto social, a exploração da concessão de serviços públicos de exploração do complexo rodoviário denominado "Triângulo Mineiro", que compreende os trechos rodoviários e respectivas faixas marginais, bem como, as demais áreas referidas na Concorrência Internacional SEINFRA nº 002/2021, nos termos do contrato de concessão celebrado para a prestação dos serviços previstos, cobrança de pedágio e demais atos correlatos ao cumprimento do objeto do contrato de concessão. O contrato de concessão possui prazo de 30 anos, a contar da data de eficácia de 24 de fevereiro de 2023, para a exploração de concessão por meio de serviços de operação, conservação, manutenção, monitoração, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção de nível de serviço do sistema rodoviário que compõem o Lote 01 – Triângulo Mineiro. A principal fonte de receita da Companhia ocorre através da arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início em 28 de outubro de 2023. A tarifa de pedágio poderá ser reajustada anualmente, tendo como data base do reajuste o mês de outubro. Conforme previsão contratual, a Companhia teve homologada a entrega do escopo de trabalhos iniciais, em fevereiro de 2025, dando início ao escopo de recuperação, com previsão de conclusão em fevereiro de 2029. A Companhia é responsável pela operação e manutenção de 627 km do trecho das rodovias formada por 09 rodovias que passam por 16 municípios mineiros. A concessionária tem como principais obrigações, conforme o contrato de concessão: • Serviços de recuperação do sistema rodoviário; • Ampliação de capacidade, abrangendo a realização de obras de duplicação e construção de faixas adicionais; • Obras de melhoria envolvendo implementação de acostamentos, vias marginais, travessias de pedestres, pontos de ônibus, melhorias de acessoas, correção de curvas críticas, entre outras; e • Obras de contros em trechos urbanos, visando a adequação da rodovia por meio de contorno de trecho urbanos. No contexto da exploração do sistema rodoviário a Companhia assumiu o compromisso de pagar à Fundo Estatudal de Desenvovimento de Transporte – FUNTRANS o montante de R$ 446.680 (valor original) pela delegação dos serviços públicos. Os pagamentos dos compromissos foram divididos em três parcelas, sendo: i) No ato da eficácia da concessão, sendo realizado pagamento no montante R$ 288.295 em fevereiro de 2023; ii) Até o décimo segundo mês de concessão, contado da data da eficácia, sendo realizado pagamento de R$ 140.755 em fevereiro de 2024; e iii) Até o vigésimo quarto mês de concessão, contado da data da eficácia, que em 31 de dezembro de 2025 totalizava R$ 65.949 (R$ 62.390 em 31 de dezembro de 2024) na conta de credores pela concessão (Nota 20). Os valores são atualizados pelo IPCA até a data da efetiva liquidação conforme contrato firmado. Em 5 de fevereiro de 2025, foi assinado o 1º termo aditivo ao contrato de concessão entre a Companhia e a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade do Estado de Minas Gerais – SEINFRA, poder concedente, no qual ficou suspensa a obrigação de pagamento do compromisso devido ao FUNTRANS até 30 de novembro de 2025. O pagamento foi novamente prorrogado até 05 de fevereiro de 2026 conforme o 2º termo aditivo ao contrato de concessão, celebrado em 28 de novembro de 2025 entre a Companhia e a Agência Reguladora de Transportes do Estado de Minas Gerais – ARTEMIG, órgão que passou a exercer as atribuições do poder concedente. A suspensão se deu em razão do interesse das partes em avaliar as adequações necessárias no Programa de Exploração da Rodovia ("PER"). Para maiores informações, vide nota explicativa nº 32. Segmento operacional: O principal órgão tomador de decisões da Companhia, responsável pela definição da alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a diretoria, que avaliou a natureza do ambiente regulado em que opera e identificou que sua atuação tem como finalidade a prestação de serviços de operação de rodovias (utilidade pública), a qual é utilizada, inclusive, para o gerenciamento das operações e tomada de decisões estratégicas, sendo a única origem de fluxos de caixa operacionais. Sendo assim, concluiu que atua apenas nesse único segmento operacional. Reforma tributária: Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, baseada no modelo de IVA Dual: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS – Federal) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS – Subnacional). Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025 (originada do PLP 68/2024), regulamentando os principais dispositivos do novo regime e do Imposto Seletivo (IS). A transição para o novo sistema ocorrerá entre 2026 e 2032. Dada a atual fase de transição e a dependência de definições infralegais, os efeitos quantitativos da reforma na apuração dos tributos ainda não podem ser estimados com precisão. As alterações estabelecidas na Emenda Constitucional nº 132 não provocaram impactos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025. O contrato de concessão operado pela Companhia prevê cláusulas de reequilíbrio econômico-financeiro. Dessa forma, eventuais aumentos nos custos tributários decorrentes da transição deverão ser objeto de reequilíbrio econômico-financeiro. **2. Base de preparação – 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 23 de março de 2026. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela diretoria na sua gestão.

Conselho da Administração

José Carlos Cassaniga	Carlo da Silveira Framarim	Enio Stein Júnior	Carlos Eduardo Auchewski Xisto

Diretoria

Diogo Wanderley Costa Santiago	Alejandro Ruben Radice	Enio Stein Júnior	Responsável Técnico: Lucas de Castro Maia
Diretor Presidente	*Diretor Executivo*	*Diretor de Relações com Investidores Diretor Financeiro*	Contador CRC: MG-106304/O

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos administradores e acionistas da
Concessionária Rodovias do Triângulo SPE S.A. | Uberlândia-MG

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Rodovias do Triângulo SPE S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. ***Capitalização de gastos de infraestrutura em construção:*** Os contratos de concessões representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela interpretação contábil ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão (correlato ao IFRIC 12), o qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores e montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas explicativas 2.3 (i), 13 e 14 às demonstrações financeiras. A mensuração da infraestrutura em construção é afetada por elementos subjetivos devido às naturezas diversas dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão, bem como devido ao grau de julgamento para a determinação do ativo. Desta forma, identificamos a capitalização de gastos de infraestrutura em construção como área significativa de auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação dos critérios de classificação de gastos como infraestrutura em construção; (ii) teste das adições da infraestrutura em construção para validação da existência e avaliação da natureza do gasto e a correta classificação; e (iii) avaliação da natureza dos gastos capitalizados como infraestrutura em construção e sua aplicabilidade aos critérios estabelecidos pelo contrato de concessão e normas contábeis vigentes. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios de capitalização de gastos de infraestrutura em construção adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 2.3 (i), 13 e 14, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** *Demonstração do valor adicionado:* A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 23 de março de 2026.
ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP 027.623/F
José Antonio de Andrade Navarrete
Contador CRC SP 198.698/O

Anexo SENAD_compressed (35683144) SEI 08129.003746/2026-88 / pg. 86

Indústria lidera consumo de energia

% EFICIÊNCIA Setor em Minas responde por 54% da demanda e é alvo de estudo para reduzir custos e aumentar produtividade

As indústrias respondem por cerca de 54% do consumo elétrico em Minas Gerais, segundo dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Dado esse impacto, trata-se de um setor fundamental para as estratégias de otimização do uso energético no Estado.

Além disso, o setor industrial foi responsável pela geração de R$ 278,1 bilhões em riquezas no ano passado, conforme relatório do Produto Interno Bruto de 2025 publicado neste mês pela Fundação João Pinheiro (FJP). As indústrias representam, portanto, uma engrenagem fundamental da economia e da geração de empregos no Estado.

Diante desse cenário, o governo de Minas, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede-MG), publicou, ontem (26), o "Estudo de Oportunidade de Eficiência Energética na Indústria".

Destinado a gestores, técnicos e engenheiros do setor industrial, o documento apresenta análises, *cases* de sucesso e soluções voltadas para a otimização da energia nas indústrias mineiras, buscando menor uso energético e maior produtividade. O arquivo pode ser acessado no *link https://diariodo.co/2lmnq47*.

"Quando falamos de eficiência energética, é importante que o setor industrial preste muita atenção, porque isso significa uma diminuição de custos, o que faz com que ele possa investir cada vez mais no seu setor, gerando empregos, renda e fazendo com que o Estado como um todo se desenvolva", afirma o superintendente de Política Minerária, Energética e Logística, Raphael Evaristo.

De acordo com o estudo, os setores de minerais metálicos, minerais não metálicos (cimento e cal), siderurgia e indústria química são os segmentos que mais podem se beneficiar das possibilidades de eficiência energética em suas operações, para diminuir despesas e estimular a competitividade industrial.

Estas oportunidades são: gestão de energia e processos, adoção de novas tecnologias, digitalização e automação de processos, eletrificação industrial e *retrofit* com foco em eficiência energética.

No caso da gestão de energia e processos, por exemplo, o setor produtivo poderá identificar desperdícios, mapear as intervenções que devem ser realizadas e promover uma cultura de aprimoramento contínuo, o que é importante para garantir o progresso do Estado para uma economia de baixo carbono.

"Nosso estudo também fala sobre a adoção de novas tecnologias. Às vezes, o empresário não sabe, mas há um maquinário que foi desenvolvido em outro país ou até mesmo em Minas, que pode ser substituído e que vai trazer grandes vantagens em relação tanto à sua produção como à eficiência energética, com a diminuição de custos", destaca o superintendente de Política Minerária, Energética e Logística da Sede-MG.

O estudo também está alinhado ao Plano Estadual de Ação Climática (Plac-MG), no âmbito do aproveitamento das fontes de energia, para que a produção industrial seja realizada com menor consumo energético. **(Agência Minas) %**

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.

Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal Acesse também através do QR CODE ao lado.

EPR Via Mineira S.A.

CNPJ/MF nº 55.231.969/0001-65

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo Relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://diariodocomercio.com.br/publicidade-legal/

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios Sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Valores expressos em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Balanço Patrimonial

	2025	2024
Ativos		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	137.295	154.754
Contas a receber	25.627	23.656
Valores a receber do poder concedente	256	–
Recursos vinculados	5.139	–
Partes relacionadas	–	945
Impostos a recuperar	1.113	668
Adiantamentos a fornecedores	767	1.523
Despesas antecipadas	764	–
Outros ativos	1.594	2.013
Total dos ativos circulantes	**172.555**	**183.559**
Não Circulante		
Realizável a longo prazo		
Valores a receber do poder concedente	–	1.177
Partes relacionadas	2.929	–
Impostos a recuperar	282	–
Recursos vinculados	9.240	4.913
Depósitos judiciais	1.035	–
Imposto de renda e CSLL diferidos	5.238	1.804
Outros ativos	16	–
Total do realizável a longo prazo	**18.740**	**7.894**
Direito de uso em arrendamento	24.794	25.224
Imobilizado	6.354	4.119
Infraestrutura em construção	45.245	91.030
Intangível	234.597	5.990
	310.990	**126.363**
Total dos ativos não circulantes	**329.730**	**134.257**
Total dos Ativos	**502.285**	**317.816**
Passivos e Patrimônio Líquido	**2025**	**2024**
Circulante		
Fornecedores	24.868	33.845
Arrendamento mercantil a pagar	6.142	3.791
Obrigações sociais	7.283	3.369
Obrigações fiscais	5.291	6.517
Partes relacionadas	7.436	899
Credores pela concessão	15.223	1.404
Dividendos a pagar	–	15.977
Total dos passivos circulantes	**66.243**	**65.802**
Não Circulante		
Arrendamento mercantil a pagar	20.938	21.923
Obrigações fiscais	119	–
Credores pela concessão	9.240	5.747
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	1.067	47
Total dos passivos não circulantes	**31.364**	**27.717**
Total dos Passivos	**97.607**	**93.519**
Patrimônio Líquido		
Capital social	348.000	173.000
Reserva legal	12.257	3.364
Dividendos adicionais propostos	44.421	47.933
Total do patrimônio líquido	**404.678**	**224.297**
Total dos Passivos e Patrimônio Líquido	**502.285**	**317.816**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercício findo em 31/12/2025 e período de 20 de maio a 31/12/2024

	Capital social						
	Capital social subscrito	Capital social a integralizar	Capital social integralizado	Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
Constituição da Companhia em 20 de maio de 2024	–	–	–	–	–	–	
Aumento de capital social	340.000	(167.000)	173.000	–	–	–	173.000
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	67.274	67.274
Destinações do lucro do exercício:							
Constituição de reserva legal	–	–	–	3.364	–	(3.364)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	(15.977)	(15.977)
Dividendos adicionais propostos	–	–	–	–	47.933	(47.933)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**340.000**	**(167.000)**	**173.000**	**3.364**	**47.933**	**–**	**224.297**
Aumento de capital social	8.000	(8.000)	–	–	–	–	–
Integralização de capital social	–	175.000	175.000	–	–	–	175.000
Dividendos	–	–	–	–	(47.933)	–	(47.933)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	177.848	177.848
Destinações do lucro do exercício:							
Constituição de reserva legal	–	–	–	8.893	–	(8.893)	–
Dividendos intercalares	–	–	–	–	–	(106.583)	(106.583)
Juros sobre capital próprio	–	–	–	–	–	(17.951)	(17.951)
Dividendos adicionais propostos	–	–	–	–	44.421	(44.421)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**348.000**	**–**	**348.000**	**12.257**	**44.421**	**–**	**404.678**

Demonstração do Resultado – Exercício findo em 31/12/2025 e período de 20 de maio a 31/12/2024

	2025	2024
Receita operacional líquida	545.722	240.730
Custo dos serviços prestados	(256.967)	(122.942)
Lucro Bruto	**288.755**	**117.788**
Despesas gerais e administrativas	(42.168)	(24.879)
Outras receitas e despesas	3.062	1.177
Lucro Operacional	**249.649**	**94.086**
Receitas financeiras	20.345	7.972
Despesas financeiras	(10.101)	(1.715)
Resultado Financeiro	**10.244**	**6.257**
Lucro Operacional antes dos Impostos	**259.893**	**100.343**
Imposto de renda e contribuição social	**(82.045)**	**(33.069)**
Correntes	(85.479)	(34.873)
Diferidos	3.434	1.804
Lucro Líquido do Exercício/período	**177.848**	**67.274**
Resultado por Ação Básico e Diluído – R$	**0,7218**	**0,4308**

Demonstração do Resultado Abrangente – Exercício findo em 31/12/2025 e período de 20 de maio a 31/12/2024

	2025	2024
Lucro Líquido do Exercício/período	177.848	67.274
Resultado Abrangente do Exercício/período	**177.848**	**67.274**

Demonstração do Valor Adicionado – Exercício findo em 31/12/2025 e período de 20 de maio a 31/12/2024

Receitas	**2025**	**2024**
Receita de serviços prestados	393.039	158.238
Receita de serviços de construção	185.537	95.996
Desconto de usuário frequente	2.985	1.177
Receitas acessórias	48	–
Outras receitas	77	–
	581.686	**255.411**
Insumos Adquiridos de Terceiros		
Custo dos serviços prestados	(21.210)	(8.410)
Custo de serviços de construção	(185.537)	(95.996)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(25.814)	(16.670)
Custo da concessão	(17.072)	(4.954)
Outros custos	(8.850)	(5.640)
	(258.483)	**(131.670)**
Valor Adicionado Bruto	**323.203**	**123.741**
Depreciação e amortização	(9.852)	(1.868)
Valor Adicionado Líquido Produzido (retido)	**313.351**	**121.873**
Valor Adicionado Recebido em Transferência		
Receitas financeiras	20.345	7.972
Valor Adicionado Total a Distribuir	**333.696**	**129.845**
Distribuição do Valor Adicionado	**333.696**	**129.845**
Pessoal e encargos:	**30.117**	**13.015**
Remuneração direta	24.378	10.710
Benefícios	4.285	1.758
FGTS	1.454	547
Impostos, taxas e contribuições:	**115.141**	**46.710**
Federais (incluindo IOF)	96.742	39.049
Municipais	18.399	7.661
Remuneração de capitais de terceiros:	**188.438**	**70.120**
Outras despesas financeiras	9.909	1.581
Aluguéis	681	1.265
Lucros retidos	53.314	51.297
Dividendos e juros sobre capital próprio	124.534	15.977

Demonstração do Fluxo de Caixa – Exercício findo em 31/12/2025 e período de 20 de maio a 31/12/2024

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	**2025**	**2024**
Lucro antes dos tributos	259.893	100.343
Ajustes de:		
Ajuste a valor presente de arrendamento mercantil	3.851	1.062
Atualização monetária de impostos	(90)	–
Depreciação e amortização	9.852	1.868
Provisão de recursos vinculados	12.285	4.894
Provisão de banda contratual	6.915	811
Provisão para participação nos lucros	3.569	1.537
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	26	47
Perdas de arrecadação	70	184
Redução (aumento) dos ativos operacionais:		
Contas a receber	(2.041)	(23.840)
Valores a receber do poder concedente	(2.985)	(1.177)
Partes relacionadas	(1.984)	(945)
Impostos a recuperar	(4.640)	(668)
Adiantamentos a fornecedores	756	(1.523)
Depósitos judiciais	(1.035)	–
Outros ativos	403	(2.013)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:		
Fornecedores	(1.125)	8.367
Obrigações sociais	345	1.832
Obrigações fiscais	(2.754)	3.270
Partes relacionadas	1.787	899
Credores pela concessão	781	1.404
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**283.879**	**96.352**
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(82.521)	(31.626)
Pagamento de arrendamento mercantil – juros	(3.851)	–
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**197.507**	**64.726**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisições de itens de infraestrutura em construção	(186.877)	(71.311)
Aquisições de itens de intangível	(136)	(380)
Aquisições de itens de imobilizado	(3.294)	(4.206)
Recursos vinculados	(8.229)	(4.871)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	**(198.536)**	**(80.768)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Aumento de capital social	–	173.000
Integralização de capital social	175.000	–
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(185.752)	–
Custo de captação de debêntures	(764)	–
Pagamento de arrendamento mercantil – principal	(4.914)	(2.204)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento	**(16.430)**	**170.796**
Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(17.459)**	**154.754**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício/período	154.754	–
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Exercício/período	137.295	154.754

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional – A Concessionária EPR Via Mineira S.A. ("Via Mineira" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de propósito específico com registro de companhia aberta na categoria "B" perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede na Rua Niágara, nº350, bairro Jardim Canadá, Nova Lima, MG, Brasil. Constituída em 20 de maio de 2024, a Companhia tem por objeto social, a exploração da concessão de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Rodovia BR-040/MG, no trecho compreendido entre Belo Horizonte até Juiz de Fora, nos termos, no prazo e nas condições estabelecidas no Edital de Concessão 04/2023 da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT") e do Contrato de Concessão. A concessão tem prazo de 30 anos a contar da data de eficácia do contrato, obtida em 06 de agosto de 2024. No mês de dezembro de 2025, a Companhia realizou a 1ª emissão de debêntures, no valor de R$ 1.200.000, com o objetivo de captar recursos para realizar os investimentos estimados em CAPEX, assim como fortalecer a sua estrutura financeira. Não houve a liberação de recursos em 2025. A principal fonte de receita da Companhia ocorre através da arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início em 06 de agosto de 2024. A tarifa de pedágio poderá ser reajustada anualmente, ou em casos excepcionais, conforme regramento do contrato de concessão. A Via Mineira é responsável pela operação e manutenção de 232 km do trecho da BR-040, abrangendo 15 municípios de Minas Gerais. A concessionária tem como principais obrigações, conforme o contrato de concessão: • Recuperação do sistema rodoviário; • Ampliação de capacidade, abrangendo a realização de obras de duplicação e construção de faixas adicionais; • Melhorias, envolvendo travessias urbanas, vias marginais, iluminação, passarelas, acessos, pontos de ônibus, ciclovias, passagem de fauna, entre outras. Segmento operacional: O principal órgão tomador de decisões da Companhia, responsável pela definição da alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a diretoria, que avaliou a natureza do ambiente regulado em que opera e identificou que sua atuação tem como finalidade a prestação de serviços de operação de rodovias (utilidade pública), a qual é utilizada, inclusive, para o gerenciamento das operações e tomada de decisões estratégicas, sendo a única origem de fluxos de caixa operacionais. Sendo assim, concluiu que atua apenas nesse único segmento operacional. Reforma tributária: Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, baseada no modelo de IVA Dual: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS – Federal) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS – Subnacional). Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025 (originada do PLP 68/2024), regulamentando os principais dispositivos do novo regime e do Imposto Seletivo (IS). A transição para o novo sistema ocorrerá entre 2026 e 2032. Dada a atual fase de transição e a dependência de definições infralegais, os efeitos quantitativos da reforma na apuração dos tributos ainda não podem ser estimados com precisão. As alterações estabelecidas na Emenda Constitucional nº 132 não provocaram impactos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025. O contrato de concessão operado pela Companhia prevê cláusulas de reequilíbrio econômico-financeiro. Dessa forma, eventuais aumentos nos custos tributários decorrentes da transição deverão ser objeto de reequilíbrio econômico-financeiro. **2. Base de preparação – 2.1. Declaração de conformidade**: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 23 de março de 2026. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela diretoria na sua gestão. Conforme divulgado na nota explicativa nº 1, a Companhia foi constituída em 20 de maio de 2024, portanto, as informações comparativas das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado são referentes ao período de 20 de maio de 2024 a 31 de dezembro de 2024.

Conselho da Administração

José Carlos Cassaniga · Carlo da Silveira Framarim · Enio Stein Júnior · Carlos Eduardo Auchewski Xisto

Diretoria

Luciano Louzane – *Diretor Presidente*
Enio Stein Júnior – *Diretor de Relações com Investidores – Diretor Financeiro*
Eric Camargo de Almeida – *Diretor Executivo*

Responsável Técnico

Lucas de Castro Maia – *Contador CRC: MG-106.304/O*

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos administradores e acionistas da
EPR Via Mineira S.A. – Nova Lima-MG

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da EPR Via Mineira S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. ***Capitalização de gastos de infraestrutura em construção:*** Os contratos de concessões representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela interpretação contábil ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão (correlato ao IFRIC 12), o qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores e montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas explicativas 2.3 (i), 13 e 14 às demonstrações financeiras. A mensuração da infraestrutura em construção é afetada por elementos subjetivos devido às naturezas diversas dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão, bem como devido ao grau de julgamento para a determinação do ativo. Desta forma, identificamos a capitalização de gastos de infraestrutura em construção como área significativa de auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação dos critérios de classificação de gastos como infraestrutura em construção; (ii) teste das adições da infraestrutura em construção para validação da existência e avaliação da natureza do gasto e a correta classificação; e (iii) avaliação da natureza dos gastos capitalizados como infraestrutura em construção e sua aplicabilidade aos critérios estabelecidos pelo contrato de concessão e normas contábeis vigentes. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios de capitalização de gastos de infraestrutura em construção adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 2.3 (i), 13 e 14, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** *Demonstração do valor adicionado:* A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 23 de março de 2026.

Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-027.623/F
José Antonio de Andrade Navarrete
Contador – CRC SP-198.698/O

INSTITUTO AQUILA DE GESTÃO

CNPJ nº 14.377.211/0001-52

EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO, COMPROVAÇÃO DE CIÊNCIA, RECUSA DE COMPARECIMENTO E VALIDADE DE ASSEMBLEIA

O **INSTITUTO AQUILA DE GESTÃO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 14.377.211/0001-52, por seus administradores, **TORNA PÚBLICO**, para todos os fins de direito, que: O **Sr. LUCIANO KAUS SARKIS**, brasileiro, administrador de empresas, CPF nº xxx.646.xxx-xx, foi devidamente cientificado, por múltiplos meios formais e inequívocos, acerca da realização de Assembleia Geral AGO/2025 de 10 de maio de 2025, que deliberaria, inclusive, sobre sua permanência no quadro societário da sociedade. Conforme documentação comprobatória: • foi encaminhada comunicação formal por e-mail em 30 de abril de 2025, informando expressamente a realização da Assembleia Geral designada para o dia 10 de maio de 2025, bem como a possibilidade de sua exclusão, assegurando-lhe o direito de comparecimento e apresentação de defesa ; • houve publicação da convocação em 29 de abril de 2025, em meio oficial, conferindo publicidade ao ato societário ; • foram realizados comunicados adicionais, suficientes para caracterizar ciência inequívoca do sócio. Ressalta-se que, resta plenamente comprovado que o sócio teve ciência efetiva e inequívoca da convocação, por meios diretos e documentados, inexistindo qualquer prejuízo ao exercício do direito de defesa. Não obstante, o referido sócio **NÃO COMPARECEU** à Assembleia Geral realizada em 10 de maio de 2025, tampouco apresentou qualquer manifestação, defesa ou justificativa. Tal conduta configura, de forma inequívoca: **RECUSA DELIBERADA DE PARTICIPAÇÃO E MANIFESTAÇÃO** caracterizando inércia qualificada, renúncia tácita ao direito de defesa e preclusão de manifestação, nos termos da legislação civil aplicável. Adicionalmente, fica consignado que: **A ASSEMBLEIA GERAL FOI REGULARMENTE REALIZADA** com o comparecimento dos demais sócios, representando o quórum necessário, os quais: • participaram regularmente da assembleia; • aprovaram integralmente todas as matérias constantes da ordem do dia; • ratificaram todas as deliberações por unanimidade ou maioria qualificada; • assinaram a respectiva ata, conferindo plena validade jurídica ao ato societário. Dessa forma: • a assembleia foi válida e eficaz; • as deliberações produzem efeitos imediatos; • o sócio ausente submete-se integralmente às decisões tomadas. Nos termos do art. 36 do Contrato Social do **INSTITUTO AQUILA DE GESTÃO**, combinado com os artigos 1.030 e 1.085 do Código Civil, a Assembleia deliberou pela: **EXCLUSÃO DO SÓCIO POR JUSTA CAUSA** em razão de: • ausência injustificada; • não exercício do direito de defesa quando regularmente oportunizado; • descumprimento dos deveres societários; • comportamento incompatível com os interesses da sociedade. Fica consignado, ainda, que: • a ausência de tripla publicação não invalida o ato, diante da inequívoca ciência do sócio (princípio da instrumentalidade das formas); • não houve qualquer prejuízo ao sócio; • sua conduta caracteriza resistência voluntária e injustificada à participação societária. Por meio do presente edital, o Sr. **LUCIANO KAUS SARKIS** fica formalmente cientificado, para todos os fins legais: • de sua inequívoca ciência prévia; • de sua ausência deliberada; • da realização válida da assembleia; • da aprovação das deliberações; • de sua exclusão do quadro societário; • da plena eficácia dos atos societários praticados. O presente edital é publicado para fins de regularização formal, reforço de ciência e produção de todos os efeitos jurídicos cabíveis, inclusive perante o Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas.

CIA. DE FIAÇÃO E TECIDOS CEDRO E CACHOEIRA

CEDO – B3 LISTED N1

CNPJ/MF Nº 17.245.234/0001-00 - NIRE Nº 31300044254
COMPANHIA ABERTA

ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira, com sede social em Belo Horizonte (MG), na Rua Paraíba, nº 330, 9º andar, Edifício Seculus Business Center, Bairro Funcionários, convoca seus acionistas a se reunirem em primeira convocação, em 30 de abril de 2026, às 10:00 horas, para as Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("AGO/E"), que será realizada de modo exclusivamente digital, plataforma digital Teams, conforme detalhado mais adiante, nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada pela Resolução CVM 204/2024, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

I - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

1. Apreciação do relatório e das contas da administração e exame, discussão e votação das demonstrações financeiras acompanhadas do relatório dos auditores independentes e demais documentos relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.
2. Deliberar sobre a proposta para a destinação do resultado do exercício de 2025.
3. Deliberar sobre o orçamento de capital para o exercício de 2026.

II - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

1. Apreciação da proposta de reforma do Estatuto Social para conter inovações estando abaixo transcrito o texto atual e o texto proposto:

1.1. ARTIGO 21

• **Texto atual:** Artigo 21. O Conselho de Administração será composto por no mínimo 7 (sete) e no máximo 14 (quatorze) membros, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, acionistas da Companhia, residentes no país, com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

• **Texto proposto:** Artigo 21. O Conselho de Administração será composto por no mínimo 5 (cinco) e no máximo 9 (nove) membros, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, acionistas da Companhia, residentes no país, com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

1.2. PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 22

• **

Petrobras eleva ágio do GLP

% COMBUSTÍVEL Estatal oferta 70 mil/t com prêmios de até R$ 950 por tonelada, bem acima dos leilões anteriores

Rio - A Petrobras agendou para hoje (27) um leilão de oferta de GLP (gás liquefeito de petróleo, o gás de cozinha), com o maior ágio mínimo de cerca de 30% sobre o preço que cobra normalmente pelo produto.

A estatal vai leiloar a entrega de 70 mil toneladas de GLP, equivalente a cerca de 12% do consumo mensal brasileiro, com ágios mínimos variando entre R$ 885 e R$ 950 por tonelada, além do preço normal do produto, hoje de cerca de R$ 2.900 por tonelada.

"Estamos preocupados e surpresos", diz o presidente do Sindicato das Distribuidoras de GLP (Sindigás), Sérgio Bandeira de Mello.

No último leilão, os ágios mínimos variaram entre R$ 20 e R$ 150 por tonelada. Ao fim da concorrência, empresas que queriam entrega em Ipojuca (PE) acabaram pagando R$ 1.190 de ágio, o equivalente a quase metade do preço de refinaria da região.

A Petrobras começou a fazer leilões de GLP em novembro de 2024. A estratégia é vista como uma maneira de repassar parcialmente ao mercado interno as variações das cotações internacionais do produto, que não têm reajuste nas refinarias da estatal desde julho daquele ano.

A estatal defende, em nota, que a parcela vendida em leilões atende à demanda das distribuidoras para venda aos segmentos comercial e industrial do combustível e, por isso, não deveria afetar o consumidor residencial.

"O objetivo é atender às necessidades crescentes do segmento industrial e de outras demandas que não se enquadram no uso residencial em botijões de 13 quilos", diz. "Portanto, no entendimento da Petrobras, os volumes arrematados em leilão não deveriam impactar os preços de GLP em botijões de 13 quilos."

O País já teve uma política de diferenciação de preços entre esses dois usos: o GLP era mais barato se fosse comprado para envase em botijão de 13 quilos do que se fosse destinado a vasilhames maiores ou à venda a granel, produtos mais usados por comércio, indústria e grandes condomínios.

Essa política caiu em 2020, no governo Jair Bolsonaro (PL), com apoio do setor e de grandes consumidores. No ano passado, a presidente da Petrobras, Magda Chambriard, defendeu o retorno de preços diferenciados.

Em 2025, como alternativa, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) aprovou a ampliação do número de beneficiários de programa que distribui botijões de gás para famílias de baixa renda, renomeado como Gás do Povo.

A Petrobras diz que sua parcela no preço final do gás de cozinha é pequena - de apenas R$ 34,73 em um preço médio de R$ 109,91 por botijão na semana passada - e, por isso, seus preços teriam efeito limitado na variação final do produto.

Afirma ainda que "permanece comprometida com a segurança e a continuidade do abastecimento nacional, inclusive no atendimento às demandas adicionais geradas pelo Programa Gás do Povo". Por isso, ampliou em 4,4% a oferta do produto para os meses de março e abril de 2026.

O mercado global de GLP foi bastante impactado pela guerra no Irã, grande fornecedor de matérias-primas petroquímicas para a Ásia. China e Índia sofrem com forte queda nas importações: jornais indianos dizem, por exemplo, que a falta de produtos gera filas nas revendas e abriu espaço para um mercado negro de botijões.

Em 2025, cerca de 20% do mercado brasileiro de gás de cozinha foi abastecido com produtos importados. Estados Unidos e Argentina são os dois principais fornecedores, segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP). **(Folhapress) %**

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.
Circulação diária em bancas e assinantes.
As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A.

CNPJ/MF nº 48.127.008/0001-40

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo Relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://diariodocomercio.com.br/publicidade-legal/

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	2025	2024
Ativos		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	129.334	424.354
Aplicações financeiras	409.558	–
Contas a receber	11.397	9.292
Valores a receber do poder concedente	3.809	3.289
Recursos vinculados	3.809	–
Ativo financeiro	7.423	–
Partes relacionadas	–	570
Impostos a recuperar	9.623	9.205
Adiantamentos a fornecedores	306	1.424
Outros ativos	344	227
Total dos ativos circulantes	**575.603**	**448.361**
Não Circulante		
Realizável a longo prazo		
Aplicações financeiras vinculadas	22.863	16.321
Partes relacionadas	21	–
Impostos a recuperar	949	–
Recursos vinculados	315	3.756
Depósitos judiciais	105	44
Outros ativos	37	13
Total do realizável a longo prazo	**24.290**	**20.134**
Direito de uso em arrendamento	7.664	12.033
Imobilizado	3.291	4.053
Infraestrutura em construção	76.890	123.881
Intangível	45.348	52.900
	133.193	**192.867**
Total dos ativos não circulantes	**157.483**	**213.001**
Total dos Ativos	**733.086**	**661.362**
Passivos e Patrimônio Líquido	**2025**	**2024**
Circulante		
Fornecedores	29.912	37.182
Debêntures	7.691	3.631
Arrendamento mercantil a pagar	3.446	3.776
Obrigações sociais	3.759	4.211
Obrigações fiscais	3.175	12.298
Partes relacionadas	1.086	1.022
Credores pela concessão	5.461	958
Dividendos a pagar	13.146	–
Outros passivos	18	33
Total dos passivos circulantes	**67.694**	**63.111**
Não Circulante		
Debêntures	506.638	483.868
Arrendamento mercantil a pagar	5.129	8.950
Obrigações fiscais	138	–
Partes relacionadas	6.394	–
Credores pela concessão	315	3.756
Dividendos a pagar	–	9.490
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.366	9.687
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	249	32
Total dos passivos não circulantes	**531.229**	**515.783**
Total dos Passivos	**598.923**	**578.894**
Patrimônio Líquido		
Capital social	52.000	52.000
Reserva legal	4.766	1.998
Reserva de lucros	77.397	28.470
Total do patrimônio líquido	**134.163**	**82.468**
Total dos Passivos e Patrimônio Líquido	**733.086**	**661.362**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercício findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2024	**52.000**	**–**	**–**	**(6.690)**	**45.310**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	46.648	46.648
Destinações do lucro do exercício:					
Constituição de reserva legal	–	1.998	–	(1.998)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(9.490)	(9.490)
Constituição de reserva de lucros	–	–	28.470	(28.470)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**52.000**	**1.998**	**28.470**	**–**	**82.468**
Incorporação de dividendos a pagar	–	–	9.490	–	9.490
Lucro líquido do exercício	–	–	–	55.351	55.351
Destinações do lucro do exercício:					
Constituição de reserva legal	–	2.768	–	(2.768)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(13.146)	(13.146)
Constituição de reserva de lucros	–	–	39.437	(39.437)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**52.000**	**4.766**	**77.397**	**–**	**134.163**

Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais, exceto pelo resultado por ação)

	2025	2024
Receita operacional líquida	291.139	328.233
Custo dos serviços prestados	(187.236)	(247.478)
Lucro Bruto	**103.903**	**80.755**
Despesas gerais e administrativas	(20.656)	(16.109)
Outras receitas e despesas	3.926	19.449
Lucro Operacional	**87.173**	**84.095**
Receitas financeiras	62.659	27.394
Despesas financeiras	(66.832)	(41.696)
Resultado Financeiro	**(4.173)**	**(14.302)**
Lucro Operacional antes dos Impostos	**83.000**	**69.793**
Imposto de renda e contribuição social	**(27.649)**	**(23.145)**
Correntes	(24.970)	(11.139)
Diferidos	(2.679)	(12.006)
Lucro Líquido do Exercício	**55.351**	**46.648**
Resultado por Ação Básico e Diluído – R$	**1,906**	**0,289**

Demonstração do Valor Adicionado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	2025	2024
Receitas		
Receita de serviços prestados	183.163	164.510
Receita de serviços de construção	122.615	179.368
Desconto de usuário frequente	3.734	3.043
Resultado na baixa de ativos de direito de uso	150	–
Outras receitas	42	16.406
	309.704	**363.327**
Insumos Adquiridos de Terceiros		
Custo dos serviços prestados	(33.628)	(37.501)
Custo de serviços de construção	(122.615)	(179.368)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(16.370)	(8.525)
Custo da concessão	(4.451)	(4.451)
Outros custos	(3.476)	(4.170)
	(180.540)	**(234.015)**
Valor Adicionado Bruto	**129.164**	**129.312**
Depreciação e amortização	(8.220)	(5.185)
Valor Adicionado Líquido Produzido	**120.944**	**124.127**
Valor Adicionado Recebido em Transferência		
Receitas financeiras	62.659	27.394
Valor Adicionado Total a Distribuir	**183.603**	**151.521**
Distribuição do Valor Adicionado	**183.603**	**151.521**
Pessoal e encargos:	**18.866**	**18.509**
Remuneração direta	14.412	13.712
Benefícios	3.534	4.000
FGTS	920	797
Impostos, taxas e contribuições:	**42.415**	**39.135**
Federais (incluindo IOF)	35.238	32.372
Municipais	7.177	6.763
Remuneração de capitais de terceiros:	**122.322**	**93.877**
Juros e atualização monetária sobre debêntures	60.073	30.589
Aluguéis	266	5.878
Outras despesas financeiras	6.632	10.762
Lucros retidos	42.205	37.158
Dividendos	13.146	9.490

Demonstração do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	2025	2024
Lucro Líquido do Exercício	55.351	46.648
Resultado Abrangente do Exercício	**55.351**	**46.648**

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	2025	2024
Lucro antes dos tributos	83.000	69.793
Ajustes de:		
Juros e atualização monetária de debêntures	60.073	30.589
Amortização dos custos de captação de debêntures	1.054	3.112
Ajuste a valor presente de arrendamento mercantil	1.301	1.742
Rendimento de aplicações financeiras	(47.101)	–
Atualização monetária de DUF	(296)	–
Atualização monetária de impostos	(1.132)	–
Depreciação e amortização	8.220	5.185
Resultado na baixa de ativos de direito de uso	(150)	–
Provisão de recursos vinculados	3.737	3.756
Provisão para participação nos lucros	853	(125)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	217	32
Perdas de arrecadação	235	600
Ressarcimento regulatório e atualização monetária	–	(22.508)
Outros ajustes	–	2.268
Redução (aumento) dos ativos operacionais:		
Contas a receber	(2.340)	(3.245)
Valores a receber do poder concedente	(3.766)	(3.043)
Partes relacionadas	549	(370)
Impostos a recuperar	(8.715)	(2.861)
Adiantamentos a fornecedores	1.118	1.562
Depósitos judiciais	(61)	(44)
Outros ativos	(141)	392
Aumento (redução) dos passivos operacionais:		
Fornecedores	(6.531)	4.112
Obrigações sociais	(1.305)	97
Obrigações fiscais	2.404	2.684
Partes relacionadas	1.218	190
Credores pela concessão	476	958
Outros passivos	(15)	(230)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**92.902**	**94.646**
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(25.865)	(2.011)
Pagamento de juros de debêntures	(37.523)	(55.382)
Pagamento de arrendamento mercantil – juros	(1.301)	–
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**28.213**	**37.253**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisições de itens de infraestrutura em construção	(115.627)	(175.988)
Aquisições de itens de intangível	(44)	(374)
Aquisições de itens de imobilizado	(260)	(316)
Aplicações financeiras vinculadas	(4.333)	(16.321)
Aplicações financeiras	(364.666)	–
Recursos vinculados	23	(3.756)
Reembolso do poder concedente	165.834	200.463
Sinistro de ativo intangível	–	36.235
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	**(319.073)**	**39.943**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Emissão de debêntures	–	500.000
Amortização de debêntures	–	(200.000)
Custos de captação de debêntures	(371)	(20.528)
Pagamento de arrendamento mercantil – principal	(3.789)	(5.289)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento	**(4.160)**	**274.183**
Aumento (Redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(295.020)**	**351.379**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	424.354	72.975
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Exercício	129.334	424.354

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional – A Concessionária Rodovias do Sul de Minas S.A. ("Sul de Minas" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de propósito específico com registro de companhia aberta na categoria "B" perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede na Rua Jandyra Beraldo Teixeira, nº 40, Fátima II, Pouso Alegre-MG. Constituída em 13 de setembro de 2022, a Companhia tem por objeto social, a exploração da concessão de serviços públicos de exploração do complexo rodoviário denominado "Sul de Minas", que compreende os trechos rodoviários e respectivas faixas marginais, bem como, as demais áreas referidas na Concorrência Internacional SEINFRA nº 003/2021, nos termos do contrato de concessão celebrado para a prestação dos serviços previstos, cobrança de pedágio e demais atos correlatos ao cumprimento do objeto do contrato de concessão. O Contrato é estabelecido como uma Parceria Público Privada ("PPP"). A concessão tem prazo de 30 anos a contar da data de eficácia do contrato, obtida em 03 de março de 2023. Conforme previsão contratual, a Companhia concluiu o escopo de trabalhos iniciais em fevereiro de 2025, dando início ao escopo de recuperação, com previsão de conclusão em fevereiro de 2029. A principal fonte de receita da Companhia ocorre através da arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início em 09 de outubro 2023. A tarifa de pedágio poderá ser reajustada anualmente, tendo como data-base do reajuste o mês de março. O lote da concessão compreende a extensão de 627,4 quilômetros de malha formada por 9 rodovias que passam por 14 municípios mineiros, e contam com 8 praças de pedágios. O serviço de atendimento ao usuário (SAU) funciona 24 horas por, com apoio de 6 bases de atendimentos ao longo do trecho, dando suporte de emergência aos usuários. O projeto abrange investimentos obrigatórios, estabelecidos no contrato de concessão, relacionados a: • Obras e serviços da frente de recuperação e manutenção; • Obras de ampliação de capacidade e melhorias e da frente de serviços operacionais, envolvendo a criação de faixas adicionais, acostamentos, rotatórias, pontos de ônibus, adequação de obras de artes especiais, duplicações, faixas adicionais, entre outros; • Intervenções para manutenção de nível de serviço; • Obras de contorno em trechos urbanos; e • Obras emergenciais. Ativo financeiro: Conforme previsto contratualmente, a Companhia possui o direito de receber do poder concedente, ao longo do período de concessão, valores relacionados a reembolso de determinados investimentos realizados, conforme descrito na nota explicativa nº 8. No quadro abaixo são demonstrados os marcos atingidos até o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Ano do Protocolo	Valor Nominal	Atualização Monetária	Valor Atualizado	Valor a Receber (Nota 8)
2023	33.725	3.940	37.666	–
2024	181.532	23.014	204.545	–
2025	144.742	30.529	175.271	7.423
Total	**359.999**	**57.483**	**417.482**	**7.423**

Segmento operacional: O principal órgão tomador de decisões da Companhia, responsável pela definição da alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a diretoria, e a diretoria avaliou a natureza do ambiente regulado em que opera e identificou que sua atuação tem como finalidade a prestação de serviços de operação de rodovias (utilidade pública), a qual é utilizada, inclusive, para o gerenciamento das operações e tomada de decisões estratégicas, sendo a única origem de fluxos de caixa operacionais. Sendo assim, concluiu que atua apenas nesse único segmento operacional. Reforma tributária: Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, baseada no modelo de IVA Dual: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS – Federal) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS – Subnacional). Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025 (originada do PLP 68/2024), regulamentando os principais dispositivos do novo regime e do Imposto Seletivo (IS). A transição para o novo sistema ocorrerá entre 2026 e 2032. Dada a atual fase de transição e a dependência de definições infralegais, os efeitos quantitativos da reforma na apuração dos tributos ainda não podem ser estimados com precisão. As alterações estabelecidas na Emenda Constitucional nº 132 não provocaram impactos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025. O contrato de concessão operado pela Companhia prevê cláusulas de reequilíbrio econômico-financeiro. Dessa forma, eventuais aumentos nos custos tributários decorrentes da transição deverão ser objeto de reequilíbrio econômico-financeiro. **2. Base de preparação** – 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 23 de março de 2026.

Conselho de Administração
José Carlos Cassaniga
Enio Stein Júnior
Carlo da Silveira Framarim
Carlos Eduardo Auchewski Xisto

Diretoria
Diogo Wanderley Costa – Diretor Presidente
Enio Stein Júnior – Diretor de Relações com Investidores e Diretor Presidente

Responsável Técnico
Lucas de Castro Maia
Contador CRC MG 106.304/O

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos administradores e acionistas da
Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A. – Pouso Alegre-MG

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. ***Capitalização de gastos de infraestrutura em construção:*** Os contratos de concessões representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela interpretação contábil ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão (correlato ao IFRIC 12), o qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores e montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas explicativas 2.3 (i), 14 e 15 às demonstrações financeiras. A mensuração da infraestrutura em construção é afetada por elementos subjetivos devido às naturezas diversas dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão, bem como devido ao grau de julgamento para a determinação do ativo. Desta forma, identificamos a capitalização de gastos de infraestrutura em construção como área significativa de auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação dos critérios de classificação de gastos como infraestrutura em construção; (ii) teste das adições da infraestrutura em construção para validação da existência e avaliação da natureza do gasto e a correta classificação; e (iii) avaliação da natureza dos gastos capitalizados como infraestrutura em construção e sua aplicabilidade aos critérios estabelecidos pelo contrato de concessão e normas contábeis vigentes. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios de capitalização de gastos de infraestrutura em construção adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 2.3 (i), 14 e 15, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** *Demonstração do valor adicionado:* A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 23 de março de 2026.
Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP 027.623/F
José Antonio de Andrade Navarrete
Contador CRC SP 198.698/O

COPÉRNICO ENERGIAS RENOVÁVEIS SPE 21 LTDA.

CNPJ/MF 49.273.375/0001-14 - NIRE 31.212.769.242

Ata de Deliberação de Sócia realizada em 05 de março de 2026

Data, Hora, Local: 05.03.2026, às 10h, na sede social, Estrada Ponta da Serra, S/N, Fazenda Loredo e Palmital, Zona Rural, Itatiaiuçu/MG. **Presença:** Totalidade das quotas representativas do capital social. **Mesa:** Marco Antonio Souza Cauduro – Presidente. Zaki Kattan Beda – Secretário. **Deliberações Aprovadas:** Reduzir o capital social no valor total de R$ 600.000,00, com o cancelamento de 600.000 quotas, no valor de R$ 1,00 cada, de propriedade da Sócia ***Copérnico Energias Renováveis S.A.***, mediante restituição do mencionado valor à Sócia, em moeda corrente nacional, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social da Sociedade, nos termos do inciso II do Artigo 1.082 do Código Civil. **Encerramento:** Nada mais. Sócia: **Copérnico Energias Renováveis S.A.**, por seus Diretores, Marcos Lima Monteiro e Marco Antonio Souza Cauduro. Marco Antonio Souza Cauduro - *Presidente,* Zaki Kattan Beda - *Secretário*

BIASI leilões — EDITAL ÚNICO DE LEILÃO | PRESENCIAL ON-LINE — RNI

1º Leilão: dia 06/04/2026 às 10h10 2º Leilão: dia 08/04/2026 às 10h10

Eduardo Consentino, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP nº 616 (**João Victor Barroca Galeazzi** – preposto em exercício), devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **TERRA NOVA RODOBENS INCORPORADORA IMOBILIÁRIA – MONTES CLAROS I - SPE LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.536.224/0001-97, faz saber que, nos termos do artigo 27 da Lei 9.514 de 20 de novembro de 1997 e regulamentação complementar do Sistema de Financiamento Imobiliário, que institui alienação fiduciária de bem imóvel, fará realizar: **Primeiro Leilão: dia 06 de Abril de 2026 às 10:10 horas. Segundo Leilão: dia 08 de Abril de 2026 às 10:10 horas.** Local do Leilão: Avenida Fagundes Filho, 145 – conj. 22 – Vila Monte Alegre – São Paulo/SP. As demais condições de venda constarão no catálogo que será distribuído no leilão ou pela internet. **Descrição do Imóvel: O lote de terreno de nº 25**, da **quadra "Q"**, com área superficial total de 126,00 m², situado na Rua Projetada 13, no Loteamento **"TERRA JARDIM – MONTES CLAROS"**, nesta cidade de Montes Claros/MG, com as seguintes medidas e confrontações: 7,00m de frente, igual dimensão nos fundos, por 18,00m de cada lado, confrontando pela frente com a Rua Projetada 13, pelo lado direito com o lote nº 24, pelo lado esquerdo com o lote nº 26, e pelos fundos com o lote nº 18. Matrícula nº 55.724 do Ofício do 2º Registro de Imóveis de Montes Claros/MG. **Valor de Venda do Imóvel acima descrito: 1º Leilão R$ 65.000,00. Valor de Venda do Imóvel acima descrito: 2º Leilão R$ 107.416,64.** Caso não haja licitantes ou não seja atingida a oferta mínima prevista, o bem será vendido em 2º Leilão Extrajudicial, no dia 08 de Abril de 2026, às 10:10 horas, no mesmo local, pelo maior lance ofertado (§ 2º do Art. 27), desde que igual ou superior ao valor da dívida, dos débitos de IPTU, Condomínio, Encargos Legais e Contratuais, Prêmios de Seguros e Honorários Advocatícios. Para a participação online o Arrematante deverá se habilitar no site www.biasileiloes.com.br, até uma hora antes do leilão. **Obs: Eventuais débitos de IPTU, condomínio, custas do leilão e quaisquer outros débitos que o imóvel possuir, estes serão por conta exclusiva do arrematante.** O pagamento, em qualquer dos leilões, será à vista (no prazo de 12 horas) e em favor do Credor Fiduciário, no valor integral do lance vencedor. Não será aceito pagamento mediante cheque. Correrão por conta do comprador todas as despesas relativas à aquisição do imóvel no leilão, como: pagamento de 5% (cinco por cento) a título de com

Governo abre disputa por obra estratégica na MG-338

% LOGÍSTICA Intervenção liga Ibertioga a Piedade do Rio Grande, prevê investimento de R$ 59,4 milhões e deve reforçar a integração regional, a segurança viária e o escoamento da produção

O governo de Minas, por meio do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais (DER-MG), anunciou a abertura de concorrência eletrônica para a execução de obras de melhoramentos e pavimentação na rodovia MG-338, no trecho que liga Ibertioga a Piedade do Rio Grande, na região do Campo das Vertentes.

Com 13,2 quilômetros de extensão, a intervenção integra o programa Caminhos pra Avançar, voltado à ampliação e qualificação da infraestrutura rodoviária no Estado.

O governador de Minas Gerais, Mateus Simões, destacou a relevância da iniciativa. "Essa obra representa mais do que infraestrutura. É desenvolvimento regional, geração de oportunidades e melhoria direta na qualidade de vida da população. O governo de Minas segue trabalhando para conectar municípios, fortalecer a economia e levar mais segurança para quem utiliza nossas rodovias."

O valor de referência previsto no edital é de R$ 59.426.755,13. O processo será realizado por meio de concorrência eletrônica, adotando como critério o menor preço. O objetivo é contratar uma empresa especializada para executar os serviços, conforme os parâmetros técnicos e quantitativos estabelecidos no documento publicado no Diário Oficial de Minas Gerais.

A documentação poderá ser enviada entre 30/3 e 11/5, até as 9h30, exclusivamente pelo portal oficial de compras do Estado. A sessão pública de abertura está prevista para a mesma data e horário.

A publicação estará disponível para *download* gratuito a partir desta sexta-feira (27), tanto no site de compras do Governo de Minas quanto no portal do DER-MG.

Também está prevista a realização de visita técnica, nos dias 6 e 7/04, mediante agendamento prévio, possibilitando às empresas interessadas conhecer de perto as condições do trecho e reunir subsídios para a elaboração das propostas.

Considerada estratégica, a obra deve promover avanços significativos na mobilidade da região do Campo das Vertentes, com impactos diretos na segurança viária, no conforto dos usuários e no fortalecimento da economia local, especialmente no escoamento da produção e na integração entre municípios.

O diretor-geral do DER-MG, Matheus Novais, reforçou o compromisso com a modernização da malha viária. "Estamos avançando com responsabilidade e planejamento. A pavimentação da MG-338 atende a uma demanda histórica e vai proporcionar mais segurança, conforto e eficiência no deslocamento de pessoas e no transporte da produção local." **(Agência Minas) %**

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.

Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal Acesse também através do QR CODE ao lado.

Concessionária Rodovias do Café SPE S.A.

CNPJ/MF nº 51.742.485/0001-20

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo Relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://diariodocomercio.com.br/publicidade-legal/

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios Sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Valores expressos em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Balanço Patrimonial

Ativos	2025	2024
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	144.363	178.364
Aplicações financeiras	381.827	–
Contas a receber	15.117	12.604
Valores a receber do poder concedente	12.092	3.987
Recursos vinculados	3.521	–
Partes relacionadas	–	28
Impostos a recuperar	6.853	5.110
Adiantamentos a fornecedores	111	849
Outros ativos	965	1.242
Total dos ativos circulantes	**564.849**	**202.184**
Não Circulante		
Realizável a longo prazo		
Aplicações financeiras vinculadas	88.272	–
Partes relacionadas	1.900	–
Impostos a recuperar	1.549	–
Recursos vinculados	–	2.270
Depósitos judiciais	71	–
Outros ativos	–	14
Total do realizável a longo prazo	**91.792**	**2.284**
Direito de uso em arrendamento	13.735	17.410
Imobilizado	3.097	3.305
Infraestrutura em construção	20.950	213.685
Intangível	455.846	185.572
	493.628	**419.972**
Total dos ativos não circulantes	**585.420**	**422.256**
Total dos Ativos	**1.150.269**	**624.440**
Passivos e Patrimônio Líquido	**2025**	**2024**
Circulante		
Fornecedores	25.206	30.186
Debêntures	–	62.113
Arrendamento mercantil a pagar	3.859	3.516
Obrigações sociais	2.951	2.609
Obrigações fiscais	7.380	3.393
Partes relacionadas	2.259	1.250
Credores pela concessão	4.167	909
Dividendos a pagar	22.190	–
Total dos passivos circulantes	**68.012**	**103.976**
Não Circulante		
Debêntures	834.109	349.332
Arrendamento mercantil a pagar	11.142	14.430
Credores pela concessão	–	2.270
Dividendos a pagar	–	6.066
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26.229	8.894
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	63	–
Total dos passivos não circulantes	**871.543**	**380.992**
Total dos Passivos	**939.555**	**484.968**
Patrimônio Líquido		
Capital social	120.000	58.621
Reserva de capital	–	61.379
Reserva legal	5.949	1.277
Reserva de lucros	84.765	18.195
Total do patrimônio líquido	**210.714**	**139.472**
Total dos Passivos e Patrimônio Líquido	**1.150.269**	**624.440**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2024	58.621	61.379	–	–	(652)	119.348
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	26.190	26.190
Destinações do lucro do exercício:						
Constituição de reserva legal	–	–	1.277	–	(1.277)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	(6.066)	(6.066)
Constituição de reserva de lucros	–	–	–	18.195	(18.195)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**58.621**	**61.379**	**1.277**	**18.195**	**–**	**139.472**
Integralização de reserva de capital	61.379	(61.379)	–	–	–	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	93.432	93.432
Destinações do lucro do exercício:						
Constituição de reserva legal	–	–	4.672	–	(4.672)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	(22.190)	(22.190)
Constituição de reserva de lucros	–	–	–	66.570	(66.570)	–
Saldo em 31 dezembro de 2025	**120.000**	**–**	**5.949**	**84.765**	**–**	**210.714**

Demonstração do Resultado

	2025	2024
Receita operacional líquida	321.748	491.068
Custo dos serviços prestados	(147.555)	(431.261)
Lucro Bruto	**174.193**	**59.807**
Despesas gerais e administrativas	(26.702)	(14.934)
Outras receitas e despesas	12.107	3.987
Lucro Operacional	**159.598**	**48.860**
Receitas financeiras	67.190	30.082
Despesas financeiras	(86.015)	(39.148)
Resultado Financeiro	**(18.825)**	**(9.066)**
Lucro Operacional antes dos Impostos	**140.773**	**39.794**
Imposto de renda e contribuição social	**(47.341)**	**(13.604)**
Correntes	(30.006)	(4.379)
Diferidos	(17.335)	(9.225)
Lucro Líquido do Exercício	**93.432**	**26.190**
Resultado por Ação Básico e Diluído – R$	**0,7067**	**0,0267**

Demonstração do Resultado Abrangente

	2025	2024
Lucro Líquido do Exercício	93.432	26.190
Resultado Abrangente do Exercício	**93.432**	**26.190**

Demonstração do Valor Adicionado

Receitas	2025	2024
Receita de serviços prestados	257.874	111.252
Receita de serviços de construção	84.501	388.350
Desconto de usuário frequente	12.087	3.987
Resultado na baixa de ativos de direito de uso	9	–
Outras receitas	11	–
	354.482	**503.589**
Insumos Adquiridos de Terceiros		
Custo dos serviços prestados	(29.016)	(16.959)
Custo de serviços de construção	(84.501)	(388.350)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(21.351)	(8.880)
Custo da concessão	(4.810)	(5.410)
Outros custos	(3.476)	(3.785)
	(143.154)	**(423.384)**
Valor Adicionado Bruto	**211.328**	**80.205**
Depreciação e amortização	(11.085)	(4.552)
Valor Adicionado Líquido Produzido (retido)	**200.243**	**75.653**
Valor Adicionado Recebido em Transferência		
Receitas financeiras	67.190	30.082
Valor Adicionado Total a Distribuir	**267.433**	**105.735**
Distribuição do Valor Adicionado	**267.433**	**105.735**
Pessoal e encargos:	**17.990**	**14.825**
Remuneração direta	13.646	11.833
Benefícios	3.404	2.321
FGTS	940	671
Impostos, taxas e contribuições:	**69.455**	**22.280**
Federais (incluindo IOF)	58.827	17.842
Municipais	10.628	4.438
Remuneração de capitais de terceiros:	**179.988**	**68.630**
Juros e atualização monetária sobre debêntures	72.888	32.266
Aluguéis	2.028	3.434
Outras despesas financeiras	11.640	6.740
Lucros retidos	71.242	20.124
Dividendos	22.190	6.066

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	2025	2024
Lucro antes dos tributos	140.773	39.794
Ajustes de:		
Juros e atualização monetária de debêntures	72.888	32.266
Amortização dos custos de captação de debêntures	5.251	2.427
Ajuste a valor presente de arrendamento mercantil	2.247	1.292
Rendimento de aplicações financeiras	(55.573)	–
Atualização monetária de DUF	(213)	–
Atualização monetária de impostos	(498)	–
Depreciação e amortização	11.085	4.552
Resultado na baixa de ativos de direito de uso	(9)	–
Provisão de recursos vinculados	5.269	2.270
Provisão para participação nos lucros	1.118	1.140
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	63	–
Perdas de arrecadação	78	63
Redução (aumento) dos ativos operacionais:		
Contas a receber	(2.591)	(12.667)
Valores a receber do poder concedente	(12.087)	(3.987)
Partes relacionadas	(1.872)	(28)
Impostos a recuperar	(8.687)	(2.688)
Adiantamentos a fornecedores	738	(160)
Depósitos judiciais	(71)	–
Outros ativos	291	282
Aumento (redução) dos passivos operacionais:		
Fornecedores	(10.960)	3.987
Obrigações sociais	(776)	806
Obrigações fiscais	1.000	(1.245)
Partes relacionadas	113	1.049
Credores pela concessão	(263)	909
Outros passivos	–	(2)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**147.314**	**70.060**
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(21.126)	–
Pagamento de juros sobre debêntures	(80.100)	–
Pagamento arrendamento mercantil – juros	(2.247)	–
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**43.841**	**70.060**
Fluxo de Caixa das Atividades de Nvestimento		
Aquisições de itens de infraestrutura em construção	(60.424)	(339.514)
Aquisições de itens de intangível	(98)	(543)
Aquisições de itens de imobilizado	(368)	(3.533)
Aplicações financeiras	(414.526)	
Recursos vinculados	(1.074)	(2.270)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	**(476.490)**	**(345.860)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Pagamento de dividendos	(6.066)	–
Emissão de debêntures	800.000	–
Custos de captação de debêntures	(41.724)	–
Amortização de debêntures – principal	(350.000)	–
Pagamento de arrendamento mercantil – principal	(3.562)	(2.943)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento	**398.648**	**(2.943)**
Redução do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(34.001)**	**(278.743)**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	178.364	457.107
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	144.363	178.364

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional – A Concessionária Rodovias do Café SPE S.A. ("Rodovias do Café" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de propósito específico com registro de companhia aberta na categoria "B" perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Rogassiano Francisco Coelho, nº 346, Bairro Nova Varginha, na cidade de Varginha, Estado de MG, CEP 37077-000. Constituída em 18 de julho de 2023, a Companhia tem por objeto social, a concessão de serviços públicos de exploração do complexo rodoviário denominado "Rodovia do Café", que compreende os trechos rodoviários e respectivas faixas marginais, bem como, as demais áreas referidas na Concorrência Pública Internacional SEINFRA nº 003/2022, nos termos do contrato de concessão celebrado para a prestação dos serviços previstos, cobrança de pedágio e demais atos correlatos ao cumprimento do objeto do contrato de concessão. A concessão tem prazo de 30 anos a contar da data da eficácia do contrato, obtida em 23 de outubro de 2023. A principal fonte de receita da Companhia ocorre através da arrecadação da tarifa de pedágio, cuja cobrança teve início em 26 de julho de 2024. A tarifa de pedágio poderá ser reajustada anualmente, tendo como database do reajuste o mês de novembro. A Companhia é responsável pela operação e manutenção de 438 km do trecho das rodovias MG-167, BR-265, LMG-863, CMG-491, BR-146 e CMG-369, abrangendo 9 municípios de Minas Gerais. A concessionária tem como principais obrigações, conforme o contrato de concessão: • Serviços de recuperação do sistema rodoviário; • Ampliação de capacidade, abrangendo a realização de obras de duplicação e construção de faixas adicionais; • Obras de melhoria envolvendo implementação de acostamentos, vias marginais, travessias de pedestres, pontos de ônibus, melhorias de acessoas, correção de curvas críticas, entre outras; e • Obras de contros em trechos urbanos, visando a adequação da rodovia por meio de contorno de trecho urbanos. Segmento operacional: O principal órgão tomador de decisões da Companhia, responsável pela definição da alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a diretoria, que avaliou a natureza do ambiente regulado em que opera e identificou que sua atuação tem como finalidade a prestação de serviços de operação de rodovias (utilidade pública), a qual é utilizada, inclusive, para o gerenciamento das operações e tomada de decisões estratégicas, sendo a única origem de fluxos de caixa operacionais. Sendo assim, concluiu que atua apenas nesse único segmento operacional. Reforma tributária: Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, baseada no modelo de IVA Dual: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS – Federal) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS – Subnacional). Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025 (originada do PLP 68/2024), regulamentando os principais dispositivos do novo regime e do Imposto Seletivo (IS). A transição para o novo sistema ocorrerá entre 2026 e 2032. Dada a atual fase de transição e a dependência de definições infralegais, os efeitos quantitativos da reforma na apuração dos tributos ainda não podem ser estimados com precisão. As alterações estabelecidas na Emenda Constitucional nº 132 não provocaram impactos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025. O contrato de concessão operado pela Companhia prevê cláusulas de reequilíbrio econômico-financeiro. Dessa forma, eventuais aumentos nos custos tributários decorrentes da transição deverão ser objeto de reequilíbrio econômico-financeiro. **2. Base de preparação – 2.1. Declaração de conformidade**: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 23 de março de 2026. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela diretoria na sua gestão.

Conselho da Administração

José Carlos Cassaniga	**Carlo da Silveira Framarim**	**Enio Stein Júnior**	**Carlos Eduardo Auchewski Xisto**

Diretoria		**Responsável Técnico**
Diogo Wanderley Costa Santiago *Diretor Presidente*	**Enio Stein Júnior** *Diretor de Relações com Investidores – Diretor Financeiro*	**Lucas de Castro Maia** *Contador CRC: MG-106.304/O*

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos administradores e acionistas da
Concessionária Rodovias do Café SPE S.A. – Varginha-MG

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Rodovias do Café SPE S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. ***Capitalização de gastos de infraestrutura em construção:*** Os contratos de concessões representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela interpretação contábil ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão (correlato ao IFRIC 12), o qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores e montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas explicativas 2.3 (i), 13 e 14 às demonstrações financeiras. A mensuração da infraestrutura em construção é afetada por elementos subjetivos devido às naturezas diversas dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão, bem como devido ao grau de julgamento para a determinação do ativo. Desta forma, identificamos a capitalização de gastos de infraestrutura em construção como área significativa de auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação dos critérios de classificação de gastos como infraestrutura em construção; (ii) teste das adições da infraestrutura em construção para validação da existência e avaliação da natureza do gasto e a correta classificação; e (iii) avaliação da natureza dos gastos capitalizados como infraestrutura em construção e sua aplicabilidade aos critérios estabelecidos pelo contrato de concessão e normas contábeis vigentes. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios de capitalização de gastos de infraestrutura em construção adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 2.3 (i), 13 e 14, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** *Demonstração do valor adicionado:* A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 23 de março de 2026.

Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-027.623/F
José Antonio de Andrade Navarrete
Contador – CRC SP-198.698/O

EDITAL DE 1º E 2º LEILÃO E INTIMAÇÃO DE ALIENAÇÃO JUDICIAL (LEI N.º 13.105/2015). PROCESSO: 0018397-95.2016.8.13.0071- 1ª VARA CÍVEL, CRIMINAL E DE EXECUÇÕES PENAIS DA COMARCA DE BOA ESPERANÇA/MG. Exequente: VANDER LÚCIO CALISTO Executado: HERANCA - INDUSTRIA COMERCIO E EXPORTACAO DE CAFE LTDA - ME 1. DATA E HORÁRIO DA REALIZAÇÃO DO LEILÃO: 1.1. Data/Horário: 1º leilão 27/04/2026 às 08:00, 2º leilão 28/04/2026 às 08:15, com encerramento sequencialmente e os bens que não receberem ofertas ficarão disponíveis para repasse e recebimento de lances, através da plataforma www.luisleiloeiro.com.br. 1.2. No primeiro leilão os bens não poderão ser vendidos por valor inferior ao da avaliação. Caso o bem não seja arrematado em 1º leilão por valor igual ou superior ao valor da avaliação, será realizado 2º leilão, nas datas indicadas no item 1.1, com desconto nos valores descritos no item 2, tudo conforme art. 891, parágrafo único, da Lei 13.105/2015. 1.3. Se por ventura o bem não for arrematado na data indicada no item 1.1, ficam designados novos leilões para os dias: 1.4. Caso não haja expediente forense nas datas indicadas no item 1.1 o leilão será realizado no primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local. 2. DESCRIÇÃO E VALORES DO BENS: 2.1. DESCRIÇÃO: 03 (três) empacotadeiras de alto vácuo, avaliadas em R$ 56.000,00 (Cinquenta e seis mil reais), ID nº 10344672050. 2.2. LANCE MÍNIMO EM PRIMEIRO LEILÃO: o valor da avaliação do item. 2.3. Lance mínimo em segundo leilão : Não conseguido lance superior à avaliação, a venda se realizará em 2º pregão a quem mais der, por preço não inferior a 60% (sessenta por cento) da avaliação, conforme decisão de ID nº 10359685021

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL
CONJUNTA ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA – FETRANSCOOP MG - NIRE: 3140004501-5

O Presidente do Conselho de Administração da FETRANSCOOP-MG – Federação das Cooperativas de Transporte de Passageiros e Cargas do Estado de Minas Gerais Ltda., usando as atribuições que lhe conferem o Estatuto Social e cumprindo as determinações legais e estatutárias, convoca as suas 35 (trinta e cinco) filiadas, todas com direito a voto, para a Assembleia Geral Conjunta Ordinária e Extraordinária a realizar-se na forma virtual no dia 07 de abril de 2026, através do link meet.google.com/fnh-gfvb-nch, conforme legislação vigente. Em primeira chamada às 13:00 horas com a presença de 2/3 das filiadas. Em segunda chamada às 14:00 horas com a metade das filiadas. Em terceira e última chamada às 15:00 horas, com a presença mínima de 03 (três) filiadas, com término previsto para às 17:00 horas, para deliberar sobre os seguintes assuntos; A.G.O (Assembleia Geral Ordinária) 1 - Prestação de contas do exercício 2025 compreendendo: a) Balanço patrimonial; b) Demonstrativos das sobras e perdas apuradas no exercício; c) Parecer do Conselho Fiscal e Relatório da Gestão; 2 - Destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas deduzindo-se, no primeiro caso, as parcelas para os fundos obrigatórios; 3 - Eleição e posse dos componentes do Conselho de Administração e Conselho Fiscal;4 - Fixação do valor dos honorários, gratificações e cédulas de presença dos membros do Conselho de Administração e Fiscal. A.G.E (Assembleia Geral Extraordinária) 1 - Reforma ampla geral e irrestrita do Estatuto Social; 2 - Deliberações quanto ao projeto de reestruturação administrativa FETRANSCOOP/MG. Os registros das chapas para Conselho de Administração e Fiscal serão realizados até o dia 02/04/2026 na sede da Fetranscoop MG, localizada na Rodovia BR 040, nº 3850 Sala 01, Bairro Morada Nova, Contagem MG, cep: 32145480, nos termos do Estatuto Social. JUSTIFICATIVA DE REALIZAÇÃO FORA DO PRAZO LEGAL: a presente Assembleia Geral, está sendo convocada para realização em data posterior ao prazo previsto no art. 44 da Lei nº 5.764/1971, em razão de demandas administrativas internas e ajustes operacionais necessários à adequada consolidação das informações contábeis, financeiras e institucionais do exercício de 2025, bem como à organização dos procedimentos preparatórios indispensáveis à realização da Assembleia com a devida segurança técnica e administrativa. Ressalta-se que tal medida visa garantir a plena transparência das informações, a regularidade dos atos administrativos e a adequada apreciação das matérias submetidas à deliberação das filiadas. Contagem, 26 de março de 2026.

EVALDO MOREIRA DE MATOS - Diretor Presidente

EXÉRCITO BRASILEIRO
CENTRO DE PREPARAÇÃO DE OFICIAIS DA RESERVA/CM-BH (CPOR/4ª RM/1930)
(CASA MARECHAL ESPERIDIÃO ROSAS)

MINISTÉRIO DA DEFESA — GOVERNO DO BRASIL — DO LADO DO POVO BRASILEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90004/2026

Nº Processo: 64213.001361-2026-06. **Objeto:** Contratação de empresa para prestação dos serviços de limpeza e conservação, com dedicação exclusiva de mão de obra para atender às necessidades do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva e Colégio Militar de Belo Horizonte (CPOR/CM-BH). **Total de Itens Licitados:** 4. **Edital disponível no endereço:** www.gov.br/compras. **Entrega das propostas** a partir de 27/03/2026 às 08h00min no site https://www.gov.br/pncp/pt-br. **Abertura da Sessão Pública:** 13/04/2026 às 10:00h (horário de Brasília) no site https://www.gov.br/compras/pt-br. **Maiores informações** no tel (31) 3508-9636 ou pelo e-mail licitacporcmbh@gmail.com.

CARLOS FREDERICO DE OLIVEIRA COUTINHO DA SILVA – Cel
Ordenador de Despesas do CPOR/CM-BH

GRUPAMENTO DE APOIO DE LAGOA SANTA

MINISTÉRIO DA DEFESA — GOVERNO DO BRASIL — DO LADO DO POVO BRASILEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº: 90017/GAPLS/2026

OBJETO: Aquisição de material médico hospitalar para a Célula de Farmácia Hospitalar-Parte I.
ENTREGA DAS PROPOSTAS: a partir de 27 de março de 2026.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 09 de abril de 2026, às 09h, no site: https://www.gov.br/compras/pt-br.
EDITAL E ESPECIFICAÇÕES: encontra-se no site: **https://www.gov.br/compras/pt-br**, e no endereço: Av. Brig. Eduardo Gomes, S/N – Vila Asas,

CMN altera regras do Eco Invest e prevê contrapartida de bancos

% REGULAÇÃO Mudança permite ao governo exigir investimento próprio das instituições em capacitação e estruturação de projetos para acesso à linha de financiamento sustentável

Brasília - O Conselho Monetário Nacional (CMN) mudou as regras da Linha Eco Invest Brasil para permitir que seja exigido das instituições financeiras investimento de recursos próprios em ações de capacitação e na estruturação de projetos. A mudança na regulamentação foi aprovada em reunião ordinária do CMN realizada ontem.

Com a alteração, o Ministério da Fazenda poderá solicitar que as instituições financeiras credenciadas ao programa implementem contrapartidas voltadas ao apoio, à capacitação e à estruturação de projetos como condição para acessar os recursos da linha.

Entre as contrapartidas que poderão ser exigidas estão o apoio, com recursos próprios, a ações de fomento, capacitação, pesquisa, desenvolvimento tecnológico ou estruturação de projetos.

Segundo a Fazenda, a mudança visa incentivar o fortalecimento da carteira de projetos sustentáveis, enfrentando um dos principais desafios à ampliação dos investimentos verdes no País: a baixa maturidade técnica e financeira de projetos elegíveis.

A pasta destacou que a medida é especialmente relevante para a bioeconomia - tema central do 4º leilão do Eco Invest Brasil, atualmente em curso, uma vez que empreendimentos nessa área frequentemente demandam maior apoio na etapa de estruturação, em razão de desafios relacionados à modelagem econômico-financeira e à organização de arranjos produtivos.

"As iniciativas não representam encargo financeiro para as operações, tampouco envolvem o uso de recursos públicos, sendo custeadas exclusivamente pelos bancos credenciados, sem gerar custos adicionais para o Tesouro Nacional", informou a Fazenda, em nota.

Sustentabilidade - O programa Eco Invest Brasil, coordenado pelo Ministério da Fazenda em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, mobiliza investimentos sustentáveis voltados à mitigação de emissões e à adaptação às mudanças climáticas.

O programa, até novembro do ano passado, mobilizou mais de R$ 75 bilhões em investimentos para atividades sustentáveis por meio de instrumentos financeiros inovadores. **(Estadão Conteúdo) %,**



Programa mobilizou mais de R$ 75 bi em investimentos para atividades sustentáveis FOTO: REP./ADOBE STOCK

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.

Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal Acesse também através do QR CODE ao lado.

RCS SOLUÇÕES MÉDICAS S/A

NIRE nº: 313.0013370-2 CNPJ nº: 17.836.262/0001-93

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE DEZEMBRO DE 2025. Aos 22 dias do mês de dezembro de 2025, às 09:00, na sede da Companhia, localizada na cidade de Nova Lima, Estado de Minas Gerais, à Rua Senador Milton Campos, nº 35, Sala 401, 402, 409 a 412, Bairro Vila da Serra, CEP 34.006-050, reuniram-se todos os acionistas da sociedade anônima "RCS SOLUÇÕES MÉDICAS S.A.". 1) CONVOCAÇÃO E PUBLICAÇÕES: Dispensadas as formalidades de convocação, bem como eventual publicação de anúncios, em razão de presença da totalidade dos membros da Diretoria. 2) PRESENÇA: Presentes todos os Diretores Estatutários da Companhia, representando a totalidade da Diretoria, a saber: 2.1) VICENTE EUSTÁQUIO MASCARENHAS, brasileiro, divorciado, contador, portador da Cédula de Identidade nº M-2.388.557 SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 418.227.146-72, residente e domiciliado na cidade de Nova Lima, Estado de Minas Gerais, à Rua do Vale, nº 328, Torre 2, Apto 2002, Bairro Vila da Serra, CEP 34.006-068; e 2.2) BÁRBARA LORENE ALVARENGA, brasileira, solteira, nascida à 20/08/1985, engenheira de produção, portadora da Cédula de Identidade nº MG-10.530.323 SSP/MG, inscrita no CPF sob o nº 015.189.146-08, residente e domiciliada na cidade de Betim, Estado de Minas Gerais, à Rua Campestre, nº 574, Bairro Dom Bosco, Betim/MG, CEP 32.670-598. Iniciados os trabalhos, assumiu a presidência da mesa o Sr. Vicente Eustáquio Mascarenhas, que convidou Sra. Barbara Lorene Alvarenga, para secretariar os trabalhos. Verificada a presença da totalidade dos subscritores do capital social, o Sr. Presidente declarou regularmente instalada a Assembleia Geral de Constituição da companhia. 3) ORDEM DO DIA: 3.1) Aumento do capital social da companhia; 4) Foi aprovado o aumento do capital social da companhia em R$ 4.517.600,00 (Quatro milhões quinhentos e dezessete mil e seiscentos reais), passando de R$ 482.400,00 (Quatrocentos e oitenta e dois mil e quatrocentos reais) para R$ 5.000.000,00 (Cinco milhões de reais) integralizado com saldo da conta "RESERVA DE LUCROS". 5) REGISTRO: Ficará a cargo do Sr. Presidente todos os atos complementares necessários para o registro e arquivamento, junto aos órgãos competentes, dos atos constitutivos da companhia. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, e não havendo qualquer outra manifestação dos presentes, foi encerrada a Assembleia. Lavrou-se a presente ata, que, após lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os acionistas presentes, os quais declaram que esta via reproduz fielmente a versão original lançada no "Livro de Atas de Assembleias Gerais" e arquivada na sede da Companhia. Estiveram presentes na Assembleia a Acionista Malu Participações S/A, neste ato representado por seu Diretor Bernardo Dayrell Neiva, o Diretor Financeiro e Presidente da Mesa Vicente Eustáquio Mascarenhas, e a Secretária da Mesa e Diretora Administrativa Bárbara Lorene Alvarenga. Assinam o presente instrumento o Diretor Financeiro e Presidente da Mesa Vicente Eustáquio Mascarenhas, e a Secretária da Mesa e Diretora Administrativa Bárbara Lorene Alvarenga. Nova Lima/MG, 22 de Dezembro de 2025. VICENTE EUSTÁQUIO MASCARENHAS - CPF nº 418.227.146-72 - Diretor Financeiro / Presidente da Mesa (assinado digitalmente). BÁRBARA LORENE ALVARENGA - CPF nº 015.189.146-08 - Direto Administrativa / Secretária da Mesa (assinado digitalmente).

ANEXO I – CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DA RCS SOLUÇÕES MÉDICAS S/A. CAPÍTULO I – DENOMINAÇÃO SOCIAL, SEDE, OBJETO E PRAZO - Artigo 1º RCS SOLUÇÕES MÉDICAS S/A ("Companhia") é uma sociedade anônima fechada, regida pelo presente ESTATUTO SOCIAL, bem como pelas disposições legais aplicáveis. Artigo 2º A companhia tem como objeto social a atividade de a) prestação de serviços de saúde, seja de baixa, média ou alta complexidade, por qualquer profissional da área, seja em nível técnico e/ou superior, prestadas à pacientes em clínicas e consultórios odontológicos, em hospitais, em clínicas de empresas, bem como, no domicílio do paciente; b) serviços médicos em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgência e emergência; c) atividade médica ambulatorial, inclusive com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos e para realização de exames complementares; d) consultas, cirurgias e tratamentos odontológicos de qualquer tipo; e) serviços de telemedicina, telessaúde, telediagnóstico e teleatendimento; f) serviços de apoio à gestão de saúde; g) Atividades de consultoria e assessoria em gestão empresarial, gestão da saúde e outras correlatas; h) participação em outras sociedades, como quotista e/ou acionista; i) outras que guardem similitude com os objetos já indicados. Artigo 3º A Companhia tem sede em Nova Lima, Minas Gerais, na Rua Senador Milton Campos, nº 35, Salas 401, 402, 409 a 412, bairro Vila da Serra, CEP: 34.006-050, e o foro escolhido para ajuizamento de quaisquer ações é o da Comarca de Nova Lima, Minas Gerais, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Parágrafo Único: A Companhia poderá, a qualquer tempo, abrir filiais ou encerrar filiais no país ou no exterior, por ato ou deliberação tanto dos Acionistas quanto da Diretoria Estatutária, e possui as seguintes filiais: Filial Coronel Fabriciano/MG: Localizada em Coronel Fabriciano, Minas Gerais, na Rua Rio Doce, nº 17, apto 301, bairro Professores, CEP: 35.170-112, exercendo a mesma atividade da matriz, com capital social destacado no valor de R$ 95.400,00 (Noventa e cinco mil e quatrocentos reais) para efeitos fiscais, iniciou suas atividades em 18/04/2018, inscrita no CNPJ sob o nº 17.836.262/0003-55 e registrada na Junta Comercial de Minas Gerais sob o NIRE nº 319.0277397-1. Filial Lambari/MG: Localizada em Lambari, Minas Gerais, na Rua Garção Stockler, nº 137, sala 06, bairro Centro, CEP 37.480-000, exercendo a mesma atividade da matriz, iniciou suas atividades em 12/11/2025, inscrita no CNPJ sob o nº 17.836.262/0009-40 e registrada na Junta Comercial de Minas Gerais sob o NIRE nº 319.0314065-4. CAPÍTULO II – CAPITAL E AÇÕES - Artigo 5º O capital social no valor de R$ 5.000.000,00 (Cinco milhões de reais), representados por 5.000.000 (Cinco milhões) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional. Artigo 6º A Companhia não emitirá certificados, cautelas ou títulos múltiplos representativos de ações, fornecendo aos seus acionistas, tão logo solicitado, certidões inegociáveis dos assentamentos dos livros, descritivas de sua posição acionária. Artigo 7º Cada acionista terá o direito de preferência de subscrever ações, se e quando emitidas, na igual proporção de sua participação no capital social, nos termos da lei. Artigo 8º No caso de alienação de ações, sob qualquer forma, os demais acionistas terão preferência na aquisição das ações, em igualdade de condições com terceiros, respeitadas as disposições estabelecidas em Acordos de Acionistas, quando existente. Somente no caso de renúncia dos direitos preferenciais, é que as ações, objeto da venda, poderão ser negociadas com terceiros. Parágrafo Primeiro. Caso qualquer acionista deseje exercer seu direito de preferência, deverá se manifestar, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da oferta, seu interesse em adquirir as ações ofertadas. Parágrafo Segundo. É nula, não tendo qualquer efeito perante a sociedade e aos acionistas, a cessão e transferência por preço inferior àquele constante da comunicação ou pela falta de cumprimento das formalidades previstas nesta cláusula. Artigo 9º Por deliberação da Assembleia Geral, a Companhia poderá adquirir suas próprias ações, nos termos do art. 30, §1º, da Lei 6.404/76, inclusive mediante a utilização de lucros acumulados ou capital excedente, sem redução do Capital integralizado. Artigo 10º As ações da Companhia não poderão ser objeto de garantia em operação financeira de qualquer natureza e/ou ainda nomeadas a penhora por dívidas dos acionistas, salvo se deliberado de forma diversa pelos Acionistas em Assembleia Geral Extraordinária convocada para este fim. CAPÍTULO III - ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE - Artigo 11º A Companhia será administrada pela Diretoria Executiva, na forma da Lei e deste Estatuto. Artigo 12º Os membros dos órgãos de Administração serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termos de posse no prazo máximo de 30 dias contados a partir da eleição ou nomeação, dispensada de prestar caução. Artigo 13º Não poderão ser eleitos ou nomeados para os órgãos de Administração, os impedidos ou vedados pela Lei nº 6.404/76 e: i) os que houverem sido condenados, por crime de sonegação fiscal, corrupção, lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, contra o Sistema Financeiro Nacional, contra a administração pública ou contra a licitação, bem como por atos de improbidade administrativa; ii) os declarados falidos ou insolventes ou que deliveram o controle ou participaram da administração de pessoa jurídica em recuperação judicial ou extrajudicial, falida ou insolvente, no período de cinco anos anteriores à data da eleição ou nomeação, salvo na condição de síndico, comissário ou administrador judicial; iii) o detentor de mandato público eletivo ou ocupantes de cargos e funções públicas caracterizadas nos termos da lei como pessoas expostas politicamente. Artigo 14º A remuneração dos integrantes dos órgãos de Administração será fixada anualmente pela Assembleia Geral, observadas as disposições da legislação e das demais normas aplicáveis. A distribuição mensal será determinada pela Assembleia Geral, nos termos deste Estatuto. CAPÍTULO IV - DA DIRETORIA - Artigo 15º A administração da Companhia competirá à Diretoria Estatutária, composta por 2 (dois) a 3 (três) Diretores Estatutários, eleitos pela Assembleia Geral, para um mandato de 2 (dois) ano, podendo ser reeleitos. Artigo 16º Ocorrendo vaga em cargo de Diretor, a Assembleia Geral elegerá um substituto, no prazo improrrogável de 10 dias úteis, para completar o mandato do substituído. i) Os Diretores eleitos serão empossados no ato de sua eleição ou, alternativamente, por meio de reunião da Assembleia ou assinatura de termo próprio no "Livro de Atas das Assembleias Gerais", permanecendo no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus substitutos. Artigo 17º Os Diretores reunir-se-ão sempre que for necessário e as resoluções ou decisões tomadas constarão de registro no "Livro de Atas de Reuniões da Diretoria". Artigo 18º A representação judicial e extrajudicial e a constituição de mandatários da Companhia competem aos Diretores Estatutários nos limites de suas atribuições e poderes, incluindo a outorga de mandado judicial. Parágrafo Primeiro: Os instrumentos de mandato, assinado por 2 (dois) Diretores devem especificar os atos e os poderes que os mandatários que poderão praticar e a duração do mandato, que não poderá ser superior ao período de 12 (doze) meses. O mandado judicial poderá ser por prazo indeterminado. Parágrafo Segundo: Os instrumentos de mandato serão válidos ainda que o seu signatário deixe de integrar a Diretoria, salvo se o mandato for expressamente revogado. Artigo 19º Cabe à Diretoria Estatutária cumprir e fazer cumprir este Estatuto, as deliberações da Assembleia Geral de Acionistas e exercer as atribuições que lhe forem definidas por esse Conselho, observando os princípios de boas práticas de governança corporativa, e, também, o disposto na Lei nº 6.404/76. Parágrafo Único: Os Diretores poderão, observadas as políticas gerais traçadas pelos acionistas controladores e respeitado o disposto na Lei e no presente Estatuto, praticar todos e quaisquer atos necessários ao funcionamento e evolução da sociedade. Artigo 20º Compete aos membros da Diretoria exercer a gestão dos negócios da Companhia, de acordo com a missão, os objetivos, as estratégias e diretrizes fixadas pela Assembleia Geral e avaliar, aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Geral os orçamentos de custeio e de investimentos da Companhia. Artigo 21º Compete também aos membros da Diretoria a nomeação e contratação, conforme a legislação civil, de um Diretor não estatutário, que assumirá à Responsabilidade Técnica da Companhia, nos termos do artigo 28 do Decreto nº 20.931/32, sendo denominado Diretor Técnico. Parágrafo Único: Caberá ao Diretor Técnico, nos termos da legislação vigente, responder perante os Conselhos Regionais de Medicina, autoridades sanitárias e demais autoridades competentes pelas atividades técnicas da Companhia. Artigo 22º Compete, individualmente: i) Ao Diretor Administrativo: a) convocar, presidir e coordenar os trabalhos das reuniões da Diretoria Executiva; b) prestar informações à Assembleia Geral quando solicitado; c) desenvolver e prover soluções que viabilizem o plano estratégico da Companhia; exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pela Assembleia Geral; ii) Ao Diretor Operacional: a) coordenar os projetos da Companhia bem como implementar o desdobramento da estratégia corporativa, planejamento operacional e avaliação de desempenho de natureza operacional; b) assegurar os interesses da Companhia perante os órgãos reguladores relacionados à atividade operacional da Companhia; c) exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pela Assembleia Geral. iii) Compete ao Diretor Financeiro, que poderá ou não ser um Diretor Estatutário, as seguintes atribuições: a) prover os recursos financeiros necessários à operação da Companhia, conduzindo os processos de contratação de empréstimo e de financiamento, bem como os serviços correlatos; b) movimentar os recursos monetários da Companhia, sempre em conjunto com os Diretores Estatutários; c) contabilizar, controlar e reportar à Diretoria Estatutária as operações econômico-financeiras da Companhia, incluindo suas controladas, coligas e investidas; d) promover a gestão financeira da Companhia, incluindo suas controladas, coligas e investidas; e) exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pela Assembleia Geral. Artigo 23º A alienação ou oneração de bens integrantes do ativo permanente da sociedade, bem como todos os atos que criarem obrigações para a sociedade, ou exonerarem terceiros de obrigações para com ela, inclusive os contratos em geral, cheques, notas promissórias, emissão e aceite de letras de câmbio, duplicatas e quaisquer títulos de crédito, as confissões de dívida, contratos de abertura de crédito e outros do mesmo gênero, só serão válidos, em relação à sociedade, se assinados conjuntamente por dois Diretores por um diretor em conjunto com um procurador, ou por dois procuradores, com poderes especiais para isso. Parágrafo Único. É vedado a concessão de avais, fianças e quaisquer outras garantias pessoais físicas ou jurídicas. CAPÍTULO V – DA ASSEMBLEIA GERAL - Artigo 24º A Assembleia Geral Ordinária realizar-se-á, anualmente, no prazo previsto no art. 132 da Lei nº 6.404, de 1976, na sede da Companhia, data e hora previamente fixados pelos Diretor Presidente, para deliberar sobre as matérias de sua competência, especialmente: I Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; II Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; III Eleger os membros do Conselho Fiscal e seu respectivo presidente, nos termos do Art. 140, inciso I da Lei nº 6.404/76. Artigo 25º A Assembleia Geral Extraordinária, além dos casos previstos em lei, reunir-se-á mediante convocação da Diretoria Estatutária ou dos Acionistas que representem ao menos 5% do Capital Social da Companhia, para deliberar sobre assuntos de interesse da Companhia, especialmente: i. reforma do Estatuto; ii. modificação no capital social; iii. avaliação de bens com que o acionista concorrer para o aumento do capital social; iv. incorporação da Companhia a outra sociedade, sua dissolução, transformação, cisão, fusão; v. participação da Companhia em grupo de sociedades; vi. alienação do controle do capital social de controla as, coligadas e investidas; vii. destituição de membros do Conselho de Administração; viii. Eleger e destituir os membros da Diretoria Estatutária, fixar suas atribuições e fiscalizar sua gestão; x. determinar a distribuição mensal, da remuneração fixada em valor global anual, pela Assembleia para os seus membros e para os Diretores; x. analisar, ao menos trimestralmente, as demonstrações contábeis e demais demonstrações financeiras, sem prejuízo da atuação do Conselho Fiscal; xi. manifestar-se sobre as contas da Diretoria, consubstanciadas no Relatório Anual de Administração, bem como as Demonstrações Financeiras, para posterior encaminhamento e deliberação pela Assembleia Geral; xii. manifestar-se sobre as propostas a serem submetidas à deliberação dos acionistas em Assembleia; xiii. fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; xiv. escolher e destituir os auditores independentes, cujos nomes poderão ser objeto de veto, devidamente fundamentado; xv. aprovar os Regimentos Internos dos comitês de assessoramento a ele vinculados, bem como os Regimentos Internos da Diretoria Estatutária; xvi. autorizar a Diretoria a celebrar contratos de joint venture, consórcios, sociedade em conta de participação, parceira ou qualquer outra forma de associação empresarial; xvii. deliberar sobre a realização de transações, negociações comerciais, celebração de contratos e/ou a prática de qualquer ato entre a Companhia e (i) qualquer de seus acionistas, Conselheiros, Diretores, procuradores e suas respectivas Partes Relacionadas; ou (ii) qualquer pessoa, quando algum Acionista, Conselheiro ou Diretor tiver conflito de interesse na referida transação/negociação; xviii. deliberar sobre a assunção de obrigações e/ou autorização de emissão de quaisquer títulos de crédito, pela Companhia, em valores nunca superiores a R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), considerando-se, para fins de verificações dessa delimitação de valores, o ato isoladamente ou um conjunto de atos inter- relacionados (sobre um mesmo objeto), no período de 1 (um) ano. Artigo 26º A Assembleia Geral fixará, anualmente, o montante global ou individual da remuneração dos administradores, bem como os limites de sua participação nos lucros, observadas as normas da legislação específica. Artigo 27º As Assembleias Gerais serão presididas por quaisquer dos acionistas presentes ou substituto que este vier a designar, e, na ausência de ambos o Presidente e Secretário serão escolhidos pelos acionistas presentes. Parágrafo único. O Presidente da Assembleia escolherá, dentre os presentes, o Secretário da mesa. Artigo 28º A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Acionistas detentores de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das Ações da Companhia e, em segunda convocação, em qualquer número de presentes. Artigo 29º As deliberações sociais serão tomadas por votos que representem maioria simples das ações ordinárias da Companhia, ressalvadas as hipóteses especiais em que a legislação em vigor, o Estatuto Social ou o Acordo de Acionistas exijam quóruns mais elevados. Artigo 30º As deliberações sociais abaixo elencas serão tomadas por votos que representem 75% (setenta e cinco por cento) das ações ordinárias da Companhia: (i) Oneração de ativos e/ou oferecimento de garantias pela Companhia e/ou por suas Subsidiárias; (ii) Redução do dividendo mínimo obrigatório ou modificação da política de dividendos da Companhia, quando aplicável; (iii) Deliberar sobre quaisquer reduções ou aumentos de social da Companhia ou das Subsidiárias; (iv) Quando se tratar de Alienação de bens do ativo permanente da Companhia e/ou de suas Subsidiárias, dentro do mesmo exercício social (que se estende de 1º de janeiro até 31 de dezembro de cada ano) correspondente à valor superior a R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), calculado de forma acumulativa à todas as alienações de mesma natureza realizadas no exercício. A aprovação de toda e qualquer alienação que corresponda ao excedente, superando o valor estabelecido de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) quando somadas todas as alienações realizadas dentro de um mesmo exercício social. Da mesma forma, a prestação de garantias em qualquer valor pela Companhia e/ou de suas Subsidiárias, bem como a constituição de obrigações em favor de terceiros; (v) Deliberar sobre transformação, fusão, incorporação ou cisão, dissolução ou liquidação (e cessação do estado de liquidação), eleição e destituição dos liquidantes e julgamento das contas destes, no que tange à Companhia ou as suas Subsidiárias; (vi) Aprovar o investimento em ativos ou quaisquer novos negócios não relacionados ao objeto social das Subsidiárias; (vii) Alteração das regras de preferência na aquisição de novas ações ou quotas; (ix) Alteração das regras de venda conjunta; (x) Alteração na estrutura de capital e admissão de novos acionistas; (xi) Alteração do objeto social que implique em mudança do ramo de atividade da Companhia; (xii) Celebração de qualquer contrato, inclusive de termos aditivos de contratos existentes nesta data entre a Companhia e as Partes Relacionadas, inclusive o de empréstimo de recursos, em condições menos favoráveis para a Companhia do que as condições de mercado à época de sua celebração; e (xiii) Fixação do prazo para a transferência de Direitos de Subscrição para o Potencial Comprador, nos mesmos termos e condições dos Termos da Oferta, formalização da cessão dos Direitos de Subscrição e o recebimento do preço, nos moldes deste Acordo. CAPÍTULO VI – DO CONSELHO FISCAL - Artigo 31º A Companhia terá um Conselho Fiscal composto de 3 (três) membros efetivos e suplentes em igual número, eleito anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, podendo ser reeleitos. O Conselho Fiscal não funcionará de modo permanente, somente se instalado nas hipóteses e na forma prevista no artigo 161, parágrafo 2º e 3º da Lei 6.404/76. Parágrafo Único. O Conselho Fiscal, quando eleito, tomará posse no mesmo ato ou Assembleia, que o eleger. CAPÍTULO VII - EXERCÍCIO SOCIAL - Artigo 32º O exercício social coincidirá com o ano civil, levantando-se ao fim de cada ano um balanço geral para verificação dos lucros ou prejuízos, aos quais será dada a destinação e tratamento que lhes atribuir a Lei e a Assembleia Geral. Parágrafo Primeiro. A Companhia poderá levantar balanços mensais, distribuindo dividendo por conta do lucro apurado nestes balanços intermediários. Parágrafo Segundo. A administração fornecerá aos acionistas, quando solicitado, balancetes mensais expedidos pela contabilidade. CAPÍTULO VIII - DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO - Artigo 33º A Companhia dissolver-se-á na ocorrência de uma das hipóteses previstas no Art. 206 da Lei 6.404/76, ou por deliberação de acionistas representando pelo menos 80% (oitenta por cento) do Capital Social, procedendo-se a liquidação de acordo com as determinações legais. Artigo 34º A Assembleia Geral estabelecerá o modo de liquidação, elegendo, na ocasião, os liquidantes e o Conselho Fiscal para atuação no período correspondente. CAPÍTULO IX – DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS - Artigo 35º Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela legislação vigente. Artigo 36º Todo e qualquer conflito ou controvérsia, decorrente ou relacionado a este Estatuto ou à Companhia ("Conflito"), será resolvido por arbitragem, administrada e realizada de acordo com o Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem Empresarial – Brasil (CAMARB), por 3 (três) árbitros, nomeados conforme disposto no referido Regulamento. A arbitragem será realizada em Belo Horizonte, MG, em língua portuguesa e segundo a legislação brasileira, sendo vedado aos árbitros julgar por equidade. Parágrafo Único: Os acionistas devem manter confidenciais todas e quaisquer informações referentes ao Conflito e ao procedimento arbitral. Artigo 37º Na hipótese do Regulamento da CAMARB ser omisso quanto a quaisquer aspectos procedimentais, as omissões serão supridas pelo Tribunal Arbitral por referência: (a) a Lei Federal 9.307/96 (Lei de Arbitragem); e (b) a Lei 13.105/2015. (Código de Processo Civil Brasileiro), nesta ordem. Artigo 38º As decisões da arbitragem serão consideradas finais e definitivas, não cabendo qualquer recurso contra as mesmas, ressalvados os pedidos de correção e esclarecimentos previstos no artigo 30 da Lei de Arbitragem. Artigo 39º Os acionistas reconhecem que qualquer um deles poderá requerer medida liminar ou cautelar a um juízo, antes do início da arbitragem, sendo que o pedido de tal medida, antes do início da arbitragem não deverá ser considerado inconsistente ou uma renúncia a qualquer uma das disposições contidas neste capítulo, e não afetará a existência, validade e eficácia da convenção de arbitragem, nem representará uma dispensa com relação à necessidade de submissão do Conflito à arbitragem. Parágrafo Primeiro: Para a finalidade prevista no artigo acima, os acionistas elegem o Foro da Cidade de Nova Lima, Estado de Minas Gerais, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Parágrafo Segundo: Após a instalação do Tribunal Arbitral, os requerimentos de medida liminar ou cautelar deverão ser dirigidos ao Tribunal Arbitral, que poderá valer-se do disposto no artigo 22, §4º, da Lei de Arbitragem. Nova Lima/MG, 22 de Dezembro de 2025. VICENTE EUSTÁQUIO MASCARENHAS - CPF nº 418.227.146-72 - Diretor Financeiro/Presidente da Mesa (assinado digitalmente). BÁRBARA LORENE ALVARENGA - CPF nº 015.189.146-08 - Direto Administrativa / Secretária da Mesa (assinado digitalmente).

ANEXO II - BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO

SUBSCRITOR	AÇÃO SUBSCRITAS E INTEGRALIZADAS	VALOR DE SUBSCRIÇÃO
MALU PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOSS/A, CNPJ 49.021.536/0001-82, representada por BERNARDO DAYRELL NEIVA, brasileiro casado, advogado, portador da carteira de identidade nº 72.093, expedida pela OAB/MG e do CPF nº 882.018.056-15, residente à Alameda Franca, 580, Apto 176, SétimoPavimento, Bairro Jardim Paulista, CEP 01.422-002, São Paulo/SP.	5.000.000 (Cinco milhões) de ações ordinárias, subscritas neste ato e totalmente integralizadas com moeda corrente nacional e saldo das "Reservas de Lucro" subscritas neste ato.	R$5.000.000,00 (Cinco milhões de reais), sendo R$ 1,00 (Um real) por ação, valor inteiramente destinado à formação do capital social.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - Certifico o registro sob ot nº 13660614 em 06/03/2026 da Empresa RCS SOLUCOES MEDICAS S/A, Nire 31300133702 e protocolo 258548991 - 29/12/2025. Efeitos do registro: 23/12/2025. Autenticação: 142D36E6A8AFDB56EC91EDE48F3DC0BAD5D7394. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

LABORATÓRIO FEDERAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA - LFDA/MG

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA

GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico SRP nº 90121/2026 - UASG 130058

Nº Processo: 21181.000471/2025-73. Objeto: Aquisição de itens consumíveis de categorias diversas. Total de Itens Licitados: 16. Edital: 27/03/2026 de 08h00 às 12h00 e de 13h00 às 17h00. Endereço: Av. Rômulo Joviano, s/n – Bairro Olaria - Pedro Leopoldo/MG. Entrega das Propostas: a partir de 27/03/2026 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 09/04/2026 às 09h30m site www.gov.br/compras.

UNIÃO RIO EMPREENDIMENTOS S/A

CNPJ - 21.888.052/0001-16

CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os senhores acionistas da União Rio Empreendimentos S.A., para se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, a se realizar no dia 28.04.2026, às 10 horas, em sua sede social, em Carvalho Britto, Município de Sabará-MG, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **a)** examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis e Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31.12.2025; **b)** deliberar sobre a destinação do resultado do exercício; **c)** outros assuntos de interesse da Sociedade. Carvalho Britto, 26.03.2026. A Diretoria.

CONSTRUTORA G-MAIA S/A

CNPJ: 05.346.072/0001-09

Balanços patrimoniais individuais e consolidados
Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de Reais)

Ativo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	10.890	629	29.008	27.265
Contas a receber - terceiros e partes relacionadas	20.115	14.067	38.296	26.173
Dividendos a receber	-	9.110	-	-
Outros ativos circulantes	1.645	1.270	2.880	2.677
	32.650	25.076	70.184	56.115
Não circulante				
Outros ativos não circulantes	2.165	2.570	2.250	2.653
Investimentos	49.776	43.420	-	-
Imobilizado, intangível e direito de uso	4.728	3.852	29.139	27.660
	56.669	49.842	31.389	30.313
Total do ativo	89.319	74.918	101.573	86.428
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
Fornecedores - terceiros e partes relacionadas	3.809	3.021	3.875	3.239
Empréstimos e financiamentos	4.381	2.991	4.381	3.464
Salários e Encargos Sociais	6.913	5.098	9.787	7.955
Tributos a Pagar	4.008	666	6.271	3.437
Dividendos a pagar	51.209	19.264	51.209	21.004
Contas a pagar por aquisição societária	-	5.978	-	5.978
Outros passivos circulantes	2.096	1.455	3.622	3.003
	72.416	38.473	79.145	48.080
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	10.591	14.987	10.591	14.987
Outros passivos não circulantes	26	29	77	120
	10.617	15.016	10.668	15.107
Patrimônio líquido				
Capital social	4.800	4.800	4.800	4.800
Reservas de lucros	1.486	16.629	1.486	16.629
Patrimônio líquido atribuível aos proprietários da Controladora	6.286	21.429	6.286	21.429
Participações não controladores	-	-	5.474	1.812
	6.286	21.429	11.760	23.241
Total do passivo e patrimônio líquido	89.319	74.918	101.573	86.428

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida de serviços e vendas	89.745	34.563	198.639	146.302
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	(51.743)	(21.353)	(123.845)	(94.512)
Lucro bruto	38.002	13.210	74.794	51.790
Outras receitas/Despesas operacionais				
Gerais e administrativas	(20.493)	(13.283)	(25.866)	(16.176)
Resultado de equivalência patrimonial	25.360	27.529	-	-
Resultado operacional antes **do resultado financeiro**	42.869	27.456	48.928	35.614
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	1.331	269	3.537	1.015
Despesas financeiras	(3.405)	(2.988)	(3.796)	(3.353)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	40.795	24.737	48.669	33.276
Tributos correntes	(4.768)	-	(8.980)	(4.723)
Tributos diferidos	(402)	948	(402)	952
Lucro líquido do exercício	35.625	25.685	39.287	29.505
Resultado atribuível a:				
Acionistas da Companhia	35.625	25.685	35.625	25.685
Participações dos não controladores	-	-	3.662	3.820

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Relatório da Diretoria: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31/12/2025 e 31/12/2024. Ficamos ao inteiro dispor, para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.
Rio de Janeiro, 27 de março de 2026.

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício antes dos impostos	40.795	24.737	48.669	33.276
Ajustes p/ reconciliar o resultado do exercício c/ recursos provenientes de atividades operacionais				
Depreciação e amortização	981	1.372	2.409	2.524
Perda (ganho) na baixa de imobilizados e intangíveis	158	34	158	34
Equivalência patrimonial	(25.360)	(

POLÍTICA

Flávio Roscoe confirma que deve se filiar ao PL nos próximos dias

% ELEIÇÕES Presidente da Fiemg se coloca à disposição para participar do processo sucessório do governo de Minas

LEONARDO MORAIS

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), Flávio Roscoe, confirmou que deve se filiar ao Partido Liberal (PL) na próxima semana. A declaração foi feita durante entrevista à imprensa ontem, em um encontro na sede da entidade, junto à Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (Codemge).

Na ocasião, o dirigente destacou que colocou o nome a disposição da política mineira para tentar ajudar no processo sucessório do governo do Estado. Com a decisão, ele deve se afastar da Fiemg em abril, com possibilidade de retorno caso nenhuma hipótese de candidatura se concretize.

"Na minha leitura só devo entrar no cenário se tiver coerência com minha trajetória e os valores que defendo"
Flávio Roscoe

"Na minha leitura só devo entrar no cenário se tiver coerência com minha trajetória e os valores que defendo. (A filiação) ainda não tem data definida, mas deve ser na próxima semana", destaca.

Em encontros anteriores na sede da federação, Roscoe já havia sinalizado a possibilidade de filiação ao PL, afirmando que, no momento, o partido é o que mais se alinha aos objetivos traçados. Quanto à eventual candidatura, o dirigente afirmou que o cargo ou papel dentro do projeto ainda não está definido e deverá ser discutido nos próximos dias.

Vale destacar que o nome de Roscoe já circulava nos bastidores como possível candidato do PL em Minas Gerais, após ser citado em um documento do senador Flávio Bolsonaro que acabou vazado no fim de fevereiro. O presidente da Fiemg é avaliado como uma alternativa à eventual candidatura do senador Cleitinho Azevedo (Republicanos), que pode disputar novamente uma vaga no Senado. %



Flávio Roscoe aponta o PL como o partido que mais se alinha aos seus objetivos politicos FOTO: SEBASTIÃO JACINTO JÚNIOR / FIEMG

% LEGISLATIVO

ALMG aprova reajuste de 5,4% para servidor estadual

DANIEL DE ANDRADE

Servidores civis e militares de Minas Gerais devem receber um aumento de 5,4% retroativo a janeiro deste ano. O Projeto de Lei (PL) 5.323/26, que trata do reajuste, foi aprovado ontem, em segundo turno, em reunião extraordinária pelo plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG).

O percentual da revisão salarial é maior que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a inflação oficial do Brasil, que ficou em 4,26% em 2025. Nas redes sociais, o governador Mateus Simões (PSD) já sinalizou que vai sancionar o PL. Durante a reunião, a proposta recebeu seis emendas em Plenário: quatro solicitações de parlamentares, com rejeição; e duas do chefe do Executivo, que foram aprovadas.

A primeira emenda aceita trata da concessão de 10% referente a adicional de insalubridade para auxiliares de serviços da educação básica (ASBs), a contar da data de publicação da lei, até a emissão de laudo ambiental que define o grau de risco à saúde. Em função do grau de risco, o benefício para servidores pode variar de 10%, 20% ou 40%. Esse último foi modificado pela mesma emenda, já que a faixa máxima prevista atualmente na lei é de 30%.

A segunda emenda aprovada amplia o acesso ao auxílio fardamento. Segundo Simões, autor da proposta, ela corrige uma assimetria, ampliando a concessão do benefício às carreiras de auxiliar, técnico e analista da Polícia Civil e de atividades governamentais, bem como de auxiliar administrativo, assistente administrativo e analista de gestão da Polícia Militar.

Já em relação às quatro emendas de parlamentares que foram apresentadas e rejeitadas pelo Ppenário, três são da deputada Beatriz Cerqueira (PT). A primeira autoriza o Executivo a reajustar em 41,83% os vencimentos dos profissionais do magistério da educação básica a partir de 1º de janeiro de 2026. Em seguida, outra demanda concede aval para o índice de 9,36% para revisão dos servidores; e, por fim, uma terceira permite a incorporação de gratificação de diretores ou secretários de escola aposentados.

A quarta proposta é do deputado Sargento Rodrigues (PL), que garante que, a partir de 2027, o Poder Executivo faça a revisão anual geral do funcionalismo para os servidores civis e militares. %



O aumento salarial aprovado pelos deputados é retroativo a janeiro FOTO: ALEXANDRE NETTO / ALMG

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.
Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal Acesse também através do QR CODE ao lado.

O PRESIDENTE DA **ASF/MG – ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES FEDERAIS DE MINAS GERAIS**, USANDO DE SUA COMPETENCIA ESTATUTÁRIA PREVISTA NO ARTIGO 32º, ALINEA A, CONVOCA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, A SER REALIZADA NA SEDE DA ASF/MG – ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES FEDERAIS DE MINAS GERAIS, A RUA SERTÕES, 135/03, PRADO, BELO HORIZONTE, NO DIA 16 DE ABRIL DE 2026 (QUINTA-FEIRA), ÀS 10:00HS, PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO QUADRIÊNIO 2022/2026 DA ASF/MG.
BELO HORIZONTE, 27 DE MARÇO DE 2026.
JORGE GUEDES DE CARVALHO - DIRETOR PRESIDENTE DA ASF/MG 2022/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE RUBELITA
O Município de Rubelita torna público, Proc. Licitatório N° 033/2026, **Concorrência Nº 003/2026** - Objeto: Contratação de empresa especializada em engenharia para a execução de obras de Provisão Habitacional no Município de Rubelita/MG, de 20 unidades habitacionais com recurso discricionário do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS Minha Casa, Minha Vida referente ao **TERMO DE COMPROMISSO Nº 992605/2025/MCIDADES/CAIXA**, Sessão: às 09h00min 13 de abril de 2026, por meio do endereço eletrônico https://www.portaldecompraspublicas.com.br/ - Agente de Contratação: Maria Cristina Dias Ramalho, Demais informações pelo e-mail: licitacao.rubelitamggmail.com ou www.rubelita.mg.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PORTEIRINHA-MG
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 004/2026
Torna público o aviso de licitação, objetivando aquisição parcelada de vasilhames (cascos) de gás de 13 e 45 kg e o fornecimento de gás de cozinha botijão de 13 e 45 kg, para atender a demanda das secretarias municipais de Nova Porteirinha/MG, abertura das propostas: 10/04/2026 às 09:00 hs. Interessados acessar endereço eletrônico: www.licitardigital.com.br – Fernanda Queiroz de Souza - Secretária de Planejamento e Gestão.

IT-ONE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.
CNPJ/MF 05.333.907/0001-96
Ficam os senhores acionistas convocados a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária - AGO da Companhia, a realizar-se presencialmente às 10h do dia 13/04/2026 na sede social, na rua Alberto Cintra, 161 - 6º andar, a fim de deliberar sobre a aprovação do balanço e demais resultados da companhia no exercício findo em dezembro/2025.
Belo Horizonte, 27 de março de 2026.

A **RDG DIESEL & CONSULTORIA EM TRANSPORTES LTDA** por determinação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMMAD, torna público que foi concedida através do processo administrativo n° 21.016/2025,a Licença Ambiental Simplificada – LAS para atividade de oficina mecânica, localizada na Rua Sarzedo, n° 352, Bairro Betim Industrial, Betim/MG, com validade até 21/12/2035.

SANKYU S/A
CNPJ 43. 211. 325/0001-26 - NIRE 313.00000.486
AVISO AOS ACIONISTAS
Informamos que se encontram à disposição dos senhores Acionistas da SANKYU S/A, na sede social da empresa, situada à Av. do Contorno, 6.283 – 10º andar em Belo Horizonte/MG, os documentos referidos no artigo 133 da Lei 6404, de 15/12/1976, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.
Belo Horizonte, 27 de março de 2026
Junji Shibata
Diretor Presidente

INIMUTABA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
CNPJ: 20.206.850/0001-58
REGISTRO: 711
(Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de Curvelo/MG)
Reunião de Sócios
Edital de Convocação
Com fundamento no art. 1.072 do Código Civil, ficam os sócios da **Inimutaba Empreendimentos Imobiliários Ltda**. ("Sociedade") convocados para a Reunião de Sócios a ser realizada exclusivamente de forma **digital** através da plataforma de videoconferência Zoom, acessível através do seguinte link: https://us06web.zoom.us/j/89758430894?pwd=zb1qu10bOYj75aA80z3Dvt3b48l8xP.1, ou pelo ID da Reunião 897 5843 0894 e senha 460722, no dia06 (seis) de abril de 2026 (dois mil e vinte e seis), às 16h00 (dezesseis horas), em conformidade com o art. 1.080-Ada Lei nº 10.406/2002 ("Código Civil"), e com a Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020,para exame, discussão e deliberação sobre aconsolidação do contrato social da Sociedade.
Curvelo/MG, 25de março de 2026. CARLOS MAGNO DOS SANTOS GONCALVES

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.
CNPJ/MF: 19.674.909/0001-53 NIRE: 313.001.0676-4
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 30/04/2026
Ficam os Acionistas da Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A. ("Companhia"), convocados para comparecer à **Assembleia Geral Ordinária da Companhia**, a ser realizada no dia **30 de abril de 2026, às 14:00 horas**, por votação eletrônica via Portal ATLAS, a fim de deliberar sobre: (i) contas dos administradores, Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas dos Pareceres emitidos pelos Auditores Independentes e pelo Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (ii) eleição dos membros do Conselho de Administração; (iii) eleição dos membros do Conselho Fiscal; (iv) eleição dos membros da Diretoria; (v) remuneração global dos conselheiros e diretores. A ordem do dia e o acesso serão inseridos no Portal ATLAS.
Confins, 25 de março de 2026.
Monique Henriques Barbato de Souza – Presidente do Conselho de Administração.

ANDRADE GUTIERREZ S/A
CNPJ 17.262.197/0001-30 - NIRE 3130001481-9
EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
Conforme deliberado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 26 (vinte e seis) de março de 2026, nos termos do item (iii) do Artigo 10 do Estatuto Social da Companhia e da Lei n. 6.404/1976 ("Lei das S.A."), ficam os acionistas da Andrade Gutierrez S/A, companhia com sede na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, na Avenida do Contorno, nº 8.123, Cidade Jardim, CEP 30.110-062 ("Companhia") convocados para comparecer à Assembleia Geral Extraordinária da Companhia ("AGE"), a ser realizada na sede da Companhia, no dia 6 (seis) de abril de 2026, às 10:00 horas, a fim de deliberar sobre: (i) o resgate de 1 (uma) ação de classe ordinária, nominativa e sem valor nominal de emissão da Companhia, nos termos do artigo 44, §4º, da Lei das S.A; (ii) a alteração do caput do Artigo 5º do Estatuto Social, caso aprovada a matéria constante do item (i) acima, para refletir o novo número de ações de emissão da Companhia em circulação; (iii) a consolidação do Estatuto Social da Companhia; e (iv) a autorização à Diretoria para praticar os atos necessários à implementação das deliberações a serem tomadas. Em conformidade com o artigo 124 da Lei das S.A., este edital de convocação será publicado por 3 (três) vezes.
Belo Horizonte/MG, 27 de março de 2026.
Ricardo Coutinho de Sena Presidente do Conselho de Administração

O Empreendedor **FABIANA ANTUNES DA SILVA,** nos termos do art. 30 da Deliberação Normativa Copam nº 217, de 2017, torna público que solicitou à Unidade Unidade Regional de Regularização Ambiental – URA Leste Mineiro (*LAC 1 - LP-LI-LO) para o **PROGRESS MINERACAO LTDA,** atividades A-02-06-2 Lavra a céu aberto Rochas ornamentais e de revestimento, A-05-04-6 Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos e A-05-05-3 Estrada para transporte de minério/estéril extema aos limites de empreendimentos minerários, Município de Teofilo Otoni /MG, Classe 4, conforme solicitação no Sistema de Licenciamento Ambiental nº 2024.12.04.003.0000651. O requerente informa que o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), encontram-se à disposição dos interessados na forma digital pelo link https://drive.google.com/drive/u/3/folders/17e-Z0V-fPVcF28hNgZgJ9T2D04n75ZBW. Maiores informações acerca do requerimento para realização de Audiência Pública podem ser obtidas no site http://sistemas.meioambiente.mg.gov.br/licenciamento/site/consulta-audiencia .

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL DE MINAS GERAIS
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90605/2026
UASG 158137 – IFSULDEMINAS
Nº do Processo: 23346.000382.2026-11. Objeto: Eventual Aquisição Futura de Materiais para Serralheria, conforme edital e anexos. Edital, no ambiente eletrônico oficial: https://www.gov.br/compras/pt-br. Edital, no site do IFSULDEMINAS: https://www.muz.ifsuldeminas.edu.br/2026. Cadastramento das Propostas: a partir de 27/03/2026 até as 08:59 h do dia 10/03/2026, no ambiente oficial. Sessão Pública às 09:00h do dia 10/03/2026. Demais informações encontram-se no edital e anexos.
Lucas Deleon Ramirio
Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACI
DISPENSA EMERGENCIAL No 038/2026,PROCESSO 059/2026. Critério de julgamento Menor Preço Item. Embasamento Legal: Inciso VIII, artigo 75 da Lei 14.133/2021. Objeto:"Contratação de estrutura, tenda e gradil em comemoração ao aniversário da cidade de Ibiraci.".EMPRESA: MARINHO EVENTOS LTDA - CNPJ:52.865.309/0001-48. VALOR GLOBAL: 23.950,00.IBIRACI/MG, 26 DE MARÇO DE 2026.
Inexigibilidade no 007/2026,Processo no 062/2026. Retificação da publicação do dia 25/03/2026: onde se lê Vip Edições Fonográficas LTDA (Fátima Leão e banda), CNPJ no 14.172.800/0001-02, pelo valor de R$100.000,00 (cem mil reais)", leia-se Vip Edições Fonográficas LTDA (Fátima Leão e banda), CNPJ no 14.172.800/0001-02, pelo valor de R$85.000,00 (oitenta e cinco mil reais).Ibiraci, 26 de março de 2026. Paulo Cezar de Oliveira - Prefeito Municipal.

Anexo SENAD_compressed (35683144) SEI 08129.003746/2026-88 / pg. 91

AGRONEGÓCIO

Preços de frutas e hortaliças têm queda generalizada no Estado

% BOLETIM PROHORT Ao longo de fevereiro, houve recuo nos valores de vários produtos por causa do período da safra, aponta Conab; na Ceasa Minas, por exemplo, ficaram mais baratas, maçã, mamão, banana e laranja

MICHELLE VALVERDE



Entre os destaques das frutas que caíram de preço ao longo de fevereiro, está a maçã, cujo valor caiu quase 25% em Minas FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / ARQUIVO / ALESSANDRO CARVALHO

Ao longo de fevereiro, com a entrada de produtos no período de safra, os preços da maioria das hortaliças e frutas recuaram em Minas Gerais. Entre os destaques, estão a maçã, cujo valor caiu quase 25%, e o mamão, com retração de 15,1%. No sentido contrário, devido às chuvas e, consequentemente, à oferta limitada, houve reajuste de 51% na alface e de 11% no valor da batata. Os dados são do 3º Boletim do Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro (Prohort), divulgado ontem pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), que mostra as variações registradas na Centrais de Abastecimento de Minas Gerais (Ceasa Minas) - Belo Horizonte.

Segundo a gerente de Produtos Hortigranjeiros da Conab, Flávia Starling, a maior parte das frutas e hortaliças, que são as mais comercializadas no entreposto e possuem maior peso no IPCA, apresentou queda de preços ao longo de fevereiro. No entanto, algumas foram afetadas pelas chuvas e os preços subiram. "Em fevereiro, a alface seguiu com tendência de alta em função do excesso de chuva e das dificuldades de colheita. No caso da batata, as chuvas também afetaram o ritmo da colheita, refletindo em queda na oferta e aumento dos preços", explica.

Das cinco frutas pesquisadas, houve queda no preço de quatro delas. A maior retração aconteceu na cotação da maçã, que caiu 24,66%, com o quilo negociado a R$ 7,36. A justificativa para a retração expressiva foi a elevação da oferta pelo início da colheita da maçã gala e parte de sua estocagem nas câmaras frias.

No caso do mamão, a queda foi de 15,16%, reduzindo o preço do quilo para R$ 3,84. A maior oferta de variedades, cuja cotação é mais acessível em relação ao mamão papaya, justifica a retração. O valor da banana, de R$ 3,06, caiu 11,94% em fevereiro. Conforme a Conab, apesar de o consumo de banana ter crescido em função do retorno das aulas, com o Carnaval, a demanda não foi tão expressiva, o que gerou queda nos preços.

Ao longo de fevereiro, a laranja teve o preço reduzido em 2,52%, e o quilo foi vendido, em média, a R$ 2,38. A Conab explicou que, nesse período, a produção se manteve razoável, com a indústria absorvendo menos volume e favorecendo a oferta no varejo.

No grupo das frutas, a única alta foi verificada na cotação da melancia, que encerrou o mês 2,07% mais cara, com o quilo comercializado a R$ 2,23. De acordo com a Conab, houve queda na oferta; porém, as unidades apresentaram melhor qualidade devido ao clima adequado e à ocorrência de chuvas pontuais, que favoreceram o desenvolvimento das frutas.

Hortaliças: mesmo cenário - O levantamento da Conab mostra que, assim como nas frutas, o preço da maior parte das hortaliças recuou em fevereiro. A maior queda ocorreu na cotação da cenoura, que ficou 9,73% mais barata e foi vendida a R$ 1,99 o quilo. Houve baixa relevante também na cotação do tomate, de 8%. Assim, o preço médio por quilo caiu para R$ 3,28. Ao longo de fevereiro, a cotação da cebola chegou a R$ 1,71, representando, portanto, uma queda de 6,43%.

No sentido contrário, alface e batata tiveram os preços alavancados pela menor oferta, resultado das chuvas frequentes que comprometeram o ritmo de colheita e a qualidade dos produtos. Na Ceasa Minas, a cotação da alface aumentou 51,14%, com o quilo negociado a R$ 13,27. No caso da batata, o valor do quilo, de R$ 1,91, subiu 11,53%. %



Na contramão da baixa de preços de frutas na Ceasa Minas, alface subiu 51% por causa das chuvas e, consequentemente, pela oferta limitada FOTO: ANTIPINA / ADOBE STOCK

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.
Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/ME nº 08.343.492/0001-20 - NIRE 31.300.023.907
Companhia Aberta
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam os senhores acionistas da MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A. ("Companhia") convocados para reunirem-se em Assembleia Geral, a se realizar na sede da Companhia, na Avenida Professor Mário Werneck, 621, Estoril, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, no dia 24 de abril de 2026, às 10:00 horas, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Em Assembleia Geral Ordinária: 1. Tomar as contas dos administradores relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; 2. Examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; 3. Deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal, observado que a instalação requer a participação mínima de 2% do capital votante e, caso seja instalado, eleger os seus membros e seus respectivos suplentes para o mandato que se encerra na data de realização da Assembleia Geral Ordinária da Companhia em 2027; e 4. Fixar a remuneração anual global da Administração para o exercício social de 2026. Em Assembleia Geral Extraordinária: 1. Deliberar sobre a alteração do Artigo 3º do Estatuto Social da Companhia, para complementação do objeto social, com a inclusão de novas atividades relacionadas à cadeia operacional da construção civil e atividades correlatas; 2. Deliberar sobre a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir o aumento de capital, dentro do limite de capital autorizado, aprovado pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 12 da janeiro de 2026 e ratificação do atual capital social da Companhia; 3. Deliberar sobre a alteração do Artigo 10 do Estatuto Social da Companhia, a fim de adequá-lo às disposições da Resolução CVM nº 204/24, que dispensa a obrigatoriedade de apresentação de extrato da posição acionária para participação presencial em Assembleias Gerais; 4. Deliberar sobre a alteração da composição da Diretoria Executiva, com a redução do número de Diretores Executivos, com a consequente alteração do Artigo 27, caput e §8º do Estatuto Social da Companhia; 5. Deliberar sobre a alteração do Artigo 34, §2º, alínea "a", do Estatuto Social da Companhia, para atualizar o valor nele previsto, em razão da defasagem do valor vigente e da necessidade de adequação à realidade atual do mercado imobiliário; 6. Deliberar sobre a consolidação do Estatuto Social da Companhia, em virtude das deliberações dos itens acima; e 7. Deliberar sobre a criação do novo Plano II de Outorga de Opções de Compra de Ações, Ações e Incentivos Atrelados a Ações da Companhia. Instruções Gerais: (a) As informações e documentos previstos nas Resoluções CVM nº 81/2022 e 204/2024, relacionados às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral, assim como as demais informações e documentos relevantes para o exercício do direito de voto pelos acionistas, estão disponibilizadas na sede da Companhia, no seu site de relações com investidores (https://ri.mrv.com.br), bem como no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3 (www.b3.com.br); (b) A Companhia informa que utilizará o processo de voto à distância, de acordo com as Resoluções CVM nº 81/2022 e 204/2024. O acionista que desejar, poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação à distância, nos termos da referida resolução, enviando o correspondente boletim de voto à distância por meio de seu respectivo agente de custódia, banco escriturador, depositário central – B3 S.A., ou diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes na Proposta da Administração e no Manual para Participação. Nos termos do artigo 27, parágrafo 2º, da Resolução CVM nº 81/2022 com as alterações introduzidas pela Resolução CVM nº 204/2024, a Companhia informa que estenderá o prazo para os acionistas que optarem por enviar o Boletim de Voto à distância diretamente à Companhia para até 48 horas antes da realização da Assembleia; (c) Os acionistas que, por si ou por seus procuradores ou representantes legais, desejarem participar da Assembleia Geral presencialmente, deverão comparecer à sede da MRV, munidos dos documentos obrigatórios, conforme informado na Proposta da Administração e no Manual para Participação. Para uma melhor organização, pede-se que os documentos obrigatórios sejam encaminhados antecipadamente, aos cuidados da Área de Governança Corporativa, por meio do e-mail ri@mrv.com.br, até 48 horas antes da Assembleia Geral. Eventuais esclarecimentos adicionais poderão ser solicitados por meio: (i) do e-mail: ri@mrv.com.br ou (ii) do telefone +55 (31) 3615-8150.

Belo Horizonte, 25 de março de 2026.
Rubens Menin Teixeira de Souza - Presidente do Conselho de Administração

% EXPORTAÇÕES AGROPECUÁRIAS

Turquia garante rota para o Brasil

Brasil garantiu a continuidade de uma rota alternativa via Turquia para o envio de exportações agropecuárias, diante das restrições no Estreito de Ormuz devido à guerra no Oriente Médio. A solução foi negociada pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa).

Com isso, a estrutura portuária turca segue como opção importante para cargas brasileiras com destino ao Oriente Médio e à Ásia Central, permitindo que as mercadorias sigam viagem sem a necessidade de passar pelo Golfo Pérsico.

Essa rota já era utilizada por exportadores brasileiros. No entanto, a Turquia passou a exigir novas regras sanitárias para produtos sujeitos ao controle veterinário oficial, como os de origem animal. Para evitar prejuízos ao fluxo das exportações, foi negociado o Certificado Veterinário Sanitário para Produtos Sujeitos a Controles Veterinários em Trânsito Direto pela República da Turquia ou para Armazenamento Temporário com Destino à Expedição para outro País/Navio.



Por causa da guerra no Oriente Médio, Estreito de Ormuz está com restrição para navios exportadores FOTO: REPRODUÇÃO / MAPA

Na prática, o documento permite que mercadorias brasileiras, especialmente produtos de origem animal, atravessem o território turco ou fiquem armazenadas temporariamente no país antes de seguirem para o destino final.

A medida confere mais segurança e previsibilidade aos exportadores brasileiros em um momento de instabilidade nas rotas internacionais e reforça a atuação do Mapa para manter o comércio agropecuário brasileiro em funcionamento. %

Anexo SENAD_compressed (35683144) SEI 08129.003746/2026-88 / pg. 92

NEGÓCIOS



Empresa foi criada há 25 anos, inicialmente como uma corretora de seguros, passou pelo segmento de *call center* e agora é uma *tech* de IA conversacional FOTO: DIVULGAÇÃO / MUNDIALE

Mundiale reinventa modelo de negócio e escala no digital

% TECNOLOGIA Mudança permitiu que em 2025 a empresa de BH registrasse incremento de 35% no faturamento

MICHELLE VALVERDE

A Mundiale, empresa de tecnologia com sede em Belo Horizonte, passou por uma pivotagem e está registrando resultados promissores. Com 25 anos, a empresa, que chegou a contar com cerca de 3 mil colaboradores, atuava no segmento de *call center*, mas, diante das mudanças no mercado, trocou o modelo de negócio e se transformou em uma *tech* de inteligência artificial (IA) conversacional.

A mudança permitiu que, em 2025, a empresa registrasse um faturamento 35% maior. Para 2026, a projeção é elevar o resultado em 40%, impulsionada pela expansão de soluções de inteligência artificial conversacional aplicadas ao relacionamento entre empresas e consumidores.

"Para 2026, a projeção é elevar o resultado em 40%, impulsionada pela expansão de soluções de inteligência artificial conversacional aplicadas ao relacionamento entre empresas e consumidores"

Conforme o CEO e fundador da Mundiale, Gustavo Pena, a empresa foi criada há 25 anos, inicialmente, como uma corretora de seguros. Em 2007, para ampliar as vendas de seguros, ele montou um pequeno televendas que não funcionou bem para a comercialização de seguros, mas abriu a oportunidade para ingressar no *call center*.

"Aproveitei a estrutura e, em 2009, entrei no telecon com cinco posições de atendimento para venda mini modem 3G. Encontrei o caminho e a empresa evoluiu de forma rápida crescendo o faturamento em 100% por sete anos. Em 2017, tínhamos 3 mil colaboradores, mas percebi que o mundo estava mudando e a demanda pelo serviço de voz estava caindo, enquanto o de dados crescendo. Então, fui para os Estados Unidos para conhecer o mercado", conta.

Acompanhando o mercado, Pena decidiu migrar para o mundo digital optando pelos serviços de *chatbots* para vendas. A oportunidade promissora estimulou o investimento de R$ 120 milhões no desenvolvimento do sistema próprio, o que permitiu à empresa escalar os resultados, passando de dois clientes para mais de 600 hoje.

"Entendemos que o caminho digital era sólido e faria sentido, então, decidimos desenvolver a nossa própria tecnologia, nosso comercial e investimos cerca de R$ 120 milhões na empresa. Hoje, fazemos as jornadas de vendas e de Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) digital e atendemos empresas de médio e grande porte em todo o País. Deu super certo, passamos de dois clientes em janeiro de 2021 para atuais 600 corporativos e, por mês, conquistamos cerca de 30 novos", diz Pena.

A Mundiale desenvolve e opera *chatbots* com inteligência artificial (IA) para empresas de diversos segmentos, entre elas estão a Sem Parar, Pravaler, Clube Atlético Mineiro, Claro, CNA Idiomas, Catho, C6 Seg e Selfit.

As soluções atuam diretamente em jornadas de atendimento, cobrança e vendas, automatizando interações e aumentando produtividade em setores com alto volume de contato com o cliente. Por mês, a empresa troca aproximadamente 60 milhões de mensagens entre marcas e consumidores, faz cerca de 130 mil vendas para diferentes CPFs e CNPJs, todas realizadas pelas IAs e sem interferência humana. No SAC digital são atendidos 3,5 milhões de tíquetes. A equipe é composta por 388 pessoas.

Para manter a empresa em expansão, o plano é ampliar o mercado atendido, passando a oferecer serviços para pequenas empresas e microempreendedores individuais (MEIs). %

% LABORATÓRIOS DE ENSAIOS E CALIBRAÇÃO

Sebrae apresenta conteúdos estratégicos para o setor

Empresários e profissionais de laboratórios de ensaios e calibração da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) participaram de um evento de sensibilização promovido pelo Sebrae Minas, em parceria com a Rede Metrológica de Minas Gerais (RMMG), nesta semana. Realizado na sede do Sebrae, na Capital, o encontro reuniu 134 participantes e teve como foco a qualificação da gestão, a melhoria de processos e a ampliação da competitividade no mercado de análises.

Com o tema "Gestão e qualidade para os laboratórios de ensaios e calibração", o seminário apresentou conteúdos técnicos e estratégicos sobre a importância da adoção de normas e boas práticas, e destacou oportunidades de crescimento por meio da certificação e do reconhecimento de competência.



Seminário promovido pelo Sebrae Minas e Rede Metrológica de Minas Gerais (RMMG) mostrou as soluções do Sebraetec para a atividade FOTO: DIVULGAÇÃO / SEBRAE MINAS

Os participantes também conheceram o Sebraetec, programa que oferece consultorias tecnológicas subsidiadas para pequenos negócios, incluindo a solução voltada à adequação à ABNT NBR ISO/IEC 17025:2017 — norma que estabelece requisitos para a competência de laboratórios de ensaio e calibração.

A iniciativa apoia a estruturação de processos, garantindo imparcialidade, confiabilidade dos resultados e maior consistência operacional, preparando os laboratórios para processos de acreditação e fortalecendo sua credibilidade técnica.

O diretor da Rede Metrológica de Minas Gerais, Kleber Vasconcelos, destacou o papel da instituição no fortalecimento do setor. "Nosso objetivo é fomentar a cultura metrológica no Estado, promovendo a qualidade dos serviços de ensaio e calibração e contribuindo para o avanço tecnológico das empresas. Hoje, grandes empresas já reconhecem a seriedade do nosso processo, e 100% dos laboratórios certificados pela rede tiveram sucesso em etapas posteriores de acreditação", afirmou.

Apoio ao pequeno negócio – A diretora da Ecominas (consultoria especializada em soluções ambientais, urbanísticas e viárias), a empresária Laís Rosa Leite, ressaltou como a implementação da norma e o apoio das consultorias do Sebraetec foram decisivos para o crescimento do negócio.

"A qualidade é um valor essencial para a nossa empresa. A consultoria foi fundamental para estruturar nossos processos. Hoje, temos mais organização interna, conquistamos novos clientes e fortalecemos nossa imagem no mercado. Foi uma mudança muito importante para o nosso escritório", destacou.

O analista do Sebrae Minas, Daniel Viana, reforçou o papel do Sebraetec na promoção da inovação e da melhoria da gestão nas empresas. "Nosso propósito é levar inovação e gestão para aprimorar produtos e serviços. O Sebraetec tem atuação nacional, com cerca de 90 soluções tecnológicas e subsídios que podem chegar a 70% para empresas, e 90% para *startups*, ampliando o acesso a serviços especializados e fortalecendo os pequenos negócios", explicou. %

Anexo SENAD_compressed (35683144) SEI 08129.003746/2026-88 / pg. 93

CBMM supera a marca de 100 mil toneladas de ferronióbio

% MINERAÇÃO Resultado histórico, segundo a companhia, representa uma alta de 4,7% nas vendas ao mercado em 2025 frente ao ano anterior

A Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM) — empresa que produz e comercializa produtos de Nióbio — alcançou em 2025, pela primeira vez, a marca de 100 mil toneladas de ferronióbio equivalente em vendas ao mercado, registrando crescimento de 4,7% em relação a 2024.

O resultado, segundo a empresa, é histórico e reflete a estratégia de investimentos contínuos em capacidade produtiva, aliada à atuação integrada dos times técnico e comercial na expansão de mercados e aplicações por meio de ações de inserção. A companhia mantém uma estrutura instalada de 150 mil toneladas anuais, volume superior à demanda global, que no período foi de 133 mil toneladas.

A receita líquida somou R$ 14,5 bilhões, representando um avanço de 8,3% na comparação com 2024. O Ebitda atingiu R$ 10,2 bilhões e o lucro líquido totalizou R$ 6,4 bilhões.

A companhia destaca que sua trajetória está diretamente associada a uma agenda consistente de tecnologia e inovação, sustentada por seu programa de tecnologia. O programa reúne projetos voltados à ampliação das aplicações do nióbio e ao desenvolvimento de novos materiais, em parceria com universidades, centros de pesquisa e clientes internacionais.

Atualmente, o programa reúne mais de 200 projetos e conta com investimentos anuais entre R$ 250 milhões e R$ 300 milhões.

Ao longo dos últimos anos, essa atuação consolidou, segundo a companhia, parcerias estratégicas, estruturou linhas de pesquisa e contribuiu para a diversificação da receita da empresa e a inserção do nióbio em novas cadeias produtivas.

A indústria siderúrgica permanece como o principal mercado de destino dos produtos da CBMM. Ao mesmo tempo, o avanço tecnológico e a expansão das aplicações do nióbio têm impulsionado sua presença em outros segmentos. Atualmente, 75% da receita da CBMM está associada à siderurgia, enquanto 25% já provêm de novos materiais e aplicações.

Outro destaque do período foi a renovação da parceria público-privada entre a CBMM e a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig) visando o aproveitamento do nióbio das minas de Araxá, região do Alto Paranaíba. Pelo contrato, o prazo da parceria foi estendido por 30 anos, com possibilidade de prorrogação por mais 15, o que pode levar sua vigência até 2070.



A empresa mantém uma estrutura instalada de 150 mil toneladas anuais, volume superior à demanda global, que no período foi de 133 mil toneladas FOTO: DIVULGAÇÃO / CBMM

Sustentabilidade – Em 2025, ano em que a empresa completou 70 anos, a CBMM anunciou a meta intermediária de reduzir em 30% a intensidade das emissões dos escopos 1 e 2 até 2030, reforçando o compromisso público de alcançar a neutralidade de carbono nesses escopos até 2040.

Nos últimos 10 anos, a companhia já reduziu em 55% suas emissões diretas e indiretas (escopos 1 e 2). A jornada de descarbonização combina a substituição de combustíveis fósseis por alternativas renováveis, a eletrificação de processos industriais e ganhos de eficiência operacional. Entre as principais iniciativas estão a substituição do GLP por biometano, do coque por carvão vegetal renovável e a ampliação da eletrificação de equipamentos industriais.

Além dos avanços em suas próprias operações, a CBMM informa que segue desenvolvendo soluções que contribuem para ganhos de eficiência energética e redução de emissões em diferentes cadeias produtivas.

A atuação social da companhia permaneceu como parte estruturante de sua estratégia de longo prazo, com apoio a iniciativas de transformação social, especialmente em Araxá, nos pilares de educação, saúde, esporte, cultura e empreendedorismo.

Em 2025, a empresa destinou R$ 42 milhões, por meio de investimentos diretos e incentivados, a mais de 90 iniciativas e projetos que beneficiaram mais de 1 milhão de pessoas. Cerca de 70% dos projetos foram executados em Araxá, reforçando o compromisso contínuo da Companhia com o desenvolvimento socioeconômico local. %

"A receita líquida somou R$ 14,5 bilhões, representando um avanço de 8,3% na comparação com 2024. O Ebitda atingiu R$ 10,2 bilhões e o lucro líquido totalizou R$ 6,4 bilhões"

% COMPOSTAGEM

Guaxupé é selecionada em edital internacional

O município de Guaxupé, no Sul de Minas, foi selecionado em um edital internacional, promovido pela rede C40 Cities e pelo Pacto Global de Prefeitos pelo Clima e Energia (GCoM). O anúncio aconteceu nesta semana, na 89ª Reunião Geral da Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP).

O projeto "Guaxupé Composta – Implantação de Sistema Integrado de Tratamento de Resíduos Orgânicos" foi submetido pela Prefeitura de Guaxupé em parceria com o Instituto Recicleiros e a cooperativa de catadores Recicla Guaxupé, e aprovado pelo Programa Mutirão Brasil, iniciativa internacional que apoiará governos locais na estruturação de projetos de ação climática. No total, 33 cidades e dois estados foram selecionados para receber suporte técnico e financeiro em meio a mais de 150 propostas enviadas.

"Prefeitos de todo o Brasil estão avançando com ideias ousadas para enfrentar a crise climática ao mesmo tempo em que melhoram o dia a dia da população", diz o diretor executivo da C40 Cities, Mark Watts.

Ele explica que o Programa Mutirão Brasil conecta as cidades ao conhecimento técnico e às parcerias necessárias para transformar planos em ação, desde sistemas de transporte mais limpos até soluções mais inteligentes para a gestão de resíduos. "Ao apoiar a liderança das cidades, o Brasil demonstra como a ação local pode impulsionar o progresso climático em nível nacional e global", observa.

O "Guaxupé Composta" busca estruturar um piloto de compostagem municipal, gerar dados operacionais reais e, a partir dessa experiência, elaborar o Plano Municipal de Compostagem, com potencial de escala para que outras cidades da região possam avançar nessa agenda.

O projeto contribuirá para reduzir emissões de metano ao desviar resíduos orgânicos do aterro sanitário e promover tratamento aeróbio por compostagem. Os resíduos serão transformados em composto para agricultura e áreas verdes, com potencial de geração de créditos de carbono.

"Ter conseguido entrar nesse processo foi um grande passo para o município, visto que a compostagem é uma prática essencial para a gestão sustentável de resíduos sólidos. Ao transformar restos orgânicos em adubo, reduz-se significativamente o volume de lixo enviado a aterros sanitários, diminuindo custos públicos e impactos ambientais, como a emissão de gases de efeito estufa", destaca a diretora municipal de meio ambiente de Guaxupé, Rafaela Macedo.

O sistema de compostagem será implantado em área pública já dedicada à gestão de resíduos sólidos, onde atualmente já funcionam a Unidade de Processamento de Materiais Recicláveis (UPMR), o sistema municipal de gestão de resíduos da construção civil (RCC) e outras estruturas de manejo de resíduos urbanos. Em princípio, o "Guaxupé Composta" deverá tratar cerca de 200 toneladas de resíduos orgânicos por mês.



Município vai receber apoio para desenvolver projeto que vai contribuir para redução de emissões de metano a partir da compostagem FOTO: ANDRÉ SANCHES/ FERNANDO PAVOSKI

Programa - Desde 2020, Guaxupé faz parte do Programa Recicleiros Cidades, plataforma de desenvolvimento de políticas públicas de reciclagem e economia circular. A iniciativa, que integra cooperativas de catadores, poder público, setor privado e população, organiza a infraestrutura, os fluxos e os atores necessários para que a coleta seletiva funcione de forma contínua, desvie resíduos de aterros e lixões e converta esse material em trabalho, renda e movimentação econômica local.

Em 2025, foram 548,19 toneladas de materiais reciclados, 21 catadoras e catadores incluídos no programa e 484 ações de mobilização e educação ambiental na cidade.

A cooperativa Recicla Guaxupé, que já atua no processamento de resíduos sólidos no município, será protagonista no projeto "Guaxupé Composta", já que vai ampliar sua atuação para os materiais orgânicos.

A seleção de Guaxupé no Programa Mutirão Brasil é resultado da parceria entre a Prefeitura Municipal de Guaxupé, responsável pela coordenação institucional, infraestrutura e parte do financiamento do projeto; o Instituto Recicleiros, que faz o planejamento estratégico, suporte técnico e articulação institucional; a Cooperativa Recicla Guaxupé, a qual cuida da operação e coleta, controle de dados e futura gestão de créditos de carbono; e as secretarias de Meio Ambiente, Obras e Serviços Urbanos e Educação. %

Anexo SENAD_compressed (35683144) SEI 08129.003746/2026-88 / pg. 94

VEÍCULOS

Reestilizado, Jeep Renegade 2027 ganha sistema híbrido leve

% NOVIDADE **Modificado por dentro e por fora, o SUV passa pela maior atualização de sua história**

AMINTAS VIDAL, colaborador

Baseado no *design* do pioneiro Jeep Willys, de 1941, o Renegade conquistou o mercado brasileiro.

Ele tornou acessível aos brasileiros uma marca desejada, mas cara para os padrões nacionais.

Lançado há quase 11 anos, o modelo emplacou 580 mil unidades no Brasil e registrou 132 mil exportações.

Seu histórico demonstra a importância comercial que ele tem para a Jeep.

Neste período, o Renegade teve inúmeras versões, foi equipado com motores, câmbios e sistemas de tração diferentes e recebeu três reestilizações, contando com esta para a linha 2027.

Esta é a mais extensa entre todas. Grades, para-choques e rodas foram redesenhados. O novo painel, console central, revestimentos e equipamentos mudaram o interior do Renegade.

As sete fendas da grade, marca registrada da Jeep, foram transformadas em elementos sólidos e ressaltados.

Suas faces são fechadas e o ar entra por suas extremidades chanfradas, tanto por cima quanto por baixo. Este *design* veio dos novos modelos eletrificados da Jeep.

Este estilo geométrico, com volumes, faces planas, linhas retas laterais e bordas chanfradas, orientou o conceito de *design* do Renegade 2027, externamente e internamente.

A área sem pintura dos para-choques é avançada e os pontos de impulsão são destacados. Curiosamente, somente nesta reestilização o Renegade ganhou uma parte do para-choque no formato de chapa protetora, pintada na cor de alumínio, simulação muito usual em utilitários esportivos.

Lateralmente, apenas as rodas diamantadas são novas, porém, para todas as versões. Atrás, o para-choque é muito parecido com o dianteiro, o que confere unidade visual ao modelo.

Interior - O interior do Renegade tinha um *design* tão icônico quanto o da sua carroceria. A alça de segurança para o passageiro, localizada no painel principal, era a marca da cabine.

Porém, o sistema multimídia embutido não tinha como crescer e, provavelmente, foi este o motivo para a troca do painel.

A Jeep usou a arquitetura interna do Compass para reprojetar o interior do Renegade. Ou seja, a famosa alça de segurança não está mais presente.

O multimídia flutuante, as saídas de ventilação dianteiras, os comandos do ar-condicionado e o console central estão no compacto nas mesmas posições em que se encontram no modelo médio.

Novos equipamentos e peças vieram do Compass, enquanto outras foram feitas para o Renegade. Entre as peças, o painel é exclusivo, pois o Renegade é mais estreito que o Compass.

Ele segue o mesmo conceito do design das partes externas e, agora, é todo revestido de tecido. Para haver continuidade com as laterais, a parte superior do painel das portas foi redesenhada.

Apesar de muito parecidos, o console central, a moldura do multimídia e as saídas de ar são levemente diferentes.



FOTOS: DIVULGAÇÃO / STELLANTIS / JEEP

"As versões Longitude e Sahara foram equipadas com o sistema híbrido leve (MHEV), de 48V, auxiliando o motor 1.3 turboflex, acoplado ao câmbio automático de seis marchas"





Ar-condicionado - O ar-condicionado e o conjunto de botões posicionados em torno da alavanca de marcha são os mesmos do Compass. A manopla de câmbio veio da Fiat Toro.

O multimídia de 10,1 polegadas e o ar-condicionado *duo zone* com suas saídas de ventilação para os bancos traseiros foram as melhores heranças que o Renegade recebeu do Compass.

No mais, os novos grafismos do quadro de instrumentos seguem essas mesmas linhas geométricas chanfradas.

Os tecidos dos revestimentos internos e as hastes metálicas das saídas de ar combinam entre si em uma paleta de cores específica, diferenciada para cada versão.

A linha 2027 do Renegade foi reduzida às versões Altitude, Longitude, Sahara e Willys.

MHEV - As versões Longitude e Sahara foram equipadas com o sistema híbrido leve (MHEV), de 48V, auxiliando o motor 1.3 turboflex, acoplado ao câmbio automático de seis marchas.

O motor 1.3 turbo é capaz de gerar 176 cv de potência (gasolina/etanol) e 27,5 kgfm (270 Nm) de torque.

De acordo com a fabricante, com esse *powertrain*, o SUV compacto atinge 206 km/h de velocidade máxima. Para sair da imobilidade e atingir os 100 km/h, o modelo leva 8,9 segundos (gasolina/etanol).

Operado eletronicamente, o motor elétrico de 11,4 kW fornece energia mecânica para o motor a combustão, desonerando seu esforço no deslocamento do SUV.

Nas desacelerações, funciona como alternador, recarregando a própria bateria de 48V e a unidade comum de 12V.

Ele também substitui o motor de partida, melhorando o recurso *stop/start*. Porém, ele não traciona as rodas, não desloca o Renegade eletricamente e apenas auxilia o conjunto mecânico.

Segundo a Jeep, este sistema reduz em cerca de 7% o consumo de combustível no ciclo urbano e em 8% as emissões de CO_2.

O consumo destas versões, de acordo com a fabricante, chega a 11,9 km/l (gasolina) e 8,3 km/l (etanol) no ciclo urbano e a 11,8 km/l (gasolina) e 8,6 km/l (etanol) na estrada.

Homologadas como híbridas, elas têm isenções ou reduções de IPVA em alguns estados e não precisam cumprir o rodízio de placas de veículos na cidade de São Paulo (SP). **%**

Nova linha mantém preços e reduz valores em algumas versões

O Jeep Renegade Altitude chega, promocionalmente, por R$ 129,99 mil, limitado a 3.000 unidades. São R$ 18 mil a menos que no modelo 2026. Depois, a versão custará R$ 141,99 mil.

O preço da versão Longitude de 2027 é de R$ 158,69 mil, ou seja, R$ 7 mil a menos em relação à linha 2026.

As versões Sahara e Willys 2027 custam R$ 175,99 mil e R$ 189,49 mil, respectivamente, mantendo os mesmos preços atuais, mas ambas vêm com mais itens de série em comparação ao modelo 2026.

Os novos equipamentos de série da versão Altitude são: central multimídia de 10,1 polegadas; saídas de ar traseiras no console central; rodas de liga leve diamantadas e chave presencial.

Nas versões Longitude e Sahara, a principal mudança foi a adoção do sistema híbrido leve de 48V.

Elas também receberam os equipamentos e recursos de série que estrearam nessa reestilização, sendo a central multimídia e as saídas de ar traseiras os destaques.

Além destas novidades, tanto a versão Sahara como a versão Willys agora contam com banco elétrico para o motorista e sistema operacional Adventure Intelligence com Alexa, exclusividades que fazem parte dos equipamentos de série da dupla, bem como o teto solar.

Willys - A versão Willys continua como a única com tração 4x4 e câmbio automático de nove marchas.

Suas suspensões são elevadas em 20 mm, o sistema de tração é programado para quatro tipos de terrenos e as rodas aro 17 polegadas, inclusive o estepe, usam pneus de uso misto Pirelli Scorpion ATR+ na medida 225/65 R17.

O Renegade continua com garantia de cinco anos e assistência 24 horas em todo o território nacional. Para manter essa garantia ativa, é essencial a realização correta das revisões previstas no manual do veículo, sendo realizadas a cada 12.000 km rodados ou um ano.

Existem mais de 20 equipamentos disponíveis como acessórios para o Renegade. Eles são, por exemplo, barras de teto transversais e longitudinais, estribo lateral, soleira iluminada e tapete de bordas elevadas, itens desenvolvidos pela empresa Mopar.

Números - Este é o Jeep Renegade Sahara MHEV em números: 4,27 metros de comprimento; 1,81 metro de largura; 1,71 metro de altura e 2,57 metros de entre-eixos.

A altura mínima do solo é de 208 mm, sendo o ângulo de entrada de 25,6º e o de saída de 31,8º.

O porta-malas tem capacidade para 385 litros, sendo ampliado para 1.448 litros com os bancos traseiros rebatidos. O tanque de combustível tem capacidade para 55 litros. **(AV) %**

Anexo SENAD_compressed (35683144) SEI 08129.003746/2026-88 / pg. 95

saiba mais sobre ECONOMIA no QR CODE ao lado

CONJUNTURA



FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBE STOCK

Alimentos e gastos pessoais puxam prévia da inflação na Grande BH

% IPCA-15 Índice calculado pelo IBGE avançou 0,52% na primeira quinzena de março sobre fevereiro

JULIANA SODRÉ

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), indicador de prévia da inflação, apresentou alta de 0,52% em março na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Alimentação e despesas pessoais foram apontadas como os principais impactos.

O índice registrado em março é 0,43 ponto percentual (p.p.) abaixo da taxa registrada em fevereiro (0,95%). Dessa forma, o IPCA-15 da RMBH ocupa o quarto lugar entre os mais altos do País, junto com São Paulo, que também apresentou alta de 0,52%. Das nove regiões pesquisadas, Recife (0,82%), Belém (0,68%) e Fortaleza (0,60%) registraram os índices mais elevados.

Com isso, no acumulado trimestral, a taxa teve alta de 1,71% na RMBH e, em 12 meses, o IPCA-15 acumula alta de 3,65%.

Na RMBH, dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados, sete registraram variação positiva, com destaque para alimentação e bebidas (1,02%), seguido por despesas pessoais (1,02%) e habitação (0,92%).

O economista-chefe do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), Izak Silva, explica que a alta da inflação em alimentação e bebidas é motivada por fatores sazonais, como os impactos das chuvas. Dentro desse grupo, o subgrupo leite e derivados acelerou 4,27%, impactado por reajustes no litro de leite comercializado nas diversas bacias leiteiras da RMBH, conforme o Diário do Comércio noticiou recentemente.

Além do leite, cereais e leguminosas (4,47%), hortaliças e verduras (3,76%) também contribuíram para a alta do grupo principal. Nesses casos, as chuvas explicam o aumento. "Esses movimentos são típicos do primeiro trimestre, algo sazonal", avalia Silva.

Em despesas pessoais, a maior contribuição, segundo o IBGE, veio de serviços bancários (2,12%), seguido por hospedagem (2,96%).

O economista do BDMG chama atenção, no grupo habitação (0,92%), para a alta de aluguéis e taxas. "Aqui, temos um problema estrutural. Já falamos repetidamente sobre o déficit habitacional da região, o que impacta o preço dos aluguéis mês após mês", diz.

Silva também lembra do reajuste da tarifa de água e esgoto (2,2%): "Ela havia sido uma das maiores do Brasil e, agora vigente, acaba impactando bastante o grupo habitação", completa.

Nesse grupo, o economista destaca também a alta de artigos de limpeza (1,70%), setor que utiliza derivados petroquímicos e já reflete os impactos do conflito no Oriente Médio.

As demais variações ficaram em 0,63% para vestuário, 0,32% para saúde e cuidados pessoais, 0,2% em artigos de residência e 0,07% em comunicação. Por outro lado, educação (-0,14%) e transportes (-0,07%) apresentaram queda.

No caso dos transportes, a redução tarifária aos domingos e feriados contribuiu para que o subgrupo ônibus urbano (-1,67%) registrasse variação negativa. **%**

Resultado nacional supera expectativas e corte da Selic ainda não surte efeito

O avanço do IPCA-15 perdeu força em março passado os efeitos sazonais do início do ano letivo, mas os preços de alimentos e despesas pessoais pressionaram o índice e a alta dos preços ficou acima do esperado.

Em março, o índice subiu 0,44%, depois de avanço de 0,84% em fevereiro, acumulando em 12 meses alta de 3,9%. O resultado em 12 meses até março mostrou desaceleração em relação à taxa de 4,1% de fevereiro, mas segue acima da meta contínua para a inflação de 3,0% medida pelo IPCA, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

Ambas as leituras ficaram ainda acima das expectativas em pesquisa da Reuters de altas de 0,29% na base mensal e de 3,74% em 12 meses.

"O resultado mostra que a inflação segue em processo de moderação, mas de forma irregular e ainda sujeita a choques relevantes", disse o conselheiro da Ancord, Pablo Spyer.

Os grupos de alimentação e bebidas e de despesas pessoais se destacaram em março, com altas respectivamente de 0,88% e 0,82%.

A alta da alimentação no domicílio acelerou a 1,1% em março, com avanços de açaí (29,95%), feijão-carioca (19,69%), ovo de galinha (7,54%), leite longa vida (4,46%) e carnes (1,45%).

Já entre as despesas pessoais, os subitens de serviço bancário (2,12%) e empregado doméstico (0,59%) pesaram no resultado.

O grupo habitação também registrou aceleração do aumento dos preços a 0,24%, influenciado pela alta de 0,29% da energia elétrica residencial com reajustes médios de 15,1% e 14,66% nas concessionárias no Rio de Janeiro.

O IPCA-15 de março mostrou ainda recuo de 0,03% dos combustíveis, com quedas nos preços do gás veicular (-2,27%), do etanol (-0,61%) e da gasolina (-0,08%), enquanto o óleo diesel subiu 3,77%. Ainda assim os custos dos transportes avançaram 0,21%, com alta de 5,94% das passagens aéreas.

Análise - Ao avaliar os dados nacionais, o professor dos cursos de Gestão e Negócios do UniBH, Fernando Sette Junior, afirma que, do ponto de vista das expectativas, o resultado veio acima do que o mercado projetava.

"A mediana apurada pela Reuters apontava para uma alta de 0,29% no mês e de 3,74% em 12 meses, abaixo dos 0,44% e dos 3,9% efetivamente observados. Isso significa que, embora a inflação tenha desacelerado na comparação com fevereiro, a leitura de março ainda surpreendeu negativamente os analistas", explica.

Dessa forma, ele avalia que o mercado esperava um efeito mais visível do ciclo anterior de juros elevados sobre a inflação corrente, e esse alívio não apareceu na intensidade projetada: "Isso não significa que a política monetária tenha deixado de funcionar, mas sim que sua transmissão continua lenta, parcial e desigual".

Segundo o professor, parte relevante da pressão inflacionária segue concentrada em grupos menos sensíveis aos juros no curto prazo, como alimentos e alguns serviços, o que reduz a velocidade do efeito desinflacionário esperado.

Além disso, o corte mais recente da Selic, decidido pelo Copom para 14,75% ao ano, é recente demais para ter influência relevante sobre o dado divulgado nesta semana. "A inflação desacelerou, mas menos do que o mercado esperava, e o efeito baixista da Selic sobre os preços ainda não se efetivou na magnitude embutida nas projeções", conclui. **(JS e Reuters) %**

% SUPERMERCADOS

Consumo nos lares mineiros avançou 1,44% no bimestre

O consumo nos supermercados mineiros teve expansão de 1,44% no primeiro bimestre de 2026 na comparação com o mesmo período do ano passado. O dado é apontado pelo Índice de Consumo dos Lares Mineiros de fevereiro, pesquisa mensal da Associação Mineira de Supermercados (Amis). A pesquisa é realizada com empresas de todos os portes, em todo o estado, e deflacionada pelo IPCA/IBGE.

Em fevereiro, na comparação com o mesmo mês do ano passado, a pesquisa apontou alta de 0,98% na demanda nos supermercados do estado. Já na comparação com janeiro deste ano, o resultado foi negativo, ficando em -3,86%.

O Presidente Executivo da Amis, Antônio Claret Nametala, explica o motivo dessa variação no primeiro bimestre, especialmente em fevereiro. "Esse é um dos resultados mais previsíveis que temos na pesquisa ao longo do ano. Primeiramente, em janeiro temos uma base alta de comparação pelos resultados de dezembro. Além disso, por ser um mês de férias, muitas famílias passam boa parte desse período fora do Estado", analisa.

A comparação de fevereiro com janeiro tradicionalmente aponta retração na demanda, mas, observa Nametala, trata-se também de um resultado bastante previsível. "Neste caso, o principal fator é o calendário, já que são três dias a menos de venda. Em um segmento do varejo com demandas diárias do consumidor, em todos os horários, essa diferença de dias ocasiona um impacto relevante nos resultados do mês", explica.

Vale dizer que todas as regiões do Estado apresentaram crescimento no consumo no acumulado do bimestre. Por outro lado, todas registraram retração na comparação de fevereiro com janeiro. **%**

Anexo SENAD_compressed (35683144) SEI 08129.003746/2026-88 / pg. 96

LEGISLAÇÃO

Procon-MPMG autua 14 dos 185 postos fiscalizados

% COMBUSTÍVEIS Principais infrações foram efetuadas devido a falhas na transparência de preços e na prestação de informações ao consumidor

ANA LUISA SALES

O Procon-MPMG informou ontem que autuou 14 dos 185 postos de combustíveis fiscalizados em Minas Gerais, o equivalente a cerca de 8% das inspeções realizadas. As investigações ocorreram após alguns estabelecimentos reajustarem os preços dos combustíveis além dos aumentos causados pela volatilidade do petróleo no mercado internacional.

Segundo o órgão, os postos autuados estão localizados em Astolfo Dutra, Barbacena, Cataguases, Contagem, Curvelo, Dona Eusébia, Espinosa, Felixlândia, Guaxupé, Mamonas, Presidente Juscelino; Santana de Cataguases e São José da Varginha.

De acordo com o Procon-MPMG, as principais infrações envolvem falhas na transparência de preços e na prestação de informações ao consumidor, além de problemas relacionados à qualidade dos combustíveis, à conformidade técnica dos equipamentos de medição e à documentação de origem dos produtos.

Além das autuações, foram feitas 110 notificações presenciais para que os postos apresentem esclarecimentos e documentos. O número não inclui notificações enviadas por outros meios, como correspondência.

O Procon-MPMG também adotou monitoramento eletrônico para ampliar o alcance das ações. Cerca de 4,5 mil postos foram mapeados em todo o Estado, com levantamento de preços de compra e venda dos combustíveis.

A análise identificou elevações de margem consideradas relevantes, especialmente no diesel. Entre os estabelecimentos monitorados, 22 registraram aumentos próximos de 50%, enquanto cerca de 250 tiveram reajustes entre 30% e 40%, e outros 627 apresentaram variações entre 20% e 30%. A média de aumento observada foi de 15,9%.

Segundo o órgão, os grupos com maiores elevações foram classificados como prioritários para fiscalização. Os relatórios estão sendo encaminhados às Promotorias de Justiça em Minas Gerais, que podem notificar os postos com indícios de irregularidades.

Os fornecedores que não conseguirem justificar os reajustes com base na estrutura de custos podem ser alvo de sanções administrativas.

Endurecimento - O balanço foi apresentado após o órgão adotar uma série de ações para evitar que os preços dos combustíveis em Minas Gerais aumentassem sem justificativa. Na última quarta-feira (25), o Procon-MPMG já havia expedido recomendações aos postos revendedores a fim de evitar altas injustificadas.

O órgão instruiu os estabelecimentos a comprovar os reajustes com base em custos reais de aquisição das distribuidoras, além de adotar medidas para informar as mudanças nos preços ao consumidor.

As ações do órgão condizem com a postura das entidades municipais do Estado. No início da semana, o Procon Belo Horizonte também se manifestou sobre as variações nos preços dos combustíveis e fez recomendações aos postos.

Em nota, o Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo no Estado de Minas Gerais (Minaspetro) informou que irá comunicar as recomendações do Procon estadual conforme foi notificado, mas fez ressalvas. "O sindicato avalia questionar a legalidade e a constitucionalidade das determinações, com o intuito de assegurar o regime jurídico de preços livres dos postos e evitar que a ação do Procon impeça o funcionamento regular e competitivo do mercado e assim prejudique o bem-estar do consumidor", afirmou a entidade.

Ainda, o sindicato pontuou que o mercado é desafiador e que existem diversos fatores que impactam os custos ao longo da cadeia dos combustíveis e justificou que "para além da mera somatória dos custos, os preços também são formados a partir da interação entre oferta e demanda em um ambiente de livre mercado, sendo que cada posto deve ser livre para definir seu posicionamento e estratégias de mercado".

Por fim, o Minaspetro alertou que a interferência de agentes públicos ou privados na precificação dos postos pode potencialmente ofender a Constituição Federal e a Lei 12.529/2011."Por isso, os postos revendedores não podem ser injustamente culpados pela escalada dos preços ao consumidor e o Minaspetro estuda adotar todas as medidas jurídicas cabíveis em defesa da categoria", finalizou a nota. %



O Procon-MG realizou 110 notificações presenciais para a apresentação de esclarecimentos e documentos por parte dos postos de combustíveis FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / ARQUIVO / CHARLES SILVA DUARTE

"O sindicato avalia questionar a legalidade e a constitucionalidade das determinações, com intuito de assegurar o regime jurídico de preços livres dos postos"

% AGENDA TRIBUTÁRIA FEDERAL

IOB | sage

Histórico

Esta agenda contém as principais obrigações a serem cumpridas nos prazos previstos na legislação em vigor. Apesar de conter, basicamente, obrigações tributárias, de âmbito estadual e municipal, a agenda não esgota outras determinações legais, relacionadas ou não com aquelas, a serem cumpridas em razão de certas atividades econômicas e sociais específicas.

Nos termos do artigo 118, da Parte Geral do RICMS-MG/2023 os prazos fixados para o recolhimento do imposto, só vencem em dia de expediente na rede bancária onde deva ser efetuado o pagamento.

Agenda elaborada com base na legislação vigente em 10/02/2026. Recomenda-se vigilância quanto a eventuais alterações posteriores. Acompanhe o dia a dia da legislação no Site do Cliente (*www.iob.com.br/sitedocliente*).

O recolhimento do ICMS deverá ser efetuado até o dia 10 do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador, nas hipóteses não especificadas no artigo 112 ,"g", do RICMS-MG/2023.

Os prazos a seguir são os constantes dos seguintes atos:

a) artigo 112 da Parte Geral do RICMS-MG/2023; e

b) artigo 24 do anexo VII do RICMS-MG/2023 (produtos sujeitos à substituição tributária).

O Regulamento de ICMS de Minas Gerais é aprovado pelo Decreto nº 48.589/2023.

Dia 27

ICMS - março (1º a 26) - indústrias de bebidas e fumos - Operações próprias da indústria de bebidas, classificada no código 1113-5/02 da Cnae, que apresente faturamento, por núcleo de inscrição, no mês anterior ao da ocorrência do fato gerador, superior a R$ 400.000.000,00, e da indústria do fumo, classificada no código 1220-4/01 da Cnae, que apresente faturamento, por núcleo de inscrição, no mês anterior ao da ocorrência do fato gerador, superior a R$ 400.000.000,00. **Notas:**

(1) Este prazo de recolhimento refere-se às operações ocorridas entre os dias 1º e 26 do mês de referência.

(2) O recolhimento será efetuado até o dia 27 do mês da ocorrência do fato gerador, não havendo expediente bancário postergar para o primeiro dia útil seguinte. DAE/internet, RICMS-MG/2023, artigo 112, XI, "a".

Dia 30

DeSTDA - fevereiro - Simples Nacional - A DeSTDA será transmitida mensalmente até o dia 28 do mês subsequente ao do encerramento do período de apuração ou até o primeiro dia útil seguinte, quando o término do prazo se der em dia não útil, pelos contribuintes cujas operações ou prestações estiverem sujeitas aos regimes de substituição tributária, da antecipação do recolhimento do imposto e à incidência do imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e interestadual. A DeSTDA também deverá ser transmitida à unidade da Federação onde o contribuinte mineiro estiver inscrito como substituto tributário. Programa Sedif-SN (Sistema Eletrônico de Documentos e Informações Fiscais do Simples Nacional), RICMS-MG/2023, anexo V, parte 1, artigo 144, § 1º.

Dia 31

ICMS - dezembro - Simples Nacional/substituição tributária- Operações sujeitas ao regime de substituição tributária, nos termos do anexo VII, artigo 24, § 4º. Na hipótese de atribuição da responsabilidade por substituição tributária à ME ou EPP, inscrita no Cadastro de Contribuintes do ICMS deste Estado. O recolhimento deverá ser efetuado até o último dia do 3º mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador. DAE/internet, RICMS-MG/2023, anexo VII, parte 1, artigo 24, § 4º.

TFRM - fevereiro - Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários (TFRM) - Recolhimento da TFRM relativa às saídas de recurso minerário do estabelecimento do contribuinte, no mês anterior. **Notas:**

(1) Para fins deste recolhimento considera-se, também, dia útil aquele declarado como ponto facultativo nas repartições públicas estaduais pelo Poder Executivo do Estado, desde que exista, no município onde esteja localizado o estabelecimento responsável pelo pagamento, agência arrecadadora credenciada em funcionamento.

(2) Pagamento deverá ser efetuado até o último dia útil do mês seguinte ao da emissão do documento fiscal. DAE/internet, Lei nº 19.976/2011, artigo 9º; Decreto nº 45.936/2012, artigo 10, §§ 1º e 2º.

Anexo SENAD_compressed (35683144) SEI 08129.003746/2026-88 / pg. 97

saiba mais sobre FINANÇAS no QR CODE ao lado

FINANÇAS

BC tem margem para avaliar impactos da guerra na economia

% POLÍTICA MONETÁRIA Galípolo afirma que é necessário um estudo mais aprofundado sobre os efeitos

Brasília - O presidente do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, afirmou ontem que o conservadorismo da política monetária em 2025 deu à autarquia "gordura" para analisar os efeitos da guerra no Oriente Médio, acrescentando que o mercado entendeu corretamente o fato de a "calibragem" da Selic se referir a cortes dos juros.

Durante coletiva de imprensa sobre o Relatório de Política Monetária, ele avaliou que o momento atual é de ter "tempo para entender" os efeitos econômicos da guerra dos Estados Unidos (EUA) e de Israel contra o Irã.

"O conservadorismo que o BC adotou ao longo de 2025 reservou para a gente uma posição melhor do que se a gente não tivesse sido conservador", disse.

"Nos permite ter uma gordura para que a gente possa ir analisando os desdobramentos (da guerra) e entender como isso vai impactar a economia brasileira", acrescentou.

Segundo ele, vem ganhando força a interpretação de que o choque gerado pelo conflito afeta não apenas a logística, mas também a capacidade produtiva de petróleo.

Galípolo ressaltou que banqueiros centrais têm concluído que choques de oferta como o observado agora com o petróleo tendem a pressionar a inflação para cima e a atividade econômica para baixo.



Presidente do BC diz que o momento é para entender os impactos econômicos do conflito do Oriente Médio no País FOTO: RAPAHEL RIBEIRO/BC

Para o presidente do BC, é necessário um estudo mais aprofundado sobre os efeitos do conflito sobre a atividade no Brasil, que conta com o benefício de ser exportador de petróleo.

Ele ressaltou que o cenário de incerteza "alargou" o intervalo de confiança das projeções do BC, ressaltando que a parcimônia da autarquia ao longo do último ano dá agora à autoridade monetária mais tempo para entender quais os desdobramentos do conflito sobre o País.

Na semana passada, o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC cortou a taxa básica de juros (Selic) em 0, 25 ponto percentual, para 14,75% ao ano, mas destacou o aumento da incerteza com a guerra. O BC afirmou que estava dando início a um ciclo de "calibração" da política monetária, termo que já constava no comunicado anterior do Copom, de janeiro, quando sinalizou um corte para março.

De acordo com Galípolo, o mercado entendeu corretamente que a calibragem citada pelo BC diz respeito ao processo de corte de juros.

Na entrevista, o presidente do BC afirmou que a revelação do envolvimento de servidores do BC em atos investigados pela polícia sobre o Banco Master gerou consternação entre servidores e um "processo de luto".

Ele defendeu a aprovação da emenda constitucional que dá autonomia financeira à autoridade monetária e do projeto de lei de resolução bancária, que dariam mais instrumentos para a atuação do BC em casos desse tipo. **(Reuters) %**

" (...) a parcimônia da autarquia ao longo do último ano dá agora à autoridade monetária mais tempo para entender quais os desdobramentos do conflito sobre o País"

Autarquia projeta inflação em alta até fim de 2026

Brasília - O Banco Central (BC) projeta que a inflação do Brasil passará a subir até o fim de 2026 e, apesar da perspectiva de queda depois disso, seguirá acima da meta central de 3% até pelo menos o terceiro trimestre de 2028.

No relatório de política monetária, divulgado ontem, o BC elevou para 3,9% sua projeção de inflação para este ano, sobretudo pelo aumento dos preços do petróleo. No documento anterior, de dezembro de 2025, a estimativa era de 3,5%.

"[...] A inflação acumulada em quatro trimestres cai para 3,6% no primeiro trimestre de 2026. Depois, apresenta trajetória de alta, em boa medida advinda do aumento dos preços do petróleo, terminando 2026 em 3,9%. A partir de então, volta a cair, chegando a 3,1% no último período considerado, referente ao terceiro trimestre de 2028", disse a autoridade monetária.

O objetivo central perseguido pelo Banco Central é de 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos. Isso significa que a meta é considerada cumprida se oscilar entre 1,5% (piso) e 4,5% (teto).

Entre os fatores que contribuíram para a alta das projeções de inflação, segundo o BC, destacam-se a elevação do preço do petróleo e a revisão do hiato do produto, quando esse indicador está mais positivo, significa que a economia opera acima do seu potencial e está sujeita a pressões inflacionárias.

A autarquia apontou também no documento que a probabilidade de o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ultrapassar o limite superior da meta neste ano, que subiu de 23% para 30%. Já no caso do limite inferior, a chance caiu de 7% para 2%.

Isso, contudo, não reflete mais a probabilidade de descumprimento da meta de inflação. No modelo de avaliação contínua, o BC descumprirá o objetivo caso o IPCA se situe fora do intervalo de tolerância por seis meses consecutivos (em qualquer mês do ano).



No relatório de política monetária, o Banco Central informa que a guerra eleva o grau de incerteza em torno de suas previsões FOTO: STRINGER / REUTERS

PIB - A autoridade monetária manteve a projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) para 2026 em 1,6%, mas mencionou que essa estimativa está sujeita a maior incerteza diante dos potenciais efeitos dos conflitos no Oriente Médio.

"Embora episódios de elevada tensão geopolítica sejam recorrentes, o novo conflito no Oriente Médio causou volatilidade, incerteza e aversão a risco nos mercados", afirmou.

"Os preços do petróleo, do gás e de outros produtos subiram e permaneceram instáveis desde o início do conflito. Se o trânsito pelo Estreito de Ormuz continuar interrompido por tempo prolongado, ou se o conflito ganhar contorno regional, o impacto sobre os preços e sobre a atividade econômica pode ser significativo e duradouro", acrescentou.

No relatório de política monetária, o BC disse também que a guerra eleva o grau de incerteza em torno de suas previsões. "Se prolongado, seus impactos predominantes, no País e no exterior, devem ser consistentes com um choque negativo de oferta, aumentando a inflação e reduzindo o crescimento, ainda que alguns setores da economia brasileira, especialmente o petrolífero, possam se beneficiar", observou.

Para este ano, a Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda projeta um avanço do PIB de 2,3%, mesmo diante das incertezas provocadas pelo conflito no Oriente Médio. Os agentes econômicos, por sua vez, estimam um crescimento de 1,84%, conforme o boletim Focus divulgado na última segunda-feira (23).

"No cenário doméstico, o crescimento da atividade econômica continua em trajetória de moderação, enquanto o mercado de trabalho ainda mostra resiliência", disse o BC, ressaltando que o PIB cresceu 2,3% em 2025, abaixo do ritmo registrado entre 2021 e 2024.

Na apresentação dos dados, o diretor Paulo Picchetti, que chefia interinamente a área de política econômica, além de comandar a diretoria de assuntos internacionais e de gestão de riscos corporativos, ressaltou que a desaceleração da economia mais acentuada em componentes mais sensíveis aos juros altos comprova a eficácia da política monetária.

Ele destacou também que, desde 2021, pela primeira vez o PIB não surpreendeu para cima em relação às expectativas. **(Nathalia Garcia/ Folhapress) %**

Anexo SENAD_compressed (35683144) SEI 08129.003746/2026-88 / pg. 98

Dólar fecha acima dos R$ 5,25 impulsionado pela guerra

% CÂMBIO Moeda norte-americana sustentou ganhos ante divisas de países emergentes como o peso chileno, o rand sul-africano e o peso mexicano

São Paulo - As preocupações com os efeitos econômicos da guerra no Oriente Médio voltaram a impulsionar o dólar ao redor do mundo ontem, com a moeda terminando a sessão no Brasil acima dos R$ 5,25, mesmo após o Banco Central (BC) ter injetado US$ 1 bilhão no mercado.

O dólar à vista fechou com alta de 0,70%, aos R$ 5,2574. No ano, a divisa passou a acumular baixa de 4,22%.

Às 17h06, o dólar futuro para abril, o mais líquido no mercado brasileiro, subia 0,57% na B3, aos R$ 5,2625.

Os rendimentos dos Treasuries e o petróleo voltaram a subir ontem no exterior, em função da continuidade dos conflitos no Oriente Médio.

Enquanto o presidente dos Estados Unidos (EUA), Donald Trump, afirmou que os negociadores iranianos estavam "implorando" por um acordo, o Irã disse que o plano norte-americano de cessar-fogo está sob análise, mas que não há negociações. Mais tarde, Trump afirmou que o Irã havia permitido que dez petroleiros passassem pelo Estreito de Ormuz.



O dólar à vista fechou com alta de 0,70%, aos R$ 5,2574; já no ano, a divisa passou a acumular baixa de 4,22% FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBE STOCK

Neste cenário, a moeda norte-americana sustentava ganhos ante divisas de países emergentes como o peso chileno, o rand sul-africano, o peso mexicano e o real.

No início da tarde, o Banco Central do Brasil realizou dois leilões extraordinários de linha (venda de dólares com compromisso de recompra), com venda total de US$1 bilhão.

Entre profissionais ouvidos pela Reuters, a percepção é de que o BC atuou no mercado à vista para melhorar a liquidez, em meio à demanda pela moeda para remessas ao exterior.

"Está faltando dólar no mercado à vista. E na falta de liquidez, o BC faz o leilão", comentou o diretor da Correparti Corretora, Jefferson Rugik.

Durante entrevista coletiva em Brasília, o presidente do BC, Gabriel Galípolo, afirmou que as intervenções da instituição no mercado de câmbio estão seguindo a "orientação de sempre".

Desde que a guerra dos EUA e de Israel contra o Irã começou, no fim de fevereiro, o BC tem promovido algumas operações para minimizar os efeitos do conflito no mercado de câmbio. O BC fez em diferentes datas o "casadão" (venda de dólares à vista simultaneamente à negociação de contratos de *swap* reverso) e leilões de linha (venda de dólares com compromisso de recompra).

No exterior, às 17h12 o índice do dólar, que mede o desempenho da moeda norte-americana frente a uma cesta de seis divisas, subia 0,21%, a 99,832. **(Reuters) %**

"Durante entrevista coletiva em Brasília, o presidente do BC, Gabriel Galípolo, afirmou que as intervenções da instituição no mercado de câmbio estão seguindo a 'orientação de sempre'"

Indicadores Econômicos

Dólar

		26/03/2026	25/03/2026	24/03/2026
COMERCIAL*	COMPRA	R$ 5,2560	R$ 5,2200	R$ 5,2540
	VENDA	R$ 5,2560	R$ 5,2200	R$ 5,2540
PTAX (BC)	COMPRA	R$ 5,2302	R$ 5,2269	R$ 5,2593
	VENDA	R$ 5,2308	R$ 5,2275	R$ 5,2599
TURISMO*	COMPRA	R$ 5,2700	R$ 5,2500	R$ 5,2900
	VENDA	R$ 5,4500	R$ 5,4300	R$ 5,4700

Fonte: BC

Ouro

	26/03/2026	25/03/2026	24/03/2026
Nova Iorque (onça-troy)	US$ 4.376,91	US$ 4.505,78	US$ 4.475,08
BM&F-SP (g)	R$ 745,99	R$ 766,18	R$ 744,94

Fonte: Gold Price

Taxas Selic

	Tributos Federais (%)	Meta da Taxa a.a. (%)
Março	0,96	14,25
Abril	1,06	14,25
Maio	1,14	14,75
Junho	1,10	15,00
Julho	1,28	15,00
Agosto	1,16	15,00
Setembro	1,22	15,00
Outubro	1,28	15,00
Novembro	1,05	15,00
Dezembro	1,22	15,00
Janeiro	1,16	15,00
Fevereiro	1,00	15,00

Reservas Internacionais

25/03..... US$ 363.899 milhões

Fonte: BCB-DSTAT

Imposto de Renda

• Tabela mensal do Imposto de Renda em 2026 (Fonte: Receita Federal)

Base de Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir (R$)
Até 2.428,80	Isento	Isento
De 2.428,81 até 2.826,65	7,5	182,16
De 2.826,66 até 3.751,05	15	394,16
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	675,49
Acima de 4.664,68	27,5	908,73

Deduções:

a) R$ 189,59 por dependente (sem limite).

b) Faixa adicional de R$ 1.903,98 para aposentados, pensionistas e transferidos para a reserva remunerada com mais de 65 anos.

c) Contribuição previdenciária.

d) Pensão alimentícia.

Limite mensal de desconto simplificado: R$ 607,20

Lei nº 15.191, de 11 de agosto de 2025

Obs: Para calcular o valor a pagar, aplique a alíquota e, em seguida, a parcela a deduzir.

• Tabela de redução do IR mensal de 2026 (Fonte: Receita Federal)

Rendimentos tributáveis mensais	Redução do imposto
Até R$ 5 mil	Até R$ 312,89, zerando o imposto
de R$ 5.000,01 a R$ 7.350,00	R$ 978,62 – (0,133145 x Renda Mensal), até zerar para quem ganha R$ 7.350,00
A partir de R$ 7.350,01	Sem redução.

Lei nº 15.270, de 26 de novembro de 2025

Fonte: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/meu-imposto-de-renda/tabelas/2026

Inflação

Índices	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	No ano	12 meses
IGP-M (FGV)	-0,34%	0,24%	-0,49%	-1,67%	-0,77%	0,36%	0,42%	-0,36%	0,27%	-0,01%	0,41%	-0,73%	-0,32%	-2,67%
IPC-Fipe	0,62%	0,45%	0,27%	-0,08%	0,28%	0,04%	0,65%	0,27%	0,20%	0,32%	0,21%	0,25%	0,47%	3,54%
IGP-DI (FGV)	-0,50%	0,30%	-0,85%	-1,80%	-0,07%	0,20%	0,36%	-0,03%	0,01%	0,10%	0,20%	-0,84%	-0,64%	-2,91%
INPC-IBGE	0,51%	0,48%	0,35%	0,23%	0,21%	-0,21%	0,52%	0,03%	0,03%	0,21%	0,39%	0,56%	0,95%	3,36%
IPCA-IBGE	0,56%	0,43%	0,26%	0,24%	0,26%	-0,11%	0,48%	0,09%	0,18%	0,33%	0,33%	0,70%	1,03%	3,81%
IPCA-IPEAD	0,32%	0,37%	0,05%	0,74%	0,50%	-0,24%	0,05%	-0,05%	0,10%	0,42%	1,13%	-0,07%	1,05%	3,35%

Salário/CUB/UPC/Ufemg/TJLP

	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.
Salário	1518,00	1518,00	1518,00	1518,00	1518,00	1518,00	1518,00	1518,00	1518,00	1518,00	1.621,00	1.621,00
CUB-MG* (%)	0,11	0,19	0,06	0,18	0,26	0,08	0,07	0,11	0,08	0,05	6,38	0,15
UPC (R$)	24,55	24,65	24,65	24,65	24,78	24,78	24,78	24,91	24,91	24,91	25,04	25,04
UFEMG (R$)	5,5310	5,5310	5,5310	5,5310	5,5310	5,5310	5,5310	5,5310	5,5310	5,5310	5,7899	5,7899
TJLP (&a.a.)	7,97	8,65	8,65	8,65	8,96	8,96	8,96	9,07	9,07	9,07	9,19	9,19

***Fonte:** Sinduscon-MG

Taxas de câmbio

MOEDA/PAÍS	CÓDIGO	COMPRA	VENDA
BOLIVIANO/BOLIVIA	30	0,7461	0,7625
COLON/COSTA RICA	35	0,477	0,4777
COLON/EL SALVADOR	40	0,01121	0,01136
COROA DINAMARQUESA	55	0,8078	0,8079
COROA ISLND/ISLAN	60	0,04205	0,04215
COROA NORUEGUESA	65	0,5404	0,5406
COROA SUECA	70	0,5557	0,5559
DIRHAM/EMIR.ARABE	145	1,4237	1,4243
DOLAR AUSTRALIANO	150	3,6146	3,6155
DOLAR/BAHAMAS	155	5,2302	5,2308
DOLAR CANADENSE	165	3,7758	3,7765
DOLAR DA GUIANA	170	0,02485	0,02515
DOLAR CAYMAN	190	6,2637	6,3212
DOLAR CINGAPURA	195	4,0708	4,0741
DOLAR HONG KONG	205	0,6683	0,6685
DOLAR CARIBE ORIENTAL	210	0,7662	0,775
DOLAR DOS EUA	220	5,2302	5,2308
FORINT/HUNGRIA	345	0,01557	0,01558
FRANCO SUICO	425	6,5896	6,5929
GUARANI/PARAGUAI	450	0,0007977	0,0008003
IENE	470	0,03276	0,03276
LIBRA/EGITO	535	0,09906	0,09926
LIBRA ESTERLINA	540	6,9823	6,9842
LIBRA/LIBANO	560	0,0000584	0,0000584
LIBRA/SIRIA, REP	575	0,0434	0,04734
NOVO DOLAR/TAIWAN	640	0,1637	0,1639
NOVO SOL/PERU	660	1,5112	1,5118
PESO ARGENTINO	665	0,05553	0,05554
PESO CHILE	715	0,005653	0,00566
PESO/COLOMBIA	720	0,001418	0,00142
PESO/CUBA	725	0,2179	0,218
PESO/REP. DOMINIC	730	0,08758	0,08815
PESO/FILIPINAS	735	0,0869	0,087
PESO/MEXICO	741	0,2942	0,2943
PESO/URUGUAIO	745	0,1292	0,1293
QUETZEL/GUATEMALA	770	0,6825	0,6844
RANDE/AFRICA SUL	775	0,002483	0,002498
RENMINBI HONG KONG	796	0,7561	0,7563
RIAL/CATAR	800	1,429	1,4331
RIAL/ARAB SAUDITA	820	1,3941	1,3944
RINGGIT/MALASIA	828	1,3089	1,3103
RUBLO/RUSSIA	830	0,06437	0,06438
RUPIA/INDIA	860	0,05556	0,05558
WON COREIA SUL	930	0,003473	0,003476
EURO	978	6,0362	6,0374

Fonte: Banco Central / Thomson Reuters

Contribuição ao INSS

TABELA DE CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DE DE 01/01/2026

Tabela de contribuição dos segurados empregados, inclusive o doméstico, e trabalhador avulso

Salário de contribuição (R$)	Alíquota (%)
Até R$ 1.621,00	7,50
De R$ 1.621,01 até R$ 2.902,84	9,00
De R$ 2.902,85 até R$ 4.354,27	12,00
De R$ 4.354,28 até R$ 8.475,55	14,00

CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS AUTÔNOMOS, EMPRESÁRIO E FACULTATIVO

Salário base (R$)	Alíquota %	Contribuição (R$)
1.621,00	5 (*)	81,05
1.621,00	11 (**)	178,31
1.621,01 até 8.478,55	20	Entre 324,20 (salário mínimo) e 1.695,11 (teto)

*Alíquota exclusiva do Facultativo Baixa Renda;

**Alíquota exclusiva do Plano Simplificado de Previdência;

COTAS DE SALÁRIO FAMÍLIA

	Remuneração	Valor unitário da quota
A Partir de 01/01/2025		
(Portaria ME 914/2020)	Até R$ 1.980,38	R$ 67,54

Fonte: Tabelas INSS e SF: Portaria Interministerial MTP/ME nº 12, de 17 de Janeiro de 2022

FGTS

Índices de rendimento (Coeficientes de JAM Mensal)

Competência do Depósito	Crédito	3% *	6%
Novembro/2025	Janeiro/2026	0.004212	0.006618
Dezembro/2025	Fevereiro/2026	0.004188	0.006593

* Taxa que deverá ser usada para atualizar o saldo do FGTS no sistema de Folha de Pagamento.

Fonte: Caixa Econômica Federal

Seguros

13/03	0,014025409	3,130489001
14/03	0,014026331	3,130694629
15/03	0,014026331	3,130694629
16/03	0,014026331	3,130694629
17/03	0,014027456	3,130945727
18/03	0,014028644	3,131211018
19/03	0,014029832	3,131476175
20/03	0,014031020	3,131741354
21/03	0,014032209	3,132006555
22/03	0,014032209	3,132006555
23/03	0,014032209	3,132006555
24/03	0,014033397	3,132271779
25/03	0,014034585	3,132536870
26/03	0,014035772	3,132801982
27/03	0,014036960	3,133067117

Fonte: Fenaseg

TBF

20/03 a 20/04	0,9941
21/03 a 21/04	0,9944
22/03 a 22/04	0,9944
23/03 a 23/04	1,0438
24/03 a 24/04	1,0405
25/03 a 25/04	1,0375

Aluguéis

Fator de correção anual residencial e comercial	
IPCA (IBGE)	
Fevereiro	1,0381
IGP-DI (FGV)	
Fevereiro	0,9709
IGP-M (FGV)	
Fevereiro	0,9733

TR/Poupança

20/02 a 20/03	0,1695	0,6703
21/02 a 21/03	0,1695	0,6703
22/02 a 22/03	0,1695	0,6703
23/02 a 23/03	0,1695	0,6703
24/02 a 24/03	0,1695	0,6703
25/02 a 25/03	0,1694	0,6702
26/02 a 26/03	0,1694	0,6702
27/02 a 27/03	0,1694	0,6702
28/02 a 28/03	0,1697	0,6705
01/03 a 01/04	0,1735	0,6744
02/03 a 02/04	0,1753	0,6762
03/03 a 03/04	0,1752	0,6761
04/03 a 04/04	0,1733	0,6742
05/03 a 05/04	0,1712	0,6721
06/03 a 06/04	0,1694	0,6702
07/03 a 07/04	0,1694	0,6702
08/03 a 08/04	0,1712	0,6721
09/03 a 09/04	0,1731	0,6740
10/03 a 10/04	0,1731	0,6740
11/03 a 11/04	0,1729	0,6738
12/03 a 12/04	0,1710	0,6719
13/03 a 13/04	0,1693	0,6701
14/03 a 14/04	0,1693	0,6701
15/03 a 15/04	0,1712	0,6721
16/03 a 16/04	0,1730	0,6739
17/03 a 17/04	0,1731	0,6740
18/03 a 18/04	0,1729	0,6738
19/03 a 19/04	0,1710	0,6719
20/03 a 20/04	0,1689	0,6697
21/03 a 21/04	0,1689	0,6697
22/03 a 22/04	0,1689	0,6697
23/03 a 23/04	0,1708	0,6717
24/03 a 24/04	0,1706	0,6715
25/03 a 25/04	0,1705	0,6714

Agenda Federal

sage

Dia 31

Cofins/PIS-Pasep - Retenção na Fonte - Autopeças - Recolhimento da Cofins e do PIS-Pasep retidos na fonte sobre remunerações pagas por pessoas jurídicas referentes à aquisição de autopeças (art. 3º, § 5º, da Lei nº 10.485/2002, com a nova redação dada pelo art. 42 da Lei nº 11.196/2005) no período de 1º a 15.03.2026.
Darf Comum (2 vias)

DCTFWeb - Entrega da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTFWeb), relativas aos fatos geradores de fevereiro de 2026.
(Instrução Normativa RFB nº 2.237/2024, art. 6º, caput)
Internet

CSLL - Apuração mensal - Pagamento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido devida, no mês de fevereiro de 2026, pelas pessoas jurídicas que optaram pelo pagamento mensal do IRPJ por estimativa (art. 28 da Lei nº 9.430/1996).
Darf Comum (2 vias)

CSLL - Apuração trimestral - Pagamento da 3ª quota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido devida no 4º trimestre de 2025, pelas pessoas jurídicas submetidas à apuração trimestral do IRPJ com base no lucro real, presumido ou arbitrado, acrescida da taxa Selic do mês de fevereiro de 2026, mais 1% de juros (art. 28 da Lei nº 9.430/1996).
Darf Comum (2 vias)

CSLL - Lucro real anual - Saldo de 2025 - Pagamento do saldo do da Contribuição Social sobre o Lucro devida no ano-calendário de 2025, pelas pessoas jurídicas submetidas à apuração anual do lucro real (optantes pelo pagamento mensal da contribuição por estimativa), acrescido da taxa Selic de fevereiro de 2026, mais 1% de juros (arts. 6º, §§ 1º, I e 2º e 18 da Lei nº 9.430/1996).
Darf Comum (2 vias)

Declaração de Operações Imobiliárias (DOI) - Entrega à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), pelos Cartórios de Notas, de Registro de Imóveis e de Registro de títulos e Documentos, da Declaração sobre Operações Imobiliárias (DOI), relativa às operações de aquisição ou alienação de imóveis realizadas durante o mês de fevereiro de 2026 por pessoas físicas ou jurídicas (Instrução Normativa RFB nº 2.186/2024, art. 5º).
Internet

Declaração de Operações Liquidadas com Moeda em Espécie (DME) - Entrega da DME pelas pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no Brasil que, no mês de fevereiro de 2026, tenham recebido valores em espécie cuja soma seja igual ou superior a R$ 30.000,00, ou o equivalente em outra moeda, decorrentes de alienação ou cessão onerosa ou gratuita de bens e direitos, de prestação de serviços, de aluguel ou de outras operações que envolvam transferência de moeda em espécie, realizadas com uma mesma pessoa física ou jurídica (Instrução Normativa RFB nº 1.761/2017, arts. 1º, 4º e 5º).
Internet

Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (Defis) - Entrega da Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (Defis), pelas ME ou EPP optante pelo Simples Nacional, relativa ao ano-calendário de 2025 (Resolução CGSN nº 140/2018, art. 72, § 1º).
Internet

Declaração de Transferência de Titularidade de Ações (DTTA) - Entrega da Declaração de Transferência de Titularidade de Ações (DTTA) pelas entidades encarregadas do registro de transferência de ações, relativa ao 2º semestre de 2025 (Instrução Normativa RFB nº 892/2008, art. 4º, I)
Internet

Prestação de informações pelas entidades de previdência complementar, sociedades seguradoras e administradoras de Fapi - Prestação de informações pelas entidades de previdência complementar, sociedades seguradoras e administradoras de Fundos de Aposentadoria Programada Individual (Fapi), relativas aos recebimentos de contribuições, prêmios e aportes destinados ao custeio dos planos de benefícios de natureza previdenciária e aos pagamentos de resgates aos participantes e beneficiários no ano-calendário de 2025 (Instrução Normativa RFB nº 1.452/2014, art. 2º, § 3º, incluído pelo art. 1º da Instrução Normativa RFB nº 1.509/2014).
Internet

IRPF - Carnê-leão - Pagamento do Imposto de Renda devido por pessoas físicas sobre rendimentos recebidos de outras pessoas físicas ou de fontes do exterior no mês de fevereiro de 2026 (art. 915 do RIR/2018) - Cód. Darf 0190.
Darf Comum (2 vias)

Anexo SENAD_compressed (35683144) SEI 08129.003746/2026-88 / pg. 99

VARIEDADES

Projeto Sons do Patrimônio vai encantar quatro cidades

CLÁUDIA DUARTE, Editora

Uma experiência sensorial que vai unir música sacra, patrimônio histórico e espiritualidade no projeto Minas Santa 2026. Catedrais e outros espaços em quatro cidades históricas vão ser cenários de escuta e contemplação. É o projeto Sons do Patrimônio – Uma Imersão Sonora, que vai realizar concertos gratuitos em Mariana, Congonhas, Sabará e em Catas Altas, no Santuário do Caraça.

A primeira apresentação será neste sábado (28), às 20h, na Basílica Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas, que recebe o Coral Cidade dos Profetas, com participação especial do Grupo de Teatro Dez Prás Oito. O coral é especializado na interpretação de música sacra antiga e desenvolve, há mais de 30 anos, o pioneiro trabalho de proteção deste patrimônio imaterial do País. No repertório, estão as músicas tradicionais das cerimônias para este período religioso, como Stabat Mater (Castro Lôbo), Matinas de Sexta-feira Santa (Lôbo de Mesquita), o tradicional canto da Verônica com o Coral trazendo o Heu Domine Salvator Noster, dentre outras.

Realizado pelo governo do Estado, com coordenação da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (Secult), o programa Minas Santa consolida o Estado como um dos principais destinos durante a Semana Santa. O projeto integra fé, tradição, gastronomia, cultura e turismo, promovendo experiências únicas em todas as regiões do território.

A proposta valoriza a tradição musical sacra ao promover concertos de sonorização colonial coralista, com repertório de músicas anglicanas e sacras que dialogam com a acústica e a atmosfera dos templos históricos. Além dos concertos, o Sons do Patrimônio vai realizar ações educativas, como rodas de conversa sobre a relação entre música e patrimônio, incentivando a reflexão sobre a preservação cultural. Também está prevista a produção de um registro audiovisual, garantindo a continuidade e difusão da experiência para além das apresentações presenciais.

A iniciativa, segundo o governo do Estado, também se destaca pelo compromisso com a democratização do acesso, oferecendo programação gratuita e acessível, com recursos como intérpretes de Libras, audiodescrição e materiais informativos inclusivos. Ao todo, cerca de 40 músicos e coralistas vão participar das apresentações.

"O projeto Sons do Patrimônio revela que é na relação entre o imaterial e o material que o patrimônio se torna, de fato, vivo. A fé, expressão imaterial, constrói memória, sentido e pertencimento ao longo do tempo. Já os espaços históricos, o patrimônio material, acolhem, preservam e potencializam essas vivências. É isso que transforma Minas em um território de memória ativa, onde passado e presente seguem em diálogo contínuo", afirma o diretor de Conservação e Restauração do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha-MG), Itallo Gabriel.

Coral Cidade dos Profetas - Especializado na interpretação de música sacra antiga e com quatro CDs gravados - "Missa em Fá de Lobo de Mesquita", "Mestres do Colonial Mineiro", "CD em Louvor à Virgem Maria" e "Obras Inéditas do Período Colonial"-, o Coral Cidade dos Profetas desenvolve, há mais de 30 anos, o pioneiro trabalho de proteção deste patrimônio imaterial do País.

Ao longo da trajetória, o coral tem participado dos eventos mais significativos de Minas como Semana Santa, Festivais de Inverno, bem como Festivais e Encontros de Corais Nacionais e Internacionais. Mantido pela Associação Cultural Canto Livre, o grupo oferece também, gratuitamente, por meio da associação, formação musical para pessoas de 10 a 90 anos, sendo reconhecido como uma das mais belas manifestações culturais do interior de Minas.

O projeto Sons do Patrimônio tem patrocínio da Cemig por meio da Lei Estadual de Incentivo à Cultura de Minas Gerais. A iniciativa é promovida em parceria com Iepha-MG, Fundação de Arte de Ouro Preto (Faop) e Fundação Clóvis Salgado (FCS). %

% SERVIÇO

Sons do Patrimônio - Uma Imersão Sonora
Coral Cidade dos Profetas - participação especial do Grupo de Teatro Dez Prás Oito

Data: 28 de março (sábado)
Horário: 20h
Local: Basílica Bom Jesus de Matosinhos – Congonhas – com entrada gratuita



Coral Cidade dos Profetas vai se apresentar na Basílica Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas FOTO: DIVULGAÇÃO / GUTO MUNIZ



Projeto faz parte do Minas Santa, que é promovido pelo governo do Estado durante feriado religioso FOTO: DIVULGAÇÃO / CAROL LACERDA

Manifesto pretende resgatar AMI

Jornalistas, publicitários e outros profissionais de comunicação mineiros, tendo à frente o ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas de Minas Gerais e da Federação Nacional de Jornalistas (Fenaj), Washington Mello, protocolaram, por meio do advogado José Anchieta da Silva, na Justiça do Estado, o processo judicial que visa resgatar uma das mais importantes instituições de comunicação, artes e cultura do Estado: a Associação Mineira de Imprensa (AMI). Visando fortalecer o movimento com amplo apoio da sociedade, a iniciativa de resgate da AMI já conta com a adesão – em manifesto público – de mais de mil assinaturas de profissionais do setor e de diversas outras áreas, sensibilizados com a situação de abandono em que se encontra a entidade.

O manifesto será lançado oficialmente, na próxima segunda-feira (30), às 11 horas, no pátio da Academia Mineira de Letras (rua da Bahia, 1466 - Centro- BH) ao lado do prédio da AMI, com a presença de representantes do movimento e de instituições do setor de comunicação no Estado.

Fundada em Juiz de Fora em 1921 e transferida para Belo Horizonte em 1951, por iniciativa do então presidente do Sindicato dos Jornalistas de Minas Gerais , professor José Mendonça, a AMI é uma instituição privada que, durante muitas décadas, exerceu papel importante na representação de profissionais e empresas do setor de comunicação. Complementarmente às atividades específicas do Sindicato dos Jornalistas, a AMI tinha presença marcante na capital mineira, era renomada e conhecida nos diversos setores em que atuava e frequentada por intelectuais e artistas.

Desde 2015, a sede está abandonada, trancada a cadeado, com acúmulo de dívidas e "nas mãos de pessoas que não representam os profissionais de comunicação de Minas". Segundo a Justiça, diretores têm endereços incertos e desconhecidos. Profissionais da imprensa e de outras áreas de comunicação foram proibidos de participar de reuniões, com entrada vetada até mesmo aos ex-associados, expulsos da instituição, acusados de inadimplentes.

Há anos, profissionais vêm se mobilizando para conseguir, na Justiça, o direito de filiação à AMI e para propor mudanças para que a entidade volte a ter uma gestão democrática e transparente, com representatividade e com o objetivo de cumprir seus princípios estatutários. Até hoje, a situação não foi revertida, após diversas tentativas de salvá-la.

Entenda o caso - As últimas diretorias da AMI – a anterior, presidida pelo radialista Wilson Miranda, eleito em 2008 e falecido em 2021, e a atual, liderada por José Honorato de Oliveira Júnior desde a morte de seu antecessor – promoveram mudanças estatutárias, como a ampliação de mandatos e "cassação" de associados denominados "inadimplentes". Tudo isso em assembleias gerais com apenas seis associados. Tais medidas impediram o acesso de jornalistas e profissionais de outras áreas da comunicação não somente às decisões da AMI, como também à sua sede.

As diretorias vêm se reelegendo em mandatos consecutivos, por meio de assembleias com participação de pessoas desconhecidas no meio jornalístico. No entanto, os participantes não deixam de ter o cuidado de registrar tudo em ata para contestar eventuais denúncias de irregularidade. A última eleição ocorreu em setembro de 2024, para um mandato válido até setembro de 2028.

Hoje, o que resta da AMI é uma única "atividade" visível – um restaurante self-service – instalado no térreo do prédio. Não há prestação de contas sobre aluguel, por exemplo, e a proprietária do restaurante se recusa a prestar informações sobre o contrato de funcionamento do local e a fornecer endereços e telefones de componentes da diretoria. %

Anexo SENAD_compressed (35683144) SEI 08129.003746/2026-88 / pg. 100

Denise Pereira Batista de Morais

De: Luis Otávio Shinkawa <luisotavioshinkawa@hotmail.com>
Enviado em: terça-feira, 5 de maio de 2026 17:01
Para: Credenciamento de Leiloeiros - UCL
Assunto: ENC: REITERAÇÃO - Pendência documentais do Edital de Credenciamento de Leiloeiro 1/2026.
Anexos: SENAD_compressed.pdf

Prezados,

Em atenção à mensagem eletrônica recebida em 27 de abril de 2026, encaminho em anexo carta de resposta em papel timbrado, assinada, contendo a relação completa dos documentos complementares solicitados referentes aos itens 6.2.1 (c.1) e (c.2) do Edital de Credenciamento nº 01/2026, bem como a justificativa de sua adequação às exigências editalícias.

Todos os documentos mencionados na carta seguem igualmente anexados ao presente e-mail.

Atenciosamente,



De: MJ/Unidade de Credenciamento de Leiloeiros - SENAD <credenciamentoleiloeiros@mj.gov.br>
Enviado: segunda-feira, 27 de abril de 2026 09:14
Para: luisotavioshinkawa@hotmail.com <luisotavioshinkawa@hotmail.com>; ione.feitoza@mj.gov.br <ione.feitoza@mj.gov.br>; denise.morais@mj.gov.br <denise.morais@mj.gov.br>; karise.moraes@mj.gov.br <karise.moraes@mj.gov.br>; maria.sousa5@mj.gov.br <maria.sousa5@mj.gov.br>
Assunto: REITERAÇÃO - Pendência documentais do Edital de Credenciamento de Leiloeiro 1/2026.

Senhor (a) Luis Otavio Marcolino Shinkawa

Informamos que o seu peticionamento eletrônico foi recebido pela Unidade de Credenciamento de Leiloeiros - UCL e, ao conferir a documentação, constatamos a ausência de documentos que comprovem os item 6.2.1. letra (c.1) (c.2) do Edital nº 01/2026, a saber:

De Ordem do Edital de Credenciamento 1/2026, habilitação jurídica a serem atendidos pelo leiloeiro serão:

6.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.2.1. Dos Critérios:

Anexo Resp. LO 88 (35683159) SEI 08129.003746/2026-88 / pg. 101

c.1.) Documento comprobatório do efetivo exercício da atividade de Leiloeiro Oficial por, no mínimo, 3 (três) anos, em
períodos contínuos ou alternados, tais como: demonstrativos de publicidade de leilões realizados, declarações emitidas
por pessoas jurídicas contratantes, entre outros meios idôneos de comprovação.

c.2.) Atestado(s) de Capacidade Técnica emitido(s) em nome do Leiloeiro, por pessoa jurídica de direito público ou
privado, comprovando a realização exitosa de, no mínimo, 03 (três) leilões no período máximo de 12 meses (não sendo
exigida a realização nos doze meses imediatamente anteriores); ou seja, deve ter conduzido com êxito pelo menos 03
(três) leilões ao longo de um ano.

Cumpre ressaltar que o Atestado de Capacidade Técnica e Documento comprobatório do efetivo exercício da atividade de Leiloeiro Oficial falta as datas dos leilões comprovando a realização exitosa de, no mínimo, 03 (três) leilões no período máximo de 12 meses.

Solicitamos ACUSAR o recebimento desta mensagem eletrônica, respondendo a todos os destinatários, no prazo de 02 (dois) dias.

Aguardamos o envio da documentação complementar, para conclusão do credenciamento. Quaisquer dúvidas, estamos à disposição para esclarecimentos.

Atenciosamente,

Equipe UCL - Credenciamento de Leiloeiros.

José Ivanildo de Sousa Damasceno
Leiloeiro Publico Oficial
Matricula Jucemat 041
CPF 559.322.231-20

Ao
MINISTERIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PUBLICA
SECRETARIA EXECUTIVA e SUBSECRETARIA EXECUTIVA
COORDENAÇAO GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO DIRETA

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 08129.003920/2026-92

JOSE IVANILDO DE SOUSA DAMASCENO, brasileiro, casado, leiloeiro público oficial, portador do CPF 559.322.231-20 e com matricula na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso nr. 041, residente na Rua Piaui, 2107 Apartamento 141 Torre B Jardim Belo Horizonte em Rondonópolis-MT., CEP 78705-609., referente ao **CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS nº. 01/2026 - SENAD,** Vem, mui respeitosamente perante Vossa Excelência apresentar seu **RECURSO ADMINISTRATIVO** em virtude de sua INABILITAÇÃO, no processo Administrativo supra mencionado, conforme abaixo descrito

Inobstante aos argumentos expedidos pela Recorrida em que restou INABILITADO este Recorrente, adivindo com instrução junto a Nota Técnica nº 20/2026/DILID/COLID/CGL/SAA/SE/MJ, estes não hão de prosperar, vez que os fatos infra arguidos mostram a veracidade documental desta Recorrente, no qual fará que nosso pedido de **HABILITAÇÃO** seja mantido de forma incólume, senão vejamos.

I – DA TEMPESTIVIDADE:

Antes do enfrentamento do mérito da questão em comento, cumpre destacar a tempestividade deste Recurso Administrativo, ante ao prazo recursal estabelecido e postulado junto a NT respectiva, e em comento, e que dispõe este participante para opor defesa, prazo este, iniciado após o recebimento do resultado via e-mail, bem como do resultado de Julgamento da Ata de Credenciamento..

O presente respeita claramente o prazo para a interposição de recurso pelas empresas participantes do processo, permanecendo, portanto, íntegro, conforme o disposto no artigo 109, inciso I, alínea "b", e parágrafo primeiro, c/c artigo 110, ambos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993.

II – PRELIMINARMENTE:

Em que pese o resultado com a informação de INABILITAÇÃO deste Recorrente, este não deve prosperar, tendo em vista o envio tempestivo de documentos solicitados anteriormente para o devido cumprimento das regras editalicias via Edital de Credenciamento 01/2026.

Não obstante a isso, a intenção deste Recorrente não é de postergar, protelar e ou atrapalhar o augusto processo de credenciamento, mas sim demonstrar os fatos e razões de direito, que o levam a ser credenciado junto ao processo.

III – DOS FATOS SUBJACENTES

Acudindo ao chamamento dessa Instituição para o Credenciamento de Leiloeiros Publicos Oficiais, conforme as regras editalicias do Edital de Credenciamento 01/2026 susografado, este recorrente veio dele participar, com a mais estrita observância das exigências, inicialmente recebendo o referido Edital junto ao e-mail: *ivanildoroo@gmail.com* enviado por esta douta comissão nem data aprazada.

.

No entanto, a douta Comissão de Licitação julgou esta recorrente, **INABILITADA,** lavrando em ata do dia 26/05/2026, amparada pela Nota Técnica nº 20/2026/DILID/COLID/CGL/SAA/SE/MJ, aclarando que este Recorrente deixou de comprovar o exercício de sua função por 03 (três) anos consecutivos e ou alternados, através do envio de atestados ou declarações de capacidade técnica emitidos por pessoa jurídica de direito publico ou privado, entre outros meios idóneos de comprovação, conforme figura abaixo:

Prezado(a) Leiloeiro(a),

Em análise ao processo nº 08129.003920/2026-92, que trata do pedido de credenciamento junto à Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos (SENAD), verificou-se o NÃO atendimento aos seguintes itens do Edital:

6.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.2.1. Os critérios para habilitação técnica a serem atendidos pelo leiloeiro serão:

c) Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado. Para fins da comprovação, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes caracteristicas minimas:

c.1.) Documento comprobatório do efetivo exercício da atividade de Leiloeiro Oficial por, no mínimo, 3 (três) ANOS, EM PERÍODOS CONTÍNUOS OU ALTERNADOS, tais como: demonstrativos de publicidade de leilões realizados, declarações emitidas por pessoas jurídicas contratantes, entre outros meios idôneos de comprovação.

Cumpre ressaltar que o edital 1/2026 solicita comprovação de 3 anos de efetivo exercício de atividades, o senhor comprovou de 05/09/2022 a 06/05/2025 não comprova 3 anos, solicitamos documentação que comprove sua experiência de 3 anos de atividade.

.

Diante disso, este Recorrente apresenta nesta data, Recurso Administrativo contrato sua **INABILITAÇÃO,** pois logo após o recebimento do e-mail de solicitação da comprovação, este recorrente apresentou novo Atestado de Capacidade Técnica, com a devida comprovação do efetivo exercício de suas funções de Leiloeiro Público durante os 03 anos, conforme, logo na data de 15/05/2026.

Ainda assim, no check-list apresentado no processo de credenciamento junto ao SEI em seu Processo Administrativo 08129.004156/2026-72, não consta os atestados de Capacidade enviados anteriormente durante o credenciamento, bem como este que enviado via SEI sob processo 08129.006275/2026-60 na data de 15/05/2026.

c.1)	Documento comprobatório do efetivo exercício da atividade de Leiloeiro Oficial por, no mínimo, 3 (três) anos, em períodos contínuos ou alternados, tais como: demonstrativos de publicidade de leilões realizados, declarações emitidas por pessoas jurídicas contratantes, entre outros meios idôneos de comprovação. (obs.: os documentos deverão indicar expressamente as datas de realização dos leilões.)	NÃO	35155360 35155361 35155362	03/04/2018 22/07/2019 04/11/2020 OBS: não conseguiu demonstrar o mínimo de 3 (três) anos de efetivo exercício. Em que pese as solicitações encaminhadas por e-mail (35417057 e 35456271), solicitante não encaminhou as documentações.
c.2)	Atestado(s) de Capacidade Técnica emitido(s) em nome do Leiloeiro, por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a realização exitosa de, no mínimo, 03 (três) leilões no período máximo de 12 meses (não sendo exigida a realização nos doze meses imediatamente anteriores); ou seja, deve ter conduzido com êxito pelo menos 03 (três) leilões ao longo de um ano. (obs.: os atestados de capacidade técnica deverão indicar expressamente as datas de realização dos leilões.)	NÃO	35155362 35155361 35155360	03/04/2018 22/07/2019 04/11/2020 OBS: não conseguiu demonstrar o mínimo de 3 (três) leilões ao longo de 1 (um) ano. Em que pese as solicitações encaminhadas por e-mail (35417057 e 35456271), solicitante não encaminhou as documentações.

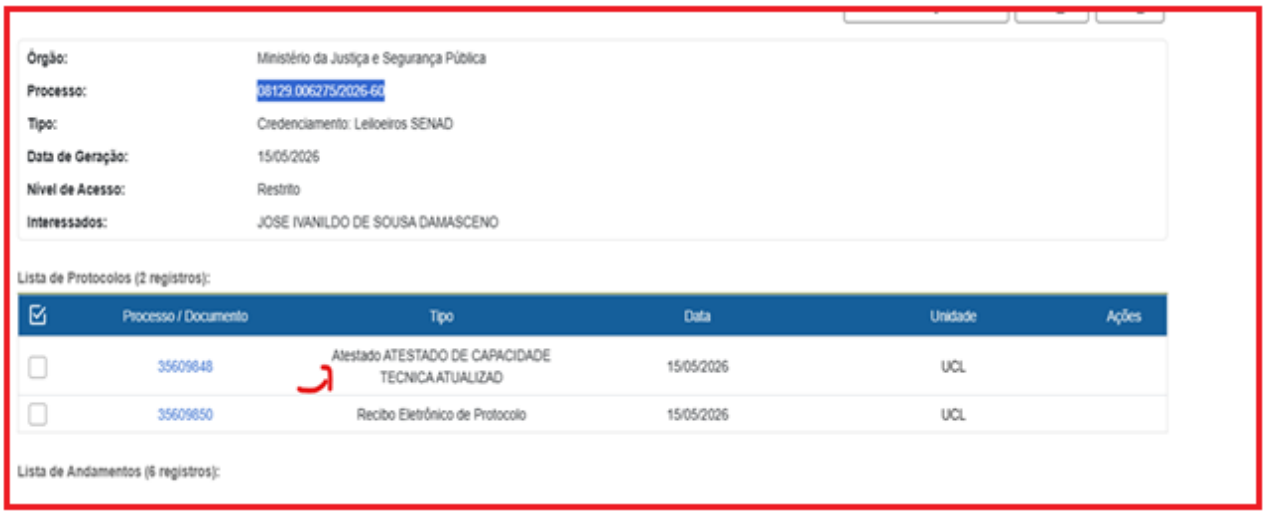
Check-list apresentado no processo.

IV – DAS RAZÕES PARA MANTER A HABILITAÇÃO:

Conforme já informado supra, este Recorrente apresentou aprazadamente se novo Atestado de Capacidade Técnica, como demonstra a figura abaixo, e o **ATESTADO** em anexo a este.



e-mail de envio do Atestado de Capacidade Técnica.



Órgão: Ministério da Justiça e Segurança Pública
Processo: 08129.006275/2026-60
Tipo: Credenciamento: Leiloeiros SENAD
Data de Geração: 15/05/2026
Nível de Acesso: Restrito
Interessados: JOSE IVANILDO DE SOUSA DAMASCENO

Lista de Protocolos (2 registros):

Processo / Documento	Tipo	Data	Unidade	Ações
35609648	Atestado ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA ATUALIZAD	15/05/2026	UCL	
35609650	Recibo Eletrônico de Protocolo	15/05/2026	UCL	

Lista de Andamentos (6 registros):

e-mail de envio do atestado na data de 15/05/2026.

Ainda assim, no e-mail recebido na data de 13/05/2026, informa que este requerente comprovou a efetividade de sua profissão de 05/09/2022 a 06/05/2026, conforme demonstra a figura abaixo, indo em desencontro com a informação também do Check-list apresentado no processo Administrativo, onde traz a informação de somente 03/04/2018 a 04/11/2020, bem como não incluindo o período final que fora em 30/04/2026, conforme figura abaixo, bem como o Atestado em Anexo.

E sem muitas delongas, diante das considerações supra mencionadas, este Recorrente apresenta o referido recurso administrativo para demonstrar e comprovar o efetivo exercício de suas funções.

Neste interim e acaso, peçamos a comissão que reveja os fatos e as devidas considerações referente ao recurso, para garantir a **HABILITAÇÃO** buscada mediante este, para fazer a comprovação documental anexada e o devido processo legal, **caso seja do entendimento desta.**

Isto posto, solicita ainda, se dignem em manter a incólume nossa HABILITAÇÃO fazendo vistas novamente ao processo físico em poder desta, analisar o recurso e alegações recursais, para assim fazer Justiça e ao mesmo tempo buscar o principio de competitividade e razoabilidade, bem como aferir com perfeição o principio da oportunidade quanto as habilitações de grupo familiar junto ao processo ora litigado.

V – DOS PEDIDOS

Ante ao exposto acima, em virtude desta recorrente haver comprovado os requisitos minimos achados por amparo em Lei e nas regras editalicias, bem como apresentar os documentos necessários de habilitação e qualificação técnica suficientes, **REQUER** o conhecimento e provimento do presente recurso, com efeito para:

a) Dar conhecimento e provimento à este recurso;

b) Com fundamento nos efeitos da Lei, declarar-se nulo o julgamento de INABILITAÇÃO;ou

c) Determinar-se à Comissão de Licitação que profira tal julgamento, considerando e conhecendo, os documentos desta recorrente para alcançar o competente resultado classificatório de HABILITAÇÃO, o qual, por certo, resultará no prosseguimento do processo licitatório, com chamamento desta para a próxima fase do credenciamento;

d) Outrossim, amparada nas razões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação reconsidere sua decisão e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir à autoridade superior nos termos da Lei, comunicando-se aos demais licitantes para as devidas impugnações, se assim o desejarem.

Nestes Termos
P. Deferimentos

Rondonópolis-MT, 29 de Maio de 2026

JOSE IVANILDO DE SOUSA DAMASCENO:55932223120

Assinado de forma digital por JOSE IVANILDO DE SOUSA DAMASCENO:55932223120
Dados: 2026.05.29 20:09:01 -04'00'

José Ivanildo de Sousa Damasceno
Leiloeiro Publico Oficial
CPF 559.322.231-20
Matricula 041

TERMO DE CAPACIDADE TÉCNICA

BOM VALOR TECNOLOGIA S.A., inscrita no CNPJ sob o número no 35.450.445/0001-58, com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1755, box 97, Jardim Paulistano, CEP 01452-001.
Pelo presente Termo de Capacidade Técnica, DECLARAMOS para os devidos fins que o Leiloeiro **JOSÉ IVANILDO DE SOUSA DAMASCENO**, brasileiro, casado, Leiloeiro, matricula 041, portador(a) da cédula de identidade RG no 10138315 SESP/MT, inscrito(a) no CPF/MF sob o no 559322231-20, residente e domiciliado(a) na Rua Piauí, 2107 Apto 141 - Torre B, Jardim Belo Horizonte, CEP 78705609, Rondonópolis/ MT, presta serviços na venda por meio de leilão online, através da utilização de uma solução tecnológica para gestão de vendas da empresa BOM VALOR TECNOLOGIA S.A, que disponibiliza soluções tecnológicas para gestão de vendas, especializada para uso de licitações eletrônicas, via internet como finalidade prioritária de garantir a eficiência e a eficácia na gestão da alienação de bens, visando a alienação mais adequada e vantajosa economicamente ao aplicar as melhores práticas por intermédio do sistema objeto do presente Termo de Capacidade, e ainda, visa garantir um melhor atendimento aos interessados em adquirir bens.
Por esses motivos o Leiloeiro JOSÉ IVANILDO DE SOUSA DAMASCENO possui plena capacidade técnica para a execução dos serviços pois os serviços são executados de forma satisfatória.

1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA
Experiência Comprovada: O Leiloeiro executa serviços relacionados a leilões conforme descrito a seguir:

Leilão	Lote	Descrição	Rede	Comitente	Data Leilão
6309	1	Apartamento A.T. 97,32m², em Campinas/SP	Bomvalor Judicial	5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAMPINAS/SP	12/12/2024 14:00
9259	1	Hyundai HB20 1.0M Comfor - Guarulhos/SP	Bomvalor Judicial	10ª VARA CíVEL DA COMARCA DE GUARULHOS/SP	30/01/2025 15:30
13718	2	SR Iderol - 1992/1992 - Bauru/SP	Bomvalor Gov.Público	SENAD	24/04/2025 14:15
13748	8	Fiat Siena Attract 1.0 - 2019/2019 - Presidente Prudente/SP	Bomvalor Gov.Público	SENAD	06/05/2025 14:30
13748	15	VW Polo CL AD - 2021/2021 - Marília/SP	Bomvalor Gov.Público	SENAD	06/05/2025 14:30
33977	1	Honda CBX 250 Twister - 2004/2005 - Taubaté/SP	Bomvalor Judicial	1ª VARA DA FAMÍLIA E DAS SUCESSÕES DA COMARCA DE TAUBATÉ/SP	30/04/2026 14:10:00

1.2. Recursos Humanos: O Leiloeiro conta com profissionais qualificados para a execução dos serviços.
1.3. Equipamentos e Infraestrutura: O Leiloeiro possui infraestrutura tecnológica e equipamentos adequados para a realização dos serviços.

2. DECLARAÇÃO

Clicksign a98de494-9ab1-4a26-b3a4-0202d988b042

2.1 Declaramos que todos os serviços mencionados foram realizados de acordo com as especificações contratuais de forma satisfatória e dentro dos prazos estabelecidos, não havendo registro de penalidades ou não conformidades.

3. RESPONSABILIDADE

3.1 Assumimos total responsabilidade pela veracidade das informações prestadas neste termo, cientes de que qualquer informação falsa ou omissa pode acarretar a desclassificação da empresa no processo licitatório, além das sanções previstas na legislação vigente.

São Paulo, 14 de Maio de 2026.

BOM VALOR TECNOLOGIA S.A.
CNPJ no 35.450.445/0001-58

Clicksign a98de494-9ab1-4a26-b3a4-0202d988b042

Atestado_capacidade_tecnica_Jose_Ivanildo_IDLeiloes4.pdf

Documento número #a98de494-9ab1-4a26-b3a4-0202d988b042

Hash do documento original (SHA256): 93a12846e4b9bf9978d825eac237821faae1038b84b3c801ec97a13906e4eeb1

Assinaturas

Andre Bianchi
CPF: 256.647.378-16
Assinou como parte em 15 mai 2026 às 09:52:32

Fabio Kielberman
CPF: 277.651.088-83
Assinou como parte em 15 mai 2026 às 13:43:09

Log

14 mai 2026, 17:58:28	Operador com email juridico@bomvalor.com.br na Conta fda4c687-c79d-4f2a-8786-a97c8395898d criou este documento número a98de494-9ab1-4a26-b3a4-0202d988b042. Data limite para assinatura do documento: 13 de junho de 2026 (17:58). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
14 mai 2026, 17:59:29	Operador com email juridico@bomvalor.com.br na Conta fda4c687-c79d-4f2a-8786-a97c8395898d adicionou à Lista de Assinatura: andre@bomvalor.com.br para assinar como parte, via E-mail. Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Andre Bianchi e CPF 256.647.378-16.
14 mai 2026, 17:59:29	Operador com email juridico@bomvalor.com.br na Conta fda4c687-c79d-4f2a-8786-a97c8395898d adicionou à Lista de Assinatura: fabio@bomvalor.com.br para assinar como parte, via E-mail. Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Fabio Kielberman e CPF 277.651.088-83.
15 mai 2026, 09:52:32	Andre Bianchi assinou como parte. Pontos de autenticação: Token via E-mail andre@bomvalor.com.br. CPF informado: 256.647.378-16. IP: 177.26.250.203. Componente de assinatura versão 1.1442.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com.
15 mai 2026, 13:43:09	Fabio Kielberman assinou como parte. Pontos de autenticação: Token via E-mail fabio@bomvalor.com.br. CPF informado: 277.651.088-83. IP: 177.58.226.64. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -23.57081315665977 e longitude -46.66121949487596. URL para abrir a localização no mapa: https://app.clicksign.com/location. Componente de assinatura versão 1.1442.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com.

15 mai 2026, 13:43:10	Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número a98de494-9ab1-4a26-b3a4-0202d988b042.

Documento assinado com validade jurídica.
Para conferir a validade, acesse https://www.clicksign.com/validador e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.
As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº a98de494-9ab1-4a26-b3a4-0202d988b042, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A **Prefeitura Municipal de Rondonópolis-MT**, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrita com CNPJ 03.347.101/0001-21., com sede social sito na Avenida Duque de Caixas, 526 – Vila Aurora nesta cidade de Rondonópolis-MT., **ATESTA** para os devidos fins e direitos à quem interessar possa, que o Srº **JOSÉ IVANILDO DE SOUSA DAMASCENO**, estabelecida na Avenida Washington Luís, 388 La Salle II – Cep 78.710-027 Rondonópolis - MT Leiloeiro Público Oficial devidamente matriculado na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso sob nº 041/2019, bem como credenciado pelo contrato Administrativo nº 680/2023 datado de 29/09/2023, desta municipalidade, extraído do Credenciamento Público 001/2023, Executou com satisfação LEILÃO Nº 001/2023 - BENS MÓVEIS DIVERSOS:

Contrato nº	**-**	**880/2023**
Data do leilão	**-**	**18/12/2023**
Bens leiloados	**-**	**BENS MÓVEIS, VEÍCULOS E INSERVÍVEIS**
Total de Lotes	**-**	**81 LOTES**
Finalização	**-**	**100% VENDIDO**
Status	**-**	**SERVIÇO CONCLUÍDO**

Declaramos ainda, que os serviços foram realizados de forma condizente com o previsto e solicitado, com o fiel cumprimento dos prazos e do cronograma de execução da obra, e até o presente momento, não há nada que desabone a conduta profissional, e a excelente prestação da empresa contratada

E por ser expressão da verdade, firmamos o presente em todos os seus termos.

Rondonópolis - MT, 02 de Maio de 2024.

Roberta Pimenta dos Santos
Gerente Dep. de Patrimônio
Portaria 26.830/2021

ROBERTA PIMENTA DOS SANTOS
Gerente de Departamento de Patrimônio
Portaria nº 26.830/2021

Scanned with CamScanner

ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA

O SISTEMA DE FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS NO ESTADO DE MATO GROSSO, composto pela **FIEMT – FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS NO ESTADO DE MATO GROSSO**, devidamente inscrita no CNPJ sob o n° 03.750.189/0001-28, o **SENAI DR/MT - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL / DEPARTAMENTO REGIONAL DE MATO GROSSO**, devidamente inscrito no CNPJ sob o n° 03.819.150/0001-10, o **SESI DR/MT – SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA / DEPARTAMENTO REGIONAL DE MATO GROSSO**, devidamente inscrito no CNPJ sob n° 03.819.157/0001-31, o **IEL NR/MT - INSTITUTO EUVALDO LODI / NÚCLEO REGIONAL DE MATO GROSSO**, devidamente inscrito no CNPJ, sob o nº 03.986.163/0001-83, e o CONDOMÍNIO CASA DA INDÚSTRIA NO ESTADO DE MATO GROSSO, devidamente inscrito no CNPJ sob o n° 15.084.445/0001-74**, atesta** para todos os efeitos de direitos que o senhor **JOSE IVANILDO DE SOUSA DAMASCENO,** brasileiro, casado, leiloeiro público oficial, portador do CPF 559.322.231-20 e com matricula na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso nr. 041., prestou serviços de leiloeiro oficial no exercício regular de sua profissão para preparação, organização, divulgação e realização de leilões, destinado à alienação de bens móveis inservíveis e veículos pertencentes do patrimônio **FIEMT, SESI-DR/MT**, **SENAI-DR/MT**, **IEL-NR/MT e CONDOMÍNIO CASA DA INDÚSTRIA NO ESTADO DE MATO GROSSO,** por força do Contrato n° 009/2022 do SFIEMT e Credenciamento nº 001/2020.

Data do Leilão	:	05/09/2022
Bens Leiloados	:	Veículo
Arrematação	:	100%
Status do Leilão	:	Leilão concluído

Havido que, os referidos serviços, foram prestados de forma condizente com o previsto e solicitado, e até o presente momento não temos nada que desabone a conduta profissional e a excelente realização do Leilão ora mencionado.

E sendo a expressão da verdade, firmo o presente.

Assinatura Eletrônica
02/12/2022 14:13 UTC
BRy Gislaine Souza Delguingaro
021.***.***-78
Gislaine Souza Delguingaro

Cuiabá, 01 de dezembro de 2022.

Gislaine Souza Delguingaro
Coordenadora de Suprimentos SFIEMT

BRyTecnologia

Protocolo de assinaturas

Para verificar a(s) assinatura(s) deste documento, realize o scan do código QR abaixo ou acesse **https://cloud.bry.com.br/scad/protocolos/assinaturas**, preencha o código de verificação e clique em "Verificar".

Código de verificação:
b9dff142-7955-42bc-bd05-69615f5839af

CHAVE:
10CE94E67088EA3474DDB474EF3C9ACB8655B55961FC1BB56CE0507B2FE776BD

Atenção! Este documento é uma versão para impressão e não contém as assinaturas digitais e/ou eletrônicas.

Se você está lendo esse documento em uma versão digital, utilizar essa versão para realizar manualmente a verificação das assinaturas não funcionará. Para obter a versão digital deste documento com as assinaturas, siga as instruções acima para realizar a verificação, e clique em “Baixar documento assinado”.

Sobre o documento assinado

Detalhes e situação do documento assinado na data 02/12/2022 02:16 (UTC).

Nome do documento: 000_protocolo_assinaturas_AtestadoLeilaoFIEMT01.12.2022.pdf
Algoritmo: SHA256
Hash: 29F7B3730FD4D464BCC5840E13EC023FD2542160ED771192C493A11A4636D5B0
Situação geral: Todas as assinaturas deste documento estão válidas.

- O documento é autêntico e não foi adulterado.
- Todos os certificados dos assinantes são válidos.
- As identidades dos assinantes foram reconhecidas.
- A assinatura está aderente às recomendações da política de assinatura
- As datas das assinaturas são confiáveis

Sobre os assinantes

Detalhes e situações dos assinantes deste documento na data 02/12/2022 02:16 (UTC).

SERVIDOR DE CARIMBO DO TEMPO ACT BRy 50111

- **Data da assinatura:** 02/12/2022 02:14 (UTC).
- **Certificado:**
  - **Tipo do certificado:** T3
  - **Emitido por:** SERVIDOR DE CARIMBO DO TEMPO ACT BRy 50111
  - **Validade:** 29/10/2019 01:44 (UTC) - 27/10/2024 01:44 (UTC)
- **Situação:**
  - Assinatura íntegra
  - Certificado válido
  - Identidade reconhecida
  - Assinatura Eletrônica Qualificada
  - A assinatura esta de acordo com a sua política
  - Carimbo válido

Gislaine Souza Delguingaro

- **Data da assinatura:** 02/12/2022 02:14 (UTC).

- **Tipo:** Assinatura Eletrônica
- **Evidências:**
  - **IP:** 200.241.35.114
  - **Email:** gislaine.delguingaro@sfiemt.ind.br

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

3483950763

2 e 1 NOME E SOBRENOME
JOSE IVANILDO DE SOUSA DAMASCENO

1ª HABILITAÇÃO
04/09/1995



3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
12/04/1975, RONDONOPOLIS, MT

4a DATA EMISSÃO
23/04/2026

4b VALIDADE
22/04/2031

ACC

D

4c DOC IDENTIDADE / ÓRG EMISSOR / UF
10138315 SESP MT

4d CPF
559.322.231-20

5 Nº REGISTRO
00057024465

9 CAT HAB
AD

NACIONALIDADE
BRASILEIRO(A)

FILIAÇÃO
JOAO DAMASCENO NETO

FRANCISCA MOREIRA DE SOUSA DAMASCENO

7 ASSINATURA DO PORTADOR

9	10	11	12
ACC			
A		22/04/2031	
A1			
B		22/04/2031	
B1			
C		22/04/2031	
C1			

9	10	11	12
D		22/04/2031	
D1			
BE			
CE			
C1E			
DE			
D1E			

12 OBSERVAÇÕES

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
93466194467
MT675766516

LOCAL
CUIABA, MT

3483950763

MATO GROSSO

2 e 1. Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nombre y Apellidos – Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir – 3. Data e Local de Nascimento / Date and Place of Birth DD/MM/YYYY / Fecha y Lugar de Nacimiento – 4a. Data de Emissão / Issuing Date DD/MM/YYYY / Fecha de Emisión – 4b. Data de Validade / Expiration Date DD/MM/YYYY / Valido Hasta – ACC – 4c. Documento Identidade - Órgão emissor / Identity Document - Issuing Authority / Documento de Identificación - Autoridad Expedidora – 4d. CPF – 5. Número de registro da CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir – 9. Categoria de Veículos da Carteira de Habilitação / Driver license Class / Categoría de Permisos de Conducir – Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad – Filiação / Filiation / Filiación – 12. Observações / Observations / Observaciones - Local / Place / Lugar

I<BRA0005702446<653<<<<<<<<<<<
7504127M3104220BRA<<<<<<<<<<<0
JOSE<<IVANI<DE<SOUSA<DAMASCENO

QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN